



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

WILLIANE SILVA CORÔA

**RASTREANDO AS ORIGENS DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: A DINÂMICA DA MUDANÇA NA ESCRITA
DE "HOMENS BONS" NA BAHIA COLONIAL**

Campinas

2022

WILLIANE SILVA CORÔA

**RASTREANDO AS ORIGENS DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: A DINÂMICA DA MUDANÇA NA ESCRITA
DE "HOMENS BONS" NA BAHIA COLONIAL**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Williane Silva Corôa, e orientada pelo Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves

Campinas
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

C81r Corôa, Williane Silva, 1986-
Rastreado as origens do Português Brasileiro : a dinâmica da mudança na escrita de "Homens Bons" na Bahia Colonial / Williane Silva Corôa. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Charlotte Marie Chambelland Galves.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguagem e línguas - Origem. 2. Língua Portuguesa. 3. Mudanças linguísticas. 4. Tycho Brahe Brasil. I. Galves, Charlotte, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Tracking the origins of Brazilian Portuguese : the dynamics of change in the writing of "Good Men" in Colonial Bahia

Palavras-chave em inglês:

Language and languages - Origin

Portuguese language

Linguistic change

Tycho Brahe Corpus (Brazil)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Charlotte Marie Chambelland Galves [Orientador]

Emilio Gozze Pagotto

Maria Clara Paixão de Sousa

Aroldo Leal de Andrade

Marco Antonio Martins

Data de defesa: 13-10-2022

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-5887-7281>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1338410249527256>



BANCA EXAMINADORA:

Charlotte Marie Chambelland Galves

Emilio Gozze Pagotto

Maria Clara Paixão de Sousa

Aroldo Leal de Andrade

Marco Antonio Martins

**IEL/UNICAMP
2022**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Dedico este trabalho aos que vieram antes de mim, séculos atrás, em navios negreiros. Aos meus bisavôs e bisavós, meus avôs e avós, minha mãe e meu pai, minhas tias e tios, minhas irmãs e meus sobrinhos. Aos que seguirão e aos que não de vir. Eu sou porque nós somos!!!!

AGRADECIMENTOS

AGRADECER: Oba oba oba ê

O gesto de ser grato é um dos sentimentos mais maravilhosos que existem. E sou grata a muitas pessoas que compartilharam seu amor, carinho, dedicação, admiração e solidariedade para que esta etapa chegasse ao fim e fosse o início de tudo. A seta é o alvo!!!

Em 2012, no final do mestrado - depois de muita luta e muito sofrimento - achei que ser pesquisadora, doutora, encontrar prazer na pesquisa seria algo intangível. Aí o tempo passou, meu companheiro ingressou no mestrado na UNICAMP e conheceu Charlotte Galves. E tudo mudou quando ele falou: - Conheci a pessoa certa para te orientar. E ele foi tão certo....

Por isso, agradeço a você, Antonio Codina, por sua sensibilidade em perceber que Charlotte seria uma ótima orientadora para mim. Sua sagacidade foi vital para que eu, finalmente, ingressasse novamente num programa de pós-graduação.

(Re)Conheci Charlotte em 2015. Reconheci, pois em 2006, ela participou do *Seminário Internacional acolhendo as línguas africanas* e na época eu era estudante de graduação em Letras na UNEB, instituição promotora do evento. Por isso, Charlotte me soava tão familiar - ela que como eu enfrentou uma chuva torrencial em Salvador para estar na Av. Jorge Amado, participando deste Seminário. E não poderia ser mais grata. Obrigada, Charlotte! Exemplo de ser humano sensível, pesquisadora ímpar!!! Sua dedicada orientação e seu brilho nos olhos fizeram a diferença para que eu me aproximasse e me apaixonasse cada vez mais por anotação sintática, constituição de *corpora* históricos, linguística gerativa. Esse trabalho é fruto dessa parceria. Obrigada por tudo!

Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem: Aquiles Tescari Neto, Emilio Pagotto, Juanito Avelar, Livia Oushiro, Ruth Lopes! Foi muito bom aprender um pouco mais com vocês!! Obrigada!

Aos funcionários da Pós-graduação do IEL - Rose, Cláudio, Miguel, Raiça - sempre gentis e atenciosos, prontos para nos auxiliar em quaisquer momentos de sufoco.

Livia, agradeço também pela oportunidade de ser orientada por você durante o trabalho de qualificação de área! Aprendi muito contigo e sou muito grata! Obrigada pela paciência!!

Agradeço aos colegas do ForMA - Francisco, Leticia, Aline, Carla, Harley, Paulo Ângelo, Rosana, Giovanna, Fernanda - que tão bem me receberam! Conhecer vocês foi ótimo! Obrigada pelo apoio, risos e cafezinhos na sala do ForMA.

Gil, Cynthia e Shirley, parceiras de orientação e de sala de pesquisa, foi muito bom passar muitas tardes com vocês, bater aquele papo e tomar vários cafezinhos. Obrigada pela parceria, pelos risos e pela descontração.

Durante a pós-graduação conheci pessoas maravilhosas, de perto, de longe, de todo lugar: Aline, Felipe, Joana, Emerson, Julio, Lais, Flávio, Lara Ribeiro, Anderson, Calawia, Liliane, Rosana, Shirley, Josie, Thuany, Daniel. Choramos juntos, festejamos juntos (festas e comidinhas em casa, no Bar dos Gringos). Gratidão a todos vocês que tornaram a pós-graduação um lugar mais ameno, mais alegre, mais sorridente, mais feliz!

Uma das coisas mais lindas da Pós-graduação foi poder participar do Grupo de Estudos de Mulheres Formalistas - *GEMPhi*, o melhor grupo do mundo. Obrigada Aline (de novo), Giovanna (mais uma vez), Juliana, Raissa, Raquel, Thuany (de novo), Leticia (idealizadora), Josie, Cristine, Ingrid e Rute. Eu sou porque nós somos!

A Zenaide e a Maria Clara por terem aceitado o convite para participar da minha banca de qualificação. O zelo, o cuidado, a pertinência das observações de vocês foram fundamentais para repensar alguns caminhos desta tese. A vocês toda minha gratidão.

Zenaide, muito obrigada pela confiança e parceria. Quando você entrou em contato comigo, em 2018, ficou claro para mim que ali nascia mais do que uma parceria, nascia uma amizade. Obrigada pelas longas conversas por telefone, pelos risos, pelo apoio e confiança. Obrigada por me colocar em contato com Alicia Lose a fim de tirar dúvidas sobre a edição das atas.

Agradeço a Alicia Lose e a Leticia, bibliotecária do Mosteiro de São Bento, que me auxiliaram em algumas questões relativas às edições das atas da câmara de Salvador.

Aos membros da banca e aos suplentes que dedicaram um tempo para a leitura desta tese: Aroldo, Maria Clara, Emilio, Marco Martins, Cida Torres, Cris Namiuti e Zenaide.

Agradeço também a Cris Namiuti e a Aline Costa por terem disponibilizado o script *CorpusSearchExcel3.1* para extração dos dados da busca no *CorpusSearch* para o excel. Sem a ajuda de vocês, eu só defenderia em 2023 (risos).

Alba, muito obrigada por preparar uma parte do *corpus* durante o seu pós-doutorado. Foi ótimo traçar essa parceria. Sem sua ajuda, eu só defenderia em 2023 (risos).

Pablo, gratidão por me ajudar nas instalações de diversos programas para tratamento e análise do *corpus*.

Rafael, obrigado por ter feito a partição do Linux no meu PC.

Gratidão Mainha! Gratidão Painho! Não tenho palavras para expressar minha gratidão.

A trajetória foi longa, muitos perrengues, muita luta, muito choro e muito riso. E sempre e fundamental, muito muito amor. Obrigada por acreditar em mim, por me apoiar. Sem vocês, quem eu seria?! Amo vocês!!!

Às minhas irmãs - Nane, Karen e Liu. Cada uma, a seu modo, me auxiliou a conquistar esta etapa. Obrigada por sempre acreditarem em mim: a caçula chorona e medrosa (risos)!!!

À minha vó Lourdes, que queria que eu fosse doutora. Vou ser doutora, Mainha, mas não vou clinicar (risos).

Às minhas tias - Beigue, Cida, Linda, Tinho - e meus tios - Marinho, Luis e Lucinho, Domingos, Fernando. Sei que todos estavam torcendo desde Santinho para que tudo desse certo, e deu.

Aos meus primos e primas - Lala, Dilly, Adson, Gorda, Boga (que esteve perto em alguns momentos), Nai, Neydson. O carinho de vocês foi muito importante.

Aos meus sobrinhos - Gaby, Ícaro, Artur e Ana - e a minha enteada, Jasmim. Tia Gui ama vocês!!!

Mais uma vez, a você, Antonio, por enxergar coisas em mim, das quais não sou capaz de enxergar. Seu apoio, sua admiração, sua paciência e seu amor tornaram esse processo mais divertido, mais leve. Espero que nossa parceria seja longa. Te amo!!!

A Cassio, a Marcelo, a tio Gilson e a Wesley que, muitas vezes, me transportaram de Santinho ou de Feira de Santana para o aeroporto de Salvador, em viagens sempre descontraídas, de idas aos congressos e durante o período de merecidas férias com minha família. Vocês foram demais!!!

Aos amigos que sempre torceram por mim: Débora, Antonia, Taise, Bete, Gilson, Mabel, Ana, Ilza, Liliana, Magda e Bruno.

Aos colegas da Universidade do Estado da Bahia - Campus XXI, Ipiaú - docentes, técnicos, servidores terceirizados - principalmente a Aline Maria e Adriana, colegas da área de Língua Portuguesa, que seguraram as pontas enquanto eu me qualificava.

Aos meus gatinhos - Pyromaan e Nyctalope - que sempre me acompanhavam na escrita da tese.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, nos dois primeiros meses do doutorado.

À Universidade do Estado da Bahia pela concessão da Bolsa PAC pelo período de 04 meses.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela outorga do processo nº 2017/16581-3, concedendo o apoio financeiro integral e tão necessário para que esta tese pudesse ser devidamente desenvolvida. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

RESUMO

Nesta tese, estudo a evolução da sintaxe do português no Brasil, a partir de um *Corpus* inexplorado de *Cartas e Atas escritas por Homens Bons da Câmara Municipal de Salvador*, nascidos entre 1580 a 1725. O objetivo é verificar se a mudança ocorrida em Portugal no séc. XVIII (GALVES et al., 2005, GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017) tem efeito sobre o português no Brasil, ou bem se, no caso contrário, este já inicia seu próprio percurso de mudança naquela época. O *corpus* de análise foi anotado morfológica e sintaticamente, seguindo os moldes do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (UNICAMP), inaugurando sua faceta brasileira: o *Tycho Brahe-Brasil*. O total de palavras analisadas é de 308.649. Os fenômenos escolhidos para a análise estão interligados na sintaxe da língua: posição do sujeito (efeito V2), colocação de clíticos pronominais, sujeito e o objeto nulos. O quadro teórico adotado é o da Teoria da Gramática Gerativa, Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, entre outros), com discussões sobre o efeito V2 nas línguas românicas antigas (BENINCÀ, 1983-4; 1995; 2004; 2006; 2013; RIBEIRO, 1995; WOLFE, 2016; 2018; 2019) e no Português Clássico (TORRES MORAES, 1995; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GIBRAIL, 2010; ANTONELLI, 2011) e suas propriedades correlatas: colocação de clíticos (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005), sujeitos e objeto nulos (HOLMBERG; ROBERTS, 2010; BARBOSA, 2019; RAPOSO, 1986; 1998; GALVES, 1989; CYRINO, 1997; 2000; 2003). Com relação à diacronia, o aporte teórico utilizado será Lightfoot (1999; 2006), Roberts (2007) e Kroch (1989; 1994; 2001), mediante a noção de competição de gramática. Os resultados indicam uma gramática bastante próxima da gramática do Português Clássico entre os brasileiros nascidos no século XVII: uma gramática V2 flexível, de sujeito nulo consistente, fortemente proclítica, em que não se observa o emprego do objeto nulo. As diferenças encontradas em relação ao padrão do Português Clássico são: a ocorrência de próclise em sentenças V1 e maior percentual de próclise nas sentenças em que há uma oração dependente fronteira. Entre os brasileiros nascidos no século XVIII, há mudanças significativas, como a perda do efeito V2, a generalização da próclise e a ocorrência, de modo incipiente, de objetos nulos tal como acontece no PB: com leitura referencial. Os achados desta tese apontam que a gramática do Português Brasileiro emerge na virada do século XVIII.

Palavras-chaves: Origens do Português Brasileiro; Mudança Sintática; Tycho Brahe Brasil.

ABSTRACT

In this dissertation, I study the evolution of Portuguese syntax in Brazil, starting from an unexplored Corpus of Letters and Minutes written by Good Men of the City Council of Salvador, born between 1580 and 1725. The objective is to verify if the change that occurred in Portugal in the 18th century (GALVES et al., 2005, GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017) has an effect on Portuguese in Brazil, or if, on the other hand, Brazilian Portuguese already started its own path of change in that period. The corpus of analysis was annotated morphologically and syntactically, following the norms of the *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (UNICAMP), inaugurating its Brazilian facet: *Tycho Brahe-Brasil*. The total number of words analyzed is 308,649. The phenomena chosen for the analysis are interconnected in the syntax of the language: subject position (V2 effect), clitic placement, null subjects, and null objects. The theoretical framework adopted is Generative Grammar, Minimalist Program (CHOMSKY, 1995, among others), with discussions on the V2 effect in ancient Romance languages (BENINCÀ, 1983-4; 1995; 2004; 2006; 2013; RIBEIRO, 1995; WOLFE, 2016; 2018; 2019) and in Classical Portuguese (TORRES MORAES, 1995; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GIBRAIL, 2010; ANTONELLI, 2011) and their related properties: clitic placement (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005), null subjects and null objects (HOLMBERG; ROBERTS, 2010; BARBOSA, 2019; RAPOSO, 1986; 1998; GALVES, 1989; CYRINO, 1997; 2000; 2003). Regarding diachrony, the theoretical framework used will be Lightfoot (1999; 2006), Roberts (2007) and Kroch (1989; 1994; 2001), through the notion of grammar competition. The results indicate a grammar very close to the grammar of Classical Portuguese among Brazilians born in the 17th century: a flexible V2 grammar, with a consistent null subject, and strongly proclitic, in which the use of the null object is not observed. The differences found in relation to the pattern of Classical Portuguese are the occurrence of proclisis in V1 sentences and a higher percentage of proclisis in sentences in which there is a fronted dependent clause. Among Brazilians born in the 18th century, there are significant changes, such as the loss of the V2 effect, the generalization of proclisis and the embryonic occurrence of null objects, as in contemporary Brazilian Portuguese: with a referential reading. The findings of this dissertation indicate that the grammar of Brazilian Portuguese emerges at the turn of the 18th century.

Keywords: Origins of Brazilian Portuguese; Syntactic Change; Tycho Brahe Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 – Resumos das propostas de periodização da história da língua portuguesa no Brasil	42
Figura 2.2 – Resumos das propostas sobre as origens do Português Brasileiro considerando aspectos intralinguísticos	46
Figura 2.3 – Periodização do Português	48
Figura 2.4 – Capa do sexto volume das <i>Cartas do Senado a Sua Magestade</i>	50
Figura 2.5 – Capa do décimo primeiro volume das <i>Atas do Senado</i>	51
Figura 2.6 – Controle dos dados que compõem o <i>Corpus</i>	52
Figura 2.7 – Cotejo entre o original (doc. 3245) e a edição impressa (vol. 2, p. 128)	55
Figura 2.8 – Original (doc. 3245) e a edição impressa (vol. 2, p. 128-9)	56
Figura 2.9 – Cotejo entre o original (doc. 3245) e a edição impressa (vol. 3, p. 52)	57
Figura 2.10 – Edição impressa (vol. 2, p. 128-9) e original (doc. 3245)	58
Figura 2.11 – Original (doc. 1525) e edição impressa (vol. 11, p. 223-4)	59
Figura 3.1 – Distinção entre sistemas Fin e Force	76
Figura 3.2 – Distribuição de V2 nos séculos XII, XIV, XV em relação ao sujeito.	95
Figura 3.3 – A distribuição de V1, V2 e V3 em sentenças matrizes no PCI	106
Figura 3.4 – Variação próclise/ênclise no <i>contexto de variação I</i>	109
Figura 4.1 – Distribuição dos sujeitos nulos x sujeitos preenchidos nos jornais brasileiros	153
Figura 5.1 – Relações de parentesco entre aqueles que ocuparam o cargo de escrivão	172
Figura 5.2 – Escrivães da Câmara por período de nascimento	173
Figura 5.3 – Interface do software ABBYY FineReader PDF 15 Editor OCR	175
Figura 5.4 – Interface da aba Transcrição do <i>e-Dictor</i>	176
Figura 5.5 – Interface da aba Edição do <i>e-Dictor</i>	177
Figura 5.6 – Edição em html, de “Cartas da Câmara Municipal de Salvador” (1638-1730)	177
Figura 5.7 – Interface da aba Morfologia do <i>e-Dictor</i>	178
Figura 5.8 – Interface do <i>Annotald</i>	181
Figura 6.1 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V2 em escrivães portugueses	198
Figura 6.2 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V2 em escrivães brasileiros	199
Figura 6.3 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V2 em escrivães brasileiros	200
Figura 6.4 – (X)VS por período de nascimento nas sentenças V2 em brasileiros	201

Figura 6.5 – Probabilidade de brasileiros séculos usarem verbo transitivo em sentenças VS(X) por século de nascimento	202
Figura 6.6 – VS e sujeitos nulos nas sentenças V1 em escrivães portugueses	207
Figura 6.7 – VS e sujeitos nulos nas sentenças V1 em escrivães brasileiros	208
Figura 6.8 – VS e sujeito nulo nas sentenças V1 em brasileiros por período de nascimento	214
Figura 6.9 – V1/VS em relação ao tipo de verbo em brasileiros por período de nascimento	215
Figura 6.10–Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V>2 em escrivães portugueses	216
Figura 6.11–Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V>2 em escrivães brasileiros	217
Figura 6.12–V>2 (Sujeito nulo, VS e SV) em portugueses por período de nascimento . . .	220
Figura 6.13–V>2 (Sujeito nulo, VS e SV) em brasileiros por período de nascimento . . .	221
Figura 6.14–Probabilidade da ocorrência de sentenças SV em brasileiros por período de nascimento	222
Figura 6.15–VS em V>2 por tipo de verbo em brasileiros por período de nascimento . . .	223
Figura 6.16–Probabilidade de brasileiros usarem verbo transitivo em sentenças VS(X) por século de nascimento	224
Figura 6.17–Probabilidade de brasileiros com diferentes graus de letramento usarem VS em sentenças V>2	224
Figura 6.18–Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença em portugueses	237
Figura 6.19–Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença em brasileiros	238
Figura 6.20–Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença em brasileiros por período de nascimento	239
Figura 6.21–O fenômeno de alçamento de clíticos em escrivães portugueses	253
Figura 6.22–O fenômeno de alçamento de clíticos em escrivães brasileiros	254
Figura 6.23–O fenômeno da interpolação em escrivães portugueses	259
Figura 6.24–O fenômeno da interpolação em escrivães brasileiros	260
Figura 6.25–O fenômeno da interpolação em escrivães portugueses	264
Figura 6.26–O fenômeno da interpolação em escrivães brasileiros	265
Figura 6.27–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - portuguesas	273
Figura 6.28–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - brasileiros	274

Figura 6.29–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes – portugueses	275
Figura 6.30–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes – brasileiros	276
Figura 6.31–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes – brasileiros	277
Figura 6.32–Sujeito Nulo x Preenchido por Pessoa verbal em brasileiros	278
Figura 6.33–Sujeito Nulo x Preenchido na 1ª pessoa verbal em brasileiros	279
Figura 6.34–Sujeito Nulo x Preenchido na 3ª pessoa verbal em brasileiros	280
Figura 6.35–Sujeito Nulo x preenchido em completivas em portugueses	281
Figura 6.36–Sujeito Nulo x preenchido em completivas em brasileiros	282
Figura 6.37–Sujeito Nulo x preenchido em completivas por período de nascimento em portugueses	284
Figura 6.38–Sujeito Nulo x preenchido em completivas por período de nascimento em brasileiros	285
Figura 6.39–Sujeito Nulo x preenchido em sentenças completivas 1ª pessoa em brasileiros por período de nascimento	286
Figura 6.40–Sujeito Nulo x Preenchido em sentenças completivas 3ª pessoa em brasileiros por período de nascimento	287
Figura 6.41–Probabilidade da ocorrência de sujeitos nulos em completivas por período de nascimento	288
Figura 6.42–Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas finitas - portugueses	290
Figura 6.43–Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas finitas - brasileiros	290
Figura 6.44–Sujeito Nulo x Preenchido em adjuntas por Período de nascimento - (brasileiros)	291
Figura 6.45–Sujeito Nulo x Preenchido em portugueses nas sentenças relativas	292
Figura 6.46–Sujeito Nulo x Preenchido em brasileiros nas sentenças relativas	293
Figura 6.47–Sujeito Nulo x Preenchido em brasileiros nas sentenças relativas	294
Figura 6.48–Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 3ª pessoa	295
Figura 6.49–Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 3ª pessoa	296
Figura 6.50–Objeto Nulo x preenchido em portugueses	298
Figura 6.51–Objeto Nulo x preenchido em brasileiros	298

Figura 6.52–Objeto Nulo x preenchido em brasileiros por período de nascimento	300
Figura 7.1 – A distribuição de V1, V2 e V3 em sentenças matrizes no PCI (Galves, 2020)	304
Figura 7.2 – A distribuição de V1, V2 e V3 em sentenças matrizes no PCI (<i>Corpus Post Scriptum</i>)	305
Figura 7.3 – Ênclise no <i>contexto de variação I</i> em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	313
Figura 7.4 – Ênclise Sujeito-V em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	314
Figura 7.5 – Ênclise ADV-V em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	315
Figura 7.6 – Ênclise PP-V em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	315
Figura 7.7 – Ênclise quando orações dependentes precedem o complexo clítico-verbo em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	316
Figura 7.8 – Ênclise quando a conjunção coordenativa precede o complexo clítico-verbo em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	316
Figura 7.9 – Ênclise em sentenças em que o verbo aparece em primeira posição em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)	317
Figura 7.10–A evolução de VS em Galves e Paixão de Sousa (2017) e nos escritórios brasileiros	320
Figura 7.11–A evolução de VS em Galves e Paixão de Sousa (2017), Berlinck (1988) e nos escritórios brasileiros	321
Figura 7.12–VS com verbos transitivos em Berlinck (1988) e nos escritórios brasileiros	322
Figura 7.13–Ênclise em sentenças V1 em diversos <i>corpora</i>	329
Figura 7.14–Ênclise no <i>contexto de variação I</i> em diversos <i>corpora</i>	330
Figura 7.15–Ênclise quando orações dependentes precedem o complexo clítico-verbo em diversos <i>corpora</i>	331
Figura 7.16–Ênclise quando a conjunção coordenativa precede o complexo clítico-verbo em diversos <i>corpora</i>	332
Figura 7.17–Sujeitos nulos em diversos <i>corpora</i>	334
Figura 7.18–Sujeitos nulos em diversos <i>corpora</i>	336

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Volumes das <i>Cartas do Senado a Sua Magestade</i>	50
Tabela 2.2 – Volumes das <i>Cartas do Senado a Sua Magestade</i>	51
Tabela 3.1 – Características dos sistemas FinV2 e ForceV2, baseada em Wolfe (2019)	76
Tabela 5.1 – Composição do <i>corpus</i>	169
Tabela 5.2 – Escrivães da Câmara Municipal de Salvador entre 1638-1775	171
Tabela 5.3 – Escrivães da Câmara por local de nascimento	173
Tabela 5.4 – Escrivães da Câmara por grau de letramento	174
Tabela 6.1 – Distribuição dos dados analisados	185
Tabela 6.2 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por portugueses	190
Tabela 6.3 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por portugueses	190
Tabela 6.4 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por portugueses	191
Tabela 6.5 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por brasileiros	199
Tabela 6.6 – (X)VS em relação ao tipo verbal em brasileiros por período de nascimento	201
Tabela 6.7 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães portugueses	203
Tabela 6.8 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães brasileiros – 1600-1649	203
Tabela 6.9 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães brasileiros – 1650-1699	204
Tabela 6.10–Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães brasileiros – 1700-1749	204
Tabela 6.11–(X)VS em relação ao tipo textual em brasileiros nascidos no séc. XVIII	205
Tabela 6.12–Distribuição SV e VS em brasileiros por grau de letramento – 1650-1699	205
Tabela 6.13–Distribuição SV e VS em brasileiros por grau de letramento – 1700-1749	205
Tabela 6.14–Distribuição de sentenças V1 em portugueses e brasileiros	207
Tabela 6.15–VS e Sujeitos nulos em sentenças matrizes por brasileiros	213
Tabela 6.16–VS(X) em relação ao tipo verbal em portugueses por nascimento	214
Tabela 6.17–VS(X) em relação ao tipo verbal em brasileiros por nascimento	215
Tabela 6.18–Distribuição de sentenças V>2 em portugueses	216
Tabela 6.19–Distribuição sujeito nulo, SV e VS na ordem V>2 em portugueses	220
Tabela 6.20–Distribuição sujeito nulo, SV e VS na ordem V>2 em brasileiros	221
Tabela 6.21–VS na ordem V>2 em relação ao tipo verbal em brasileiros por período de nascimento	222
Tabela 6.22–VS na ordem V>2 em brasileiros por período de nascimento	224

Tabela 6.23–SV/VS em relação ao tipo textual em brasileiros nascidos no século XVIII .	225
Tabela 6.24–V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em brasileiros por período de nascimento	226
Tabela 6.25–Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença	236
Tabela 6.26–Colocação de clíticos quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença em relação ao período de nascimento em brasileiros	238
Tabela 6.27–Clíticos quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença em brasileiros nascidos entre 1700-1749 (letramento)	240
Tabela 6.28–Próclise/ênclise no <i>contexto de variação I</i>	241
Tabela 6.29–Próclise/ênclise no <i>contexto de variação I</i> por tipo de sintagma - portugueses	245
Tabela 6.30–Próclise/ênclise no <i>contexto de variação I</i> por tipo de sintagma - brasileiros	245
Tabela 6.31–Próclise/ênclise no <i>contexto de variação I</i> por período de nascimento - Brasileiros	245
Tabela 6.32–Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma oração dependente em escrivães brasileiros e portugueses	246
Tabela 6.33–Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma oração dependente por período de nascimento – Brasileiros	249
Tabela 6.34–Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma oração dependente por período de nascimento – Portugueses	249
Tabela 6.35–Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma conjunção coordenativa em escrivães brasileiros e portugueses	249
Tabela 6.36–Próclise/ênclise em primeiras coordenadas sem clíticos	251
Tabela 6.37–Próclise/ênclise em primeiras coordenadas com próclise	251
Tabela 6.38–Próclise/ênclise em primeiras coordenadas com ênclise	251
Tabela 6.39–Alçamento de clíticos	253
Tabela 6.40–Próclise/ênclise em predicados complexos em portugueses	256
Tabela 6.41–Próclise/ênclise em predicados complexos em brasileiros	256
Tabela 6.42–Predicados complexos em portugueses por período de nascimento	257
Tabela 6.43–Predicados complexos em brasileiros por período de nascimento	258
Tabela 6.44–Interpolação x adjacência com <i>não</i> em portugueses	258
Tabela 6.45–Interpolação x adjacência com <i>não</i> em brasileiros	259
Tabela 6.46–Interpolação x adjacência com <i>não</i> em portugueses	261
Tabela 6.47–Interpolação x adjacência com <i>não</i> em brasileiros	262
Tabela 6.48–Interpolação x adjacência não em portugueses nascidos entre 1550-1599 . .	262

Tabela 6.49–Interpolação x adjacência não em portugueses nascidos entre 1600-1649 . . .	262
Tabela 6.50–Interpolação x adjacência não em brasileiros nascidos entre 1600-1649 . . .	263
Tabela 6.51–Interpolação x adjacência não em brasileiros nascidos entre 1650-1699 . . .	263
Tabela 6.52–Interpolação x adjacência não em brasileiros nascidos entre 1700-1749 . . .	263
Tabela 6.53–Interpolação x adjacência de XPs em portugueses	264
Tabela 6.54–Interpolação x adjacência de XPs em portugueses	265
Tabela 6.55–Interpolação x adjacência XPs por período de nascimento em portugueses .	266
Tabela 6.56–Interpolação x adjacência XPs por período de nascimento em brasileiros . .	266
Tabela 6.57–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - portugueses	273
Tabela 6.58–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - brasileiros	273
Tabela 6.59–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes - portugueses	274
Tabela 6.60–Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes - brasileiros	275
Tabela 6.61–Sujeito Nulo x Preenchido por Pessoa verbal em brasileiros	277
Tabela 6.62–Sujeito Nulo x Preenchido na 1ª pessoa verbal em brasileiros	278
Tabela 6.63–Sujeito Nulo x Preenchido na 3ª pessoa verbal em brasileiros	279
Tabela 6.64–Sujeito Nulo x preenchido em completivas	281
Tabela 6.65–Sujeito Nulo x preenchido em completivas - portugueses	284
Tabela 6.66–Sujeito Nulo x preenchido em completivas por período de nascimento em brasileiros	284
Tabela 6.67–Sujeito Nulo x preenchido em sentenças completivas 1ª pessoa em brasileiros	285
Tabela 6.68–Sujeito Nulo x preenchido em sentenças completivas 3ª pessoa - brasileiros .	286
Tabela 6.69–Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas finitas	289
Tabela 6.70–Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas por período de nascimento - brasileiros	291
Tabela 6.71–Sujeito Nulo x preenchido em relativas	292
Tabela 6.72–Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento - brasileiros	293
Tabela 6.73–Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 1ª pessoa	294
Tabela 6.74–Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 3ª pessoa	295

Tabela 6.75–Objeto Nulo x preenchido	297
Tabela 6.76–Objeto Nulo x preenchido em portugueses por período de nascimento	299
Tabela 6.77–Objeto Nulo x preenchido em brasileiros por período de nascimento	299
Tabela 7.1 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em brasileiros por período de nascimento	304
Tabela 7.2 – As interpretações para SVO, VOS e VSO no PCI (GALVES; GIBRAIL, 2018)	307
Tabela 7.3 – Propriedade de V2 no PCI e na gramática de escrivães brasileiros	319
Tabela 7.4 – As interpretações para VSO, VOS no PCI e no PB	324

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
1.1	OBJETIVOS E HIPÓTESE	25
1.2	ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	27
2	MUDANÇA SINTÁTICA E ORIGENS DO PB	29
2.1	INTRODUÇÃO	29
2.2	A MUDANÇA SINTÁTICA NA PERSPECTIVA MINIMALISTA	30
2.3	A COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS	37
2.4	AS ORIGENS DO PB: ASPECTOS EXTERNOS E INTERNOS	38
2.4.1	A periodização do PB: história externa e aspectos morfofonológicos	38
2.4.2	A mudança sintática no PB: aspectos intralinguísticos	43
2.5	O <i>CORPUS</i> DE CARTAS E ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR E A EMERGÊNCIA DO PB	48
2.6	RESUMO DO CAPÍTULO	62
3	O EFEITO V2: DAS LÍNGUAS GERMÂNICAS ÀS LÍNGUAS ROMÂNICAS MEDIEVAIS	63
3.1	O EFEITO V2 NAS LÍNGUAS: PERSPECTIVA TEÓRICA	64
3.1.1	Fundamentos teóricos da análise V2 flexível	69
3.1.2	Uma análise alternativa: Antonelli (2011) e Galves e Paixão de Sousa (2017)	77
3.2	O EFEITO V2 NO ROMANCE MEDIEVAL	82
3.2.1	As línguas românicas medievais são línguas V2	82
3.2.2	Tipologia e periferia esquerda das línguas românicas medievais	86
3.2.3	O efeito V2 e a colocação de clítico	88
3.3	O EFEITO V2 NO PORTUGUÊS: ESTADO DA ARTE	93
3.3.1	O Português Antigo é uma língua V2 flexível	94
3.3.2	O Português Clássico é uma língua V2 flexível	97
3.3.3	A periferia esquerda do PCI	105
3.3.4	A sintaxe V2 do PCI: a posição e a colocação de clíticos	108
3.3.5	Sobre o PB: sintaxe da ordem e sintaxe de colocação de clíticos	113
3.3.5.1	<u>A sintaxe da ordem</u>	113

3.3.5.2	<u>A sintaxe da colocação de clíticos</u>	115
3.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	118
4	A EMERGÊNCIA DO PB E OS ARGUMENTOS NULOS	120
4.1	O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO QUADRO MINIMALISTA: A CONJECTURA BORER-CHOMSKY	120
4.2	CLASSIFICANDO AS LÍNGUAS DE SUJEITO NULO (LSNs)	126
4.2.1	As línguas de sujeito nulo consistentes	126
4.2.2	As línguas de sujeito nulo parciais	134
4.2.3	As línguas de sujeito nulo discursivas	140
4.3	AS CONSTRUÇÕES COM ARGUMENTOS NULOS NO PB	145
4.3.1	O Sujeito Nulo	146
4.3.1.1	<u>A natureza do sujeito nulo no PB</u>	146
4.3.1.2	<u>O sujeito nulo na diacronia do PB</u>	152
4.3.2	O objeto nulo	156
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	159
5	O CORPUS DE CARTAS E ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR: METODOLOGIA DE ANÁLISE	161
5.1	A CONSTITUIÇÃO DE <i>CORPORA</i> HISTÓRICOS	161
5.1.1	<i>Corpus</i> eletrônico: o que é e como se caracteriza	165
5.2	O <i>CORPUS</i> DE CARTAS E ATAS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR	167
5.2.1	O Cargo de escrivão	169
5.2.2	A Composição do <i>corpus</i>	172
5.3	METODOLOGIA	174
5.3.1	Digitalização e Transcrição do <i>corpus</i>	174
5.3.2	O <i>e-Dictor</i>: edição e anotação morfológica	175
5.3.3	A anotação sintática	178
5.3.4	As buscas	181
5.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	183
6	O PORTUGUÊS ESCRITO PELOS <i>HOMENS BONS</i> NA BAHIA COLONIAL 184	
6.1	METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS	184
6.2	DESCRIÇÃO DOS DADOS: EFEITO V2	190
6.2.1	A ordem V2	191

6.2.2	A ordem V1	206
6.2.3	A ordem V>2	216
6.3	DESCRIÇÃO DOS DADOS: COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS	226
6.3.1	Contextos categóricos	227
6.3.2	Contextos de variação I	240
6.3.3	Contextos de variação II	246
6.3.4	Predicados Complexos	252
6.3.5	Interpolação	258
6.3.5.1	<u>Interpolação de não</u>	258
6.3.5.2	<u>Interpolação de XPs</u>	263
6.4	DESCRIÇÃO DOS DADOS: ARGUMENTOS NULOS	266
6.4.1	Sujeito nulo: descrição dos dados	266
6.4.2	Objeto nulo: descrição dos dados	297
6.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	300
7	A DINÂMICA DO PORTUGUÊS CLÁSSICO NO BRASIL	303
7.1	EVIDÊNCIAS DE UMA GRAMÁTICA CLÁSSICA NO BRASIL	303
7.1.1	O efeito V2	306
7.1.2	A colocação de clítico	312
7.1.3	A Periferia Esquerda da Sentença	318
7.2	EVIDÊNCIAS DE UMA GRAMÁTICA BRASILEIRA	320
7.2.1	Perda do efeito V2	320
7.2.2	Colocação de clíticos	328
7.2.3	Argumentos nulos	333
7.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	336
8	SOBRE A EMERGÊNCIA DO PB: UMA PERSPECTIVA PARAMÉTRICA	337
8.1	HIERARQUIA DE PARÂMETRO E MUDANÇA LINGUISTICA	337
8.2	OS PARÂMETROS ENVOLVIDOS NA EMERGÊNCIA DO PB E O EFEITO CASCATA	339
8.2.1	O efeito V2	340
8.2.2	Os argumentos nulos	344
8.2.3	A colocação de clíticos	347
8.3	LIGANDO OS PARÂMETROS ENVOLVIDOS: O EMPOBRECIMENTO DO TRAÇO DE PESSOA	347

8.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	352
CONSIDERAÇÕES FINAIS	353
Referências	356
Anexos	367
ANEXO A Buscas realizadas - Efeito V2	368
ANEXO B Buscas realizadas - Colocação e subida de clíticos e interpolação	378
ANEXO C Buscas realizadas - Sujeitos e objetos nulos.	384
ANEXO D Ficha biográfica dos escreventes	385
ANEXO E Fólio de uma carta do Livro 01.	401
ANEXO F Fólio de uma carta do Livro 02.	402
ANEXO G Fólio de uma carta do Livro 03	403
ANEXO H Fólio de uma carta do Livro 04	404
ANEXO I Fólio de uma carta do Livro 05	405
ANEXO J Fólio de uma carta do Livro 06	406
ANEXO K Fólio de uma ata da Câmara Municipal de Salvador	407

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a emergência do Português Moderno tem sido um tema muito debatido pelos pesquisadores da sintaxe diacrônica. Esses estudos têm sido bastante profícuos e têm buscado propriedades estruturais que caracterizem aspectos da mudança sintática que possam atestar se a gramática do Português Europeu Moderno (doravante PE) e a gramática do Português Brasileiro (doravante PB) se distinguiram de um mesmo sistema comum: a gramática do Português Clássico (doravante PCI).

Se voltarmos nosso olhar sobre a periodização do português europeu e sua relação com a origem do português brasileiro veremos que diversas propostas têm se sucedido. Apesar de haver diversas propostas (Silva Neto, Leite de Vasconcelos, Pilar Vasquez Cuesta, Lindley Cintra) quase todas¹ levam em consideração somente a história externa à língua e são unânimes em definir o século XVI como o marco incontornável na história do português.

Galves (2007, 2010) e Galves, Namiuti e Sousa (2006) propõem uma periodização alternativa à periodização tradicional com base em estudos empíricos sobre o fenômeno da colocação de clíticos e na concepção de que a mudança sintática procede via competição de gramáticas (KROCH, 1989, 1994 e 2001). Os dados analisados por Galves (2007, 2010) e Galves et al. (2006) apontam que, diferentemente do que propõe a periodização tradicional, o PE moderno teria emergido nos alvares do século XVIII, pois é nesse período que o mesmo sofre uma série de mudanças do ponto de vista sintático.

Com relação ao PB, Galves (2010) defende que a língua trazida ao Brasil no século XVI pelos colonizadores seria o PCI. Desse modo, a gramática do PB e a gramática do PE moderno teriam como base comum o PCI. Já Tarallo (1996) apontou que é na passagem do século XIX para o XX que as mudanças quantitativamente dramáticas ocorrem no PB. E Ribeiro (1998), ao questionar a hipótese defendida por Tarallo, propõe que o português implantado no Brasil é constituído de, pelo menos, duas gramáticas diferentes, a dos séculos XVI-XVIII e a dos séculos XIX-XX.

Para Ribeiro (1998), o PE moderno não pode servir de referência para o estudo da mudança gramatical que ocorre no PB. Segundo a autora, os estudos diacrônicos devem ter por objetivo responder à questão: o PB mudou em relação a que sistema linguístico? Ao do PE do século XIX, ao do PE dos séculos XVI-XVII?

¹ Uma das exceções é a proposta de Ivo Castro (1994).

Motivada por tais discussões é que analiso as Cartas e Atas escritas por Homens Bons da Câmara Municipal de Salvador (séculos XVII – XVIII), a fim de compreender a emergência do Português Brasileiro. A análise do *corpus* busca responder à pergunta que norteia nossa pesquisa: os textos produzidos por brasileiros, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se aproximam ou se diferenciam sintaticamente dos textos produzidos por portugueses no mesmo período? Se se diferenciam, por causa da mudança ocorrida em Portugal, continuam a escrever PCI ou já trazem mudanças que apontam para a emergência do PB?

O nosso objeto de investigação inclui a sintaxe da ordem, pois a mudança de um sistema V2/VS para um sistema SV é, em parte, comum ao PE e ao PB. Nesta tese, volto meu olhar a textos produzidos no século XVII e XVIII. A hipótese é que, entre os séculos XVII e XVIII, haja marcas da diferenciação entre o PCI escrito por brasileiros e portugueses e indícios da emergência de uma gramática brasileira.

Como implicações da mudança da ordem estão a fixação da ordem SV no PB, tanto em orações declarativas quanto em interrogativas (comportamento bastante peculiar em relação às diversas línguas) e a colocação de clíticos. Como os padrões de ordem são uma referência comparativa importante para traçar as semelhanças e diferenças entre o PB e o PE, investigo os fenômenos acima listados, a fim de compreender melhor a dinâmica da mudança, analisando em quais pontos há convergências e divergências entre as variedades brasileira e portuguesa.

O quadro teórico adotado aqui será o da Teoria da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1995, entre outros). Adoto também o conceito de competição de Gramáticas desenvolvido por Kroch (1989, 1994 e 2001). A competição de gramáticas (diglossia sintática) revela que “as formas em competição podem se diferenciar no registro social, com uma variante vernacular lentamente guiando uma variante escrita fora de uso” (KROCH, 2004, p. 6).

1.1 OBJETIVOS E HIPÓTESE

O objetivo desta tese é analisar sintaticamente o conjunto de Cartas e Atas Produzidas por Homens Bons da Câmara Municipal de Salvador, a fim de observar se as cartas e atas produzidas por brasileiros nascidos entre 1580 e 1719, escrevendo ao longo dos séculos XVII e XVIII, apresentam alguma mudança em relação ao PCI e diferenciação em relação ao PE moderno. A partir de uma abordagem comparativa, voltaremos nosso olhar para fenômenos que, em trabalhos anteriores, se mostraram fenômenos de mudança, a fim de compreendermos os paralelos e diferenças entre as variedades brasileira e portuguesa.

Desse modo, pretende-se:

1. Averiguar se há perda do movimento do verbo para uma posição alta na estrutura sintática da ordem VS, nas orações matrizes (GALVES; GIBRAIL, 2018; GALVES, 2019);
2. Estudar o sujeito nulo referencial, a fim de comparar o PE (que parece não sofrer alteração ao longo dos séculos (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017) e o PB, onde se desenvolveu uma sintaxe diferenciada do sujeito nulo;
3. Estudar o fenômeno do objeto nulo que, no PB, possui um comportamento diferente do que ocorre em outras línguas (CYRINO, 2011). Ressalta-se ainda que o aparecimento do objeto nulo no PB está intimamente ligado ao desaparecimento dos clíticos acusativos de terceira pessoa *a/o(s)*, pois à medida que estes desaparecem são substituídos ou por um pronome nulo e pelos pronomes tônicos *ele/ela*.

Ao comparar os fenômenos de posição do sujeito em relação ao verbo, colocação de clíticos e sujeito e objeto nulos, levanto a hipótese, seguindo Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) e Galves (2007), de que as atas e cartas produzidas por brasileiros e portugueses nascidos entre 1580 a 1723 revelam a competição entre a gramática portuguesa clássica que entra em declínio e a gramática brasileira que vai emergindo. As mudanças que podem ser atestadas nos textos que compõem o *corpus* de investigação dessa pesquisa são subprodutos do processo de competição de gramáticas.

Para responder à questão de pesquisa e averiguar a hipótese proposta, organizei um *corpus* com documentos provenientes da administração colonial: *Cartas do Senado a Sua Majestade e Atas da Câmara Municipal de Salvador*. Transcrevi 308.649 palavras. O *corpus* conta com textos escritos por brasileiros e portugueses, nascidos entre 1580 a 1723. Ressalta-se que o *corpus* escolhido é de fundamental importância para entender que tipo de língua portuguesa chegou à colônia, em que momento se diferenciou do português da metrópole, por que e como ocorre tal diferenciação.

A nossa análise parte do princípio da comparação. Primeiro, a comparação entre os escrivães brasileiros e portugueses; depois, a comparação entre os períodos de nascimento (2º metade do século XVI, 1º e 2º metade do século XVII e 1º metade do século XVIII) desses escrivães e por fim, a comparação entre os nossos dados e os dados encontrados em outras pesquisas, pois é de suma importância traçar as semelhanças e dessemelhanças entre brasileiros

e portugueses, a partir dos dados coletados. Com base na análise comparativa, fica mais fácil inferir sobre a dinâmica da mudança.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Este texto está organizado em oito capítulos. Em *Mudança Sintática e Origens do PB*, dividido em duas partes, apresento as discussões mais recentes sobre a teoria da mudança linguística do ponto de vista gerativista. Apresento também aspectos da história externa e interna do PB e problematizo o lugar do *corpus* desta tese na elucidação de elementos da história interna do PB.

O efeito V2: das línguas germânicas às línguas românicas medievais trata das discussões sobre o efeito V2 nas línguas românicas de uma perspectiva empírica e teórica, com particular ênfase no português clássico (PCI) e traz o estado da arte sobre o PCI enquanto língua V2.

Em *A emergência do PB e os argumentos nulos*, discuto o fenômeno do sujeito e do objeto nulo considerando as propriedades sintáticas apresentadas na literatura ligadas aos fenômenos, também apresento uma visão geral dos estudos sobre os argumentos nulos no PB, a fim de identificar as propriedades sintáticas que estão na base da emergência da gramática do PB.

O Corpus de Cartas e Atas da Câmara Municipal de Salvador: metodologia de análise traz uma breve discussão acerca da constituição de *corpora* históricos para estudos linguísticos. Ressalto as dificuldades que os pesquisadores da diacronia da língua enfrentam para reunir textos de sincronias passadas, e defendo a necessidade de termos *corpora* históricos anotados sintaticamente.

Em *O português escrito pelos homens bons na Bahia colonial*, apresento a metodologia e descrição dos dados, focando na ordem, na colocação de clíticos e na presença de argumentos nulos. Destaco, ao longo do capítulo, não apenas questões quantitativas, mas também aspectos de natureza qualitativa que possam contribuir para as análises realizadas nos capítulos subsequentes.

No capítulo *A dinâmica do português clássico no Brasil* faço um duplo movimento a fim de comprovar duas hipóteses: (i) se a gramática que chegou ao Brasil é uma gramática V2 flexível compatível com as propriedades do PCI; e (ii) se é possível entrever a emergência de uma gramática brasileira.

O capítulo *Sobre a emergência do PB: uma perspectiva paramétrica* dialoga com o capítulo 01, retomando a discussão sobre a mudança linguística, com base na Teoria da Hierarquia de Parâmetros (ROBERTS, 2019). Tento propor uma hierarquia de parâmetros que explique as

mudanças que vão dar origem ao PB.

2 MUDANÇA SINTÁTICA E ORIGENS DO PB

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte, trago as discussões sobre a teoria da mudança linguística do ponto de vista gerativista. Retrato os desenvolvimentos recentes dentro do quadro da teoria gerativa sobre a mudança linguística, especificamente no que remete à contribuição do programa minimalista para o estudo da mudança sintática e, também, ao conceito de competição de gramáticas (KROCH, 1989; KROCH, 2001). Na segunda parte, articulo a noção de mudança linguística e de *competição de gramáticas* com a questão da periodização do Português Brasileiro (PB). Apresento os aspectos da história externa e interna do português e problematizo o lugar do *corpus* desta tese na elucidação de elementos da história interna do PB.

2.1 INTRODUÇÃO

O termo mudança linguística geralmente se refere a processos pelos quais as línguas passam ao longo do tempo. Tais processos podem atingir diferentes níveis da língua: lexical, fonético, fonológico, semântico e sintático. Desde a sua origem, o gerativismo visa explicar o funcionamento da gramática na mente/cérebro dos falantes. Isso significa que o objetivo da teoria é investigar a língua-I e não a língua-E¹. A língua-I é o órgão da linguagem de um indivíduo, sua Faculdade da Linguagem (FL), em estágio desenvolvido. Para a teoria gerativa, o único lugar em que as línguas existem, no sentido estrito, é no cérebro das pessoas.

Por isso, a mudança linguística, na teoria gerativa, está associada ao processo de aquisição da linguagem (LIGHTFOOT, 1979). Para Lightfoot (1991), a criança constrói sua gramática a partir dos dados linguísticos primários (DLPs) – dados aos quais as crianças estão expostas e que “desencadeiam” algum aspecto de suas gramáticas – e do que há de inato em sua Gramática Universal (GU). Ao entrar em contato com os DPLs que são fornecidos pela gramática dos adultos, as crianças iniciam o processo de aquisição de uma dada língua.

Nas últimas décadas, a gramática gerativa passou por diversas mudanças em seu programa de investigação, o que acarretou mudanças no modo como o processo de aquisição e o processo de mudança são compreendidos e analisados. Com o programa minimalista, admitiu-se que, “além de possíveis mutações genéticas que devem ter sido cruciais no desenvolvimento evolutivo

¹ A língua-E abrange os aspectos da linguagem relacionados ao seu uso social, hábitos sociolinguísticos e aspectos externos do uso da linguagem nas comunidades humanas.

da FL na espécie humana, existem [...] outros fatores responsáveis pela estrutura final da FL” (MENDÍVIL GIRÓ, 2015, p. 33). Na seção abaixo, apresento como a mudança sintática é compreendida desde o ponto de vista minimalista.

2.2 A MUDANÇA SINTÁTICA NA PERSPECTIVA MINIMALISTA

Como apontando acima, não é possível falar em mudança linguística na teoria gerativa sem tratar do processo de aquisição da linguagem; e não é possível falar de ambas sem tratar da teoria paramétrica.

A noção de parâmetro resulta da teorização dentro da linguística gerativa, na qual a sintaxe de uma língua natural é descrita de acordo com princípios gerais e parâmetros específicos que variam entre as línguas, podendo ou não ser ativados. A ideia central por trás dessa abordagem é que o conhecimento sintático de um indivíduo possa ser modelado com um conjunto finito de princípios fundamentais comuns a todas línguas e com um conjunto finito de parâmetros que determinam a variabilidade sintática entre as línguas. Dentro dessa estrutura, é possível identificar todos os princípios e parâmetros que são universais às línguas humanas.

A abordagem de Princípios e Parâmetros é uma solução postulada para o Problema de Platão, conforme definido por Chomsky e procura explicar a aparente lacuna entre o conhecimento linguístico e a competência linguística. De acordo com essa abordagem, os princípios e os parâmetros fazem parte da GU e, como tal, não precisam ser aprendidos pela exposição a determinada língua, ao contrário, a exposição (*input*) apenas aciona os parâmetros para adotar a configuração correta.

O problema é simplificado consideravelmente se as crianças são equipadas de forma inata com aparato mental que reduz e, de certo modo, direciona o espaço de busca entre gramáticas possíveis. A abordagem de Princípios e Parâmetros foi uma tentativa de fornecer uma caracterização precisa e testável da dotação inata que consiste em princípios universais e em parâmetros binários que podem ser definidos de várias maneiras e que geram todas as línguas naturais existentes.

Com o advento do Programa Minimalista, grande parte do mecanismo teórico adotado na abordagem de Princípios e Parâmetros foi eliminado, pois o Programa Minimalista não possui princípios que possam ser parametrizados. Por isso, os mecanismos tornavam possível expressar a variação paramétrica entre as línguas são ressignificados. A simplificação do modelo

teórico geral deixou de lado a concepção binária dos parâmetros. Se antes a variação estava atrelada ao modo como certas regras que eram aplicadas nos níveis de representação, com a eliminação desses níveis, a variação, agora, se limita às diferenças na especificação dos itens lexicais (traços- ϕ , traços categoriais, traço de borda, entre outros) e ao local onde os traços formais dos itens lexicais são interpretados.

Por esse motivo, optou-se por eliminar gradualmente a noção padrão de parâmetro, substituindo-a pela conjectura de Borer-Chomsky:

(1) A conjectura Borer-Chomsky²

Todos os parâmetros de variação são atribuíveis às diferenças nos traços de itens específicos (por exemplo, os núcleos funcionais) no léxico (BAKER, 2008, p. 3).

A conjectura Borer-Chomsky impõe uma forte limitação sobre o que pode variar uma vez que restringe a variação aos traços de itens específicos. A implicação dessa proposta é que os parâmetros são lexicais. Ao associar à valoração paramétrica com as entradas lexicais, a conjectura Borer-Chomsky reduz os parâmetros à parte da linguagem que claramente deve ser aprendida, ou seja, o léxico (ROBERTS; HOLMBERG, 2010).

A conjectura Borer-Chomsky também impõe restrições à forma dos parâmetros, partindo da combinação entre a restrição de parâmetros e os traços formais de núcleos funcionais (ROBERTS; HOLMBERG, 2010; ROBERTS, 2019). Os traços formais são definidos como aqueles que são relevantes às operações sintáticas e podem ter ou não correlatos semânticos e fonológicos. Ao restringir a variação aos traços formais, reduz-se o *locus* da variação, delineando melhor o que varia e o que é invariável.

As operações (*merge*, *delete*, *copy*, *agree*) do sistema computacional são invariantes. A variação, então, se reduz ao léxico não funcional (variação lexical arbitrária) e ao léxico funcional (variação nos traços formais). A conjectura Borer-Chomsky nos leva à conclusão de que a variação paramétrica pode ser reduzida a uma lista de traços formais.

Embora a ideia de reduzir parâmetros a traços formais de núcleos funcionais tenha sido amplamente associada à abordagem microparamétrica, Roberts e Holmberg (2010) tentam acomodar os macroparâmetros no escopo de (1). Diferentemente de Baker (2008), Roberts e

² “A Conjectura de Borer-Chomsky” foi proposta por Baker (2008). Esse nome se deve à adoção da proposta de Borer (1984) que defende a Hipótese de Parametrização Lexical. Tal hipótese foi adotada por Chomsky (1993), incorporando-a ao Programa Minimalista e foi postulada antes de grande parte do trabalho comparativo de sintaxe das últimas décadas.

Holmberg (2010) propõem olhar os macroparâmetros fazendo a seguinte postulação:

- (2) Macroparâmetros são agregados de microparâmetros atuando juntos.

Em (2), Roberts e Holmberg (2010) propõem uma visão formalmente microparamétrica dos macroparâmetros, ou seja, enxergam os macroparâmetros como agregados de configurações microparamétricas. De acordo Roberts e Holmberg (2010), a variação microparamétrica surge quando um grupo de núcleos funcionais é especificado para as mesmas propriedades. Tal comportamento não é definido pela GU e sim por uma estratégia de aprendizagem conservadora³. Desse modo, a diferenciação entre micro e macroparâmetros não é parte da GU, mais sim uma propriedade que surge da interação entre o que Chomsky (2005) chama de três fatores no *design* da linguagem: (i) a dotação genética; (ii) a experiência; e (iii) princípios não específicos da FL (HOLMBERG; ROBERTS, 2014; ROBERTS, 2019).

À GU, representada como o primeiro fator, está relacionada a variação nos traços formais dos núcleos funcionais. A experiência relaciona-se aos DLPs como deflagradores do processo de aquisição. E os princípios não específicos à faculdade de linguagem, também chamados de 3º fator, dizem respeito às estratégias gerais de aquisição de L1 baseadas no conservadorismo computacional (HOLMBERG; ROBERTS, 2014).

Logo, “a variação paramétrica não é especificada na própria GU. Em vez disso, emerge de aspectos subespecificados da GU, e é estruturada por propriedades do 3º fator que surgem em grande parte da necessidade de uma aquisição eficiente⁴ (ROBERTS, 2012, p. 312)”. Assim, toda variação – quer micro quer microparamétrica – se reduz à presença ou à ausência de traços formais no léxico funcional, com a GU fornecendo um conjunto de traços formais a partir do qual cada língua faz uma seleção correspondente (ROBERTS; HOLMBERG, 2010).

Considerando que as diferenças entre macro e microparâmetros, Biberauer e Roberts (2017, p. 149) estabelecem uma tipologia de parâmetros mais ampla, abarcando não só micro e macroparâmetros.

- (3) Tipologia dos Parâmetros

Dado um determinado valor v_i , de um traço parametricamente variável F:

³ A estratégia de aprendizagem conservadora é chamada por Roberts (2012) de *Generalização do Input* e atua junto com outra propriedade do 3º fator – a *Economia de traços* – para explicar a direcionalidade da mudança nas hierarquias de parâmetros. Discuto melhor essa questão no capítulo 07.

⁴ [...] parametric variation is not specified in UG itself. Instead, it arises from underspecified aspects of UG, and is structured by third-factor properties arising largely from the need for efficient learning (ROBERTS, 2012, p. 312).

- a. Macroparâmetros: todos os núcleos de um tipo relevante, por exemplo, todas as sondas (*probes*), todos os núcleos de fases etc., compartilham v_i ;
- b. Mesoparâmetros: todos os núcleos de uma dada classe natural, por exemplo, [+V] ou uma categoria funcional nuclear, compartilham v_i ;
- c. Microparâmetros: uma pequena subclasse lexicalmente definível de núcleos funcionais (por exemplo, auxiliares modais) compartilham v_i ;
- d. Nanoparâmetros: um ou mais itens lexicais individuais são especificados para v_i .

Roberts (2019) chama a atenção de que essas definições não adicionam nada à GU, permanecendo inalterada a noção básica de traço formal. O que se faz, neste caso, é combinar núcleo funcional e traço formal em conjuntos de tamanhos diferentes. Assim, os macroparâmetros e mesoparâmetros são vistos como agregados de tamanhos diferentes de microparâmetros, na medida em que representam diferentes distribuições de traços formais idênticos nos núcleos funcionais.

Seguindo a tipologia em (3), os parâmetros podem ser definidos em termos de traços formais combinados com propriedades formais do sistema. Além disso, capturam variações aparentemente discordantes sem proliferar parâmetros ou traços formais e restringem, de modo drástico, o espaço de gramáticas possíveis, criando dependências entre parâmetros (ROBERTS; HOLMBERG, 2010). Todos os parâmetros, desse modo, exibem uma forma extremamente simples e formam redes que estão relacionadas aos traços formais.

Os macroparâmetros são propriedades tipológicas que afetam um grande número de núcleos funcionais relevantes e são tipologicamente difundidos/universais. Do ponto de vista da mudança paramétrica, são diacronicamente estáveis, pois são salientes nos DLPs, portanto mais resistentes à reanálise (BIBERAUER; ROBERTS, 2017; ROBERTS, 2019).

Os mesoparâmetros são intermediários entre os micro e macroparâmetros e envolvem traços formais de núcleos funcionais agindo em conjunto. Os mesoparâmetros se caracterizam por atuar em agrupamentos de línguas que têm propriedades comuns entre si, por exemplo, todas as línguas românicas com exceção do PB são línguas de sujeito nulo consistentes (Discutiremos essa questão no capítulo 3). Também são mais passíveis à mudança, principalmente quando há contato linguístico intenso (BIBERAUER; ROBERTS, 2017; ROBERTS, 2019).

Os microparâmetros afetam um número pequeno de núcleos funcionais, tipologicamente limitados e são diacronicamente instáveis. Apresentam grande variação em grupos de línguas

intimamente relacionadas como, por exemplo, o sistema de colocação de clíticos das línguas românicas (BIBERAUER; ROBERTS, 2017; ROBERTS, 2019).

Já os nanoparâmetros são idiossincráticos. Afetam apenas alguns itens lexicais individuais. Suas propriedades específicas não são compartilhadas pelo sistema, sendo considerados como anomalias controladas lexicalmente. Por serem diacronicamente instáveis, tendem a desaparecer se não forem frequentemente expressos nos DLPs. Os nanoparâmetros precisam ser adquiridos item a item (BIBERAUER; ROBERTS, 2017; ROBERTS, 2019).

Uma vez estabelecida a tipologia de parâmetros (ROBERTS; HOLMBERG, 2010; ROBERTS, 2019), podemos pensar como relacioná-la à mudança sintática. Como vimos, a tipologia de parâmetros classifica os parâmetros, entre outras características, a partir da sua frequência nos DLPs. Portanto, se um parâmetro não for expresso com frequência no *input*, a criança terá menos evidências para definir tal parâmetro de acordo com a configuração da gramática-alvo.

Portanto, a mudança de parâmetros e conseqüentemente a mudança linguística são impulsionadas pelo processo de aquisição da linguagem (LIGHTFOOT, 1979; 1991; KROCH, 1989, 2001). Relacionar aquisição e mudança é defender que um valor paramétrico muda porque uma alternativa inovadora é mais “acessível” do ponto de vista dos princípios de economia do que a alternativa anterior.

O mecanismo central da mudança sintática é a mudança paramétrica, que ocorre quando a gramática-alvo contiver valores de parâmetros que não possam ser determinados exclusivamente com base no ambiente linguístico. Isso pode ocorrer quando a evidência apresentada à criança é conflitante e/ou ambígua (KROCH, 2001; ROBERTS; ROUSSOU, 2003; ROBERTS, 2007).

E o que, de fato, acarreta uma remarcação paramétrica? Se os DLPS não são conflitantes, a gramática-alvo da criança irá convergir sem “alterações”. Isso significa que a mudança sintática obedece ao princípio da inércia, segundo Longobardi (2001, p. 278).

(4) A mudança sintática não deve ocorrer, a menos que se mostre que ela é causada.

Isso significa que o sistema computacional não é, ele próprio, capaz de disparar mudanças. Assim sendo, para que haja mudança sintática é necessário que “forças externas” à sintaxe levem à criança a refixar um parâmetro. As “forças externas” podem ser alterações morfofonológicas, semânticas, prosódicas, além de fatores externos à língua como, por exemplo, o contato linguístico (ROBERTS; ROUSSOU, 2003; ROBERTS, 2007; BIBERAUER; ROBERTS, 2019).

Independentemente do fator envolvido (se fatores intralinguísticos ou extralinguísticos), a mudança linguística, na teoria gerativa é “por definição uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo” (KROCH, 2001, p. 2). Em ambos os fatores, quando as evidências empíricas necessárias à marcação dos traços linguísticos são ambíguas, as crianças elegerão a gramática menos marcada.

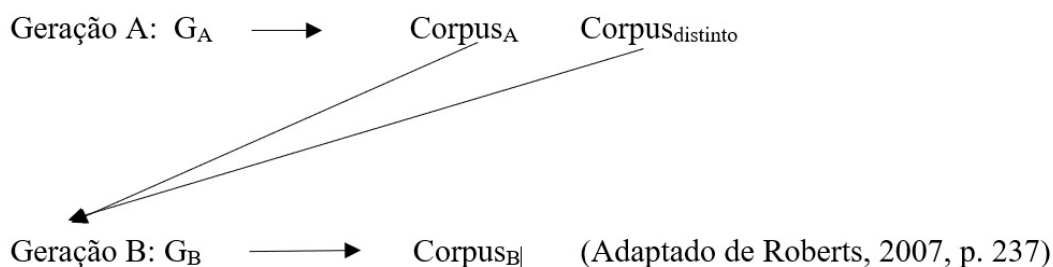
A redefinição dos parâmetros aponta para uma mudança intergeracional. A Geração B está sujeita a um tipo diferente de DLPs da Geração A, ou seja, a Geração B recebe DLPs que refletem direta ou indiretamente um sistema gramatical distinto do da Geração A. As mudanças intergeracionais nos DLPs tornam as configurações de parâmetros anteriores propensas à mudança, pois a expressão dos parâmetros se torna ambígua e/ou opaca (KROCH; TAYLOR, 1997; LONGOBARDI, 2001; KROCH, 2001; ROBERTS, 2007).

Roberts (2007) aponta três maneiras pelas quais os DLPs podem se tornar ambíguos⁵. Uma delas é a redefinição de parâmetros acionada por contato, que pode se dar de dois modos: por contato direto ou por contato indireto. As formas pelas quais os dados linguísticos primários podem se tornar ambíguos não se excluem mutuamente.

No caso do contato direto (5), os dados linguísticos primários contêm uma quantidade significativa de *tokens* que geram sequências que não podem expressar a gramática original à qual a Geração A teve acesso. Esse tipo de experiência linguística no processo de aquisição surge por diferentes situações, tais como emigração, invasões territoriais, entre outros (ROBERTS, 2007; KROCH; TAYLOR; RINGE, 2000; KROCH; TAYLOR, 1997).

(5)

(5) Contato linguístico direto



Em (5), *corpus* se refere ao conjunto de sentenças produzidas pelos falantes, também

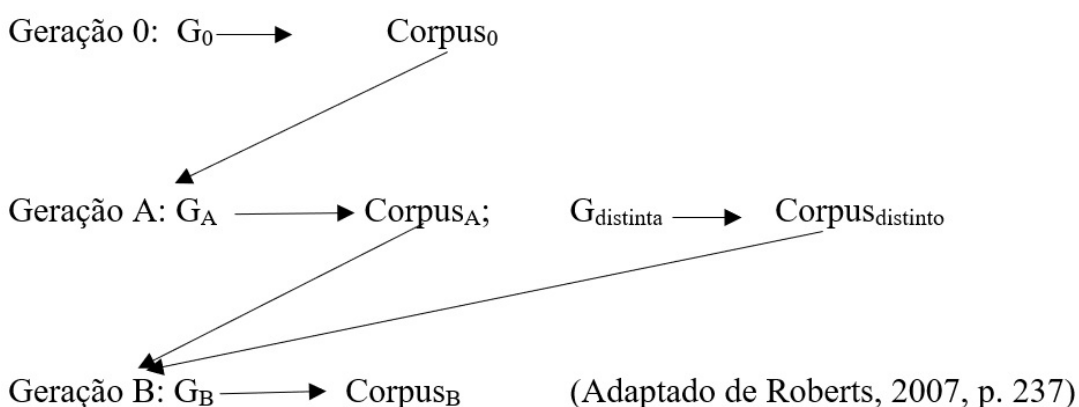
⁵ Além da redefinição de parâmetros acionada por contato (KROCH; TAYLOR, 1997; KROCH; TAYLOR; RINGE, 2000), temos a redefinição baseada em pistas (DRESHER, 1999; LIGHTFOOT, 1999) e a redefinição de parâmetros baseada na morfologia (ROBERTS; ROUSSOU, 2003; ROBERTS, 1985)

conhecido como “output”. G se refere à gramática com os parâmetros definidos. Gramática, nessa acepção, é uma representação necessariamente teórica de um conhecimento adquirido, a partir da exposição a amostras de Língua-E. A geração B tem tanto o *Corpus_A* quanto o *Corpus_{distinto}* como *input*, o que leva a uma gramática diferente da geração A.

Já o contato indireto surge quando a Geração A usa uma segunda língua em interação com a Geração B. Neste caso, os DLPs são distintos para ambas as gerações.

(6)

Contato linguístico indireto



Em (6), a geração A aprende uma gramática distinta como segunda língua e a geração B tem como *input* uma gramática fruto da aquisição de segunda língua. Tanto em (5) quanto em (6) temos uma situação de contato de populações que podem ter como consequência a emergência de novas gramáticas.

Nesta tese, adoto a hipótese da redefinição de parâmetros acionada por contato, dado que a hipótese defendida aqui é que a mudança pela qual passou o PCl e que está na origem do PB foi desencadeada por fatores externos, a saber, o contato com línguas indígenas e línguas africanas, diferente do que ocorreu no PE, em que, aparentemente, houve uma mudança nos padrões prosódicos (GALVES; GALVES, 1995; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; SANDALO, 2012; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017).

Nesta tese, volto meu olhar para a mudança intergeracional por contato direto, a fim de rastrear pistas que apontem para a emergência de uma nova gramática: a gramática do PB.

2.3 A COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS

Ao ligar o processo de mudança sintática à aquisição, a teoria gerativa assume que a mudança sintática se relaciona a uma significativa alteração nos DLPs aos quais a criança está exposta. Quando a distorção da frequência se torna tão marcada, os aprendizes não são expostos a dados cruciais e adquirem uma gramática diferente daquela de gerações anteriores. Hipoteticamente, isso faz com que a mudança seja abrupta e irreversível (LIGHTFOOT, 1999).

Kroch (2001) discorda da posição adotada por Lightfoot (1999) de que a mudança é abrupta. Para ele, embora a fixação paramétrica ocorra de forma abrupta, a mudança sintática ocorre de forma gradual, via *competição de gramáticas*. O conceito de competição de gramáticas baseia-se nos princípios de mudança linguística apontados por Weinreich, Labov e Herzog (1968)⁶, que advertem sobre a coocorrência de traços arcaicos/inovadores antes de a mudança ser implementada.

A competição de gramáticas, também chamada de diglossia sintática, reflete um período de covariação entre opções gramaticalmente incompatíveis na fala e na escrita numa comunidade de fala. As situações diglóssicas envolveriam o contraste entre a variedade mais conservadora e a variedade mais inovadora. Desse modo, pode-se hipotetizar que mais de uma gramática está presente em uma mesma comunidade de fala em um dado momento histórico. Por isso, o conceito de competição de gramática não pode ser entendido como uma simples mudança de código (KROCH, 1994; 2001).

A mudança sintática se evidenciaria num determinado período através da observação de alterações na frequência de uso de formas instanciadas por diferentes gramáticas. Tais alterações refletem a alteração na fixação de um parâmetro gramatical, definido por Kroch (1989) como Efeito de Taxa Constante. O Efeito de Taxa Constante afirma que “quando uma opção gramatical substitui outra pela qual está em concorrência em um conjunto de contextos linguísticos, a taxa de substituição, adequadamente medida, é a mesma em todos eles” (KROCH, 1989, p. 20).

De acordo com Roberts (2007, p. 313), o Efeito de Taxa Constante “implica que uma configuração de parâmetros está em competição com outra gramática por um determinado período”⁷. Desse modo, o Efeito de Taxa Constante liga uma mudança à competição de gramáticas, pois a frequência de uso em diferentes contextos superficiais reflete uma mesma (ou

⁶ De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968], p. 122), “Ao considerar alguns subsistemas ou variáveis como marcados pelo traço arcaico/innovador, a teoria da língua pode observar a mudança linguística enquanto ocorre. Pela observação *in vivo*, podemos aprender coisas sobre a mudança linguística que estão simplesmente perdidas nos monumentos do passado”.

⁷ The Constant Rate Effect is of great interest for two reasons. First, it reduces the observed gradual replacement of one form by another to competing grammars.

única) mudança paramétrica. Ou seja, se uma mesma variante substitui outra variante em dois ou mais contextos e a taxa de alteração é a mesma em cada um desses contextos, conclui-se que apenas uma mudança ocorreu. O Efeito de Taxa Constante fornece um suporte para pensar em agrupamento das mudanças paramétricas, pois as diferentes manifestações de superfície podem estar relacionadas a uma mesma hierarquia de parâmetros.

O Efeito de Taxa Constante pode ser demonstrado a partir de uma curva em forma de S. As mudanças tendem a seguir uma curva em forma de S quando a frequência de novas e antigas formas é contrastada com a variável tempo. Na curva em S, a inclinação da função representa a taxa de substituição da forma antiga pela nova. Sendo assim, as formas inovadoras podem ser detectadas no início da curva em S. Essa noção, fundamental para determinar o início da mudança sintática, será de extrema importância nesta tese para determinar os indícios de uma nova gramática.

2.4 AS ORIGENS DO PB: ASPECTOS EXTERNOS E INTERNOS

As diferenças entre o PB e o PE têm sido alvo de discussões por uma série de estudiosos: linguistas, gramáticos, filólogos etc. Baseada em estudos diacrônicos levados a cabo em Portugal e no Brasil, é possível afirmar que o PB, quando comparado ao PE, sofreu uma série de mudanças do ponto de vista sintático. Mas em que momento da história, então, o PB teria começado a diferenciar-se do PE? Será que a gramática do PB emerge antes da virada do século XIX para o século XX (TARALLO, 1993) ou é possível identificar a gramática do PB em períodos anteriores ao século XIX? Se voltarmos nosso olhar sobre a periodização da língua portuguesa e sua relação com a origem do PB, veremos que diversas propostas têm se sucedido.

2.4.1 A periodização do PB: história externa e aspectos morfofonológicos

Um dos primeiros pesquisadores a avaliar a complexidade do caso linguístico brasileiro foi Serafim da Silva Neto. Silva Neto (1963) tentou descrever a evolução histórico-social do Brasil e traçar, seguindo a história social da colônia, a história da língua portuguesa na América. Silva Neto (1963) enfatiza a dicotomia entre a cultura portuguesa *versus* a cultura dos habitantes da terra, ocasionando os fenômenos de aculturação.

Silva Neto (1963) dividiu a história da língua portuguesa no Brasil em três fases: a primeira do início da colonização (1532) até a expulsão dos holandeses (1654); a segunda, inicia-se em 1654 e vai até 1808 com a chegada do Príncipe Regente e da Corte portuguesa ao

Brasil; e a terceira fase, a partir de 1808 é marcada pela chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro que transformou profundamente a vida na colônia.

Silva Neto (1963) rechaça a tese defendida nos primeiros estudos sobre o português no Brasil que, segundo ele, “exageravam, sem nenhum método ou crítica, a influência indígena (teses indiófilas) e a influência dos negros (teses negrófilas)”. Defende que a fala do índio ou do negro não era o ideal dos mamelucos e dos mulatos, muito pelo contrário: o prestígio do sangue branco pairava acima de tudo. Ainda argumenta que o que ficou do negro e do índio na língua foram apenas incorporações ao vocabulário e à fraseologia, bem como um ou outro fato restrito a falares regionais.

Seguindo a tese de Silva Neto, Paul Teyssier (1984) também se baseia em fatos históricos para delimitar a história do português no Brasil. Divide a periodização em três fases: a primeira, que vai do período colonial até à chegada de D. João VI (1808); a segunda, que vai da chegada de D. João VI (1808) à Independência (1822); e, por fim, a terceira fase, chamada por ele de O Brasil independente.

Teyssier (1984) destaca a contribuição do português como sendo de longe mais importante do que a contribuição das línguas indígenas e das línguas africanas. Baseia-se em Silva Neto para defender que as dificuldades de articular uma nova língua pelos aloglotas fizeram precipitar-se certas transformações provocadas pela deriva da língua portuguesa.

Outra proposta é de Marlos de Barros Pessoa (2003) que tenta estabelecer uma relação entre a realidade sócio-histórica brasileira, em concomitância com a realidade linguística. Para tanto, define alguns marcos históricos e os associa a estágios de desenvolvimento linguístico. No primeiro estágio, imperam o multilinguismo e a formação de variedades linguísticas rurais (1534-1750). A essa fase seguem-se um estágio de koineização de diferentes variedades ou pré-koineização da língua comum (1750-1808), um período de formação de variedades urbanas (1808-1850) e um subperíodo de estabilização das variedades urbanas e da língua comum (1850-1922), que, englobados, correspondem à segunda fase da gestação do PB. Posteriormente, há um período de elaboração da língua literária (1922), correspondente à terceira fase de desenvolvimento do PB.

Sobre as aproximações e as diferenciações entre o português do Brasil e o do Portugal, Pessoa (2003) sustenta que, embora muitos pesquisadores afirmem que tais diferenciações devem ser consideradas como decurso natural do sistema linguístico, não se pode negar que os sistemas linguísticos concretizam determinadas caracterizações históricas específicas, seja pelo contato entre grupos de origem étnica diferente, seja por refletir as vicissitudes arraigadas em uma dada

cultura ou realidade sociocultural.

Lobo (2003) também propõe uma periodização para a história linguística no Brasil. A justificativa para propor essa periodização deriva do fato de que as propostas apresentadas anteriormente apresentam aspectos problemáticos. A proposta de Lobo fundamenta-se na história demográfico-linguística brasileira, no crescimento populacional associado ao processo de urbanização do país e no processo de escolarização associado ao processo de standardização linguística.

Ao correlacionar tais fatos, propõe uma distinção entre duas grandes fases: a primeira, na qual prevalece o multilinguismo generalizado, cuja característica é a não urbanização, a não escolarização e a não standardização linguística; e a segunda fase, na qual prevalece o multilinguismo localizado, cuja característica é a escolarização, a urbanização e a standardização linguística.

Segundo Lobo (2003), três fatos são essenciais para compreender os caminhos da história linguística brasileira: a passagem de um multilinguismo generalizado para um unilinguismo generalizado; a mudança de um país rural para a condição de país eminentemente urbano; e a transformação de um país de iletrados para o contexto de país com baixos índices de letramento. Sua periodização se pauta, portanto, em critérios de natureza sociolinguística.

Pautando-se em critérios linguísticos, Noll (2008) também propõe uma periodização para o PB, sem, entretanto, separar a evolução linguística e a sócio-história dos falantes. Noll (2008) critica as propostas anteriormente apresentadas, pois a maioria se limita quase exclusivamente a fatos históricos que não apresentam relevância do ponto de vista linguístico.

Noll (2008) define sua proposta de periodização: de 1500 a 1550, fase inicial, em que a língua portuguesa é trasladada para o Brasil; de 1550 a 1700, primeira fase formativa, em que é possível ver a formação das primeiras características da língua portuguesa no Brasil; de 1700 a 1800, fase diferenciadora, na qual a formação do PB se consolida e a diferenciação das variedades europeia e brasileira começa a aparecer; de 1800 a 1950, fase de desenvolvimento da escrita e do ensino assinalada pela introdução da imprensa tipográfica e da imprensa, pela implantação do ensino público oficial e a criação do ensino superior e pela diferenciação progressiva da norma europeia; e, de 1950 em diante, fase de nivelção, marcada pela evolução dos meios de comunicação, pela introdução da televisão e a urbanização progressiva.

Dante Lucchesi (2017) tenta romper a antinomia história externa *versus* história interna e propõe uma periodização para o PB partindo da história sociolinguística do Brasil, seguindo os pressupostos teóricos da Teoria da Variação Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG,

1968). A periodização proposta por Lucchesi (2017, p. 350) adota “como marcos processos sociais que virtualmente desencadearam mudanças nos padrões coletivos de comportamento linguístico da população brasileira do que resultaram mudanças nas gramáticas mentais dos falantes”.

Fundamenta-se na história linguística e social do Brasil e considera um conjunto mais amplo de línguas presentes na formação da sociedade brasileira. Ao se contrapor às periodizações que priorizam a língua portuguesa, inova ao recuar temporalmente para antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Sua justificativa ampara-se no número de itens lexicais de origem tupi e tupinambá no PB, só explicados se considerarmos que os povos tupis expandiram seu domínio dentro do território e expulsaram os povos primitivos, tornando o tupi e o tupinambá as línguas mais faladas no litoral brasileiro.

Desse modo, para Lucchesi (2017), a primeira fase da história sociolinguística do Brasil, denominada de Tupinização da Costa, se inicia após o ano mil, com a expansão tupi pelo litoral, e se encerra no ano de 1532, com o efetivo início da colonização do Brasil pelos portugueses. A segunda fase, o Multilinguismo generalizado, se estende de 1532 a 1695 e é caracterizada pela baixa densidade demográfica e pelo plurilinguismo. Nessa fase, a língua portuguesa convive com centenas de línguas indígenas faladas no interior do país, com as línguas gerais indígenas, com as línguas francas africanas e como eventuais processos de pidginização/crioulização do português.

A terceira fase, a Homogeneização Linguística, inicia-se em 1695, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, e se estende até a Revolução de 1930. Essa fase, conforme Lucchesi (2017, p. 365) “se define por um amplo, profundo e violento processo de homogeneização linguística, no qual o português se impõe como língua hegemônica, tornando-se a língua materna da imensa maioria da população brasileira” e se subdivide em três momentos: (1) de 1695-1808, no qual há o primeiro surto de urbanização do Brasil com o ciclo do ouro. Além disso, a língua portuguesa avança pelo interior do país com a pecuária; (2) de 1808-1850, em que se intensifica o processo de urbanização com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e a Independência política; (3) de 1850-1930, cujas marcas são o fim do tráfico negreiro, a imigração maciça de europeus e asiáticos e o aprofundamento da normatização purista e lusitanizante.

A quarta fase, chamada de Nivelamento linguístico, de 1930 aos dias atuais, assinala-se pela crescente industrialização e urbanização do país, pela difusão da norma urbana culta, apagando as marcas do contato na norma popular. Nessa fase, apesar de a norma culta se afastar do padrão lusitanizado, a polarização sociolinguística fruto da concentração de renda fomenta o

preconceito linguístico. Ainda que o parâmetro apresentado por Lucchesi (2017, p. 376) para a proposta de periodização “seja integrar os processos linguísticos na matriz mais ampla dos processos sócio-históricos”, quero destacar que esta proposta se fundamenta exclusivamente em processos sociolinguísticos.

Figura 2.1 – Resumos das propostas de periodização da história da língua portuguesa no Brasil

		SILVA NETO	TEYSSIER	PESSOA	LOBO	NOLL	LUCCHESI
LIMITES CRONOLÓGICOS	1000						1º FASE
	1500						
	1532	1º FASE	1º FASE	1º FASE	1º FASE	1º FASE	2º FASE
	1534						
	1550						
	1600	2º FASE					
	1654	2º FASE	1º FASE	1º FASE	1º FASE	3º FASE	3º FASE
	1695						
	1700						
	1750						
	1800	3º FASE	2º FASE	2º FASE	2º FASE	4º FASE	
	1808						
	1822						
	1850	3º FASE	3º FASE	3º FASE	2º FASE	5º FASE	4º FASE
	1900						
	1922						
	1930						
1950							

Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar que, apesar de as diversas propostas aqui elencadas considerarem tanto a história externa quanto a história interna da língua e tentarem explicar as diferenças entre o PB e PE como ou fruto da deriva secular das línguas, nos termos definidos por Edward Sapir (1921), ou resultado de uma Transmissão Linguística Irregular, nenhuma considera aspectos sintáticos, que é marcadamente onde o PB e o PE diferem mais fortemente e nenhuma aponta para o momento em que a vertente da língua portuguesa identificada como PB emergiu. Há estudos, no entanto, que não propõem uma periodização, mas que buscam responder a esta questão.

2.4.2 A mudança sintática no PB: aspectos intralinguísticos

Trago aqui quatro exemplos de trabalhos que examinam aspectos sintáticos definidores da gramática do PB. O primeiro, *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX*, de Fernando Tarallo⁸, esboça a emergência de uma gramática brasileira, analisando quatro grandes mudanças sintáticas. A primeira é a reorganização do sistema pronominal.

Ao contrastar objetos nulos e sujeitos lexicais no PB e no PE, Tarallo (1993) observa que no PB houve perda da referência pronominal fazendo com que o sistema tanto dos pronomes plenos quanto dos pronomes clíticos se rearranjasse. De acordo com Tarallo (1993), até o século XIX, a hierarquia para retenção pronominal era sintagmas preposicionados > objetos diretos > sujeitos e por volta de 1880, ocorre uma mudança no sistema pronominal que altera a hierarquia de retenção pronominal para sujeitos > sintagmas preposicionados > objetos diretos.

A segunda mudança, ligada à primeira, ocorre nas estratégias de relativização. Tarallo (1993) enumera três estratégias de relativização no PB moderno – a relativa *piedpiping* (7b), superficialmente idêntica às relativas encontradas na norma padrão; a relativa com pronome lembrete (7a), cuja posição da lacuna é preenchida por uma forma pronominal correferente; e a relativa cortadora (7c), quando tanto a preposição governante quanto o sintagma relativizado estão ausentes.

- (7) a. E um deles foi esse fulano aí, que eu nunca tive aula com ele
 b. ‘E um deles foi esse fulano aí, com quem eu nunca tive aula (e)
 c. E uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (com) (e), ela não fica esquentando a cabeça.

(TARALLO, 1993, p. 86).

Tarallo (1993, p. 88) defende que “por volta de 1880, a relativa cortadora já havia iniciado

⁸ O trabalho de Tarallo foi publicado em uma das obras de referência sobre as origens do PB: *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993). O livro reúne alguns trabalhos que discutem as diferenças paramétricas entre o PB e o PE e a orientação teórico-metodológica se baseia em grande parte dos capítulos na proposta de Kato e Tarallo (1987) conhecida como Sociolinguística Paramétrica. Os temas centrais são a reorganização do sistema pronominal – que leva à perda dos clíticos e à reorganização do sistema de possessivos –, mudança da ordem VS em sentenças declarativas e interrogativas, o enfraquecimento do sistema de concordância e a perda do sujeito nulo. As teses desenvolvidas sob a proposta de Kato e Tarallo (1987) foram: *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*, de Maria Eugênia Lamoglia Duarte; *A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro*, de Vicente Cruz Cerqueira; *O objeto nulo do português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*, de Sonia Maria Lazarinni Cyrino; *As orações interrogativas-q no Português do Brasil: um estudo diacrônico*, de Maria Garcia Lopes-Rossi. Já as dissertações desenvolvidas seguindo essa orientação foram: *O Famigerado SE: Uma Análise Sincrônica e Diacrônica das Construções com SE Apassivador e Indeterminador*, de Jairo Morais Nunes e *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*, de Emílio Gozze Pagotto.

seu papel sintático no sistema: competir contra a estratégia do pronome lembrete em substituição à relativa *piedpiping* ” e que a regra de apagamento pronominal que afetava diretamente o sujeito começou a afetar também as posições sintáticas mais baixas. Essa mudança é fruto da mudança sintática nas estratégias de pronominalização.

O terceiro processo de mudança, também ligado aos dois primeiros, é o de reorganização dos padrões sentenciais básicos. Segundo Tarallo (1993), ao final do século XIX, o PB sofreu uma grande reversão em suas estratégias de pronominalização, resultando, entre outras coisas, no enrijecimento no padrão canônico de ordem de palavras em direção a SVO.

O último processo de mudança arrolado por Tarallo (1993) é o dos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas. O pesquisador, a partir dos dados apresentados por Duarte (1993), verifica um decréscimo da ordem VS nas interrogativas diretas e indiretas. Assim, ao investigar os quatro casos anteriormente citados, Tarallo (1993) situa a emergência do português brasileiro no final do século XIX.

Trabalhos subsequentes propõem uma retroação temporal, considerando aspectos da gramática dos primeiros portugueses que desembarcaram no Brasil. Vamos começar com o trabalho de Ribeiro (1998). Em *A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática?*, Ribeiro (1998) defende que possivelmente houve uma mudança no PB na virada do século XVIII para o XIX, mas que muitos dos fatos analisados como resultantes de uma mudança do PB no século XIX se originaram no século XVI. Por isso, propõe que o português do Brasil é constituído de, pelo menos, duas gramáticas diferentes, a dos séculos XVI-XVIII e a dos séculos XIX-XX.

Além de apontar evidências externas tais como a Reforma Pombalina e a chegada da família real no Brasil, Ribeiro (1998) assinala algumas evidências internas à língua. Nos séculos XVI-XVII, o português exibia:

- (i) uso quase sistemático de próclise em sentenças-raízes;
- (ii) ênclise é quase categórica quando o verbo está em posição inicial absoluta;
- (iii) alçamento do clítico quase categórico para posição pré-auxiliar/modal em estruturas [cl $V_{aux} + V_{fin}$];
- (iv) uso de diferentes tipos de constituintes interpolados entre o clítico e o verbo. (RIBEIRO, 1998)

Já os séculos XIX-XX, os padrões encontrados eram:

- (i) ênclise quase categórica na ordem SV;
- (ii) o uso da ênclise ou da próclise depende do estatuto funcional do elemento que ocupa a primeira posição na sentença: se o elemento é um tópico, tem-se a ênclise; se o elemento é um foco, tem-se a próclise. (RIBEIRO, 1998)

Diante disso, Ribeiro (1998) elenca uma série de fatos sintáticos caracterizadores do PB, que devem ser investigados a fim de determinar em qual ambiente linguístico surge a gramática do PB, pois não se pode tomar o PE como parâmetro para o estudo da mudança gramatical do PB. Portanto, é necessário voltarmos nosso olhar para as gramáticas dos séculos XVI-XVIII e a dos séculos XIX-XX a fim de responder à questão: em relação a que sistema linguístico o PB mudou?

Moraes de Castilho (2001) também recua temporalmente e defende a hipótese de que o português quatrocentista seria a base do PB, particularmente do português paulista, dadas as características geográficas e de povoamento da região, que estava mais distante dos principais portos da época e era mais isolada do que outras cidades como Salvador e Recife.

Moraes de Castilho (2001) relaciona algumas características sintáticas comumente atribuídas à gramática do PB e que também são documentadas em textos do século XV: construções de tópico, clíticos duplicados e possessivos duplicados. De acordo com a autora, os textos quatrocentistas exibem muitas variantes linguísticas e a diferença entre o PE e o PB pode estar na opção diferenciada por uma dessas variantes, por isso propõe não apenas analisar o português a partir de 1500, mas recuar ainda mais no tempo.

Galves (2007) em *A língua das caravelas: Periodização do português europeu e origem do português brasileiro* retoma o questionamento de Ribeiro (1998) e, a partir do estudo sistemático da colocação de clíticos na história do português, defende, além de uma nova periodização para o PE, que a língua das caravelas corresponde ao que a autora chama de português médio – fase gramatical intermediária entre o português arcaico e o português moderno. Seguindo essa lógica, o PB teria evoluído a partir de uma única gramática, a gramática do português médio.

O fenômeno analisado por Galves (2007) é o padrão de colocação de clíticos, fenômeno bastante estudado no português. A análise de Galves (2007) aponta que a mudança gramatical que afetou colocação de clíticos e a posição do sujeito no português médio tem seu início por volta de 1700. Essa mudança corresponde ao nascimento do PE.

Galves (2007) defende que o PB mudou em relação ao português médio⁹, pois o PB compartilha traços da colocação de clíticos desse período da língua que são bastantes idiossincráticos e o difere tanto do português arcaico quanto do PE. Assim, conclui que a mudança ocorrida em Portugal, no século XVIII, não afeta a gramática do PB, a não ser em nível superficial.

Figura 2.2 – Resumos das propostas sobre as origens do Português Brasileiro considerando aspectos intralinguísticos

	TARALLO	RIBEIRO	MORAES CASTILHO	GALVES
PERÍODO	PB emerge no final do século XIX.	É possível que o PB tenha emergido na virada do século XVIII para o XIX.	Gramática que deu origem ao PB seria quatrocentista	Gramática que deu origem ao PB seria o PCl.

Fonte: elaboração própria

Os trabalhos listados interpretaram as mudanças pelas quais o português passou, tomando séculos diferentes como marcos definidores da gênese do PB. Nesta tese, advogo, ao lado de Ribeiro (1998) e Galves (2007) que a origem do PB é anterior ao século XIX.

Como os trabalhos listados acima se baseiam em aspectos internos, tomando como ponto de partida o português dos séculos XVI e XVII e como este se distingue tanto do PB como do PE, apresento, brevemente, algumas características sintáticas do português dos séculos XVI e XVII. Do ponto de vista morfofonológico, o português do século XVI e XVII, apresenta:

- síncope do *-d-* no morfema de número e pessoa;
- generalização dos verbos *ter* e *haver* como auxiliares de tempos compostos;
- mudança do particípio em *-udo* para *-ido*;
- variação nos verbos *ser* e *estar* em predicados locativos e atributivos;
- desaparecimento dos dêiticos e anafóricos *hi ~ hy, ~i, en ~ ende*;
- redução do sistema de possessivos (*ma, ta, sa > minha, tua, sua*) (MATTOS E SILVA, 1994; TEYSSIER, 1984; CARDEIRA, 2005).

⁹ De acordo com Galves (2007), o português médio corresponde a uma gramática que emerge entre os séculos XIV e XV, cujas características são progressivamente reveladas pelos textos escritos até inícios do século XVI. Nesse ponto de vista, o português clássico passa a ser uma subdivisão do português médio.

Do ponto de vista sintático, a ordem e, principalmente, o fenômeno de interpolação e a ordem relativa clítico-verbo são fundamentais para entender as mudanças pelas quais português passou. Com relação à ordem, as teses de Torres Morais (1995), Paixão de Sousa (2004), Gibrail (2010) e Antonelli (2011) apresentaram evidências de que o português dos séculos XVI e XVII é uma língua V2. Discutirei essa questão com mais detalhes no próximo capítulo. Sobre a variação ênclises versus próclises, discutirei, também no próximo capítulo, o trabalho de Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). Já com relação ao fenômeno de interpolação, trago aqui os trabalhos de Ana Maria Martins (1994) e Cristiane Namiuti (2008).

Em seu trabalho, Martins (1994) descreve o comportamento dos clíticos entre os séculos XIII e XVII. Em sua análise, a ênclise é preferível até o século XIV, quando a próclise se torna a opção mais utilizada, até ser categórica no século XVI. No que tange à interpolação, Martins (1994) aponta que, no PA, esta é frequente com a negação de frase ‘não’, com o sujeito lexical, com sintagmas preposicionados e com sintagmas adverbiais.

- (8) a. Isto que *lles eu mando* (163; NO, 1275)
b. quando *vos ora fez merçee* (64; NO 1342)
c. que *me nom nebram* (1; NO, 1268)

Segundo Martins (1994), até o século XV, a interpolação poderia ocorrer com quaisquer constituintes que ocupassem uma posição pré-verbal. A partir daí, o fenômeno da interpolação se restringe ao elemento “não”, se tornando raro com outros tipos de sintagma. Martins (1994), também chama a atenção para o fato de que a interpolação só era possível, no PA, em contextos de próclise obrigatória, como em (8). Outro traço importante, apontado por Martins (1994) é o fato de a contiguidade entre o clítico e a conjunção ser preferencial no PA.

Com base nesses fatos, Martins (1994) pressupõe a existência de três estágios gramaticais na história do português, cujas mudanças estariam ligadas ao fenômeno do fronteamto de constituintes do sintagma verbal (IP scrambling). Portanto, sugere que o PA teria várias posições pré-verbais disponíveis no domínio de IP enquanto o português clássico teria apenas uma.

Já Namiuti (2008) propõe, baseada em propriedades características da interpolação, a existência de dois momentos gramaticais na história do português. No primeiro estágio, relativo ao PA, há interpolação da negação e de outros constituintes do predicado. A interpolação é atestada em contextos de próclise obrigatória e o clítico é contíguo à conjunção. No segundo estágio, a interpolação se mantém apenas com o elemento “não” e surgem novos contextos de

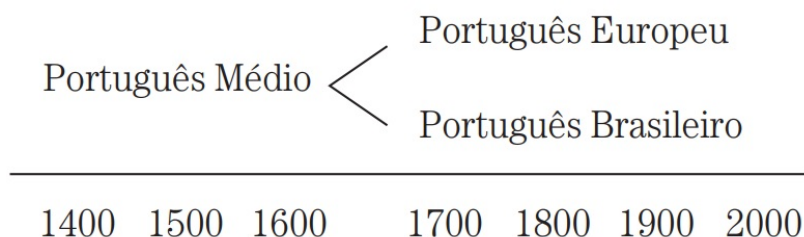
interpolação que não se restringem aos contextos de próclise obrigatória.

- (9) a. Dom Manoel de Lima o não **quiz** ouvir naquele negócio (Couto -1542)
 b. Que, na verdade, *me* não **maravilha** pouco ..." (Sousa -1556) (Adaptado, *Corpus Tycho Brahe*).

Segundo Namiuti (2008), os dados analisados, ao lado de outras análises (padrão proclítico nas orações não dependentes neutras afirmativas e aumento nas orações dependentes com elementos entre o conectivo e o clítico) indicam a emergência de uma nova gramática a partir do século XV, que a pesquisadora chama de Português Médio. O português médio corresponde a gramática que emerge entre os séculos XIV e XV.

Galves (2012), ao analisar os dados apresentados por Namiuti (2008) e Cardeira (2005), observa que a mudança sintática descrita por Namiuti (2008) acompanha a mudança morfológica delineada por Cardeira (2005). Ou seja, as novas formas tanto morfológicas quanto sintáticas aparecem nos autores nascidos entre 1350 e 1450. Esse fato leva Galves a propor uma nova periodização para o português (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES, 2007). É essa gramática que chega ao Brasil no início da colonização, como representado em 2.3, de acordo com Sousa e Kewitz (2011):

Figura 2.3 – Periodização do Português



Desse ponto de vista, a mudança ocorrida em Portugal a partir do século XVIII não afeta a gramática desenvolvida no Brasil. Esse é o ponto adotado nesta tese.

2.5 O CORPUS DE CARTAS E ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR E A EMERGÊNCIA DO PB

Com relação à diacronia do PB anterior ao século XIX, sabe-se muito pouco. Isso se deve a duas questões: a primeira está ligada à questão da documentação aqui produzida e a segunda alude à política de preservação do patrimônio cultural escrito brasileiro. Como apontado

por diferentes estudiosos, não dispomos de grandes massas documentais produzidas no Brasil, devido, sobretudo, à política colonialista portuguesa que não permitia, por exemplo, a instalação de tipografia e universidades. Uma vez que a maioria da documentação a que se tem acesso é desse período, parece natural apontar o século XIX como o século da mudança entre o PB e PE.

Durante muito tempo, o acesso às fontes do período colonial era muito difícil, pois parte da massa documental produzida nesse período encontra-se sob posse do governo português. Esse cenário mudou um pouco com a iniciativa do Projeto Resgate¹⁰ que “facilitou e expandiu o acesso às fontes para a História do Brasil colonial, ao tratar, microfilmar e digitalizar a documentação concernente às ‘terras de Vera Cruz’ existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)” (BERTOLETTI; BELLOTTO; DIAS, 2011, p. 2).

A iniciativa do Projeto Resgate reflete, de certo modo, uma mudança na política de preservação do patrimônio cultural escrito brasileiro, que ainda é bastante penosa. No Brasil, o estado de conservação dos textos, sobretudo nos arquivos públicos municipais, é alarmante. Muitos textos encontram-se nos acervos, arquivos públicos e bibliotecas entregues à ação do tempo e dos insetos. Assim, por falta de uma política clara de preservação do patrimônio cultural escrito brasileiro, incontáveis manuscritos jazem à mercê do humor de insetos, desfiguram-se pela ação da umidade e se perdem sem que possam auxiliar os estudiosos da diacronia.

Essa é a realidade dos documentos que compõem o nosso *corpus*, salvaguardados pelo Arquivo Histórico Municipal de Salvador¹¹. O material em que se baseiam nossas investigações integra a Série *Documentos Históricos do Arquivo Histórico Municipal*¹² publicada a partir de 1944, como parte da comemoração dos 400 anos da Cidade de Salvador. A série conta com *Cartas do Senado a Sua Magestade* e *Atas da Câmara*, escritas ao longo do século XVII e XVIII. As *Cartas do Senado a Sua Magestade* reúnem, em seis volumes, as correspondências emitidas pela Câmara Municipal entre 1638 e 1730, tendo como principal destinatário o rei. Os volumes estão divididos da seguinte forma:

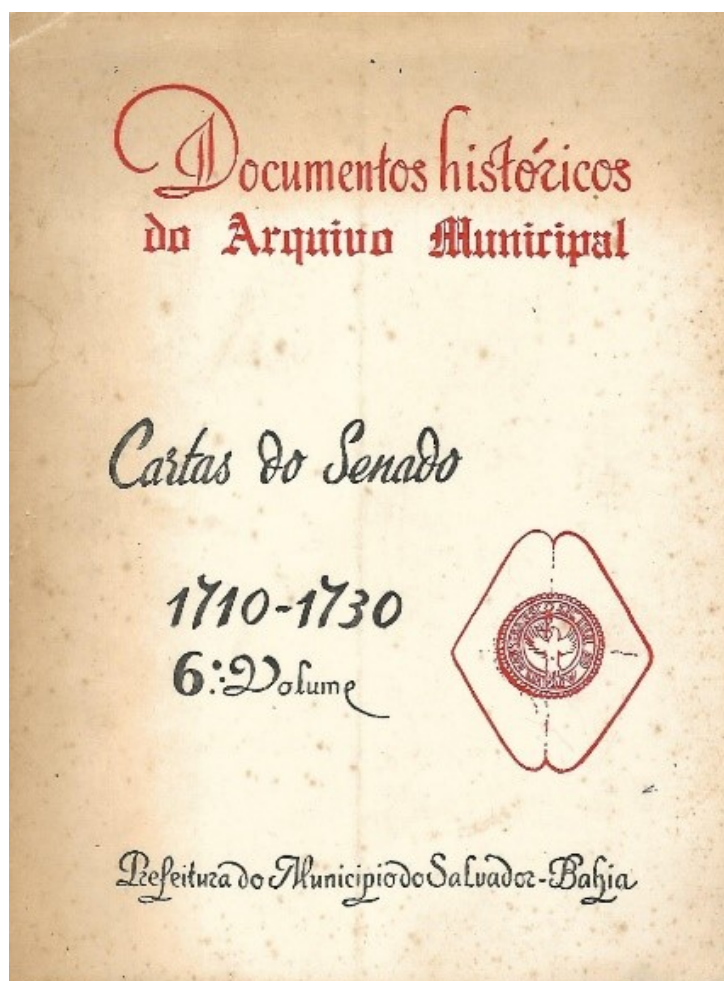
¹⁰ O Projeto Resgate (1982-2014) foi uma iniciativa do governo brasileiro, promovido pela Fundação Biblioteca Nacional e Ministério da Cultura visando o acesso por parte de brasileiros à documentação relativa ao Brasil em arquivos estrangeiros. O Projeto contou com a cooperação de arquivos estrangeiros, sobretudo europeus, e com uma equipe multidisciplinar (arquivistas, historiadores, paleógrafos etc..) de diferentes países (Brasil, Portugal, Espanha, Itália, Vaticano, Inglaterra, França e Holanda) a fim de levantar, identificar, elaborar verbetes para catálogos ou para guias de fontes, tendo este trabalho, como sequência, a microfilmagem e a digitalização dos documentos (BERTOLLI et al., 2011).

¹¹ O Arquivo Histórico Municipal de Salvador foi criado em 1932, com o objetivo de conservar todos os documentos concernentes à história do antigo senado da Câmara tanto no período colonial quanto nos períodos Imperial e Republicano. A criação do arquivo municipal preservou muitos documentos que, já naquela época, se encontravam em acelerada degradação.

¹² O Arquivo Histórico Municipal de Salvador conserva em seu acervo parte da documentação desse período, porém grande parte desta valiosa documentação está preservada em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Tabela 2.1 – Volumes das *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Volumes	Ano de escrita
Volume 01	1638-1673
Volume 02	1673-1684
Volume 03	1684-1692
Volume 04	1693-1698
Volume 05	1699-1710
Volume 06	1710-1730

Figura 2.4 – Capa do sexto volume das *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Já os Livros de Atas da Câmara reúnem, em dez volumes, as atas de vereações produzidas entre 1625 a 1775:

Tabela 2.2 – Volumes das *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Volumes	Ano de escrita
Volume 01	1625-1641
Volume 02	1641-1649
Volume 03	1649-1659
Volume 04	1659-1669
Volume 05	1669-1684
Volume 06	1684-1700
Volume 07	1700-1718
Volume 08	1718-1731
Volume 09	1731-1750
Volume 10	1751-1765
Volume 11	1765-1775

Figura 2.5 – Capa do décimo primeiro volume das *Atas do Senado*

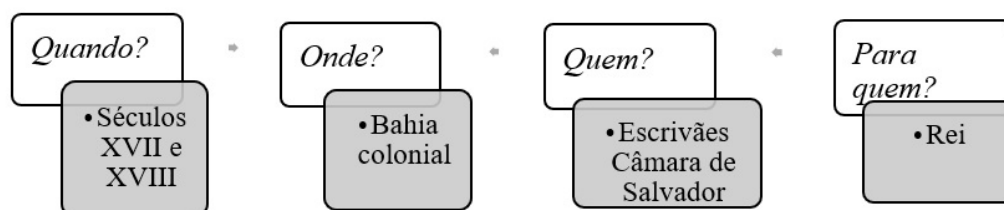
O corpus sob análise é formado pelos seis volumes das *Cartas do Senado a Sua*

Magestade e pelos volumes 10 e 11 dos Livros de *Atas da Câmara*. A escolha se deve à hipótese que o PCI está na origem do PB, seguindo Galves (2007) e Ribeiro (1998), e à possibilidade de poder comparar muito precisamente os autores estudados com os autores portugueses do *Corpus Tycho Brahe*. Os seis volumes das *Cartas do Senado a Sua Magestade* recobrem todo o século XVII e o primeiro quartel do século XVIII e os volumes 11 e 12 dos Livros de *Atas da Câmara* recobrem parte o terceiro quartel do século XVIII¹³. As atas foram utilizadas por não contarmos com outros volumes de *Cartas* que adentrem no século XVIII.

Buscando rastrear “a língua das caravelas” e “as raízes da primeira gramática do PE” que chegou ao Brasil, recuaremos no tempo, voltando nosso olhar para os séculos XVII e XVIII. Analisar as mudanças ocorridas nos séculos XVII e sobretudo XVIII, é fundamental para traçar os caminhos da língua portuguesa no Brasil, pois é no século XVIII que PE moderno emerge e é também nesse século que a Coroa portuguesa proíbe o uso da língua geral no Brasil, efetivando a língua portuguesa como língua oficial em todo o território brasileiro¹⁴

Como apontado por Mattos e Silva (2004, p. 110), ao se debruçar sobre a documentação histórica a fim de estudar uma língua, é necessário responder precisamente “o quando, o onde, o quem, o para quem e o tipo de texto dos dados sobre os quais se aplicam” as análises. A documentação que serve de base para nossa análise atende a tal requerimento. O *corpus* é composto por documentos datados e localizados, sendo possível verificar o *quando*, o *onde*, o *quem*, o *para quem*.

Figura 2.6 – Controle dos dados que compõem o *Corpus*



Esse fato diferencia nossa investigação de outras pesquisas pioneiras, como o trabalho de Pagotto (1992) e o de Cyrino (1994), por exemplo. Nesses trabalhos, buscou-se traçar uma

¹³ Devido ao volume documental, não foi possível trabalhar com todos os volumes dos Livros de *Atas da Câmara* durante o doutorado. Pretendemos dar continuidade a este trabalho posteriormente, tratando os volumes não contemplados nesta tese.

¹⁴ Em 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, instituiu o Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário, que dentre outras ações estabeleceu a obrigatoriedade do uso da Língua Portuguesa no Brasil, “não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações” (DIRETÓRIO..., 1957).

história do português no Brasil a partir de textos que abarcam desde o século XVI até o XIX. Porém, a escolha desses *corpora* apresenta alguns problemas, seja pela (i) falta de controle dos dados (*corpus* Pagotto,¹⁵ seja pela (ii) inexistência de um mesmo tipo textual em todas as fases da história da língua investigada (*corpus* de Cyrino¹⁶).

O uso de dados datados e localizados é imprescindível ao trabalho diacrônico, pois com esses dados pode-se traçar um perfil sociolinguístico que capte as diferentes dinâmicas de mudança do português no Brasil. Controlar *o quando, o quem, o onde* permite entender melhor as diferentes camadas constitutivas da gramática brasileira. A dificuldade de encontrar um mesmo tipo textual em todas as fases da história do português é mais um problema enfrentado pelo historiador da língua. Porém, a documentação de natureza administrativa pode auxiliar a preencher essa lacuna, uma vez que as Câmaras estavam espalhadas pelo território colonial e os documentos gerados pela rotina administrativa eram de mesmo tipo em todas as câmaras. Também, nesse sentido, esta pesquisa se diferencia de outras já realizadas, pois abre a possibilidade de se poder comparar muito precisamente a variação diatópica no território

¹⁵ O *corpus* utilizado por Pagotto (1992) foi:

1ª metade do século XVI (XVI1): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Documentos Históricos do Espírito Santo; Anaes de Elrei Dom João III, Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* (capítulo I e II), *Crestomatia Arcaica*;

2ª metade do século XVI (XVI2): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil* (vol.3, cartas 34 e 35).

1ª metade do século XVII (XVII1);

2ª metade do século XVII (XVII2): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Documentos Históricos do Espírito Santo.*

1ª metade do século XVIII (XVIII1): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Rio de Janeiro; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Correspondência de governadores do Rio de Janeiro com a Corte* (páginas 11-24); *Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil.*

2ª metade do século XVIII (XVIII2): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil; Série de cartas do Vice-Rei do Marquês de Lavradio.*

1ª metade do século XIX (XIX1): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo;*

2ª metade do século XIX (XIX2): *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; parte do Processo contra escravos (Arquivo Público Municipal de Uberaba, MG); Cartas diversas do século XIX* (diversas origens).

1ª metade do século XX (XX1): *Cartas diversas* (Arquivo de cartas pessoais de diversas origens) e **2ª metade do século XX (XX2):** *Cartas do Nordeste* (cartas pessoais).

¹⁶ O *corpus* utilizado por Cyrino foi:

Século XVI: Gil Vicente – *Auto da Índia* (1509); *Auto da Alma* (1518); *Farsa de Inês Pereira* (1523); *Auto da Feira* (1527); *Auto da Mofina Mendes* (1534); *Camões – El-Rei Seleuco* (157?); *Filodemo* (157?).

Século XVII: Gregório de Mattos – *Obras Completas* (1655-1690).

Século XVIII: Antonio José da Silva, o Judeu – *Guerras do Alecrim e da Manjerona* (1737) e Domingos Caldas Barbosa – *Viola de Lereno* (coleção de cantigas e lundus em, 1760-1780).

Século XIX: Martins Pena – *O Juiz de Paz na Roça* (1837) e *O Judas no Sábado de Aleluia* (1844); Artur de Azevedo – *O Tribofe* (1891) e José de Alencar – *O Demônio Familiar* (1857).

Século XX: Marques Rebelo – *Rua Alegre, 12* (1840); Dias Gomes – *O Pagador de Promessas* (1960); Gianfrancesco Guarnieri – *Um Grito Parado no Ar* (1973) e Miguel Falabela – *No Coração do Brasil* (1992).

colonial¹⁷.

Além de datados e localizados, os dados em linguística diacrônica precisam passar pelo crivo filológico, fundamental para garantir que não haja falseabilidade dos dados. No caso do *corpus* em questão, algumas cartas foram copiadas no início do século XIX¹⁸ devido às más condições de conservação¹⁹. Essa atitude que, por um lado, salvou esse valioso material da completa destruição, pode ter trazido fatos linguísticos novos, tornando-os inúteis para os estudos linguísticos. Por isso, procuramos aclarar as normas utilizadas para transcrição das cartas a fim de verificarmos a qualidade da edição utilizada, garantindo que os textos que compõem nosso *corpus* sirvam como fonte de dados para nossos estudos.

Com relação às cartas, comparando os volumes de Cartas publicadas pela Prefeitura de Salvador, temos por um lado aqueles volumes em que o texto de base para a edição são as cópias feitas no século XIX pelos monges beneditinos e por outro lado, aqueles em que o texto de base são os originais datados do século XVII e XVIII. Para os primeiros, a partir do cotejo das cartas encontradas sob a salvaguarda do AHU, verificaram-se (i) desdobramento de abreviaturas sem a indicação das letras restituídas, edição não justa linear, (ii) oscilação em simplificação e manutenção de consoantes geminadas, (iv) variação das transcrições dos ditongos, como podemos no quadro 1.1. Não registramos, porém, alterações na ordem das palavras, nem inserção de elementos lexicais²⁰.

¹⁷ Um exemplo dessa possibilidade é o trabalho realizado pelos professores Vanessa Martins do Monte e Phablo Roberto Marchis Fachin, que estão preparando a edição filológica das Atas das vereações quinhentistas de São Paulo e de Santo André da Borda do Campo. A partir da edição filológica será possível comparar muito precisamente as atas da Câmara de São Paulo e as atas da Câmara de Salvador.

¹⁸ A transcrição do material no início do século XIX ficou sob responsabilidade dos monges beneditinos. Também foram os monges os responsáveis pela preparação dos primeiros volumes publicados pela Prefeitura Municipal de Salvador no quadricentenário da cidade (ATAS, 1949).

¹⁹ Antes da criação do arquivo municipal, a prática de preservação da massa documental gerada pela Câmara Municipal de Salvador já ocorria, conforme Teixeira (1982). No início do século XIX, por exemplo, o governador Dom Fernando José de Portugal e Castro determinou que alguns livros da Câmara passassem por um processo de cópia, dado que se encontravam em péssimo estado de conservação. Os livros eram, sobretudo, do início do século XVII relativos às primeiras reuniões da Câmara após a expulsão dos holandeses. Esses livros foram posteriormente publicados por iniciativa da Prefeitura Municipal em comemoração aos 400 anos da cidade de Salvador.

²⁰ No 3º volume de cartas, Percy Esteves Cardoso (1953, p. IX-X) aponta que as cartas foram “copiadas com fidelidade religiosa e postas em letra de fôrma na obediência rigorosa a abreviaturas, sinais e convenções de cada escrivão ou amanuense”. De acordo com Flexor (2000), “Os documentos da Câmara seguiram essa forma de transcrição até os anos 1970”.

Figura 2.7 – Cotejo entre o original (doc. 3245) e a edição impressa (vol. 2, p. 128)





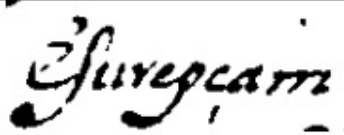

(i)	 Vossa Ma- gestade
(ii)	 Pela :  del- la
(iv)	 obrepção
(iv)	 e- Subrepçam

Figura 2.8 – Original (doc. 3245) e a edição impressa (vol. 2, p. 128-9)

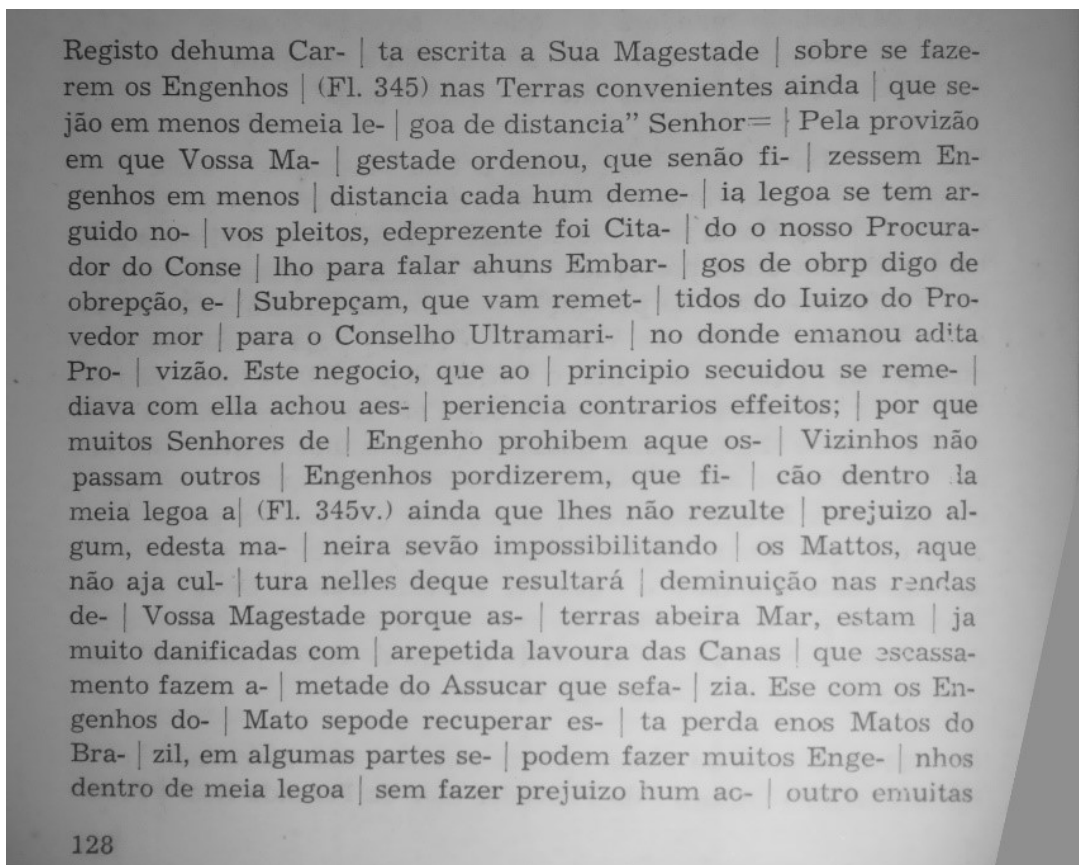
Senhor?

Baia
5 Agosto 1684

D'ella Prouijam em que V. Mag. ordenou que se nam fizessem
 Emgenhas em menos distancia cada Sum de meya legoa, se-
 tem arquido nouos pleitos, e de presente foi tirado o nobre Pro-
 curador do Conselho p.^o fallar a sumas Embarques de obrepam
 E supream que uam remettidos do Juizo do Prouedor moor p.^o
 e Conselho P. Lramarino donde emanou adite prouijam:
 Etenegocio que aoprincipio seuidou serrem cãua Comella,
 Acõu a experiencia contrarioj Efeitoj por que muitos Senhores
 de Emg.^o proibem aque os Egentos nam fizessem outras Emg.^o
 porafizem que ficam dentro da meya legoa ainda que lhe nao
 dequite prejuizo algum: E adesta maneira suam impossibilitam
 do os Mattos a quem a mays cultura nelles de que se quebra
 diminucam nas rendas de V. Mag.^o porque as terras abita
 Mar e tamja muito sinificadas com a petida lauoura das
 canas que escapamente fazem a metade do Açucar que se
 u fazia. E po com os Emgenhos do Mattos se pode recuperar esta
 perda, e nos Mattos do Brasil em algumas partes se pode fazer
 Muitos Emg.^o dentro da meya legoa sem fazerem prejuizo su
 e outros, e muitas vezes se fabricam mais perto em legoa da
 legoa e a mays de que necessitam, e nam por prejudicar a ou-
 tro, por onde deue V. Mag.^o atender a materia dos ditz Em-
 barques, que nos parece ser concludinec por aque porhua uij se
 resolua edes duuidas com toda abreviidade. V. Mag.^o man-
 darã o que for seruido. Ja deuy a V. Mag.^o por muitos annos
 como edes suy deuy V. Mag.^o deuy a V. Mag.^o e a camera d'ella
 de 5 de Agosto de 1684. Manoel de Faria e Silva
 Cam. de Obrepam e Prouedor da Cam. de Obrepam
 da Camera.



Manoel de Faria e Silva
 Prouedor da Cam. de Obrepam e Prouedor da Cam. de Obrepam
 da Camera.



Já para os volumes de cartas que partem dos originais datados dos séculos XVII e XVIII como texto de base, registram-se as seguintes normas: (i) uso de quando rasgado ou roído por papirófagos; (ii) (ilegível) quando visível, mas incompreensível; (iii) [] para reconstituição de lacunas. Entretanto, as abreviaturas continuam desdobradas sem a indicação das letras restituídas (iv).

Figura 2.9 – Cotejo entre o original (doc. 3245) e a edição impressa (vol. 3, p. 52)

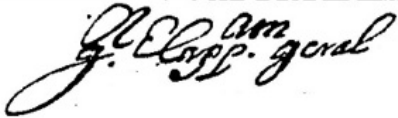
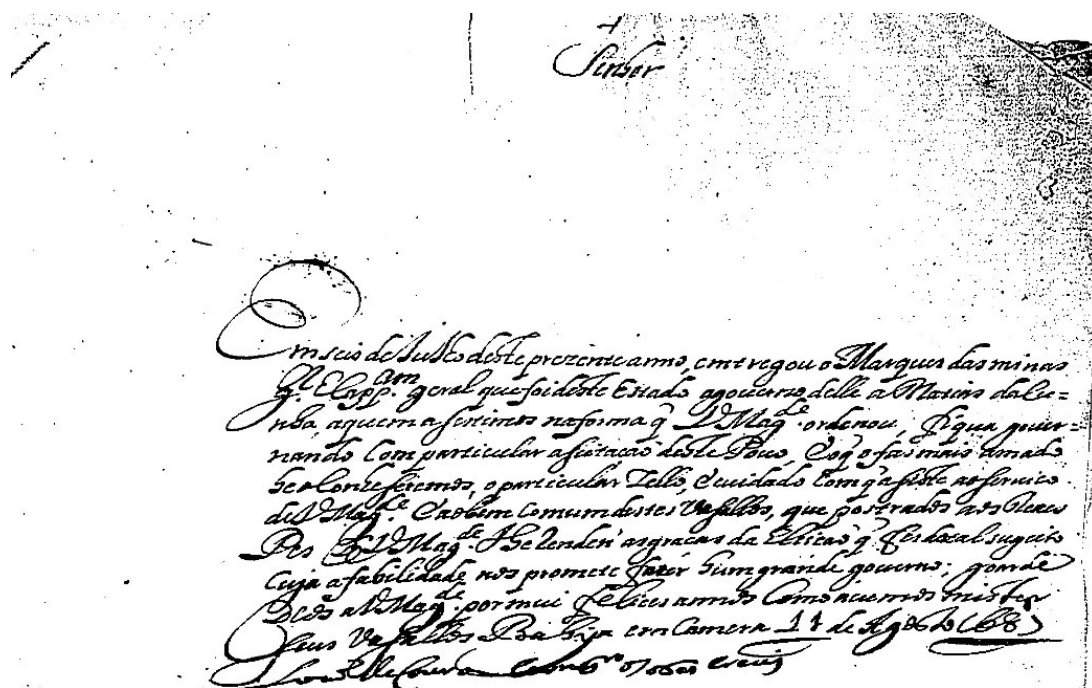
(i)	queSam[.]
(ii)	(ilegível)
(iii)	Plauoutras
(iv)	 Gouvernador leCapplitam General

Figura 2.10 – Edição impressa (vol. 2, p. 128-9) e original (doc. 3245)



Senhor

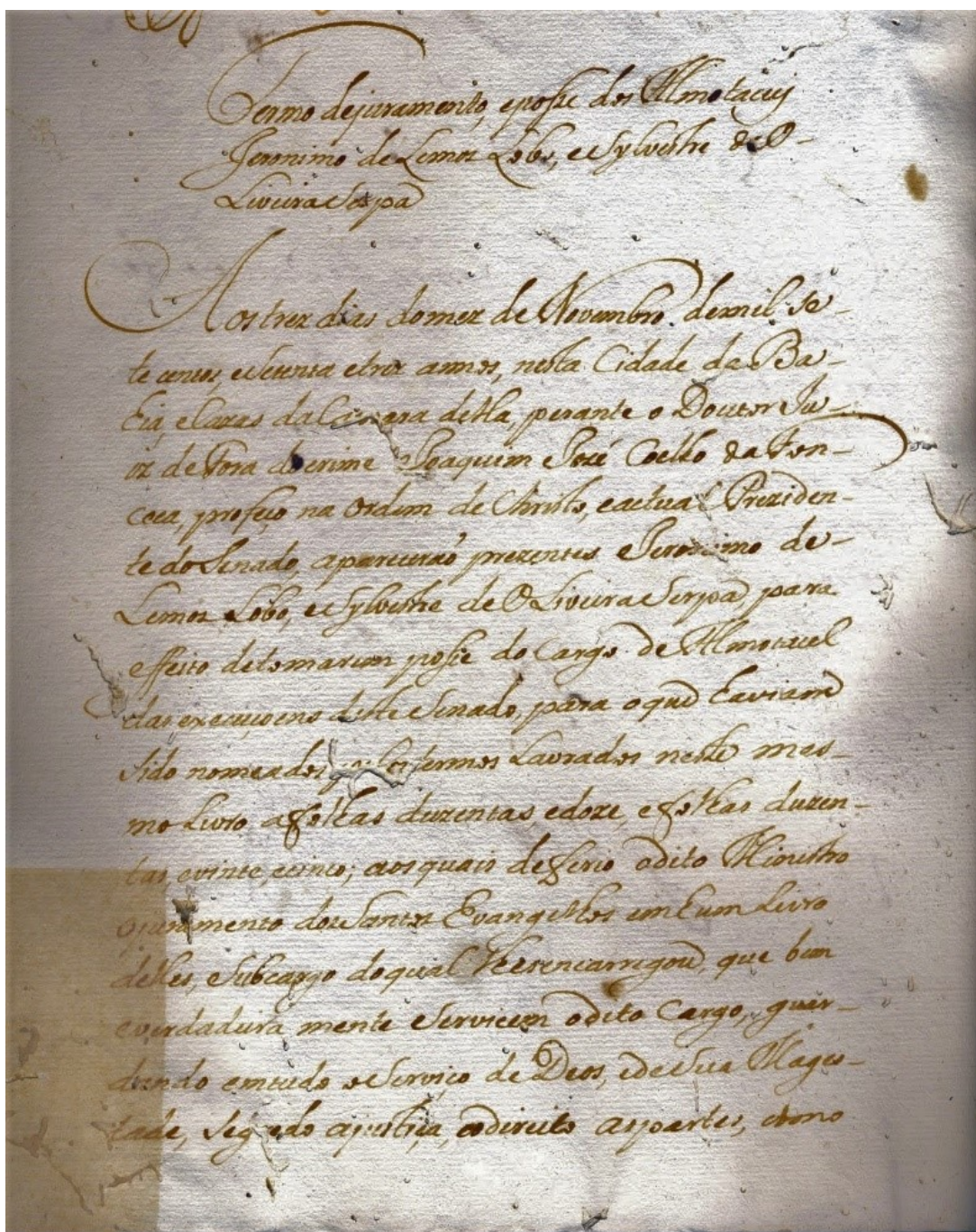
1687 Em 6 de Junho deste presente Anno entregou Marques das Minas | Governador | o Capplitam General que foi deste Estado | O Governo d'elle a Mathias da Cunha | Aquem a Sistimos na forma | que Vossa Magestade Ordenou: Fica Governan- | do comparticul- | lar a Seitaç[alm deste Pouo, Eoque ofas mais amado he o conhe | Seremos [olparticullar Zellillo é Cuidado com que a Siste ao Serui- | ço de Vossa Magestade | E aobem comum destes Vaçallos que pros- | trados aos Reaes pés, de Vossa Magestade | lhe rendes as Graças | da Elleiçam que fes detal Sogueito; Cuja afabillidade | nos pro- | mlete fazer hum grande Governo. A Vossa Magestade: nos Guar- | de DEUS | pormuitos e Sempre fellices Annos para emparo destes- | Seus Vaçallos. Bahya | 11 de Agosto de 1687. Ioam de Couros Car- | neiro o Sobescrevy[,] Antonio Gue- | des de Paiua,, Manuel Pe- | reira de Goes,, Domingos Dias Machado,, Francisco Pereyra Ferras,, | Domingos Pires de Carualho — |(Fls 81) Registos das Cartas que | o Senado escreveu a Sua | Magestade: na Frota que partio do Porto | desta Cidade em | Segunda Feira 16 de Agosto de 1688.

As “modernizações” feitas pelos monges beneditinos impactam, sobretudo, os estudos de natureza grafemática e fonológica, visto que apagam marcas características da língua escrita à época. No entanto, essas modernizações se mostraram menos problemáticas do ponto de vista sintático dado que, a partir do cotejo realizado, não registramos inserção de palavras ou alteração

na ordem das palavras encontradas nas cartas. Portanto, utilizaremos não só as Cartas que partem do original manuscrito, mas também as que foram transcritas pelos monges beneditinos no século XIX.

Com relação às atas, os volumes utilizados nesta pesquisa foram transcritos diretamente dos originais. Ao contrário do que ocorreu com as cartas, a edição adotada é conservadora, com a manutenção das abreviaturas, como podemos ver no cotejo exemplificado nas figuras abaixo:

Figura 2.11 – Original (doc. 1525) e edição impressa (vol. 11, p. 223-4)



Termo de juramento, e poSse dos Almotaccis|
 Jeronimo de Lemos Lobo, e Sylvestre
 deO-| liveira Serpa

Aos tres dias domez de Novembro de mil se-| te centos e Setenta e trez
 annos, nesta cidade da Ba-| hia, e cazas da camara della, perante o Doutor Ju-| iz
 del'ora do crime Joaquim Jozé Coelho da Fon-| ceca, profço na Ordem de
 Christo, e actual Preziden-| tado Senado, apparecerão presentes Jeronimo de-|
 Lemos Lobo, e Sylvestre de Oliveira Serpa, para| effeito de tomarem poSse do
 Cargo de Almotacel| das execuçoens deste Senado, para o que haviam Sido
 nomeados pelos termos lavrados neste mes-| mo livro a folhas duzentas, e doze,
 e folhas duzen-| tsa, e vinte, e cinco; aos quais deferio o dito Ministro|
 o juramento dos Santos Evangelhos em livro| delhes Subcargo do qual
 lhes encarregou, que bem| e verdadeiramente Servicem o dito cargo, guar-| dando

em tudo o Serviço de Deos, e de Sua Mage-| stade, Segredo a justiça; e o direito
 as partes, e como| (Fls. 227) Como eraõ obrigados na forma do Seo regim-| to;
 e aceito por elles, o dito juramento a Sim o-| rparameteram fazer, Cumprir e guardar;
 e lo-| go o dito Ministro o shouve por empoSsados no-| dito Cargo, e mandou que
 continuassem no| exercicio delle; e de tudo para constar| mandou fazer este termo
 que a Signou| Com os ditos empoSsados; e eu João Duar-| te silva Escrivam
 do Senado da camara| que o escreveu

(Ass.) Fon^{ca}., Silvestre de Oliv^{ra}. Serpa, Jeronymo de Lemos Lobo

Desse modo, contamos com textos datados e localizados, com tipologia textual bem definida, representativa da língua da época. E apesar de uma parte dos documentos ter sido transcrita no século XIX por monges beneditinos devido ao péssimo estado de conservação à época, o cotejo realizado com as cópias das cartas disponíveis no AHU e os critérios claros de edição adotados já no final do século XX para as atas apontam para uma edição filologicamente criteriosa, com alterações no nível grafemático e ortográfico que pouco impactam nos fatores sintáticos.

Isto posto, para alcançar o meu objetivo – verificar se as cartas e atas produzidas por brasileiros nascidos entre 1580 e 1719, escrevendo ao longo dos séculos XVII e XVIII, apresentam alguma mudança em relação ao PCI e ao PE moderno – perscrutarei as Cartas e atas Produzidas por Homens Bons da Câmara Municipal de Salvador, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Por seu caráter idiossincrático, o *corpus* a ser explorado pode trazer uma visão original e relevante sobre o estudo da emergência de uma gramática brasileira e pode nos revelar, a partir de uma fonte de dados inexplorada e potencialmente muito rica, materiais produzidos em um

período temporal crucial para o entendimento dos processos de diferenciação (ou não) entre as variedades do português, de modo que poderemos observar a competição de gramáticas a partir destes documentos.

Ao voltarmos nosso olhar para tais documentos, buscamos refinar as perguntas sobre a periodização da história do português, pautando-nos na análise empírica de fatos da língua, algo ainda pouco comum devido à dificuldade de acesso à documentação escrita, porém essencial ao trabalho em diacronia. O *corpus* é também de fundamental importância visto que um amplo conjunto de estudos já realizados sobre a história do português brasileiro parte da ideia lançada por Tarallo de que o século XIX apontaria para a emergência de uma gramática brasileira. Ao usarmos como fonte de investigação dados do século XVII e XVIII, buscamos retroceder essa datação a fim de evidenciarmos uma possível sintaxe brasileira já emergindo no século XVIII.

Como apontado anteriormente, a nossa abordagem origina-se a partir do estudo detalhado sobre o português que tem sido desenvolvido desde 1998, coordenado pela pesquisadora Charlotte Galves. O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, criado por esta pesquisadora e resultado de intenso trabalho sobre a diacronia do português, é um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos escritos por autores nascidos entre 1380 e 1881. Até a data, o *Corpus Tycho Brahe* oferece aos pesquisadores, sobretudo aos de linguística diacrônica, uma base de dados com 76 textos (3.302.666 palavras), com um sistema de anotação linguística em duas etapas: anotação morfológica (aplicada em 45 textos, com um total de 2.012.768 palavras); e anotação sintática (aplicada em 27 textos, com um total de 1.234.323 palavras) (GALVES, ANDRADE e FARIA, 2017).

A partir do *Corpus Tycho Brahe*, muitas pesquisas foram desenvolvidas²¹, o que permitiu lançar novos olhares sobre grandes questões da história da língua portuguesa. Uma das grandes contribuições, imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho, é o estudo detalhado do PCI que tem sido feito nos 15 últimos anos. Só com o amplo conhecimento sobre os fenômenos que caracterizam o PCI é que poderemos compreender em que momento a língua portuguesa que chegou ao Brasil se diferenciou do português da metrópole.

²¹ Paixão de Sousa (2004), Galves, Namiuti e Sousa (2006), Antonelli (2007), Namiuti (2008), Gravina (2008), Gibrail (2010), (ANDRADE, 2010), Trannin (2010), Antonelli (2011), Gravina (2014), Trannin (2016), Macedo-Costa (2016), Galves e Paixão de Sousa (2017), Galves e Gibrail (2018), Galves (2020), entre outros.

2.6 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentei a teoria de mudança linguística na perspectiva gerativa, ressaltando os desenvolvimentos recentes no quadro minimalista. Vimos que a pesquisa em sintaxe diacrônica gerativista se firma no pressuposto de que a mudança gramatical está estritamente relacionada com o processo de aquisição e ambos estão relacionados à noção de parâmetro. Também apresentei de que modo no processo de aquisição fatos linguísticos novos podem ser gerados, ressaltando a questão do contato. Paralelamente, discuti a noção de competição de gramáticas de gramáticas fruto da tensão entre a aquisição natural da língua e sua aprendizagem por meio do ensino formal. A proposta que defendo é que a remarcação dos parâmetros para os brasileiros filhos de portugueses se dá por contato linguístico direto.

Na sequência, apresentei aspectos da história externa – através de diferentes propostas de periodização para o PB – e também da história interna – seguindo as propostas de Tarallo (1993), Ribeiro (1998), Moraes de Castilho (2001) e Galves (2007). Esses pesquisadores tentam de alguma forma responder a esta questão propondo que o (1) o PB emerge no século XIX (TARALLO, 1993), (2) ao menos duas gramáticas estão por trás da emergência do PB (RIBEIRO, 1998); (3) a base do PB seria o português quatrocentista (MORAES CASTILHO, 2001); e (4) a língua que dá origem ao PB é a língua das caravelas (GALVES, 2007). A proposta que sigo é que o PB emerge no século XVIII, seguindo Ribeiro (1998) e Galves (2007).

Apresentei também o *corpus* que servirá de base para confirmar ou refutar as hipóteses levantadas nesta tese. Defendi a importância a originalidade do *corpus* que compõe a tese, por permite recuar temporalmente as perguntas sobre a origem do português brasileiro.

3 O EFEITO V2: DAS LÍNGUAS GERMÂNICAS ÀS LÍNGUAS ROMÂNICAS MEDIEVAIS

Segundo Holmberg (2015), uma língua é considerada V2 quando o verbo finito é obrigatoriamente o segundo constituinte em orações principais ou em orações matrizes e necessariamente precedido por apenas um XP de natureza sintática qualquer. As línguas V2 podem apresentar tal ordem apenas em orações matrizes (V2 assimétrico), ou em orações matrizes e dependentes (V2 simétrico). Todas as línguas germânicas modernas, exceto o inglês, manifestam o efeito V2 em orações matrizes declarativas como em (1):

- (1) Er **hat** dich gestern nicht *angerufen* weil er dich nicht stören wollte.
 Ele **tem** te ontem não *chamado* porque ele te não incomodar queria.
 ‘Ele não te chamou ontem porque não quis te incomodar.’

Entre as línguas, o fenômeno V2 parece ser extremamente raro. Ainda assim, algumas apresentam o chamado V2 residual, ou seja, a ordem V2 torna-se obrigatória em determinadas construções, resultado do efeito V2 em estágios anteriores da língua. Um exemplo é o inglês (2), que possui V2 residual em sentenças-wh, com certos constituintes negativos iniciais e em alguns outros contextos. Outro exemplo de língua que apresenta V2 residual é o espanhol (3).

- (2) a. Which battery type (would) you (*would) recommend?
 b. This battery type (*would) I (would) not recommend.
 c. None of them (would) I (*would) recommend.
 d. So good (was) his performance (*was), that he got a standing ovation.
 e. In the sink (*found) John (found) a spider. (HOLMBERG, 2015, p. 344)
- (3) Con quien (vendrá) Juan (*vendrá) hoy? (HOLMBERG, 2015, p. 344)

Neste capítulo, trago as discussões sobre o efeito V2 nas línguas românicas medievais de uma perspectiva empírica e teórica, com particular ênfase no Português Clássico. Desse modo, apresento o efeito V2 nas línguas comparando as línguas germânicas e as línguas românicas medievais. Discuto as propostas teóricas mais influentes para entender a derivação das sentenças V2, focando nos trabalhos de Haegeman (1996), Roberts (2004), Antonelli (2011) e Wolfe (2016), Wolfe (2018), Wolfe (2019). Examino, também, as hipóteses apresentadas para explicar o movimento do verbo finito e de um XP para a periferia esquerda nessas línguas, que pedem a

presença de um traço de finitude, a ser verificado pelo verbo finito.

Depois de discutir o efeito V2 de uma perspectiva empírica e teórica, apresento as discussões sobre o efeito V2 nas línguas românicas, destacando as principais características que unem essas línguas: inversão do sujeito, fronteamto de constituintes e colocação dos clíticos.

Por fim, apresento o estado da arte sobre o PCI enquanto língua V2 flexível. Sigo, desse modo, as pesquisas que consideram o PCI como uma língua V2 porque os verbos finitos aparecem em segunda posição e são precedidos por um constituinte arbitrário, ou seja, a posição pré-verbal não é exclusiva para sujeitos. Esta propriedade, considerada nuclear para caracterizar uma língua V2, está presente no português antigo e também no PCI e só se perde no século XVIII. Aqui discutiremos os trabalhos de Ribeiro (1995), Torres Morais (1995), Paixão de Sousa (2004), Gibrail (2010), Antonelli (2011), Galves e Paixão de Sousa (2017), Galves e Gibrail (2018) e Galves (2020) apontando as evidências trazidas por estes pesquisadores para a defesa de um sistema V2.

3.1 O EFEITO V2 NAS LÍNGUAS: PERSPECTIVA TEÓRICA

Um dos primeiros a descrever o efeito V2 nas línguas germânicas foi Den Besten (1983). Partindo da observação do efeito V2 em alemão, holandês e sueco, Den Besten (1983) inova ao propor que o efeito V2 não é uma restrição linear, mas sim uma restrição de movimento. Assim, nas línguas V2, o verbo se move para C em orações matrizes ocupando a posição de núcleo de CP. Nas orações dependentes, o verbo permanece numa posição mais baixa uma vez que a posição de núcleo de CP já estaria ocupada pelo complementizador.

Den Besten (1983) lista as propriedades empíricas do efeito V2 nas línguas germânicas que são fruto da exigência de o verbo finito ocupar a segunda posição, precedido somente por um único sintagma, o que acarreta propriedades correlatas como a inversão do sujeito (4), a correspondência estrutural entre as orações matrizes declarativas e orações interrogativas (5) e a assimetria entre as sentenças matrizes e as dependentes (6). Todas as propriedades empíricas e correlatas são compartilhadas pelas línguas germânicas.

- (4) a. Gestern kaufte Hans ein Buch
ontem comprou Hans um livro
- b. *Gestern Hans kaufte ein Buch
ontem Hans comprou um livro
- c. Ein Buch kaufte Hans gestern
um livro comprou Hans ontem

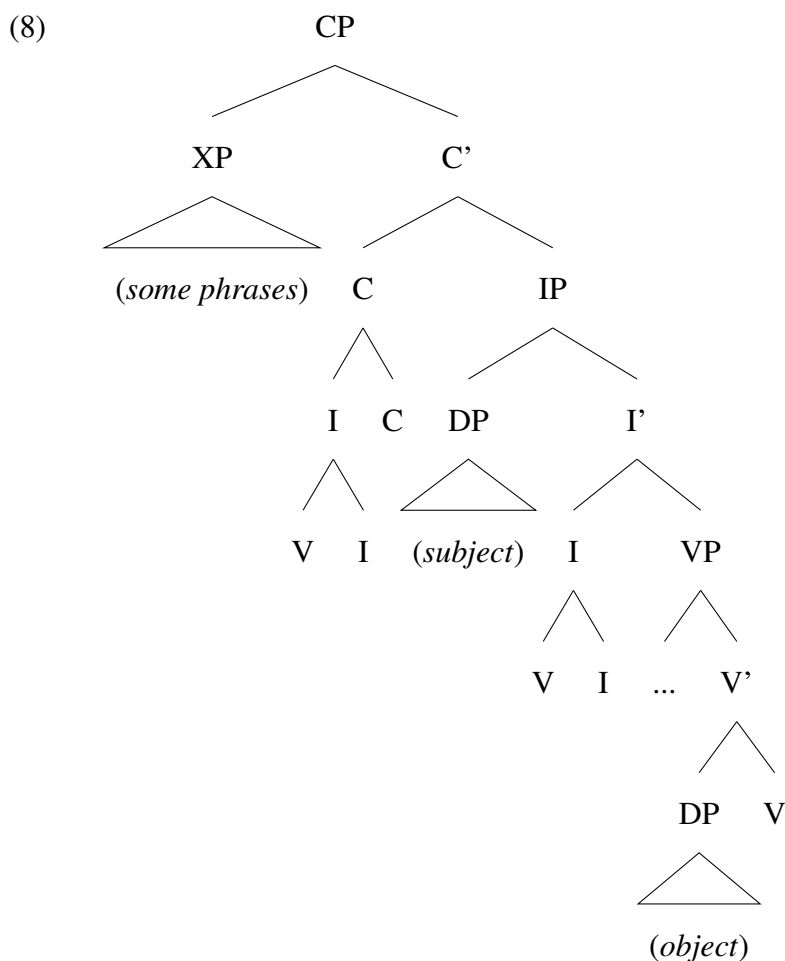
‘Ontem Hans comprou um livro’

- (5) a. Wann haben deine Freunde einen Film im Kino gesehen?
quando tem seus amigos um filme no cinema visto
- b. *Im Kino wann haben deine Freunde einen Film gesehen?
no cinema quando tem seus amigos um filme visto
- c. *Wann deine Freunde haben einen Film im Kino gesehen?
quando seus amigos tem um filme no cinema visto
‘Quando seus amigos viram um filme no cinema?’
- (6) a. Ich weiß nicht, ob meine Freunden einen Film im Kino gesehen haben
Eu sei não, se meus amigos um filme in cinema visto tem
- b. *Ich weiß nicht, ob meine Freunden haben einen Film im Kino gesehen
Eu sei não, se meus amigos tem um filme no cinema visto
‘Não sei se meus amigos viram um filme no cinema’

As propriedades empíricas ilustradas nos exemplos acima podem ser capturadas pela formulação clássica de V2, proposta originalmente por Den Besten (1983), em (7).

- (7) a. Uma regra de anteposição move o verbo finito para o complementizador em sentenças matrizes;
- b. Duas ou uma transformação raiz transfere um constituinte para a posição mais à esquerda de COMP (den Besten 1983, adaptado).

A análise de Den Besten (1983) em (7) prediz que o verbo finito se move para C e um constituinte qualquer deve ocupar SpecCP, ou seja, o efeito V2 seria consequência de duas operações: movimento V-para-C, ou mais corretamente, V-para-I-para-C e movimento para SpecCP, como em (8).



A representação apresentada em (8) permite que quaisquer constituintes possam ocupar o SpecCP, ou seja, o elemento fronteado pode ser de diferentes tipos: DPs sujeitos (9), DPs objetos (10), PPs (11), orações dependentes (12), advérbios (13), sintagmas Wh (14), predicados (15), entre outros.

(9) **DP sujeito**

- a. André **het** gister die storie geskryf [Afrikaans]
 André **tem** ontem a estória escrito
 ‘André escreveu a estória ontem’ (HOLMBERG, 2015, p. 347, adaptado)

(10) **DP objeto**

- a. Tidningar **läser** barmen inte [Sueco]
 Newspapers **read** the.children not
 Jornais, as crianças não leem (HOLMBERG, 2015, p. 348, adaptado)

(11) **PPs**

- a. [Van dit glas] **heeft** hij niet gedronken [Holandês]
 [de este copo] **tem** ele não bebido

‘Deste copo, ele não tem bebido’

(12) **Orações dependentes**

- a. [Wenn man keine Träume mehr hat] **ist** man leer [Alemão]
 [if one no dreams anymore has] **is** one empty
 ‘Se você não tem sonhos, você está vazio’ (HOLMBERG, 2015, p. 349, adaptado)

(13) **Advérbios**

- a. Vandag **het** ’n nuwe blogger by ons aangesluit [Afrikaans]
 today **has** a new blogger with us aangesluit
 ‘Hoje, um novo blogueiro juntou-se a nós’

(14) **Sintagmas Wh**

- a. Wat **hebben** jullie besteld? [Dutch]
 What **have** you ordered
 ‘O que você pediu?’ (HOLMBERG, 2015, p. 349, adaptado)

(15) **Predicativo**

- a. Sint **er** jeg ikke, bare veldig skuffet. [Norueguês]
 Angry **am** I not only very disappointed
 ‘Eu não estou bravo, apenas muito desapontado’ (HOLMBERG, 2015, p. 349, adaptado)

Den Besten (1983) também observou que há uma assimetria entre as orações matrizes e dependentes motivada pela presença ou ausência do complementizador. Isso significa que os verbos finitos e os complementizadores estão em distribuição complementar em línguas V2 assimétricas, como em (16).

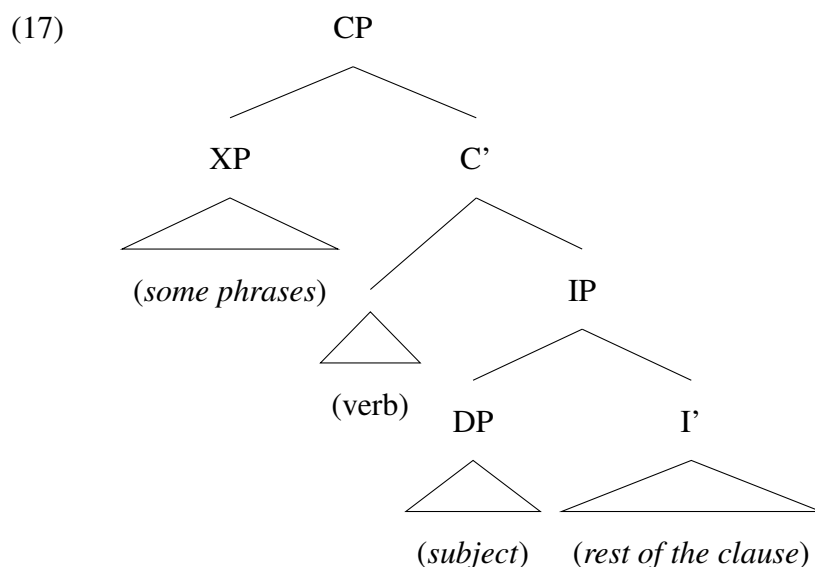
- (16) a. Er sagte, dass er morgen komme.
 ele dizer que ele amanhã vir
- b. Er sagte, er komme morgen
 ele dizer, ele vir amanhã
- c. *Er sagte, dass er komme morgen
 *ele dizer, que ele vir amanhã (den Besten, 1989, adaptado)

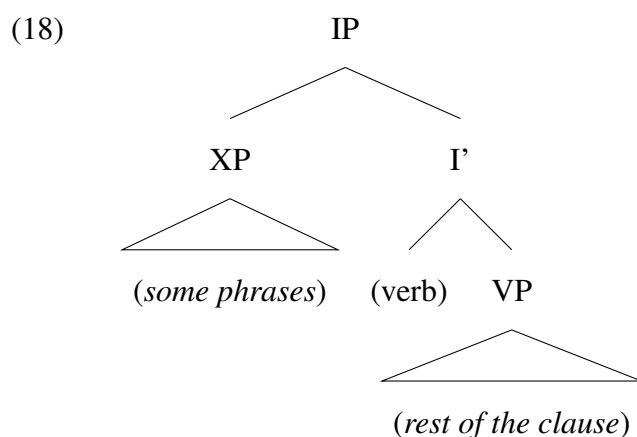
Em (16), há uma alternância na posição do verbo devido à presença ou ausência do complementizador. Se o complementizador aparece como em (16a), o verbo obrigatoriamente deve aparecer em posição final, caso contrário (16c) a sentença se torna agramatical. Quando o complementizador é omitido (16b), o verbo então ocupa a posição do complementizador, uma

vez que o complementizador e o verbo competem pela mesma posição, ou seja, COMP.

Den Besten (1983) colaborou sobremaneira com o desenvolvimento da linguística gerativa, pois suas investigações sobre o efeito V2 foi o primeiro caso bem estudado de movimento de núcleo e um dos primeiros casos em que uma categoria funcional, a saber C (ou COMP), foi analisado com sucesso na teoria. Sua análise de que C é um núcleo da oração se tornou quase universalmente aceita (HOLMBERG, 2015).

A proposta de Den Besten (1983) e sucessores (HOLMBERG, 1986; HOLMBERG; PLATZACK, 1995; VIKNER, 1995) ficou conhecida como “análise simétrica”. Travis (1984) propôs uma análise alternativa a de den Besten (1983) e seus sucessores. Segundo Travis (1984), em línguas V2 quando o elemento fronteado é um sujeito, o verbo move-se apenas para uma projeção funcional dentro do IP/TP. Entretanto, quando o elemento fronteado é um sintagma qualquer que não o sujeito, o verbo tem como alvo o domínio C. Isto posto, a estrutura das sentenças V2 com sujeitos não iniciais seria igual a (17), enquanto nas sentenças com verbo inicial, a estrutura não contaria com o CP, como em (18).





Segundo Travis (1984), uma vez que SpecIP é considerada a posição natural do sujeito nas línguas V2, o movimento do verbo de V-para-I-para-C e movimento do sujeito para SpecCP são redundantes em termos de ordem linear. Por isso, Travis (1984) sugere duas estruturas diferentes para dar conta das sentenças com sujeito inicial, como em (17) e (18).

De acordo com Holmberg (2015), enquanto a análise simétrica se assenta em uma violação da condição de economia, a análise assimétrica de Travis (1984, 1991), por outro lado, tem a desvantagem empírica de prever semelhança entre as orações matrizes com sujeito pré-verbal e as orações dependentes, e não prever a similaridade entre as orações matrizes com sujeito pré-verbal e orações matrizes com sujeito pós-verbal.

Ainda, segundo Holmberg (2015), Branigan (1996) articulou uma teoria que visou combinar as vantagens de cada teoria, evitando suas desvantagens. A teoria, baseada na ideia de que o sujeito nas sentenças V2 não está nem em SpecIP nem em SpecCP, defende que o sujeito esteja em uma posição A-barra. Essa análise é muito comum hoje em dia, dentro da teoria orientada à cartografia, seguindo Rizzi (1997).

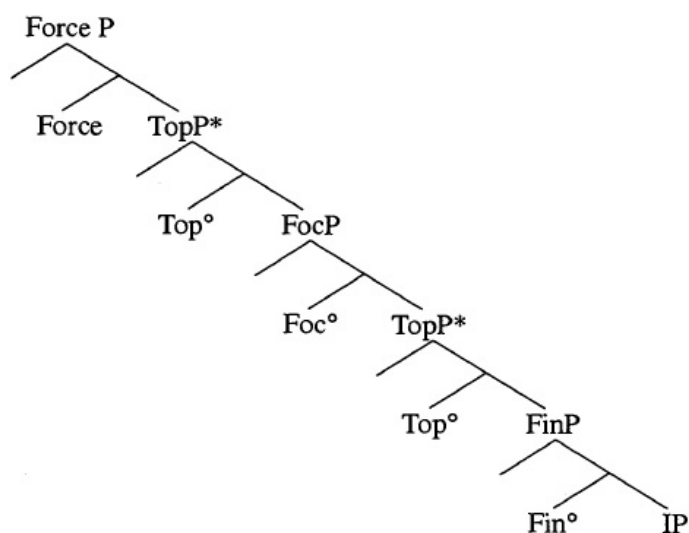
3.1.1 Fundamentos teóricos da análise V2 flexível

Vimos acima que as análises antecedentes propunham que as sentenças V2 têm duas propriedades principais: movimento do verbo para o núcleo de C e o movimento de apenas um sintagma para a posição de SpecCP (DEN BESTEN, 1983; TRAVIS, 1984; HOLMBERG, 1986; VIKNER, 1995; 2004). Rizzi (1997) trouxe várias evidências de que o CP contém estruturas internas adicionais, ou seja, o CP inclui uma série de projeções funcionais distintas. Esses núcleos funcionais executam várias funções, geralmente relacionadas à codificação da estrutura da informação. Em vez da hierarquia simples, Rizzi propôs que o CP fosse decomposto em, pelo menos, cinco projeções:

(19) ForceP > TopP* > FocP > TopP* > FinP

Conforme Rizzi (1997), ForceP expressa a força ilocucionária da sentença (interrogativa, declarativa, exclamativa, imperativa etc.). TopP hospeda tópicos, normalmente informação velha e de alguma forma disponíveis e salientes discursivamente. Essa posição aparece duas vezes, embora possa ocorrer um número indefinido de vezes. FocP abriga focos, expressando informações novas e em algumas línguas se restringe ao foco contrastivo. FinP é projeção que reflete finitude, pelo fato de muitas línguas terem diferenças entre complementadores finitos e não finitos.

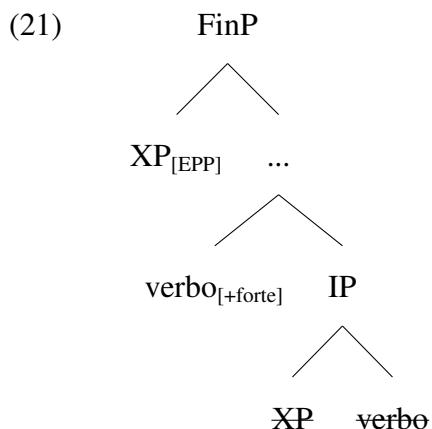
(20)



A ideia de que o CP precisa ser decomposto como em (20) é amplamente aceita. Porém, esta análise levanta a questão de, por que, na maioria das línguas V2, as posições que compõem a periferia esquerda da sentença não podem ser preenchidas simultaneamente. Se o inventário completo das projeções estendidas do CP está universalmente presente em todas as línguas, por que, nas línguas V2, apenas um sintagma pode ocupar a posição de especificador da projeção máxima? É o que discutiremos a seguir.

As principais análises contemporâneas de V2 (ROBERTS, 2004; HOLMBERG, 2015; WOLFE, 2015, 2016, 2018) estão alinhadas com a proposta de Haegeman (1996). Tal proposta está assentada na ideia do CP cindido. Para Haegeman (1996), o efeito V2 é função de dois elementos: (i) a natureza de Fin°, o núcleo mais baixo do sistema C, que codifica traços de finitude e (ii) uma estratégia generalizada de operador nulo para topicalização. Fin° atrai o verbo

finito, pois tem um traço V forte. Devido ao traço EPP forte que se aplica em Fin^o, Fin^o requer um especificador que pode ser um sintagma de qualquer categoria. Desse modo, nas sentenças matrizes, o verbo finito se move para FinP ao mesmo tempo em que uma projeção máxima se move para o especificador de FinP para satisfazer o traço EPP associado a Fin (21).



Recentemente, alguns pesquisadores (ROBERTS, 2004; HOLMBERG, 2015; WOLFE, 2015, 2016, 2018) reformularam a proposta de Haegeman (1996). Roberts (2004, p. 315) aponta que o efeito V2 tem quatro propriedades nucleares (22):

- (22)
- a. Movimento de V para Fin;
 - b. Movimento de XP para SpecFinP;
 - c. A restrição de apenas um XP (na posição de SpecFinP);
 - d. A assimetria raiz versus encaixada.

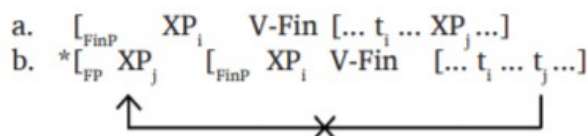
(22a) decorre do fato de que Fin possui a propriedade paramétrica de exigir a realização de uma forma fonética nas línguas V2. Portanto, Fin atrai um núcleo T e o seleciona. Assumindo que Fin seleciona diretamente T e T seleciona V, o complexo T-V sobe para Fin. Embora o movimento em V para Fin atenda ao requisito de realização lexical, isso não é suficiente para licenciá-lo. É necessário então que Fin tenha um traço EPP para acionar o movimento de um XP (22b). Fin também não exige que um DP ocupe seu especificador, pois não é um elemento do tipo [+D]. Isso então justifica a possibilidade de um sintagma de qualquer natureza ocupar a posição SpecFinP (ROBERTS, 2004).

A restrição descrita em (22c) se deve, de acordo com Roberts (2004), a uma propriedade geral de EPP¹ de Fin. Quando um sintagma é movido através de FinP, todos os movimentos

¹ Segundo Roberts (1993, p. 39), o traço EPP sendo “de nenhum tipo específico em termos de tipologia de potenciais intervenientes, [...] é capaz de bloquear qualquer tipo de movimento”.

nessa posição são bloqueados. Depois que um XP se move para SpecFin a fim de satisfazer o traço EPP de Fin, nenhum outro elemento pode ser movido para o domínio CP sem violar a minimalidade relativizada, ou seja, o sintagma que ocupa a posição de SpecFinP impede o movimento de um constituinte através de Fin, como em (23).

(23)



Desse modo, a posição de SpecFin é um gargalo através do qual um e apenas um constituinte pode entrar no domínio C. Nas línguas V2, quando não hospeda um complementador, Fin também possui um traço que atrai o verbo finito, gerando a ordem V2. Assim, em línguas V2, seguindo a hipótese do gargalo, haveria restrição de movimento para periferia esquerda (HAEGEMAN, 1996; ROBERTS, 2004; WOLFE, 2016, 2018).

Assim como Roberts (2004), Holmberg(2015) argumenta que o fenômeno V2 se compõe de duas propriedades nucleares intrínsecas:

- (24) a. Um núcleo funcional na periferia esquerda atrai o verbo finito;
 b. Este núcleo funcional requer que um constituinte se mova para a posição de especificador (HOLMBERG, 2015, p. 375).

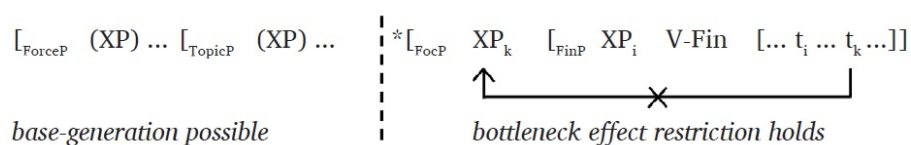
(24) pode ser resumido da seguinte forma: o efeito V2 estaria ligado ao traço de [+/-finitude]. Portanto, nas línguas V2, FinP hospeda a sonda- ϕ e o traço de borda (*edge-features*) responsável por V2 (HOLMBERG, 2015). O traço de borda contém um traço EPP generalizado que aciona o movimento de um constituinte de qualquer tipo (NP, PP, AP, advérbios, partículas, etc.) para a posição de especificador. As duas propriedades/parâmetros são independentes e garantem o fronteamento do verbo e que um constituinte preceda o verbo (HOLMBERG, 2015).

O elemento que satisfaz o traço EPP de Fin pode cumprir várias funções sintáticas. O componente movido bloqueia o movimento de qualquer outro componente para uma posição superior, assim como proposto em (23). Ao satisfazer o traço EPP de Fin, a posição Fin fica “indisponível” e caso qualquer outro sintagma seja movido para uma posição mais alta da periferia esquerda, há a violação da minimalidade relativizada. Desse modo, o traço EPP generalizado

impede as ordens V>2 apenas se estas forem derivadas de movimento. Caso seja fruto de *merge* externo, as ordens V>2 ocorrem normalmente (HOLMBERG, 2015).

A proposta de Holmberg (2015) se assenta em Poletto (2002). Poletto (2002) sugere que a periferia esquerda pode ser dividida em dois domínios: um domínio mais baixo, FinP, que só pode ser preenchido por movimento estando sujeito ao efeito gargalo; e um domínio mais alto, ForceP, preenchido por *merge* externo, sem violar a minimalidade relativizada, tornando outros sintagmas “invisíveis” ao efeito gargalo em FinP.

(25)



A proposta de Poletto (2002) considera que o efeito V2 deriva da propriedade de, pelo menos, duas projeções: Fin e Force. Enquanto o preenchimento de SpecFinP só ocorre via movimento (*merge* interno), SpecForceP só pode ser gerado *in-situ* (*based-generated*). O resultado disso é que as ordens V>2 são previstas sem violar os efeitos da minimalidade relativizada. A proposta em (25) também prevê que os traços formais responsáveis pelo efeito V2 nas línguas possam estar presentes em dois núcleos funcionais na periferia esquerda. Em vista disso, as línguas V2 se diferenciariam de acordo com o número de locais de pouso disponíveis.

Outra proposta, que se assenta em Poletto (2002), é a de Wolfe (2018, 2019). Para ele, todos os sistemas V2 têm um movimento do verbo para Fin, porém, em uma subclasse das línguas V2, Force também tem as mesmas propriedades de Fin. As línguas que apresentam locais de pouso também em ForceP manifestam padrões V2 relativamente mais rígidos do que línguas que exibem locais de pouso apenas em FinP. Assim, teríamos uma tipologia das línguas V2 de acordo com os locais de pouso:

- (26) a. V-para-Fin (línguas com V2 menos estrito/mais flexível)
- b. V-para-Force (línguas com V2 estrito) (WOLFE, 2018)

Wolfe (2019) defende a hipótese de que as gramáticas V2 compartilham pelo menos três características: (i) uma preferência por colocar o verbo finito na segunda posição, (ii) uma posição de especificador não especializada para sujeitos e (iii) efeitos de gargalo em que apenas

um elemento atinge a periferia esquerda (27) via movimento.

- (27) [Frame... [Force... [Topic... [Focus... [Fin... [TP...]]]]]

Essas características derivam diretamente se assumimos que, em todas as gramáticas V2, Fin carrega um gatilho para o movimento do verbo e um traço de borda. Wolfe (2016) também sugere que o local de variação em sistemas V2 se refira à capacidade de somente Fin ou de Force e Fin serem o local onde o efeito gargalo se concretiza. Em vista disso, propõe uma tipologia tripartite das línguas V2.

A primeira classe de línguas V2 é ForceV2, subdivida em dois grupos. O primeiro grupo (28a) lexicaliza o Frame com deslocamentos à esquerda, expressões adverbiais e sentenças-QU. No segundo grupo (28b), Frame só pode ser lexicalizado por tópicos pendentes e deslocamentos à esquerda.

- (28) a. [Frame (**XP**_{Frame-setter/HT/LD}) [Force **XP**_{Topic} [Force **V**]]]
 b. [Frame (**XP**_{HT/LD}) [Force **XP**_{Topic} [Force **V**]]] (adaptado, WOLFE, 2019)

Wolfe (2019) sugere que, tanto no primeiro quanto no segundo grupo, Force carrega um gatilho para movimento do verbo e o traço de borda. Portanto, a classe de constituintes que pode preceder Force é restrita ao campo Frame devido ao gargalo estruturalmente alto em SpecForceP. Uma língua com um gargalo em ForceP apresenta um V2 mais estrito, pois menos posições estão disponíveis para constituintes gerados *in-situ*.

Force, nessas línguas, possuiria um traço de borda que exige o movimento do verbo de Fin para Force e o movimento de um XP já fronteado para o SpecForceP. Nas línguas ForceV2, as ordens V3 são possíveis, porém são menos comuns. Isso se deve à área mais acima de Force estar associada a traços semântico-pragmáticos que codificam a atitude do falante. Estas posições são ocupadas por elementos orientados para o discurso.

As línguas ForceV2 também diferem com relação à ordem V1. Ambos os subtipos lexicalizam constituintes nulos (tópicos nulos dêiticos e operadores não assertivos) na camada Frame-Force que são licenciados na posição pré-verbal (29a). Porém, o primeiro subtipo de ForceV2 permite sujeito nulo referencial somente em posição pós-verbal, pois o local de licenciamento para o sujeito nulo é estruturalmente “mais baixo” do que o verbo finito em Force (29b).

- (29) a. [_{Frame} (*pro*[̂]) [_{Force} (**Operador** [_{-assertivo}]) [_{Force} **V_{Fin}**] [...]]]
- b. [_{Frame} [_{Force} [_{Force} **V_{Fin}**] [_{Topic} **pro_{Top}**] [_{Focus} [_{Fin} *pro_{Top}*] [_{Fin} **V_{Fin}**] [_{TP} *pro_{Top}*]]]]]] (WOLFE, 2019)

Segundo Wolfe (2019), a segunda classe de línguas V2, FinV2, licencia ordens V3* com vários constituintes, lexicalizando o campo Frame-Topic-Focus. Nessas línguas, o movimento do verbo tem como alvo Fin. Depois que um XP é colocado no SpecFinP via *merge* interno para satisfazer o traço de borda de Fin, nada *a priori* impede que outros XPs sejam gerados *in-situ* via *merge* externo nas camadas superiores ao local de pouso eventual do XP que ocupa SpecFinP.

- (30) [_{Frame} (**XP_{Frame-setter}**) [_{Force} ... [_{Topic} (**XP_{Topic}**) [_{Focus} **XP_{Focus}**] [_{Fin} *XP_{Focus}*] [_{Fin} **V**] [_{TP... V}]]]]]] (WOLFE, 2019).

Essa operação prevê que vários constituintes possam coocorrer em Frame-Topic-Focus, gerando, eventualmente, ordens V4*. Wolfe (2016; 2019) propõe que, nas ordens V* (V3, V4, V5, etc.), o item mais à esquerda é gerado tanto em Frame quanto em projeções funcionais na periferia esquerda. Os tópicos são gerados por *merge* externo, tanto em Frame quanto nas posições em Topic.

A intuição por trás dessa proposta é que “o núcleo com os traços responsáveis pelo fenômeno V2 se encontra mais baixo na estrutura funcional e, portanto, permite a lexicalização de uma matriz de projeções funcionais estruturalmente mais altas que o verbo movido” (WOLFE, 2016, p. 14). Assim sendo, as ordens V>2 são possíveis se os elementos mais à esquerda forem gerados *in-situ*. Nos sistemas FinV2, como nada *a priori* exclui um conjunto sucessivo dessas projeções que hospedam constituintes simultaneamente, o resultado dessas operações seria um sistema V2 “flexível”² cujas ordens V1 e V>2 podem ocorrer além do verbo na segunda posição.

No que tange à ordem V1, as línguas FinV2 permitem sujeitos nulos referenciais. A ocorrência da ordem V1 envolve um pronome nulo *pro_{Top}*, que difere de *pro* das línguas de sujeito nulo por apresentar um traço não-valorado de tópico que motiva seu alçamento de SpecFinP para a camada Topic, satisfazendo o traço de borda de Fin.

- (31) [_{Frame} [_{Force} [_{Topic} **pro_{Top}**] [_{Focus} [_{Fin} *pro_{Top}*] [_{Fin} **V_{Fin}**] [_{TP} *pro_{Top}*]]]]]]]]]

² Wolfe (2016; 2017) reavivou uma tipologia que aparece em Benincà (1995) que dividia as línguas V2 em Strict V2 languages e Less-Strict/Relaxed V2 languages. As línguas Strict V2 seriam as línguas germânicas modernas e as Less-Strict/Relaxed V2 languages seriam as línguas românicas medievais. Essa ideia também foi explorada por Pinto (2011) em sua tese de doutorado. A proposta de Pinto (2011) dividia as línguas em V2 rígidas e V2 frouxas.

(WOLFE, 2019).

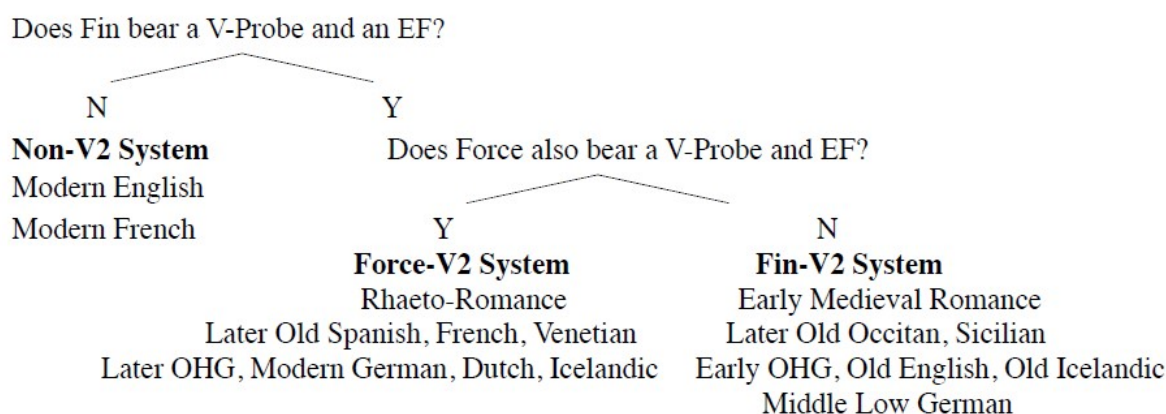
Wolfe (2019) argumenta ainda que, nas línguas FinV2, o sujeito nulo ocorre em posição pré-verbal devido ao fato de que o núcleo que licencia *pro*_{Top} domina estruturalmente o verbo finito, como formalizado em (31). Abaixo, apresento um resumo das características dos sistemas FinV2 e ForceV2, baseado em Wolfe (2019).

Tabela 3.1 – Características dos sistemas FinV2 e ForceV2, baseada em Wolfe (2019)

Sistemas	V3			V1		
	Periferia esquerda			Periferia esquerda		
	Frame-Setter	Tópico	Foco	<i>pro</i> _{Top}	<i>pro</i> [^]	Operador _[assertivo]
FinV2	✓	✓	✓	✓(pré-verbal)	✓	✓
ForceV2 (1)	✓		✓	✓(pós-verbal)	✓	✓
ForceV2 (2)	✓(tópico suspenso e deslocamento à esquerda)		✓	*	✓	✓

Wolfe (2019) defende que há um *continuum* de restrições estruturais na posição dos verbos, dos quais o V2 estrito está em um extremo e o V2 flexível estaria em outro, pois permitem um número maior de desvios em relação ao V2 linear. Wolfe (2019) modela a variação hierarquicamente, de modo a codificar tanto as diferenças entre os sistemas SVO e V2 quanto a distinção entre Fin e ForceV2 (Figura 3.1):

Figura 3.1 – Distinção entre sistemas Fin e Force



Apesar de a hierarquia baseada nos traços dos núcleos funcionais individuais não capturar toda a gama de variações nas línguas V2, a existência de uma variedade de línguas V2 flexíveis evidencia que os requisitos de V2 não são o resultado de um macroparâmetro uniforme, mas a confluência de várias configurações de parâmetros com relação ao movimento e fronteamto de

constituintes. Os padrões de V2 flexível representam, assim, um desafio para a teoria (WOLFE, 2019).

Nesta tese, sigo a proposta de Wolfe (2018; 2019), de que existe um conjunto de línguas cujo efeito V2 se apresenta de modo distinto das línguas V2 prototípicas. Essas línguas – classificadas por Wolfe (2019) como sistemas FinV2 – são línguas V2 flexíveis e apresentam o movimento do verbo para FinP. Assim, na análise que será apresentada nesta tese, defendo, assim como Antonelli (2011), Galves e Paixão de Sousa (2017), Galves e Gibrail (2018) e Galves (2020) que, no PCI, o verbo se move para o núcleo FinP, o que o caracteriza como uma língua V2 flexível.

A análise de Wolfe (2018; 2019) propõe também que, além do movimento do verbo para FinP, as línguas V2 flexíveis apresentam um movimento formal de um sintagma, acionado pelo núcleo mais baixo da periferia esquerda de Fin. Na análise proposta por Wolfe (2018; 2019), as línguas V2 (tanto as estritas quanto as flexíveis) possuem um traço de borda/EPP generalizado em FinP, capaz de acionar o movimento de diferentes XPs para o SpecFinP. Porém, Mohr (2009) e Frey (2006) mostraram que alguns movimentos nas línguas V2 são desencadeados por propriedades da estrutura da informação e não apenas por traços formais.

Outra questão levantada na análise por Wolfe (2017; 2018; 2019) é a presença de um gargalo tanto no núcleo Fin quanto no núcleo Force. Diversos estudos (HSU, 2017; SAMO, 2019) apontam problemas no que tange a esta hipótese. A questão se complexifica considerando que algumas línguas V2 flexíveis são línguas de sujeito nulo e a presença de uma categoria vazia (*pro*) em SpecFinP seria um gargalo, impedindo que outras ordens fossem geradas. Na seção abaixo, apresento uma análise alternativa tanto para a questão do movimento formal, seguindo Galves e Paixão de Sousa (2017) quanto para a existência de um gargalo em SpecFinP, a partir da proposta de Antonelli (2011).

3.1.2 Uma análise alternativa: Antonelli (2011) e Galves e Paixão de Sousa (2017)

A fim de descartar a ideia de que o núcleo Fin manifesta um traço EPP generalizado, Antonelli (2011) apresenta uma análise alternativa para a derivação do efeito V2. A evidência empírica apresentada por Antonelli (2011) são as orações subordinadas. A hipótese de que o núcleo Fin manifesta o traço EPP generalizado que determina o preenchimento de SpecFinP não se sustenta nas orações subordinadas, visto que em nenhuma língua V2 são encontradas orações

encaixadas em que um XP qualquer precede o complementizador.

A análise proposta por Antonelli (2011) aventa que, ao invés de ter um traço EPP generalizado, o núcleo Fin, por *default*, vem especificado com traços- ϕ . Uma evidência de que Fin está associado a traços- ϕ é que, em alguns dialetos do ramo germânico, o complementizador concorda com o sujeito da oração encaixada, como no exemplo (32).

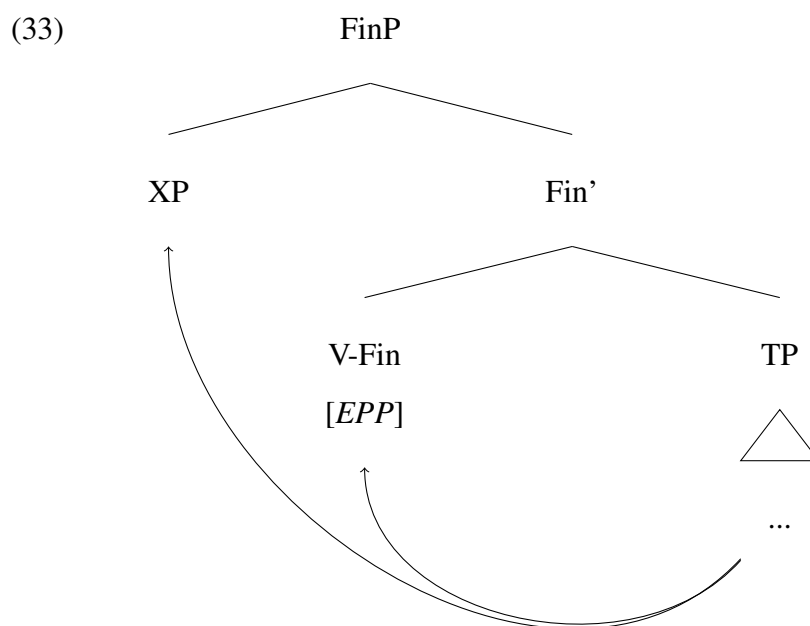
- (32) Kpeinzen dan-k ik morgen goan
Eu penso que-EU EU amanhã vou
'Eu penso que eu irei amanhã' (ANTONELLI, 2011, p. 63)

O fato de o complementizador estabelecer concordância morfológica com o sujeito da oração encaixada no flamengo ocidental, como visto em (32), pode ser tomado como uma evidência de que Fin manifesta traços- ϕ . Outra evidência apontada por Antonelli (2011) é o fato de que, no sueco, orações que manifestam movimento do verbo para Fin admitem um sujeito pronominal posposto ao verbo apenas se o sujeito aparecer linearmente adjacente ao verbo.

Nessas línguas, os pronomes imediatamente à direita do verbo comportam-se como sujeitos clíticos. Isto posto, na análise de Antonelli (2011), os traços- ϕ Fin nas línguas V2 estão sempre associados à propriedade EPP e vem com traços- ϕ especificados, o que significa que, após valorar os traços mediante uma relação de Agree, o núcleo Fin forçaria o movimento de um XP para a posição SpecFinP em orações matrizes V2.

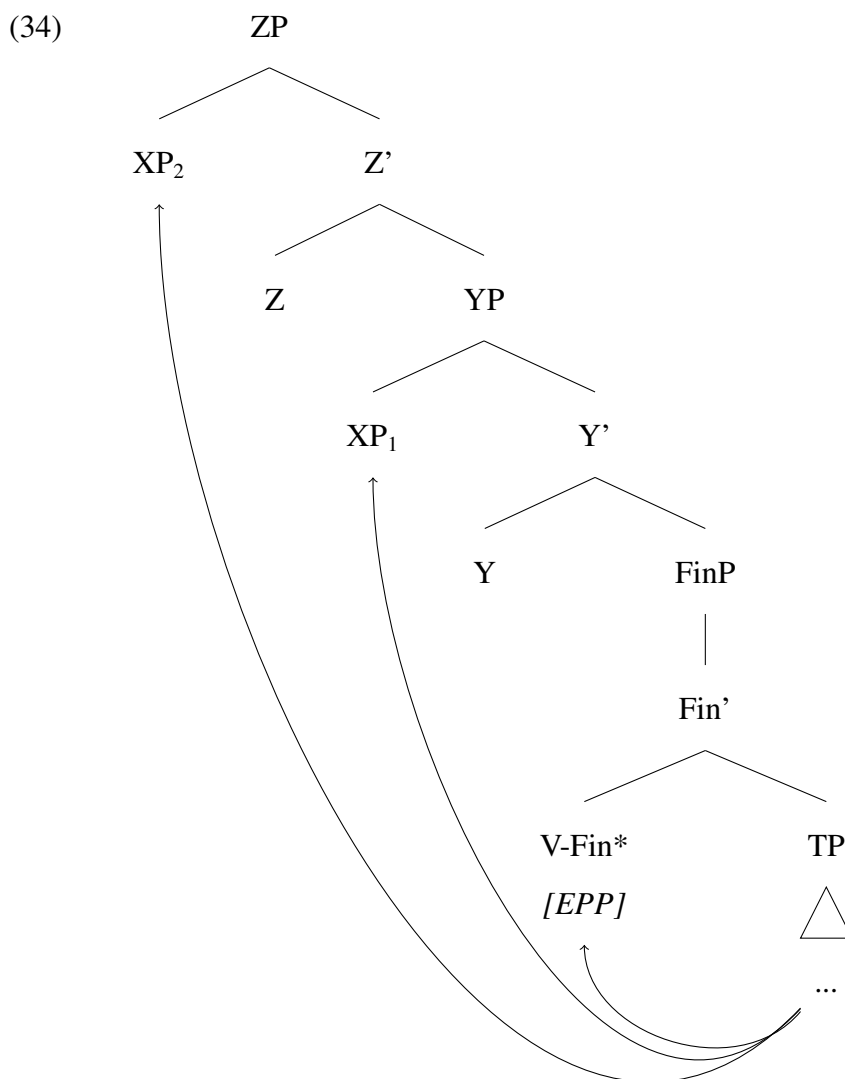
O EPP pode ser licenciado de duas formas distintas (seguindo uma fixação paramétrica): ou (i) através da concatenação de um XP numa posição de especificador (SpecTP ou SpecFinP) ou (ii) através de movimento do verbo para o núcleo no qual o EPP é especificado (T ou Fin), assumindo que a morfologia verbal, em algumas línguas, carrega os traços- ϕ que satisfazem o traço EPP de Fin.

A propriedade (i) estaria relacionada às línguas V2 prototípicas, em que o traço EPP associado aos traços- ϕ de Fin é satisfeito com a concatenação de um XP na posição de SpecFinP. Nessas línguas, a presença de um sintagma no especificador de Fin restringe a concatenação de outros sintagmas por efeitos de minimalidade relativizada.

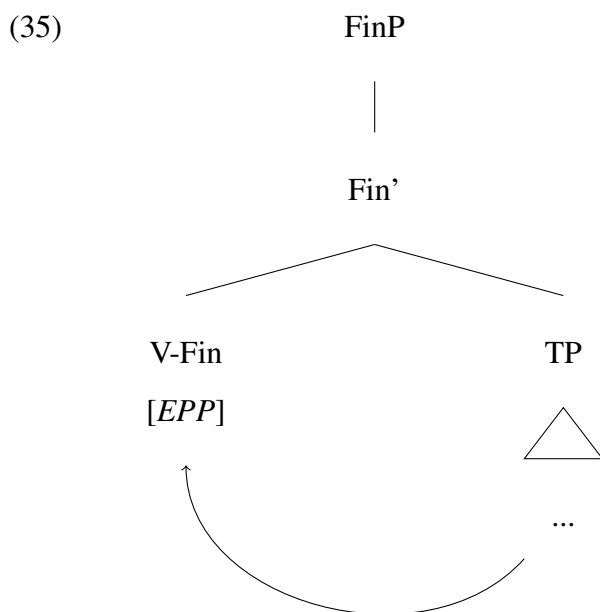


A propriedade (ii) estaria relacionada às línguas V2 flexível, em que o EPP é satisfeito mediante movimento do verbo, considerando que, tais línguas são línguas de sujeito nulo e manifestam uma morfologia verbal rica, como defendem Alexiadou e Anagnostopoulou (1998).

Na proposta de Antonelli (2011), o verbo finito também não bloqueia o alçamento de múltiplos constituintes para a periferia da sentença, dado que a posição de SpecFinP, nessa configuração, não precisa ser preenchida: que o traço EPP, nestes casos, é satisfeito via movimento do verbo. Consequentemente, não há bloqueio de movimento de outros constituintes para posições mais altas da estrutura oracional, como defendido por Wolfe (2015; 2019), Poletto (2002) e Roberts (2004). Isso produz uma grande liberdade na ordenação dos sintagmas, criada pela superposição de diferentes processos de movimento associados a efeitos discursivos, o que explica a ocorrência de ordens V>2 (34).



Como o verbo satisfaz o traço EPP de Fin, múltiplos fronteamentos são possíveis sem ferir o princípio da minimalidade relativizada. Ainda segundo a hipótese de Antonelli (2011), como o verbo satisfaz o traço EPP de Fin, não haveria um requerimento determinando o fronteamento de um XP precedendo para a posição SpecFinP, o que explicaria a produtividade de sentenças matrizes V1 (35).



Numa língua como o PC1, conforme Antonelli (2011), o preenchimento de SpecFinP não é necessário. Resumindo, na proposta de Wolfe (2018; 2019), Holmberg (2015) e Roberts (2004), por questões de minimalidade relativizada, o EPP é o responsável por bloquear o movimento de mais de um XP para a periferia da sentença em línguas V2. Já na proposta de Antonelli (2011), o EPP pode ser licenciado (i) tanto pelo movimento de um XP para a posição de SpecFinP (ii) quanto pelo movimento do verbo para Fin. Na segunda opção, o movimento do verbo não funciona como uma barreira e teoricamente nada impede o deslocamento de um ou mais constituintes para posições mais acima no sistema CP. O que motivaria, então, o fronteamento de constituintes nessas línguas?

A partir da proposta de Antonelli (2011) de que há línguas V2 que licenciam o EPP via movimento do verbo em contraste com as línguas V2 prototípicas, em que a presença de um XP frontado é o resultado de um movimento puramente formal, Galves e Paixão de Sousa (2017) defendem que unicamente por razões discursivas um ou mais XPs podem ser movidos para o sistema CP. Galves e Paixão de Sousa (2017) partem da discussão apresentada em Frey (2006). Frey (2006) argumenta que, no alemão, dois processos diferentes são subjacentes ao movimento de um sintagma para a periferia esquerda produzindo a ordem V2: um é um movimento formal, devido às propriedades formais de Fin, e o outro é a topicalização de algum elemento da sentença para posições mais altas no campo CP.

Para Galves e Paixão de Sousa (2017), a topicalização de um sintagma para posições mais altas no campo CP não se restringe às línguas germânicas, pois as línguas românicas como

o PCI possuem V-para-C (Fin), mas não possuem movimento formal para SpecC(Fin). Desse modo, o fronteamento de constituintes ocorre apenas sob condições discursivas específicas. No entanto, apontam que obedecer a requisitos discursivos não implica que a estrutura das orações em línguas V2 de sujeito nulo não compartilhe a propriedade crucial das linguagens V2, que é a ativação da camada CP em sentenças afirmativas.

Desse ponto de vista, a ausência de movimento formal é uma consequência da ocorrência de sujeitos nulos. Seguindo a análise de Galves e Paixão de Sousa (2017), as línguas germânicas e línguas românicas V-para-C se diferenciariam pela presença do movimento formal mais movimento discursivo para SpecCP – no caso das primeiras – *versus* apenas pela presença de movimento discursivo para SpecCP – notadamente as últimas. Como a motivação para o fronteamento dos sintagmas é de ordem discursiva, Galves e Paixão de Sousa (2017) apontam que disto decorre uma grande variação nas ordens empregadas nos textos nessas línguas, o que é confirmado em diferentes estudos³.

A proposta de Galves e Paixão de Sousa (2017) dá conta da frequência de V1 nas línguas românicas, uma vez que um sintagma só se move para a posição pré-verbal quando há uma motivação discursiva para isso. Portanto, nesta tese, adoto a proposta de Antonelli (2011) de que, no PCI, o movimento do verbo satisfaz o traço EPP em FinP⁴, não sendo necessário postular que um pronome nulo do tipo pro cumpra esse requisito. Adoto também a proposta de Galves e Paixão de Sousa (2017) de que requisitos discursivos e não o movimento formal motivam o fronteamento de sintagmas para a periferia esquerda no PCI.

3.2 O EFEITO V2 NO ROMANCE MEDIEVAL

3.2.1 As línguas românicas medievais são línguas V2

Baseando-se nos primeiros trabalhos da tradição germânica, Benincà (1983) levantou a hipótese de que as línguas medievais se caracterizam pelo movimento finito do verbo finito para C. Desde o trabalho inaugural de Benincà (1983), muitas hipóteses foram levantadas sobre a natureza V2 dos romances medievais e algumas pesquisas foram desenvolvidas seguindo a

³ A variação no percentual de V2 encontrado em textos medievais em línguas românicas é, de fato, muito grande. Vide as discussões apresentadas em Ribeiro (1995) *versus* Kaiser (1999), Fieis (2002), Rinke (2009) para o PA; Torres Moraes (1995), Galves (1996), Paixão de Sousa (2004), Galves et al. (2005), Galves e Paixão de Sousa (2005), Gibrail (2010), Antonelli (2011) *versus* Eide (2006) para o PCI; Fontana (1993), Pinto (2011); Wolfe (2018) *versus* Sitaridou (2012) para o espanhol; Wolfe (2018) *versus* Sitaridou (2012) para o occitano.

⁴ No próximo capítulo, veremos que a proposta de Antonelli (2011) está em consonância com a ideia de que o PCI é uma língua de sujeito nulo consistente em que núcleo funcional que carrega a concordância do sujeito possui o status de um afixo pronominal (BARBOSA 1995, 2009; ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, ORDONEZ; TREVINO 1999, entre outros).

hipótese de Benincà (ADAMS, 1987; VANCE, 1989, para o Francês; FONTANA, 1993; PINTO, 2011, para o Espanhol; BENINCÀ, 1983; 1983-4; 1995; 2004; 2006; 2013; LEDGEWAY, 2008, para dialetos medievais da Itália; RIBEIRO, 1995, para o português).

O efeito V2 nas línguas românicas medievais é menos “estrito” do que em línguas germânicas, pois, naquelas línguas, o verbo finito não precisa aparecer na segunda posição da sentença, coocorrendo com ordens lineares V1 e V>2. Segundo Cognola (2013), a falta de uma restrição linear, por mais paradoxal que pareça, é a única propriedade das línguas V2 que falta às línguas românicas medievais, uma vez que outras propriedades correlatas ao efeito V2 como inversão do sujeito, a correspondência estrutural entre as orações matrizes declarativas e orações interrogativas e a assimetria entre as sentenças matrizes e as dependentes são também encontradas nessas línguas. Exploremos cada uma dessas propriedades.

Holmberg (2015) afirma que o movimento do verbo é apenas metade do fenômeno V2. A outra metade é o fronteamento de um único constituinte, independentemente de sua categoria ou função sintática, para a posição pré-verbal. Como pode ser visto nos exemplos em (36). A posição XP inicial da oração, nas línguas românicas medievais, tal qual nas línguas germânicas, nem sempre é ocupada pelo sujeito, podendo hospedar um objeto pronominal, um advérbio temporal, entre outros.

- (36) a. Motas autras consolacions li=**fes** le Senhers
Muitas outras consolações lhe **fez** o senhor’ (adaptado de WOLFE, 2016, p. 7)
- b. A me li=deré-vu!
Você vai me dar (adaptado de WOLFE, 20016, p. 7)
- c. Et por ce vos=**pre** je. . .
E por isso, **pergunto** eu a você . . . (adaptado de WOLFE, 2016, p. 7)
- d. Com tanta pazeença **sofria** ela esta enfermidade (RIBEIRO, 1995).
- e. e algüas outras causas ti **contarei** (RIBEIRO, 1995).

Observe que, nos exemplos apresentados, praticamente qualquer categoria máxima pode ser atestada no campo pré-verbal. Este não é o caso das línguas SVO, cujo campo pré-verbal é restrito ao sujeito. O campo pré-verbal nas línguas românicas medievais, assim como em línguas V2, não é uma posição especializada ao sujeito, ao contrário, pode hospedar uma grande variedade de constituintes pertencentes a diferentes categorias gramaticais e com diversos valores

pragmáticos. Por isso, não é possível pensar o fronteamto de constituintes sem pensar na estrutura da informação nessas línguas. Enquanto nos sistemas SVO, com o movimento do verbo para o domínio T, o campo imediatamente pré-verbal consiste em projeções funcionais associadas ao sujeito, a tempo e à concordância, nas línguas V2, as projeções em C associadas à estrutura da informação aparecem imediatamente à esquerda do verbo movido (WOLFE, 2015; 2016; 2018).

Uma das consequências da não especialização do campo pré-verbal nas línguas V2 é a inversão do sujeito, subpropriedade correlata, em decorrência do movimento do verbo para C. Porém, a inversão nas línguas românicas medievais não se deve apenas ao movimento do verbo para C. Outra inversão, conhecida como inversão românica, também se observa nessas línguas. A inversão germânica gera estruturas do tipo XVS em que X pode ser um sintagma argumental ou não (37). Nesse tipo de construção, o sujeito está imediatamente após o verbo. A inversão românica gera estruturas do tipo XVXS. Na inversão românica, o sujeito pode ocupar uma posição não contígua ao verbo, como em (38).

Estrutura XVS

- (37) a. Autre chose NE POT li roi trouver (francês antigo)
'O rei não conseguiu encontrar mais nada'
- b. Mal consselh DONET Pilat (provençal antigo)
'Pilatos deu maus conselhos'
- c. Este logar MOSTRO dios a Abraham (espanhol antigo)
'Deus mostrou este lugar a Abraão'
- d. Com tanta pazeença SOFRIA ela esta enfermidade (português antigo)
(BENINICÀ, 2006, p. 66).

Estrutura XVXS

- (38) a. e em coisa nenhuma lhe FOI feito nenhum agravo, (Pinto, 75.537)
- b. Desta conta FICAMOS fora os religiosos, (Sousa, 11.21)
- c. Hüa noite VEO a min hüü mancebo mui fremoso
- d. aly ERA com ocapitam a bandeira de xpos (adaptado de Ribeiro (1995) e Antonelli (2011)).

A inversão românica é um fenômeno generalizado no romance medieval e, como nas línguas românicas modernas está ligada à possibilidade de deixar a posição de sujeito foneticamente não realizada, ou seja, tais línguas são sistemas *pro-drop*.

Benincà (1983), Roberts (1993), entre outros, apontaram uma distinção relativa ao licenciamento de sujeitos nulos no romance medieval. Nos antigos dialetos do noroeste da Itália e no francês, o sujeito nulo só ocorre nas orações principais, isto é, se o verbo flexionado se move para C. Já nas orações dependentes, o sujeito deve ser realizado foneticamente, mesmo quando é correferencial com o sujeito da sentença principal, como em (39). Essa assimetria é chamada de assimetria *pro-drop* (VANELLI; RENZI; BENINCA, 1985).

- (39) a. Si errerent _ tant en tele maniere qu'il vindrent en la praerie de Wincestre
b. Atant en lessent _ la parole ester et chevauchent a petites jornees tant que il vindrent a Kamaalot (BENINCÀ, 1995, p. 328).

A assimetria *pro-drop* é apontada por Benincà (1995; 2004; 2006) como evidência para a sintaxe V2, se considerarmos que quando o verbo flexionado se move para C, compartilha seus traços com *pro* e o licencia como sujeito. Se o verbo não sobe para C, não pode licenciar *pro* como sujeito. Do conjunto de línguas românicas medievais, algumas não apresentam a assimetria *pro-drop*: português, o espanhol, catalão e os dialetos antigos do sul da Itália. Nessas línguas, o sujeito pode ser omitido em todos os contextos finitos, tanto em sentenças matrizes quanto em sentenças encaixadas.

Outra subpropriedade relativa às línguas V2 é a correspondência estrutural entre as orações matrizes declarativas e orações interrogativas. Nas línguas românicas medievais, em sentenças interrogativas, a força ilocucionária era licenciada pelo fronteamto do verbo finito produzindo ordens VS (40).

- (40) a. Sire, ai le ge bien fait? (BENINCÀ, 2004, p. 272).
b. Se vastarave lo pes... ? (BENINCÀ, 1995, p. 334).
c. Que tem Deus de ver comigo? (LOPES ROSSI, 1995, p. 314)

Até agora, vimos que as línguas românicas medievais apresentam as propriedades nucleares conectadas na literatura com o fenômeno V2, a saber: verbo em segunda posição (opcional) e fronteamto de XP. Essas mesmas línguas apresentam subpropriedades correlatas como a inversão do sujeito, identidade estrutural entre as sentenças matrizes declarativas e

interrogativas. O fato de nenhuma dessas propriedades serem obrigatórias é típico das línguas românicas medievais (den BESTEN, 1983; HAIDER, 2010; BENINCÀ, 2006; COGNOLA, 2013).

3.2.2 Tipologia e periferia esquerda das línguas românicas medievais

As propriedades sintáticas das línguas românicas medievais, de acordo com Benincà (1995; 2004), são explicadas pela hipótese de que essas línguas possuem o movimento do verbo finito para CP em todas as orações principais, dentro de uma estrutura articulada da periferia esquerda. A variação dentro das línguas românicas medievais seria explicada pela presença de um CP cindido.

Benincà (2006) argumenta que as variedades românicas antigas e modernas compartilham uma estrutura muito próxima da periferia esquerda (RIZZI, 1997, refinado por BENINCÀ, 2001; (BENINCÀ, 2004)), como em (41).

- (41) [_{FRAME} [tópicos pendentes/advérbios de lugar] [_{THEME} [tópico conversacional/
tópico contrastivo/tópico familiar] [_{FOCO} [foco contrastivo/foco informacional/
elementos-QU]]]

A área mais alta da periferia esquerda (FrameP) hospeda tópicos pendentes e os advérbios de lugar. Os tópicos e os deslocamentos à esquerda também aparecem nessa área. Benincà (2006) argumenta que os sintagmas que aparecem na área mais alta da periferia esquerda são gerados naquela posição (*merge* externo) e retomados por um clítico. A área mais baixa do CP (FocusP) hospeda foco contrastivo, foco informacional e elementos-QU e está reservada para sintagmas que se movem para lá (*merge* interno) gerando uma cadeia.

Wolfe (2015; 2016; 2018; 2019) também fornece uma análise formal para a periferia esquerda das línguas românicas medievais. Ao analisar seis variedades românicas medievais: siciliano, veneziano, occitano, francês, espanhol e sardo, divide as línguas românicas medievais em dois grupos: línguas com sistema FinV2 e línguas com sistema ForceV2. Como vimos na seção 2.1.1, a distinção entre língua FinV2 e línguas ForceV2 está estritamente relacionada à disponibilidade sintagmas na periferia esquerda da sentença.

Tanto em línguas FinV2 quanto em línguas ForceV2, Fin sonda o verbo finito e requer a concatenação de um constituinte, nulo ou não, em seu especificador devido ao seu traço de borda. Enquanto, nas línguas Fin-V2, a gama completa da estrutura da periferia esquerda está acessível

acima do primeiro local de pouso do verbo finito, nas línguas ForceV2 medievais, a camada Frame-Force constitui o campo prévio para local de pouso devido ao duplo gargalo criado pelo merge de um XP tanto em SpecFinP quanto em SpecForceP. Essas diferenças estruturais condicionam a distinção entre Fin/Force em relação às estruturas V1 e V>2 e à natureza dos expletivos nas línguas romances medievais (WOLFE, 2018). Sendo assim, as línguas românicas medievais FinV2 permitem acesso múltiplo à periferia esquerda, levando a padrões V>2 e as línguas românicas medievais ForceV2 somente permitem desvios da ordem canônica V2 que surgem dos constituintes lexicalizando projeções funcionais externas a ForceP.

O grupo de línguas românicas medievais FinV2 (o siciliano antigo e o occitano antigo) licenciam a ordem V3, inclusive com a coocorrência de constituintes temáticos e focais, não sendo difícil encontrar ordens V4 e, às vezes, V5. Essas línguas também licenciam a ordem V1 em estruturas de continuidade tópica e em estruturas remáticas. Já o grupo de línguas medievais ForceV2 (francês antigo, espanhol antigo e veneziano antigo) apesar de licenciarem a ordem V3, o fazem com um número restrito de elementos pré-verbais como tópicos suspenso, advérbios e marcadores discursivos e geralmente não licenciam ordens V>3. A ordem V1, nessas línguas, é licenciada pela presença de verbos *dicendi* e discurso direto. O sardo se distingue bastante das outras línguas românicas medievais, e por isso não foi classificada por Wolfe (2018) em nenhum dos grupos.

Isto posto, Wolfe (2015; 2016; 2018) apresenta uma proposta relativa à periferia esquerda das linguagens V2 românicas esquematizada em (42):

- (42) [Frame(**tópicos pendentes, advérbios de lugar, pro**[^]) [Force(**V2 XP/SI**_(ForceV2)/**Op**_[-assertivo]) [Force **V**_{Fin(ForceV2)/QUE₁}] [Topic (**Tópico/pro**_{Top}) [Focus (**Foco**_{contrastivo}, **Foco**_{informacional}) [Fin (**V2 XP/SI**_(FinV2)) [Fin **V**_{Fin(FinV2/ForceV2)/QUE₂}] [TP (**Sujeito**_{pós-verbal1}) [VP (**Sujeito**_{pós-verbal2})]]]]]]

A área mais alta da periferia esquerda é composta por FrameP e ForceP. Esses campos estão associados às línguas ForceV2. FrameP hospeda tópicos pendentes, advérbios de lugar e os sujeitos nulos com um traço associado aos participantes do ato de fala. Os elementos abrigados nesse campo são concatenados nessa posição e não movidos para lá. O Spec de ForceP está reservado para sujeitos clíticos, operadores assertivos e XPs de natureza diversa. Já o núcleo de Force pode ser ocupado por verbos ou elementos-QU em sentenças subordinadas.

Os campos TopicP, FocusP e FinP fazem parte da área mais baixa da periferia esquerda e

estão associados às línguas FinV2. TopicP abriga os tópicos e tópicos nulos. FocusP hospeda os tópicos contrastivos e informacionais. O Spec de FinP está reservado para sujeitos clíticos e XPs de natureza diversa que satisfazem o traço de borda de Fin. O núcleo de Fin pode ser ocupado por verbos ou elementos-QU em sentenças subordinadas.

Wolfe (2018) também olha para duas propriedades correlatas ao efeito V2: a presença de argumentos nulos, diretamente ligada à assimetria *pro-drop* e a colocação de clíticos. De acordo com Wolfe (2018), tanto as propriedades de sujeito nulo e tópico nulo quanto a colocação de clíticos estão longe de serem homogêneas nas línguas românicas medievais. As línguas FinV2 mostram uma distribuição mais livre de argumentos nulos iniciais do que as línguas ForceV2. Como a assimetria *pro-drop* só ocorre em francês antigo e em veneziano antigo, Wolfe (2018) postula que esse fato demonstra uma isoglossa robusta, não apresentando uma sistematicidade nas outras línguas.

3.2.3 O efeito V2 e a colocação de clítico

Uma propriedade correlata que é própria das línguas românicas medievais é a colocação de clíticos. Para Benincà (1995; 2004; 2006) todas as variedades das línguas românicas medievais apresentam, até o início do século XIV, características que podem ser explicadas a partir da hipótese de que compartilham uma sintaxe V2: o fenômeno da inversão e o fronteamto de constituintes - discutidos anteriormente - e a colocação de clíticos.

A colocação de clíticos nas línguas românicas medievais segue a lei Tobler-Mussafia estritamente. Essa lei afirma que os pronomes clíticos não podem ocupar a posição inicial nas orações, ou seja, se o sintagma verbal ocupa a primeira posição, o clítico estará numa posição pós-verbal (BENINCÀ, 1994; entre outros). A generalização de Tobler-Mussafia se resume da seguinte forma:

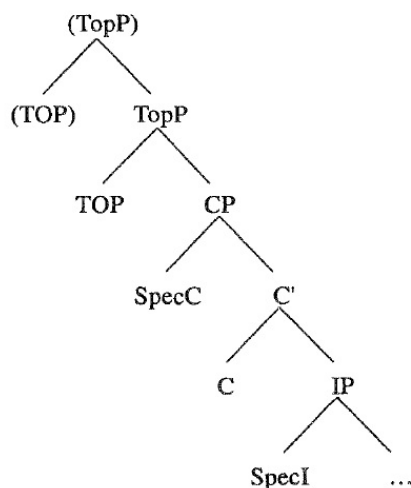
- (43) a. *# clítico-verbo.
b. # (X) verbo-clítico

A sequência verbo-clítico (43b) é sempre gramatical em qualquer contexto e obrigatória se o verbo estiver na posição inicial da sentença. De acordo com Benincà (1995), a formulação de Tobler-Mussafia prevê que a ênclise era obrigatória em sentenças com o verbo em posição inicial, mas aparentemente era possível em todos os contextos. A aplicação da lei Tobler-Mussafia foi observada de forma consistente nas línguas românicas entre o século XIII e XVIII, sendo o

francês a primeira e o português a última língua românica em que a lei deixa de ser empregada (MARTINS, 1994; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

Benincà (1995; 2004; 2006) defende que a proibição de o pronome clítico aparecer em primeira posição nas línguas românicas medievais é um efeito secundário do fenômeno V2 nessas línguas. Nas línguas V2, o movimento do verbo para C e a presença e/ou ausência de um elemento frontado determinam a posição do clítico. Benincà (1995) observa que as restrições na colocação de clíticos parecem estar intimamente relacionadas à periferia esquerda da sentença, mais especificamente as posições de Top e SpecC.

(44)



Para chegar a uma generalização sobre a colocação de clíticos nas línguas românicas medievais, Benincà (1995) comparou o francês antigo (século XII e XIII) e os dialetos do norte da Itália (do século XII ao XIV) por um lado, e PA e italiano do sul por outro, pois essas línguas são exemplos de línguas românicas medievais *pro-drop*. O português é importante nesta comparação, de acordo com Benincà (1995), porque a variante moderna compartilha características sintáticas semelhantes à PA no que tange à ênclise.

Das línguas analisadas por Benincà (1995), o francês antigo é a que apresenta maior similaridade com as línguas germânicas V2. Benincà (1995), ao comparar o francês antigo com os dialetos do norte da Itália, espanhol antigo e português antigo, verifica que o francês apresenta assimetria *por-drop* e não tem a mesma liberdade de ter ordens V3 e V4, o que pode indicar que o francês nos séculos XII e XIII seja uma língua V2 estrita. Nesse caso, ou o pronome assume a forma “completa”, o que significa que não é mais um clítico (45a), ou deve seguir o verbo (45b), tornando-se enclítico.

- (45) a. *Moi* semble que.... (Floire et Blanchifleur, 1538)
Me parece que. . . (Parece-me)
- b. Sire, ai *le* ge bien fait (Perceval, 1471)
Magestade, tenho *o* eu bem feito (Magestade, eu o tenho bem feito).

Nas variedades românicas medievais do português e do italiano do sul não existe assimetria entre as orações matrizes e subordinadas em relação a *pro-drop*, pois o sujeito nulo ocorre em quaisquer contextos. Além disso, outras ordens lineares além da ordem V2 ocorrem. Ainda assim, Benincà (1995) considera essas línguas como línguas V2 menos estrita, pois exibem padrões sintáticos que estão ligados ao movimento do verbo para C. Uma das evidências apontadas por Benincà (1995) para descrever o comportamento dos clíticos nas variedades de romance medieval que exibem assimetria entre matrizes e subordinadas em relação a *pro-drop* é o fronteamento de objeto.

- (46) a. Tal serviço *lhe* pode fazer hun homen pequeno
- b. O trigo que eu como, guanço-*o* per meu trabalho (BENINCÀ, 1995, p. 339)

Conforme Benincà (1995), os exemplos (46a) e (46b) manifestam um padrão observado consistentemente em PA: quando o objeto fronteado não conta com um clítico resumptivo (46a), temos a próclise; na presença de clítico resumptivo (46b) temos a ênclise. Isso é explicado segundo a posição ocupada pelo objeto fronteado. Em contraste com o francês antigo, os dialetos do norte da Itália, embora proibam os clíticos de aparecerem numa posição inicial da sentença, sempre permitem que os clíticos sigam um verbo quando o verbo aparece numa posição interna da sentença.

Adotando a estrutura apresentada em (44), Benincà (1995) argumenta que a variação presente nas línguas românicas medievais com relação à colocação de clítico é efeito de uma diferença paramétrica – a ativação de uma posição Top acima do CP, ou seja, as línguas que não têm acesso a essa posição exibem um tipo rígido de V2.

De acordo com Benincà (1995), quando não há pronome resumptivo, o objeto fronteado está em SpecCP; quando o clítico resumptivo aparece, o objeto ocupa uma posição mais alta Top. Se SpecC estiver vazio, ocorre a ênclise, ou seja, nunca haverá ênclise na presença de um clítico resumptivo. Desse modo, Benincà revisita a generalização de Tobler-Mussafia, da seguinte maneira:

- (47) No romance medieval (e no português moderno), os complementos clíticos ocorrem após um verbo flexionado, se e somente se o verbo for regido e estiver em C e a posição SpecCP está vazia.

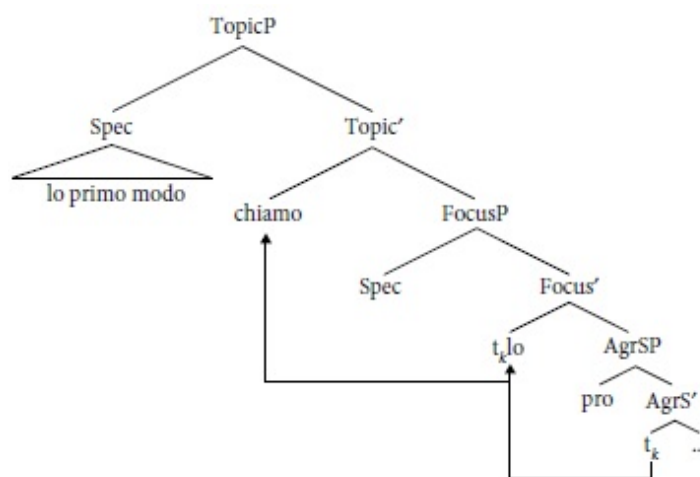
Posteriormente, Benincà reformula mais uma vez a lei Tobler-Mussafia, a partir do mapeamento das posições da periferia esquerda (48) da sentença nas línguas românicas medievais. Partindo das principais propriedades das línguas românicas medievais, Benincà (2004) se concentra na articulação da periferia esquerda nas variedades medievais, observando as restrições de ordenação e formula a hipóteses sobre a estrutura da organização funcional das sentenças.

- (48) [ForceP [FrameP [TopP [FocP [FinP]]]]]

As generalizações propostas por Benincà (2004) focam na posição dos clíticos objetos nas sentenças matrizes e levam em consideração não posições de superfície, mas posições funcionais específicas em uma estrutura articulada do CP. Dessa maneira defende que a posição dos clíticos em relação ao verbo (próclise ou ênclise) são sensíveis ao movimento dos verbos e ao conteúdo do CP.

À luz de uma estrutura articulada do CP, Benincà (2004) explica a ocorrência de ênclise e próclise por motivos puramente sintáticos. A ênclise é desencadeada por um verbo em C° e pelo não preenchimento da posição de FocP e o constituinte da frente é um tema (um advérbio ou um deslocamento à esquerda), como em (49).

- (49)



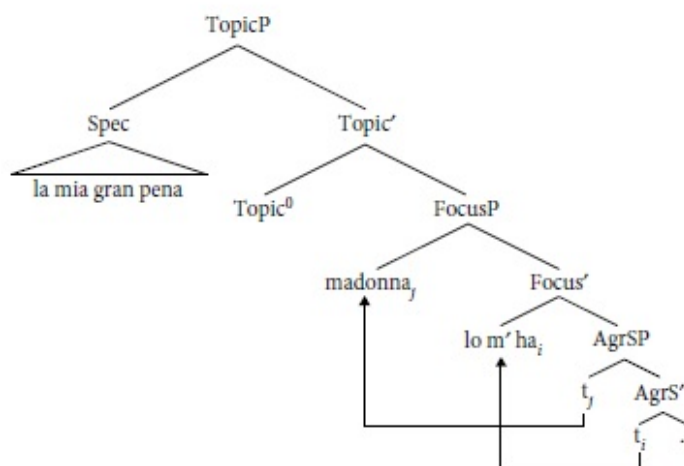
Nas sentenças encaixadas, a ênclise não é atestada, o que levou Benincà (2004) a concluir

que o movimento do verbo para C não é possível. Benincà (2004) também chama a atenção para o fato de essas línguas serem *pro-drop*, o que indica que nas sentenças encaixadas um tópico nulo pode ser licenciado.

Conforme Benincà (2004), o mesmo tópico nulo aparece também quando temos sentenças com o verbo em posição inicial. Como essas sentenças possuem uma posição de Foco vazia, o clítico, se presente, deve ser enclítico. A posição enclítica, resultado do movimento do verbo para C, revela a existência de uma posição para clíticos no CP. Benincà defende que, no romance medieval, FocP está reservado para constituintes que se movem para esta posição, enquanto as posições mais altas (ForceP, FrameP TopP) hospedam elementos que são gerados numa posição base e retomados por um clítico.

Segundo Benincà (2004; 2006), a próclise é obrigatória em todos os casos em que o especificador do núcleo responsável pelo fenômeno V2 (em seu sistema SpecFocusP) hospeda um XP, como ilustrado em (50).

(50)



Benincà (1995, 2004; 2006) também demonstrou, através da análise da distribuição da ênclise e da próclise nas línguas românicas medievais, que em uma língua V2 com o CP cindido, nem todos os constituintes “contam” da mesma maneira para o V2. Os constituintes deslocados à esquerda que podem ser reconhecidos sintaticamente pela presença de duplicação pronominal não “contam” para V2.

Ao contrastar seus dados com as generalizações propostas por Benincà (1995, 2004; 2006), Wolfe (2018) não atesta a mesma uniformidade delineada por Benincà. Nas variedades

íto-românicas, tanto a próclise quanto a ênclise são encontradas em XP-VFin. Nas variedades galo-românicas, não ocorre ênclise nos contextos XP-VFin. No espanhol, assim como nas variedades íto-românicas, no contexto XP-VFin ocorre tanto a próclise quanto a ênclise. A ênclise após uma conjunção coordenativa é sistemática em sardo, veneziano e siciliano, enquanto varia com a próclise em occitano e é inteiramente ausente em francês. Olhando para os dados, Wolfe (2018) postula que a relação entre sintaxe V2 e o sistema de clítico é de natureza indireta.

Até agora, vimos que as línguas românicas medievais apresentam algumas propriedades correlatas conectadas ao fenômeno V2: inversão do sujeito-verbo, identidade estrutural entre declarativas matizes e interrogativas e assimetria pro-drop, além da presença de argumentos nulos e a colocação de clíticos. O fato de essas propriedades variarem parece estar relacionado ao fato de que o efeito V2 possa estar ligado a, pelo menos, dois domínios distintos na periferia esquerda da sentença: Fin e Force.

Apesar de apresentarem ordens diferentes do que ocorre nas línguas V2 germânicas, as idiosincrasias das línguas românicas medievais não devem ser consideradas violações do efeito V2, mas sim resultado de um CP cindido. Nessa perspectiva, o fenômeno V2 deve ser entendido como a exigência de que o verbo finito apareça num núcleo mais à esquerda da sentença e estabeleça uma relação Spec/head com um constituinte.

Adotando a análise de vários estudiosos de que o português em seus estágios mais antigos é uma língua V2, discuto a seguir os trabalhos de Ribeiro (1995), Torres Morais (1995), Gibrail (2010), Antonelli (2011), Galves e Paixão de Sousa (2017), Galves e Gibrail (2018), Galves (2020) que advogam a existência de uma gramática V2 tanto para o português antigo quanto para português clássico.

3.3 O EFEITO V2 NO PORTUGUÊS: ESTADO DA ARTE

A hipótese de que o português em estágios anteriores apresenta uma sintaxe V2 foi defendida em vários trabalhos (RIBEIRO, 1995; TORRES MORAIS, 1995; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GIBRAIL, 2010; ANTONELLI, 2011; GALVES E PAIXÃO DE SOUSA, 2017; GALVES E GIBRAIL, 2018; GALVES, 2020). Embora nem todos apresentem de modo detalhado uma formalização para explicar quais posições o verbo e o elemento frontado ocupam na estrutura oracional, todos concordam que o verbo tanto no PA quanto no PCl apresenta um movimento de V-para-C e que a posição pré-verbal não é exclusiva do sujeito. Para todas essas propostas, o PA e o PCl se configuram, estruturalmente, como uma língua V2.

Os trabalhos de Paixão de Sousa (2004), Gibrail (2010), Antonelli (2011), Galves e Paixão de Sousa (2017), Galves e Gibrail (2018) e Galves (2020) foram elaborados a partir do *Corpus Tycho Brahe*, que conta, atualmente, com 76 textos (3.302.811 palavras), disponíveis para pesquisa, com um sistema de anotação linguística em duas etapas: marcação de parte da especificação (44 textos, um total de 1.962.176 palavras); e anotação sintática (27 textos, um total de 1.234.323 palavras).

3.3.1 O Português Antigo é uma língua V2 flexível

Ribeiro (1995) defendeu a hipótese de que o Português Antigo (PA) era um sistema V2. Para tanto, analisou textos dos séculos XIII a XVI. Segundo Ribeiro (1995), o PA se caracterizava como uma língua V2, pois, em orações declarativas matrizes, o verbo se aloja no núcleo funcional C, mesma hipótese defendida por Benincà (1983-4). A evidência empírica trazida por Ribeiro (1995) para defesa do efeito V2 no PA é o percentual de construções do tipo XV(S) nos textos analisados.

- (51)
- a. e **daquy** mandou ocapitã a njcolaa coelho e bartolomeu dijz: que
 - b. E **enton** respondeu o abade santo e disse
 - c. **Com estas e outras taaes rrazoões** arrefeço el-rei de sua brava sanha
 - d. E **estes dizimos** quis Nostrn Senhur pera as eygreyas fazer
 - e. e **algüas outras causas** ti contarei
 - f. **a tan gram ferida** lhi deu con elas na cabeça e no rastro (RIBEIRO, 1995, p. 157)

Segundo Ribeiro (1995) a presença de diferentes tipos de constituintes ocupando todos a mesma posição como em (51) manifesta que a posição pré-verbal pode hospedar tanto argumentos quanto adjuntos e também que o sujeito não é o constituinte privilegiado para ocupar a posição pré-verbal.

Além da ordem V2, Ribeiro (1995) também encontra construções declarativas V1 e construções V>2. Para as sentenças V1, sugere que estas são determinadas por questões discursivas, assim como em línguas V2 prototípicas, em que as sentenças V1 são encontradas em estruturas narrativas. A ordem V3 ocorre apenas sob condições muito específicas, especialmente com certos adverbiais, sintagmas preposicionados e sintagmas adverbiais. Ribeiro (1995) chama a atenção para o fato que esse tipo de ordem não é possível nem no francês antigo, nem em

línguas V2 prototípicas, fato este que diferenciaria o PA das demais línguas V2.

A ocorrência das ordens V1 e V>2, segundo Ribeiro (1995), estaria relacionada à natureza *pro-drop* do PA. O PA permite sujeitos nulos do tipo referencial (assim como os sistemas germânicos arcaicos) e expletivo. Além disso, levanta a hipótese de que a ocorrência das ordens V1 e V>2 estaria relacionada à natureza opcional do movimento do verbo para C em orações declarativas matrizes no PA, pois a maioria dos dados por ela analisados são de sentenças com o verbo na primeira posição. Esse fato é, inclusive, apontado por Kaiser (1999) e Rinke (2009) para se contraporem a análise de Ribeiro e defenderem que o PA não é um sistema V2 pois, de acordo com estes pesquisadores, as ordens V1 e V>2 são incompatíveis com sistemas V2.

Medeiros (2018) assim como Ribeiro (1995) analisou textos do português escritos entre os séculos XIII a XV. O *corpus* analisado por Medeiros conta com 533.773 palavras, com um total de 22.916 sentenças. Em sua análise, a ordem V2 é a mais frequente em todos os textos narrativos, em todos os séculos (cerca de 60%), tanto nas orações matrizes quanto nas orações encaixadas.

- (52) a. E a arvore tinham os herdeiros d' Adam em muita veneraçõ
b. Aquel moymento querria eu ueer, disse Gallaaz

As ordens V1 (28%) e V>2 (12%) foram encontradas por Medeiros (2018), sendo a ordem V1 bastante recorrente nas orações matrizes e extremamente rara nas sentenças encaixadas e a ordem V>2 mais comum em contexto encaixado do que em contextos matrizes. A ordem XV é mais produtiva em orações matrizes, ao passo que nas orações encaixadas SV é mais comum.

Figura 3.2 – Distribuição de V2 nos séculos XII, XIV, XV em relação ao sujeito.

	V1	V2	V>2	Total
Século 13	1.277 / 21%	4.090 / 67,5%	699 / 11,5%	6.066 / 100%
Século 14	697 / 27,5%	1.530 / 60,5%	296 / 12%	2.523 / 100%
Século 15	2.809 / 29%	5.640 / 58,5%	1.229 / 12,5%	9.678 / 100%
Total	4.783 / 26%	11.260 / 61,5%	2.224 / 12,5%	18.267 / 100%

Os dados de Medeiros (2018) corroboram os de Ribeiro (1995) e apontam para uma gramática V2 no período medieval. Assim, Medeiros (2018) apresenta uma série de argumentos em favor de uma análise V2 para o período estudado. O argumento utilizado por Kaiser (1999) e Rinke (2009), por exemplo, para negar que a gramática do PA seja uma gramática V2, a saber a

existência de construções V1 e V>2 é refutado por Medeiros. A existência de ordens V1 e V>2 não invalida uma análise em favor de V2, uma vez que a gramática do período medieval, assim como outras línguas românicas medievais, é do tipo V2 flexível, segundo classificação proposta por Wolfe (2015).

Olhando para as orações subordinadas, Medeiros (2018) defende que a gramática do período medieval é V2 flexível simétrica, pois a ordem V2 é licenciada tanto nas orações matrizes quanto nas orações encaixadas, como em (54).

- (53) a. “Se tu quiseres crer em Jesu Cristo, eu te prometo que ele te dê saúde ante que te partas daqui”. (JAR51,.27; *José de Arimateia; século 13*)
- b. E a el rey pesou muito, ca bem entendeu que o conde dizia verdade e arrependesse muyto. (CGE356,.14; *Crónica Geral de Espanha; século 14*)
- c. E sabede que eu ujngaria sua morte, se nam fosedes meu jrmãão da Tauolla Rredonda, mas nõ no poderia fazer que me nom perjurasse. (DSG147,.16; *Demanda do Santo Graal; século 15*) (MEDEIROS, 2018, p. 174-175)

Outra questão apontada por Medeiros é a estrita relação entre sintaxe e discurso no período estudado. A partir do trabalho de Hinterhölzl e Petrova (2010) – que apontam a relação entre V1 (informação nova) e V2 no alto alemão – e Wolfe (2015), observa que no português medieval a ordem V1 é derivada de dois tipos de sentença: (i) sentenças em que o sujeito é posposto e (ii) sentenças com sujeito nulo. As sentenças do tipo (i) correspondem ao V1 remático, segundo Wolfe (2015) em que toda a oração introduz uma informação nova, porém no português esse tipo de sentença também pode corresponder a construções de continuidade tópica assim como as sentenças do tipo (ii).

Um ponto interessante no trabalho de Medeiros (2018) é o contraste entre o português medieval e o PCl. Esse fato se justifica, pois o PCl ainda apresenta uma gramática do tipo V2 flexível, diferente de outras línguas românicas que perdem as propriedades V2 no final do período medieval. O contraste entre as variedades do português aponta para o seguinte:

- O português medieval apresenta uma gramática V2 flexível simétrica, alternância da ênclise e da próclise, com tendência para a ênclise, interpolação da negação e de XPs nas orações matrizes e subordinadas. V2 é licenciado nas orações matrizes e subordinadas, XV é a ordem mais frequente nas orações matrizes e SV é mais comum nas orações subordinadas.

Há alta frequência de fronteamo de pronomes demonstrativos nas orações matrizes e subordinadas. Nas subordinadas, o sujeito ocupa uma posição alta, [spec, kP], FOC ou TOP. A posição kP, assim como o movimento do verbo para Fin, é licenciada tanto em orações matrizes quanto em subordinadas. A periferia esquerda das orações matrizes e subordinadas são semelhantes, e o complementizador se concatena em Force nos contextos encaixados.

- O PCI apresenta uma gramática V2 flexível assimétrica, alternância entre a ênclise e a próclise, com tendência à próclise e desaparecimento da interpolação de XPs. A ordem V2 é licenciada nas orações matrizes. A ordem XV é a ordem mais frequente nas orações matrizes e SV é mais comum nas orações subordinadas.

Assim sendo, Medeiros (2018) defende que tanto o português medieval quanto o PCI apresentam uma gramática V2 flexível. O PCI será tratado na próxima subseção.

3.3.2 O Português Clássico é uma língua V2 flexível

Assim como o trabalho pioneiro de Ribeiro (1995), Torres Morais (1995) investiga textos do século XVI ao século XIX, a fim de apresentar evidências de que o português até o século XVIII apresenta uma sintaxe V2, uma vez que também nesse período a posição pré-verbal não era exclusiva para o sujeito.

- (54)
- A estas últimas **chamam** os médicos doenças contra a natureza (séc. XVIII)
 - Sobre os ordenados dos dous **regulará** v.s.^a a proporção ... (séc. XVIII)
 - e com os empregos **incham** os homens. (séc. XVIII)
 - e por ella **conhecera** VS^a o modo porque tais Homens avalião os meus trabalhos e disvellos a resp.to da humanidade. (séc. XVIII)
 - No mesmo instante **fez** o governador o sinal. (séc. XVIII) (TORRES MORAIS, 1995).

Torres Morais (1995) dá destaque às construções com a ordem XV, em particular, a propriedade de evidenciar uma posição distinta para o sujeito gramatical e para o sujeito “topicalizado”. Assim, observa que diferentes constituintes podem preceder o verbo tais como advérbio, sintagma preposicionado, objeto direto e sujeito, do mesmo modo que acontece em

línguas V2 prototípicas (HOLMBERG, 2015). Segundo Torres Morais (1995), as estruturas de topicalização V2 se perdem a partir do início do século XIX, quando a criança reanalisa a ordem SV(X) como ordem direta, ou seja, quando elas atribuem ao sujeito topicalizado o estatuto de sujeito gramatical. O trabalho de Torres Morais (1995), assim como o trabalho de Ribeiro (1995) foram desenvolvidos antes da proposta do CP cindido de Rizzi (1997). Os trabalhos posteriores já consideram essa abordagem.

O trabalho de Gibrail (2010), por exemplo, é fortemente assentado na proposta de Ribeiro (1995) e parte de uma abordagem cartográfica. Gibrail (2010) apresenta os contextos de formação de estruturas de tópico e foco do PCI. Para Gibrail, o português nos séculos XVI e XVII apresenta propriedades de línguas V2 no licenciamento de estruturas de tópico e foco, como em (55). O verbo finito, nesse período, se move para o núcleo Fin, o que acarreta o deslocamento de um constituinte qualquer para a posição de especificador, gerando o que a pesquisadora chama de topicalização/focalização V2. O sintagma frontado pode carregar as funções de tópico, foco ou ainda não possuir nenhuma das duas funções, como por exemplo, os sintagmas adverbiais.

- (55) a. e que *isto* segure Joham Ango de modo que nam aja niso duvida nem debate.
b. e o *pão* o mandava dar em grão
c. *Ao gigante* derrubou-o a pedra, e a *David* o sonido (GIBRAIL, 2010).

Segundo Gibrail (2010), o PCI legitima objetos topicalizados na forma de estruturas de Topicalização-V2 (56a) e/ou na forma de estruturas de Deslocação à Esquerda Clítica (57b). Em sentenças com clíticos, as estruturas de Topicalização-V2 apresentam uso generalizado da próclise. Já as estruturas de Deslocação à Esquerda Clítica apresentam variação quanto à disposição proclítica ou enclítica dos pronomes resumptivos (55b e 55c).

Gibrail (2010), adota seguinte projeção para a periferia esquerda do PCI, seguindo Rizzi (2004):

- (56) Force Top* Int Top* Focus Mod* Top* Fin IP

Assim, Gibrail (2010) postula a projeção de um núcleo Mod, no PCI, a fim de abrigar advérbios que não expressam foco e/ou tópico. Ainda, define que o requerimento de V2, no PCI, é satisfeito pelo sintagma que precede imediatamente o verbo. Esse sintagma pode ocupar ou o Spec, Foc, ou Spec, Mod ou o Spec, Top3, núcleos que são projetados dentro da estrutura

prosódica da oração. Gibrail também propõe que, nas estruturas de Topicalização/Focalização-V2 do PCI, o sintagma frontado ocupa o Spec de Foc e/ou o Spec de Top3, com a projeção desses núcleos dentro da estrutura prosódica da oração.

Ainda, de acordo com Gibrail (2010), nas ocorrências de estruturas de tópico e/ou foco na ordem V3, o sintagma em posição mais alta é realizado em posição de adjunção ao núcleo Top2 ou ao núcleo Top1, o que leva a ausência de efeitos de minimalidade. O tópico contrastivo e os objetos topicalizados de estruturas de Deslocação à Esquerda Clítica ocupam a posição de adjunção ao núcleo Top2.

Já Antonelli (2011), cujo trabalho também está assentado na discussão proposta por Rizzi (1997), examinou 11 textos escritos entre os séculos XVI e XIX e encontrou evidências de que, até o fim do século XVII, o português manifestava um comportamento semelhante ao de línguas V2, em termos de ordem básica de palavras, pois até o XVII, a ordem básica no português era (X)VS.

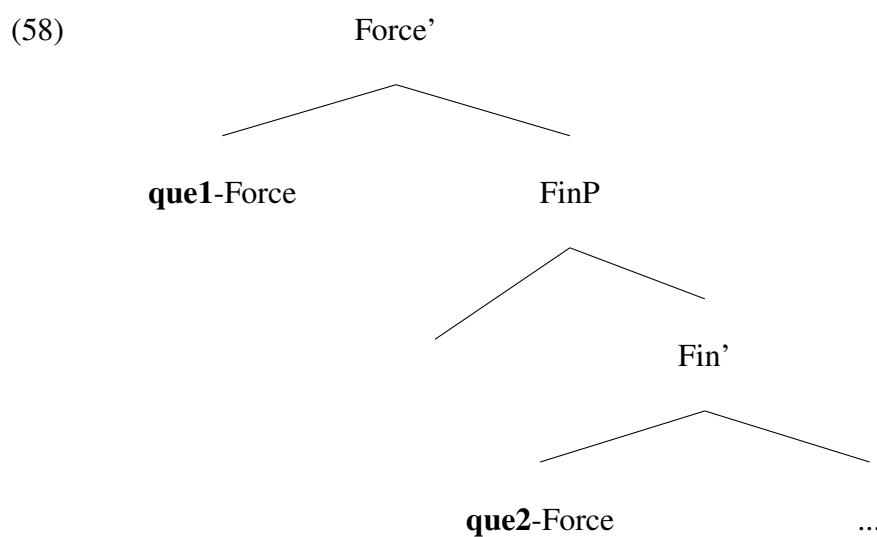
- (57)
- a. A desesperação criava forças e esforço nos cercados: (Sousa, 12.41)
 - b. Muitas coisas sabemos deste grande dia, (Vieira, 61.3)
 - c. De uma parte estará a esperança alentando, (Vieira, 63.19)
 - d. mas nem por isso deixou o povo de se alvoroçar; (Galhegos, 48.696)
 - e. Enfim, teve o ano fim (Sousa, 21.177) (ANTONELLI, 2011)

Nos textos dos séculos XVI e XVII há uma prevalência de estruturas com (X)VS, principalmente em orações matrizes, porém com padrões significativamente diferentes em relação às línguas V2 prototípicas, pois são encontrados dados com as ordens V1 e V>2. Nas orações subordinadas, a ordem mais produtiva é SV(X), com 45,28% no século XVI e 58,74% no século XVII. A partir do século XVIII, o português apresenta um decréscimo na ordem (X)VS e a ordem SV(X) passa a ser a mais produtiva tornando-se a ordem básica nas orações matrizes assim como já ocorria nas sentenças subordinadas.

Apresentei, na subseção 2.1.2, a implementação teórica proposta por Antonelli (2011). Nos séculos XVI e XVII, o verbo se desloca para Fin em orações matrizes. Assim, o PCI se comporta como uma língua V2, porém quando comparada a uma língua V2 prototípica, “há uma maior flexibilidade no que diz respeito à presença de XP’s em posição pré-verbal. Essa diferença se deve à maneira como o EPP associado aos traços- ϕ de Fin é licenciado” (ANTONELLI, 2011, p. 209).

Como vimos, Antonelli (2011) propõe que o traço EPP em FinP no PCI é satisfeito mediante movimento do verbo, o que explica a ocorrência de sentenças com ordem V1. O verbo, ao satisfazer o EPP em Fin, não bloquearia o preenchimento de mais de um especificador na periferia da sentença, o que também explica a ocorrência de ordens V>2. Essa propriedade diferencia o PCI das línguas V2 prototípicas dado que, nessas línguas o EPP demandaria a presença de um sintagma qualquer em posição pré-verbal e uma vez satisfeito, bloquearia a presença de outros sintagmas na periferia esquerda da sentença. Essa propriedade se perde a partir do século XVIII, quando o verbo deixa de se alojar na periferia esquerda da sentença e passa a ocupar o núcleo TP.

Com relação às sentenças encaixadas, Antonelli (2011) sugere que o movimento do verbo para Fin é bloqueado nas orações subordinadas introduzidas pelo complementizador que. Nessas sentenças, o verbo se aloja em TP. Em sua proposta, as orações encaixadas apresentam dois complementizadores: um em Force e outro em Fin (58).



O primeiro satisfaz o traço relativo ao tipo de sentença e o segundo satisfaz o traço de finitude [+F]. A evidência empírica apresentada por Antonelli (2011) são as orações subordinadas completivas em que o sintagma frontado pode aparecer à direita do complementizador (59).

- (59) a. Aconselhára eu a Acab **que**, nas circunstancias presentes, fizesse a guerra, (Vieira, 193.1559)
- b. reçar, **que** com a vida perdesse a alma. (Barros, 38.347) (ANTONELLI, 2011, p. 161)

O complementizador que ocupa o núcleo de Fin não necessariamente precisa ser realizado foneticamente. A evidência empírica levantada por Antonelli (2011) deriva do fato de que, no PCI, o complementizador que pode ser omitido com verbos de atitude proposicional, tais como duvidar e parecer, verbos de volição ou de desejo, tais como querer e esperar, verbos factivos e semi-factivos, tais como prometer e entender, e verbos *dicendi*.

- (60) a. pedia [lhe **desse** o *Arcebispo* a praça em seu serviço. (Sousa, 70.776)
b. temer [não **salte** de lá *alguma faísca*, (Sousa, 167.1934)
c. parece [**fiou** o *Senhor* o pregação de seus merecimentos. (Céu, 221.1128)
(ANTONELLI, 2011, p. 163-164)

Antonelli (2011) também discute as propriedades de fronteamo dos sintagmas, pois no PCI, tais propriedades estariam associadas a questões discursivas. Segundo Antonelli (2011, p. 206), no PCI, “o único elemento a se deslocar para a periferia da sentença independentemente de razões discursivas é o verbo finito”, ou seja, como o movimento do verbo satisfaz o traço EPP de Fin, a presença de outros sintagmas a esquerda do verbo obedeceria a requerimentos discursivos.

É também a partir da relação sintaxe e discurso que Galves e Gibrail (2018) buscam fornecer evidências contra Eide (2006) que defende que a mudança do PCI para o PE não envolveria aspectos sintáticos, mas sim uma mudança na estrutura informacional. Para tal, contrastam seus dados com os dados apresentados por Costa (2004) e investigam as diferentes interpretações possíveis na ordem de palavras em sentenças transitivas (SVO, VSO, VOS) no PCI e no PE. Galves e Gibrail (2018) analisaram 34.293 palavras, cerca de 600.000 palavras e argumentam que o PCI é uma língua V2 que licencia uma posição alta tanto para verbos quanto para sujeitos pós-verbais.

Aqui, trataremos as discussões sobre o fenômeno da inversão no PE moderno, pois é daí que parte toda a argumentação apresentada por Galves e Gibrail (2018). O fenômeno da inversão no PE foi inicialmente discutido por Ambar (1992). Conforme definição de Ambar (1992, p. 5),

a Inversão Sujeito Verbo (doravante ISV) pode ser caracterizada como a alteração da ordem de constituintes resultante de uma operação de movimento que desloca da sua posição de base ou o sujeito ou o verbo de uma estrutura frásica, convertendo a ordem básica de uma língua SVO, numa ordem em que o verbo precede o sujeito, i.e., numa ordem VSO, VOS ou OVS.

Ambar (1992) assume que o PE apresenta a ordem básica SVO. Dessa maneira, sugere duas hipóteses para o fenômeno de inversão: ou o sujeito se desloca para a direita do verbo ou o verbo se desloca para a esquerda do sujeito. Ambar (1992) verifica seis ordens possíveis

resultantes das diferentes combinações dos termos sujeito (S), verbo (V) e objeto (O): SVO, SOV, VSO, OSV, OVS e VOS no PE.

- (61) a. A Joana comeu a sopa. (SVO)
b. A Joana, a sopa, comeu. (SOV)
c. Comeu a Joana a sopa. (VSO)
d. A sopa, a JOANA comeu. (OSV)
e. A sopa, comeu a Joana. (OVS)
f. Comeu a sopa, a JOANA. (VOS) (ÂMBAR, 1992)

Conforme Âmbar (1992), (61a) é a única frase que não requer pausa e/ou acento contrastivo num dos seus constituintes, ou seja, (61a) é a ordem menos marcada. Com exceção de (61a) todas as frases (61b-61f) seguem alguma restrição. Desse modo, SVO, em (a) é a ordem básica no PE. As ordens (61b-61f) seriam ordens não marcadas e ocorreriam em interrogativas QU- diretas e indiretas, em interrogativas totais e focalizadas em orações principais e em subordinadas, em pergunta-resposta e em parentéticas, em respostas a interrogativas totais ou focalizadas, em respostas a interrogativas QU-, no contexto de constituintes antepostos, em estruturas infinitivas, no contexto de ergativas e passivas, em estruturas gerundivas e em estruturas participiais. Para Âmbar (1992), o sujeito em posição pós-verbal tem a interpretação de foco.

Costa (2004) também analisou o fenômeno de inversão no PE. Argumenta que o fenômeno da inversão surge não apenas em contextos de movimento I para C como propõe Âmbar (1992), mas também se o sujeito estiver em sua posição base, Spec,VP. Costa (2004), defende que a posição pós-verbal dos sujeitos não é necessariamente uma consequência do movimento do verbo através do sujeito, de I° para outra projeção funcional.

Para Costa (1998, 2004), a variação da ordem de palavras atestada no PE não é livre, pois cada ordem de palavras pode ser usada apenas em determinados contextos, atendendo a requisitos impostos pelo mapeamento prosódico. Desse modo, Costa (2004) apresenta a seguinte distribuição:

- (62) a. SVO: sujeito em Spec, IP, objeto na posição base
b. VSO: sujeito em Spec, VP, objeto na posição base
c. VOS: sujeito in Spec, VP, objeto adjungido ao VP (via *scrambling*)
d. OSV: sujeito in Spec, IP, objeto topicalizado

e. OVS: sujeito in Spec, VP, objeto topicalizado (COSTA, 2004, p. 79)

A partir desta distribuição, teríamos as seguintes leituras: em (62a) tanto a frase inteira quanto o objeto estão focalizados; em (62b) sujeito e objeto estão focalizados; em (62c) apenas o sujeito está focalizado; em (62d) e em (62e) o objeto está topicalizado. Sendo assim, segundo Costa (2004), todos os constituintes que transmitem informações novas aparecerão à direita, e os constituintes que transmitem as informações velhas, ou seja, aquelas já mencionadas no discurso aparecerão na periferia esquerda da sentença.

Costa (2004) argumenta que as propriedades da estrutura da informação determinam parcialmente a distribuição dos argumentos no PE. Para Costa (2004), os sujeitos, em PE, permanecem em [Spec,VP], apenas se estiverem focados. Os sujeitos in situ são licenciados sob Agree e dessa forma, eles sobem para [Spec,IP] se não estiverem focados e quando toda a frase estiver focada.

Costa (2004) defende que a variação da ordem de palavras atestada no PE não é livre, ou seja, para cada ordem de palavras possível há um contexto associado. Ainda, segundo Costa (2004), os constituintes focalizados aparecem à direita e os constituintes topicalizados aparecem na periferia esquerda da sentença. Costa (2004) analisa sobretudo dois contextos para sujeitos pós-verbais: VSO e VOS, ambos em contextos declarativos e conclui que o sujeito, nessa configuração está em [Spec,VP].

Isto posto, Galves e Gibrail (2018) descrevem a interpretação associada à inversão do sujeito no PCI contrastivamente ao que é apresentado por Costa (2004). As pesquisadoras apresentam as interpretações possíveis quando o sujeito se encontra na posição pós-verbal nas ordens VSO e VOS, pois no PCI estas ordens recebem uma interpretação completamente deferente do que acontece no PE.

Considerando a interpretação associada às ordens SVO, VSO e VOS, em que, SVO significa que toda a sentença e o objeto estão focalizados; VSO cujo sujeito e o objeto estão focalizados; VOS, no qual somente o sujeito é focado, Galves e Gibrail (2018) descrevem as possíveis leituras para as ordens SVO, VSO e VOS, pois estas ordens são as que possuem uma interpretação mais divergente entre PE e PCI.

	<p><i>A oração inteira pode ser interpretada como informação nova</i></p> <p>a. Em várias partes das fronteiras fizeram os castelhanos fumo (G_001,38.542)</p> <p><i>Pode ocorrer quando nem o sujeito nem o objeto estão focalizados</i></p>
VSO	<p>b. [Por <u>deante, Ezechiel</u>, diz Deus terceira vez] Passa <u>Ezechiel</u> a terceira parede (V_004,189.1446)</p> <p><i>O sujeito pode ser interpretado como tópico</i></p> <p>c. Começou Frei Bertolameu seu noviciado desassombradamente (S_001_PSD,19.159)</p>
	<p><i>A oração inteira pode ser interpretada como informação nova</i></p> <p>a. Aos 10 de Janeiro de 1650 desferiu as velas o Padre VIEIRA para aquele maior (B_001,43.391)</p> <p><i>O sujeito não é obrigatoriamente uma informação nova</i></p>
VOS	<p>b. faz menção o texto sómente da parte austral (Vieira, 1608)</p> <p><i>Pode ocorrer quando nem o sujeito nem o objeto estão focalizados</i></p> <p>c. [Cuidas tu, <u>Ezechiel</u>, diz Deus, que não há aqui mais que o que <u>aparece?</u> Ora rompe essa parede, e verás.] Rompeu a parede <u>Ezechiel</u>... (V_004,189.1441)</p> <p><i>O sujeito pode ser interpretado como tópico</i></p> <p>d. [Quase todo este mês ventou, choveu, e nevou,] e fez muito dano a tempestade (G_001,31.458)</p>
	<p><i>Não é obrigatória quando o objeto está focalizado</i></p>
SVO	<p>a. tomaram-lhe os nossos algumas armas, e munições (G_001,05.59)</p>

Fonte: adaptado de Galves e Gibrail (2018)

Enquanto no PE, as sentenças com ordem VSO correspondem à expressão de juízos téticos e são uma estratégia para bloquear a interpretação do sujeito como tópico da frase, além de serem interpretadas como foco contrastivo e foco informacional, no PCI, os sujeitos pós-verbais podem ser considerados tópicos familiares ou tópicos contínuos. Além disso, no PCI, a ordem VSO ocorre tanto quando se tem uma informação nova quanto nem o sujeito nem o objeto estão focalizados. Portanto, os sujeitos pós-verbais no PCI podem ser tanto focos como tópicos.

No que tange à ordem VOS, assim como apontado por Galves e Gibrail (2018), o sujeito tanto pode ser focalizado, ou seja, apresentar uma informação nova, ou ser um tópico. A

interpretação, nesses contextos, diverge da interpretação dada no PE como apontam Galves e Gibrail (2018).

Os argumentos empíricos apresentados por Galves e Gibrail (2018) apontam que no PCI tanto o verbo como o sujeito pós-verbal ocupam uma posição alta na periferia esquerda da sentença. Já Costa (2004) argumenta que os sujeitos permanecem em [Spec,VP], somente se estiverem focados e que podem ser movidos para [Spec,IP] se não estiverem focados ou quando toda a frase estiver focada. Assim sendo, os constituintes focados aparecem na posição mais à direita da sentença.

As evidências elencadas pelas autoras para afirmar que o sujeito pós-verbal está numa posição alta são a posição dos advérbios (64a), a ordem VS-quantificador flutuante (64b) e a ordem em sentenças auxiliares (64c e 64d).

- (64) a. **Referiu** o depois em Carta sua o mesmo Padre VIEIRA *formalmente* assim
- b. Em muytas ocasiões **advirtio** Deos à Madre Elena *interiormente* o que convinha à sua honra
- c. **Estavam** já os esquadrões *ambos* para marchar
- d. A este tempo **estava** Dom Christovão curando-se em casa da Rainha
(GALVES E GRIBRAIL, 2018).

Além das evidências de que no PCI a interpretação do sujeito é sintaticamente diferente do PE, Galves e Gibrail (2018) também apresentam evidências diacrônicas de que uma mudança afetou a posição dos sujeitos pré-verbais e, conseqüentemente, a posição dos verbos. A partir de 1700, o aumento acentuado na frequência do SVO, o surgimento da ordem XSV-cl, a alta frequência de pronomes nas sentenças VSO e a perda da assimetria matriz versus subordinada, o que aponta para uma mudança gramatical de PCI para PE.

3.3.3 A periferia esquerda do PCI

Assim como Antonelli (2011), Galves (2020) apresenta uma descrição, quantificação e análise da sintaxe V2 do PCI, com base em um *corpus* maior e mais diversificado do que aqueles que apoiaram os trabalhos anteriores, com foco em uma abordagem sincrônica para esse período. Defende que a gramática do PCI é V2, ou seja, o verbo se move para a camada CP. Além disso, o PCI permite o frontamento de uma ampla variedade de sintagmas, conforme ilustrado em (65).

- (65) a. O duque de Maqueda **renunciou** ao cargo [DP sujeito]
 b. Aos novos dicionários **deve** França a sua eloquência [PP argumental]
 c. Cada dia nos **mete** Nápoles em novas esperanças [NP adverbial]
 d. Então **despediu** logo Pedro Álvares um navio [PP]
 e. Esta história **contou** a peregrina com os olhos cheios de água [DP objeto]

Os dados apresentados por Galves (2020) mostram que o percentual de sentenças com o verbo em segunda posição é de 59%, seguido das sentenças com verbo em primeira posição (28%) e em terceira posição (13%).

Figura 3.3 – A distribuição de V1, V2 e V3 em sentenças matrizes no PCI

	VS	SV	Null subjects	TOTAL	
V1	1477	/	936	2413	28%
V2	1417	1388	2356	5161	59%
V3	361	524	256	1141	13%
TOTAL	3255	1912	3548	8715	100%

Fonte: Galves (2020, p. 383)

Das 5.161 sentenças com a ordem V2, 73% (3.773) são de tipo XV e 27% (1.388) são SV. Na ordem XV, constata-se que sintagmas de natureza variada ocorrem à esquerda do verbo. Isso indica que a posição pré-verbal não está restrita ao sujeito. Em termos gerais, a proporção de sentenças V2 (68%) é maior do que a ocorrência de V1 (32%). Ainda assim, V1 é extremamente frequente no PCI. Das 1.729 sentenças encontradas, 74% (1.227) exibem o sujeito pós-verbal e 26% (452) apresentam sujeito nulo.

Galves (2020) pontua que a alta frequência de V1 tem sido considerada um forte argumento empírico contra a hipótese de que PCI é uma língua V2. No entanto, levando-se em consideração a argumentação de Jouitteau (2010, p. 207) de que “V2 é um subcaso específico da V1 relacional”, pois tanto nas sentenças V1 quanto nas sentenças V2 o verbo é alçado para o domínio CP.

Em relação à ordem V3, Galves (2020) considera que línguas V2 prototípicas, apesar de mais restritivas, apresentam tal ordem assim como o PCI. Em consonância com Antonelli (2011), Galves (2020) argumenta que, no PCI, o verbo se move para Fin. A partir de evidências empíricas propõe que a periferia esquerda no PCI é composta por duas partes diferentes, cada

uma com propriedades distintas. As evidências empíricas trazidas por Galves para dividir a periferia esquerda do PCI em duas partes são os dados de colocação de clítico e a sintaxe e interpretação dos objetos fronteados.

Os dados de colocação de clítico são evidência para defender que a periferia esquerda do PCI está dividida como em (66). Assim como em outras línguas românicas antigas, a colocação de clíticos no PCI é efeito da lei Tobler-Mussafia, que impede que os pronomes clíticos apareçam no início de um Sintagma entoacional (IntP). Deste ponto de vista, segundo Galves (2020), a próclise é uma evidência de que o sintagma pré-verbal está dentro de IntP (que contém o verbo), e a ênclise assinala que o sintagma pré-verbal está contida em um IntP independente, com um contorno entoacional independente.

(66) [FrameP (Frame-setter) [ForceP [TopP (Topic) || [FocP (Focus) [FinP [TP]]]]]]

Como a ocorrência de ênclise com sujeitos pré-verbais, PPs e advérbios é marginal no PCI, Galves (2020) aponta a ênclise pode ser considerada como uma construção marcada, enquanto a próclise é o padrão de colocação clítica. Isso significa que sujeitos pré-verbais, PPs e advérbios normalmente ocupam o especificador de uma categoria baixa e podem marginalmente ocupar o especificador de uma categoria alta, FrameP, por exemplo.

Em sua análise, Galves (2020) descarta a necessidade de que o núcleo ForceP seja projetado em sentenças matrizes visto que o verbo se move para Fin. Além disso, propõe que os núcleos acima do limite entoacional da sentença, FrameP e TopP façam parte de uma única camada TOP, dado que a interpretação dos objetos pré-verbais no PCI é variável de modo que muitas vezes não é possível definir se a posição que ocupam é foco ou tópico.

Galves (2020) argumenta ainda que a periferia esquerda baixa da sentença seja dividida em duas posições FOC e k. A evidência empírica para tal são as sentenças com fronteamto de objetos anafóricos e com sujeitos pré-verbais que veiculam informação contrastada, ocupando a categoria k “kontrast”, e a outra FOC onde se encontram os sintagmas quantificados, advérbios focalizados e sintagmas com valor avaliativo.

(67) a. [Kontrast Isto] nos afirmou muito [Focus um homem Polaco, chamado Gabriel,]
(C_007,22.275)

b. [FOC Tudo] as damas podem dever a este Rey (B. de Brito, b.1569).

Galves (2020) argumenta que *k* é neutro em relação à interpretação de tópico ou foco do

sintagma que é movida para seu especificador. A interpretação como foco ou tópico do elemento deslocado para esta posição dependerá da posição de onde é movida. Se for movido da parte de foco da sentença, será interpretado como um foco. Se for movido de uma posição fora da área de foco da sentença, será considerada tópico. A outra categoria que potencialmente atrai sintagmas para a periferia esquerda do verbo no PCI é FOC. FOC atrai sintagmas quantificados.

Ainda, de acordo com Galves (2020), *k* e FOC podem coocorrer no PCI, porém esse tipo de sentença é marcada. A evidência empírica para essa afirmação deriva do fato de que nos dados analisados por Galves (2020) a ocorrência desse tipo de construção é rara (108 ocorrências de mais de 8000 sentenças analisadas). Além disso, é muito raro encontrar dois sintagmas precedendo o verbo, dos quais o primeiro não é gerado *in-situ*.

A periferia esquerda do PCI (68), então, se divide em duas áreas, uma parte alta em que a projeção TOP* se encontra e uma posição mais baixa, que abriga o verbo e que se divide em duas projeções: uma mais baixa ocupada pelos sujeitos pré-verbais e uma posição mais alta FOC, que apresenta propriedades semelhantes às de um operador e abriga NPs quantificados, sintagmas avaliativos e alguns advérbios.

(68) (TOP) * | (FOC) (k) Fin [TP

A linha vertical (|), representa o limite entoacional entre o TOP e o restante da sentença e também divide a camada CP entre a periferia baixa e alta. As categorias acima de Fin representadas entre parênteses são facultativas. TOP difere das outras camadas da periferia esquerda proposta por Galves (2020), por ser gerada *in-situ* (*base-generated*). Adoto, nesta tese, a estrutura da periferia esquerda do PCI tal como apresentada por Galves (2020).

Agora, retorno à discussão sobre a propriedade correlata ao efeito V2 que é a colocação de clíticos.

3.3.4 A sintaxe V2 do PCI: a posição e a colocação de clíticos

A posição de realização do clítico é um dos traços sintáticos de mudança mais nitidamente evidenciados na história do português ao longo do tempo. Por isso, pode ser considerado um dos maiores indicadores de mudança gramatical e são uma chave importante para a história gramatical de uma língua (GALVES, BRITTO e PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

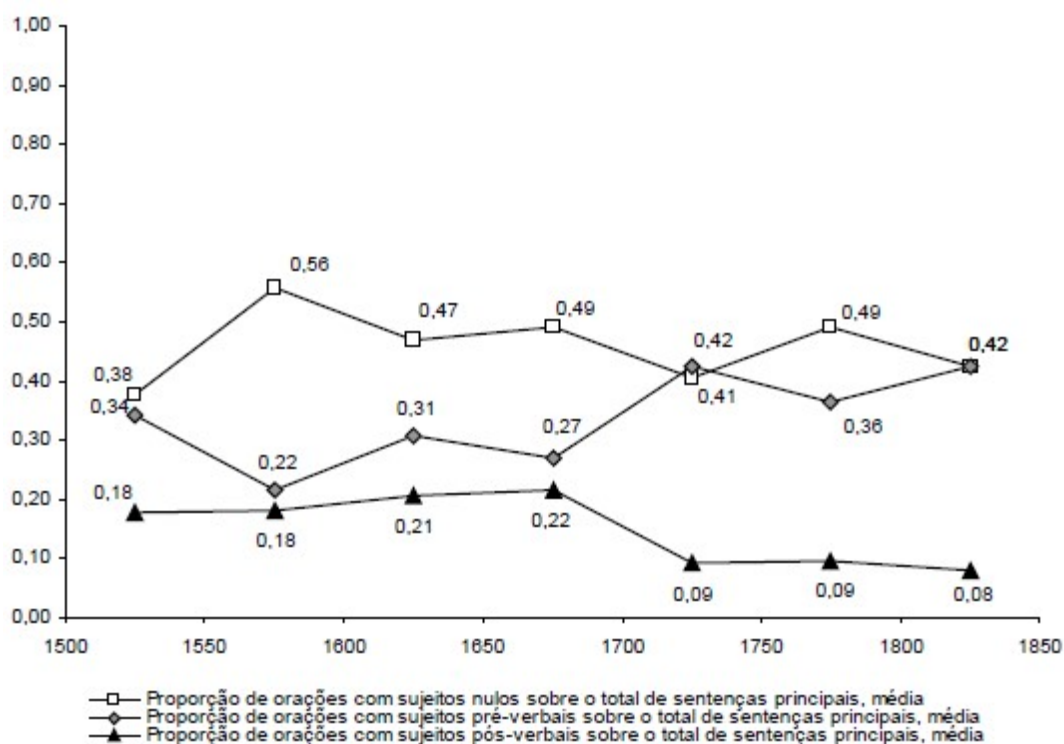
Dos fenômenos ligados à sintaxe dos clíticos, os mais estudados foram o fenômeno de interpolação (MARTINS, 1994; PARCERO, 1999; NAMIUTI, 2008) e a ordem relativa

clítico-verbo (MARTINS, 1994; RIBEIRO, 1995; TORRES MORAIS, 1995; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; MARTINS, 2010; GALVES; SANDALO, 2012; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, entre outros).

É importante pontuar que a discussão sobre a sintaxe dos clíticos no português é extensa e gerou diversos debates. Para esta tese, discuto os trabalhos de Paixão de Sousa (2004), Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) com relação ao PCI e Galves, Torres Moraes e Ribeiro (2005) para o PE e o PB. Paixão de Sousa (2004) descreve os padrões de alternância na colocação de clíticos em relação às posições possíveis para os sujeitos em textos portugueses escritos por autores nascidos entre os séculos XVI e XIX. A hipótese de Paixão de Sousa é que o PCI apresenta uma gramática distinta tanto PE quanto do PA. Desse modo, analisa a generalização da próclise no PCI a fim de compreender os fatos históricos que estão por trás dos padrões português e castelhano no período em que Portugal esteve sob domínio espanhol.

Para alcançar seus objetivos, Paixão de Sousa (2004) investigou a frequência de sentenças matrizes com clítico.

Figura 3.4 – Variação próclise/ênclise no contexto de variação I



Fonte: Paixão de Sousa (2004, p.60 (apêndice))

No gráfico, é possível perceber que entre os séculos XVI e XVII a maioria das sentenças apresenta sujeito nulo, seguida de sujeitos pré-verbais (segunda opção mais empregada) e

sujeitos pós-verbais. Paixão de Sousa (2004) pontua que, nesse período, a proporção de sujeitos pré-verbais é consideravelmente próxima das de sujeito pós-verbais. A partir do século XVIII, a proporção de sujeitos pré-verbais se torna bastante próxima da ocorrência de sujeitos nulos e a proporção de sujeitos pós-verbais cai significativamente.

Contrastando as sentenças com sujeitos pré e pós-verbais, Paixão de Sousa (2004) defende que a sintaxe clássica do português pode ser satisfatoriamente descrita como um sistema de tipo V2, uma vez que o movimento para a posição pré-verbal interna é bastante produtivo assim como as ordens VS. A taxa de VS nas orações principais se mostra estável até o século XVII e cai definitivamente no século XVIII. Isso indica a passagem de um sistema XVS – cuja posição pré-verbal seria disponível para constituintes de VP em geral, não restrito aos sujeitos – para um sistema SVX.

Em sua proposta, Paixão de Sousa (2004) argumenta que o preenchimento da posição pré-verbal nos textos clássicos decorre de construções que envolvem movimento na sintaxe, chamada de *fronteamento*, ou de construções de *adjunção* a uma posição externa referente aos limites sintáticos e fonológicos da sentença. As construções de *fronteamento* têm a estrutura #XV, estão disponíveis para os constituintes de VP e são contextos de *próclise* categórica e as construções de *adjunção* têm a estrutura X#V, estão disponíveis para constituintes com referencialidade intrínseca e são contextos de *ênclise* generalizada.

A análise de Paixão de Sousa (2004) se assemelha muito com a proposta apresentada por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). As pesquisadoras analisam a colocação de clíticos em textos escritos por autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX. Partindo da pergunta: quando o PE moderno emerge, as pesquisadoras confrontaram os dados apresentados por Martins (1994) e defendem a hipótese postulada por Galves e Galves (1995) de que o PE emergiu no século XVIII.

De acordo com Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) na história do português, há duas grandes tendências quando se analisa a sintaxe de colocação de clíticos em sentenças com verbo finito: um em que a ordem clítico-verbo se mantém estável ao longo do tempo e outro em que há variação. A estabilidade é reportada em contextos de *próclise* e *ênclise* obrigatórias.

A *próclise*, no PCI, ocorre obrigatoriamente quando o verbo é precedido por partículas de foco, operadores afetivos e alguns advérbios (GALVES, BRITTO e PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Esses mesmos contextos se mantêm até hoje no PE.

(69) Próclise categórica:

- a. **Bem me importava** entender ao certo o que se passa ... (Melo, 1608)
- b. **Muito vos desejei** cá ontem para ouvirdes explicar a Ene êste retrato. (Melo, 1608) (GALVES, BRITTO e PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 5)

Já a ênclise, no PCI, é categórica quando o verbo está em primeira posição. Este contexto deriva da Lei Tobler-Mussafia. A generalização de Tobler-Mussafia se baseia em dados de diferentes línguas românicas e se mostra muito regular: se algo precede o verbo, os clíticos são geralmente proclíticos; se o verbo está em primeira posição, os clíticos são enclíticos.

(70) Ênclise categórica

- a. **Defendeu-o**, emparou-o (bem sabe Vossa Paternidade a história) e como verdadeiro amigo escreveu-lhe...(Sousa, 1556) (GALVES, BRITTO e PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 5)

Além dos contextos de próclise e ênclise categóricas, no PCI, ficam evidentes certos ambientes sintáticos em que a ênclise e a próclise podem coocorrer: o primeiro, em que o complexo verbo-clítico precede sintagmas preposicionados, advérbios, ou sujeitos referenciais não-focalizados, chamado por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), de *contexto de variação I*; e o segundo, em que o complexo verbo-clítico é precedido ou por uma oração dependente fronteada ou por uma conjunção coordenativa, chamado pelas autoras de *contexto de variação II*.

De acordo com Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), até o final do século XVII, a taxa de ênclise em *contexto de variação I* é inferior a 15%, exceto nos *Sermões*, de Vieira e na *Arte de Furtar*, de Manuel da Costa. A partir do início do século XVIII, há um aumento gradativo no percentual de utilização da ênclise, que cresce exponencialmente atingindo o percentual de até 85% no século XIX. Portanto, nos séculos XVI e XVII, a próclise é a opção preferida em contexto de variação I, o que deixa de ocorrer a partir do século XVIII, quando a ênclise passa a ser a opção mais usada.

Como o alto grau de frequência de ênclise nos *Sermões*, de Vieira foi apontado por Martins (1994) para defender que o PE surge no século XVII, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) argumentam que o padrão encontrado nos *Sermões* se deve ao amplo uso de uma construção sintática disponível no PCI, sujeita a condicionamentos estilísticos e textuais. Notam que, no subconjunto do *contexto de variação I* em que o sujeito precede o complexo verbo-clítico, a taxa de ênclise se amplia considerando os *Sermões* e *A Arte de Furtar* de um lado e os demais

textos de outro. A ênclise é mais forte com sujeitos pré-verbais do que no quadro geral.

Além disso, ao considerarem a variável tipo de clítico, descobrem que os textos que apresentam comportamento diferenciado apresentam um número alto de sentenças com o clítico SE, pois a ênclise ocorre, sobretudo, quando o clítico SE é usado. Deste modo, o uso do clítico SE estaria fortemente correlacionado a uma posição alta do sujeito, pois a maioria dos casos de ênclise segue o padrão SV-SE. Ou seja, no PCI, a natureza das construções com o clítico SE afeta a colocação dos clíticos, favorecendo ênclise, o que deixa de ocorrer no século XVIII quando a ênclise passa a ser a opção preferida nos textos analisados.

Com relação ao *contexto de variação II*, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) apontam que, no PCI, a ênclise é muito mais frequente do que a próclise. Nesse contexto, desde o início do século XVI, há uma taxa bastante alta de ênclise, tanto em sentenças com o fronteamto de uma oração dependente quanto com sentenças com conjunção coordenativa.

Outro ponto destacado pelas pesquisadoras é o grande contraste entre autores contemporâneos nos séculos XVI-XVII, pois há bastante oscilação entre autores. Para Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), a colocação de clítico, nesse contexto, além de ser bastante idiossincrática, é sensível a fatores prosódicos. Assim, postulam que a fonte da variação no *contexto de variação II* é diferente da fonte de variação observada no *contexto de variação I*.

Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) defendem que, na gramática do PCI, a ênclise é licenciada apenas nos contextos em que o verbo está na primeira posição na oração. A restrição é apresentada em (71):

(71) Não-inicial (1 XP)

Um clítico não pode ser o primeiro elemento do primeiro XP da oração.

Esta restrição se correlaciona com a Lei Tobler-Mussafia, que impede que um item não acentuado apareça no início de uma oração. Aplicada a sentença, prevê a ocorrência de ênclise exclusivamente em contextos em que o verbo finito é o primeiro elemento da estrutura prosódica da oração e prevê também que a próclise ocorra nos demais contextos.

(72) a. # [V → Vcl ênclise

b. # [XV → XclV próclise

Porém, a aplicação da generalização da Lei Tobler-Mussafia deve considerar não só a ordenação superficial dos constituintes, pois há casos de ênclise interna à sentença ainda que seja

menos frequente não só nos textos PCI, mas também em outras línguas românicas medievais (BENINCÀ, 2004). Por isso, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) levantam a hipótese de que a ênclise interna à sentença ocorre quando um XP é adjungido externamente a fronteira prosódica da oração, ou seja, nesses contextos o verbo continua sendo o primeiro elemento da estrutura prosódica da oração.

- (73) a. X # [V → XVcl ênclise
b. # [XV → XclV próclise

Por apresentarem comportamentos distintos, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) postulam que há duas posições pré-verbais disponíveis na estrutura sintática da gramática do PCI: uma interna e outra externa à oração. A ênclise e a próclise derivariam então dessas posições. Se um constituinte aparece na posição pré-verbal externa à oração ocorre a ênclise, pois se a próclise ocorresse, violaria a lei Tobler-Mussafia e consequentemente a regra descrita em (73); se um constituinte aparece em uma posição interna à oração ocorre a próclise. Desse modo, a derivação da ênclise e da próclise nos contextos de variação obedecem às condições elencadas pelas pesquisadoras.

Nesta tese, averiguarei os contextos de variação próclise/ênclise listados por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), além dos contextos de colocação de clíticos em grupos verbais e no contexto de interpolação com o intuito de comparar nos dados analisados e verificar até quando esses contextos de variação se mantêm e quando eles mudam.

3.3.5 Sobre o PB: sintaxe da ordem e sintaxe de colocação de clíticos

Apresentei, na seção anterior, um painel dos estudos sobre o efeito V2 na história do português, evidenciando a proposta de Galves (2020) para periferia esquerda para o PCI e a relação entre ordem do verbo e colocação de clíticos. Nesta seção, traço um breve panorama sobre a sintaxe da ordem e a sintaxe da colocação de clíticos no PB, na perspectiva diacrônica.

3.3.5.1 A sintaxe da ordem

Um dos estudos pioneiros sobre a sintaxe da ordem foi o de Berlinck (1988), desenvolvido em perspectiva variacionista. Berlinck (1988) analisou três corpora diferentes: (i) cartas de cunho pessoal do século XVIII, (ii) cartas pessoais do século XIX, e (iii) conversações gravadas com 20 jovens de Curitiba (1987). Os dados apontam uma queda acentuada da ordem VS(O) ao

longo dos séculos sendo a transitividade um fator mais relevante no licenciamento da ordem VS. Nos dados apresentados por Berlinck (1988), a ordem VS fica restrita, ao longo dos séculos, às sentenças com inacusativos e aos contextos de cópula.

Outro trabalho que trata da ordem é o de Gravina (2014), desenvolvido sob orientação gerativista. Em seu trabalho, Gravina (2014) correlaciona a ordem ao fenômeno do sujeito nulo que irei discutir no próximo capítulo. O corpus analisado foi composto por textos de jornais brasileiros e portugueses que circularam na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Os periódicos analisados por Gravina (2014) foram:

- **Brasileiros:** *O Recreador Mineiro* (1845 a 1848); *Jornal Mineiro* (1887 a 1900) e *Tribuna de Ouro Preto* (1945 a 1948);
- **Portugueses:** *A Ilustração luso-brazileira* (1854 a 1858); *O Manuelinho d'Évora* (1888 a 1895) e *Notícias d'Évora* (1945 a 1948).

Comparando o licenciamento de SV e VS, Gravina (2014) não encontra grandes diferenças entre os periódicos brasileiros e portugueses, pois ambos apresentam uma alta taxa de SV (cerca de 80%). Gravina (2014) investigou os contextos que licenciavam a inversão do sujeito e os classificou em dois tipos: (i) por tipo de sentenças – parentéticas e interrogativas – e (ii) pelo tipo de verbo – inacusativos, transitivos, ficar/estar e inergativos.

O contexto (i) apresentou o seguinte comportamento: as sentenças parentéticas se mostraram como um ambiente categórico de VS e por isso foram retiradas da análise. As sentenças interrogativas encontradas apresentam uma preferência pela ordem SV no PB e no PE há um maior número de inversão.

Em relação ao contexto (ii), as sentenças com verbos inacusativos favorecem o uso da inversão, comportamento já esperado. Porém, se observou que, no PB, a ordem VS em inacusativos ocorre preferencialmente com algum elemento, seja ele locativo ou adverbial, preenchendo a primeira posição da sentença. Com os verbos transitivos a taxa de inversão é de cerca de (15%), havendo uma maior tendência em produzir XVS e VOS no PB e verbo ocorrendo em terceira posição e uma alta produção na ordem VS no PE. As ocorrências com verbos inergativos apresentaram um padrão esperado, com alta taxa de SV.

Mais recentemente, Berlinck e Coelho (2018) analisaram uma amostra de documentos dos séculos XIX e XX a fim de descrever a variação da ordem do DP sujeito buscando observar quais as condições linguísticas que permitem a ordem VS. No século XIX, encontram construções de inversão germânica típicos de línguas V2 convivendo com uma sintaxe que apresenta

majoritariamente a ordem SVO. Além disso, encontram construções de inversão românica e construções inacusativas com ou sem sintagma locativo projetado pelo verbo.

No século XX, observaram uma queda abrupta dos padrões de inversão germânica e românica e manutenção da inversão com sentenças copulativas e inacusativas. Desse modo, defendem que a sintaxe das construções VS na escrita brasileira mudou do século XIX para o século XX. No século XIX, as construções VS com verbos transitivos manifestam um resquício da sintaxe do PA e do PCI, segundo as autoras. O fato de serem residuais indica que a mudança dos padrões de ordenação no século XIX já estava avançada.

Borges (2019), assim como Gravina (2014), correlaciona a ordem ao fenômeno do sujeito nulo. O *corpus* analisado por Borges (2019) é composto por dois manuscritos: um setentista – *Coleção de notícias da Capitania de Goyaz: diários de viagem do Barão de Mossâmedes (1772-1773)* – e um oitocentista – *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques*.

Os dados encontrados apontam para uma diminuição da ordem VS no século XIX, estando restrita a verbos inacusativos e existenciais. Segundo Borges (2019, p. 243), “na gramática setecentista, o traço-D em T (um EPP) era satisfeito pelo movimento de V-para-T”. No século XIX, ocorre a perda do traço-D de T e a ordem SVO se estabelece. O estabelecimento da ordem SVO na gramática oitocentista do PB, segundo Borges, se dá em decorrência do contato linguístico do português com línguas nigero-congolesas.

3.3.5.2 A sintaxe da colocação de clíticos

Como já dito acima, a sintaxe da colocação de clíticos tem sido uma das áreas que mais geram estudos e debates na diacronia do português. Esse debate se espalha também à questão da emergência de uma brasileira. Aqui, retomo os estudos de Pagotto (1992), Carneiro e Galves (2010) e Martins (2009).

Pagotto (1992) investigou a posição dos clíticos a partir do século XVI até o século XX. Seu *corpus* foi composto de cartas e documentos oficiais. As estruturas examinadas foram as sentenças-raiz (coordenadas ou não) com verbos simples, os grupos verbais, as sentenças infinitivas (preposicionadas ou não) e gerundivas e os verbos precedidos de advérbios e negação.

Com relação às sentenças-raiz, os dados analisados apontam para uma preferência pela próclise até o século XVIII (cerca de 85%). No século XIX, o percentual de ênclise cresce e volta a cair na segunda metade do século XX. Os resultados são surpreendentes tendo em vista que o PB é uma língua proclítica e se espera que haja um continuum em que os padrões encontrados se aproximassem mais do século XIX do que de fases ulteriores da língua.

De acordo com Pagotto (1992), o padrão encontrado nas sentenças-raiz nos textos até o século XVIII não reflete a gramática do PB, dado que os autores do texto ou são portugueses ou têm uma origem desconhecida. Em relação ao século XIX, Pagotto (1992) aventa que os falantes passam a ser sensíveis às pressões normativas e defende que a mudança operada em Portugal atuou socialmente no português escrito no Brasil, impulsionando o uso da ênclise. E somente no século XX, o uso da próclise nos textos escritos revela o padrão proclítico da gramática brasileira.

Outro contexto analisado por Pagotto (1992) foram os grupos verbais (V + infinitivo; V + gerúndio; V + particípio). Até o século XVIII, o clítico subia quase categoricamente até o primeiro verbo e a próclise era majoritária. Essa propriedade foi perdida no PB atual visto que no PB os clíticos perderam a capacidade de subir até o verbo mais alto. O PB também perdeu a capacidade de alçar o verbo para uma posição mais alta, o que resultou no padrão de próclise ao segundo verbo.

Com relação aos casos de interpolação, classificados por Pagotto (1992) como verbos precedidos de negação, do século XVI ao século XVIII o padrão encontrado é aquele em que o clítico precede a negação (cl-Neg-V). Já a partir do século XIX, o clítico sucede a negação, refletindo os usos do PB atual. De acordo com Pagotto (1992), a mudança que gerou o PB é resultado da perda da subida do clítico nos grupos verbais e também da perda de movimento do verbo resultando na queda da próclise à negação e da ênclise em sentenças infinitivas e gerundivas.

Carneiro (2005, p. 19) levanta o seguinte questionamento sobre os resultados apresentados por Pagotto (1992) no que tange às sentenças-raiz: “Se a ênclise majoritária no século XX reflete a imposição da norma portuguesa europeia, e a prevalência da próclise até o século XVII também não corresponde ao PB [...] há dúvidas sobre o momento que o PB seria captado no seu material de pesquisa”.

Desse modo, o estudo de Carneiro (2005) persegue algumas pistas – uma em direção ao PE; outra em direção ao PB – a fim de encontrar evidências da emergência de uma gramática brasileira. A análise dos padrões de ordenação de clíticos feita por Carneiro (2005) tem por base um *corpus* de 500 cartas pessoais, datadas entre 1809-1904, escritas por brasileiros nascidos na Bahia. Os escreventes foram divididos em dois grupos: o primeiro chamado de cultos, composto por nascidos e/ou educados em centros urbanos; e o segundo chamado de semicultos, composto por nascidos/radicados no interior.

A fim de analisar e contrastar os dados obtidos, Carneiro (2005) separa os escreventes em

grupos: nascidos entre 1724 -1799; nascidos entre 1800 - 1850; e, nascidos entre 1851-1880 e datas não identificadas. Os dados encontrados foram contrastados com Pagotto (1992) e Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005). Os contextos analisados foram os *contextos de variação I* e *contexto de variação II* analisados originalmente por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), além da próclise com verbo em posição inicial, grupos verbais e interpolação.

O primeiro contexto analisado por Carneiro (2005) é de próclise com verbo em posição inicial, construção característica do PB. O percentual encontrado é de 5%. Nenhum estudo anterior havia encontrado esse tipo de construção em dados analisados do século XIX. No *contexto de variação I*, os dados encontrados por Carneiro (2005) apontam para um aumento no uso da ênclise, comportamento similar ao encontrado por Pagotto (1992) e por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005). Os resultados descritos no *contexto de variação I* mostrou a competição da gramática entre a gramática do PCI, do PE e do PB.

No *contexto de variação II*, também há uma prevalência da ênclise, com uma pequena queda na segunda metade do século XIX. Carneiro (2005) também analisa as construções com grupos verbais, pois a próclise ao verbo não finito em construções com grupos verbais é característica da gramática do PB. Assim como Pagotto (1992), Carneiro (2005) não encontra dados com próclise ao verbo não finito.

Nos grupos verbais, os resultados gerais encontrados por Carneiro (2005) revelam uma alta taxa de subida de clíticos, porém com os casos de próclise ao verbo principal em praticamente todos os períodos, em maior quantidade entre os semicultos/interior. Nas construções com interpolação, Carneiro (2005) encontra somente dados de interpolação com o *não*.

Olhando agora para o local de nascimento dos escreventes e grau de instrução, Carneiro (2005) observa que a colocação de clíticos é sensível a duas variáveis. Os semicultos exibem mais características do PB em sua escrita como a próclise ao verbo não finito e a próclise em sentenças com o verbo em posição inicial. Os semicultos são também os que usam bastante ênclise em contexto de próclise obrigatória, o que Carneiro (2005) atribui a uma aquisição imperfeita.

A comparação feita por Carneiro (2005) com os dados de outras pesquisas apontou para um processo de competição de três gramáticas, a saber: PCI, PE e PB. A competição entre as gramáticas do PCI, PE e PB é mais visível nas ocorrências de próclise em V1 e na queda de dados de alçamento de clítico nos grupos verbais. Assim como Pagotto (1995), Carneiro (2005) defende que há evidências de que os brasileiros do século XIX tentavam reproduzir as gramáticas portuguesas que lhes serviam de norma.

Martins (2009) também analisou os padrões de ordenação de clíticos. O corpus analisado

foi constituído vinte e quatro peças de teatro escritas por brasileiros nascidos no litoral de Santa Catarina entre os séculos XIX e XX. Para fins de comparação, Martins (2009) também analisou vinte e uma peças de teatro escritas por portugueses nascidos em Lisboa, também no curso dos séculos XIX e XX.

Os contextos analisados por Martins (2009) foram as orações finitas com verbos simples e as estruturas verbais complexas. No que se refere às orações finitas com verbos simples, Martins (2009) encontra uma pequena variação que não parece ser significativa em contextos de variação I e também nos contextos de ênclise ou de próclise categoricas. No contexto de variação I, a taxa de próclise encontrada no século XIX é em média 28,5% e cresce exponencialmente para uma média de 95% no século XX. Já a próclise V1 aparece de forma não recorrente no século XIX e também aumenta gradativamente no século XX.

Os padrões de ordenação de clíticos em estruturas verbais complexas mostram uma queda no uso de construções com alçamento de clíticos e um aumento no uso de construção sem alçamento de clítico com próclise ao verbo não-finito, característica da gramática do PB. As sentenças com interpolação se restringem àquelas com a presença da negação.

Os resultados obtidos por Martins (2009) indicam que a implementação da mudança sintática na sintaxe dos clíticos é um processo gradual. Assim como Carneiro (2005), Martins (2009) defende que os padrões de ordenação de clíticos podem ser interpretados como o reflexo da competição das gramáticas do PCI, do PE e do PB.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, discuti as propriedades nucleares e correlatas do efeito V2. Na primeira seção, apresentei uma caracterização geral do efeito V2. Inicialmente, expus as discussões sobre o efeito V2 nas línguas germânicas, desde os primórdios da discussão, na década de 80. Em seguida, apresentei os fundamentos teóricos para a análise V2 flexível. A análise V2 flexível está associada à presença de uma periferia esquerda cindida em que a falta da restrição linear não deve ser entendida como uma instanciação de uma gramática não-V2, mas como resultado do fato de que vários XPs podem ser atualizados na periferia esquerda de uma língua com um CP cindido.

Como as línguas V2 flexíveis são em grande maioria línguas de sujeito nulo, adoto a proposta de Antonelli (2011) que defende que o traço EPP de Fin é satisfeito não com o movimento de XP para a posição de SpecFinP, mas sim pelo movimento de verbo para o núcleo

de Fin. Outra questão levantada é de que o fronteamto de XP nas línguas V2 flexíveis é motivado por questões discursivas e não apenas por traços formais. Isto dito, apresentei e adoto a análise de Galves e Paixão de Sousa (2017).

Num segundo momento, apresentei as discussões sobre o efeito V2 nas línguas românicas medievais. Como proposto por Benincà (1984), as línguas românicas exibem um comportamento similar as línguas V2 modernas, exceto por algumas características particulares como a ocorrência de sujeitos nulos e a sintaxe de colocação de clíticos. Discuti essas características idiossincráticas.

Num terceiro momento, trouxe o estado da arte do efeito V2 no português: sobre o PA retrato as pesquisas de Ribeiro (1995) e Medeiros (2018); para o PCI os trabalhos de Torres Morais (1995), Gibrail (2010), Antonelli (2011), Galves e Gibrail (2018) e Galves (2020). Com base nesses estudos, observo que, em todas as pesquisas, defende-se que o verbo finito se move para a periferia esquerda da sentença. Por isso, apresento a proposta de periferia esquerda do PCI de Galves (2020) que servirá de base para a análise que adoto nesta tese.

São relatadas também uma série de propriedades correlatas no PCI e uma delas é a sintaxe da colocação de clíticos. Desse modo, discuto os trabalhos de Paixão de Sousa (2004), Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) pois os contextos de variação propostos e analisados pelas pesquisadoras apontam que o PCI passou por uma mudança sintática que estaria na origem do PE moderno no século XVIII.

Por fim, apresento brevemente os estudos sobre o PB no que tange à ordem e à colocação de clíticos. Tais estudos servirão de base comparativa para a análise que irei desenvolver no capítulo 07.

4 A EMERGÊNCIA DO PB E OS ARGUMENTOS NULOS

No capítulo anterior, vimos que as propriedades nucleares das línguas V2 interagem com uma série de propriedades presentes nas línguas românicas medievais. Uma dessas propriedades é a presença de argumentos nulos na posição de sujeito das sentenças. As línguas românicas medievais além de serem analisadas como línguas V2, também apresentam a propriedade de poder omitir foneticamente o sujeito das sentenças finitas. Nessas línguas, não há um elemento nominal que realize abertamente a função de sujeito. Tais línguas são chamadas de línguas de sujeito nulo (LSNs).

O parâmetro do sujeito nulo, proposto nos anos de 1980, deriva da ideia de que as sentenças em todas as línguas têm sujeito, ou seja, as línguas que aparentemente não têm sujeitos, têm versões nulas. A partir do atributo dos argumentos nulos nas línguas românicas medievais, discuto, neste capítulo, o fenômeno do sujeito nulo considerando as propriedades sintáticas apresentadas na literatura ligada ao fenômeno. O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 4.1, examino como o parâmetro do sujeito nulo foi reanalisado dentro do quadro minimalista, a partir de uma reconfiguração da noção de parâmetro amparado na conjectura Borer-Chomsky. Na seção 4.2, apresento a classificação das línguas segundo o parâmetro do sujeito nulo, seguindo Roberts e Holmberg (2010) e exploro a hipótese de que o núcleo funcional que carrega a concordância do sujeito possui o status de um afixo pronominal em V alçado a T (BARBOSA, 1995; ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998; ORDÓÑEZ; TREVIÑO, 1999), entre outros, para as línguas de sujeito nulo consistentes e a hipótese de Barbosa (2019) para as línguas de sujeito nulo parciais. Em 4.3 apresento uma visão geral dos estudos sobre os argumentos nulos no PB, a fim de identificar as propriedades sintáticas que estão na base da emergência da gramática do PB.

4.1 O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO QUADRO MINIMALISTA: A CONJECTURA BORER-CHOMSKY

O Parâmetro do sujeito nulo (PSN) é um importante componente da recente teorização no âmbito da gramática gerativa e tenta fornecer uma análise unificada para a observação de que as sentenças exigem obrigatoriamente a realização fonética dos sujeitos em algumas línguas, como inglês, alemão e holandês, mas não em outras como espanhol, italiano, português.

- (1) a. _ Comprero una macchina [italiano]
 b. _ Comprarei uma máquina [português]
 c. _ Compraré una máquina [espanhol]
- (2) a. I will buy a machine [inglês]
 b. Ich werde eine maschine kaufen [alemão]
 c. Ik koop een machine [holandês]

A formulação clássica do PSN foi apresentada por Rizzi (1982), porém as análises no quadro da Teoria de Regência e Ligação já vinham sendo desenvolvidas. Rizzi (1982) atrelou três propriedades, extração de uma sentença encaixada, propriedades de inversão ausência do filtro that-t, à ocorrência do PSN, ou seja, quando as três propriedades coocorrem, o parâmetro é definido como “nulo”.

- (3) Extração
- a. La mujer [_{CP} OP_i [_{IP} I+V [_{CP} quien cree [_{CP} que [_{IP} t_i no venga]]]]]
- b. *This is the woman that I wonder who believes might come.
- (4) Inversão livre
- a. È arrivato Gianni [italiano]¹
- b. *has arrived Jonh
- c. *est arrive Jonh
- (5) Ausência do filtro that-t
- a. Chi_icredi [che t_i partirà?] [italiano]
- b. *Who_i do you think [that t_i will leave?] [inglês]

Além das propriedades elencadas acima, a riqueza da flexão verbal também foi apontada como uma propriedade das línguas de sujeito nulo. De acordo com Rizzi (1982), um INFL rico tem um status pronominal. Para o sujeito nulo ser licenciado, é necessário que seja regido por um núcleo [+ pronominal] e [+ referencial].

- (6) a. INFL pode ser especificado [+ pronominal]
 b. INFL que é [+ pronominal] pode ser referencial.

¹ Em italiano, quando um sujeito é realizado na posição pós-verbal (inversão livre), geralmente obtém uma leitura de foco (ver Belletti, 2004), além disso, a inversão livre é permitida em todas as classes de verbos e em todos os tipos de sujeitos.

Somente um INFL pronominal pode licenciar um sujeito nulo (RIZZI, 1982, p. 143).

(6a) distingue as línguas de sujeitos nulos e as línguas de sujeito preenchido, enquanto (6b) distingue as línguas que permitem todos os tipos de sujeitos nulos referenciais e não referenciais, e aquelas que permitem apenas sujeitos nulos não referenciais.

Em sua primeira versão, o PSN mostrava-se bastante elegante do ponto de vista teórico, pois agrupava, a partir dos traços [+ pronominal] e [+ referencial], as línguas que exibiam ou não sujeitos nulos. Porém, a limitação dessa marcação binária deu origem a uma série de discussões tanto do ponto de vista empírico-descritivo quanto do ponto de vista teórico. Por isso, Rizzi reformulou o PSN.

Rizzi (1986) propôs a presença de um pronome nulo *pro*², licenciado por INFL. *Pro* é um pronome não pronunciado e tem todas as características de um sujeito com DP completo, mesmo sendo foneticamente vazio. Se o INFL for pronominal, *pro* é licenciado. A formulação do PSN é expressa abaixo:

- (7) Licenciamento: *pro* tem seu caso marcado por X^0y , sendo y parametrizado.
Identificação: *pro* herda os traços- φ de X^0y (se este tiver traços- φ ; se não, *pro* tem uma interpretação *default*, normalmente arbitrária).

(RIZZI, 1986, p. 518-523 apud HOLMBERG, 2010, p. 536)

A formulação em (7) difere da formulação em (6) na medida em que generaliza o parâmetro para outros tipos de argumentos nulos que não o sujeito, exclui os traços [+ pronominal] e [+ referencial], dando lugar a uma propriedade parametrizada não específica (y) e inclui *pro* arbitrário e *pro* genérico na esfera do PSN. Os ingredientes básicos do PSN, formulados por Rizzi (1986) foram amplamente adotados e geraram frutíferos debates.

Mesmo com o rigor teórico expresso em (7), as críticas feitas à teoria paramétrica apontavam para as previsões muito fortes e para a dificuldade de generalização quando línguas tipológica e geneticamente diferentes foram comparadas, como foi feito por Gilligan (1987). Outro problema apontado foi a proliferação de parâmetros como dispositivo descritivo, o que levou ao questionamento de quantos parâmetros existem e as implicações de como um

² Chomsky (1982) introduz a categoria vazia *pro* correspondente a um pronome aberto, ou seja, uma não-anáfora pronominal. Chomsky (1982) também aponta que *pro* só pode aparecer na posição de sujeito em línguas com morfologia verbal rica, como o italiano. AGR, em línguas de sujeito nulo, atua como um identificador de *pro* em [NP, IP], já em línguas de sujeito obrigatório, como o inglês, AGR não possuiria essa propriedade.

número enorme de parâmetros afeta a aquisição da linguagem (NEWMeyer, 2004; ROBERTS; HOLMBERG, 2010).

Apesar do ganho teórico trazido pela abordagem de Princípios e Parâmetros, a ausência de restrições para a postulação de um parâmetro reduziu o poder explicativo da teoria, pois levou a um número indefinido de parâmetros.

Assim, no Programa Minimalista, a visão do que varia e também a noção de parâmetro foi modificada a fim de se ajustar às alterações na arquitetura da gramática. Isto posto, o tratamento dado à variação do âmbito do Programa Minimalista está ligada à proposta de Baker (2008) que reformula o conceito de parâmetros a partir da “conjectura Borer-Chomsky”:

(8) A conjectura Borer-Chomsky

Todos os parâmetros de variação são atribuíveis às diferenças nos traços de itens específicos (por exemplo, os núcleos funcionais) no léxico (BAKER, 2008, p. 3).

O PSN, nosso objeto de investigação, por exemplo, em sua formulação original (RIZZI, 1982), é delineado a partir de um agrupamento de propriedades sintáticas muito amplas: (a) ter pronomes resumptivos nulos, (b) ter inversão livre em frases simples, (c) disponibilidade de movimento-QU longo dos sujeitos, (e) disponibilidade de pronomes resumptivos nulos em sentenças encaixadas e (f) presença de complementadores abertos em contextos that-trace (RIZZI, 1982, entre outros), além, claro da propriedade morfossintática da riqueza da flexão verbal.

Nessa formulação, para que uma língua fosse classificada como língua de sujeito nulo, todas essas propriedades elencadas acima deveriam estar presentes ao mesmo tempo, sem exceção. Com a abordagem microparamétrica, o agrupamento de traços correlacionados a determinado fenômeno tem uma cobertura empírica mais ampla, pois supõe-se que se um traço formal tem um certo valor em um núcleo-chave, e esse valor é compartilhado com os outros núcleos similares. Isso é o que Roberts e Holmberg (2010, p. 41) chamam de Generalização do input.

(9) Generalização do input

Se os aprendizes atribuírem um valor marcado a H, eles atribuirão o mesmo valor a todos os núcleos comparáveis.

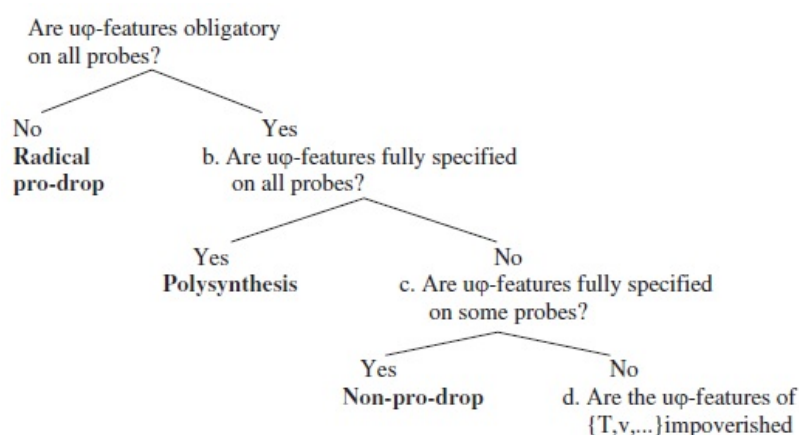
A abordagem microparamétrica possibilita maior flexibilidade do que a abordagem

paramétrica no quadro da GB, não apenas porque permite desvios do padrão, mas também porque os microparâmetros são independentes, e vinculados a traços únicos segundo (D’ALESSANDRO, 2015). Além disso, permite efeitos de opacização, o que significa que uma configuração paramétrica pode ser superada por outra.

Como a abordagem de microparâmetros, então, poderia ser aplicada ao PSN? Uma grande questão apontada pelo PSN tal como proposto por Rizzi (1982;1986) é o fato de que as línguas apresentam diferenças no que tange à riqueza da flexão verbal. Esse argumento, apesar de não capturar totalmente o fenômeno do sujeito nulo, é a propriedade principal que distingue as línguas *pro-drop* e as línguas não *pro-drop* e está diretamente relacionado aos traços- φ .

A riqueza da flexão verbal estaria diretamente associada a alguns tipos de línguas de sujeito nulo, enquanto sua ausência e até mesmo a noção de empobrecimento estaria atrelada a outros tipos de línguas. Assim sendo, Roberts e Holmberg (2010) propõem a hierarquia de parâmetros em (10), como consequência direta do status diferente dos traços- φ (se opcionais, obrigatórias, etc.) nas sondas, o que se reflete na morfologia de concordância.

(10)



Fonte: Roberts (2019, p. 225 (adaptado))

A hierarquia em (10) evidencia as diferenças entre as línguas. Se o primeiro valor “Os traços- φ não interpretáveis são obrigatórios em todas as sondas?” é marcado com negativo, temos as línguas *pro-drop* radical, como o chinês. Se o segundo valor “Os traços- φ não interpretáveis estão totalmente especificados em todas as sondas?” é marcado como verdadeiro, temos sistemas polissintéticos. Se o terceiro valor “Os traços- φ não interpretáveis estão totalmente especificados em algumas sondas?” for marcado como verdadeiro, temos línguas não *pro-drop* como o inglês. E finalmente, o quarto valor depende claramente da marcação positiva ou negativa para os traços

de T ou de *v*. Um valor negativo para T e um valor positivo para *v* gera sistemas *pro-drop* consistentes como o italiano.

A morfologia de concordância é vista como central para o licenciamento do sujeito nulo em muitas análises, pois algumas hipóteses consideram que a morfologia de concordância é um elemento pronominal e como tal substitutivo da categoria vazia *pro* (BARBOSA, 1995; ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998; ORDÓÑEZ; TREVIÑO, 1999; BARBOSA, 2019, entre outros). Segundo esta hipótese, a riqueza morfológica pode satisfazer o requisito estrutural de que todas as sentenças têm um sujeito, o chamado Princípio de Projeção Estendido.

No entanto, os sujeitos nulos não são restritos às línguas com morfologia de concordância rica. Também é possível encontrar sujeitos nulos em línguas com concordância “pobre”, como o finlandês ou inexistente, como o chinês. Para acomodar os dados de línguas como o chinês, por exemplo, foi proposto que os sujeitos nulos são identificados por meio de um tópico antecedente ou um tópico nulo (discuto esse tipo de língua na subseção 3.2.4). As abordagens mais atuais para sujeitos nulos, portanto, propõem que tanto a concordância quanto a presença de um antecedente no contexto discursivo desempenhem um papel importante na identificação dos sujeitos nulos. Veremos isso ao longo das próximas subseções.

Outro elemento importante é o *status* de *pro*. Holmberg (2005) apontou que a identificação de *pro* proposta por Rizzi (1986), não pode ser mantida no Programa Minimalista. Na teoria de Regência e Ligação, *pro* é um elemento nominal vazio sem propriedades de traços categoriais inerentes, cujos traços são fornecidos por Agr/Infl ou por um clítico. No Programa Minimalista, pressupõe-se que os traços em T são não interpretáveis, o que implica que a categoria nula *pro* não pode ser analisada como um nominal vazio não especificado para traços- φ , porque essa análise não explicaria como a categoria nula é interpretada, uma vez que Agr/Infl não fornece traços para *pro*.

Holmberg (2005) propõe uma alternativa à análise de Rizzi. Segundo Holmberg (2005), a categoria nula é um pronome com traços interpretáveis (especificada para os traços- φ), entra na derivação como ΦP , ocupa a posição SpecTP e funciona como um pronome aberto fraco, que pode ser excluído em PF.

Outra alternativa, proposta por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), Barbosa (2006), entre outros, adota que não existe *pro* em línguas de sujeitos nulos, ou seja, os traços em Agr/I são interpretáveis e expressos fonologicamente como um afixo verbal com os mesmos traços que um pronome definido referencial. Portanto, não há necessidade de postular uma categoria vazia porque os traços são fornecidos pelo Agr/I.

Uma terceira abordagem, originalmente apresentada para as línguas de sujeitos nulo discursivo (HUANG, 1984; TOMIOKA, 2003; SAITO, 2007, entre outros), analisa construções de sujeito nulo como casos de elipse de argumento. Essa abordagem vincula a disponibilidade de sujeitos nulos às propriedades independentes dos substantivos nas várias línguas que favorecem as elipses de argumentos.

Na próxima seção, apresento as propriedades sintáticas de cada um dos tipos de línguas de sujeito nulo (LSNs), dando destaque às abordagens de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) e Barbosa (2006;2019) para as línguas de sujeito nulo consistente e Holmberg (2010) para as línguas de sujeito nulo parcial a fim de fornecer subsídios para explicar as mudanças ocorridas no PCI que levaram à emergência do PB.

4.2 CLASSIFICANDO AS LÍNGUAS DE SUJEITO NULO (LSNS)

Roberts e Holmberg (2010) apresentam uma tipologia das línguas de sujeito nulo. Como anunciado brevemente em (10), as LSNs se subdividem em: LSNs consistentes (italiano etc.), LSNs parciais (finlandês etc.), LSNs expletivos (holandês, etc.) e LSNs discursivos ou radicais (japonês etc.). As próximas quatro subseções são dedicadas a mostrar como esses tipos são caracterizados. Discuto, especificamente, os dois primeiros tipos de língua, tendo em vista que as mudanças de uma gramática de sujeito nulo consistente para uma gramática de sujeito parcial estão na base da emergência de uma gramática brasileira. As análises sobre o PB serão apresentadas na seção 4.3. Começo aqui com LSNs consistentes.

4.2.1 As línguas de sujeito nulo consistentes

As LSNs consistentes foram o grupo de línguas mais discutidas e analisadas no quadro da Gramática Gerativa. As propriedades inicialmente reportadas por Rizzi (1982; 1986), entre outros, como a riqueza da morfologia verbal, propriedades de inversão, etc. são ainda hoje características desse grupo de línguas.

Roberts (2019) considera cinco propriedades que identificam uma LSN consistente: (i) a possibilidade de omitir o pronome do sujeito definido com qualquer combinação de pessoa e de número em qualquer tempo verbal; (ii) a flexão de concordância “rica” no verbo; (iii) a restrição na interpretação definida dos sujeitos nulos na 3ª pessoa do singular; (iv) a conformidade com a proposta de Rizzi-Chomsky³; e, (vi) a diferença na interpretação entre sujeito nulo e sujeito

³ A proposta Rizzi-Chomsky prevê as seguintes propriedades vinculadas às LSN: (a) Possibilidade de um sujeito

realizado.

A possibilidade de omitir o pronome do sujeito definido com qualquer combinação de pessoa e de número em qualquer tempo verbal foi considerada, durante muito tempo, a propriedade básica que caracteriza as NSLs em geral (RIZZI, 1982, 1986; CHOMSKY, 1982). Porém, essa propriedade é válida apenas para as LSNs consistentes.

A morfologia de concordância rica, segundo cada uma das seis pessoas verbais tem combinações de número associado a um único afixo, foi também uma das primeiras propriedades apontadas para o licenciamento da omissão do sujeito, como em (11):

- (11) a. (Io) compr-o
 b. (Tu) compr-i
 c. (Lui/lei) compr-a
 d. (Noi) compri-a-mo
 e. (Voi) compr-a-te
 f. (Loro) Compr-a-no,

A restrição na interpretação definida dos sujeitos nulos na 3ª pessoa do singular é uma importante propriedade para distinguir as LSNs consistentes das LSNs parciais. Nas LSNs consistentes, a interpretação definitiva é o padrão quando o pronome não é realizado. Para que a leitura seja indefinida, é necessário a presença de um pronome clítico de 3ª pessoa marcadamente aberto, como em (12).

- (12) a. É assim que se faz o bolo [PE]
 b. É assim que faz o bolo [*PE/ PB]

Galves (1983, 1987) foi quem primeiro notou essa diferença entre o PB e o PE. A leitura impessoal só é possível no PE, caso o clítico se esteja presente, caso contrário, só é possível fazer a leitura definida. Nas LSNs consistentes, há também uma diferença na interpretação entre sujeito nulo e sujeito realizado.

Algumas das propriedades listadas acima vêm sendo discutidas desde a proposição do PSN. Porém, apenas caracterizar as propriedades atreladas ao PSN não é o suficiente. No âmbito da Teoria da Gramática é preciso também ofertar uma explicação em termos de requisito estrutural. Desde meados dos anos 90, um grande número de pesquisadores tem se dedicado

silencioso; (b) referencial e definido de sentenças finitas; (c) Inversão livre do sujeito; (d) A aparente ausência de efeitos that-t; (e) Flexão de concordância rica em verbos finitos.

a propor análises alternativas à proposta de Rizzi-Chomsky visto que a proposta esta proposta não era compatível com o sistema de checagem/valoração proposto por Chomsky (1995; 2001; 2008).

Desde então, o papel de *pro* nas LSNs tem sido reavaliado, inclusive, porque, os princípios que o regiam (Princípio das Categorias Vazias e Princípio de Projeção Estendido) foram abandonados⁴.

Assim, os caminhos para explicar a existência do sujeito nulo vão desde a pressuposição de que sujeitos pronominais são versões apagadas de pronomes abertos (ROBERTS, 2010, entre outros) até o entendimento de que as propriedades flexionais do verbo podem ser pronominais, portanto podem satisfazer o EPP (ALEXIADOU E ANAGNOSTOPOULOU, 1998; BARBOSA, 1995; 2019, entre outros), passando pela hipótese de que *pro* carrega um traço que pode satisfazer o EPP no núcleo de T.

O debate crucial em relação ao papel de *pro* segue, então, por dois caminhos: há uma categoria específica que satisfaz certos requisitos sintáticos ou estes requerimentos são satisfeitos por um traço em uma categoria flexional ou verbal? Isso pode ser mais bem compreendido a partir da Hipótese A e Hipótese B levantada por Holmberg (2005).

Hypothesis A: There is no *pro* at all in null-subject constructions. Instead Agr, the set of φ -features of I, is itself interpretable; Agr is a referential, definite pronoun, albeit a pronoun phonologically expressed as an affix. As such, Agr is also assigned a subject theta-role, possibly by virtue of heading a chain where the foot of the chain is in vP, receiving the relevant theta-role⁵.

Hypothesis B: The null subject is specified for interpretable φ -features, values the uninterpretable features of Agr, and moves to specIP, just like any other subject. This implies that the nullness is a phonological matter: The null subject is a pronoun which is not pronounced⁶.

Vou explorar cada uma das hipóteses apresentadas por Holmberg (2005). A Hipótese A foi desenvolvida por diversos pesquisadores (ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998; BARBOSA, 2006; ANTONELLI, 2014, etc.) e pressupõe que a concordância morfológica do verbo é pronominal. Sendo assim, possui um traço D capaz de satisfazer o EPP via T-v-V. Isso

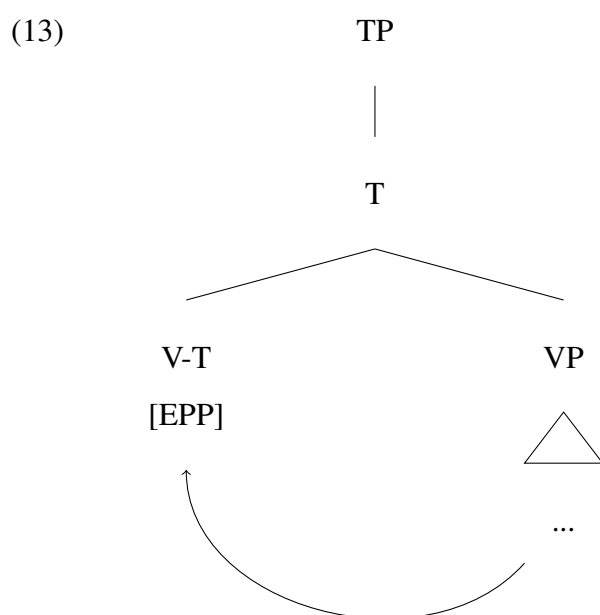
⁴ O Princípio de Projeção Estendido foi transformado em “traço”, uma de reintegrá-lo ao quadro minimalista, porém de modo menos específico, visto que não diz mais respeito especificamente ao sujeito.

⁵ Hipótese A: Não há nenhum *pro* nas sentenças de sujeitos nulos. Em vez disso, Agr, o conjunto de traços- φ de I, é ele mesmo interpretável; Agr é um pronome referencial, definido, embora um pronome fonologicamente expresso como um afixo. Como tal, Agr também recebe um papel temático sujeito, possivelmente em virtude de encabeçar uma cadeia em que o pé da cadeia está em vP, recebendo o papel temático pertinente.

⁶ Hipótese B: O sujeito nulo é especificado pelos traços interpretáveis, valorando os traços não interpretáveis de Agr e se move para specIP, como qualquer outro sujeito. Isso implica que a nulidade é uma questão fonológica: o sujeito nulo é um pronome que não é pronunciado.

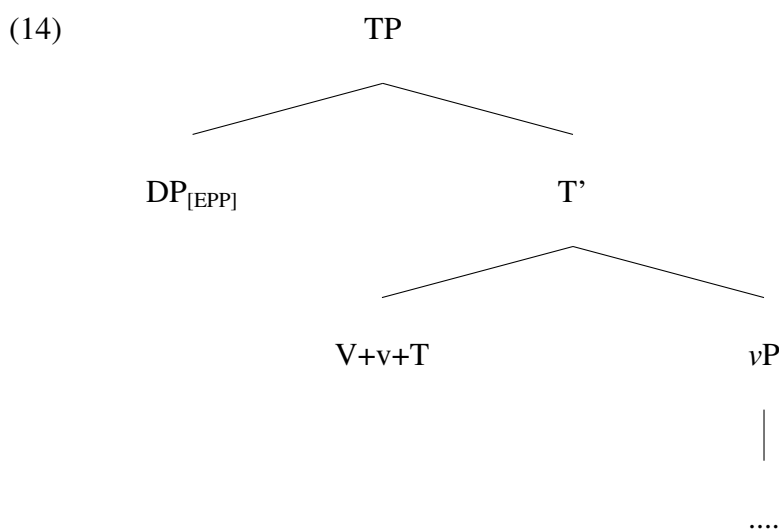
implica que não há movimento de nenhuma categoria vazia para a posição pré-verbal e que a posição do sujeito está à direita do verbo. AGR/INFL é pronominal e, portanto, interpretável.

Uma das primeiras propostas sobre o PSN na perspectiva minimalista foi desenvolvida por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998). Nessa visão, a morfologia de concordância inclui um elemento nominal que contém traços- φ interpretáveis. Por isso, a morfologia de concordância tem o mesmo status que um pronome, ou seja, as flexões do verbo são pronominais e fundamentais para a checagem do EPP.



O traço EPP é universal e formalizado como um traço D(eterminante) [+ d] presente em T que precisa ser checado. Em (13), o movimento do VP para T serve para satisfazer o EPP. Nessa abordagem, a morfologia de concordância pode ser de dois tipos: forte e fraca. Na concordância forte, os afixos são listados como entradas especificadas no léxico e estão disponíveis para o componente computacional. Esses elementos são pronominais e possuem um traço [+ d] que pode checar o EPP, com o movimento dos afixos para T, como em (13). Línguas como o grego e o espanhol, por exemplo, teriam concordância forte.

Na concordância fraca, os afixos não têm entradas separadas no léxico e são inseridos nas derivações como parte de seus hospedeiros. Como não possuem entradas lexicais próprias, os afixos não têm traços categoriais. Nessas línguas, o verbo não possui traço [+ D] em I e o traço EPP deve ser checado por um DP, alçado para o SpecIP, como em (14).



Na proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), os afixos podem ser concatenados com a raiz no estágio inicial da derivação e, em seguida, o complexo verbal se move para satisfazer o EPP ou podem ser concatenado diretamente em Agr^o, e quando o verbo se move para Agr^o, Agr^o será projetado. Sob essa visão, a morfologia da concordância no verbo substitui pro referencial.

Barbosa (2009) também apresenta evidências que reforçam as propostas anteriores de que não há nenhum traço EPP direcionado ao movimento do sujeito para a posição pré-verbal nas NSLs consistente. Tal propriedade distingue uma LSN consistente não apenas daquelas que não apresentam sujeito nulo, mas também das LSNs parciais que discutirei na próxima seção.

As evidências apresentadas por Barbosa (2009) partem da comparação entre o PB e o PE, a primeira considerada LSN parcial e a segunda, uma LSN consistente. Baseando-se na proposta de Pesetsky e Torrego (2004)⁷, Barbosa (2009) propõe que os traços- φ presentes em T, nas LSNs consistente, são não-interpretáveis e valorados e atuam como sonda, ativando *Agree*⁸.

Seguindo Roberts (2006), Barbosa (2009) adota a ideia de que *pro* é um $\Phi^{\min/\max}$ que se cliticiza a T. $\Phi^{\min/\max}$ é despido de traços fonológicos, o que gera um sujeito nulo. Uma consequência importante dessa proposta é que o processo de cliticização, desencadeado por *Agree* é incompatível com um traço EPP na sonda.

⁷ Pesetsky e Torrego (2004) defendem que a valoração e a interpretabilidade dos traços são conceitos independentes, ou seja, os traços podem interpretáveis e não-interpretáveis podem ser tanto valorados quanto não valorados.

⁸ *Agree*, versão de compartilhamento de traços de Pesetsky e Torrego (2004): (i) Um traço não valorado F (uma sonda) em um núcleo H no local sintático α ($F\alpha$) realiza uma varredura em seu domínio de c-comando para outra instância de F (um alvo) no local β ($F\beta$) com o qual concorda; (ii) Substitua $F\alpha$ por $F\beta$, para que o mesmo traço esteja presente nos dois locais.

- (15) a. [[T Tns_[Pers:a, Num:b]] [V/VP *phi*^{min/max}_[Pers:a, Num:b]]]
 b. [[T Tns_[Pers:a, Num:b]] [V/VP *phi*^{min/max}_[Pers:a, Num:b]]]

Os traços não interpretáveis e valorizados do Tns atuam como sonda, ativando *Agree* com $\Phi^{\text{min/max}}$, como em (15). Como o conteúdo do alvo é esgotado pela operação *Match*, a redução da cadeia se aplica ao componente fonológico, produzindo os efeitos do movimento. $\Phi^{\text{min/max}}$ é despido de seus traços fonológicos, gerando um sujeito nulo, em (15). Consequentemente, o sujeito nulo encontrado em NSLs consistentes é de um tipo diferente daquele encontrado em LSNs parcial, como PB ou finlandês. Discutirei esta afirmação na próxima subseção.

Embora as implementações específicas desta proposta variem, todas elas têm uma característica-chave em comum: o núcleo funcional produzindo a concordância de sujeito tem uma especificação nominal (um traço D), traços- φ interpretáveis/valorados, provavelmente também traço de Caso, no sentido de que possui o status de um afixo pronominal em V alçado a T. Essa é a abordagem que tomo na análise dos dados no Capítulo 6.

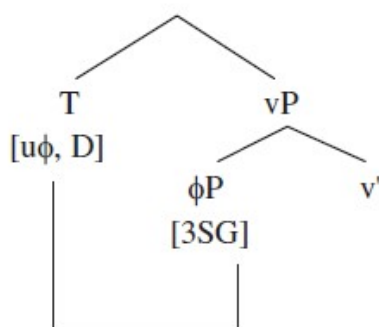
Uma inferência dessa hipótese é que os sujeitos pré-verbais (não quantificados/não focalizados) são tópicos deslocados à esquerda do clítico. Barbosa (1995), assim como Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), Ordoñez e Trevino (1999), discutem várias diferenças entre as LSNs consistentes e os outros tipos de LSN em relação aos sujeitos pré-verbais, pois diz respeito às interações de escopo entre sujeitos pré-verbais e quantificadores dentro da oração, assimetrias entre sujeitos quantificados referenciais e não referenciais em relação a vários fenômenos sintáticos e restrições à interpretação de pronomes.

Voltando à análise de Holmberg (2005), a hipótese B pressupõe a existência de um pronome nulo *pro* que se move para SpecTP para satisfazer o traço EPP de T. O pronome nulo *pro* se comporta como um pronome aberto em todos os aspectos, exceto na realização fonológica. A existência de *pro* como uma categoria independente traz uma série de problemas a teoria, pois não há categorias vazias (nulas) especificadas no léxico. Dessa forma, supõe-se que as categorias vazias sejam cópias apagadas de categorias abertas, ou seja, *pro* é o resultado do apagamento de um pronome aberto.

Holmberg (2010) aponta que, nas línguas de sujeito nulo consistentes, T hospeda um traço D não interpretável ($[\mu D]$). T finito tem um conjunto de traços- φ não interpretáveis e, portanto, procura uma categoria com traços de valor correspondente. Se o sujeito é um DP lexical ou um pronome D, o traço $[\mu D]$ de T será valorado pelo traço D do sujeito. Caso o sujeito da sentença seja um elemento nulo, este se comporta como um φ Ps, um pronome fraco,

com traços- φ especificados, mas sem traço D. Por sua natureza, os φ Ps se incorporam a T. A incorporação seria um efeito direto de *Agree* (no sentido de Chomsky (2000)).

(16)



Em (16), T e φ P formam uma cadeia e, posteriormente a redução da cadeia se aplica. T é o membro mais alto da cadeia de sujeitos e, como tal, é pronunciado como um afixo no verbo finito, enquanto a cópia no SpecvP não é pronunciada, pois pelo processo de redução de cadeia, a parte mais baixa da cadeia é apagada. A cadeia possui um traço $[\mu D]$ fornecido por T. Esse traço recebe um valor, que tem o efeito de checar o EPP. O resultado é uma sentença definida de sujeito nulo, como em (17).

- (17) a. Ha comprato una macchina nuova [Italiano]
 b. [CP <DP1> [TP ha+T_[DP1, 3SG, EPP] [vP < φ P_[3SG, NOM]> comprato . . .]]]
 Comprou um carro novo (adaptado de HOLMBERG, 2010, p. 105)

A proposta de Holmberg (2010) também defende a existência de um antecedente para os sujeitos nulos, do tipo *Aboutness shift topic* (tópico temático) gerado na base, no domínio C da sentença que contém o sujeito nulo. Holmberg (2010) considera que um tópico temático é sempre representado sintaticamente no domínio C, de forma aberta ou coberta. Assim, o índice referencial do sujeito nulo, em última análise, provém do índice de um DP explicitado no discurso anterior, como em (18).

- (18) a. [CP <Gianni₁> [questa mattina Gianni₁ ha visitato la mostra]].
 b. [CP < \emptyset ₂> [più tardi ha φ P₂ visitato la mostra]]
 1=2

Se não houver tópico temático nulo no domínio C, um pronome sujeito deve ser um DP com seu próprio índice, que não será incorporado e, portanto, será normalmente atraído pelo EPP para o SpecTP, onde será ser pronunciado.

Com relação aos sujeitos nulos de 1ª e 2ª pessoa, Holmberg (2010) defende que estes estão sempre disponíveis como antecedentes locais. Os sujeitos nulos de 3ª pessoa são interpretados como definido se forem concatenados no domínio de T cujo traço $[\mu D]$ é valorado por um tópico temático e a partir daí é incorporado em T. Quando nenhum tópico temático é introduzido na derivação, o traço $[\mu D]$ é deixado sem valoração, o que faz com que a derivação não convirja.

O sujeito nulo em LSNs consistentes é um pronome fraco, do tipo φ Ps que precisa entrar em uma relação de Agree com um T contendo D para ser interpretado como definido. Holmberg (2010) conclui que, os sujeitos nulos em LSNs consistentes são como pronomes regulares e sua nulidade é uma questão de PF.

Roberts (2010; 2019) também apresenta evidências de que existe uma categoria vazia pronominal, *pro*, em línguas de sujeito nulo consistentes. A essência é que o sujeito nulo se incorpora ao núcleo T. O sujeito nulo é um $DP_{min/max}$, um pronome fraco, um DP que deve aparecer na posição de especificador e que é apagado quando T tem um traço D.

pro é apagado pois apresenta propriedades de alvo defectivo. Um alvo é defectivo em relação a uma sonda se os traços formais do alvo são (adequadamente) incluídos nos traços formais da sonda. Nesses termos, Roberts (2010; 2019) explica a incorporação de sujeitos nulos nas LSNs consistentes postulando que os traços formais do sujeito nulo estão incluídos nos traços formais de T. T possui traços- φ e, nas LSNs consistentes possui um traço D. Portanto, temos a situação esquematizada em (19) :

$$(19) \quad T[\varphi, D] \dots pro[\varphi, D]$$

A incorporação de *pro* gera um elemento fonologicamente nulo na posição de sujeito, apagado em PF segundo a teoria de linearização cadeias de Nunes (2004). O processo de formação e redução de cadeias são a chave para explicar a incorporação de *pro*. Os valores dos traços- φ de *pro* são copiados pelos traços- φ da sonda T. Isso cria uma relação de subconjunto adequada entre os traços de T e os de *pro*, o que torna o alvo defectivo, dando origem a uma cadeia. A derivação de uma sentença com sujeito nulo seria a seguinte:

$$(20) \quad \begin{array}{l} \text{a. } [TP \ T_{\langle T, \mu D, \mu \varphi \rangle} \ [_{VP} \ D_{\langle D, \varphi[3SG] \rangle} \ v \ \dots \]] \\ \text{b. } [TP \ T_{\langle T, D, \varphi[3SG] \rangle} \ [_{VP} \ D_{\langle D, \varphi[3SG] \rangle} \ v \ \dots \]] \text{ (via Agree e redução de cadeia)} \end{array}$$

$$c. \quad [{}_{TP} D_{\langle D, \varphi[3SG] \rangle} T_{\langle D, \varphi[3SG] \rangle} [{}_{vP} t v \dots]]$$

Em (20), D é um alvo defectivo, pois seus traços são incorporados pelos traços da sonda T. Depois que Agree cria a cadeia (T, $D_{\min/\max}$), a redução da cadeia se aplica de acordo com o axioma da linearização de cadeias e a parte mais baixa da cadeia ($D_{\min/\max}$) é apagada. Nessa implementação, é crucial supor que T possui um traço D, pois $D_{\min/\max}$ não seria um alvo defectivo se T não tivesse o traço D. Os DPs completos não incorporam, pois possuem traços formais que T não possui, principalmente caso.

Roberts (2010; 2019) liga a concordância morfológica rica às características das LSNs consistentes. T só pode ter um traço D se nenhum de seus traços- φ tiver sofrido empobrecimento da morfologia de concordância verbal, para isso adota a análise de que, se o sistema T finito sofre sincretismo em uma língua, ele não terá a capacidade de hospedar sujeitos nulos nessa língua.

Roberts (2010; 2019) relaciona isso com a suposição de que D estar em T é uma condição necessária para o licenciamento de sujeitos nulos, argumentando que uma vez que o sincretismo se aplica a T, T perde a capacidade de ter um traço D. Isso estabelece a conexão entre sujeitos nulos e uma concordância verbal rica, visto que os traços- φ não empobrecidos podem ser realizados por itens distintos do léxico, enquanto os traços- φ empobrecidos não podem.

4.2.2 As línguas de sujeito nulo parciais

As LSNs parciais foram as primeiras a serem sistematicamente diferenciadas das LSNs consistentes. Essas línguas permitem um sujeito silencioso, referencial e definido em um número restrito de contextos sintáticos ou sob certas condições que nem sempre são fáceis de definir. Nesta subseção, resumo as restrições mais comuns às LSNs parciais e discuto como as características analisadas se encaixam na tipologia de línguas de sujeitos nulos.

Holmberg (2005; 2010), entre outros, identificaram várias propriedades que caracterizam as LSNs parciais: (i) restrições à omissão de um pronome de sujeito definido, especialmente terceira pessoa em orações matricizes; (ii) flexão de concordância empobrecida; (iii) sujeitos nulos em sentenças com a 3ª pessoa têm uma interpretação genérica sem a necessidade de um marcador especial; (iv) ausência de inversão livre; (v) ausência de diferenças interpretativas entre sujeitos nulos e sujeitos realizados. Cada uma das propriedades listadas acima contrasta com as propriedades das LSNs consistentes.

As duas LSNs parciais mais bem estudadas são o finlandês e o PB⁹. Outras LSNs parciais são marathi e russo. As LSNs parciais apresentam restrições em várias dimensões, dentre as quais estão a expressão de pessoa, referencialidade e controle antecedente. Os sujeitos nulos referenciais só são produtivos com a 1ª e a 2ª pessoa¹⁰. Quando o verbo está na 3ª pessoa, o sujeito não pode ser omitido, como em (21).

- (21) a. (Mina) puhun englantia [1ª pessoa]
 b. (Sina) puhut englantia [2ª pessoa]
 c. *(Han) puhuu englantia [3ª pessoa] (adaptado de HOLMBERG, 2005, p. 539)

A referencialidade também é uma característica que distingue as LSNs parciais das LSNs consistentes. Nas LSNs parciais, não há preferência por uma leitura correferencial do pronome sujeito em sentenças encaixadas. Isso é ilustrado abaixo, contrastando o PE e o PB. No PE, uma NSL consistente, o pronome na sentença encaixada não pode ser interpretado como co-referencial com o sujeito da sentença matriz, enquanto no PB essa leitura é possível (HOLMBERG, 2005, 2010; ROBERTS, 2010, 2019; BARBOSA, 2009).

- (22) a. Mário₁ falou que *pro*₁ gosta de sorvete
 b. Mário₁ falou que ele_{1,2} gosta de sorvete [PB]

Se o sujeito da sentença encaixada for nulo, como em (22), a correferência é possível tanto em PB quanto em PE. Mas se o sujeito da sentença encaixada for um pronome, a correferência só é possível no PB, pois no PE a única leitura possível é que o pronome pleno se refere a outra entidade que não o sujeito da sentença matriz. Dessa maneira, a correferência requer obrigatoriamente um sujeito nulo no PE, mas não no PB.

Segundo Holmberg (2010), a diferença entre essas línguas se explicaria por uma relação de c-comando. Em LSNs consistentes, o c-comando não é um requisito, desde que o antecedente seja um tópico temático como vimos na subseção anterior. O contrário do que ocorre nas LSNs parciais em sentenças com sujeitos nulos definidos. Nas sentenças encaixadas, os sujeitos nulos

⁹ Em relação ao PB, a discussão sobre o estatuto do sujeito nulo é bastante produtiva desde a década de 1980 (cf. Galves, 1983, 1987, 1992; Duarte, 1995; Figueredo Silva, 1996; Modesto, 2000; Rodrigues, 2004; Ferreira, 2004).

¹⁰ O trabalho pioneiro em levantar a questão da interpretação do sujeito nulo de 3ª pessoa foi o de Galves (1983, 1987). Galves também foi a primeira, em trabalhos subsequentes (cf. Galves, 1992), a relacionar a questão da interpretação do sujeito nulo de 3ª pessoa com o empobrecimento da morfologia de pessoa, especificamente a perda da 2ª pessoa.

de 3ª pessoa definidos são permitidos em NSLs parciais apenas com um antecedente na sentença matriz. Além disso, o antecedente do sujeito nulo na 3ª pessoa deve ser local nas LSNs parciais, em contraste com as LSNs consistentes.

Com os sujeitos nulos indefinidos, a situação se inverte. Os sujeitos nulos indefinidos são bastante comuns em LSNs parciais. Vimos que não encontramos esse tipo de sujeito em LSNs consistentes e que os sujeitos nulos de 3ª pessoa nas LSNs parciais têm uma interpretação arbitrária sem que haja a necessidade de um clítico impessoal (exemplo (12)).

Com relação à flexão de concordância, não necessariamente muito rica no verbo, as LSNs parciais não apresentam um padrão bem definido. O finlandês, por exemplo, apresenta uma morfologia de concordância muito mais rica do que outras línguas. Já o PB comporta-se como descrito em abaixo:

(23)

1PS	Eu	<i>Canto</i>
2PS	Tu Você	<i>Canta(s)</i> <i>Canta</i>
3PS	Ele, Ela	<i>Canta</i>
1PP	Nós A gente	<i>Canta(mos)</i> <i>Canta</i>
2PP	Vós Vocês	- <i>Canta(m)</i>
3PP	Eles, Elas	<i>Canta(m)</i>

O PB reestruturou seu sistema pronominal, nivelando perdendo a distinção de 2ª e 3ª pessoas verbais. A morfologia da 3ª pessoa é adotada para todos os usos da 2ª pessoa. Além disso, o pronome impessoal a gente, inserido no paradigma pronominal do PB é um formalmente o pronome geral 1ª pessoa do plural, com a morfologia verbal de 3ª pessoa do singular.

A ausência de inversão livre é apontada como característica de LNSs parciais. Alguns pesquisadores defendem que os sujeitos realizados nas LSNs parciais não podem aparecer em uma posição baixa, pois essas línguas manifestam os chamados “efeitos de EPP” e parecem exigir que o SpecTP seja preenchido, embora não necessariamente por um sujeito.

As LSNs parciais não apresentam efeitos interpretativos quando o sujeito é pronunciado, diferente das LSNs consistentes. Portanto, vemos que as LSNs parciais manifestam uma série de propriedades distintas das LSNs consistentes. Além disso, quando comparadas entre si, essas línguas não apresentam uniformidade.

Holmberg (2010), Barbosa (2009; 2019) e Roberts (2019) consideram que a diferença básica entre LSNs consistentes e parciais é a natureza de pro. A proposta de Holmberg (2010), seguindo Déchaine e Wiltschko (2002), considera três categorias de elementos nulos: φ Ps sem traço D (pronomes nulos e genéricos em LSNs parciais e sujeitos nulos em LSNs consistentes); DPs nulos; e, NPs nulos (em LSNs discursivas, como em chinês, por exemplo). Vou tratar aqui do primeiro e do segundo tipo.

Segundo Holmberg (2010) quando temos um φ Ps, os traços de φ Ps são incorporados em T e como resultado T e φ Ps formam uma cadeia. O sujeito permanece nulo pelo processo de redução de cadeia. No entanto, T não possui um traço [μ D]. Isso implica que a interpretação da cadeia de sujeito não pode ser a de um pronome definido, ou seja, a única interpretação possível é a indefinida. Se o φ Ps for incorporado, como resultado de Agree ele terá uma leitura genérica devido à ausência de um traço [μ D] em T, como em (24).

- (24) Jari sanoo että tässä istuu mukavasti
 [_{CP} etta [_{TP} tässä [_{T'} istuu+T_{3SG>EPP} [_{VP} φ P_{3SG}<istuu>mukavasti
 <tässä>]]]]
 Jari diz que se pode sentar confortavelmente aqui (adaptado de HOLMBERG,
 2010, p. 105)

Os DPs nulos não podem ser incorporado a T. Por isso, não têm leitura definida, pois T não possui traço [μ D]. Desse modo, o pronome sujeito nessas línguas deve ter seu próprio traço D valorado e quando sondado por T, será novamente concatenado com o TP. Enquanto os sujeitos nulos nas LSNs consistentes são φ Ps incorporados, interpretados como definidos em virtude da presença de um traço [μ D] em T que pode ser valorado por um tópico temático, o sujeito nulo nas LSNs parciais é um DPs nulo fruto de um segundo merge em SpecTP, como em (25):

- (25) Hän on ostanut uuden auton [Finnish]
 Ele comprou um carro novo
 [_{TP} hän_[D1, 3SG, NOM] [_{T'} on+T_[3SG, EPP] [_{VP} <hän_[D1, 3SG, NOM]> ostanut ...]]]

Assim como nas LSNs consistentes, quando o sujeito é um DP (lexical ou pronominal), não pode ser incorporado a T. O sujeito que não é incorporado é atraído pelo traço EPP para SpecTP. Isso aponta que o sujeito nulo nas LSNs parciais esteja em SpecTP para checar o traço EPP, enquanto o sujeito nulo genérico está em SpecvP e não checa o EPP.

Há, ainda, nessas línguas, um pronome com o traço D defeutivo e não valorado que não é incorporado a T. Esse pronome se move para SpecTP e só pode ser interpretado se for um sujeito controlado por um argumento de uma sentença mais alta. Ao se mover para SpecTP, o sujeito controlado checa o traço EPP, como em (26):

- (26) a. Jari sanoo että \emptyset istuu mukavasti tässä
 Jari₁ ... [_{CP} etta [_{TP} μ DP [_{T'} istuu+T_{3SG}> _{EPP} [_{VP} < μ DP3SG> <istuu>
 mukavasti tassa]]]]
 Jari diz que ele se senta confortavelmente aqui (adaptado de HOLMBERG, 2010, p. 105).

O fato de a relação entre o sujeito nulo e o antecedente em (26) ser de controle explica, segundo Holmberg (2010), os efeitos de localidade impostos aos antecedentes nulos definidos de terceira pessoa nas LSNs parciais. Isto posto, para Holmberg (2010) existem dois tipos de sujeitos nulos nas LSNs parciais: um pronome defeutivo que precisa entrar em uma relação de Agree com T contendo traços D para ser interpretado como definido e um [μ DP] controlado, ou seja, existe PRO controlado.

Barbosa (2019) argumenta que a distribuição de argumentos nulos encontrados em LSNs parciais tem mais em comum com a de LSNs discursivas do que com a de LSNs consistentes. As evidências para essa conclusão derivam da (i) ocorrência de sujeitos nulos impessoais/genéricos, (ii) da ocorrência de objetos nulos e (iii) da ocorrência de nomes nus.

Tanto nas LSNs parciais quanto nas LSNs discursivas há a ocorrência de sujeitos nulos impessoais/genéricos, cuja interpretação se assemelha ao ‘one’ do inglês, como já discutido na seção anterior. Nas LSNs consistentes, as sentenças com sujeito nulo genérico exigem a presença de marcador especial como em (27a), enquanto numa LSN parcial ou numa LSN radical a presença de um marcador especial é dispensada (27b) .

- (27) a. É assim que se faz o doce [PE]
 b. É assim que faz o doce [PB]

Além disso, as LSNs parciais compartilham com os LSNs discursivas a possibilidade de apagar outros argumentos, além do sujeito. Assim, o PB, o russo e o hebraico são conhecidos por terem objeto nulo de modo bastante produtivo, como em (28).

- (28) a. João comprou um computador e Maria quebrou \emptyset [PB]
 b. [Uma mulher entra em casa e mostra uma compra para sua família]
 c. Vot, kupila \emptyset po-deševke Aqui, eu comprei \emptyset barato
 (adaptado de BARBOSA, 2019, p. 499)

Os objetos nulos listados acima são do mesmo tipo descrito para LSNs discursivas. Nesse contexto, as LSNs parciais assim como as LSNs discursivas obedecem à generalização *pro-drop* discursiva de Tomioka (2003):

- (29) Generalização *pro-drop* discursivo
 Todas as línguas que permitem *pro-drop* discursivo permitem NPs nus (de modo robusto) argumentais. Os pronomes nulos nas línguas *pro-drop* discursivo são resultado do apagamento de N'/elipse de NP sem encaimento do determinante
 (adaptado de TOMIOKA, 2003, p. 336).

A Generalização *pro-drop* discursivo prevê que essas línguas devem permitir NPs nus em posições de argumento. Esta previsão é confirmada, pois o finlandês, o marathi e o russo são línguas que não possuem um sistema de artigos, portanto, permitem NPs nus de forma robusta. E o PB, apesar de possuir um sistema de artigos, permite NPs nus singulares e plurais tanto na posição de sujeito como na posição de objeto.

- (30) a. Gato gosta de leite [PB]
 b. Noveax kelev [hebraico]
 Cachorro está latindo
 c. Kirja on pöydällä [russo]
 Livro está na mesa

A generalização em (29) pode apontar para uma derivação da estrutura dos argumentos nulos nessas línguas. Segundo Barbosa (2009; 2019), se há um sistema de determinantes nulos tanto em LSNs parciais quanto em LSNs discursivas, pode-se pensar que *pro* é um nP radicalmente vazio [nP e]. Assim, tanto as LSNs parciais quanto as LSNs discursivas apresentam um NP silente dentro de um DP nulo.

- (31) [DP \emptyset [nP_{pro}]]

Ao analisar as evidências listadas, Barbosa (2019) conclui que o mesmo mecanismo de elipse de NP/anáfora nula básico é subjacente tanto as LSNs parciais quanto as LSNs discursivas, pois em ambos os sistemas, os argumentos nulos têm uma estrutura como em (32), mas com [nP e] ao invés de [nP_{pro}]:

(32) [DP \emptyset [nP e]]

Uma diferença apontada por Barbosa (2019) entre as LSNs parciais e as LSNs discursivas é a natureza de [nP e]. Segundo Barbosa (2009) não é possível tratar todos os argumentos nulos nessas línguas como elipses nominais, pois a ausência de um antecedente óbvio em sentenças com pro arbitrário/impepersonal nas LSNs parciais faz com que a redução de cadeia não se aplique, ou seja, os argumentos não podem ser reduzidos por elipse. Desse modo, [nP e], pode ser tanto uma anáfora local quanto um local de elipse nas LSNs discursivas, enquanto nas LSNs parciais não podem.

Outra diferença entre NSLs discursivas e NSLs parciais, apontada por Barbosa (2019) também deriva da natureza do sistema de artigos. Como Barbosa (2019) diz, quando [nP e] é selecionado por um número nulo ou um núcleo classificador, ou mesmo um D nulo (dependendo da linguagem e do contexto), obtemos um argumento nulo.

(33) a. NumP[Num \emptyset][nP \emptyset]
 b. DP[D \emptyset][nP \emptyset]
 c. DP[D \emptyset] [NumP[Num \emptyset][nP \emptyset]]

Nas LSNs discursivas, D e Num geralmente não têm exponência morfológica, embora os classificadores sejam frequentemente encontrados. Já nas LSNs parciais, o material funcional do NP tende a ter maior exponência do que em NSLs discursivas, embora D não seja intrinsecamente definido. Assim, Barbosa (2019) conclui que a natureza do argumento nulo nas LSNs parciais é como em (33) e o [nP e] pode, em princípio, ser anafórico.

4.2.3 As línguas de sujeito nulo discursivas

As LSNs discursivas têm sido reconhecidas como distintas das LSNs consistentes desde o trabalho pioneiro de Huang (1984). As línguas como o hindi, o tailandês, o indonésio, o chinês, o japonês e o coreano permitem, além de sujeitos nulos, objetos nulos em sentenças finitas ainda que pereçam da marcação de concordância. Como as LSNs discursivas não possuem morfologia

verbal rica, necessariamente o mecanismo de atribuição do sujeito nulo exhibe um mecanismo diferente das LSNs consistentes.

Nos últimos anos, muitos pesquisadores têm se dedicado em delinear as propriedades sintáticas que as distinguem das LSN consistentes. Entre as propriedades estão: (i) sujeito nulo e objeto nulo irrestrito, em qualquer contexto, com qualquer pessoa verbal; (ii) ausência da flexão de concordância; (iii) sujeitos nulos de 3ª pessoa do singular e do plural tem uma interpretação indefinida sem que haja necessidade de um marcador especial; (iv) ausência de inversão livre; e (v) ausência de diferença interpretativa quando o sujeito é realizado. As propriedades (iii), (iv) e (v) se assemelham as propriedades das LSNs parciais. Apresentei brevemente a discussão trazida por Barbosa (2019) que aponta as semelhanças entre as LSNs parcial e discursivo. Huang (1984) foi um dos primeiros a estudar este tipo de língua, mostrando que ainda que o paradigma verbal nessas línguas seja morfologicamente pobre, como em (36), os sujeitos nulos ocorrem.

- (34) Zhangsan shuo [pro hen xihuan Lisi]
 Zhangsan diz pro muito gostar Lisi
 Zhangsan disse que gostava de Lisi (adaptado de HUANG, 1989, p. 187)

Em (34), o sujeito nulo incorporado pode ter uma referência central com o sujeito da sentença matriz Zhangsan ou pode remeter a um tópico introduzido em um discurso anterior. Esse tópico é chamado de “tópico discursivo” e caracteriza as línguas de tópico zero, como o chinês. De acordo com Huang (1984), o tópico zero é um licenciante e executa a mesma tarefa que o traço [referencial] em Rizzi (1982).

Outra característica das LSNs discursivas é a possibilidade de não só o sujeito, mas também o objeto ser silente . Apesar de ser uma característica atrelada às LSNs discursivas, esse comportamento pode ser encontrado em línguas tipologicamente diferentes, como as línguas asiáticas, o PB, o finlandês, o hebreu, etc. Esse fenômeno foi inicialmente debatido por Huang (1984), que discute a ocorrência de sujeitos e objetos nulos em chinês.

- (35) FALANTE A
 Zhangsan kanjian Lisi le ma?
 Zhangsan ver Lisi ASP Q
 ‘Zhangsan viu Lisi?’

- (36) FALANTE B
 e kanjian ta le
 ‘∅ o viu’ ta kanjian e le
 ‘Ele viu ∅’
 e kanjian e le
 ‘∅ Viu ∅’

Em (35), o sujeito nulo é interpretado como se referindo a Zhangsan, que aparece num discurso anterior, ou seja a categoria vazia que aparece na posição de sujeito pode remeter a um tópico introduzido em um discurso anterior, mesmo que esse tópico não esteja fonologicamente presente na sentença. Já a categoria vazia em posição de objeto (36), apesar de também poder ser recuperada pelo discurso, apresenta um comportamento distinto. A categoria vazia em posição de objeto só ocorre se se encontram numa posição regida sem um antecedente local que o ligue, caso contrário a sentença é agramatical, como em Erro! Fonte de referência não encontrada.(38).

- (37) *Zhangsan_i xiwang [Lisi keyi kanjian e_i].
 Zhangsan esperar [Lisi possa ver e_i]
 Zhangsan_i espera que Lisi possa ver [ele_i].

Como a presença da categoria vazia em (38) é agramatical, Huang afirma que é impossível analisar o objeto nulo no chinês como sendo um pro. Ao analisar outras línguas, sugere que esse fato não se restringe ao chinês e propõe uma regra para dar conta da peculiaridade dessa língua. A regra proposta por Huang (1984) – Regra de Controle Generalizado – afirma que PRO e pro devem estar ligados em seu domínio de controle. Desse modo, nem PRO e nem pro podem ocupar a posição de objeto.

O objeto nulo é caracterizado por Huang (1984) como sendo uma variável, pois as categorias vazias em posição de objeto não podem ser interpretadas como um elemento anafórico e conclui que se trata de uma variável ligada por um tópico nulo, um operador foneticamente não realizado, cujo conteúdo pode ser recuperado pelo discurso. Então, as categorias nulas na posição de sujeito e de objeto não apresentam as mesmas características: enquanto a primeira é pronominal a segunda é uma variável. Em trabalho subsequente, Huang (1991) propõe que o objeto nulo em chinês é uma versão foneticamente nula de expressões não realizadas.

Atualmente, existem basicamente duas abordagens principais para os argumentos nulos nas LSNs discursivas: a análise da anáfora nula (TOMIOKA, 2003) e a análise de eclipse de

argumentos (SAITO, 2007). Tomioka (2003) constata que os pronomes nulos em japonês além das interpretações referenciais e existenciais, podem ser interpretados como indefinidos ou anafóricos a um pronome contendo antecedente. Dessa maneira, relaciona a diversidade semântica dos argumentos nulos em japonês à flexibilidade semântica inerente aos NPs nus.

Nessa visão, *pro* nas LSNs discursivo seria uma versão fonologicamente nula de um NP simples, como sugere a Generalização *pro-drop* discursivo, repetida aqui como (38).

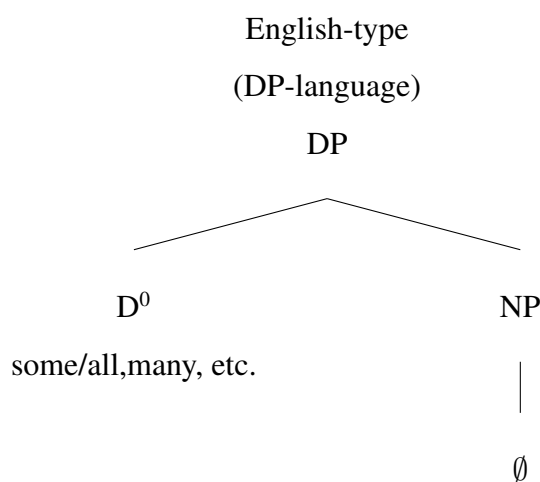
(38) Generalização *pro-drop* discursivo

Todas as línguas que permitem *pro-drop* discursivo permitem NPs nus (de modo robusto) argumentais (adaptado de TOMIOKA, 2003, p. 336).

Pro em japonês é um NP nu, cujo conteúdo é recuperado pragmaticamente. Desse modo, as mesmas ferramentas semânticas usadas para interpretar os NPs completos são usadas para interpretar *pro*. (39) se aplica às LSNs discursivas, mas também ao PB, considerada LSN parcial e expressa uma relação entre as LSNs discursivas e o Parâmetro Nominal (CHIERCHIA, 1998). Ademais, aponta que NPs nus argumentais nessas línguas podem resultar em elipse.

A ideia por trás de tal proposição é que os NP nus argumentais estão disponíveis de modo bastante produtivo em diversas posições sintáticas. Sob esse ponto de vista, as LSNs discursivas são o subproduto do apagamento de N' ou da elipse de NP, uma operação que se aplica em várias línguas, mas cujos resultados dependem da estrutura independente dos NPs/DPs.

(39)



(40) Japanese-type NP-ellipsis

NP

|

∅

Em uma língua que carece de DPs, como o japonês, a elipse dá origem a argumentos não realizados fonologicamente. Nas línguas como o inglês em que o determinante é projetado, um D remanescente sempre aparece, pois, a elipse do DP não pode resultar em um argumento nulo.

Outra análise apresentada para LSNs discursivas é a de Saito (2007). Saito sugere que um mecanismo gramatical encoberto permite elipse de argumento e apagamento do sujeito e do objeto nas LSNs discursivo. Esse mecanismo envolve a cópia coberta de elementos em posições de argumento de um conjunto de entidades orientadas para o discurso. A condição necessária para esta operação, segundo Saito (2007) é a falta de concordância. Portanto, não é necessário que os argumentos estejam abertamente presentes para provocar uma concordância superficial entre os verbos e outras categorias.

Saito (2007) defende que os argumentos nulos nas LSNs discursivas são derivados por elipse de argumento. Seguindo o raciocínio de Saito (2007; 2016), T não pode ter traços- φ não interpretáveis, pois eles não podem ser valorados. O sistema carece totalmente dos traços de concordância e, portanto, permite elipse de argumento.

(41) T[- φ] . . . pro[- φ]

Se nessas línguas a sonda tiver traços- φ não interpretáveis, a elipse de argumento falhará. Esse é o argumento usado por Barbosa (2019), por exemplo, para defender que os argumentos nulos nas LSNs parciais são anáforas locais. A elipse de argumento realiza merge coberto de uma cópia do NP antecedente em um local elidido, um mecanismo que impossibilita a cópia de um NP antecedente de verificar os traços- φ não interpretáveis de v ou T associado ao argumento elidido.

Como vimos anteriormente, Barbosa (2019) apresenta uma análise que aproxima as LSNs parciais das LSNs consistentes, baseando-se também na proposta Generalização *Pro-drop* de Tomioka (2003) e também na proposta de Raposo (1998) para o objeto nulo em PE. Raposo (1998) observa que existe uma correlação entre a disponibilidade de um objeto nulo e a ocorrência

de nomes nus como complementos no PE e também no espanhol e explora a possibilidade de que objetos nulos no PE sejam casos de anáfora de NP sob um D nulo, hipótese semelhante a Generalização de Tomioka (2003).

À luz da discussão levantada por Barbosa (2019), Roberts (2019) propõe a seguinte tipologia para as LSNs:

- (42) a. RNSLs: T ... [DP \emptyset [- φ] ... [NP e]]
 b. PNSLs: T [φ] .. [DP (D) [$\pm\varphi$] ... [NP e]]
 c. CNSLs: T [φ , D]. . . [DP D [φ]. . . [NP e]]
 d. Não NSLs: T[φ] ... [DP D [φ] ... [NP e]]

Nas LSNs discursivas, como em (42a), T não pode ter traços- φ não interpretáveis, pois esses traços não podem ser valorados. Da mesma forma, elipses de argumento são possíveis e, portanto, [NP e] pode ser um local de elipse. Nas LSNs parciais (42b), há variação na natureza dos traços D ou, mais precisamente, variação no conteúdo do traço e possivelmente na presença dos vários núcleos funcionais que compõem o DP. Nas LSNs consistentes (42c), o traço D é incorporado a T; e nas línguas que não têm sujeito nulo (42d) D não pode ser incorporado a T e quando a operação de Spell-out é aplicada, D será como um pronome realizado.

Todas as análises apontam algumas características que distinguem as LSNs discursivas das LSNs consistentes: (i) possibilidade geral de não expressão e/ou elipse de argumentos nominais em várias funções além do sujeito; e (ii) a falta de marcação de concordância verbal (ROBERTS; HOLMBERG, 2010; BIBERAUER, 2010).

4.3 AS CONSTRUÇÕES COM ARGUMENTOS NULOS NO PB

Nesta seção, apresento uma visão geral dos estudos sobre os argumentos nulos no português. Para o sujeito nulo, vou centrar a discussão sobre o PB, visto que PE se mantém como uma língua de sujeito nulo consistente e o PB é que apresenta mudança nesse quesito. Com relação ao objeto nulo, vou concentrar a discussão na comparação das construções com objeto nulo no PB e no PE, visto que o objeto nulo, no PB, apresenta um estatuto diferente do que ocorre em PE, como foi demonstrado por Galves (1998).

4.3.1 O Sujeito Nulo

4.3.1.1 A natureza do sujeito nulo no PB

Os estudos sobre o sujeito nulo no PB são bastante frutíferos, apresentam uma base empírica sólida e uma descrição abrangente dos fatos. Porém, as análises para esse fenômeno não são consensuais. Nesta seção, apresento o fenômeno no PB discutindo diferentes perspectivas no que tange a três questões: (i) a classificação do PB frente ao fenômeno do sujeito nulo, (ii) a motivação para a mudança do sujeito nulo no PB e (iii) o que é o sujeito nulo no PB.

Com relação a (i), o trabalho liderado por Biberauer et al (2010) classificou o PB como língua de sujeito nulo parcial, pois o PB apresenta as propriedades que caracterizam esse tipo de língua: (i) restrições à omissão de um pronome de sujeito definido, especialmente terceira pessoa em orações matrizes; (ii) flexão de concordância empobrecida; (iii) sujeitos nulos em sentenças com a 3ª pessoa têm uma interpretação genérica sem a necessidade de um marcador especial; (iv) ausência de inversão livre; (v) ausência de diferenças interpretativas entre sujeitos nulos e sujeitos realizados.

Porém, nos anos 1980 e em parte dos anos 1990, as pesquisas realizadas sobre o sujeito nulo no PB apontavam para duas hipóteses: ou o PB era uma língua que estava perdendo a propriedade *pro-drop* e se tornando uma língua *não-pro-drop*, como o francês; ou o PB era uma língua de proeminência de tópico, o que a colocava ao lado de línguas como o chinês, por exemplo.

A primeira hipótese foi defendida por Duarte (1993). Ela analisou o Princípio “Evite Pronome”, cuja proposição diz o seguinte: Sempre que a alternância pronome nulo/pronome lexical for possível, deve-se utilizar o pronome nulo. Para Duarte (1995), o pronome nulo no PB, cuja ocorrência, em alguns contextos, compromete a aceitabilidade de uma sentença, é uma opção que se realiza cada vez menos em favor do pronome lexical. O ponto principal de sua argumentação é que o PB perdeu o Princípio “Evite Pronome” e caminha, em na direção das línguas *não-pro-drop*.

Uma evidência apresentada por Duarte (1995) são as construções chamadas de duplo sujeito, como em (43). As estruturas com duplo sujeito são incompatíveis com línguas do tipo *pro-drop* e sua ocorrência afasta o PB do grupo de línguas de sujeito nulo.

(43) Eu acho que o povo brasileiro_i ele_i tem uma grave doença

Traçando um paralelo entre o PB e o francês, Duarte (1995) defende que o PB está

deixando de ser uma língua de sujeito nulo para se tornar uma língua de sujeito pleno. Para Duarte (1993; 1995), essa mudança está em curso.

A segunda hipótese, de que o PB era uma língua de proeminência de tópico, foi defendida por Pontes (1987), Galves (1984), Negrão e Viotti (2000), por exemplo. O caminho adotado por Pontes (1987) parte da tipologia adotada por Li e Thompson (1976) e afirma que o PB partilha com as línguas de tópico a maioria das suas características. As evidências apresentadas por Pontes (1987) são as construções com duplo sujeito (44a), sentenças com falso SVO (44b) e construções de tópico com topicalização (44c) ou com deslocamento para a esquerda (44d).

- (44) a. *Essa competência, ela é* de natureza mental [Duplo sujeito]
b. *Essa casa* bate muito sol [Falso SVO]
c. Replex, precisa, né? [Topicalização]
d. *A Rosa, eu* encontrei ela ontem [Deslocamento à esquerda]

As sentenças com duplo sujeito, como em (44a), são as mais comuns nas línguas de tópico e também no PB, segundo Pontes (1987). As sentenças do tipo (44b) também são bastante comuns no PB e sua estrutura se assemelha a uma sentença SVO, porém, o elemento topicalizado é um PP (Nessa casa bate muito sol). As construções como (44c) e (44d) se diferenciam pois, em (44c), o elemento é deslocado sem deixar um pronome cópia na posição em que foi deslocado, enquanto em (44d), o pronome-cópia aparece.

Já Galves (1984) e Negrão e Viotti (2000) caracterizam o PB enquanto língua orientada para tópico/discurso a partir da proposta de Huang (1984). Para Galves (1984), as assimetrias no licenciamento de pronomes lexicais e de categorias vazias nas posições de sujeito e de objeto traziam evidências de que o PB era uma LSN orientada para o discurso. A análise de Negrão e Viotti (2000), bastante próxima à proposta apresentada por Galves (1993) para apoiar a alegação de que o PB é uma língua orientada para discurso, é que o IP, no PB, pode funcionar como um predicado, estabelecendo uma relação de predicação com uma frase nominal posicionada fora do IP, no nível do CP, o que é uma das características das línguas orientadas para o discurso. O que difere a proposta de Negrão e Viotti (2000) e a de Galves (1993) é que as primeiras descartam que não haja uma correlação entre a perda da morfologia flexional verbal e a diminuição do uso de sujeitos nulos.

Com relação a (ii), é quase consensual que o enfraquecimento da morfologia relacionada à concordância está na base das mudanças que tornam o PB uma língua de sujeito nulo parcial.

São vários os trabalhos que levantam a hipótese do enfraquecimento da concordância como sendo o gatilho para a mudança na omissão do sujeito. O que muda entre um estudo e outro é sua implementação. Para Tarallo (1993), por exemplo, o aumento do preenchimento da posição sujeito estaria relacionado a uma reorganização do sistema pronominal. A “intuição” de Tarallo (1993) relativa ao preenchimento do sujeito foi confirmada pelos estudos de Duarte (1993).

Duarte (1993) afirma que os paradigmas flexionais do PB evoluem de um paradigma “formalmente” rico, (45) – quando apresenta um morfe evidente para cada pessoa – para um paradigma “funcionalmente” rico, como em (45) – quando apresenta afixos distintos para a concordância de pessoa (tolerando um sincretismo e uma terminação zero) – e, finalmente, ultrapassa os limites apontados por Roberts (1993), tornando-se um paradigma pobre, incapaz de licenciar e identificar o sujeito nulo.

(45)

a. P1 – eu canto	b. P1 – eu canto
P2 – tu cantas	P2 – você canta
P3 – ele canta	P3 – ele canta
P4 – nós cantamos	P4 – nós cantamos
P5 – vós cantais	P5 – vocês cantam
P6 – eles cantam	P6 – eles cantam

De acordo com Duarte (1993), em (45) cada uma das seis pessoas (P) pode ser identificada por um morfe específico. Quando os pronomes você/vocês passam a ocupar o lugar de tu/vós (45), registra-se um empobrecimento das formas verbais que perdem os morfes que os diferenciam. Desse modo, P2 e P3, assim como P5 e P6 se igualam. A redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua pro-drop do PB, afetando a flexão verbal, que se enfraqueceu.

Para Galves (1993), o elemento de concordância da flexão do PB é considerado “fraco”, visto que não há oposição entre três pessoas do discurso, mas somente uma oposição binária, [+pessoa] (1ª) e [-pessoa] (3ª). A redução acaba por provocar a perda do traço semântico, responsável por distinguir as pessoas do discurso, restando apenas o traço sintático, com um valor positivo e um valor negativo, como em (46).

- (46) +pessoa/[-plural]: -o
+pessoa/[+plural]: -mos
-pessoa/[+plural]: -m
-pessoa/[-plural]: ∅

O enfraquecimento da flexão teve como efeito a perda da 2ª pessoa do singular, produzindo um sistema em que a pessoa funciona como um traço sintático (\pm pessoa), contrastando com um sistema fundado na oposição entre as três pessoas do discurso. O enfraquecimento da concordância estaria na base da emergência de uma gramática brasileira.

Apesar de ser o argumento mais aceito como gatilho para diferenciar o PE e PB e colocá-lo no grupo de línguas de sujeito nulo parcial, outros fatores são apontados como desencadeadores da diferenciação entre essas línguas, como as propriedades discursivas da língua e a perda dos traços-D em T. Negrão e Viotti (2000), por exemplo, argumentam que o PB é uma língua orientada para o discurso porque pode expressar o conteúdo informacional dos constituintes da sentença na sintaxe aberta com a recuperabilidade da interpretação de categorias vazias por meio da proeminência discursiva.

Já Gravina (2014) e Borges (2019) apontam que o PB perdeu o traço de definitude em T, tendo como consequência a subida de um DP para a posição de SpecTP a fim de satisfazer o traço EPP também em T. Borges (2019) atrela a perda do traço de definitude em T a outros fenômenos que deixaram de ocorrer no PB, como a perda da inversão livre e construções com se passivo. Volto a discutir estes trabalhos mais adiante.

A natureza do sujeito nulo não é tão consensual quanto a motivação que levou o PB a mudar de língua de sujeito nulo consistente para língua de sujeito nulo parcial. Por um lado, temos um grupo de pesquisadores que defendem que os sujeitos nulos no PB são vestígios de movimento A (FERREIRA, 2000; RODRIGUES, 2004) e por outro há aqueles que defendem que os sujeitos nulos no PB são frutos do movimento A-Barra (MODESTO, 2000). Vou trazer essa discussão muito rapidamente, mais a título ilustrativo, pois não está no escopo desta tese discutir a natureza do sujeito nulo no PB e sim tentar encontrar indícios de quando as características do PB de LSN parcial emergem.

Figueredo Silva (1996), ao investigar quais as condições estruturais que restringem a distribuição dos pronomes lexicais e categorias vazias na posição de sujeito nas sentenças finitas, aponta que os sujeitos nulos referenciais no PB não são um fenômeno unitário e, portanto, devem ser entendidos como categorias distintas. Para melhor analisar os contextos que licenciam o

sujeito nulo, Figueredo Silva (1996) analisa separadamente as sentenças matrizes e as encaixadas.

Nas sentenças matrizes, há diferenças entre 1º e a 3º pessoa. De acordo com Figueiredo Silva (1996; 2000), o sujeito nulo na 1º pessoa pode ser identificado como constante nula enquanto o sujeito nulo na 3º pessoa pode ser identificado como uma variável pronominal ligada.

- (47) a. ec encontrei a Maria ontem
b. *ec encontrou a Maria ontem

No PB, os sujeitos nulos de 3º pessoa nas sentenças matrizes são agramaticais, e de acordo com Figueiredo Silva (1996; 2000) isso se deve a perda do traço [+pessoa], o que impossibilita a leitura definida nesse contexto, como em (47).

Nas sentenças encaixadas, Figueiredo Silva (1996; 2000) aponta a existência de dois tipos de sujeitos nulos referenciais em PB: o sujeito anafórico, em que o antecedente está em uma posição A (48a) e sujeito nulo variável, em que o antecedente, um tópico, está em uma posição A-barra (48b).

- (48) a. O João_i disse que ec_i comprou um carro.
b. A Maria_i, o João disse que ec_i comprou um carro.

Em (48a), o sujeito nulo é do tipo pronominal anafórico, correferencial com o sujeito da sentença principal. Em (48b), o sujeito nulo é do tipo variável e a identificação da categoria vazia se dá por movimento para uma posição A-barra, ou por coindexação com um elemento numa posição de tópico. Figueredo Silva (1996; 2000) conclui que não há correferência obrigatória entre sujeito da matriz e da encaixada no PB. A tipologia proposta por Figueredo Silva (1996; 2000) prevê ao todo três diferentes categorias de sujeito nulo, cuja tipologia envolve o licenciamento da categoria *pro*. Figueredo Silva (1996; 2000) defende que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial. Os trabalhos de Ferreira (2000) e Rodrigues (2004) são contrários à proposta de Figueiredo Silva (1996; 2000) e se assemelham bastante: ambos adotam a hipótese de Hornstein (1999), que explica o controle obrigatório por meio da hipótese de que funções temáticas são traços formais.

Ferreira (2000) desenvolve sua análise a partir das orações encaixadas, pois defende que o PB não mais admite sujeito nulo nas orações matrizes, a não ser em contextos de perguntas/respostas. O fato de o sujeito nulo ter desaparecido em PB é, para Ferreira (2000) devido ao enfraquecimento da concordância. Nas sentenças encaixadas, Ferreira (2000) defende

que categoria vazia que se observa na posição de sujeito em determinadas sentenças do PB são vestígios (cópias apagadas) resultantes do (hiper)alçamento de um sintagma que ocupava originalmente esta posição. Segundo a proposta de Ferreira (2000), T no PB pode ser defectivo e contar somente com traços de número, sendo incapaz de atribuir caso nominativo. Desse modo, um DP completo continua a se mover a fim de receber Caso, como em (49).

(49) [TP O João T [_{VP} Θ -João disse [_{CP} que [_{TP} Θ -João T [_{VP} Θ -João viajou]]]]]

Em (49), o DP [O João] se move do TP mais baixo, defectivo, para o TP mais alto, a fim de valorar o traço de caso. Portanto, os sujeitos nulos referenciais em PB devem estar c-comandados por um antecedente não cindido localizado na oração imediatamente mais alta. A análise de Ferreira (2000) difere da análise de Figueiredo Silva (2000): enquanto Figueiredo Silva (2000) considera dois tipos de categorias vazias para sujeitos nulos das sentenças encaixadas, para Ferreira (2000), a categoria vazia nessas sentenças são sempre vestígios de anáforas.

Diferente de Ferreira (2000), Rodrigues (2004) argumenta que o PB permite sujeitos nulos referenciais nas sentenças matrizes apenas com a 1^o pessoa. Na 3^a pessoa, os sujeitos nulos referenciais só ocorrem nas sentenças encaixadas. O ponto de partida da argumentação de Rodrigues (2004) é a comparação entre o PB e o finlandês.

(50) a. Embarquei no trem
b. João₁ disse que e_{1/*2} viajou.

Na análise de Rodrigues (2004), o sujeito nulo de primeira pessoa se comporta como um tópico apagado e não como um pronome pois podem ser excluídos das sentenças com sintagmas-QU fronteados ou de constituintes topicalizados mas não podem ocorrer em uma oração relativa. Já os sujeitos nulos de 3^a pessoa são frutos do movimento A. O que motiva o movimento A é o traço defectivo de Agr, que não diferencia pessoa e número. Agr é inserido na derivação como um afixo verbal e não como um item lexical independente e, por isso, não pode valorar os traços- φ associados a T.

(51) [TP O João T [_{VP} Θ -João disse [_{CP} que [_{TP} T viajou]]]]

Em (51), a posição de especificador da sentença encaixada fica vazia por causa do caráter defectivo de Agr. O DP [O João] é concatenado na posição de SpecvP e se move para SpecTP para satisfazer o EPP de T. O movimento do DP [O João] é possível no PB porque o verbo se

move para T, carregando Agr, que checa o traço EPP de T.

Já Modesto (2000) assim como os outros autores, concorda que o sistema flexional empobrecido do PB evidencia que a concordância verbal é incapaz de identificar a categoria vazia referencial. Para ele, o licenciamento e identificação do sujeito são fruto de um pronome nulo do tipo variável, ligada ao elemento mais próximo em posição A-barra.

Desse modo, o sujeito nulo referencial no PB é fruto do movimento A-Barra, sendo um φ P que precisa estar numa relação de c-comando para ser interpretado. O movimento de um DP para uma posição A-barra, especificamente para um núcleo F acima de TP onde se encontra o traço EPP, é necessário para que o EPP possa ser checado. Isso caracterizaria PB como uma língua de proeminência de tópico.

(52) [FP O João [TP t_{DP} disse [CP que [FP ec [TP t_{ec} viajou]]]]]

Em (52), o sujeito matriz, o DP [o João] é um tópico não marcado e ocupa o SpecFP, de onde se vincula ao sujeito nulo da sentença encaixada. A conclusão do autor é que, embora exista correlação entre concordância e argumentos vazios em algumas línguas, isto é parametrizável. O PB ficaria como uma língua que escolhe a identificação do sujeito nulo por ligação A-barra, o que seria uma evidência para colocá-lo ao lado das línguas tipologicamente consideradas como línguas orientadas para o discurso. Figueiredo Silva (2017, p. 196) destaca que ambas as análises são consistentes, porém não está claro se recobrem os mesmos fatos por isso ainda estão sujeitas a debate.

4.3.1.2 O sujeito nulo na diacronia do PB

Por fim, quero trazer os resultados das investigações sobre o sujeito nulo na diacronia do PB. Os trabalhos apresentados a seguir seguiram as três questões discutidas acima ((i) a classificação do PB frente ao fenômeno do sujeito nulo, ou seja, se o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, língua de tópico ou língua que está perdendo a propriedade dos sujeitos nulos (ii) a motivação para a mudança do sujeito nulo no PB e (iii) o que é o sujeito nulo no PB, se é fruto de movimento A ou A-Barra) com o objetivo de encontrar algum aspecto que apontasse a mudança do PB de uma LSN consistente para uma LSN parcial. Aqui eu destaco os trabalhos de Gravina (2008; 2014) e Borges (2019).

Gravina (2008) analisou a frequência do uso de sujeito nulos versus sujeito pronominal realizado em um *corpus* de textos de jornais brasileiros que circularam nos séculos XIX e XX. Os

resultados encontrados por Gravina foram inesperados, pois não foram encontrados inicialmente resultados que indicassem para uma mudança no uso do sujeito nulo no PB. Como os dados encontrados apontavam um caminho diferente do encontrado por Duarte (1993), Gravina (2008) buscou pistas a fim de entender os dados encontrados e observou que uma estratégia diferente de preenchimento do sujeito estava sendo utilizado, o que ela chamou de sujeito lexical anafórico.

Figura 4.1 – Distribuição dos sujeitos nulos x sujeitos preenchidos nos jornais brasileiros

	Sujeito Nulo	Sujeito Preenchido (pronominal + lexical anafórico)
Recreador Mineiro (1845-1848)	688/913 – 76%	225/913 – 24%
Jornal Mineiro (1890-1898)	419/593 – 69%	174/593 – 31%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	312/557 – 55%	245/557 – 45%

Fonte: Gravina (2008)

Ao incluir os dados do sujeito lexical anafórico ao lado dos dados de sujeito pronominal realizado, verificou que o número de sujeitos nulos cai drasticamente, principalmente no texto do século XX. Gravina (2008) analisou a natureza do sujeito nulo ainda existente nos textos, identificando dois fatores que o favorecem: a tipologia da oração e a pessoa do discurso.

Com base nas propostas de Figueiredo Silva (1996; 2000), Ferreira (2000) e Rodrigues (2004), Gravina (2008) analisou os ambientes de ilhas sintáticas e sentenças com adjunto finito. Nas análises sincrônicas, a ocorrência de sujeito nulo em contextos de ilha sintática é agramatical, como vimos. Gravina (2008), constatou que esse contexto apresentou um grande preenchimento de sujeitos lexicais anafóricos já na primeira metade do século XX. Já as sentenças com adjuntos finitos apresentam um comportamento bastante curioso e peculiar, mas que se aproxima da proposta de Rodrigues (2004), pois há um uso preponderante da 1ª pessoa nessas sentenças.

Em Gravina (2014), a pesquisadora amplia seu escopo de pesquisa, agregando a seu *corpus* textos de jornais portugueses, a fim de verificar se a estratégia de preenchimento do sujeito lexical anafórico era uma opção estilística ou uma forma de não deixar o sujeito sem realização lexical. Os resultados dos jornais portugueses levaram à conclusão de que sujeito lexical anafórico era, de fato, uma forma de não deixar o sujeito nulo, nem o substituir pelo pronome lexical. As taxas de sujeito nulo encontradas por Gravina (2014) para os textos portugueses se mantêm constantes ao longo do tempo, enquanto no PB essa taxa cai.

Seguindo Holmberg (2010), Gravina considera que em línguas de sujeito nulo consistente, como o PE, T possui traços-D não interpretáveis enquanto nas línguas de sujeito nulo parcial, T não possui esses traços em sua configuração. A consequência desse postulado é que, no PE, o sujeito nulo é incorporado em T e tem seus traços-D valorados por um tópico-temático no domínio-C, satisfazendo o EPP da sentença. Já no PB, língua de sujeito nulo parcial, T não possui os traços-D não interpretáveis, o que impossibilita a incorporação. Assim, o sujeito nulo sobe para SpecTP a fim de satisfazer o EPP da sentença. Para que o sujeito seja nulo e definido é necessário que exista um sintagma que c-comande o sujeito da sentença encaixada.

Gravina (2014) analisou a natureza do sujeito nulo no PB, baseada na proposta de Holmberg (2010) e assim como em Gravina (2008), verificou que a ocorrência de sujeitos nulos no PB mostrou-se sensível a dois fatores: tipologia da oração e pessoa do discurso¹¹. Se, por um lado, as sentenças em contexto de ilha como em (53a) passam a ter um preenchimento cada vez maior ao longo do tempo, sendo agramaticais quando há um sujeito nulo (53b), por outro as sentenças adjuntas finitas, como em (53c) ainda se mantêm como um dos principais ambientes em que o sujeito nulo é bastante produtivo.

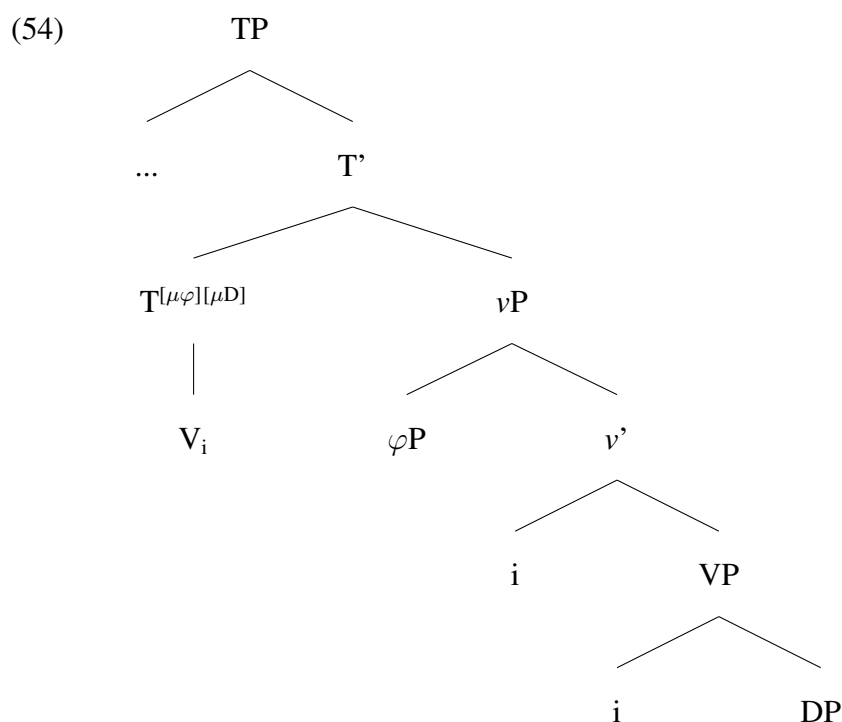
- (53) a. *A Maria₁ eu conheço o garoto que cv₁ encontrou ontem. (PB)
b. O João disse que eu comprei o carro. (PB)
c. João comeu um pastel quando foi na feira. (PB) e (PE) (GRAVINA, 2014, p. 207)

Com relação a pessoa do discurso, Gravina (2014) corrobora a hipótese de Galves (1993) e defende que haja um traço de pessoa (speaker/addressee) em T. Quando os pronomes de 1ª e 2ª se concatenam a SpecTP, o traço speaker/addressee é apagado. Esse tipo de operação não seria possível para a 3ª pessoa porque a terceira pessoa é [-Pessoa] e, portanto, não pode ter o traço speaker/addressee valorados. Isso só poderia ocorrer numa configuração anafórica com a presença de um NP que c-comande localmente o sujeito nulo.

A fim de descobrir quais os mecanismos sintáticos estavam envolvidos na distribuição dos sujeitos nulos nas gramáticas setecentistas e oitocentistas no PB, Borges (2019) analisa os dados de manuscritos goianos do período colonial e imperial e levanta evidências da perda de sujeitos nulos na gramática do PB sem que houvesse um aparente empobrecimento do paradigma verbal, contrariando os achados de Duarte (1993). O trabalho de Borges (2019) constitui a evidência mais antiga do desenvolvimento do PB como língua de sujeito nulo parcial.

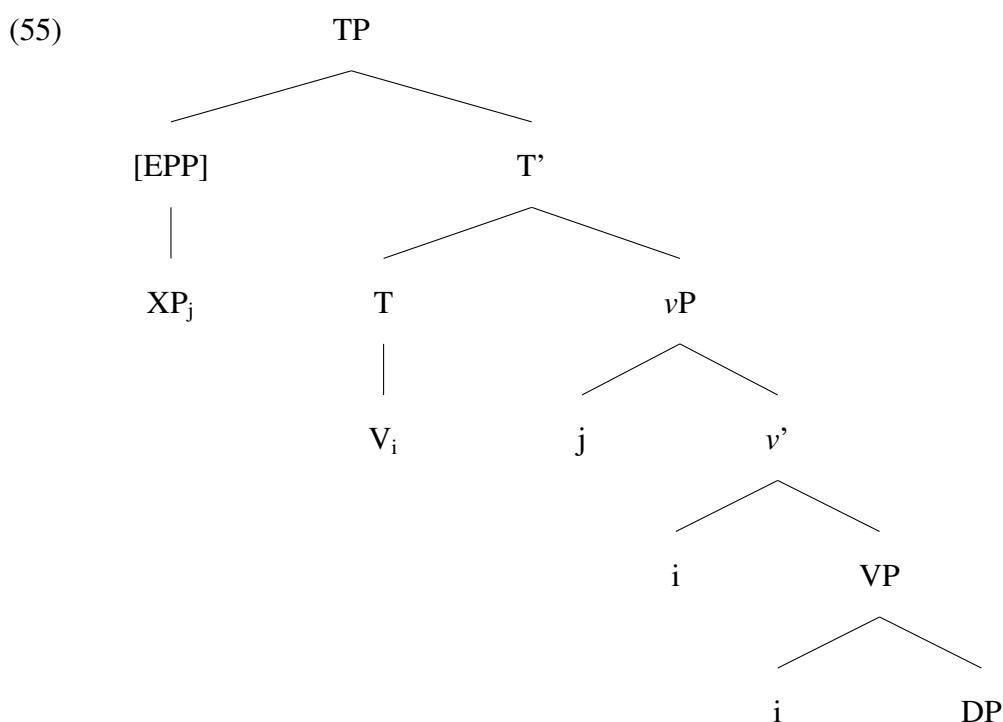
¹¹ Duarte (1993) também apontou que esses fatores eram importantes para a ocorrência de sujeitos nulos.

A análise linguística adotada por Borges (2019) alia a análise de Holmberg (2005, 2010) e de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), pois Borges vincula a perda do fenômeno de inversão e o licenciamento de construções com *se* passivo à queda na ocorrência de sujeitos nulos. Defende que, na gramática setecentista, os traços não especificados de T ($[\mu\varphi]$ e $[\mu D]$) eram valorados por meio do movimento de V-para-T, o que licenciava a inversão do sujeito e permitia construções com *se* passivo.



Fonte: Borges (2019, p. 179, adaptado).

Na gramática oitocentista, T perde o traço-D, fazendo com que um item lexical definido ocupe a posição de SpecTP, eliminando as construções com *se* passivo e licenciando sujeitos nulos indefinidos. Borges também defende que o empobrecimento da morfologia de concordância seria um resultado da perda do traço-D em T e não o contrário.



Fonte: Borges (2019, p. 179).

Borges atrela a mudança ocorrida no PB ao contato com línguas nigero-congolesas, a partir da discussão empreendida por Biberauer e Roberts que o PSN é um mesoparâmetro mais suscetível a mudanças em situações de intenso contato linguístico, como ocorreu aqui no Brasil no período colonial.

Os trabalhos de Gravina (2008; 2014) são importantes para auxiliar os elementos que serão analisados na pesquisa aqui realizada. Aspectos como definitude, concordância morfológica, tipo de DP que ocupa a posição sujeito quando realizado, etc., serão considerados para melhor delinear esse fenômeno na emergência do PB.

4.3.2 O objeto nulo

Vimos na seção anterior e ao longo deste capítulo que os sujeitos nulos foram bastante estudados na teoria de Princípios e Parâmetros e continuam sendo objeto de investigação também no âmbito do Programa Minimalista. Porém, os objetos nulos não gozam da mesma sorte. O trabalho de Huang (1984) foi um marco na literatura gerativista, pois mostrou que não apenas uma morfologia de concordância rica licenciava a ocorrência de sujeitos nulos. Outro aspecto apontado por Huang é que muitas línguas do leste asiático não só apagavam o sujeito, mas também o objeto.

Por essas peculiaridades, Huang (1984) aventa a existência de dois parâmetros que separam línguas como o chinês e línguas como o inglês ou o italiano. O primeiro distingue línguas de tópico zero de línguas que não sejam tópico zero, chamado *topic-drop* e o segundo distingue línguas *pro-drop* de línguas não *pro-drop*. Huang (1984) argumenta que as línguas como o chinês podem ser distinguidas das línguas como o inglês por um parâmetro que ele chama de “orientação ao discurso versus orientação à sentença”.

Tal divisão deriva do fato de as línguas orientadas ao discurso terem uma regra de apagamento de NP Tópico, que opera em todo o discurso para apagar o tópico de uma sentença que aparece em uma sentença anterior. O resultado desse processo de apagamento cria uma cadeia de tópicos. A ideia por trás do apagamento é que existe uma regra de co-indexação que co-indexa um nó de tópico vazio com um tópico anterior. Por outro lado, uma língua orientada à sentença carece desse tipo de regra. Em seu trabalho, Huang (1984) classifica o português como “língua orientada para o discurso”, pois pode apagar tanto o sujeito quanto o objeto.

Portanto, vou apresentar aqui os desdobramentos do trabalho de Huang (1984) para analisar e classificar o português. O objeto nulo é uma propriedade do português, tanto europeu quanto brasileiro. Por isso, apresento as análises de Raposo (1986) e Raposo (1998) e Cyrino (1994). Raposo (1986) analisa o fenômeno do objeto nulo no PE e considera a existência de dois tipos de objeto nulo: o que aparece em frases simples e que remete a um elemento do contexto (56) e o que ocorre no segundo segmento de uma estrutura paralela (56).

- (56) a. A Maria encontrou e_1 na feira ontem.
b. A Maria leu esse livro e o Manuel também \emptyset .

Raposo (1986) mostra que no primeiro caso, o objeto nulo em PE se comporta como uma variável, um vestígio deixado pelo movimento de um operador nulo para a posição tópico. A evidência apontada por Raposo é o fato de que sentenças contendo objetos nulos dentro de ilhas são agramaticais no PE, como em (57):

- (57) Tem o bolo hoje?
*O rapaz que trouxe \emptyset da pastelaria acabou de chegar (RAPOSO, 1986, p. 382)

A sentença em (57) é uma estrutura de ilha, segundo Ross (1967), e nesse ambiente a ocorrência de objeto nulo é impossível pois, a derivação das sentenças com objeto nulo em PE envolve o movimento do operador nulo para uma posição na periferia esquerda da sentença

matriz. Desse modo, o PE diverge do PB, pois o PB não manifesta sensibilidade a ilhas.

Esse foi o ponto de partida da argumentação de Galves (1989). Os exemplos envolvendo violações de ilhas apresentadas por Raposo foram refutadas na análise de Galves (1989) para o PB. Enquanto o exemplo (57) é agramatical, no PB é perfeitamente gramatical. Com base na ausência de sensibilidade a ilhas, Galves (1989) refuta a possibilidade de o objeto nulo em PB ser uma variável como em PE.

Galves (1989) também nota que enquanto no PE há alternância entre a categoria vazia e os pronomes clíticos, no PB essa alternância se dá com pronomes tônicos.

- (58)
- a. A Maria encontrou e_i na feira ontem
 - b. A Maria encontrou-a na feira ontem
 - c. A Maria encontrou ela na feira ontem

(58a) é possível em ambas as variedades. Enquanto (58b) se restringe a língua escrita no PB e é perfeitamente comum em PE, (58c) é absolutamente agramatical no PE e absolutamente comum no PB. A partir dessas evidências, Galves (1989) considera que a categoria vazia é um pronome (pro), ao contrário do que propõe Huang (1984).

Já Cyrino (1994) desenvolve um trabalho de cunho diacrônico em que levanta a hipótese de que ocorreu uma mudança linguística no estatuto da categoria vazia que licencia o objeto nulo, visto que o PB tem sua origem no PE e no PE os objetos nulos são mais restritos do que no PB. Cyrino relaciona a perda do clítico de 3ª pessoa com o aumento da ocorrência de objetos nulos no PB e constata que esse fenômeno começa a aparecer nos dados a partir do século XIX.

No estudo desenvolvido, Cyrino (1994) traça um paralelo entre a ocorrência de elipse proposicional e a ocorrência de objetos nulos e aponta que o objeto nulo se comporta como uma elipse proposicional pois aceita leitura estrita e imprecisa e tem antecedente [-animado] e propõe-se que o objeto nulo é resultado de uma elipse de DP. O fato apontado por Cyrino para descartar a análise do objeto nulo como sendo uma categoria pronominal é o fato de que, no PB, o objeto nulo não tolera antecedentes [+animados], mesmo encontrando esse tipo de sentença em seus dados.

- (59)
- a. P: - Descobriram o assassino do crime?
 - b. R: - Para mim a polícia não descobre $_$. (CYRINO, 1994, p. 146)

Segundo Cyrino (1994; 1997), o assassino do crime pode ser não-referencial e ter a

leitura “o assassino do crime, quem quer que ele seja” e ainda que [+específico], encontra-se numa estrutura que poderia ser considerada elipse de VP, por isso desconsidera este dado. Porém, em trabalhos subsequentes Cyrino reconhece a possibilidade de ocorrer objetos nulos com antecedente [+animado], mas apenas se esses ocorrerem em estruturas de elipse de VP, ou se tiverem um antecedente [-específico].

Cyrino (1997) reafirma que o objeto nulo é resultado de elipse em PF e reconstrução em LF e não pro. As evidências trazidas pela pesquisadora são as mesmas apresentadas em Cyrino (1997): o objeto nulo em PB suscita a mesma ambiguidade de leituras (imprecisa e estrita) da elipse de VP, leituras que não existiriam quando o pronome é anafórico.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, vimos que, desde sua formulação original, o PSN se destinava a capturar as diferenças entre as línguas que podiam ou não omitir o sujeito. Ainda ao longo da década de 1980, dentro do quadro de Princípios e Parâmetros a proposta do PSN foi reformulada a fim de atender línguas tipologicamente diferentes, além de surgirem propostas de outros parâmetros, a exemplo do Parâmetro Topic-drop com o propósito de explicar o comportamento das categorias vazias não só na posição de sujeito, mas também na posição de objeto. Com o advento do Programa Minimalista, não só a noção de parâmetro mudou, como também o status das categorias vazias.

Nessa nova perspectiva, os parâmetros são vistos como vinculados aos traços formais e o que varia nas línguas se limita às diferenças na especificação dos itens lexicais, seguindo a Conjectura Borer-Chomsky que, a princípio, se restringia aos microparâmetros e que foi estendida a noção de macroparâmetros por Holmberg e Roberts (2010).

Holmberg e Roberts (2010) também foram responsáveis por apresentar uma nova classificação das LSNs considerando uma série de características distintivas entre as línguas. Nessa classificação, as variedades europeia e brasileira do português estão separadas. Enquanto a primeira é classificada como LSN consistente, a segunda é classificada como LSN parcial. O que então está na base dessas diferenças?

A hipótese que eu levanto é que a variedade brasileira se tornou uma LSN parcial devido ao intenso contato do PCI com as línguas autóctones e as línguas africanas faladas por escravizados no território brasileiro durante o período colonial. A base para aventar tal hipótese se assenta em Biberauer e Roberts (2017) que defendem que PSN é um mesoparâmetro que,

apesar de bastante estável, é suscetível a mudanças em situações de intenso contato linguístico.

Partindo da hipótese de que o PCI está na base da emergência não só de uma gramática brasileira, mas também de uma gramática portuguesa, sigo diferentes trabalhos que defendem que o PCI é uma LSN consistente, assim como outras variedades de línguas oriundas do latim e o próprio latim, segundo Ledgeway (2012). Como LSN consistente, no PCI, o núcleo funcional que carrega a concordância do sujeito possui o status de um afixo pronominal em V alçado a T (BARBOSA 1995, 2009; ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, ORDONEZ; TREVINO 1999, entre outros). Como a morfologia de concordância do PB sofreu empobrecimento, o status pronominal do afixo se perde.

Ao contrário dos estudos de Gravina (2014) e Borges (2019) apontam como resultado da mudança de uma LSN consistente para uma LSNs parcial a perda do traço de definitude em T, eu sigo os trabalhos que correlacionam que o empobrecimento da morfologia de concordância com a perda do sujeito nulo.

Como apontado por Barbosa (2019) e Roberts (2019), as LSNs parciais se aproximam das LSNs radicais pois, além de permitirem sujeitos nulos impessoais/genéricos, permitem também objetos nulos e nomes nus. Nesse sentido, investigo a possibilidade de o objeto nulo ser licenciado desde o século XVII e investigo também se o status do objeto nulo mudou ao longo dos séculos XVII e XVIII.

5 O CORPUS DE CARTAS E ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR: METODOLOGIA DE ANÁLISE

Neste capítulo, apresento o *corpus* utilizado nesta pesquisa e a metodologia de análise. Faço uma breve discussão acerca da constituição de *corpora* históricos para estudos linguísticos. Ressalto as dificuldades que os pesquisadores da diacronia da língua enfrentam para reunir textos de sincronias passadas, tendo em vista não só a falta de políticas públicas para preservação do patrimônio cultural escrito brasileiro, mas também a política do Estado português que limitava o nível de letramento na sociedade colonial, não permitindo a instalação de universidades e de tipografias, por exemplo. Também discuto a necessidade de usarmos textos editados filologicamente, pois sem o critério e o rigor do filólogo torna-se difícil ter segurança na leitura e interpretação de tais documentos.

Partindo desta discussão, defendo a necessidade da constituição de *corpora* históricos eletrônicos anotados morfológica e sintaticamente, a exemplo do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Tal ação torna rápido o acesso aos dados históricos de uma língua ou de uma dada sincronia, além de possibilitar a replicabilidade da análise, algo intrínseco ao fazer científico. Desse modo, apresento a metodologia de preparação e anotação dos textos do *Corpus Tycho Brahe*, que será adotado nesta tese. Finalmente, apresento os critérios metodológicos para a análise dos fenômenos estudados.

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Na primeira seção, 5.1, discuto os aspectos relacionados à constituição de *corpora* históricos. Na seção 5.2, apresento a metodologia do processo de edição, anotação e as buscas realizadas nos textos que compõem o *corpus*.

5.1 A CONSTITUIÇÃO DE CORPORA HISTÓRICOS

Vimos, no capítulo 01, que o objeto de estudo da Teoria Gerativa é a competência linguística que permite ao falante produzir e entender um número ilimitado de palavras e frases. Por isso, as investigações na teoria gerativa se concentram no conhecimento interno que um falante possui. Uma das formas de “acessar” a esse conhecimento é mediante julgamentos de aceitabilidade que, muitas vezes, representaram uma peça central na pesquisa generativa ao lado da intuição¹.

¹ Apesar disso, a subjetividade dos julgamentos de aceitabilidade nem sempre representa uma vantagem ao linguista, pois, às vezes, os julgamentos gramaticais podem ser conflitantes. Além disso, é necessária uma base empírica mais extensa. Portanto, uma pesquisa cuidadosa e estatisticamente válida com *corpus* é relevante para

Nos estudos diacrônicos, não podemos contar com dados de evidência negativa próprios do método dedutivo. Os dados a que temos acesso estão restritos a aqueles que sobreviveram às vicissitudes do tempo. Sendo assim, resta-nos analisar o conjunto de textos escritos que revelam estágios linguísticos sucessivos. Ainda que esses dados não consigam representar o conjunto infinito de frases bem formadas de uma língua, eles são resultado da competência linguística do falante.

Uma forma de tentar ampliar ao máximo o número de dados históricos a que temos acesso é a elaboração de grandes *corpora* com fins de investigação linguística. Definir *corpus* não é muito simples. De acordo com Sinclair (1991, p. 171), “um *corpus* é uma coleção de textos escolhidos para caracterizar um estado ou uma variedade de uma língua”. Segundo Hundton (2002), um *corpus* pode abranger desde algumas frases até um conjunto de textos escritos ou gravações coletadas para um estudo linguístico. Os dados que compõem um *corpus* devem ser autênticos, escolhidos e colhidos com critério, ser vastos e representativos de uma língua ou de uma variedade linguística. Mais recentemente, a palavra tem sido reservada para coleções de textos (ou partes de texto) que são armazenadas e acessadas eletronicamente.

Um *corpus* pode se caracterizar, entre outras coisas, por seu tamanho – pequeno (até 80 mil palavras), pequeno-médio (80 mil a 250 mil palavras), médio (250 mil a 1 milhão de palavras), médio-grande (1 milhão a 10 milhões de palavras) e grande (acima de 10 milhões de palavras) – e tipologia – escrito ou oral, sincrônico ou diacrônico, bilíngue ou monolíngue, etc. – buscando investigar, sobretudo, os usos reais da língua a fim de fazer generalizações sobre o funcionamento linguístico (BERBER SARDINHA, 2004).

O uso de *corpus* para estudo linguístico não é algo relativamente recente. No âmbito da linguística histórica, porém, a constituição de *corpora* é uma tarefa árdua, onerosa e longa. A tarefa é árdua porque o estudioso de linguística histórica tem que “escavar” em busca documentos em arquivos públicos, acervos pessoais e bibliotecas. Portanto, depende do compromisso social com a preservação do patrimônio cultural escrito. Tal tarefa se torna ainda mais penosa quando olhamos para o Brasil, cuja política arquivística é precária e, portanto, as fontes documentais estão mal acondicionadas, à mercê de insetos e/ou do manuseio inadequado por agentes humanos.

A tarefa é onerosa por duas questões. A primeira, ligada à conservação do patrimônio cultural escrito, envolve investimento (pessoal e do poder público), a fim de, entre outras coisas, saber ler, saber manusear, contar com material adequado para fotografar e/ou digitalizar os documentos. A segunda questão, particularmente ligada ao Brasil, está associada à dispersão

muitas questões linguísticas (cf. KRUYT, 1998).

documental relativa ao período colonial. Muitos documentos encontram-se em diferentes acervos, alguns geograficamente distantes, inclusive fora do país, sendo custoso ao pesquisador reunir tal documentação. Por fim, a tarefa é longa porque a constituição de *corpora* não ocorre do dia para a noite. Um *corpus* de tamanho médio-grande, como o *Corpus Tycho Brahe*, por exemplo, vem sendo construído a mais de 20 anos.

Os *corpora* modernos são construídos com a intenção de fornecer uma amostra que represente a produção da comunidade de fala. No trabalho histórico, isso é mais complicado, pois sua constituição depende dos materiais que sobreviveram às vicissitudes do tempo. No que se refere ao Brasil, a ausência de cultura letrada, por meio da proibição da imprensa, das tipografias e das universidades evidencia que a política do Estado português era “de controle [...] de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2006, p. 18-19). Portanto, a documentação remanescente do período colonial é fragmentária e, muitas vezes, se restringe à documentação relativa à administração portuguesa.

Sobre a representação da comunidade de fala, Mattos e Silva (1994, p. 22) pontua o seguinte:

Todos que trabalham com as línguas em perspectiva histórica sabem que a representatividade do *corpus* é a grande pedra no caminho: sobre que dados generalizar? São eles, os documentos do passado, os únicos informantes sobre o passado das línguas com escrita. Não dispomos do “falante nativo” para julgamentos de agramaticalidade/gramaticalidade [...]. Será a recorrência de fatos linguísticos nos dados dos documentos o indicador para nos tirar desses dilemas.

Logo, os *corpora* históricos devem ser amplos o quanto for possível, contar com diferentes tipos textuais, com textos produzidos em diferentes espaços geográficos, por indivíduos de diferentes níveis sociais e com diferentes graus de letramento (MATTOS E SILVA, 2004). O crescimento dos estudos linguísticos via *corpora* exige também que os dados armazenados sejam datados e localizados. No caso dos *corpora* históricos, é de fundamental importância que tais dados sejam tratados sob o crivo filológico. De acordo com Mattos e Silva (2004), sem o rigor filológico é impossível realizar quaisquer análises histórico-diacrônica. A Filologia, portanto, preserva a historicidade dos textos antigos que são a base dos estudos linguísticos em perspectiva histórica.

A constituição de *corpora* históricos, então, leva a um “Retorno à Filologia”, tal como advoga Castro (1995). Porém, o movimento de retorno não pode se reduzir a uma simples restauração dos conceitos e práticas tradicionais na esfera filológica, pois houve uma verdadeira revolução no modo de se fazer Filologia e, também, Linguística Histórica nas últimas décadas.

Um dos elementos responsáveis por esta revolução é o computador cuja existência impôs ao filólogo e ao historiador da língua muitos desafios.

Antes limitada ao suporte papel, as edições filológicas passaram a ser realizadas também em suporte eletrônico e/ou digital, o que conferiu dinamicidade à técnica. A potencialidade oferecida pelos novos recursos é vista desde digitalização e armazenamento dos testemunhos até a possibilidade de “reproduzir os mecanismos não-lineares da escrita, o que abre perspectivas ainda indefinidas” (CASTRO, 1995, p. 519) ao exercício filológico.

A repercussão do uso de ferramentas tecnológicas também afetou o trabalho de construção de *corpora*. A possibilidade de armazenar dados linguísticos em meio eletrônico inovou o modo como a linguagem é estudada, sendo inúmeras as vantagens de fazê-la. Os *corpora* eletrônicos: (1) podem armazenar e processar uma grande quantidade de dados de modo automatizado; (2) geralmente são maiores que os *corpora* montados em outros meios; e (3) podem ser utilizados de forma não-linear tanto quantitativa quanto qualitativamente.

No Brasil, temos grandes projetos de *corpora* históricos rigorosamente elaborados e organizados, dos quais destaco: o *corpus* do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) e o *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, o *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS) e o *Projeto Memória Conquistense*. Tais projetos têm níveis de elaboração e acessibilidade diferentes.

O PHPB se dedica a reunir fontes documentais de vários gêneros textuais e de diferentes regiões geográficas que se restringem basicamente ao século XIX. Atualmente, o objetivo do PHPB é retroagir temporalmente em busca de fontes documentais dos séculos XVII e XVIII. O acesso aos *corpora* organizados pelo PHPB é limitado às equipes regionais que fazem parte do projeto.

O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* é composto de diversos textos de falantes nativos do português nascidos entre 1380 e 1881. Ao longo dos últimos vinte anos, o *Corpus Tycho Brahe* se expandiu sobremaneira, tanto no que diz respeito ao número total de palavras e aos períodos envolvidos quanto à sua anotação morfológica e sintática. Houve a expansão também dos gêneros textuais representados no *corpus*. Hoje, conta com documentos de circulação pública – jornais, documentos administrativos e textos literários – e documentos particulares, como cartas pessoais. Outro aspecto importante é que o *corpus* conta com documentos de origem variada e representativos das camadas populares, como os documentos produzidos por “mãos inábeis” (MARQUILHAS, 1998) e por “mãos cândidas” (SANTIAGO, 2012). Para isso, conta com a parceria com o *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS) e o

Projeto Memória Conquistense. Qualquer pesquisador pode acessar o *corpus* que está disponível na rede mundial de computadores.

O CE-DOHS conta com um acervo de documentos escritos por indivíduos nascidos no Brasil e em Portugal, entre 1450 e 1850, que migraram para o Brasil, sobretudo na ocasião da administração dos governadores gerais e vice-reis, entre 1549 e 1750. Há também um pequeno acervo pessoal escritos no Brasil por portugueses no século XIX. Constam, ainda, edições impressas de anúncios e cartas de leitores e redatores, publicadas na Bahia, entre 1811 e 2006 (CARNEIRO; LACERDA, 2019).

Além de contar com documentos escritos, fazem parte do CE-DOHS amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia, totalizando, aproximadamente, 1.022.166 palavras. Os textos do CE-DOHS são representativos das vertentes culta, semiculta e popular e permitem estudar o português tanto do ponto de vista linguístico quanto em aspectos ligados à história da cultura escrita (LACERDA; CARNEIRO; SANTIAGO, 2017).

Já o *Projeto Memória Conquistense* visa à disponibilização de textos antigos no formato digital, guiado pelo critério básico da transparência da codificação, o grau de independência da linguagem de anotação com relação a aplicativos de processamento. Os documentos que compõem o projeto são de natureza diversas e estão situados principalmente na cidade de Vitória da Conquista.

Tanto o *Corpus Tycho Brahe*, quanto o CE-DOHS e o *Projeto Memória Conquistense* é o que podemos chamar de *corpus* eletrônico. Vejamos o porquê.

5.1.1 **Corpus eletrônico: o que é e como se caracteriza**

Definimos acima o que seria um *corpus*. Agora, vamos definir o que é um *corpus* eletrônico. Um *corpus* eletrônico é uma coleção de textos em suporte digital, com a finalidade de extrair automaticamente informações relativas ao conteúdo e às estruturas linguísticas presentes nos textos (BERBER SARDINHA, 2004). São inúmeras as ferramentas computacionais utilizadas para extrair dados dos corpora eletrônicos. Entre elas estão programas para listar palavras, etiquetadores, concordanciadores, além dos chamados analisadores sintáticos.

Um *corpus* eletrônico ideal seria aquele que, ao mesmo tempo que é livre de erros, conta com anotação morfológica (lematização), anotação de classe de palavras (etiquetagem), anotação sintática (parsing) e anotação das relações semânticas, sendo possível, desse modo, analisar fenômenos linguísticos desde o nível lexical até o nível semântico. Obviamente, o *corpus*

eletrônico ideal não existe (JENSET; MCGILLIVRAY, 2017).

O uso de ferramentas computacionais é fundamental nesse empreendimento, pois a automatização dos processos visa diminuir os erros decorrentes dos processos de anotação. Porém, sabe-se que, mesmo automatizados, tais processos apresentam algumas imperfeições, algo bastante natural, pois muitas ferramentas de automatização são probabilísticas (JENSET; MCGILLIVRAY, 2017).

O uso de *corpora* eletrônicos revolucionou sobretudo a pesquisa em sintaxe diacrônica, dado que a mudança sintática é menos perceptível e mais lenta do que a mudança em outros níveis, por exemplo. Os *corpora* eletrônicos anotados sintaticamente transformaram completamente o escopo, a precisão e a velocidade com que as pesquisas sobre sintaxe são realizadas, não só do ponto de vista quantitativo, mas também do ponto de vista qualitativo.

Os *corpora* eletrônicos tornam os dados permanentes e extensíveis a novas pesquisas, uma vez que codificam as informações presentes nos textos, registrando-as de modo controlado, explícito e recuperável, permitindo que as investigações linguísticas sejam replicadas. Apesar de ser árdua, onerosa e longa, a tarefa de constituição de *corpora* históricos é também bastante vantajosa, pois permite a coleta e a exploração de um conjunto de dados úteis para descrição e análise linguística de forma mais rápida, prática e confiável.

Um exemplo disso é o *Corpus Tycho Brahe*, “criado para elucidar algumas questões em aberto na história sintática do PE, entre o século 16 e o século 19, período pouco estudado pelos trabalhos anteriores, que se concentravam na fase mais antiga da língua” (GALVES, 2019, p. 195). A partir do *corpus* foi possível testar empiricamente a hipótese de que o PE emerge no século XVIII e não no século XVII e propor uma nova periodização para o PE.

Além de trazer evidência empírica muito forte de que a sintaxe do português europeu moderno aparece nos textos dos autores nascidos depois de 1700 [...], o CTB também permite descrever o estado de língua que chamamos de português clássico, ou seja a língua escrita, e por hipótese falada, pelos autores nascidos nos séculos 16 e 17. Ou seja, além de permitir um trabalho diacrônico sobre a língua, ele também nos dá elementos para escrever gramáticas sincrônicas de fases passadas (GALVES, 2019, p. 198).

A partir do *Corpus Tycho Brahe* foi possível melhor compreender a história interna do PE, a partir do século XVI. Frutíferos trabalhos foram desenvolvidos a partir desse material. Muitos deles servirão de base ou comparativa ou teórica para esta tese. Atualmente, a proposta é incluir no *Corpus Tycho Brahe* textos que ajudem a contar a história interna do PB, através do projeto *CorPorA II: um corpus anotado para a história do português brasileiro*.

O projeto CorPorA II propõe a criação do *Corpus Tycho Brahe-Brasil* (CTB-Brasil), constituído de textos escritos no Brasil entre o século XVI e o século XX, com ênfase em textos anteriores ao século XIX, pouco estudados de um ponto de vista sintático até agora, e em textos de “mãos cândidas”, menos marcados pela norma linguística, e portanto mais representativos do vernacular popular. Esse projeto é resultado da parceria de quatro instituições públicas de ensino: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os projetos de pesquisa envolvidos são: *Os caminhos do português no Brasil: um estudo baseado em corpus anotado*, coordenado pela Profa. Dra. Charlotte Galves; *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, coordenado pelas Profas. Dras. Zenaide Carneiro e Mariana Fagundes e o *Programa Para a História da Língua Portuguesa*, coordenado pela Profa. Dra. Juliana Soledade.

O *corpus* que compõe esta tese integrará o CTB-Brasil e o CE-DOHS e será apresentado a seguir.

5.2 O CORPUS DE CARTAS E ATAS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR

Durante o século XVII, a cidade de Salvador se torna uma metrópole comercial, devido ao seu papel essencial na exportação de açúcar, fumo e algodão, bem como no fornecimento de mão de obra escrava para outras capitanias no território brasileiro. Com isso, a cidade ficou conhecida como “cabeça do Estado do Brasil”, tendo em vista a corporificação do Estado Português ao longo do século XVII (CARDIM; KRAUSE, 2016).

Por conta da institucionalização vivida na Bahia, a estrutura do governo-geral torna-se mais complexa ao longo do século XVII, o que leva à densificação de ofícios régios e, por fim, ao protagonismo da Bahia junto à Corte de Lisboa, conseguindo o mesmo estatuto que as cidades de Lisboa, Porto, Évora e Goa. A Câmara Municipal se torna, desse modo, essencial para consolidar a integração entre o governo português e o Estado do Brasil (CARDIM; KRAUSE, 2016).

Uma das ações mais prementes da Câmara era a disciplinarização da vida coletiva e, portanto, pública. Os cargos relacionados à Câmara eram, em sua maioria, voltados ao controle da vida social, com funções fiscalizadoras, disciplinadoras, orientadoras e, em certos casos, punitivas. Enquanto agente responsável pela organização e controle das esferas da vida cidadina, as Câmaras municipais reforçavam o sentido da colonização, evidenciando o poder

econômico-social e cultural da metrópole sobre a colônia (CARDIM; KRAUSE, 2016).

As Câmaras municipais foram um dos principais instrumentos para a consolidação do poder político-social da metrópole no Brasil. No processo de conquista e colonização do Brasil, a disseminação dos núcleos de povoados centrou-se na estruturação desses organismos, possuidores de parcelas significativas do poder do Estado e com jurisdição circunscrita ao âmbito da organização e administração local (CARDIM; KRAUSE, 2016).

A câmara de Salvador era um dos principais lugares em que assentava o poder político da Coroa na cidade e isso se reflete na intensidade de papéis gerados ao longo da história da câmara. No período colonial, os documentos gerados pelas Câmaras Municipais eram de três tipos: Registros internos; a correspondência emitida; correspondência recebida proveniente do centro da monarquia (CARDIM; KRAUSE, 2016).

Os Registros internos eram compostos basicamente pelas atas da câmara/acórdãos, listas nominativas dos eleitores, livros de receitas e despesas, registros da correspondência emitida e recebida. Dos documentos listados nos interessam as atas da Câmara. O conteúdo das Atas da Câmara possibilita recuperar um pouco do cotidiano da Câmara e do governo na época relativos à gestão da Capital, visto que retratavam o que ocorria nas seções de vereação.

Já a correspondência emitida era composta por cartas enviadas ao governador/vice-rei, ao Rei, ao Procurador da Câmara em Lisboa, ao Conselho Ultramarino, entre outros. Tais documentos eram os principais meios de comunicação entre a colônia e a metrópole. De acordo com Cardim e Krause (2016, p. 63),

O envio de cartas para a corte dependia, naturalmente, do ritmo de chegada e de partida de navios para o reino. Em regra, a câmara da Bahia confiava essas cartas a mercadores ou navios que estavam de partida para Lisboa, assinalando, através de uma cerimônia, a entrega das suas cartas. A solenidade decorria, habitualmente, no edifício da câmara e os mercadores – ou os mestres de navio, conforme o caso – tinham a obrigação de jurar que iriam entregar essas missivas aos seus destinatários. E ficavam também incumbidos de enviar, de volta, uma declaração assinada pelo destinatário na qual se declarava que a carta tinha sido entregue ao destinatário “correto”.

O conteúdo das cartas varia bastante: desde a autonomia político-jurisdicional da câmara, passando pelas tensões ligadas ao preço do açúcar, à carência de moeda, aos privilégios que gozam os familiares do Santo Ofício, até a relação entre a câmara e os povos indígenas e africanos (CARDIM; KRAUSE, 2016).

As cartas e atas conservadas pelo arquivo histórico da Câmara de Salvador têm servido de base para o desenvolvimento de muitas pesquisas históricas, porém nunca foram utilizadas para estudos e/ou pesquisas a nível linguístico. Por isso, e visando alcançar o objetivo desta tese

– observar se as cartas e atas produzidas por brasileiros nascidos entre 1580 e 1719, escrevendo ao longo dos séculos XVII e XVIII, apresentam alguma mudança em relação ao PCI e ao PE moderno – organizei e analisei um *corpus* com os seis volumes das *Cartas do Senado a Sua Magestade* e os volumes dez e onze dos Livros de *Atas da Câmara*.

Tabela 5.1 – Composição do *corpus*

Volumes	Ano de escrita	Gênero Textual
Volume 01	1638-1673	Carta
Volume 02	1673-1684	Carta
Volume 03	1684-1692	Carta
Volume 04	1693-1698	Carta
Volume 05	1699-1710	Carta
Volume 06	1710-1730	Carta
Volume 10	1751-1765	Ata
Volume 11	1765-1775	Ata

5.2.1 O Cargo de escrivão

Considerando a história das câmaras municipais na América Portuguesa, sabe-se que a composição camarária era definida por eleições realizadas a cada três anos e que somente os cidadãos considerados *Homens bons* poderiam participar das eleições. O termo *homens bons* era utilizado para designar os membros da nobreza local, elegíveis às Câmaras municipais. Os requisitos para ser considerado Homem bom eram: ser maior de 25 anos, casado ou emancipado, católico, e sem nenhuma “impureza de sangue”². Na Bahia colonial, os *Homens bons* eram os senhores de engenho, militares e comerciantes, além de se dedicarem aos ofícios camarários (CARDIM; KRAUSE, 2016).

Os principais ofícios camarários na Bahia, no século XVII, eram os de escrivão³, almotacé das execuções e tesoureiro. Para poder exercer o cargo de escrivão era necessário saber ler e escrever além de ter relativo conhecimento da legislação portuguesa. Era responsabilidade do escrivão lavrar as atas das sessões, organizar o movimento financeiro do Conselho da Câmara, lavrar os acordos e mandatos dos vereadores em livro apropriado, escrever as cartas

² O critério de “pureza de sangue” começou a ser utilizado na península Ibérica no século XVI em ordens religiosas e militares, bem como nas eleições para ocupação de cargos públicos e eclesiásticos, a fim de isolar os cristãos-novos na vida social.

³ Além dos escrivães da câmara, havia também outros escrivães que serviam na esfera civil como os escrivães das almotaçarias, dos juízos, de justificação e notas, dos órfãos, dos defuntos e ausentes (STUMPF, 2017; ORDENAÇÕES FELIPINAS, 1870).

testemunháveis e os requerimentos feitos aos vereadores, ser depositário de uma das chaves da câmara, entre outras atribuições (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870).

Figura fundamental para a governabilidade das vilas e cidades do império português na América, o escrivão era o representante da coroa, guardião da memória administrativa. Sua função era reavivar a onipresença régia e contribuir para o bom desempenho dos oficiais na administração local, registrando as ordens ditadas pelos governadores e especialmente as normas enviadas de Portugal (STUMPF, 2017).

Além de ser representante da Coroa Portuguesa, o escrivão também era o oficial da escrita. A figura do escrivão era a de um profissional letrado que reunia a formação de leitor-escrevente, a formação contabilística e conhecimento de matérias de foro legislativo, jurídico, financeiro.

Ao contrário dos demais cargos subordinados à Câmara Municipal, o cargo de escrivão era vitalício e indicado por Provisão Real. Em caso de falecimento do proprietário, o cargo passava a pertencer a um de seus herdeiros (STUMPF, 2017). Os primeiros a ocupar o cargo de escrivão eram portugueses de nascimento, mas à medida em que elites locais se consolidaram na colônia, homens nascidos no Brasil também passaram a assumir tal função.

- Livro 01 – *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Escrivão	Nascimento	Origem
Sebastião da Rocha Pita	1580	Português
Rui de Carvalho Pinheiro	1602	Brasileiro
Baltazar de Aragão Araújo	1599-1613	Brasileiro
Francisco de Negreiros Soeiro	1615-1620	Brasileiro
João da Silva Vieira	1600	Português

- Livro 02 – *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Escrivão	Nascimento	Origem
João Peixoto Veigas	~ 1620	Português
Domingos Garcia de Aragão	~ 1630	Brasileiro
João de Couros Carneiro	1640	Português

- Livro 03 – *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Escrivão	Nascimento	Origem
João de Couros Carneiro	1640	Português

- Livro 04 – *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Escrivão	Nascimento	Origem
João de Couros Carneiro (filho)	1670	Brasileiro

- Livro 05 – *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Escrivão	Nascimento	Origem
Pedro Dias Pereira	1650	Brasileiro
Manuel Pessoa de Vasconcelos	1672	Brasileiro
João de Couros Carneiro (filho)	1670	Brasileiro

- Livro 06 – *Cartas do Senado a Sua Magestade*

Escrivão	Nascimento	Origem
Manuel da Silveira de Magalhães ⁴	1670	Brasileiro
Manuel Pessoa de Vasconcelos	1672	Brasileiro
João de Couros Carneiro (Neto)	1700	Brasileiro

- Atas da Câmara – Volumes 10 e 11

Tabela 5.2 – Escrivães da Câmara Municipal de Salvador entre 1638-1775

Escrivão	Nascimento	Origem
Jerônimo Sodré Pereira	~ 1710	Brasileiro
Joaquim Rodrigues da Silveira	~ 1720	Brasileiro
João Duarte Silva	~ 1725	Brasileiro
José Álvaro Pereira Sodré	1721	Brasileiro
Manuel José de Azevedo	~ 1720	Brasileiro

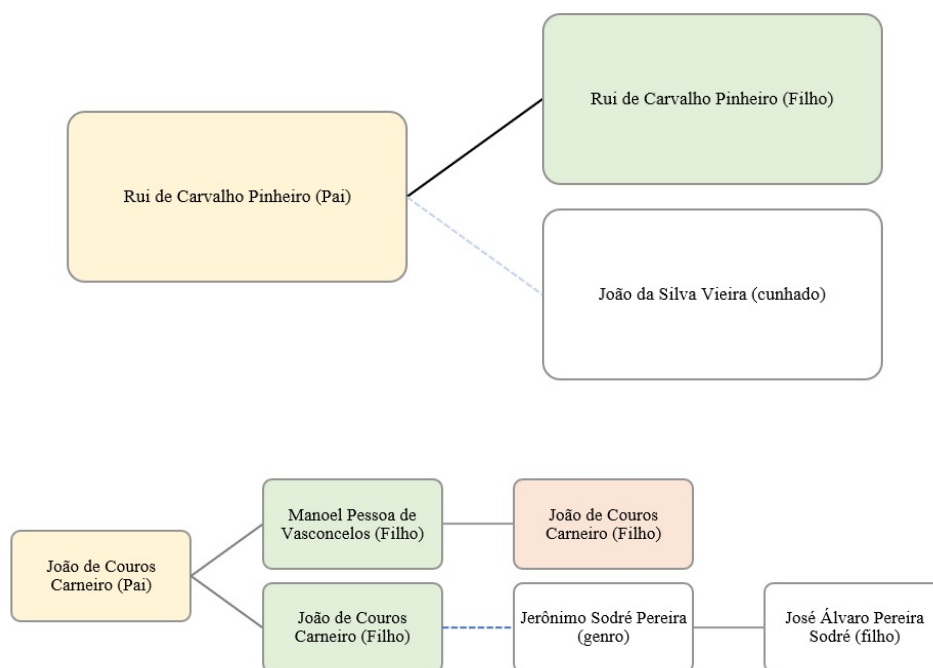
Apesar de o ofício de escrivão da Câmara ser ocupado por titulares que tinham direitos adquiridos por serem herdeiros dos antigos proprietários, em alguns momentos por situações atípicas, o cargo mudava de proprietário. Foi assim, quando o escrivão Rui de Carvalho Pinheiro, acusado de cristão novo, perdeu a propriedade do cargo que herdara de seu pai, Rui de Carvalho Pinheiro, em 1647.

Com isso, em 1667, o ofício de escrivão da câmara de Salvador foi posto à venda, como meio de arrecadar renda dado que a Bahia passava por uma situação de penúria financeira e não

conseguia prover a infantaria de munições. João de Couros Carneiro comprou o ofício por 8 mil e quinhentos cruzados e a posse do cargo ficou em mãos de seus herdeiros até a 1744 (SOUSA, 1996; STUMPF, 2017), quando foi reivindicado por seu Jeronimo Sodré Pereira, por ser genro de João de Couros Carneiro (Neto).

Abaixo, apresento as relações de parentesco entre aqueles que ocuparam o cargo de escrivão.

Figura 5.1 – Relações de parentesco entre aqueles que ocuparam o cargo de escrivão



Fonte: elaboração própria

A partir de 1761, no reinado de D. José I, houve a tentativa de incentivar a venda dos ofícios intermédios, incluindo o ofício de escrivão. Mas foi com o Regimento de 1770, que o cargo de escrivão deixou de ser hereditário.

5.2.2 A Composição do *corpus*

Foram selecionadas do acervo de Cartas da Câmara Municipal de Salvador, 346 cartas escritas ao Rei por 18 escrivães, ao longo do século XVII e primeira metade do século XVIII. Do acervo de atas, foram selecionadas aproximadamente 1330 atas. O total de palavras analisadas é de 308.649 palavras. Foram selecionadas apenas as cartas e as atas em que se pode rastrear quem era o escrevente, desse modo, um *corpus* foi criado em paralelo chamado de *varia*. O *corpus varia* não será utilizado nesta tese.

No momento da análise dos dados, consideraremos os seguintes aspectos: período de nascimento dos escrivães, período de escrita das cartas e atas, e origem dos escrivães.

Com relação à origem dos escrivães, os escrivães foram separados entre brasileiros e portugueses, como pode ser visto abaixo. Considero que é de fundamental importância identificar a origem dos escrivães, pois segundo Barbosa (2006, p. 533),

a partir do confronto de seus escritos, seremos capazes de avaliar a trajetória dos dados linguísticos de lusos e de reinóis americanos da Coroa portuguesa para identificar: 1) o que, com o passar do tempo, foi abandonado pelo português europeu e mantido no português brasileiro; 2) o que caiu em desuso no Brasil, mas permaneceu vigoroso em Portugal e 3) o que viria a ser criado, de lado a lado do Atlântico, durante a Colônia e a partir da separação política.

Tabela 5.3 – Escrivães da Câmara por local de nascimento

Origem	Escrivão
Brasileiro	14
Português	04

Os escrivães foram separados por período de nascimento, considerando a classificação proposta no Manual de Edição do *Corpus Tycho Brahe*. Como não há portugueses nascidos a partir da segunda metade do século XVII ocupando o cargo de escrivão, compararemos tais dados com os encontrados em outras pesquisas.

Figura 5.2 – Escrivães da Câmara por período de nascimento

Período	Escrivão	
	Brasileiros	Portugueses
1550-1599		01
1600-1649	04	03
1650-1699	06	-
1700-1749	06	-

Fonte: elaboração própria

Por fim, seguindo a classificação de Carneiro (2005), separei os escrivães em cultos – que seguiram para o estudo universitário em Lisboa – e os semicultos – aqueles que não o frequentaram. Desse modo, temos 04 brasileiros que frequentaram o ensino em Lisboa, dois

deles membros da Academia Brasílica dos Esquecidos – João de Couros Carneiro (Neto) e Academia Brasílica dos Renascidos – José Álvaro Pereira Sodré.

Tabela 5.4 – Escrivães da Câmara por grau de letramento

	Brasileiros	Português	Total
Cultos	04		04
Semicultos	12	04	16

5.3 METODOLOGIA

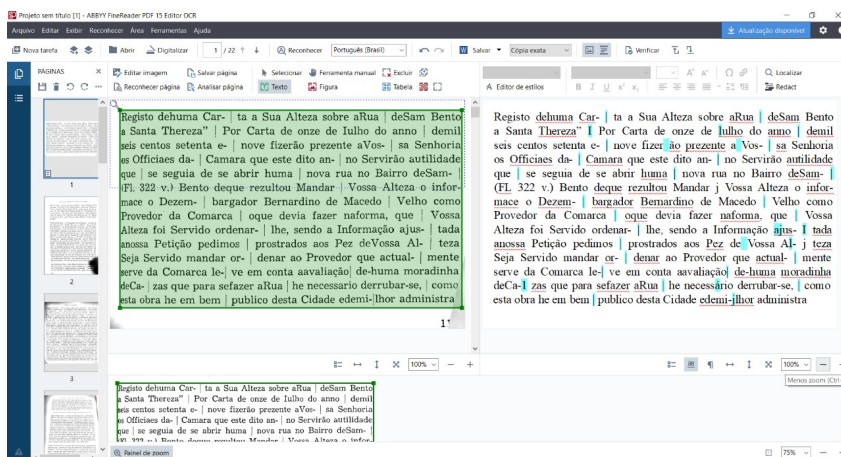
5.3.1 Digitalização e Transcrição do *corpus*

O processo de preparação dos textos que compõem o *Corpus Cartas e Atas da Câmara Municipal de Salvador* segue as diretrizes do *Corpus Tycho Brahe*, que vão desde a catalogação, a transcrição, a codificação da interferência editorial até a apresentação dos textos.

Na etapa de *recensio*⁵, foram reunidas as cartas publicadas pela Editora do Estado da Bahia ao longo da segunda metade do século XX. Para se evitar os erros de cópia, os textos foram digitalizados e transcritos com o auxílio do *ABBYY FineReader PDF 15 Editor OCR*, uma aplicação de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) desenvolvida para converter documentos escaneados, PDFs e fotografias digitais para arquivos eletrônicos pesquisáveis e editáveis. O uso do OCR facilita bastante o processo de transcrição e o *ABBYY FineReader PDF 15 Editor OCR* apresenta uma taxa bastante razoável de acertos, o que faz com que valha a pena a sua utilização.

⁵ *Recensio* ou *recensão* é uma das etapas do método de edição de textos. É o estudo da tradição manuscrita ou impressa de uma dada obra.

Figura 5.3 – Interface do software ABBYY FineReader PDF 15 Editor OCR



Fonte: elaboração própria

O texto resultado do processo de digitalização foi revisto palavra por palavra, com a correção dos possíveis erros e geraram-se documentos eletrônicos em formato .rtf. No processo de transcrição, geramos dois arquivos, um com a transcrição fidedigna ao texto de base, e um segundo em que foram removidas as indicações de mudança de linha | a fim de que pudéssemos satisfazer aos objetivos linguísticos desta pesquisa.

Uma vez transcrito, o texto é convertido em um arquivo XML e segue-se a etapa de edição. No caso dos textos que compõem os *corpora* relatados, como as edições são utilizadas para análise linguística automatizada, estas, portanto, possuem baixo grau de intervenção do editor. Geralmente as intervenções feitas visam a uniformização ortográfica dos textos com o objetivo de atribuir etiquetas às palavras. Tais uniformizações são feitas com o editor de textos *e-Dictor*.

5.3.2 O *e-Dictor*: edição e anotação morfológica

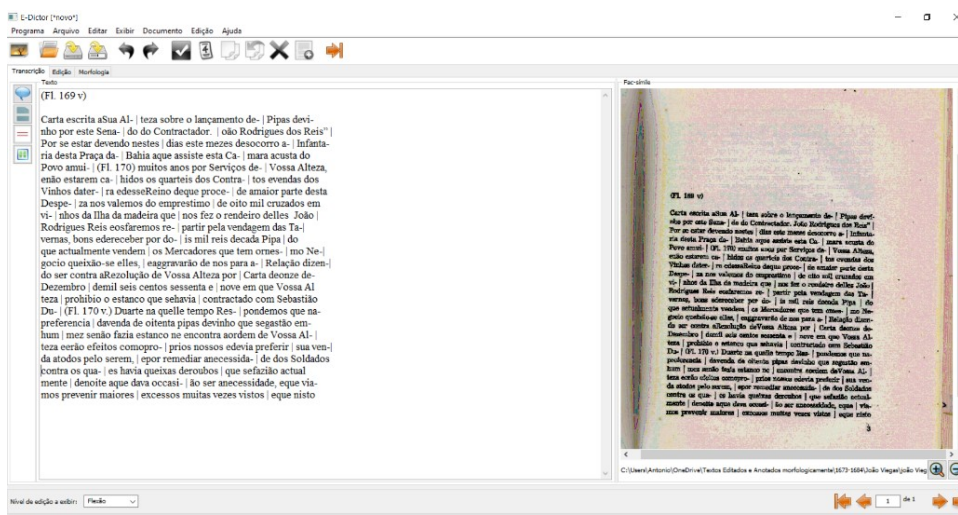
O *e-Dictor* surgiu no âmbito da construção do *Corpus Tycho Brahe*, com o objetivo de facilitar o trabalho de edição eletrônica de textos antigos para fins de análise linguística automática. Uma vez que as características gráficas e grafemáticas dos textos mais antigos dificultam o processamento automático do texto, viu-se a necessidade de criar um editor de textos que unisse o processamento automático de textos e os objetivos da edição filológica (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009).

De acordo com Paixão de Sousa (2007), “o sistema de edição utilizado no *corpus* Histórico do Português Tycho Brahe foi desenvolvido de modo a trazer para o âmbito do

trabalho de edição filológica alguns avanços no processamento eletrônico de textos”. Desse modo, o *e-Dictor* permite que os textos sejam editados eletronicamente sem que se percam as características do texto original, importantes para o estudo histórico da língua.

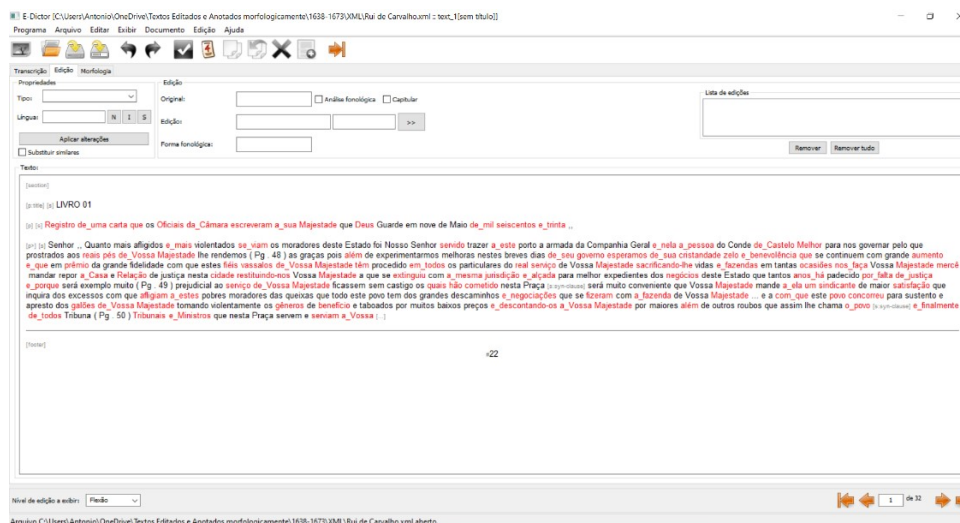
O *e-Dictor* conta com três abas na área de texto: Transcrição, Edição e Morfologia. A Transcrição serve para transcrever o texto fonte, inclusive com a opção de anexar o texto digitalizado a fim de facilitar o processo de transcrição, caso opte-se por não utilizar as ferramentas OCR. Nesta aba é possível marcar quebras de parágrafo e quebra de sentença (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009).

Figura 5.4 – Interface da aba Transcrição do *e-Dictor*



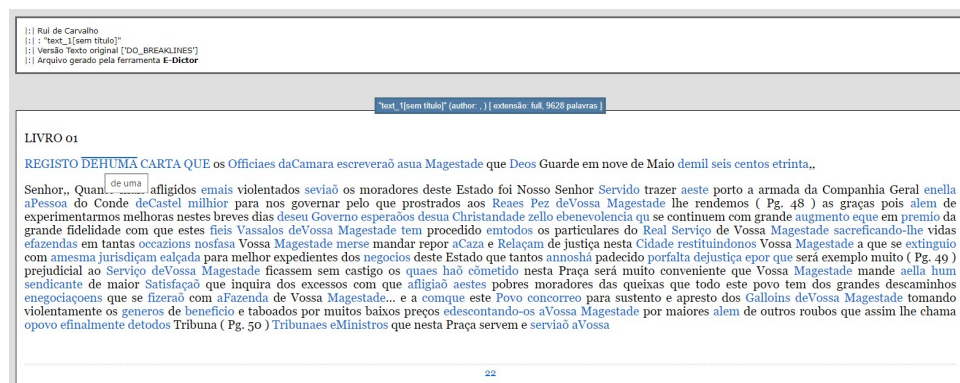
Na aba Edição, o texto é exibido com marcações em sua estrutura e palavras. As modificações feitas são exibidas em destaque, na cor vermelha, para que o usuário possa ver exatamente quais elementos foram editados. Para acessar os elementos do texto, é só clicar sobre eles. Os níveis básicos de edição do *e-Dictor* são junção e segmentação, sendo possível criar diferentes níveis de edição de acordo com o texto fonte. Nesse espaço, é possível modernizar as grafias, normalizar os aspectos grafemáticos, adequando o texto para o processamento automático (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009).

Figura 5.5 – Interface da aba Edição do *e-Dictor*



O *e-Dictor* preserva as formas originais no mesmo plano em que se acrescentam formas interpretadas pelo editor (uniformizações, conjecturas etc.). A edição eletrônica difere da edição em suporte papel através do uso de recursos como caixas flutuantes e hiperlinks que aparecem no mesmo plano que as formas originais.

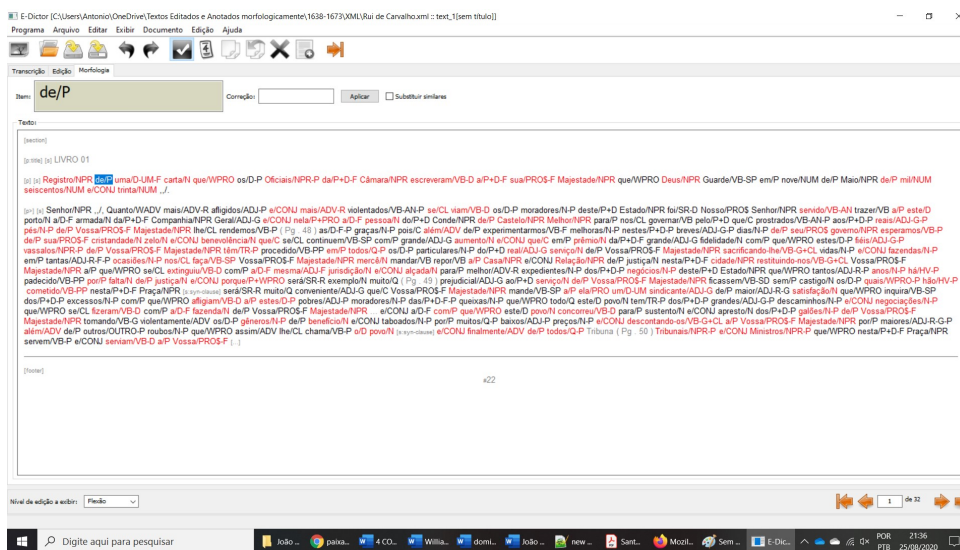
Figura 5.6 – Edição em html, de “Cartas da Câmara Municipal de Salvador” (1638-1730)



Uma vez finalizada a edição, procedemos ao passo seguinte: a etiquetagem morfológica dos textos, feita através da aba Morfologia. A etiquetagem morfológica⁶ é fruto da integração de um etiquetador desenvolvido por Kepler e Finger (2006), baseado no método probabilístico. Isso significa que mesmo com um alto índice de acertos, é necessário revisar as etiquetas atribuídas automaticamente pelo *e-Dictor*.

⁶ O etiquetador automático para o português foi desenvolvido por Marcelo Finger (IME-USP) baseado em parte no etiquetador de Eric Brill para o inglês (cf. Finger 1998, 2000).

Figura 5.7 – Interface da aba Morfologia do e-Dictor



Corrigida a etiquetagem morfológica⁷, seguimos para a etapa seguinte que é a preparação do texto para a anotação sintática. Para tanto, é necessário exportar o texto etiquetado em formato .txt. É importante ressaltar que a etapa de etiquetagem é muito importante para as etapas seguintes, visto que o sistema de anotação é baseado em regras e caso a etiqueta esteja incorreta, isso implica em erro no processo de anotação sintática.

5.3.3 A anotação sintática

Após as etapas de edição e anotação morfológica, seguimos para a etapa de anotação sintática. Os princípios gerais adotados para anotação sintática dos textos estão disponíveis no manual de anotação sintática Portuguese Syntactic Annotation Manual⁸, no site <<https://www.tycho.iel.unicamp.br/manual/>> (MAGRO; GALVES, 2019) e se baseiam no sistema de anotação do *Penn Parsed Corpora of Historical English*, que foi coordenado por Anthony Kroch. Esse sistema era utilizado inicialmente pelo *Corpus Tycho Brahe* e foi estendido também para o *Corpus dos Dialectos do Português voltado para a sintaxe* (CORDIAL-SIN), o *Corpus Post Scriptum* e o *Corpus Word Order Change in Western European Languages* (WOChWEL)⁹.

A fim de acomodar as diferenças gramaticais entre as línguas analisadas – o inglês médio, para o *Penn Parsed Corpora of Historical English* e o português, para os demais *corpora* – o

⁷ Agradeço a Alba Gibrail pela edição e revisão da etiquetagem morfológica de parte dos textos que compõem o corpus.

⁸ O manual de anotação sintática foi desenvolvido em colaboração com Ernestina Carrilho, Helena Britto, Catarina Carvalheiro, Anthony Kroch, Maria Lobo, Ana Maria Martins, Sandra Pereira, Clara Pinto e Beatrice Santorini.

⁹ Juntos, esses corpora contêm cerca de 3 milhões de palavras e abrangem os períodos antigo, médio, clássico e moderno do português europeu, bem como do português brasileiro dos séculos XIX e XX.

sistema de anotação foi adaptado. O sistema de anotação adota uma estrutura gramatical baseada em relações de constituintes e mescla aspectos ligados à gramática tradicional (SBJ, ACC, DAT, etc.), aspectos ligados à teoria sintática de base gerativista (IP-MAT, CP-THT, etc.), além de trazer algumas informações sobre funções do discurso (deslocamento para a esquerda, marcação pragmática, etc.) (MAGRO; GALVES, 2019).

A anotação sintática é aplicada a arquivos marcados morfológicamente, como em (1):

(1)

```
( (IP-MAT (NP-ACC (NP (NPR Juiz,))
(CONJNP (NP (NPR-P Vereadores)))
(CONJNP (CONJ e)
(NP (NPR Procurador)
(PP (P dê)
(NP (D-F @a)
(NPR Câmara)
(PP (P dê)
(NP (D-F @a)
(NPR Cidade)
(PP (P de)
(NP (NPR Salvador))))))
(NP-PRN (NPR Bahia)
(PP (P de)
(NP (Q-P Todos)
(D-P os)
(NPR-P Santos))))))
(NP-PRN (NPR Cabeça)
(PP (P dê)
(NP (D @o)
(NPR Estado)
(PP (P dê)
(NP (D @o)
(NPR Brasil))))))))))
(NP-SBJ (PRO Eu)
(NP-PRN (NPR El-Rei)))
(NP-DAT (CL vos))
(VB-P-1S envio)
(ADVP (Q muito)
(IP-INF (VB saudar)))
(. .)
(ID ROCHAPITA.TXT,1.2))
```

A anotação sintática produz uma representação hierárquica com parênteses, em que cada parêntese está marcado com uma etiqueta. As etiquetas são geradas a partir dos arquivos anotados morfológicamente, e podem fornecer informações sobre subcategoria, relação gramatical ou função do discurso. É importante ressaltar que nem toda palavra projeta um nível XP.

A anotação sintática é gerada a partir dos arquivos exportados em formato .txt. A metodologia baseia-se na função de revisão da ferramenta *CorpusSearch*¹⁰, útil tanto para a construção de *corpora* anotados sintaticamente quanto para pesquisá-los. Está disponível no site: <<https://corpussearch.sourceforge.net/>> (RANDAL ET AL., 2009), desenvolvido por Beatrice Santorini para o francês e adaptado e implementado para o português por Catarina Magro. Primeiro, eles seguem para a etapa de inserção de etiquetas de flexão, para indicar a flexão verbal e também para o *splitter* cuja função é separar as contrações¹¹.

¹⁰ *CorpusSearch 2* é um programa Java que oferece suporte à pesquisa em linguística de *corpus*

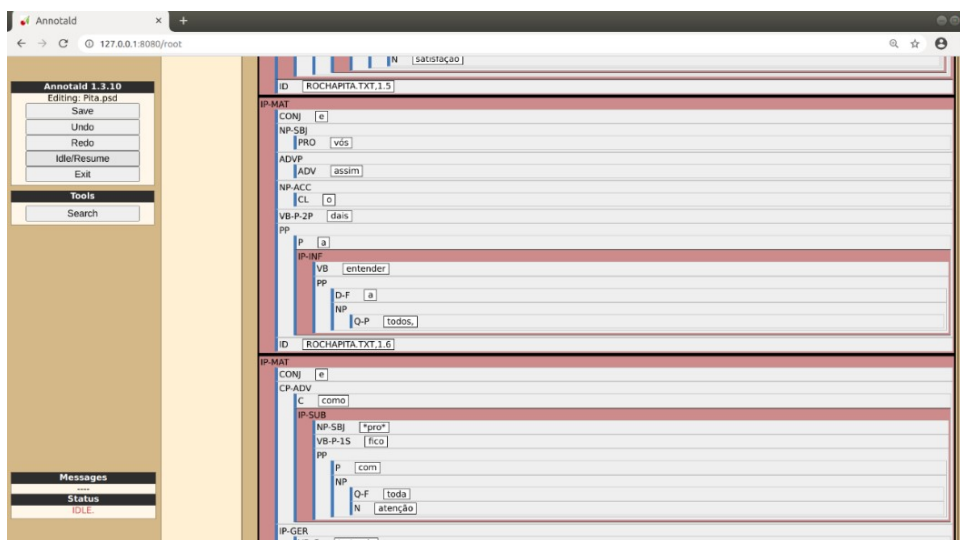
¹¹ Agradeço a Pablo Faria por, gentilmente, me ajudar com a inserção da etiqueta de flexão e com o split dos

Isto feito, inicia-se o processo de anotação sintática dos textos em 15 etapas, descritas a seguir:

- MAKE FLAT PARSE – Adiciona os IPs-MAT e cria o arquivo .psd.
- PARS 0 – Executa a coordenação de palavras. Insere a etiqueta CONJ.
- PARS 1 – Insere os ADJPs/WADJPs e ADVPs/WADVPs.
- PARS 2 – Cria os NPs, a partir das etiquetas NUM, NPR, WNP. Coloca os determinantes dentro dos NPs criados.
- PARS 3 – Coloca os ADJPs dentro dos NPs.
- PARS 4 – Insere a etiqueta PP e WPP, coloca os PPs dentro de outros sintagmas quando necessário.
- PARS 5 – Cria os IP-GER e IP-INF.
- PARS 6 – Projeta os IP finitos. Além disso, coloca CHECK nos IPs que estão dentro de outros IPs (coordenados).
- PARS 7 – ADICIONA OS CPs. Ainda não faz especificação do tipo de CP.
- PARS 8 – ADICIONA os CPs a suas respectivas posições (dentro de outros sintagmas)
- PARS 9 – Especifica a etiqueta do CP (CP-THT, CP-REL, CP-CMP, CP-FRL, CP-ADV) e identifica os IP-SUB e IP-PPL.
- PARS10 - Coloca os CPs e IPs dentro de sintagmas (NP, PP).
- PARS11 – Adiciona os traços às orações relativas e às orações relativas livres.
- PARS12 – Faz a especificação das etiquetas de NP (NP-SE, NP-DAT, etc.). Adiciona a etiqueta de sujeito nulo *exp* e *pro*. Deleta os sujeitos nulos nas orações relativas com WNP. Coloca a etiqueta NP-ACC nos traços das orações relativas com NP-SBJ e com *pro*. Coloca a etiqueta NP-SBJ nas orações relativas com NP-ACC e deleta ADJP simples dentro dos NPs.
- PARS13 – Indica o alçamento de clíticos.

Portanto, é necessário saber qual regra é aplicada em cada etapa para que possamos realizar as devidas correções, etapa a etapa. A vantagem desse sistema é que as regras produzem exatamente o que está previsto no sistema de anotação, inserindo inclusive categorias vazias e coindexações. As correções dos arquivos .psd são realizadas com o auxílio da ferramenta *Annotald*, um programa para anotar *corpora* analisados no formato *Penn Treebank*.

Figura 5.8 – Interface do *Annotald*



Uma vez corrigidos, os arquivos já estão prontos para a realização das buscas.

5.3.4 As buscas

Após todo o processo de preparação dos textos e sua anotação, os arquivos ficam prontos para que possamos realizar buscas a fim de encontrarmos as construções que queremos analisar. A realização das buscas é feita com o programa *CorpusSearch* mesmo programa utilizado para a aplicação de regras durante o processo de anotação sintática.

Ao executar *CorpusSearch* em um *corpus* devidamente anotado, podemos encontrar de modo automático configurações lexicais e sintáticas de qualquer complexidade, codificar as características linguísticas de sentenças *corpus* para posterior análise estatística etc. As buscas são realizadas a partir do arquivo .psd e os arquivos de saída são arquivos de texto comuns, com anotações sintáticas no formato *Penn Treebank*.

Para que as buscas sejam realizadas é necessário que haja uma especificação de quais estruturas se deseja pesquisar. Para tanto, é necessário o uso de noções como precedência e dominância e o uso de operadores lógicos, como **e**, **ou** ou **não**. Também são usados parênteses. Abaixo, um exemplo de como os arquivos de busca estão estruturados:

```
(2)  define: port.def
      print_indices: t
      add_to_ignore: pro*|exp*|,
      node: IP-MAT
      query: (IP-MAT iDomsMod NP* CL)
      AND (IP-MAT iDomsFirst flex_vb)
```

A primeira linha do arquivo de busca **define: port.def** indica que o *CorpusSearch* deve dirigir-se ao arquivo de definições que contém uma série de etiquetas pré-definidas. O arquivo de definição permite que o usuário agrupe uma lista de argumentos a partir de uma etiqueta, facilitando o processo de busca. Por exemplo, ao invés de listar todos as etiquetas de todos os verbos flexionados no *corpus* para realizar a busca listada acima, eu reúno todos os verbos de interesse sob a etiqueta *flex_vb*. Isso torna o processo de escrita do arquivo de busca mais prático.

A segunda linha do arquivo **print_indices** indica ao *CorpusSearch* se o arquivo de saída que contém o fenômeno analisado deve conter índices ou não. Os índices indicam em qual nó aparece o fenômeno buscado. A terceira linha do arquivo de busca **add_to_ignore** indica quais argumentos devem ser ignorados naquela busca, caso isso seja necessário. A quarta linha do arquivo indica em qual nó deve ser a busca deverá ser efetuada e nas duas últimas linhas temos a busca propriamente dita.

Em (IP-MAT iDomsMod NP* CL), temos uma função *iDomsMod* que recebe três argumentos e pode ser lida da seguinte maneira: IP-MAT domina imediatamente NP* e o único nó que pode intervir no caminho do IP-MAT e o NP* é um clítico (CL). E em (IP-MAT iDomsFirst flex_vb), temos a função *iDomsFirst* que significa que o IP-MAT deve dominar imediatamente como primeiro filho, um verbo.

O arquivo de saída contém as sentenças que contém a estrutura procurada, junto com comentários que descrevem onde as estruturas foram encontradas. Há também informações detalhadas sobre o número de ocorrências, separadas em hits – número de nós distintos contendo a estrutura procurada –, tokens – o número de elementos independentes analisados nos quais houve ocorrências do item buscado – e total – número total de sentenças analisadas.

O uso de ferramentas para elaboração de *corpora* eletrônicos anotados facilita bastante a vida do pesquisador, pois é uma metodologia de busca de dados rápida – o resultado das buscas é obtido em milissegundos –, confiável, que pode ser aplicada em grande número de dados, além

de poder ser replicada por outras pesquisas e em outros *corpora*.

5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentei o *corpus* utilizado nesta pesquisa e a metodologia de análise. Discuti as dificuldades e as vantagens de se constituir corpora históricos eletrônicos anotados morfológica e sintaticamente para estudos linguísticos. Defendi a necessidade de anotar os textos morfológica e sintaticamente, a exemplo do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, pois tal possibilita a replicabilidade da análise, algo intrínseco ao fazer científico.

Por fim, apresentei o *corpus*, a metodologia e o processo de edição, anotação e realização das buscas.

6 O PORTUGUÊS ESCRITO PELOS *HOMENS BONS* NA BAHIA COLONIAL

Neste capítulo, apresento a metodologia, a descrição e a análise dos dados. A descrição sistemática do material linguístico focará na ordem, na colocação de clíticos e na presença de argumentos nulos. Destaco, ao longo do capítulo, não apenas questões quantitativas, mas também aspectos de natureza qualitativa que possam contribuir para as análises realizadas nos capítulos subsequentes.

Como já pontuado, separei os escrivães por origem Brasileiros x Portugueses. Separar os escrivães a partir de sua origem permitiu rastrear que português é escrito pelos escrivães ao longo do século XVII e sobretudo XVIII, uma vez que o século XVIII é o século da mudança do português clássico (PCI) para o português europeu moderno (PE). Como as cartas e atas que compõem esse *corpus* são produtos de uma dupla ação, pois ao mesmo tempo em que seguem as fórmulas descritas nas Ordenações Filipinas e Manuelinas, os escrivães impõem suas marcas deixando revelar seu *modus scribendi*, indago se nas cartas e nas atas há algum indício de mudança.

Considerarei a data de nascimento dos autores, assentada na concepção gerativista de Língua-I. Por isso, apresento os resultados segundo as datas de nascimento. Agrupei as datas de nascimento em metade de séculos, começando com a última metade do século XVI e indo até a primeira metade do século XVIII. Também considerarei para análise o grau de letramento dos escreventes, agrupando-os em cultos e semicultos. Os dados serão agrupados em termos diacrônicos, com ênfase em dois grandes grupos: brasileiros e portugueses. Os exemplos apresentados trazem, entre parênteses, as informações pertinentes à identificação do escrevente, seguindo a metodologia de identificação do *Corpus Tycho Brahe*.

6.1 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

Analisei 440 cartas escritas ao Rei, ao longo do século XVII e XVIII, e aproximadamente 1330 atas da câmara, que totalizam 308.649 palavras. Selecionei apenas as cartas e atas em que se pode rastrear quem era o escrevente. O número de sentenças analisadas é 6.912¹, sendo 877 sentenças em textos de escrivães portugueses e 6.035 sentenças nas cartas de escrivães brasileiros. Abaixo apresento um quadro resumindo as informações:

¹ Desconsidere trechos formulaicos na análise da maioria dos fenômenos, exceto objeto nulo e colocação e posição dos clíticos.

Tabela 6.1 – Distribuição dos dados analisados

	Sentenças	Palavras	Cartas	Atas
Brasileiros	6.035	280.178	377	1330
Portugueses	877	28.471	63	0
Total	6.912	308.649	440	1330

A extração dos dados e posterior organização no Excel contou o auxílio da ferramenta *CorpusSearchExcel3.1*², desenvolvida por Aline Silva Costa e Cristiane Namiuti .

• O efeito V2

A busca por dados relativos ao efeito V2 seguiu a mesma metodologia de Galves (2020)³. Me concentrei nas orações finitas matrizes declarativas e interrogativas, como em (1).

- (1) a. [Por ordem de vossa majestade] **mandaram** *os governadores* levantar os tributos (va_Silva, 1725).
- b. [Disto] **tem nascido** *uma geral queixa* a que não podemos dar remédio = (va_Vieira, 1600).

Excluí as sentenças imperativas (2a), as sentenças com o verbo SER (2b) e as sentenças com o verbo DIZER (2c) quando estas se referem a uma estratégia de correção nos textos e também as partes formulaicas tanto das atas (2d) quanto das cartas (2e).

- (2) a. À minha ordem **cumpra-se** (va_Silva, 1725).
- b. E a razão de duvidar **é** o não vir expresso que farão procurações (va_Araújo, 1610).
- c. Por carta de sete do corrente mês de abril ordena Vossa Senhoria que esta Câmara satisfaça **digo** que esta Câmara dê satisfação de um conto quatrocentos vinte e quatro digo de quatorze contos duzentos quarenta e oito mil cento e sete réis que o Provedor-mor da Fazenda Real fez relação ter gastado na desperada Guerra do Gentio Bárbaro que infestava este Recôncavo e felizmente se acabou com destruição dele (va_Viegas, 1620).
- d. Aos nove dias do mês de janeiro de mil setecentos e cinquenta e um ano nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos nas casas da Câmara estando em mesa de vereação os oficiais da Câmara que o presente ano

² Agradeço a Aline Silva Costa e a Cristiane Namiuti por disponibilizarem a ferramenta *CorpusSearchExcel3.1*.

³ Agradeço a minha orientadora Charlotte Galves por disponibilizar os arquivos para a realização das buscas.

servem abaixo assinados trataram do bem comum despachando todas as petições deferiram a todos os requerimentos (va_Pereira, 1710).

- e. e Eu Rui de Pinheiro Escrivão da Câmara o fiz escrever e subscrevi (va_Pinheiro, 1602).

Segundo Galves (2020), as sentenças em que consta o elemento de negação *não* foram desconsideradas, por sua natureza morfossintática e por seu caráter idiossincrático (MIOTO, 1992; NAMIUTI, 2008). As conjunções de coordenação *e* e *mas* também não foram consideradas para cálculo da ordem linear do verbo, pois em línguas V2 prototípicas a presença de conjunções não é elemento limitador para presença de outro elemento em posição pré-verbal.

Desconsiderei também, para cálculo da ordem linear, os pronomes clíticos – visto que são elementos que mesmo tendo independência sintática dependem fonologicamente de um verbo – e vocativos – pois, de acordo com Bohnacker e Rosén (2008), são elementos de elocução de mesma natureza que as interjeições. As sentenças foram classificadas segundo o número de constituintes que aparecem antes do verbo flexionado: V1, V2 e V>2.

Nas sentenças V1, os aspectos analisados foram: o tipo de sentença, a realização e a ordem relativa ao sujeito e ao tipo semântico do verbo. Nas sentenças V2 e V>2, analisamos a realização/ordem relativa ao sujeito, tipo semântico do verbo e elemento frontado.

• Colocação de clíticos

A busca por dados relacionados à colocação de clíticos seguiu a mesma metodologia apresentada por Galves (forthcoming). Seguindo as pesquisas de Pagotto (1992), Carneiro (2005) e Martins (2009), entre outras, analisei os contextos de próclise categórica – cujo verbo é precedido por partículas de foco (3a), operadores afetivos (3b) e VP-adverbial (3c) e os contextos de ênclise categórica – cujo verbo é o primeiro constituinte absoluto .

- (3) a. E [só] o **poderá** conseguir a sua indústria e zelo (va_Carneiro Filho, 1670)
- b. A causa que defendo contra a câmara do Camamu [ainda] *se* não **determinaram** os embargos que lhe pus a passar a sua sentença pela chancelaria (va_Magalhães, 1670).
- c. **Despacharam-se** as petições que foram apresentadas (va_Azevedo, 1720).

Analisei também os contextos de variação no PCI definidos a partir de uma análise quantitativa baseada no Corpus Tycho Brahe, segundo Galves; Britto; Paixão de Sousa (2005):

contexto de variação I – cujo complexo verbo-clítico é precedido por sintagmas preposicionados (4), advérbios (5), ou sujeitos referenciais não-focalizados (6); contexto de variação II – cujo complexo verbo-clítico é precedido ou por uma conjunção coordenativa (7) ou por uma oração dependente frontada (8) (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

- (4) [À vista desta resposta] **escusou-se** o requerimento como se vê dele mesmo que remeteu (va_Magalhães, 1670).
- (5) [Finalmente] **acha-se** no dito Governador, justiça, afabilidade, zelo, cuidado, inteireza, e acerto muito conforme a quem é e ao serviço de Vossa Majestade (va_Carneiro Filho, 1670).
- (6) *As amiudadas lágrimas de muitas mulheres filhas da principal nobreza, e os seus poucos cabedais nos obrigam* tornar a recorrer a grande, e pública fama de Vossa Majestade (va_Carneiro Filho, 1670).
- (7) E o **elegemos** almotacé lugar que fica exercendo (va_Carneiro Neto, 1700).
- (8) [Pedindo talhos à Câmara para os catarem por sua conta] **lhe armavam** tais cavilações, com que o vinham a perder (va_Silva, 1725).

Os contextos em que há colocação de clíticos com dois ou mais verbos são chamadas de construções de alçamento. Seguindo a proposta de Andrade (2010), analisei tanto os contextos de “reestruturação” (9) – quando os predicados complexos são formados por um ou mais verbos auxiliares ou semiauxiliares (modal ou aspectual) e um verbo lexical – quanto os contextos de “união de orações” (10) – quando os predicados complexos são formados por um verbo causativo ou perceptivo e um verbo infinitivo não flexionado.

- (9) Não obstante isto **as não querem** guardar pela razão acima (va_Araújo, 1610).
- (10) Tratando mal o santo **os faz** dar às costas na dita capitania (va_Araújo, 1610).

Para a computação dos dados de subida de clítico, seguimos a metodologia de Andrade (2010). Foram excluídas: (i) as sentenças cujo complemento infinitivo é negado ou focalizado (11), (ii) as sentenças com o clítico se passivo, indefinido ou inerente (12) e (iii) as sentenças cujo verbo regente aparece no infinitivo ou gerúndio (13).

- (11) E cremos o **não haverá acabado** o último ano do contrato que acaba em nove

de abril do ano de seiscentos setenta e um com que cessará o principal efeito do sustento da Infantaria desta praça pelo que nos pareceu representar a Vossa Alteza queira mandar por conta do comércio mil pipas de vinho boas, e de receber que se hão de atestar nesta praça entregues aos administradores dela, que as venderam a preço de quarenta mil réis como Vossa Alteza ordenou nas Capitulações do qual valor hão de sair os dezesseis mil réis que pagam os da Ilha da Madeira, e os de Lisboa quatorze mil réis (va_Pinheiro, 1610).

- (12) A carta do presidente tomou seu fundamento de *se* **haver acabado** o contrato da renda do sal que esta câmara por seu procurador fez por anos certos (va_Pinheiro, 1610).
- (13) Com este excesso agravaram os homens de negócio de *lhe* **havermos posto** os preços nos açúcares (va_Vieira, 1600).

Analisei também a interpolação, fenômeno em que há a intercalação de constituintes entre o verbo e o pronome clítico numa oração, comum no PA e PCI e perdida no português PE e no PB. Analisei os contextos em que há interpolação tanto com a negação (14) quanto a interpolação de XPs (15).

- (14) Registro da carta escrita a Sua Majestade que Deus guarde sobre se conceder uma provisão para *se não* remeterem os açúcares (va_Carneiro Neto, 1700).
- (15) E sendo caso que *lhe si* **pareça** por mais algum encargo na dita carne em razão da dita finta o farão de sorte, que nunca exceda o preço de quatrocentos, e oitenta réis por arroba pelo dano, e prejuízo irreparável, que do contrário resultará ao bem público desta cidade a respeito da grande quantia que se obriga a pagar para esta finta (va_Silveira, 1720).

• Sujeito nulo

A busca por dados de sujeito nulo seguiu a mesma metodologia de Gravina (2014). Considerei para a análise dos dados apenas as sentenças com verbos finitos. Desconsiderei sentenças com verbos existenciais (16) – como ‘haver’ no sentido de ‘existir’ e ‘fazer’ no sentido de tempo decorrido –, com verbos de fenômeno da natureza, com verbos que não selecionam seus argumentos externos (17), como parecer, cumprir, etc. As sentenças imperativas (18) e as sentenças com o clítico *se* (19) quando indicam indeterminação do sujeito e passivização

também foram desconsideradas .

- (16) Acerca do tabaco houve-se com tal cuidado e diligência procurando evitar os descaminhos dele (va_Couros Filho, 1672).
- (17) E mais parece assentaram praça obrigados da afabilidade e modo do dito Governador do que de qualquer outro motivo, (va_Pereira, 1650).
- (18) Vossa Mercê empregue toda a sua diligência e cuidado em que se consiga prorrogação de mais tempo pois estão estes povos tão satisfeitos da suavidade de seu governo que todos clamaram pela perpetuidade dele (va_Carneiro Neto, 1700).
- (19) Finalmente acha-se no dito Governador, justiça, afabilidade, zelo, cuidado, inteireza, e acerto muito conforme a quem é e ao serviço de Vossa Majestade (va_Couros Filho, 1672).

• Objeto nulo

A busca por dados de objeto nulo considerou apenas as possibilidades de realização da posição de objeto direto com o uso de um clítico acusativo (21), com o uso da categoria vazia *pro* e também com o uso do pronome pleno de terceira pessoa *ele* ou *ela*, seguindo as pesquisas de Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994) e Figueiredo (2009). Não contabilizamos os casos de objeto direto preenchido com pronome demonstrativo e DPs anafóricos.

- (20) E [assim] o esperamos da inteligência de Vossa Mercê que nisto e em tudo ponha o seu cuidado (va_Carneiro Neto, 1700).
- (21) [Assim] _ esperamos de Vossa Mercê (va_Couros Filho, 1672).

Com relação ao tratamento estatístico dos dados, foram utilizados dois testes: o teste de qui-quadrado para os fenômenos com a amostra pequena e a regressão logística para os fenômenos com a amostra média. A regressão logística modela as relações entre uma variável dependente não numérica com várias variáveis previsoras. É uma técnica bastante popular em modelos probabilísticos multifatoriais, e em linguística histórica, segundo Pintzuk, Taylor e Warner (2017), sua equação pode ser usada para traçar uma “curva S” de aumento (ou diminuição) em relação ao tempo.

O capítulo está organizado em três partes: na primeira, apresento a descrição dos dados

relativos à ordem; na segunda, volto meu olhar para a colocação de clíticos e assim, como na seção anterior, apresento a metodologia empregada para a coleta e descrição dos dados. Por fim, na terceira parte, trago a metodologia e análise dos dados relativos à presença de sujeitos nulos e objetos nulos.

6.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS: EFEITO V2

Apresento, abaixo, um panorama dos valores absolutos e percentuais das diferentes possibilidades de ordenamento linear do verbo finito. Nas cartas e atas que compõem o corpus analisado, foram localizadas, por meio da ferramenta de busca Corpus Search, 2.358 sentenças matrizes com as ordens V1, V2 e V>2. Nas tabelas 6.2 e 6.3, respectivamente, apresento os valores registrados nos dois grandes grupos (portugueses e brasileiros) no âmbito das orações matrizes.

Tabela 6.2 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por portugueses

	VS	SV	Sujeito nulo	Total
V1	19	-	41	60 (18%)
V2	60	43	116	219 (66%)
V>2	8	22	23	53 (16%)
Total	87(26%)	65(20%)	180(54%)	332 (100%)

Tabela 6.3 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por portugueses

	VS	SV	Sujeito nulo	Total
V1	132	-	269	401 (19%)
V2	459	187	690	1336 (63%)
V>2	144	104	148	396 (18%)
Total	735 (34%)	291 (14%)	1107 (52%)	332 (100%)

Comparando os dados apresentados acima, vemos algumas semelhanças com relação à ordem nos diferentes grupos analisados. Os escrivães portugueses e brasileiros parecem se comportar do mesmo modo: maior percentual de sentenças V2 (66% portugueses e 63% brasileiros), seguido ordem V1 (18% em portugueses e 19% em brasileiros), e V>2 (16% em portugueses e 18% em brasileiros).

Além disso, os valores encontrados são bastante próximos aos encontrados por Galves (2020) (discutiremos essa questão no próximo capítulo). Uma vez que temos um panorama geral

Tabela 6.4 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por portugueses

	VS	SV	Sujeito nulo	Total
Portugueses	60 (27%)	43 (20%)	116 (53%)	219 (100%)
Brasileiros	459 (34%)	187 (14%)	690 (52%)	1336 (100%)

dos dados, vamos olhar agora para cada ordem. Começo com a ordem mais frequente, a ordem V2.

6.2.1 A ordem V2

No *corpus* analisado, foram localizadas, por meio da ferramenta de busca *CorpusSearch*, 1555 sentenças com a ordem V2, das quais 1336 são de escrivães brasileiros e 219 são de escrivães portugueses. A ordem V2 é predominante nos textos examinados tanto em portugueses quanto em brasileiros.

ADJPs

Brasileiros

- (22) [Presentes] **devem** ser a Vossa Majestade *os grandes tributos* que este leal povo de Vossa Majestade tem posto sobre si que todos são cobrados e despendidos por este tribunal em que o trabalho é excessivo (va_Pinheiro, 1602).

Portugueses

- (23) [Humildes e Prostrados aos Reais pés de Vossa Alteza] lhe **representamos** o dano que se seguirá com esta isenção ao sustento da Infantaria que não haverá quem lance no Contrato, e quando haja, há de ser com grande diminuição das Rendas aplicadas ao dito sustento (va_Carneiro, 1640).

ADVPs

Brasileiros

- (24) a. E [já] **demos** bastantes causas de como era nossa esta renda por mercê particular que Vossa Majestade nos havia feito quando serviu de a criar e o modo por que os havemos mister sobre os quais foi Vossa Majestade servido mandar-se informar do governador que foi deste estado o Conde

- de Castelo Melhor (va_Aragão, 1630).
- b. [Também] **patrocinou** o *Senhor Dom João de Lancastro* Meritíssimo Governador deste estado, (va_Carneiro Filho, 1670).
 - c. [Prontamente] **obedecemos** a ordem de Vossa Majestade mandando porém praça o dito talho como consta da certidão do escrivão da Câmara, que apresentamos, (va_Dias, 1650).
 - d. [assim] **procede** querendo nos mandar fazer por ele as vistorias como fazia seu pai (va_Pinheiro, 1602).
 - e. [Lá] **responde** *este Senado* a uma proposta de arbítrios que a sua Majestade se ofereceu nessa corte sobre se porem os negros por estanco negócio tão prejudicial a todo este estado, como das razões da dita proposta poderá Vossa Mercê ver (va_Vasconcelos, 1672).
 - f. E [logo] **apareceram** *Frutuoso Vicente Viana e Gaspar Álvares da Silva* (va_Azevedo, 1720).

Portugueses

- (25) a. [Hoje] se **pratica** o mesmo negócio, (va_Carneiro, 1640).
- b. [Porém] **dizem**-nos que mandam a tratar deste negócio (va_Vieira, 1600).
- c. [agora] **tivemos** notícia que o mesmo Bispo remete papeis a Vossa Majestade sobre esta matéria culpando a Câmara e desculpando-se a si (va_Pita, 1580).
- d. e [assim] **deve** contribuir com a dita despesa por se haver obrigado esta Câmara as da dita guerra no tempo do governo antecedente a Vossa Senhoria (va_Viegas, 1610).

Orações dependentes

Brasileiros

- (26) a. e [como este dano se não pode evitar senão só sentir porque a falta dele faz retardar as cobranças para o sustento da Infantaria] **pedimos** a Vossa Alteza se sirva mandar deferir a dita proposta na forma que pede a nossa necessidade, e for mais conveniente ao serviço de Vossa Alteza e conservação deste Estado (va_Aragão, 1630).

- b. [Tratando mal o santo] os **faz** dar às costas na dita capitania (va_Araújo, 1610).
- c. e [devendo o dito Provedor satisfazer a esta tão justa petição] **dilatou**-o (va_Carneiro Filho, 1670).
- d. e [examinando nós a verdade deste seu requerimento] **achamos** ser conforme a ela, (va_Vasconcelos, 1672).
- e. [Impedidos nós nesta forma] **recorremos** ao Conde de Castelo Melhor Governador e Capitão General deste estado por via de queixado procedimento do dito ouvidor geral tão fora de razão e da justiça como se colhe das seguintes (va_Pinheiro, 1602).
- f. E [como esta se deteve] **poderá** ir remetidas ao mesmo senhor (va_Magalhães, 1670).

Portugueses

- (27) a. [Dando este ministro princípio a sua comissão] **pretende** que se restituam as propinas que levaram as pessoas que têm servido neste senado das procissões que se costumam fazer por solenidade e obrigação da cidade dizendo que para se levar em conta era precisamente necessário provisão de Sua Alteza (va_Viegas, 1610).
- b. [se para se conseguirem forem necessários alguns documentos] **convém** muito que Vossa Mercê se não descuide em os procurar porque toda a clareza que for necessária irá logo com sua brevidade (va_Pita, 1580).

Partícula de Foco

Brasileiros

- (28) a. e [só] nos **sobejam** *lágrimas* para rendermos a Vossa Majestade as graças da liberdade que por meio das armas de Vossa Majestade alcançamos na feliz restauração da praça de Pernambuco e suas conquistas e feitos todos da mercê que Deus nos faz por meio de Vossa Majestade que bem quiséramos dar a Vossa Majestade o parabéns de tal felicidade pessoalmente prostrados aos Reais Pés de Vossa Majestade (va_Pinheiro, 1602).

Objeto direto**Brasileiros**

- (29) a. e [danças lascivas] **fez** evitar (va_Pereira, 1650).
- b. [O remédio com que Vossa Majestade deve servir-se] **acudimos** (va_Araújo, 1610).
- c. [A diligência que Vossa Mercê fez do sal] **agradecemos** (va_Carneiro Filho, 1670).
- d. [A Carta de Vossa Majestade sobre aceitação da Companhia Geral] **recebemos** em treze de mês de Agosto (va_Pinheiro, 1602).
- e. Senhor, [Mais duas] **recebemos** de Vossa Mercê uma de dezenove de julho de mil setecentos e onze e outra de dois de fevereiro de mil setecentos e doze (va_Vasconcelos, 1672).
- f. E [o mesmo] **disse** *Mateus Pereira, dos Santos Cavalcante* (va_Sodré, 1721).

Portugueses

- (30) [Todas as cartas e ordens de Sua Majestade] **recebemos**, (va_Carneiro, 1640).

Objeto indireto**Brasileiros**

- a. [Ao dito Jozé Gomes de Avelar] **escrevemos** que de novo nomeamos a Vossa Mercê por Procurador deste Senado (va_Vasconcelos, 1672).
- b. [A Deus] **damos** graças com toda a solenidade que podem nossas posses, pedindo-lhe aumente a Vida a Vossa Majestade por longos anos para amparo de seus Vassalos (va_Pinheiro, 1602).
- c. [Aos seus criados] Senhor, **pagou** o serviço com o salário da sua fazenda, e não com os postos de Vossa Majestade, deixando ainda de parte alguns que tinham a Vossa Majestade servido, e eram benemérito, de ocupá-los singularidade que ainda até hoje se não tem visto no Brasil, mais que só nele neste herói admirado (va_Carneiro Neto, 1700).

NP-ADV

Brasileiros

- (31) [O ano passado] **houve** nesta câmara um congresso de pessoas de todo este recôncavo para o lançamento do dote e paz de Holanda, (va_Vieira, 1600).

PP e PP-ACC**Brasileiros**

- (32) a. [Nos navios que partiram] **escrevemos** a Vossa Mercê (va_Aragão, 1630)
- b. E [deste tribunal e seus serventes, e oficiais] esperamos da real pessoa de Vossa Majestade nos faça mercê (va_Araújo, 1610).
- c. [Nesta ocasião] **remetemos** a Vossa Mercê uma carta para Sua Majestade em que lhe pedimos nos faça mercê que o almoxarife dos mantimentos da infantaria e do sal de Sua Majestade conservado ao sustento da mesma infantaria e o tesoureiro dos quatro vinténs que paga cada caixa de açúcar que também se aplicou ao mesmo sustento sejam subordinados a este tribunal pelos inconvenientes que representamos ao dito senhor (va_Sueiro, 1615).
- d. e [dela] **verá** *Vossa Mercê* o grande serviço que este povo faz a Sua Majestade para se valer delas para qualquer negócio que se oferecer (va_Carneiro Filho, 1672).
- d. [Nesta consideração] pedimos a Vossa Majestade seja servido mandar-nos declarar a forma e modo mais conveniente com que se devam entregar os ditos livros (va_Pereira, 1650).
- e. [A Gonçalo Teles Castelo Branco] **prende** *o dito Desembargador* por umas razões que teve com seu heréu em presença do mesmo Desembargador sobre defender o termo que possuía (va_Vasconcelos, 1672).
- f. E [de comum acordo] **nomearam** para os meses de maio e junho a Manoel Rodrigues de Faria, e Tomás Gomes Marinho (va_Silva, 1725).

Portugueses

- (33) a. e [em sua Companhia] **mande** Vossa Mercê a conta da despesa que fizeram ditos papéis (va_Carneiro, 1640).
- b. [com grande esperança] **devemos** no nosso Reino uma Monarquia digna

- do Império de Vossa Majestade (va_Pita, 1580).
- c. [A uma e outra] se **isentam** *as religiões* de pagar sendo que em Angola mandou Vossa Alteza que pagassem todos os direitos impostos os religiosos da companhia livrando-lhes somente os direitos de vinte e seis escravos para seu uso pelo que rogamos a Vossa Alteza que ordene que nenhuma pessoa se possa isentar das imposições que temos lançado ao povo para sustento da infantaria (va_Vieira, 1600).
- d. [com estas e outras muitas razões] **recorreu** *todo o povo da dita Freguesia de Paripe* a este Senado representando-lhe o pouco que possuíam ao excesso com que lhe mandavam dobrar a finta; porque o lançamento da dita Freguesia era de duzentos e trinta mil réis (va_Viegas, 1610).

Sujeito

Brasileiros

- (34) a. e *alguns têm* chegado a pendências por armas além de que redundará em considerável perda da Fazenda Real fabricando-se engenhos em menos distância da referida porque em breves tempos faltando as lenhas ficam ambos desfabricados com diminuição dos dízimos reais (va_Aragão, 1630).
- b. *Ele obra* de maneira que já temos que lhe agradecer porque sua limpeza e grande amor e cortesia com que nos trata maior (va_Aragão, 1610).
- c. *O Chanceler João de Souza* que por não ter acabado o seu tempo **fica** continuando no seu lugar (va_Pereira, 1650).
- d. *O dito Juiz de Fora há de gastar* algum tempo na dita demarcação porque a grande utilidade que recebemos em ele fazer digo em ele a fazer não redunde em prejuízo das partes (va_Carneiro Filho, 1670).
- e. e *este comete* todo o poder para se fazer as medições sem que ele assista a elas nem as veja, (va_Vasconcelos, 1672).
- f. *As portas terão* de largura cinco palmos, e meio, e de altura na ombreira ou pé direito, dez palmos (va_Silva, 1725).

Portugueses

- (35) a. *O mesmo Dom Bernardo Suzarte* como tão digno de suceder neste lugar **tenha** nesta Cidade poder para ordenar crisma exercer as mais funções episcopais que este povo não tem visto e há mais de quarenta anos, (va_Carneiro, 1640).
- b. *Lourenço de Britto* **tem** mandado notificar os procuradores que serviram a este senado para lhe darem contas do sal em pródigo em virtude da provisão que o Doutor João de Góis alcançou pela condição treze do contrato dele (va_Vieira, 1600).
- c. *Vossa Majestade* **há de constar** que a justiça é amor que seus progenitores sempre fizeram e tiveram a seus vassalos (va_Pita, 1580).
- d. *Tudo se faz* presente a Vossa Alteza por papéis (va_Viegas, 1610).

Nos dados analisados também aparecem casos em que o sujeito posposto não está contíguo ao verbo.

Brasileiros

- (36) a. [nestes] **creceu** [sempre] *o contrato*, sem embargo daquele imposto, (va_Aragão, 1630).
- b. [por não se gravar o povo] se **escusam** [agora] *os moedeiros* de pagar o mesmo donativo (va_Vasconcelos, 1670).
- c. Senhor, [A todos os vassalos de Vossa Majestade] **causou** [grandíssimo sentimento] *a infeliz morte do Sereníssimo Rei e Senhor nosso que está em glória* (va_Araújo, 1610).
- d. E [na dita vereação] **apareceram** [presentes] *Manoel da Silva Paiva, e José Luis Vieira* os quais foram notificados para vire de cobradores do dinheiro que costumam contribuir os para as danças das festividades de São Francisco Xavier e Corpus Christi aos quais lhe deu o dito ministro o juramento dos Santos Evangelhos para bem e verdadeiramente cobrarem na forma do estilo (va_Silveira, 1725).

Portugueses

- (37) a. [com esta mercê] **lograram** [algum alívio] *os moradores deste Estado* por lhes ficar mais suave pagando-a a metade ainda que em mais tempo,

(va_Carneiro, 1640).

- b. e [com este grande exemplo] **fizeram** [o mesmo] *algumas pessoas* com o que se repararam muitas vidas principalmente dos homens da frota que certamente haviam de morrer no desamparo coisa que deu grande cuidado ao dito Marquês receando-se invernasse a dita frota por falta de marinheiros (va_Carneiro, 1640).

Figura 6.1 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V2 em escritões portuguesas

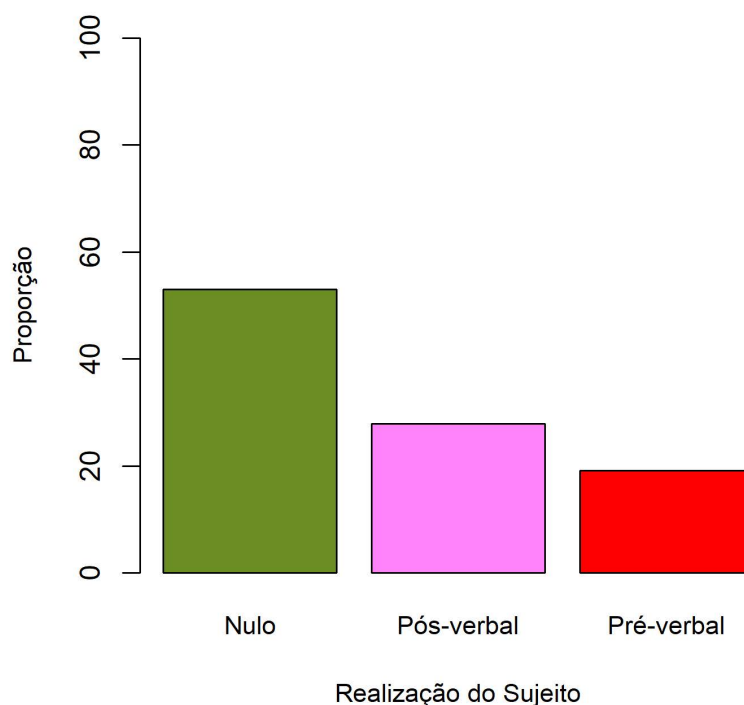
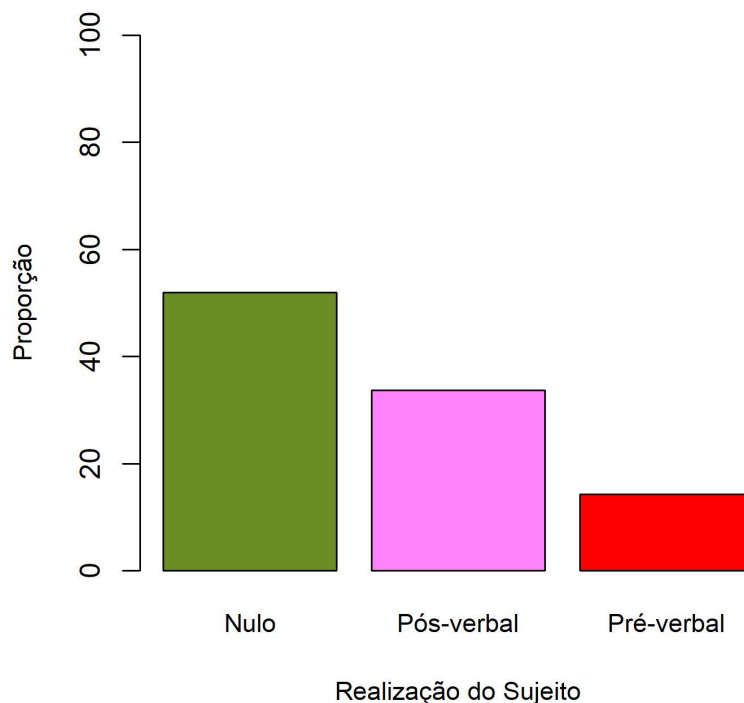


Figura 6.2 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V2 em escrivães brasileiros



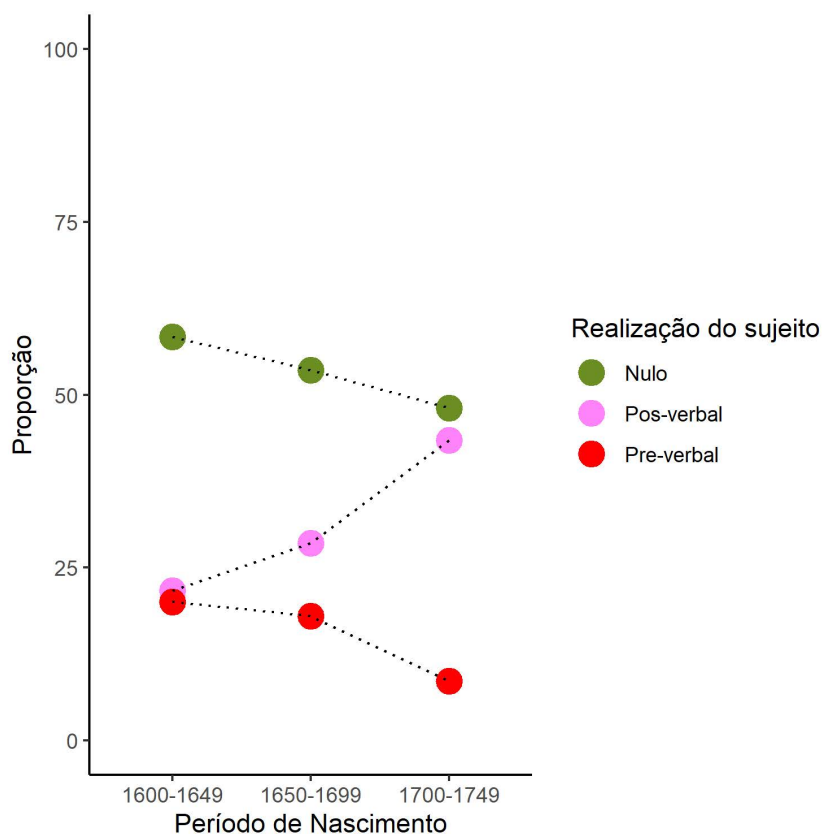
Proporcionalmente, brasileiros e portugueses apresentam o mesmo comportamento: maior número de sujeitos nulos, seguidos de sujeitos pós-verbais e sujeitos pré-verbais. Percentualmente, a ocorrência de sujeitos nulos nos dois grupos é bastante semelhante (53% x 52%), diferindo nas ocorrências de sujeitos pós-verbal e pré-verbal. Entre os brasileiros, a diferença dos sujeitos pós-verbais e pré-verbais é percentualmente maior do que entre os portugueses.

A fim de buscarmos evidências sobre que gramática que desembarcou no Brasil e quando o PB emerge, separamos as sentenças por século de nascimento, conforme a concepção gerativista de gramática como uma Língua-I (CHOMSKY, 1986). Os dados encontrados estão relacionados na tabela abaixo:

Tabela 6.5 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em cartas e atas escritas por brasileiros

	VS	SV	Sujeito nulo
1600-1649	40 (22%)	37 (20%)	108 (58%)
1650-1699	171 (29%)	105 (17%)	320 (54%)
1700-1750	248 (44%)	45 (8%)	262 (47%)

Figura 6.3 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V2 em escrivães brasileiros



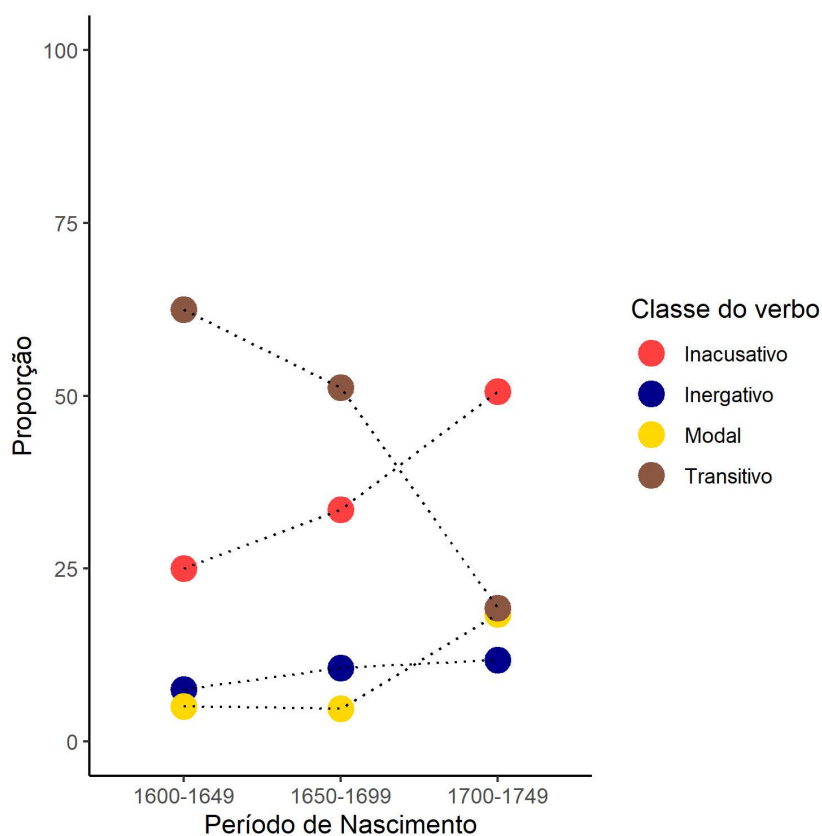
A tabela 6.5 traz a frequência de sujeitos nulos, pré-verbais e pós-verbais por período de nascimento. Entre os nascidos na primeira metade do século XVII, a frequência de sujeitos nulos é maior do que entre os nascidos na primeira metade do século XVIII (59% x 45%). O mesmo acontece com os sujeitos pré-verbais, cuja frequência é maior entre os nascidos na primeira metade do século XVII e cai significativamente entre os nascidos no século XVIII. Já com o sujeito pós-verbal acontece o contrário. A frequência salta de 22% a 44% entre um século e outro. Com base nesses dados, podemos inferir que os brasileiros nascidos nos séculos XVIII apresentam muito mais sentenças VS do que sentenças SV, o que difere dos dados apresentados na literatura sobre a emergência do PE. Isso é mais uma evidência de que a gramática do PE não estaria na base do PB.

A fim de investigar se a gramática nos nascidos no século XVIII apresenta as mesmas características do PCI, distribuí as sentenças na ordem XV(S) em relação ao tipo de verbo. Como a ordem VS no PB se restringe às construções com verbos inacusativos, e ocorre em contextos limitados quando o verbo é inergativo e/ou transitivo (BERLINK, 2000; PILATI, 2006), classifiquei os verbos em intransitivo/inacusativo, intransitivo/inergativo, transitivo e modal.

Tabela 6.6 – (X)VS em relação ao tipo verbal em brasileiros por período de nascimento

	Tipo de verbo				
	Inacusativo	Inergativo	Modal	Transitivo	TOTAL
1600-1649	10 (25%)	3 (7%)	2 (5%)	25 (63%)	40 (100%)
1650-1699	57 (33%)	18 (11%)	8 (5%)	87 (51%)	170 (100%)
1700-1749	121 (51%)	28 (12%)	44 (18%)	46 (19%)	239 (100%)

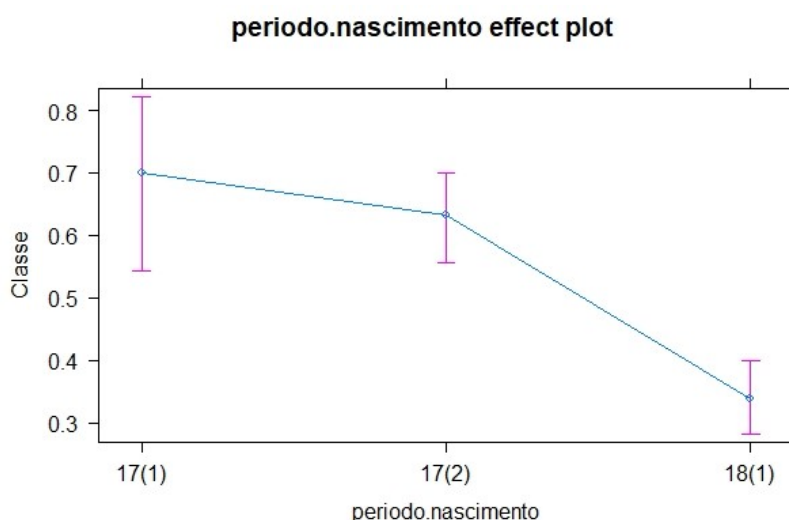
Figura 6.4 – (X)VS por período de nascimento nas sentenças V2 em brasileiros



Os brasileiros nascidos na primeira metade do século XVII apresentam um total de 63% das sentenças VS com verbos transitivos, seguidos pelos intransitivos/inacusativos (25%), intransitivos/inergativos (7%) e modais (5%). Entre os nascidos na segunda metade do século XVII, a frequência de construções VS com transitivos começa a cair (51%) enquanto as sentenças com inacusativos começa a subir (33%); há um leve aumento nas sentenças com inergativos (11%) e manutenção na frequência com modais (5%). No século XVIII, a queda na frequência de sentenças VS com verbos transitivos é mais acentuada (19%); porém, observamos um forte aumento de sentenças VS com outras classes de verbos - modais (18%), inergativos (12%) - em particular os inacusativos (51%).

Uma regressão logística confirmou que a Classe semântica do verbo é um preditor significativo à sentença estar na ordem VS(X) ($\beta = 1.51$, 95% CI, p-valor < 0,0001). O modelo em questão prevê com precisão as chances de as sentenças VS serem com verbos transitivos. A probabilidade de VS(X) em sentenças V2 ocorrer com verbos transitivos cai significativamente entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII (o intervalo de confiança não se sobrepõe), como podemos ver no gráfico abaixo. Esse resultado evidencia que, no século XVIII, as propriedades de inversão definidoras do PCI já não estão mais presentes nos textos analisados.

Figura 6.5 – Probabilidade de brasileiros séculos usarem verbo transitivo em sentenças VS(X) por século de nascimento



Os dados evidenciam que, apesar de a ordem VS ser bastante produtiva entre os nascidos no século XVIII, os ambientes sintáticos em que essa ordem acontece mudam: no século XVII, os contextos são os mesmos do PCI – alta frequência de VS com transitivos; no século XVIII parece haver uma especialização do tipo de verbo que permite a inversão do sujeito – grande produtividade de VS com inacusativos. Resta-nos verificar, se os padrões encontrados no século XVIII são os mesmos encontrados por Berlink (1988), e com base no trabalho de Pilati (2006) também verificar se são os mesmos que no PB. Farei isso no próximo capítulo.

Com apontando por diferentes pesquisadores (DEN BESTEN, 1983; HOLMBERG, 2015; WOLFE, 2015), o efeito V2 é uma generalização superficial da estrutura da oração desencadeada por dois mecanismos gerais: o movimento do verbo para uma posição na periferia esquerda da sentença e movimento de sintagmas para uma posição de especificador que precede a posição alvo do verbo movido (fronteamento). Desse modo, a posição pré-verbal não é exclusiva do sujeito como em línguas SVO.

Seguindo a literatura (RIBEIRO, 1995; TORRES MORAIS, 1995; GALVES 1996, 1997, 2000; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; ANTONELLI, 2011; MEDEIROS, 2018) que aponta a tendência de o verbo finito ocorrer na segunda posição da oração no PCI e hipotetizando que a gramática que desembarcou no Brasil com os primeiros colonos era do tipo V2 (GALVES, 2007) e licenciava a ordem $XP_{\text{não-sujeito}} V_{\text{finito}}$, analisamos o campo pré-verbal nessas sentenças.

Observa-se que diferentes tipos de constituintes podem aparecer à esquerda do verbo. Conforme já reportado em várias pesquisas, o PCI permite que uma ampla gama de constituintes ocorra no campo pré-verbal, ou seja, a posição pré-verbal não é uma posição canônica de sujeitos, como no PE. Como podemos ver nas tabelas 6.7 a 6.10, o campo pré-verbal nos dados analisados se assemelha com o que acontece no PCI.

Tabela 6.7 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães portugueses

Elemento Fronteado	Total	Percentual
ADJPs	1	0,5%
ADVPs	34	15,5%
Orações dependentes	43	19,6%
PPs	88	40,2%
Sujeito	43	19,6%
Objeto direto	9	4,1%
NP-ADV	1	0,5%
Total Geral	219	100%

Tabela 6.8 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães brasileiros – 1600-1649

Elemento Fronteado	Total Geral	Percentual
ADJPs	1	0,5%
ADVPs	23	12,4%
Orações dependentes	43	23,2%
PPs	57	30,8%
Sujeito	37	20%
Objeto direto	15	8,1%
Objeto indireto	4	2,2%
Elementos topicalizados	4	2,2%
Partícula de Foco	1	0,5%
Total Geral	185	100,0%

Tabela 6.9 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães brasileiros – 1650-1699

Elemento Fronteado	Total Geral	Percentual
ADVPs	113	19%
Orações dependentes	127	21,3%
PPs	197	33%
Sujeito	106	17,8%
Objeto direto	19	3,2%
Objeto indireto	7	1,2%
PP-ACC	3	0,5%
Elementos topicalizados	22	3,7%
NP-ADV	2	0,3%
Total Geral	596	100,0%

Tabela 6.10 – Campo pré-verbal nas sentenças V2 dos escrivães brasileiros – 1700-1749

Elemento Fronteado	Total Geral	Percentual
ADVPs	108	19,6%
Orações dependentes	100	18,1%
PPs	279	50,6%
Sujeito	47	8,5%
Objeto direto	6	1,1%
Objeto indireto	1	0,2%
Elementos topicalizados	9	1,6%
Partícula de Foco	1	0,2%
Total Geral	551	100,0%

Os brasileiros e os portugueses apresentam comportamento semelhantes no que diz respeito à distribuição dos tipos de sintagmas fronteados. Os dados apresentados mostram uma ausência de especificação do campo pré-verbal no século XVII compatível com línguas V2 prototípicas. No século XVIII, o percentual de PPs no campo pré-verbal soma 50,6%, o que parece apontar para uma especificação do campo pré-verbal. Como os elementos fronteados no PCI possuem uma variedade de valores pragmáticos e discursivos, retomarei essa discussão no próximo capítulo.

Como o *corpus* constitui-se de tipos textuais diferentes e de indivíduos com graus de letramento diferentes, avaliei quais os impactos de tais variáveis sobre a ordem V2. Descrevo, primeiro, a variável tipo textual. O *corpus* constitui-se de atas e cartas. Enquanto as atas são produzidas com o intuito de registrar toda a informação e os acontecimentos de uma assembleia,

reunião, encontro, etc., as cartas, por seu caráter, visam estabelecer uma comunicação direta entre os interlocutores. No nosso *corpus*, ambos os tipos têm um alto grau de formalidade: as atas, por sua idiossincrasia e as cartas por serem destinadas ao Rei. A comparação entre os tipos textuais só pode ser feita com dados dos nascidos no século XVIII.

Tabela 6.11 – (X)VS em relação ao tipo textual em brasileiros nascidos no séc. XVIII

	VS	SV
Ata	197/233 (84%)	36/233 (16%)
Carta	51/60 (85%)	9/60 (15%)

A comparação entre os tipos textuais revela que, proporcionalmente, atas e cartas comportam-se do mesmo modo. Assim, um possível aumento de sujeitos pós-verbais não estaria relacionado a um ou outro tipo textual.

Com relação ao letramento, sigo a hipótese de que poderia haver diferenças entre os mais e menos escolarizados. Adotei a classificação apresentada por Carneiro (2005) que considera cultos aqueles que seguiram para o estudo universitário e semicultos aqueles que não o frequentaram. Na tabela seguinte, apresentamos os valores encontrados. Entre portugueses só há escrivães semicultos; entre os brasileiros, o contraste feito considera apenas os nascidos na segunda metade do século XVII e os nascidos na primeira metade do século XVIII.

Tabela 6.12 – Distribuição SV e VS em brasileiros por grau de letramento – 1650-1699

Grau de letramento	Pós-verbal	Pré-verbal
Culto	166/265 (63%)	99/265 (37%)
Semiculto	45/88 (51%)	43/88 (49%)

Tabela 6.13 – Distribuição SV e VS em brasileiros por grau de letramento – 1700-1749

Grau de letramento	Pós-verbal	Pré-verbal
Culto	53/64 (86%)	9/64 (14%)
Semiculto	193/229 (84%)	36/229 (16%)

No primeiro grupo, a diferença entre cultos e semicultos é maior do que no segundo grupo. Essa diferença desaparece no século XVIII. Cultos e semicultos usam majoritariamente a ordem VS em detrimento da ordem SV, o que aponta para uma não diferenciação entre mais e menos escolarizados. Ao que parece, os textos que compõem o corpus, de tradições discursivas

mais fortemente fixadas, fazem com que os indivíduos adotem uma linguagem mais cristalizada. Ainda assim, é evidente que a natureza de VS mudou entre o século XVII e XVIII, visto que no século XVIII, VS é mais produtivo com verbos inacusativos.

Os dados revelam que a gramática que desembarcou no Brasil com os primeiros colonos era do tipo V2 e licenciava a ordem $XP_{\text{não-sujeito}}V_{\text{finito}}$, bastante produtiva tanto em brasileiros nascidos nos séculos XVII quanto em portugueses, em que se observa uma preferência em o verbo finito ocupar a segunda posição da oração matriz, como nos sistemas germânicos e reto-românicos V2 (BENINCÀ, 1984; HOLMBERG, 2015).

Com base nos dados, observa-se um percentual maior de sentenças VS do que sentenças SV tanto no século XVII quanto no século XVIII. De particular importância é o fato de que no século XVIII, a ordem VS deixa de ocorrer regularmente com verbos transitivos, apresentando comportamento semelhante ao encontrado nas línguas românicas modernas cuja preferência pela ordem VS se dá com verbos inacusativos. Tal fato, parece apontar para uma perda de V2 nesse período (discutirei essa questão no próximo capítulo). É também intrigante o fato de haver um decréscimo nas sentenças com sujeitos pré-verbais, diferindo radicalmente do que acontece no PE (discutirei essa questão no próximo capítulo). Trataremos a seguir a ocorrência das ordens V1 e V>2, tendo em vista que o PCI como outras línguas românicas antigas podem ser consideradas línguas V2 flexíveis. Vamos aos dados encontrados relativos à ordem V1.

6.2.2 A ordem V1

O PCI, assim como as línguas românicas medievais, licencia a ordem V1 (WOLFE, 2018). De acordo com Kaiser (1999), Rinke (2009) e Sitaridou (2012), a ordem V1 seria incompatível com sistemas V2. Porém, Holmberg (2015) apresenta uma série de exceções à regra V2 em línguas V2 prototípicas. É possível encontrar a ordem V1 em perguntas de sim/não, em sentenças imperativas, em declarativas (também conhecida como inversão narrativa) e em sentenças em que há elipse de sujeito ou de objeto topicalizado. Wolfe (2015; 2017; 2018) defende que, por serem sistemas V2 flexíveis, as línguas românicas medievais licenciam a ordem V1 em contextos de tópicos contínuos e rematicidade, assim como inglês antigo e o islandês antigo.

As orações matrizes em que o verbo aparece superficialmente em primeira posição são muito produtivas no PA e PCI (cf. GALVES, 2020). No *corpus* analisado foram localizadas, por meio da ferramenta de busca *CorpusSearch*, 461 sentenças com a ordem V1, das quais 401 são de escritões brasileiros e 60 são de escritões portugueses.

Entre os portugueses, a ocorrência de sujeitos nulos em sentenças V1 é de 69%. As sentenças na ordem VS(X) somam 31%. Os brasileiros, em ambos os séculos, exibem um percentual bem parecido com o encontrado entre os portugueses: 68% e 64% de sujeitos nulos entre os nascidos no século XVII e XVIII, respectivamente; e 32% e 36% de VS(X).

Tabela 6.14 – Distribuição de sentenças V1 em portugueses e brasileiros

	Nulo	VS	Total
Portugueses	41 (68%)	19 (32%)	60 (100%)
Brasileiros	269 (67%)	132 (33%)	401 (100%)

Figura 6.6 – VS e sujeitos nulos nas sentenças V1 em escritões portuguesas

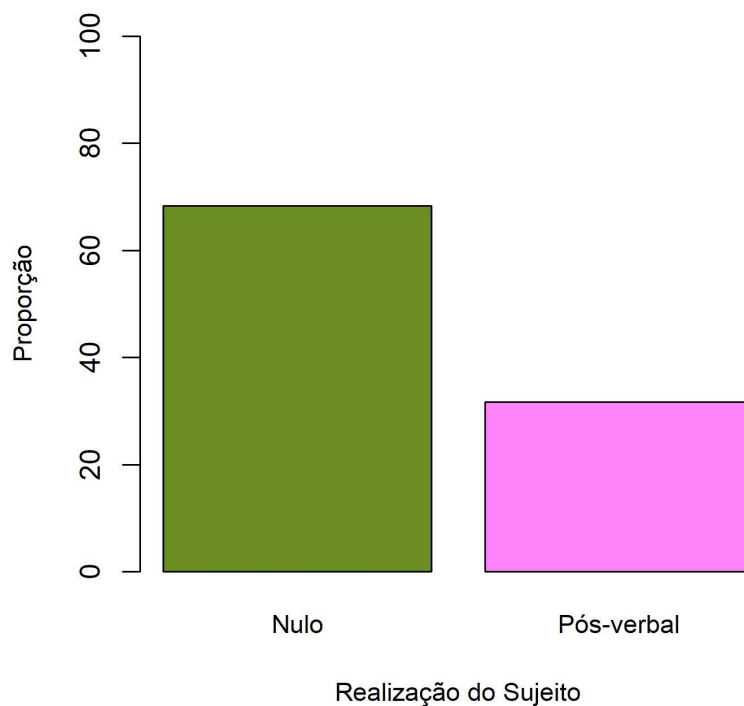
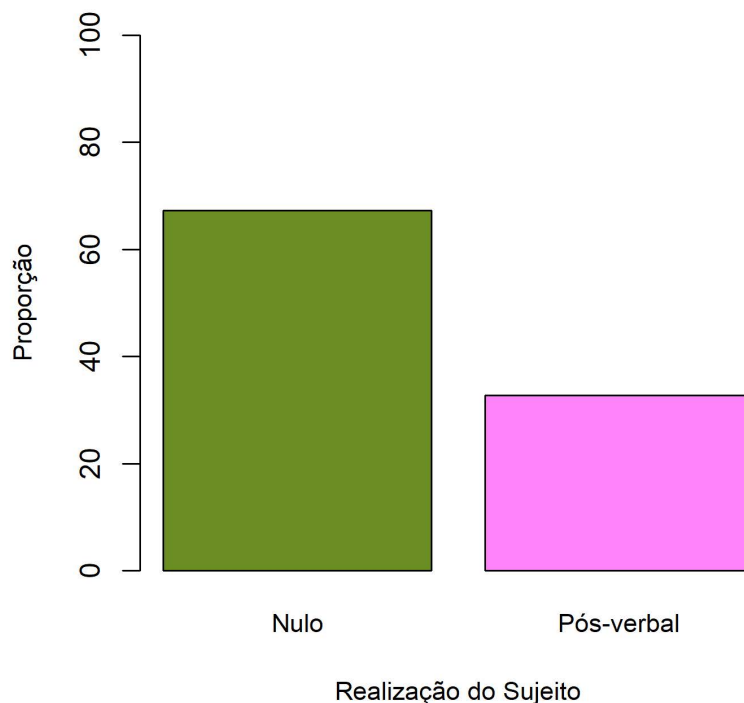


Figura 6.7 – VS e sujeitos nulos nas sentenças V1 em escrivães brasileiros



Apresento abaixo, alguns exemplos de sentenças nas ordens V1:

V1/VS

Brasileiros

- (38) a. **Estancou** *a Companhia Geral* com os quatro gêneros de mantimentos pelos preços assentados (va_Pinheiro, 1602).
- b. **Ficaram** líquidas *mil e quinhentas pipas* mais ou menos (va_Pinheiro, 1602).
- c. **Insistiram** *eles* a que não haviam de haver respeito as vendagens e que haviam de embolsar por em cheio os preços instituição (va_Pinheiro, 1602).
- d. **Cresceram** *os gastos, e as demandas* com que não há letrado algum que aceite esta ocupação por tão limitado salário (va_Araújo, 1610).
- e. **Cresceu** *o povo* (va_Araújo, 1610).
- f. **Compadeça-se** *Vossa Majestade* de tantas de tantas misérias deferindo-nos logo o requerimento que parece por todos os motivos justo (va_Carneiro Filho, 1670).

- (39) a. **Vão** no sacco *cartas nossas* para Sua Majestade que Deus guarde, por diversos tribunais donde Vossa Mercê as entregará logo com todo cuidado (va_Carneiro Filho, 1670).
- b. **Hão** *estas razões* tão forçosas que nos parecem dignas de que a real atenção de que Vossa Majestade nos faça graça de conceder a Casa da Moeda que já havemos suplicado a Vossa Majestade de quem esperamos receber este tão grande bem como Rei e Senhor tão atento à conservação dos seus vassallos (va_Vasconcelos, 1672).
- c. **Importam** cada ano *as rendas aplicadas à infantaria* vinte e cinco contos cento e vinte e quatro mil novecentos noventa e oito réis e as quatro mostras vinte e oito contos trezentos e trinta e três mil quinhentos e sessenta réis (va_Vasconcelos, 1672).
- d. E **apareceu** *o santo* em uma pedra em pé (va_Araújo, 1610).
- e. e **padecem** *os pobres* contínua vexação (va_Araújo, 1610).
- f. e nos **parecem** menos verdadeiras ou totalmente apaixonados *as queixas que deles se fizeram* a Vossa Majestade (va_Pereira, 1650).
- (40) a. **Remeterá** *Vossa Mercê* a sentença sobre o requerimento que se fez a Sua Majestade para que mandasse que o comissário do contrato do sal o não vendesse, nem por si nem por outrem por mais da taxa (va_Carneiro Neto, 1700).
- b. **Vão** *as segundas vias das cartas ditatoriais* para as filhas de João Pinheiro de Carvalho (va_Carneiro Neto, 1700).
- c. **Saiu** *a carne* a quinhentos e sessenta arroba por assim baratear o criador que de novo entrou Bernardino de Afonseca ao qual lhe deu o juramento dos Santos Evangelhos o dito ministro (va_Silveira, 1720).
- d. **Reproveram** *os moradores* em tão grande necessidade das águas do referido dique por serem as únicas que se conservam bem nas mais rigorosas esterilidades (va_Silveira, 1720).
- e. **Estão** *as janelas da dita cadeia* danificadas de sorte que pelos buracos que até entra o vento, e apaga as candeias necessárias para a vigilância dos presos, que se precisam aproveitar da escuridão para a fuga, e arrombamento das prisões em cujos termos requeria se rematassem os

ditos consertos tão necessários como é notório (va_Sodré, 1690).

- f. **Requerera** *ele* dito procurador se fizesse menção do mesmo despacho no livro dos provimentos como assim se praticou (va_Sodré, 1721).

Portugueses

- (41) a. **Colherá** *Vossa Mercê* as maiores razões que lhe parecer para que escolherá Vossa Mercê o Letrado e Requerente que lhe parecer, (va_Carneiro, 1640).
- b. **Escreve** *este Senado* a Sua Alteza sobre se nos mandar entregar quatrocentos e tantos mil réis pertencentes a este Senado (va_Carneiro, 1640).
- c. **Vai** revogada *a procuração* ao Doutor Feliciano Dourado, e poderes para substabelecer Vossa Mercê quem lhe parecer, (va_Vieira, 1600).
- d. **Padece** *este povo* uma considerável perda com estes navios de licença, com as maiorias dos fretes que causa a diminuição no valor do açúcar sendo aquele um particular aumento, esta uma total ruína do bem comum (va_Vieira, 1600).
- e. **Bastam** *os naturais afetos de sua real clemência e piedade* que como pai rei e senhor natural benignamente usa com os seus vassalos (va_Pita, 1580).
- f. **Recebeu** *o Mestre Domingos Antunes* do Barco Nossa Senhora de Assunção duas cartas para dar a Câmara do Camamu, e Cairu (va_Pita, 1580).

V1 com Sujeito nulo

Brasileiros

- (42) a. **Pedimos** a Vossa Alteza seja servido mandar prover nisto sem dilatação por os moradores que intentam de novo esta fábrica se destroem a si, e aos vizinhos e vivem em ódios, e demandas (va_Araújo, 1610).
- b. **Demos** uma e outra coisa (va_Araújo, 1610).
- c. **Defendemo**-nos com alguns documentos e ainda sentenças que contra os corregedores de Vossa Majestade alcançaram muitos cidadãos da dita Cidade do Porto e da Vila de Guimarães (Aragão, 1630).
- d. **Esperamos** se multiplique nele muitas coisas da repetição de nosso agradecimento e o muito que a Vossa Majestade devemos (Aragão, 1630).

- e. **Recebemos** as cartas de Vossa Mercê de doze, e dezoito de janeiro (va_Carneiro Filho, 1670).
- f. **Atalharam** soldados com os porteiros e com outras pessoas que não de servir o Conselho (va_Carneiro Filho, 1670).
- (43) a. **Obrigamos** o Governador e Capitão Geral deste Estado por ordem de Sua Majestade a nomear tesoureiro e almoxarifes para a administração da Junta do Comércio, tomando este Senado sobre si a abonação dos fiadores dos ditos ofícios porque é isto gravame muito prejudicial e oficiais da Câmara, por serem muito falidos os bens do Brasil, igualmente pouco afazendados os homens que se costumam nomear e não haver até agora exemplo semelhante (va_Pereira, 1650).
- b. e **pedimos** a Sua Majestade nos conceda serem valiosos os contratos que fizemos com os criadores porquê de não ser assim e de estes não poderem cortar os seus gados se seguem todos os anos grandes perturbação na arrematação dos ditos talhos e currais mancomunando-se os marchantes que os rematam sem oposição e por isso diminuindo-se a renda deles sem que Sua Majestade tem a terça (va_Pereira, 1650).
- c. **Devemos** muito ao dito Governador o cuidado e disposição com que trata tudo e o amor com que nos governa (va_Pinheiro, 1602).
- d. **Ajustaremos** uma, e outra conta que Vossa Alteza deve haver por bem (va_Pinheiro, 1602).
- e. **Movem** dúvidas frívolas e injustas só a fim de lhes demorar os pagamentos e reterem mais tempo em si o dinheiro para os seus negócios do que resulta em enriquecerem-se a si, o faltarem ao fim para que foi criado o dito juízo (va_Vasconcelos, 1672).
- f. E o **ficaremos** a sustentar a dita infantaria e a mais que for necessária segundo a nossa obrigação à custa de nossas fazendas ficando-nos, porém, direito para procurar o dito contrato do sal não bastando os ditos contratos (va_Vasconcelos, 1672).
- (44) a. **Recebemos** as de Vossa Mercê de quatorze de novembro de mil setecentos e dezesseis e de trinta de março de mil setecentos e dezessete (va_Carneiro Neto, 1700).

- b. **Declara-se** que do plano da rua até o vigamento do primeiro sobrado, terá de altura quinze palmos, e um para o vigamento, e assoalhado, que fazem dezesseis (va_Duarte, 1725).
- c. **Nomearam** para almotacés para os meses de julho e agosto por impedimento dos já nomeados o Bacharel formado Inácio Lorres e José Inácio Auxiol de Vasconcelos (va_Azevedo, 1720).
- d. **Protestou** que não convinha em que se mandasse passar mandado a requerimento do mesmo Pedro Sebastião Marques rematador que foi o ano passado das limpezas das fontes, e conserto das calçadas por quanto lhe constava que o dito Pedro não havia cumprido com as obrigações de rematação (va_Sodré, 1721).
- e. **Nomearam** os vereadores o Capitão Antão José Leite de Vasconcelos e Francisco Gomes de Abreu e Lima Corte Real e o Procurador do Senado da Câmara Domingos Ribeiro Guimarães (va_Sodré, 1721).
- f. **Requeria** se destinassem lugares certos para a vendagem, e situação das mesmas negras (va_Silva, 1725).

Portugueses

- (45) a. **Esperamos** por intervenção de Vossa Mercê alcançar em breve de Sua Alteza a que escrevemos esperando de sua grandeza a Concessão e de Vossa Mercê a diligência (va_Carneiro, 1640).
- b. **Suplicamos** a Vossa Majestade o aja assim por bem mandando possa criar esta Câmara, e declarando-se a parte que deve tocar ao almotacé e Escrivão das Condenações que fazem (va_Carneiro, 1640).
- c. **Arrematamos** os três tostões das caixas de açúcar e sessenta réis por rolo de tabaco em onze mil e seiscentos cruzados que transferimos à infantaria (va_Vieira, 1600).
- d. E **resultará** disso não haver quem sirva a este senado com embarcações de tão dura digestão; maiormente sendo o trabalho voluntário, e sem ordenado algum (va_Vieira, 1600).
- e. **Veremos** neste Reino os efeitos de sua bondade e particularmente neste Estado a quietação que nos falta (va_Pita, 1580).

- f. e **pedimos** digne-se não sejam providos nela Desembargadores pessoas que sejam moradores desta cidade pelos inconvenientes que disso sucedem ordinariamente administrar justiça na forma que Vossa Majestade por suas ordenações manda pelas obrigações que lhes ocorrem de seus parentes e de suas mulheres (va_Pita, 1580).

Observa-se também a ocorrência de sentenças em que não há contiguidade entre o sujeito e o verbo, como nos exemplos (38b) e (39c) e nos exemplos que se seguem:

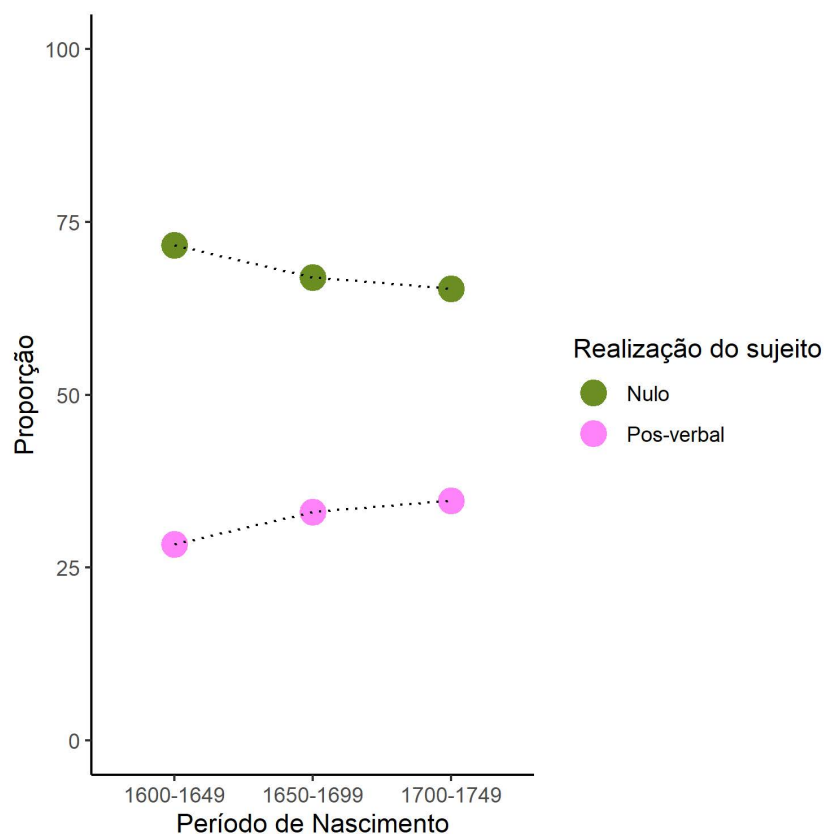
- (46) a. **Fez a Vossa Alteza** *nosso Procurador Domingos Dantas de Araujo* uma proposta em que mostrava que a moeda de seiscentos e quarenta réis se levantasse a valor de oitocentos réis (va_Aragão, 1630)
- b. **Adoeceu** *gravemente o dito Juiz*, (va_Carneiro Filho, 1685).

Diacronicamente, não há grandes mudanças com relação à ordem V1, como podemos ver nas tabelas e gráficos abaixo.

Tabela 6.15 – VS e Sujeitos nulos em sentenças matrizes por brasileiros

	VS	Sujeito Nulo	Total
1600-1649	17 (28%)	43 (72%)	60 (100%)
1650-1699	63 (33%)	128 (67%)	191 (100%)
1700-1750	52 (35%)	98 (65%)	150 (100%)

Figura 6.8 – VS e sujeito nulo nas sentenças V1 em brasileiros por período de nascimento



Proporcionalmente, em todos os períodos analisados, o percentual de sentenças com sujeito nulo é mais alto do que a ocorrência de sentenças com sujeito pós-verbal.

Como pontuado anteriormente, no PB, a presença de sujeitos pós-verbais restringe-se às orações com verbos inacusativos (altamente produtivas) e com verbos inergativos e transitivos quando se tem inversão locativa, construções parentéticas, inversão narrativa e inversão com operador de foco com escopo sobre o sujeito (PILATI, 2006). Como o PCI licenciava a ordem VS mais amplamente do que o PB, distribuimos as sentenças V1 com sujeitos pospostos em relação ao tipo de verbo, a fim de verificar se já encontramos evidências que apontem para as origens do PB.

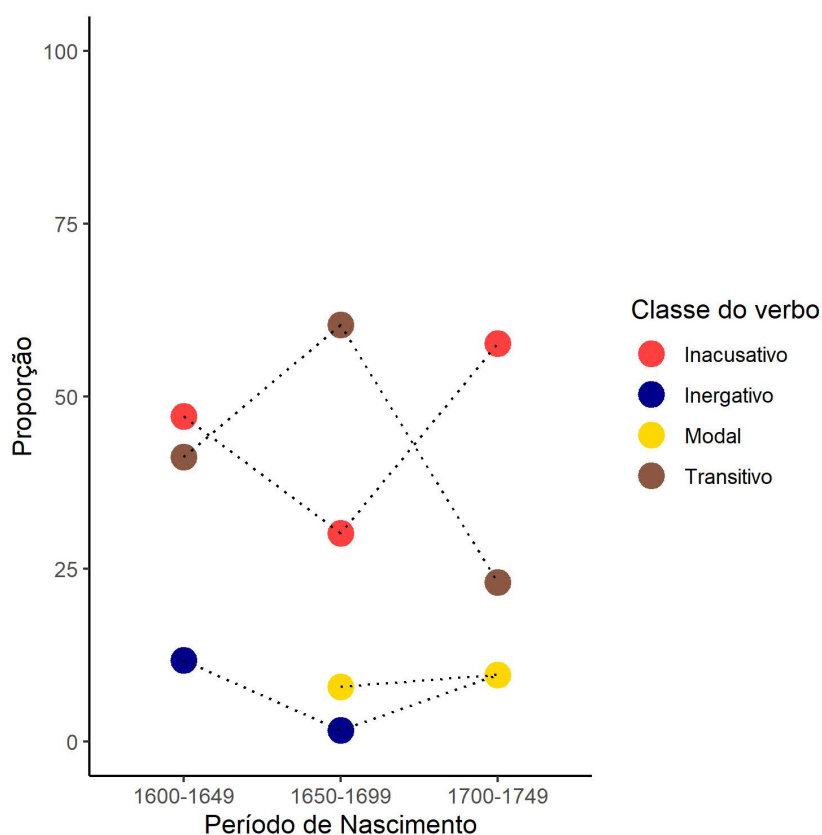
Tabela 6.16 – VS(X) em relação ao tipo verbal em portugueses por nascimento

Tipo de verbo	Período de nascimento	
	1550-1599	1600-1649
Inacusativo	-	3/17 (18%)
Inergativo	-	1/17 (6%)
Modal	-	-
Transitivo	1/1 (100%)	13/17 (76%)

Tabela 6.17 – VS(X) em relação ao tipo verbal em brasileiros por nascimento

Tipo de verbo	Período de nascimento		
	1600-1649	1650-1699	1700-1749
Inacusativo	8/17 (47%)	19/63 (30%)	30/52 (57%)
Inergativo	2/17 (12%)	1/63 (2%)	5/52 (10%)
Modal	-	5/63 (8%)	5/52 (10%)
Transitivo	7/17 (41%)	38/63 (60%)	12/52 (23%)

Figura 6.9 – V1/VS em relação ao tipo de verbo em brasileiros por período de nascimento



A observação que pode ser extraída com bases nas tabelas 6.17 e 6.18 é: (i) os brasileiros nascidos na primeira metade do século XVII já apresentam um percentual maior de sentenças com verbos inacusativos do que os portugueses e inclusive as sentenças inacusativas são as mais encontradas (47% x 41%); (ii) a tendência encontrada na primeira metade do século XVII vai se intensificar no século XVIII, com uma queda drástica no percentual de sentenças VS(X) com verbos transitivos, como vemos no gráfico 07. Esse resultado segue a tendência do que é encontrado com as sentenças V2 – apesar de não ser estatisticamente significativo ($\beta = -0.84$, 95% CI, p-valor > 0,05).

Os dados de V>2 são analisados a seguir.

6.2.3 A ordem V>2

Outra evidência apontada por diferentes pesquisadores contra a hipótese V2 em línguas românicas medievais são as construções V>2. O PCI, assim como outras línguas românicas antigas, apresenta a ordem V>2 (WOLFE, 2018). No *corpus* investigado, foram localizadas, por meio da ferramenta de busca *CorpusSearch*, 449 sentenças com a ordem V>2, das quais 396 são de escrivães brasileiros e 53 são de escrivães portugueses. O percentual de sentenças V>2 soma 18% nas cartas de escrivães brasileiros e 16% nos portugueses.

Tabela 6.18 – Distribuição de sentenças V>2 em portugueses

	Nulo	VS	SV	TOTAL
Brasileiros	23 (43%)	8 (15%)	22 (42%)	53 (100%)
Portugueses	148 (37%)	144 (36%)	104 (27%)	396 (100%)

Figura 6.10 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V>2 em escrivães portugueses

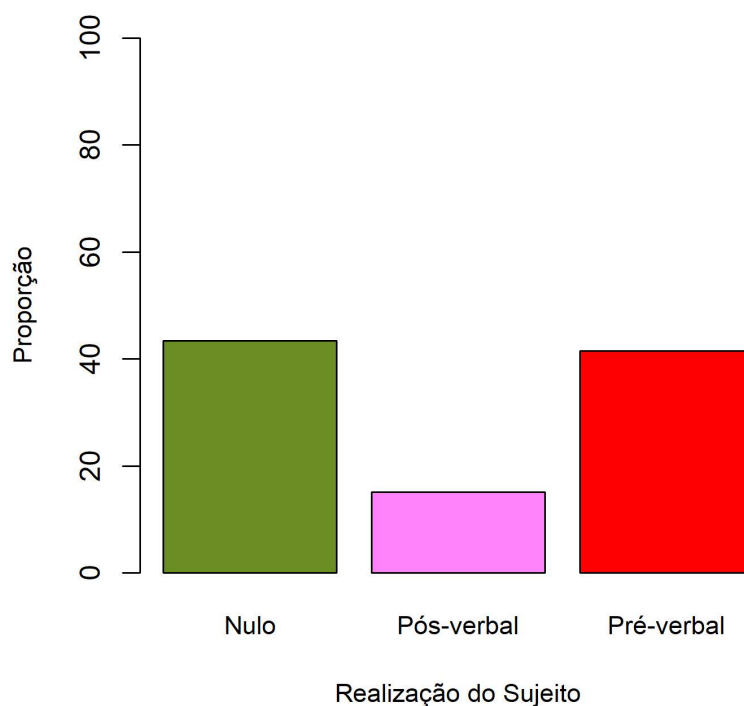
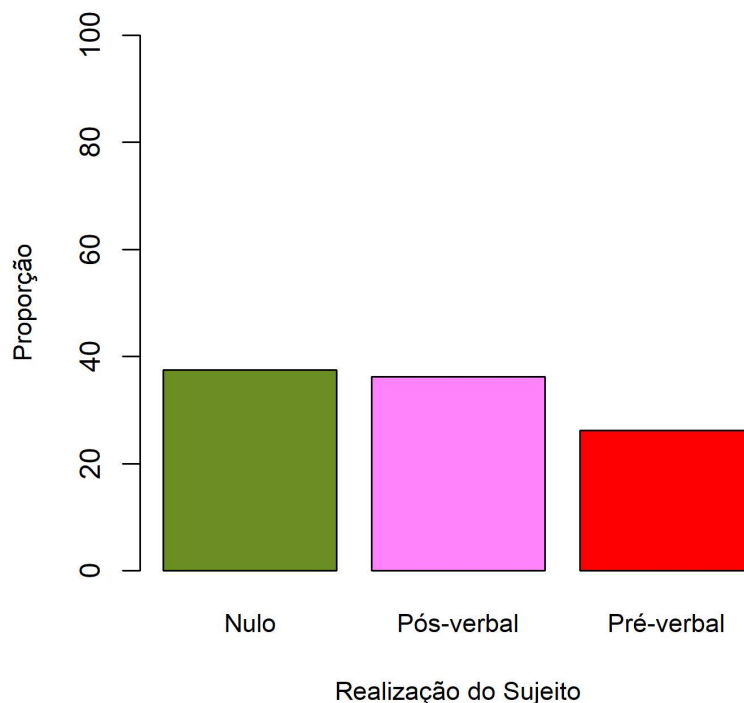


Figura 6.11 – Sujeito nulo, VS e SV nas sentenças V>2 em escrivães brasileiros



Proporcionalmente, os grupos divergem. Entre os portugueses o percentual de sentenças V>2 com sujeito pré-verbal é muito maior do que entre os brasileiros, cujo percentual de sujeitos pós-verbal superam e muito os portugueses. Há também diferenças quanto ao sujeito nulo, que ocorre mais entre os brasileiros do que entre portugueses.

Abaixo, alguns exemplos de sentenças V>2:

V>2

Brasileiros

- (47) a. e [agora] [de novo] **ordenou** dito *Arcebispo*, que enquanto não tivesse renda ao menos de quatro mil cruzados efetivos se não fizesse profissão as religiosas noviças (va_Aragão, 1630).
- b. e [como se terá por ditosa esta Província de ser devedora dos emolumentos, que espera colher da benevolência de Vossa Mercê] [na dita carta] **prometemos** melhorar de Procurador visto dizermos Vossa Mercê a necessidade que tínhamos de quem com melhor cuidado e mais aplicação do que presente assistisse a nossos negócios, e a suficiência de Manoel Carvalho da qual podíamos segurar dos desempenhos deles (va_Aragão, 1630).

- c. [Imposto] [assim] o **esperamos** de Vossa Majestade para que com isso fiquem estes vassallos de Vossa Majestade aliviados (va_Araújo, 1610).
- d. *Vossa Majestade* [contudo] **resolverá** nesta matéria o que for servido (va_Carneiro Filho, 1670).
- e. e [destes] [totalmente] **ficam** isentos *os ricos* (va_Carneiro Filho, 1670).
- f. [porém] [depois] **vieram** abaratar-se (va_Pereira, 1650).
- (48) a. [Finalmente] [em tudo o que é] **requeremos** (va_Pereira, 1650).
- b. [Para nos valermos dele] [juntamente] esperamos nos faça mercê avisar do que há obrado sobre os particulares que nossos antepassados porque sobre qualquer deles é importantíssimo ao bem comum desta república (va_Sueiro, 1615).
- c. e [quando chegaram estas naus] [já em muitas partes] **faltava** para o Sacrifício da Missa (va_Pinheiro, 1602).
- d. e [com este privilégio e Instituição exorbitante] [sempre] se **há de contender** restritamente (va_Pinheiro, 1602).
- e. e [ao menos] [agora que vai crescendo a dita infantaria] [já] **ficou** cessando *o dito pretexto* (va_Vasconcelos, 1672).
- f. [A prorrogação da graça que se pediu de outros seis anos para se não rematarem os açúcares] [já] **remeteu** *o excelentíssimo Senhor Vice-Rei* a este Senado como indulto pretendido (va_Carneiro Neto, 1710).
- (49) a. E [votando] [Manuel de Almeida Sandi] **concordava** (va_Silveira, 1720).
- b. E [sendo cumprida a dita carta] [em sua observância] [de comum acordo] **nomearam** ao Doutor Manoel Vaz Guedes Mourão lavrador de tabaco, e morador no Porto de São Félix termo da vila da Cachoeira, por concorrerem nele os requisitos necessários recomendados no parágrafo terceiro do capítulo três do regimento da dita mesa de que tudo para constar mandaram fazer este termo que assinaram (va_Silva, 1725).
- c. E [depois da sua partida] [até o presente] se me **oferece** dizer de novo o seguinte (va_Magalhães, 1670).
- d. E [porque o não pode haver contrário] [à disposição deles] [com prejuízo total das terças de Sua Majestade] [ao bem comum] **requeria** se lhe desse o juramento necessário com o protesto de se em tempo algum por na sua

obrigação (va_Pereira, 1700).

Portugueses

- (50) a. [Se o maior valimento dos povos é o Seu Príncipe e Senhor (quando nós o confessamos assim a Vossa Alteza)] [com grande fundamento] nos **buscaram** *todos os Estados desta Cidade* (va_Carneiro, 1640).
- b. [sendo que suceda o Contrário] [da Informação junta] **tirárá** *Vossa Mercê* razões para a conseguir (va_Carneiro, 1640).
- c. [Porém] [agora que Vossa Alteza tem sobre seus ombros o governo desse reino e com tanta atenção se mostra igualmente pai e senhor de seus vassallos] [com muita razão] **esperamos** vencer aquela desgraça e de sua grandeza que nos mande deferir a todos os requerimentos propostos e aos que de novo propuser nosso procurador para que assim tenhamos estendido que com a obrigação de vassallos gozemos tão bem o amor de filhos (va_Vieira, 1600).
- d. E [por consequência] *estes moradores* [com a experiência de tantas perdas] **deixarão** a cultura de que se seguirá em tudo a total ruína (va_Vieira, 1600).
- e. [Como Sua Alteza (Deus guarde) foi servido ocupar a Vossa Mercê em uma das secretarias do desembargo do Paço, e as ocupações desse ofício são tão grandes que temos entendido se há mister Vossa Mercê todo para elas e que terá pouco lugar para assistir nos nossos requerimentos] **nós resolvemos** a eleger novo Procurador (va_Viegas, 1610).
- f. [O impossível] *nenhum meio humano* o **faz** possível (va_Viegas, 1610)

A ocorrência de ordens V1 e V>2 foi durante muito tempo usada como argumento contra a defesa de que as línguas românicas antigas fossem línguas V2, pois tais ordens seriam incompatíveis com sistemas V2 (KAISER, 1999; RINKE, 2009; SITARIDOU, 2012). Porém, em dialetos urbanos do alemão, dinamarquês, norueguês e sueco, línguas V2 prototípicas, é possível encontrar sentenças com a ordem V>2, sob condições restritas (HOLMBERG, 2015).

A ordens V>2 são possíveis em sistemas V2, desde que o primeiro constituinte não seja movido, mas sim soldado (merged) externamente. Essa é uma opção rara, mas também atestada em algumas línguas V2. A ordem V>2 aparece como uma alternativa a V2, porém de modo mais

restrito. Segundo a hipótese de Poletto (2002), existe uma divisão na hierarquia da sentença entre um domínio inferior (de Foco para baixo) e um domínio superior (o domínio Tópico).

No domínio inferior, os especificadores são preenchidos por movimento (merge interno). Já no domínio superior os especificadores são preenchidos por merge externo (HOLMBERG, 2015). Por isso, vemos a combinação de diferentes elementos no início da sentença, como nos exemplos apresentados. Tendo em vista as propriedades estruturais da sentença, analisamos a distribuição dos valores de $V>2$ em relação à colocação do sujeito ao longo do tempo.

Tabela 6.19 – Distribuição sujeito nulo, SV e VS na ordem $V>2$ em portugueses

	Nulo	Pós-verbal	Pré-verbal
1550-1599	4/11 (36%)	1/11 (9%)	6/11 (55%)
1600-1649	19/42 (45%)	7/42 (17%)	16/42 (38%)

Figura 6.12 – $V>2$ (Sujeito nulo, VS e SV) em portugueses por período de nascimento

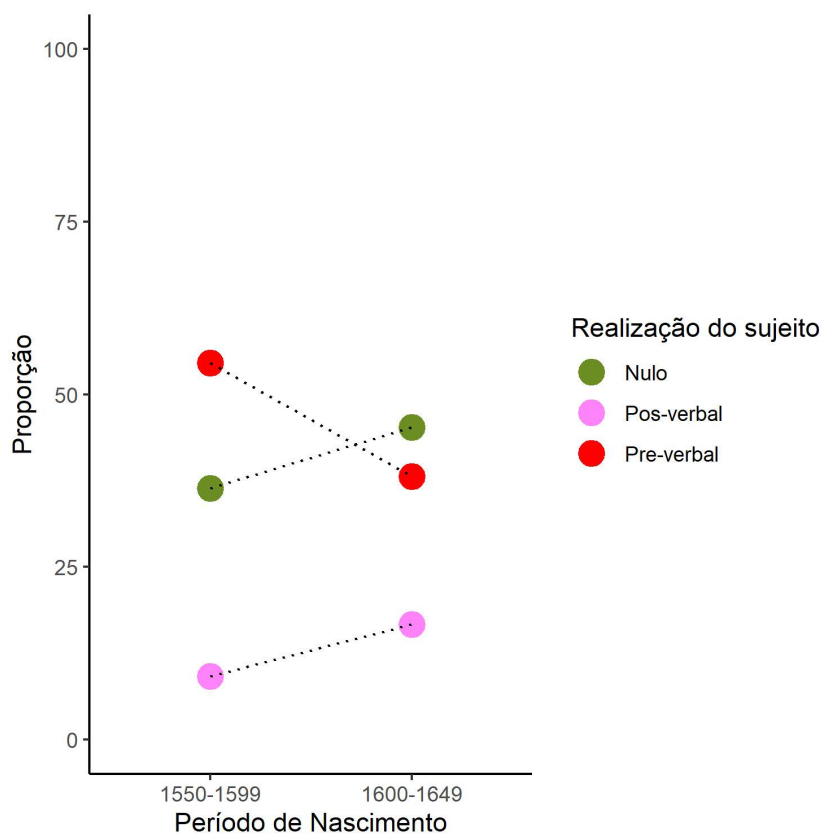
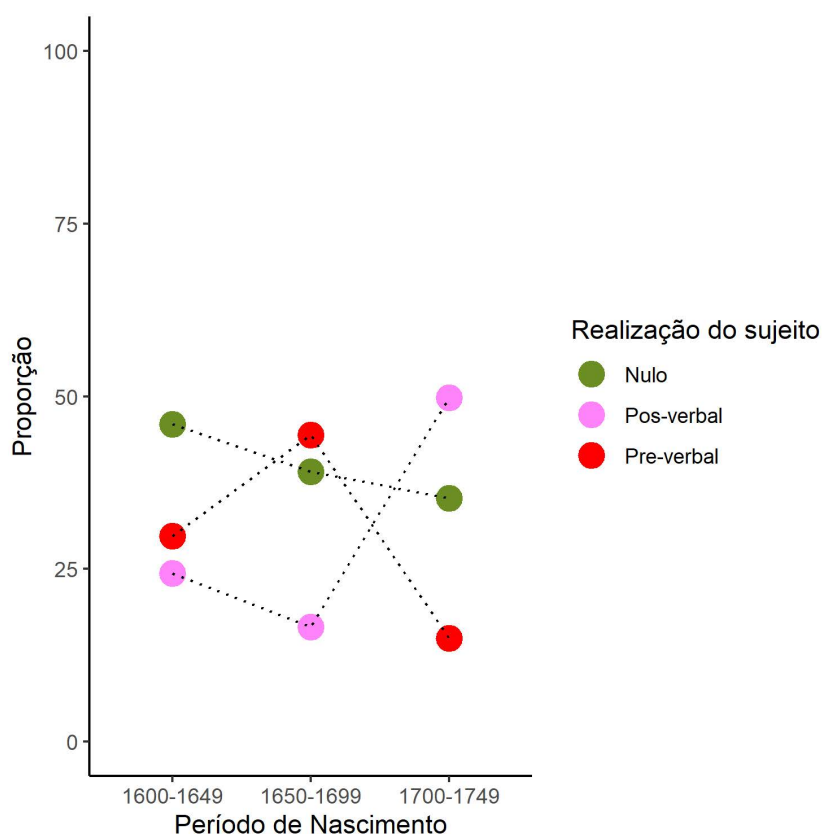


Tabela 6.20 – Distribuição sujeito nulo, SV e VS na ordem V>2 em brasileiros

	Nulo	Pós-verbal	Pré-verbal
1600-1649	17/37 (46%)	9/37 (24%)	11/37 (30%)
1650-1699	52/133 (39%)	22/133 (17%)	59/133 (44%)
1700-1749	79/226 (35%)	113/226 (50%)	34/226 (15%)

Figura 6.13 – V>2 (Sujeito nulo, VS e SV) em brasileiros por período de nascimento

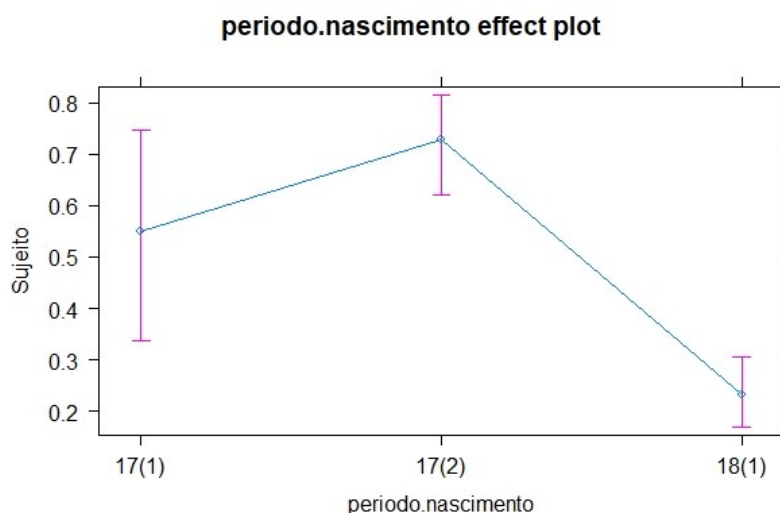


Entre os portugueses, a distribuição dos dados mostra uma maior preferência pelo uso do sujeito pré-verbal entre os nascidos no final do século XVI (55%), o que muda entre os nascidos na primeira metade do século XVIII cuja preferência é por sentenças com sujeitos nulos (36%). O resultado difere do que ocorre para os escrivães brasileiros, como vemos na tabela 6.22.

Os resultados, entre os brasileiros, seguem a tendência encontrada na ordem V2. O percentual de sujeitos pré-verbais e sujeitos nulos cai entre o século XVII e XVIII (de 30% para 15% e de 46% para 35%, respectivamente) e o percentual de sujeitos pós-verbais aumenta (de 24% para 50%). Estatisticamente, a diferença entre sujeitos pré-verbais e pós-verbais no século XVII é significativa ($\beta = -1.40$, 95% CI, p-valor < 0.005), como podemos ver no gráfico abaixo. No gráfico abaixo, temos o cálculo da probabilidade de o sujeito ser pré-verbal segundo

o período de nascimento do escrivão. Entre os nascidos no século XVIII, a probabilidade de o sujeito ser pré-verbal quando foneticamente realizado é de 25%.

Figura 6.14 – Probabilidade da ocorrência de sentenças SV em brasileiros por período de nascimento



Tais resultados se distanciam do padrão encontrado no PCI, cuja preferência é por sujeitos pré-verbais na ordem V>2 (ANTONELLI, 2011; GALVES, 2020). Desse modo, temos evidências de que os padrões encontrados na ordem V>2 a partir do século XVIII não são os mesmos do PCI.

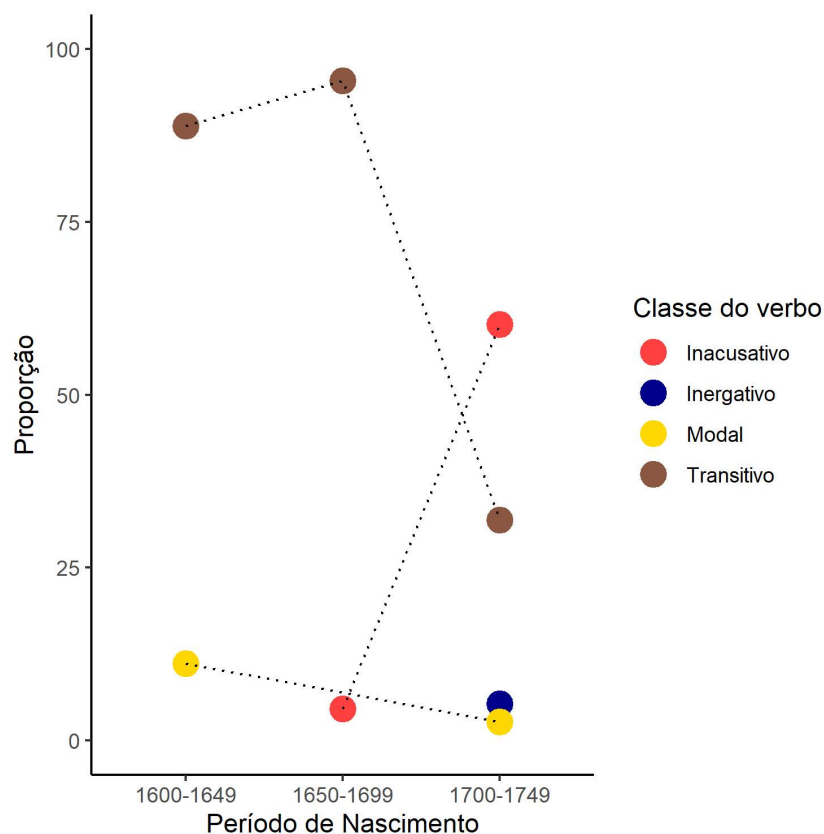
Como há um aumento na ordem VS, se faz necessário verificar duas questões: (i) se o padrão encontrado segue o mesmo padrão das ordens V1 e V2; e (ii) se o gênero textual, o grau de letramento ou outro fator pode influenciar o uso de sujeitos pré-verbais ou pós-verbais.

Começemos pelo tipo de verbo.

Tabela 6.21 – VS na ordem V>2 em relação ao tipo verbal em brasileiros por período de nascimento

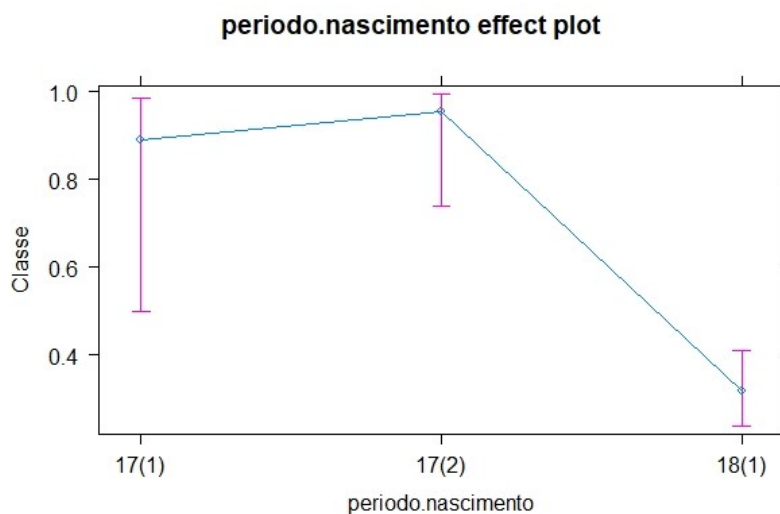
Tipo de verbo	Período de nascimento		
	1600-1649	1650-1699	1700-1749
Inacusativo	-	1/22 (5%)	68/113 (60%)
Inergativo	-	-	6/113 (5%)
Modal	1/8 (11%)	-	3/113 (3%)
Transitivo	7/8 (89%)	21/22 (95%)	36/113 (32%)

Figura 6.15 – VS em V>2 por tipo de verbo em brasileiros por período de nascimento



Assim como acontece nas ordens V1 e V2, no século XVIII, as sentenças VS na ordem V>2 ocorrem majoritariamente com verbos inacusativos. O teste estatístico de regressão logística confirmou que a Classe semântica do verbo é um preditor significativo à sentença estar na ordem VS(X) no século XVIII (o intervalo do confiança não se sobrepõe) ($\beta = -2.84$, 95% CI, p-valor $< 0,05$). Enquanto a probabilidade de VS(x) em sentenças V>3 ocorrer com verbos transitivos entre os nascidos na segunda metade do século XVII é de mais de 90%, entre os nascidos no século XVIII esta probabilidade cai drasticamente, girando em torno de 30%, como podemos ver no gráfico abaixo. Ou seja, mais uma vez, temos evidências de que a gramática instanciada no século XVIII não é a gramática do tipo V2 como a gramática do PCI.

Figura 6.16 – Probabilidade de brasileiros usarem verbo transitivo em sentenças VS(X) por século de nascimento

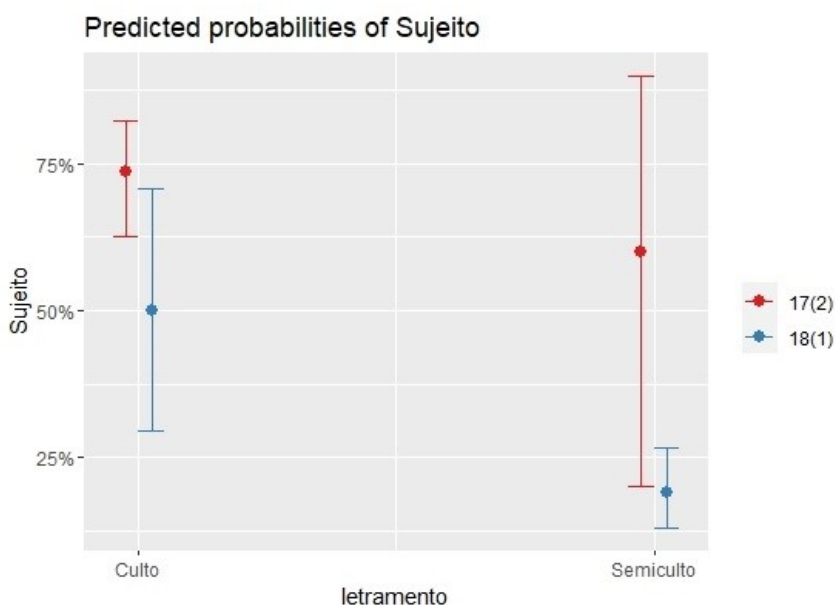


Vamos agora observar se há diferenças ligadas ao letramento.

Tabela 6.22 – VS na ordem V>2 em brasileiros por período de nascimento

	1600-1649		1650-1699		1700-1749	
	VS	SV	VS	SV	VS	SV
Culto	-	-	20/76 (26%)	56/76 (74%)	10/20 (50%)	10/20 (50%)
Semiculto	9/20 (45%)	11/20 (55%)	2/5 (40%)	3/5 (60%)	103/127 (81%)	24/127 (19%)

Figura 6.17 – Probabilidade de brasileiros com diferentes graus de letramento usarem VS em sentenças V>2



A partir da tabela 6.24, observa-se que cultos e semicultos têm um comportamento parecido tanto entre os nascidos na segunda metade do século XVII e os nascidos na primeira metade do século XVIII. Em ambos os grupos a proporção de VS cresce (26% x 50% cultos; 40% x 81% semicultos) enquanto a proporção de SV cai. Estatisticamente, as diferenças entre os grupos é significativa. Há um desfavorecimento do uso da ordem SV(x) em sentenças V>2 nos cultos ($\beta = -1.03$, 95% CI, $p < 0,05$), como podemos ver no gráfico abaixo. Portanto, o grau de letramento do escrivão é uma variável importante, sendo que os semicultos têm mais probabilidade de usar a ordem VS(X) do que os cultos.

Agora, vamos olhar para o gênero textual. Como ressaltamos anteriormente, apenas entre os nascidos no século XVIII é possível verificar o papel do tipo textual sobre a ordem.

Tabela 6.23 – SV/VS em relação ao tipo textual em brasileiros nascidos no século XVIII

	VS	SV
Ata	106/131 (81%)	25/131 (19%)
Carta	7/16 (44%)	9/16 (56%)

O contraste entre os tipos textuais aponta que, proporcionalmente, a ordem VS é muito mais produtiva nas atas do que nas cartas, ou seja, parece haver um favorecimento de uso da ordem VS em sentenças V>2 quando o tipo textual é ata, o que é confirmado pelo teste de regressão linear ($\beta = 2.30$, 95% CI, $p < 0,05$) que aponta uma probabilidade alta de sentenças SV ocorrerem nas cartas. Assim, na ordem V>2 o tipo textual parece exercer um papel importante como deflagrador de sujeitos pós ou pré-verbais.

Tal resultado reforça o fato de que textos de tradições discursivas mais rígidas, como as atas, serem mais “resistentes” à mudança linguística. Por isso, a necessidade de se criar *corpora* multidimensionais (KABATEK, 2006).

Para finalizar, trago um panorama das sentenças nas ordens V1, V2 e V>2, ao longo dos séculos estudados.

Tabela 6.24 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em brasileiros por período de nascimento

		VS	SV	Sujeito Nulo	TOTAL	
1600-1649	V1	17	-	43	60	21%
	V2	40	37	108	185	66%
	V>2	9	11	17	37	13%
	Total	66 (23%)	48 (17%)	168 (60%)	282	100%
1650-1699	V1	63	-	128	191	21%
	V2	171	105	320	596	65%
	V>2	22	59	52	133	14%
	Total	256 (28%)	164 (18%)	500 (54%)	920	100%
1700-1749	V1	52	-	98	150	16%
	V2	248	45	262	555	60%
	V>2	113	34	79	226	24%
	Total	413 (44%)	79 (8%)	439 (47%)	931	100%

Na tabela acima, vemos que a frequência de V1 cai entre o século XVII e XVIII, assim como a frequência de V2, já a ordem V>2 apresenta a tendência contrária com aumento da frequência de 12% para 24%, com o favorecimento da ordem VS(X). As sentenças SV e com sujeito nulo também apresentam tendência de queda, ao contrário das sentenças VS apresentam frequência mais alta.

Nesta seção, fornecemos uma perspectiva comparativa entre os dados que compõem o *corpus* de análise e as pesquisas já desenvolvidas sobre o PCI. Os dados apontam para uma gramática V2 nos brasileiros nascidos no século XVII e uma gramática diferente da gramática do PCI a partir do século XVIII. Se a gramática instanciada no século XVIII é do mesmo tipo que a do PE ou de outra natureza, discutiremos no próximo capítulo.

6.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS: COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS

Os dados de colocação de clíticos são importantes para nossa análise por dois aspectos: primeiro porque esses dados podem nos ajudar a melhor delinear a periferia esquerda da PCI, como já apontado por Galves (2020); e segundo, porque os padrões de colocação de clíticos diferem bastante entre o PB e o PE. Por isso, vamos analisar alguns contextos já reportados na literatura sobre a colocação de clíticos.

É bem sabido que, nas orações finitas matrizes, a gramática brasileira se caracteriza como proclítica, ou seja, a próclise é generalizada em diferentes contextos sintáticos. Como apontado por Paixão de Sousa (2004), Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), entre outros, a gramática do PCI também é bastante proclítica, apresentando alguns contextos de variação próclise *versus* ênclise e apresentando restrição de próclise em contextos V1. Os contextos de variação próclise x ênclise foram bem delineados por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) e servirão de base para a análise aqui apresentada.

6.3.1 Contextos categóricos

Início a descrição dos dados pelos contextos de próclise obrigatória. No PCI, a próclise ocorre obrigatoriamente quando o verbo é precedido por partículas de foco, operadores afetivos e alguns advérbios (GALVES, BRITTO e PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Esses mesmos contextos se mantêm até hoje no PE. Segundo Martins (2016), no PE, a colocação de clíticos depende de propriedades sintáticas da sentença e tanto a próclise e quanto a ênclise estão em distribuição complementar nas sentenças finitas, mas em variação em alguns tipos de orações infinitivas. A próclise, no PE, está restrita a sentenças negativas, orações subordinadas e orações nas quais quantificadores (muito, pouco, todos), sintagmas QU- (como, o que) e advérbios ocorrem antes do verbo. Já o PB apresenta próclise generalizada, independente da presença ou não de um elemento frontado.

No *corpus*, encontramos 742 ocorrências de próclise categórica, das quais 669 em cartas dos escrivães brasileiros e 73 em cartas de escrivães portugueses. Algumas ocorrências são reproduzidas abaixo:

Dados em contexto de Próclise categórica

Portugueses

- (51) a. [Assim] o **esperamos** da generosidade de Vossa Majestade (va_Carneiro, 1640).
- b. [Já] lhes é prejuízo e ruína os que lhe fizer junto se não tiver tanta terra que lhe baste (va_Aragão, 1630)
- c. [Assim] nas embarcações que vêm do reino e suas ilhas como a das que navegam nesta mesma costa do Brasil nos **pareceu** fazer a Vossa Majestade súplica como por esta o fazemos (va_Carneiro, 1640)
- d. [Não] nos é possível remediar a desunião que entre os mesmos comissários,

que na ocasião presente assinado um papel obrigatório entre si debaixo de penas (va_Vieira, 1610).

Brasileiros

- (52) a. [Não] se nos oferece, que digamos a Vossa Majestade sobre elas, senão que pode Vossa Majestade assegurar-se, que todo nelas se diz é pura verdade, e que se perde o Brasil se Vossa Majestade lhe tarda com o remédio e que eficaz é o de se fundir na Bahia moeda provincial, assim de prata, como de ouro, com as circunstâncias que Vossa Majestade será servido mandar ponderar na proposta da nobreza (va_Carneiro Filho, 1670).
- b. [Não] se desanimam *muitos moradores*, (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. e [por si só] o sentenciou com pena pecuniária e de degredo, (va_Vasconcelos, 1672).
- d. e [assim] o entendemos e o representamos a Vossa Majestade (va_Dias, 1650).
- e. E [assim] o esperamos da real clemência e piedade de Vossa Majestade (va_Carneiro Neto, 1700).
- f. E [só] o puderam vender com declaração que todo marchante que receber o gado dos ditos criadores nos seus currais ficará este obrigado ainda que se venda o gado à solução das rendas da Câmara (va_Silveira, 1720).

Já a ênclise, no PCI, é categórica quando o verbo está em primeira posição. Este contexto deriva da Lei Tobler-Mussafia. A generalização de Tobler-Mussafia se baseia em dados de diferentes línguas românicas e se mostra muito regular: se algo precede o verbo, os clíticos são geralmente proclíticos; se o verbo está em primeira posição, os clíticos são enclíticos. A ênclise, no PE, acontece em orações principais, em frases afirmativas e em todos os contextos em que um elemento proclisador não aparece (MARTINS, 2016).

Nos dados analisados, encontramos 8 casos de ênclise em contexto obrigatório em escritões portuguesas e 28 casos em escritões brasileiras.

Contexto de ênclise categórica

Portugueses

- (53)
- a. **Queixam-se** eles (va_Viegas, 1610).
 - b. **Pareceu-nos** necessário fazer a Vossa Alteza presente deste negócio para que Vossa Alteza mande resolver o que houver por seu serviço entendendo, que este meio é o mais fácil, e pronto de remediar-se o socorro dos soldados nas ocasiões de necessidades sem vexação do povo que é atenção com que precedemos sempre” (va_Viegas, 1610).
 - c. **Haja-nos** Vossa Mercê de Sua Alteza acrescentamento de ordenado do nosso porteiro porque se não compadece servir ele, e outro qualquer com tão limitado sendo que comumente os nossos que servem a seus anos se lhe dá quarenta e cinquenta mil réis não tendo tanto trabalho como este pobre, (va_Vieira, 1600).
 - d. **Deu-lhe** vista o Juiz Ordinário Egas Monis Barreto, por evitar o tumulto do povo (va_Vieira, 1600).
 - e. **Fazemo-lo** presente a Vossa Alteza de quem esperamos a remuneração de tão grande Serviço como fez a Vossa Alteza, e a este Estado para que assim se animem os mais Generais a servirem a Vossa Alteza com o desinteresse e isenção que se deve ter no Serviço de Vossa Alteza (va_Carneiro, 1640).
 - f. **Pareceu-nos** mandar o rol do aviamento das religiosas (va_Carneiro, 1640).

Brasileiros

- (54)
- a. **Concedemo-lo** enquanto a avaria feita a requerimento das partes aos nossos donativos (va_Pinheiro, 1602).
 - b. **Dê-lhe** o parabéns de o termos por nosso Prelado (va_Pinheiro, 1602).
 - c. Falta-lhes a Prelados nesta cidade que, com zelosa, extinga os vícios, faça as virtudes (va_Aragão, 1630).
 - d. **Pede-se** a Sua Majestade provisão para se medirem as terras do Conselho e se lhe restitua as que estiverem ocupadas sem aforamento deste Senado (va_Carneiro Filho, 1670).
 - e. **Compadeça-se** Vossa Majestade de tantas misérias deferindo-nos logo o requerimento que parece por todos os motivos justo (va_Carneiro Filho, 1670).

- f. **Aplico**-lhe os meios e diligências quanto posso (va_Silveira, 1720).

Uma das inovações da gramática do PB é a ocorrência de próclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença. Nos dados analisados, encontramos 19 casos de próclise em sentenças com o verbo em posição inicial em escrivães brasileiros e 3 casos em escrivães portugueses. Apresento abaixo, as ocorrências encontradas⁴.

Brasileiros

- (55) a. Copia de uma Carta Escrita ao Secretario Andre Lopes da Lavra que o he do Conselho Ultramarino” Nos Navios que partirão escrevemos a Vossa Mercê [s:syn-clause] **nos fez** mercê escrever agradecendo o favor evontade com que Vossa Merce se mostra zeloso de nossos particulares, (va_Aragão, 1630).
- b. Muitas emui repetidas queixas são as que a Vossa Majestade (como o Rei e Senhor) temos feito do pouco fornecimento dos gêneros do Estanque com que somos socorridos em todo este ano [s:syn-clause] equando cuidávamos nos abastávamos deles na armada, [s:syn-clause] **nos achamos** com mui poucos vinhos e esses com grandíssimas mesmas emuitos faltos de todo (va_Pinheiro, 1602).
- c. E nesta consideração será razão e favor o que Vossa Alteza nos fizer em ordenar nos paguem como Vossa Alteza ordenou [s:syn-clause] **nos paguem** os cabos os tributos dos vinhos agoardentes attendendo ao damno destes pobres moradores, em que esta os grava em muita quantidade [s:syn-clause] da grandeza de Vossa Alteza esperamos as melhoras de todo este povo (va_Pinheiro, 1602).
- d. Na Regencia e governo da Justiça, aque como Regedor da Relação deste Estado estava obrigado; foi nimamente incansável, etam sollicitamente expediente, que em tempo algum mais que no seo governo se findaram com mais brevidade os pleitos, esedeu expedição as partes por especial Reflexão, [s:syn-clause] **se advertiu** que em dia algum de Relação durante o seo governo deixasse de assistir nela, exceto em uns poucos em que lhenão deu lugar a enfermidade, [s:syn-clause] e por notoridade manifesta,

⁴ A fim de evitar quaisquer dúvidas sobre os contextos em que essas ocorrências aparecem, trago o texto grafado originalmente, sem modernizações. A marcação [s:syn-clause] indica o fim de uma sentença.

se venerou nele sempre uma austeridade, de maneira que, para nenhuma das partes se lhe conheceu nunca a mínima propensão (va_Carneiro Filho, 1670).

- e. Mas estando o dito Gonçalo Ravasco Cavalcante, e Albuquerque, para embarcar-se succedeo adoesertam gravemente que fora infalível o seu perigo nomar, quando na terra não tem segura a vida, [s:syn-clause] sentindo este Senado a falta daquelle orador, que melhor podia Representar a vossa Magestade que nos, a importantissima conveniencia que o Serviço de Vossa Magestade terá, se Vossa Magestade se servir, que o dito Dom João de Lencastro, continue outros trez annos o Governo Geral do Brazil, nós pelo modo que nos hé possível nesta Carta, pedimos prostrados humildemente aos Reaes Pes de Vossa Magestade esta satisfação de tão continuos e Relevantes Serviços como este Povo tem feito a Vossa Magestade assim na Guerra, como na Paz, [s:syn-clause] se sirva Vossa Magestade fazermos por Sua grandesa a mercê que geralmente dezeja toda esta Cidade de se conservar este tam grande Vassallo, segundo triennio no Governo em que o seu natural zelo, insaciavel trabalho, e singular fortuna está segurando ao Serviço de Vossa Magestade os milhores acertos, e ao Brasil os mais prontos melhoramentos (va_Carneiro Filho, 1670).
- f. Senhor = Em observancia da ordem de Vossa Magestade ouvimos aos contrastes do ouro e prata desta cidade e nos informarão que tinham por certa a meia oitava que diz o afilador da Casa da Moeda que não confere com a sua, [s:syn-clause] e como por ele se não mostra autenticamente justificada a certeza da sua e o prejuízo que ele diz haverá contra a Fazenda de Vossa Magestade se não afilar esta meia oitava por aquela ficará resultando contra o povo, [s:syn-clause] nos parece se deve averiguar-se a dita meia oitava da Casa da Moeda (é mais certa que a do padrão do Conselho) para assim se fazer a conferência de um e outro Padrão [s:syn-clause] com a verdade necessaria Vossa Magestade mandará o que for servido. (va_Vasconcelos, 1672).

- (56) a. SENHOR = Por Carta devinte e quatro de Janeiro deste presente anno nos Ordena Vossa Magestade fassamos dar cumprimento a huma Sentença

que por parte de Jozé Gomes de Avellar e Jozé Henriques da Silva Procurador que forão deste Senado se alcançou contra Manoel da Silveira de Magalhaens, eleito também ao depois para aquella occupação, [s:syn-clause] e como por parte do sobre dito Jozé Gomes de Avellar se fez presente a VoSsa Magestade que tem cauza o removerão daquelle exercicio [s:syn-clause] se nos faz perciza a representação que agora fizemos a VoSsa Magestade, de que o tal Jozé Gomes de Avellar se excluiu de Procurador deste Senado por não dar Conta dos negocios que lhe encomendavão para cuja expedição hé só para que se conserve hum Procurador neSsa Corte (va_Vasconcelos, 1672).

- b. E como todo fundamento da Sentença que elle alcançaram digo que elle alcançou foi o considerar-se a procuração que se fez a Manoel da Silveira de Magalhaens sem a solenidade de assignar nella o Juiz de Fora que então servião digo então servia Francisco Pereira Botelho por conveniencias particulares que teve para assim o fazer e a vereação do anno passado de sete centos e doze, vendo a grande expedição e boa Conta que dava de todos os negocios que lhe encargavão o dito Procurador Manoel da Silveira de Magalhaens lhe retificou a passada Procuração que selhe havia feito com a Solemnidade de não só ser assignada pelos Vereadores mas também pelo Juis Prezidente que então era o Vereador mais Velho o Sargento Mor Manoel Ramos Parente como VoSsa Magestade lhe será presente nos pareceo não inovar couza alguma contra esta ultima eleição antes Representar com as razens sobre ditas a VoSsa Magestade seja Servido por Sua Real Grandeza attendendo a conservação dos seus Vassallos e do bem comum desta Republica mandar se conserve este ultimo Procurador deste Senado Manoel da Silveira de Magalhaens por quanto só delle fiamos seus negocios como também ordenar que os Juizes de Fora que vierem senão intrometão em semelhantes eleições querendo a rogar asi a jurisdição que lhe não compete e ter só naquella occupação as peSsoas que a elles por respeitos particulares, lhes faz conveniência sem attenção ao bem publico não sendo mais que huns executores dos negocios que se vencem avotos neste Senado o qual não Sendo VoSsa Magestade Servido ordenallo assim fica ihabil para poder attender ao bem

commum em que como nacionaes os Vereadores são mais empenhados que os estranhos supposto que sem embargo dequalquer determinação sua esta não hade valer se o Juiz deFora a quizer confirmar a o mesmo tempo que dos moradores desta Cidade setira hum Salario [s:syn-clause] se tira o salario cõ que se paga hum Procurador nessa Corte para se applicar atodos os negocios aelles pertencentes ao bom regimen eobservancia que deve haver em tudo oque fizer respeito a Conservação dos Vassallos deVoSsa Magestade (va_Vasconcelos, 1672).

- c. E como não ha outro superior aquem se recorra, passam as queixas a clamores, mas sem remedio por não haver quem os oiça dentro desta Cidade [s:syn-clause] se intromete o ditto Dezembargador a medir huns chãos que sem controversia possuia com justo titulo um Sebastião da Costa por si e seus antecessores amais decem annos e por lhe não apresentar a primeira Sesmaria de que já não ha memoria lhe dêo a terra por devoluta [s:syn-clause] eafez dar por nova Sesmaria a hum João da Rocha Maciel, a quem favoresse desapoSSando o outro da sua justa e antiquissima posse sem aquerer ouvir (va_Vasconcelos, 1672).
- d. E como nesta matéria não achamos que os ditos nossos antecessores houvessem dado conta a VoSsa Magestade e supposta a justiça do ditto Requerimento e pobreza summa dos ditos moradores nos não pareceo justo continuar na execução da dita divida sem ordem de VoSsa Magestade [s:syn-clause] lhe fazemos presente o referido para que sejaservido ordenar que os ditos nove centos e setenta e hum quintaes de Pau Brazil, que parece estão já entregues aos Thezoueiros Geraes, ou ao menos parte delles como sevê da Copia que sobre a mesma matéria escrevemos ao Contador Geral da dita Contadoria e Certidão que com ella lhe remetemos selevem em Conta achãdo-se que he pau de boa qualidade e daquella em que os ditos moradores pagarão os primeiros annos (va_Vasconcelos, 1672).
- e. Meus Senhores = com achegada da frota foi entregue das estimadissimas Cartas de vosmerce [s:syn-clause] e as que vinhão para Sua Magestade logo entreguei [s:syn-clause] e passadas as ferias da festa trabalharei [s:syn-clause] se veção esse rezolvão Sua materias [s:syn-clause] queira Deos seja como dezejo para que Vossa merce senão queixem tão justamente

das largas moras e infaustos fins (va_Magalhães, 1670).

- f. Novamente escrevemos a Sua Magestade [s:syn-clause] **nosfasa** Graça de permitirmos que se fassa no Collegio as festas que se costumão fazer nesta Sé donde assiste este Senado por vitarem algumas duvidas e menos atencões [s:syn-clause] como Sua Magestade foi servido Responder a primeira Carta que sobre este particular escrevemos não poder defirmos por estar o negocio pendente como este esteja já decidido pela Sentença que Vo Ssa Mercê nos mandou nos fica o lugar pa continuarmos com este Requerimento no que se haverá Vo Ssa Mercê com aquelle cuidado que se ha nos mais. (va_Carneiro Neto, 1700).

- (57) a. Aos novidades de Fevereiro de mil Setecentos Sincoenta e dous annos nesta cidade do Salvador Bahia de todos os Santos nascidas da camera estando em meza de veriação os officiaes della q o presente anno servem abaixo a Sinados tratarão do bem comum [s:syn-clause] despachando todas as petições de ferir a todos os requerimentos [s:syn-clause] e a mesma vereação apresentaram os dous vereadores mais velhos Balthazar de Vasconcellos e Simão de Fonseca Pita despacho de Sua Excelência pelo qual o havia por exentos de exer Serem o cargo de Almotaces os meses de Janro e Fevereiro, [s:syn-clause] **se exercessem** os ditos empregos o Vereador mais mo Sso Thenente Coronel Manoel Xavier Alcaide e o Procurador do concelho Joaõ Lopes de Lima por lhy competir pella Ley de q mandaram fazer este termo em q assinaram (va_Pereira, 1710).
- b. E por esta forma se regularia as pipas de mayor, ou menos tamanho e igualmente os Barris, cujo producto seriam bem cobrado por entrada pelos mesmos dous Officiaes destinados para as mais Cobranças, [s:syn-clause] **Se contractara** este genero, parecendo ser por este modo mais facil, e de menos despeza, [s:syn-clause] Sua arrecadação na forma que Setem até aqui pr(ilegivel) cado evitando se (ilegível) as queixas dos Donos dos Lambiques nagra(ilegivel) dade com que se Consideravaõ carregados com o imposto de Cento e Secenta reis, em cada uma Canada na forma do primeiro estabelecimento ficando por em Livres todas as aguas ardentes, que se embarcaram para fora por não ser justo carregarem se os generos

- naSua Sahida, (va_Silveira, 1720).
- c. He preciso humhome deexperiencia edeCapacidade notoria faltando estaComo falta nomiado Segundo adispoziçãõ do § 1º do Alvara devinte eoitodeAbril demil eSeiscentos eoitenta ehum, [s:syn-clause] **ohouve** elle dito Juiz defora por removido dodito emprego Segundo odispõsto no § 2o do mesmo Alvara por seevitaremogo a principio osdamnosfuturos quepode rezultar daacceptaçãõ do dito nomiado, (va_Silveira, 1720).
- d. Eagora declara que Seponhaõ estalhosempraca, [s:syn-clause] **Seentende** que esse Seja omais util meyo para o augmento eboa arrematacaõ dos bens evendas doConselho as quais ja serematarãõ emfim deMayo (va_Silveira, 1720).
- e. Rezolverãõ uniformemente, que, disto repugnaram os Marchantes na mudança da dita Condiçaõ e q deoutra sorte senãõ effectuava a arremataçaõ [s:syn-clause] **Seprocedece** aellas comasmesmas clauzulas antecedentes easduas denovo requeridas por julgarem justas, (va_Silva, 1725).
- f. Aos Vinte ecinco dias deoutubro demil ecete centos eSetenta ecinco nacidade daBahia ecazas dacamara, Sendo em Vereaçãõ com oDoutor Prezidente doSenado mais Vereadores abaixo aSinados Setratou dobem comum [s:syn-clause] despacharaõ-se as petiçoins q foraõ apprezentados, [s:syn-clause] **Seprocedeo** anomeaçãõ de Almotace dalimpeza aqual Se fez uniformemente na peSsoa deBernardino Ignez Henriques deMesquita [s:syn-clause] edecomo aSimodetreminarãõ mandou oSenado fazer este termo que aSinnaraõ (va_Azevedo, 1720).

Portugueses

- (58) a. Senhor Fizemos, presente ao Provedor daComarca segunda Vez com aCarta que Vossa Magestade nos fez Mercê mandar escrever em sete deNovembro do anno proximo pasado para que com todo o cuidado remete-se as Contas do gasto do Hospicio em que estão Recolhidas as Religozas deSanta Clara do Desterro [s:syn-clause] **nos respondeo** que para ofazer-lhe he necessário largo tempo edespeza para aobrar deque deve dar parte deste negocio aVossa Magestade,, (va_Carneiro, 1640).

- b. E em pessoa entra naCaza dos enfermos, e conforme anecessidade, que conhecendo-os os manda logo elogo socorrer [s:syn-clause] então socegando seu Zello com esta deligencia tem recomendado aos Párcos e Religiozos o advirtão dos necessitados, que houver para lhe mandar assestir como faz com todo necessário segurando-lhe [s:syn-clause] lhe **dão** particular gosto com estas noticias, (va_Carneiro, 1640).
- c. Senhor = Aos Officiaes deste Senado Comarca da Bahia pertence por Regimento tratar do Provimento detodos os mantimentos necessarios para o sustento da Cidade [s:syn-clause] eamaior parte delles se conduzem por mar assim nas Embarçaomens que vem do Reino esuas Ilhas coma das que navegão nesta mesma Costa do Brazil [s:syn-clause] nos **pareceo** fazer a Vossa Magestade supliqua como por esta ofazemos nos faça merce mandar passar Provizão para que todos os Mestres das ditas Embarçaomens de huns eoutros mares assim com lançarem ferro venham logodar entrada aeste Senado enoticia detodos os Generos de mantimentos que trouxeram (va_Carneiro, 1640).

Contrastando os dados de próclise e ênclise em sentenças com o verbo em posição inicial, temos:

Tabela 6.25 – Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença

	Ênclise	Próclise
Portugueses	10/13 (77%)	3/13 (23%)
Brasileiros	31/50 (62%)	19/50 (38%)

Figura 6.18 – Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença em portugueses

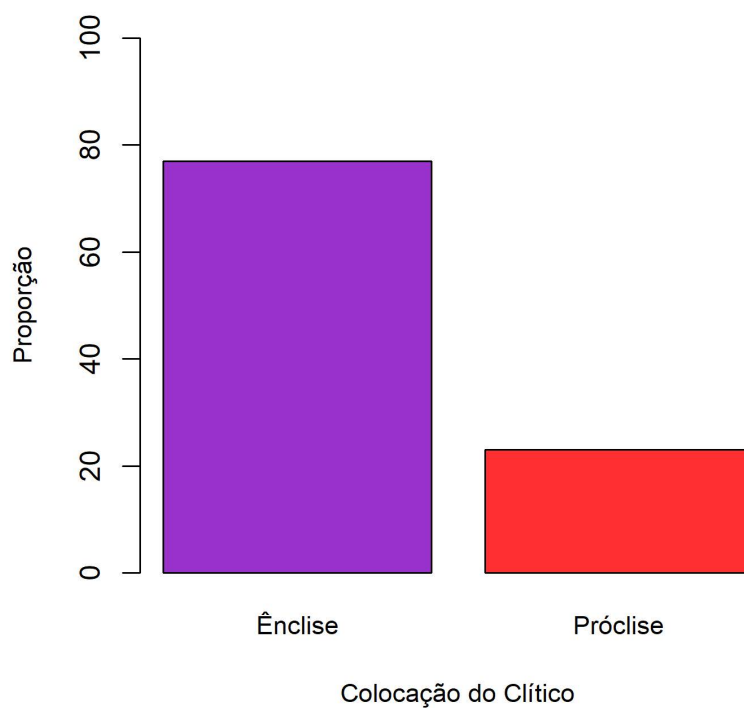
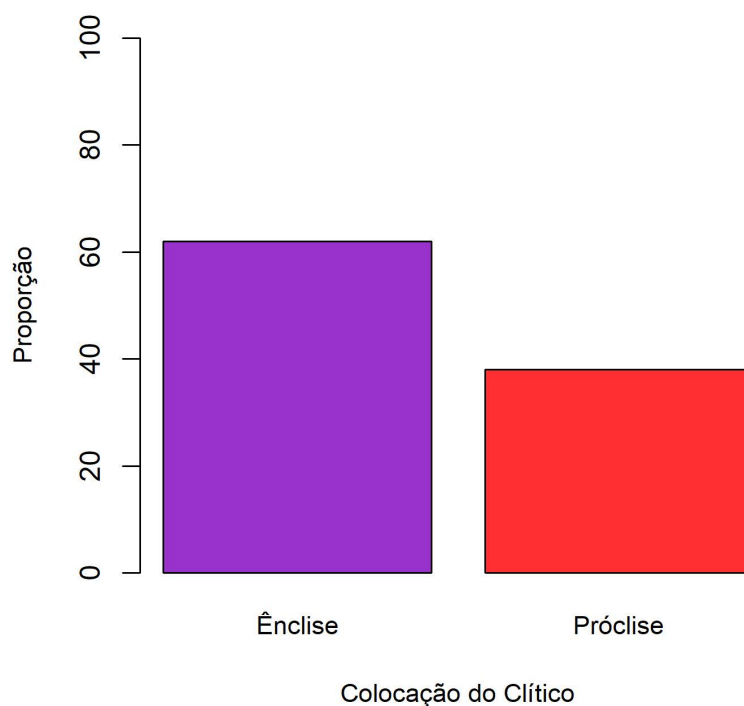


Figura 6.19 – Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença em brasileiros



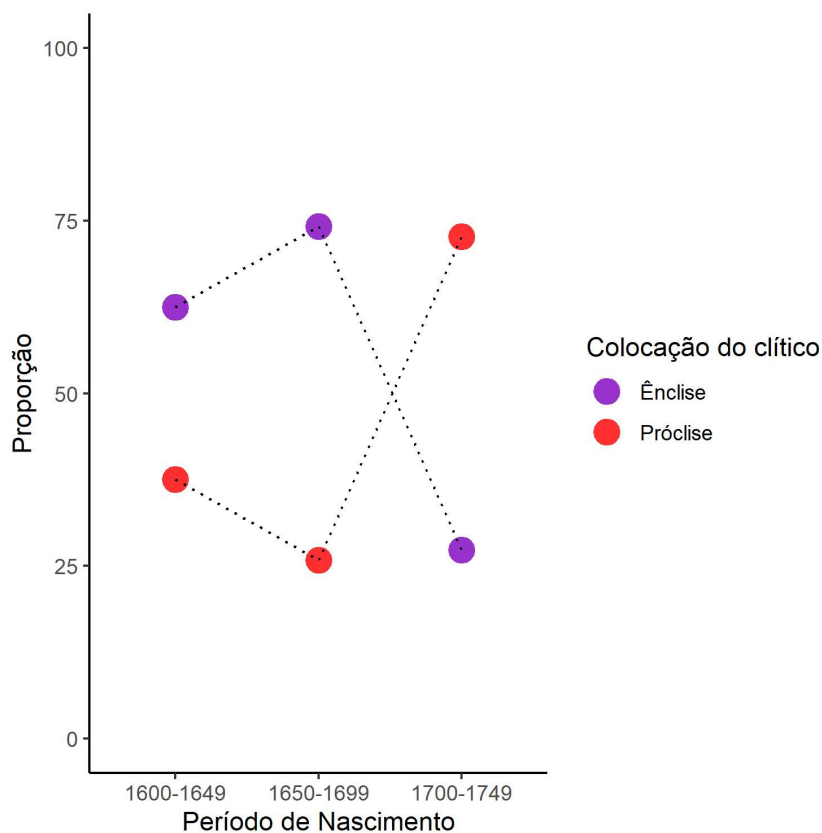
De acordo com a Lei Tobler-Mussafia, os clíticos não podem aparecer na primeira posição de uma oração, pois o verbo se movimenta para uma posição mais alta na estrutura da oração. Desse modo, tanto os escrivães brasileiros quanto os escrivães portugueses parecem não seguir a lei Tobler-Mussafia, aplicando a próclise em contexto de ênclise categórica.

Agrupando os dados dos escrivães brasileiros em relação ao período de nascimento, podemos ver um aumento do uso da próclise em primeira posição absoluta entre os nascidos no século XVIII:

Tabela 6.26 – Colocação de clíticos quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença em relação ao período de nascimento em brasileiros

	Ênclise	Próclise	Total
1600-1649	5 (63%)	3 (38%)	11 (100%)
1650-1699	23 (74%)	8 (26%)	31 (100%)
1700-1749	3 (27%)	8 (73%)	11 (100%)

Figura 6.20 – Variação próclise/ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença em brasileiros por período de nascimento



Os dados por período de nascimento apontam para um aumento no uso da próclise e, conseqüentemente, para um processo de diferenciação do PCI que começa já no século XVII e se intensifica ao longo do século XVIII. Nesse contexto, a partir da discussão tecida por Galves, Moraes e Ribeiro (2005), fica evidente a emergência de uma gramática brasileira, visto que a próclise quando o verbo ocupa a primeira posição na sentença é muito mais frequente do que a ênclise. Tais resultados podem ajudar a entender a dinâmica da sintaxe dos clíticos no século XIX, dado que diferentes pesquisas já realizadas (Cf. Pagotto, 1992; Carneiro, 2005; M. A. Martins, 2009) evidenciam um intenso processo de competição de gramáticas (diglossia sintática), em que os padrões das gramáticas do PCI, do PB e do PE são refletidos nos textos escritos por brasileiros.

Visto que a próclise quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença é bastante produtiva, observei qual o papel do grau de letramento e do gênero textual no século XVIII.

Tabela 6.27 – Clíticos quando o verbo ocupa a primeira posição da sentença em brasileiros nascidos entre 1700-1749 (letramento)

	Ênclise	Próclise	Total
Semiculto	2 (25%)	6 (75%)	8 (73%)
Culto	1 (33%)	2 (67%)	3 (27%)

No século XVIII, a frequência de próclise é de 75% entre os semicultos e 67% entre os cultos. Estatisticamente, os grupos não apresentam diferenças significativas (p -valor $<0,05$). Os dados também indicam que a lei Tobler-Mussafia que regia a colocação de clíticos no PCI já não está mais vigente.

Por fim, um fato desperta a nossa atenção: a pouca ocorrência dos clíticos nas sentenças matrizes analisadas. Apenas 63 ocorrências (50 em escravos brasileiros e 13 em escravos portugueses) foram extraídas nas mais de 6 mil sentenças analisadas. Os poucos casos de uso do clítico parecem apontar para dificuldades na aquisição desses elementos. Isso é bastante interessante, pois, de certo modo, aponta que mesmo os mais escolarizados (cultos e semicultos) – filhos de portugueses – têm o comportamento parecido com afro-brasileiros, como Galves (2018) faz notar ao analisar as Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos escrita por afro-brasileiros. De acordo com Galves (2018, p. 402), “A aquisição dessas duas propriedades (se referindo ao uso do clítico e a concordância nominal e verbal) deve ter sido difícil para falantes de línguas nigero-congolesas, faladas por 98% dos africanos escravizados no Brasil”.

Desse modo, parece que não apenas os africanos e seus descendentes tiveram dificuldade em adquirir e processar os clíticos, mas também aqueles indivíduos que adquiriram o português como língua materna. Voltaremos à essa discussão no último capítulo.

6.3.2 Contextos de variação I

Além dos contextos de próclise e ênclise categóricas, verificamos os ambientes sintáticos descritos por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) como ambientes de variação. O *contexto de variação I* é aquele em que o complexo verbo-clítico precede sintagmas preposicionados, advérbios, ou sujeitos referenciais não-focalizados.

Nos nossos dados, encontramos 96 ocorrências de próclise no *contexto de variação I* e 05 ocorrências de ênclise em escravos brasileiros. Já nos escravos portugueses todas as 21 ocorrências são de próclise.

Tabela 6.28 – Próclise/ênclise no *contexto de variação I*

	Ênclise	Próclise	Total
Portugueses	0 (0%)	21 (100%)	21 (100%)
Brasileiros	5 (5%)	96 (95%)	101 (100%)

Abaixo, reproduzimos algumas ocorrências em contexto de variação I no corpus analisado:

Sujeito-V

Brasileiros

- (59) a. *Vossa Alteza nos deve* haver por zelosos que as vontades são grandes de servirmos a Vossa Alteza, e não faltar ao que nos ordenar (va_Pinheiro, 1602).
- b. *Os administradores a levam* a razão de treze quatorze, e dezoito mil réis por serem do Porto que venderam a 4000 réis feitos em vinagres (va_Pinheiro, 1602).
- c. *O Secretário André Lopes da Lavra se mostra* tão amante desta cidade que ao mesmo tempo que nos inculcou o desamparo de seus negócios, nos ensinou também a grande capacidade que Vossa Mercê para eles têm o que se ajuntou a boa informação que nosso Procurador Domingos Dantas de Araújo nos deu com o que nós resolvemos a remeter a Vossa Mercê procuração para que a pessoa de Vossa Mercê represente a este Senado (va_Aragão, 1630)
- d. *Esta importância se lança* menos nas arrematações que se fazem por este Senado que necessita muito do dinheiro que sobrou da Casa da Moeda para fontes, calçadas, acabar a cadeia e outras obras públicas úteis e necessárias como poderão certificar nessa Corte todas as pessoas que assistiram nesta praça (va_Carneiro Filho, 1670).
- e. *As nossas experiências nos assegurar*á na diligência de Vossa Mercê a brevidade e resolução deste tão importante negócio da moeda (va_Carneiro Filho, 1670).
- f. *Vossa Mercê nos fará* mercê solicitar-nos este negócio porque sendo tão pouco o com que se acode da fazenda real ainda nunca o temos pronto nem sabemos o que é (va_Sueiro, 1615).

- (60) a. *Esta cidade o **recebeu** com geral contentamento e alegria de toda a nobreza e povo dela (va_Vasconcelos, 1672).*
- b. *Vossa Mercê **nos escreve** que vinham respondidas as cartas que na frota passada escrevemos a Sua Majestade que Deus guarde sobre a dúvida com o comissário das Bulas e sobre se não intrometer entre o governador e Senado da Câmara pessoa alguma nas procissões (va_Carneiro Neto, 1700).*
- c. *Esta mesma formalidade **se observar**á quando se houverem de reedificar quaisquer propriedades (va_Silva, 1725).*
- d. *O Doutor Juiz de Fora **lhes deu** o juramento dos Santos Evangelhos para que bem e verdadeiramente servissem o dito cargo guardando em tudo o serviço de Sua Majestade segredo da justiça, e direitos às partes com declaração que ficarão obrigados a ir e assistir no açougues público a repartição da carne de manhã, e de tarde com a cominação de serem condenados em seis mil réis para as despesas do Conselho por cada vez que faltarem na forma do provimento do Doutor Corregedor no livro deles a página 41 de que mandaram fazer este termo que assinaram (va_Sodré, 1710).*

Portugueses

- (61) a. *Estes **nos prometem** os fins, que desejamos (va_Carneiro, 1640).*
- b. *As Religiosas fundadoras **se lhe assiste** com seiscentos mil réis todos os anos (va_Carneiro, 1640).*
- c. *As terras **se cultivarão** (va_Vieira, 1600).*
- d. *O Marquês de Montalvão Vice-Rei deste Estado **nos mostrou** a carta de Vossa Majestade a que logo obedecemos jurando e aclamando a Vossa Majestade em toda esta cidade por o verdadeiro Rei e Senhor nosso e do Reino de Portugal (va_Pita, 1580).*
- e. *Os atos de juramento **se fizeram** na forma costumada dando nele todos estes vassallos de Vossa Majestade fiéis testemunhos do coração ao verdadeiro amor com que sempre os Senhores Reis de gloriosa memória predecessores de Vossa Majestade nos trataram (va_Pita, 1580).*

PP-V**Brasileiros**

- (62) a. [Sobre a queixa dos povos das vilas do Camamú e Boipeba, e Cairú] **se responde** (va_Carneiro Filho, 1670).
- b. [por eles] **se deve** Vossa Mercê informar do que deve requerer (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. [Aos ditos religiosos da Companhia e mais religiões], **lhes são** concedidas vinte cinco pipas de vinho, sem que paguem tributo algum, va_Carneiro Filho, 1670).
- d. [Nesta Cidade] **se celebram** *as festas de Vossa Majestade* (va_Pinheiro, 1602).
- e. [A estes familiares] **se ajuntam** os Oficiais Maiores de Milícia que também se isentam de pagar o que lhes tocam de suas fazendas (va_Pinheiro, 1602).
- f. [do seu zelo e cuidado] **se haverá** como Vossa Mercê esperamos (va_Vasconcelos, 1672).
- (63) a. [com estes acréscimos] **nos achamos** totalmente impossibilitados a descobrir meio de desfazer este impossível que só pode remediar a benignidade e grandeza de Vossa Majestade (va_Vasconcelos, 1672).
- b. [Sobre este particular] **nos parece** muito útil este negócio (va_Carneiro Neto, 1700).
- c. [Sobre os privilegiados] **se querem** escusar de ser tesoureiro (va_Vasconcelos, 1672).
- d. [À vista desta resposta] **escusou-se** o requerimento como se vê dele mesmo que remeteu (va_Magalhães, 1670).
- e. [Por esse motivo] **lhe tinham concedido**, por ser igualmente tempo de inverno (va_Silva, 1725).

Portugueses

- (64) a. [para este negócio] **se pede** provisão (va_Carneiro, 1640).
- b. [Desta informação] **lhe ficará** a Vossa Mercê advertência para não consentir

- em nenhum gênero de pedido tributo ou finta por não estarem como dizemos capazes estes povos (va_Carneiro, 1640).
- c. [no Castelo] se **pagam** as casas alheias que Vossa Majestade tem tomado de aposentadoria cada ano por folha a seus donos (va_Pita, 1580).
- d. [por estas razões] se **tem** faltado por muitos moradores e dos que mais fazenda ostentam no que se lhes lançou estes anos para o Donativo da Paz e dote (va_Viegas, 1610).
- e. [De nossa parte] lhe **agradecerá** (va_Vieira, 1600).
- f. [Nela] se **assentou** que o povo tomava na repartição que entre si fez a quantia que era necessária (va_Vieira, 1600).

ADV

Brasileiros

- (65) a. [Agora] se **duvida** sendo todo o custo quarenta mil réis (va_Araújo, 1610).
- b. [Finalmente] **acha-se** no dito Governador, justiça, afabilidade, zelo, cuidado, inteireza, e acerto muito conforme a quem é e ao serviço de Vossa Majestade a quem damos esta conta por cumprir com o que Vossa Majestade nos há encarregado e desejarmos que os seus acrescentamentos sirvam de estímulo a outros para o imitarem e servirem sempre a Vossa Majestade com a devida pontualidade (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. [agora] se **intromete** também a medir os prédios urbanos dentro da cidade para o que tem mandado notificar a muitos moradores que apresentem os títulos dos chãos em que têm casas (va_Vasconcelos, 1672).
- d. [Depois desta feita] nos **pareceu** dizer a Vossa Mercê que visto sua Majestade ter concedido o vir lavrar-se moeda nesta cidade que é muito útil que se lavre moeda provinciana porque só assim haverá conservação nela que sendo geral nenhuma ficará nesta cidade como se experimenta com a do Rio de Janeiro (va_Vasconcelos, 1672).

Portugueses

- (66) a. [Hoje] se **pratica** o mesmo negócio, (va_Vieira, 1600).
- b. [Porém] lhas **há de estragar** e destruir por somente, que assim o temos

por sem dúvida pois o ano passado, sucedendo aos Juizes ordinários o mesmo que aos presentes não foram aqueles condenados em pena alguma como estes por ser um deles o que serviu no ano em que se pediu a Vossa Alteza a extinção deste Desembargo, (va_Viegas, 1610).

Apresento os resultados, olhando agora para cada tipo de sintagma:

Tabela 6.29 – Próclise/ênclise no *contexto de variação I* por tipo de sintagma - portugueses

	Ênclise	Próclise	Total
Sujeito-V	0 (0%)	9 (100%)	9 (43%)
PP	0 (0%)	11 (100%)	11 (52%)
ADVP	0 (0%)	1 (100%)	1 (5%)

Tabela 6.30 – Próclise/ênclise no *contexto de variação I* por tipo de sintagma - brasileiros

	Ênclise	Próclise	Total
Sujeito-V	1 (3%)	36 (97%)	37 (37%)
PP	3 (6%)	49 (94%)	52 (51%)
ADVP	1 (8%)	11 (92%)	12 (12%)

Entre os escrivães portugueses, a próclise é categórica em todos os ambientes. Entre os brasileiros, o percentual de próclise também é mais alto do que com o padrão encontrado nos textos clássicos. Esse padrão se mantém entre os nascidos no século XVIII, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 6.31 – Próclise/ênclise no *contexto de variação I* por período de nascimento - Brasileiros

	Ênclise	Próclise	Total
1600-1649	0 (0%)	18 (100%)	18 (18%)
1650-1699	3 (5%)	56 (95%)	59 (58%)
1700-1749	2 (8%)	22 (92%)	24 (24%)

Depreende-se, a partir dos dados que o padrão de colocação de clíticos no contexto de variação I é similar ao padrão do PCI e do PB.

6.3.3 Contextos de variação II

Outro contexto analisado é o descrito por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) como *contexto de variação II*, em que o complexo verbo-clítico é ou (i) precedido por uma oração dependente fronteira, ou (ii) precedido por uma conjunção coordenativa. Com relação a (i), encontramos, em escrivães brasileiros, 195 ocorrências, 192 proclíticas e 2 enclíticas. Já em escrivães portugueses, encontramos 22 ocorrências, todas proclíticas.

Tabela 6.32 – Próclise/enclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma oração dependente em escrivães brasileiros e portugueses

	Ênclise	Próclise	Total
Portugueses	0 (0%)	22 (100%)	22 (100%)
Brasileiros	3 (2%)	192 (98%)	195 (90%)

Orações Dependentes

Brasileiros

- (67) a. e assim [prostrados aos reais pés de Vossa Alteza] o **pedimos** a Vossa Alteza (va_Aragão, 1630).
- b. [quando o tempo der lugar em todo] nos **terá** Vossa Mercê muito a seu serviço (va_Aragão, 1630).
- c. e [mandando Vossa Mercê certidão do dia em que acabou o exercício] lhe **ajustaremos** conta pontualmente (va_Aragão, 1630).
- d. [Tratando mal o santo] os **faz** dar à costa na dita capitania (va_Araújo, 1610).
- e. [Imposto assim] o **esperamos** de Vossa Majestade para que com isso fiquem estes vassallos de Vossa Majestade aliviados. (va_Araújo, 1610).
- f. Senhor, [Tendo notícia de que Vossa Majestade mandava um desta cidade socorro para restauração de Mombaça com tal empenho que ordenava se tomassem sendo necessários dinheiros sobre sua Real Fazenda], **pareceu-nos** que não faríamos como leais vassallos de Vossa Majestade se não concorrêssemos da nossa parte, a evitar que se seguisse aquele empenho e o concorrer para socorro tão necessário, e importante, (va_Carneiro Filho, 1670).
- (68) a. [Recebidos os embargos], se **mandou** por Acordão da Relação se proceder no efeito da dita provisão (va_Carneiro Filho, 1670).

- b. e [arrendando-nos este direito] *lhe davam* os nossos rendeiros a dita fábrica (va_Pereira, 1650).
- c. [Prostrados aos reais pés de Vossa Majestade] *lhe pedimos* queira mandar nova ordem para que se não possam rematar os açúcares ainda que se penhorem antes se não que recebam pelo que forem avaliados quinze dias antes da partida da frota e que esta ordem dure enquanto Vossa Majestade não mandar outra em contrário (va_Pereira, 1650).
- d. [Quando chegou a este estado o Conde Castelo Melhor para governar] *lhe representou* este povo e os Oficiais da Câmara nossos antecessores o grave dano que resultavam a esta Capitania de continuar a vintena nos frutos (va_Pinheiro, 1602).
- e. e [não querendo a Câmara vir nisto] *se interpôs* o Conde Governador (va_Pinheiro, 1602).
- f. [Informando- -nos de como se satisfaria a Vossa Mercê a sua propina] *nos disseram* se tinha escrito a Vossa Mercê que do dinheiro que tinha em seu poder o sargento-mor João Ferreira de Almeida procurador que foi também desta câmara cuja conta se remeteu a Vossa Mercê para *lhe* tomar se *lhe* consignará a Vossa Mercê uma propina (va_Sueiro, 1615).
- (69) a. e [valendo o dito açúcar mais como até agora valeu] *se não podia* fazer o referido em razão da dúvida do preço por que se havia abonar (va_Vasconcelos, 1672).
- b. e [visto haver alcançado sentença a seu favor] *o conservássemos* a sua posse (va_Vasconcelos, 1672).
- c. E [aparecendo na presente vereação requerimento do dito recorrente para em virtude do despacho de 13 de julho se *lhe* mandar passar provisão de carcereiro interino], [e depois de lido o seu requerimento], [mediando tempo com ponderação de outras matérias], *o passei* eu escrivão ao dito ministro, como é costume, o qual aceitou o dito ministro (va_Silva, 1725).
- d. E [nesta mesma conferência] [procedendo-se a eleição de novo Inspetor do açúcar por ter desistido o nomeado Francisco Xavier Ferreira de Andrade, o que desistência aceitou este Senado por *lhe* ser apresentada a este fim uma ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador Manoel da

Cunha Menezes] se nomeou para o dito lugar de inspetor por votos de toda a Mesa ao Senhor de Engenheiro Cristóvão da Rocha Pita (va_Azevedo, 1720).

- e. E [respondendo o dito mulato que seu senhor não estava em casa] lhe tornou a dizer o dito Doutor Juiz de Fora que trouxesse a chave e abrisse o poço para se ver o que era necessário (va_Carneiro Neto, 1700).
- f. E [tendo-o por culpa, ou malícia do dito rematador] lhe pagará toda a perda, e dano que por este respeito receber o criador ao qual se deferirá sumariamente, com condição outrossim, que quer esteja contratado este negócio, ou se cobre por conta deste Senado o dito imposto (va_Sodré, 1710).

Portugueses

- (70) a. [por se acaso se queixarem do mau apresto] lhe conste a Vossa Mercê o que se fez (va_Carneiro, 1640).
- b. [sendo a melhor como esperamos] nos ficará lugar para se avantajar (va_Carneiro, 1640).
- c. e [completos ditos trinta e dois anos] se deve ajustar a conta e a satisfazer tudo aquilo que faltar de que este senado se valeu por não carregar tão demasiadamente este povo pelas razões referidas (va_Carneiro, 1640).
- d. e [havendo entendido também por outras cartas a prontidão e modo com que por vossa parte concorreris o que a ocasião pedia], me pareceu agradecer-vos por esta o bem que nisso tendes procedido, que é muito conforme ao que sempre costumastes luzir em meu serviço (va_Pita, 1580).

Analisando nossos dados, encontramos um comportamento bastante diferente do que é reportado por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). Nos textos clássicos, quando precedido por uma oração dependente, a colocação de clíticos variava bastante, com uma taxa que vai de 0% a 88% de ênclise. Em nosso *corpus* – diferente do que ocorre nos textos clássicos – observamos a próclise preferencial. Esse comportamento se reflete também quando olhamos para a distribuição ao longo do tempo, como podemos ver nas tabelas abaixo.

Tabela 6.33 – Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma oração dependente por período de nascimento – Brasileiros

	Ênclise	Próclise	Total
1600-1649	0 (0%)	14 (100%)	14 (7%)
1650-1699	1 (1%)	86 (99%)	87 (45%)
1700-1749	2 (2%)	91 (98%)	93 (48%)

Tabela 6.34 – Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma oração dependente por período de nascimento – Portugueses

	Ênclise	Próclise	Total
1600-1649	0 (0%)	22 (100%)	22 (100%)

Desse modo, o caráter idiossincrático reportado por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) não ocorre nem nos escrivães brasileiros e nem nos escrivães portugueses. Pela alta taxa de próclise, podemos depreender que já há sinais de uma gramática brasileira nesse contexto desde o século XVII.

Quando o complexo clítico-verbo é precedido por uma conjunção coordenativa, encontramos 129 ocorrências encontradas em escrivães brasileiros, das quais 120 são próclise e 09 são ênclise. Nos escrivães portugueses temos 15 ocorrências, das quais 14 são próclise e 01 ênclise.

Tabela 6.35 – Próclise/ênclise quando o complexo verbo-clítico é precedido por uma conjunção coordenativa em escrivães brasileiros e portugueses

	Ênclise	Próclise	Total
Portugueses	1 (7%)	14 (93%)	15 (10%)
Brasileiros	9 (7%)	120 (93%)	129 (90%)

Coordenadas

Brasileiros

- (71)
- a. e a **pedimos** prostrados a seus reais pés (va_Aragão, 1630)
 - b. E lhe **pedimos** aumente a Vossa Majestade os anos que lhe desejamos, de vida e as prosperidades que já nos prometemos (va_Araújo, 1610).
 - c. E se **sobrecarrega** o mais povo, (va_Araújo, 1610).
 - d. e **parece-nos** dizer a Vossa Mercê que faça outra réplica sobre o dinheiro da sobra da Casa da Moeda dizendo que para armas e munições se tem

- tirado nas propinas dos contratos melhor de cem mil cruzados e tem de consignação certa em dito contrato quase quatro mil cruzados cada um ano (va_Carneiro Filho, 1670).
- e. e se lhe não **concedeu**, pelo encontrar as novas ordens de Vossa Majestade, de que o Governador é observantíssimo (va_Carneiro Filho, 1670).
- f. e se têm tomado *várias resoluções* sem que se dê cabal remédio a tudo (va_Pereira, 1650).
- (72) a. e nos **parecem** menos verdadeiras ou totalmente apaixonados as queixas que deles se fizeram a Vossa Majestade (va_Pereira, 1650).
- b. e no-lo **impede** com ameaças de Excomunhão (va_Pinheiro, 1602).
- c. e **conserva-se** a obrigação existente (va_Pinheiro, 1602).
- d. e **requerem-se-lhe** abata a importância de suas fintas: (va_Vasconcelos, 1672).
- e. e a **fez** dar por nova sesmaria a um João da Rocha Maciel, a quem favorece (va_Vasconcelos, 1672).
- f. E o **presenciou** a mesa de vereação nas correições que fizeram pela cidade (va_Sodré, 1710).
- (73) a. E se **passasse** logo procuração para todas as dependências do novo provido, Jacinto Antonio da Silveira (va_Silveira, 1720).
- b. e **despacharam-se** as petições que foram apresentados (va_Azevedo, 1720).
- c. E o **elegemos** almotacé lugar que fica exercendo (va_Carneiro Neto, 1700).
- d. E o **fez** notificar pelo alcaide, para que no dia vinte e cinco do corrente mês lhe fosse dar individual informação dos termos em que se achavam as sobreditas execuções, como constava da certidão do mesmo alcaide, que apresentava nesta mesa (va_Silva, 1725).

Portugueses

- (74) a. e **faz-nos** crer a sua muita inteligência terem brevemente resolução do que agora se escreve, (va_Carneiro, 1640).
- b. E a não **quis** dar de que agravamos (va_Vieira, 1600).
- c. e nos **faz** pedindo-lhes nos conserve mais largos anos com mais felizes

- sucessos (va_Pita, 1600).
- d. e se **obligou** a trazer certidão ou resposta dela (va_Pita, 1580)
- e. e os **faremos** repartir pela vendagem das tavernas, bons e de receber por dois mil reis de cada pipa do que atualmente vendem os mercadores que têm o mesmo negócios (va_Viegas, 1610).
- f. e lhe **havia** por muito encomendado (va_Viegas, 1610).

De acordo com Menezes (2010), nos textos clássicos, a posição do clítico nas segundas coordenadas pode estar, muitas vezes, associada à posição do clítico na primeira coordenada, havendo, portanto, um efeito de paralelismo entre as sentenças. Por isso, olhamos para o efeito do paralelismo nas sentenças segunda coordenadas e chegamos a conclusões bem parecidas com as encontradas por Menezes (2010).

Nas sentenças cuja primeira coordenada não apresenta clítico, a variação próclise/ênclise é constatada, apesar de haver um emprego majoritário da próclise tanto em brasileiros quanto em portugueses.

Tabela 6.36 – Próclise/ênclise em primeiras coordenadas sem clíticos

	Ênclise	Próclise	TOTAL
Portugueses	1 (7%)	13 (93%)	14 (100%)
Brasileiros	9 (9%)	86 (91%)	95 (100%)

Quando ocorre o emprego de clítico na sentença primeira coordenada, constatamos uma tendência à próclise, diferente do que é reportado por Menezes (2010) para o PCI, cujo efeito do paralelismo é mais evidente.

Tabela 6.37 – Próclise/ênclise em primeiras coordenadas com próclise

	Ênclise	Próclise	TOTAL
Portugueses	-	-	-
Brasileiros	3 (9%)	30 (91%)	33 (100%)

Tabela 6.38 – Próclise/ênclise em primeiras coordenadas com ênclise

	Ênclise	Próclise	TOTAL
Portugueses	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)
Brasileiros	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)

Tanto entre os brasileiros quanto entre os portugueses há apenas uma ocorrência de ênclise nas primeiras coordenadas. Nesses casos, o paralelismo não é atestado, dado que nas segundas coordenadas a ênclise é registrada. Nesse contexto, também encontramos um comportamento bastante diferente do que é reportado por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005).

6.3.4 Predicados Complexos

A posição de clíticos em predicados complexos também é um ambiente importante de investigação, pois os padrões nesses ambientes são diferentes nas gramáticas do PCI e PE, por um lado, e PB, por outro lado. Os predicados complexos são formados sempre que o clítico ocorre junto ao verbo finito, sendo argumento de um verbo dependente no infinitivo, gerúndio ou particípio. Esse fenômeno também é conhecido como subida ou alçamento de clítico.

No PCI, o clítico sempre se cliticiza ao verbo finito em sentenças com o verbo *ter* e *haver* seguidos de particípio, mas varia com os verbos seguidos de infinitivo. No PE, a subida de clíticos passa a ser opcional e marcada do ponto de vista informacional (ANDRADE, 2010).

No PB, não há subida do clítico em predicados complexos e o clítico se cliticiza procliticamente ao verbo que lhe atribui papel temático, ou seja, aos verbos infinitivos (GALVES; MORAES; RIBEIRO, 2005). Por isso, a colocação de clíticos em predicados complexos foi apontada por Pagotto (1992) como um dos primeiros ambientes em que é possível ver a emergência de uma gramática brasileira.

Classifiquei as orações com estruturas verbais complexas em três tipos: $V_{finito} + V_{infinitivo}$, $V_{finito} + V_{gerundio}$ e $V_{finito} + V_{participio}$, tendo em vista a variável dependente que é o alçamento ou não do clítico para o verbo finito. As orações com predicados complexos são classificadas na literatura como construções de reestruturação e construções de união de orações. Por construções de reestruturação, entende-se que os predicados complexos são formados por um ou mais verbos auxiliares ou semiauxiliares (modais ou aspectuais) e um verbo lexical numa forma não finita. As construções de união de orações formam o predicado complexo com um verbo causativo ou perceptivo e um verbo no infinitivo não flexionado. Por questões ligadas aos objetivos desta tese, considero os resultados sem fazer a distinção dos tipos de construções.

- (75)
- a. Pedro tinha-a já chamado várias vezes
 - b. Carlos ia-se esquecendo do livro
 - c. João a quer convidar para sair
 - d. Maria mandou-a limpar a casa

Extraí do *corpus* de Cartas e Atas da Câmara Municipal de Salvador com o auxílio da ferramenta *Corpus Search*, 325 ocorrências, dos quais 40 casos aparecem em cartas de escrivães portugueses e 285 em cartas de escrivães brasileiros.

Tabela 6.39 – Alçamento de clíticos

	Ambíguo	Subida	Não subida	Total
Portugueses	-	37 (96%)	2 (4%)	39 (100%)
Brasileiros	10 (3%)	270 (95%)	5 (2%)	275 (100%)

Figura 6.21 – O fenômeno de alçamento de clíticos em escrivães portugueses

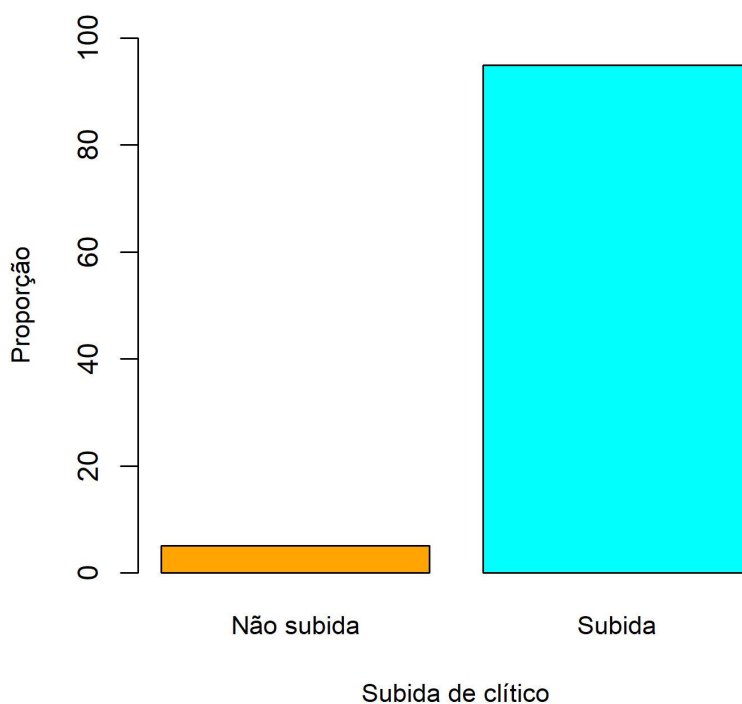
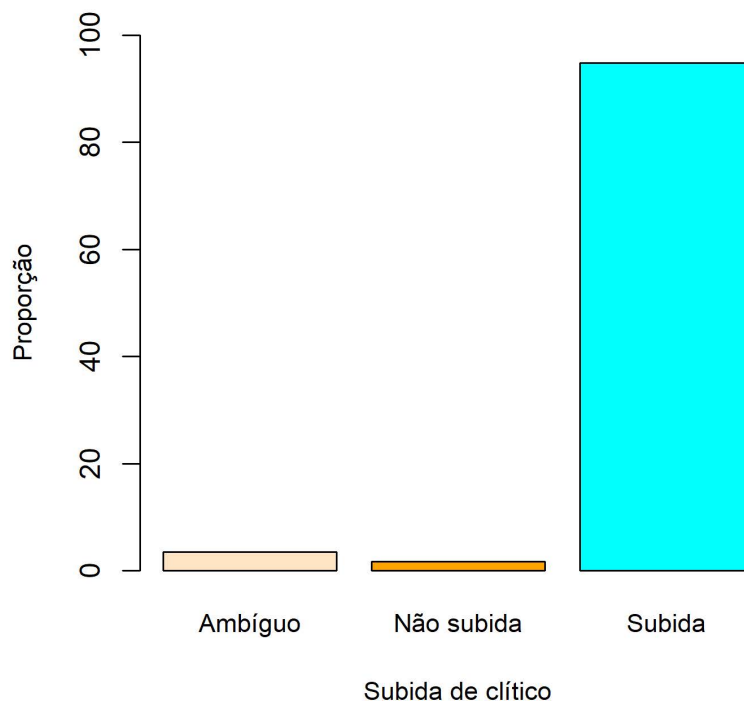


Figura 6.22 – O fenômeno de alçamento de clíticos em escrivães brasileiros



Brasileiros

Com alçamento ao verbo finito

- (76) a. e pedimos a Vossa Alteza o **mandasse levantar** por estimação sobre este particular (va_Aragão, 1630).
- b. esperamos do patrocínio de Vossa Mercê todo o amparo deles pois conhecemos o ânimo, e bom zelo com que Vossa Mercê de seu motivo nos **quer favorecer**, e se mostra tão providente de todo nosso bem (va_Aragão, 1630).
- c. Tratando mal o santo os **faz dar** às costa na dita capitania (va_Araújo, 1610).
- d. e como supomos que nomeando-os não há de ter mais fiadores que nós recorremos a Vossa Majestade pedindo-lhe humildemente seja servido aliviar-nos desta obrigação, que nos **pode ser** tão prejudicial (va_Pereira, 1650).
- e. não sabemos se nele se verá daqui por diante Governador que o **possa exceder**, mas nem ainda competir (va_Carneiro Filho, 1670).

- f. e com este protesto abraçam ou dissimulam os acidentes que lhe **podem retardar** a saída deles (va_Pinheiro, 1602).

Sem alçamento ao verbo finito

- (77) a. E **fez** sempre **pagar-lhe** pontualissimamente (va_Carneiro Filho, 1670).
- b. **Quer** ele dito Doutor Procurador o **ter** várias vezes em vereação, e ter feito que esta câmara expedisse a este respeito um edital (va_Azevedo, 1720).
- c. E **mandaram passar-lhe** alvará de procuração de que mandaram fazer este termo que assinaram (va_Pereira, 1700).
- d. **Quisemos** antes **expormo-nos** a ter esse dano do que suspender por mais anos as ditas fintas sem expressa ordem de Vossa Majestade as quais pelo tácito consentimento de Vossa Majestade e expresso dos governadores deste estado e outras justificadas razões que tão bem se especificaram nas ditas cartas parece que justamente haviam cessado nossos antecessores em continuar do ano de seiscentos noventa e nove exclusive até agora e a que na falta delas se faltasse ao pronto pagamento do dito donativo e contribuição (va_Vasconcelos, 1672).
- e. Depois de termos escrito a Vossa Mercê por esta nau de licença se nos **oferece enviar-lhe** a carta inclusa para Vossa Mercê entregar no Conselho Ultramarino e procurar solução dela que é sobre uma conta que se dá a Sua Majestade do procedimento do mamposteiro dos cativos (va_Carneiro Neto, 1700).

Ambíguo

- (78) a. **Pode se ver** esta América perdida por falta de escravos (va_Carneiro Neto, 1700).
- b. O interesse que levava o dito Juiz era o ter lhe **mostrado** a experiência de dois anos que serviu, ser preciso ir a sua pessoa (va_Carneiro Filho, 1670)
- c. E a declaração que nele fez foi **terem** lhe **vindo** somente mil setecentos moios o que também consta da certidão junta do termo que se fez no

Senado avisando o procurador que temos nessa Corte vir na mesma frota dois mil moios (va_Carneiro Neto, 1700).

Portugueses

Com alçamento ao verbo finito

- a. Senhor, os administradores da Companhia Geral desta cidade há muitos anos se isentam de que as naus de guerra não paguem os trezentos réis de cada caixa de açúcar setenta réis rolo de tabaco quinhentos e oitenta réis cada feixe como também se isentam de pagar os oitenta réis que paga cada caixa de açúcar que o costumavam pagar na fazenda de Vossa Alteza (va_Carneiro, 1640).
- b. antes nos consta por cópias de algumas cartas que as Câmaras passadas fizeram a Sua Alteza pedir-se ao dito Senhor a mandasse fazer (va_Viegas, 1610).

Sem alçamento ao verbo finito

- (79) a. E por ordem de Vossa Senhoria a dita despesa sucedeu não se poder acabar a guerra naquela primeira entrada em razão de que **mandou** Vossa Senhoria **continuá-la** com segunda e terceira campanha que teve o feliz fim de que gozamos (va_Carneiro, 1640).

Tabela 6.40 – Próclise/ênclise em predicados complexos em portugueses

	Ênclise	Próclise	TOTAL
Com Alçamento	1 (33%)	36 (67%)	37 (100%)
Sem alçamento	2 (100%)	0 (0%)	2 (100%)

Tabela 6.41 – Próclise/ênclise em predicados complexos em brasileiros

	Ênclise	Próclise	TOTAL
Com alçamento	9 (3%)	261 (97%)	270 (100%)
Sem alçamento	4 (80%)	1 (20%)	5 (100%)

Os resultados apresentados nas tabelas 6.47 e 6.48, acima, atestam a preferência pelo uso da próclise ao verbo finito tanto nos escrivães portugueses quanto nos escrivães brasileiros, o que não surpreende, pois o fenômeno de subida de clítico era praticamente categórico no PA

e começou a diminuir progressivamente durante o PCI (A.M.MARTINS, 1994; ANDRADE, 2010).

As construções sem alçamento de clíticos com ênclise ao verbo não finito, característica da gramática do PE, são atestadas nos dados tanto em escritões portugueses quanto em escritões brasileiros. Tais casos são categóricos (100%) em escritões portugueses em comparação com os brasileiros que apresentam um percentual de 80%. A opção por manter o clítico no interior da oração infinitiva vai ganhando espaço ao longo do tempo, e a partir do século XIX, a cliticização ao infinitivo se generaliza no PE (A.M.MARTINS, 1994; ANDRADE, 2010).

Nos escritões brasileiros aparece também um caso do que Pagotto (1992), Carneiro (2005) e M.A.Martins (2010) chamam de inovação brasileira: casos de não subida de clítico com próclise ao verbo não finito, com o percentual de 20%.

(80) **Quer** ele dito Doutor Procurador o **ter** várias vezes em vereação, e ter feito que esta câmara expedisse a este respeito um edital (va_Azevedo, 1720).

Assim como Carneiro (2005), encontramos a estrutura sem alçamento de clítico com próclise ao verbo não-finito tanto em escritões cultos quanto em escritões semicultos.

Também atestamos 10 sentenças que classificamos como ambíguas, atestadas apenas em escritões brasileiros. Nessas sentenças, não é possível saber se houve ou não o alçamento do clítico para o verbo finito. A possibilidade de leitura ambígua é gerada pelo espaço entre o clítico e forma verbal. Nesses casos, “a desambiguação é possível em favor da próclise ao verbo lexical se houver um sintagma intercalado, uma preposição selecionada pelo auxiliar ou se ocorrer um pronome forte em vez de um clítico” (ANDRADE; CARNEIRO, 2014, p. 134). Como as sentenças relacionadas acima não apresentam nenhuma das possibilidades elencadas por Andrade e Carneiro (2014), classifiquei as sentenças como ambígua, o que significa que a posição do clítico pode ser tanto de ênclise ao verbo finito quanto de próclise ao verbo não finito.

Com o intuito de rastrear quando o PB emerge, dividi os escritões por período de nascimento, como podemos ver nas tabelas abaixo:

Tabela 6.42 – Predicados complexos em portugueses por período de nascimento

	1550-1599	1600-1649
Com Alçamento	9 (100%)	28 (93%)
Sem alçamento	-	2 (7%)

Tabela 6.43 – Predicados complexos em brasileiros por período de nascimento

	1600-1649	1650-1699	1700-1749
Com Alçamento	37 (100%)	107 (98%)	126 (98%)
Sem alçamento	-	2 (2%)	3 (2%)

Os dados indicam um comportamento bastante semelhante entre os períodos de nascimento comparados. Em ambos os grupos, a subida de clítico é quase categórica em todos os períodos. Porém, os casos ambíguos - atestados apenas em escravões brasileiros nascidos a partir da segunda metade do século XVII - podem dar pistas da gramática do PB.

6.3.5 Interpolação

O fenômeno da interpolação pode ser definido pela não adjacência entre um pronome clítico e um verbo. O ambiente em que esse fenômeno acontece são as orações dependentes e orações matrizes que desencadeiam a próclise. Ao longo da história do português, o fenômeno da interpolação pode ocorrer tanto com o advérbio de negação *não* quanto com outros constituintes, que chamaremos de XPs.

6.3.5.1 Interpolação de não

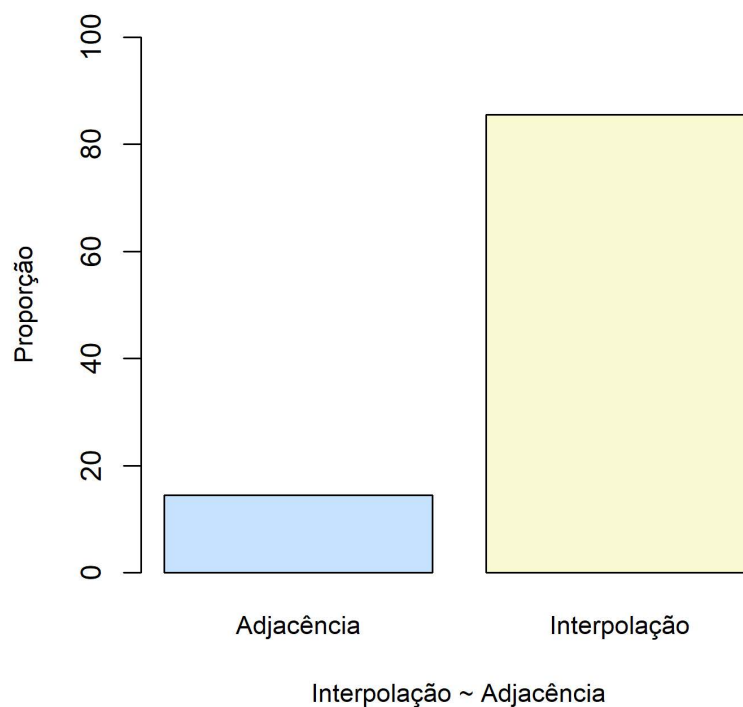
Como observado por Martins (1994), Namiuti (2008), a interpolação de *não* era a opção preferencial no português antigo e também no português clássico, aparecendo como padrão não marcado nas frases negativas. Ainda hoje, de acordo com Martins (2016), a interpolação do elemento negativo *não* é uma opção gramaticalmente possível no PE, apesar de não ser a forma mais empregada pelos falantes.

Após busca com auxílio da ferramenta *CorpusSearch*, 488 ocorrências com a partícula de negação *não*, das quais 55 em escravões portugueses e 432 em escravões brasileiros. Os casos de interpolação de não somam 85,5% em escravões portugueses e 93% em escravões brasileiros.

Tabela 6.44 – Interpolação x adjacência com *não* em portugueses

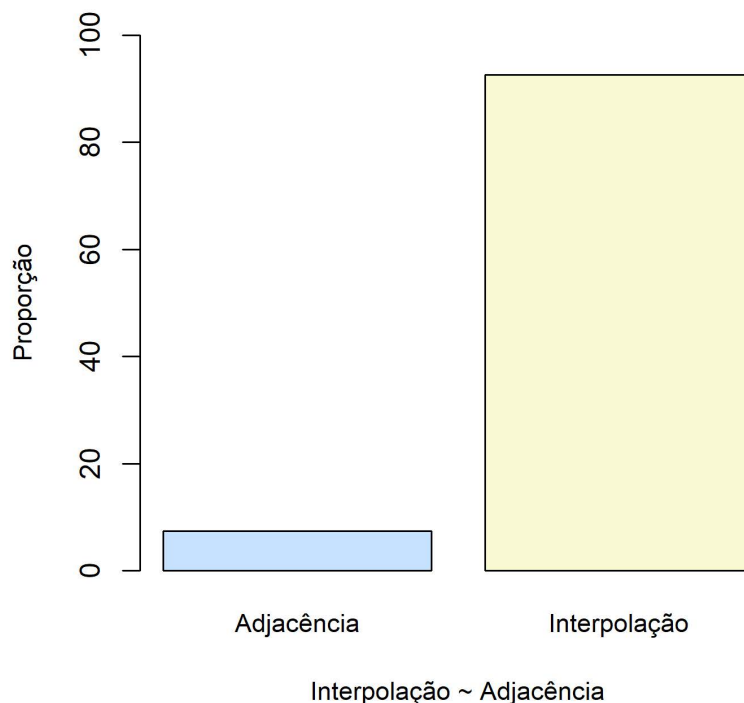
Interpolação	47 (85,5%)
Adjacência	8 (14,5%)
	55 (100%)

Figura 6.23 – O fenômeno da interpolação em escritões portugueses

Tabela 6.45 – Interpolação x adjacência com *não* em brasileiros

Interpolação	401 (93%)
Adjacência	32 (7%)
	433 (100%)

Figura 6.24 – O fenômeno da interpolação em escrivães brasileiros



Brasileiros

Interpolação de *não*

- (81)
- a. e porque esperamos que Vossa Mercê em seus particulares há de obrar muito conforme as notícias, que temos lhos **não recomendamos** a Vossa Mercê (va_Aragão, 1630).
 - b. Não obstante isto as **não querem** guardar pela razão acima (va_Araújo, 1610).
 - c. e depois que dele se passou dita provisão se **não passou** mais a outro algum antes (va_Carneiro Filho, 1670).
 - d. e muitos deles ainda revolvendo-se todos os livros antigos donde saíram, se não pode saber quem os ficou devendo (va_Pinheiro, 1602).
 - e. Advertindo-nos que na mesma carta manda Vossa Majestade se observe a decisão da dita causa, e que esta se **não pode** observar executando-se aquela cobrança nos pareceu suspender nela até Vossa Majestade resolver-se se há de fazer contra a dita sentença, (va_Carneiro Filho, 1670).
 - f. e como as suas ocupações são muitas e para informar cabalmente lhe é

necessário tomar as ditas contas, o *não* **fará** talvez senão com muito vagar (va_Pereira, 1650).

Portugueses

- (82) a. por outra carta ao dito senhor nos faça mercê por lei irrevogável mandar que nenhuma pessoa venda fazendas fiadas com pena de as *não* **poderem** cobrar por meios de justiça excetuando as que se venderem para o fornecimento dos engenhos fazendas de canas e lenhas sem as quais não se poderão fabricar (va_Carneiro, 1640).
- b. e sem esta Consignação se *não* **pode** conseguir (va_Carneiro, 1640).
- c. para que se *não* **embarace** esta, será necessário recorrer Vossa Mercê logo, e logo ao Senhor Núncio antes que lhe cheguem as sinistras informações, que de cá hão de ir do papel junto (va_Carneiro, 1640).
- d. e como isto as tem enfraquecido tanto e os donos a *não* **podem** tão facilmente reformar e morrem tão continuamente os escravos, será isto ocasião de se perder e diminuir em grande parte a lavoura do açúcar e por conseguinte os dízimos que a Fazenda de Vossa Majestade recebem (va_Pita, 1580).
- e. E a *não* **quis** dar de que agravamos (va_Vieira, 1600).
- f. O ano passado se falou em ir dar guerra ao gentio por uma carta que veio ao governo em que o recomendava Sua Majestade assim, ainda que fosse com despesa de sua Fazenda o que se *não* **conseguiu**, (va_Vieira, 1600).

Apesar de ser marginal já nos textos seiscentistas, a interpolação da negação é ainda atestada no PE, assim como a interpolação de XPs. No PB, até o século XIX, a interpolação ainda é encontrada nos textos e depois desaparece completamente.

Tabela 6.46 – Interpolação x adjacência com *não* em portugueses

	Matriz	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	7/11 (64%)	35/39 (90%)	5/5 (100%)	47/55 (85%)
Adjacência	4/11 (36%)	4/39 (10%)	0/5 (0%)	8/55 (15%)

Tabela 6.47 – Interpolação x adjacência com *não* em brasileiros

	Matriz	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	113/127 (89%)	265/275 (96%)	26/31 (84%)	401/433 (93%)
Adjacência	14/127 (11%)	13/275 (4%)	5/31 (16%)	32/433 (7%)

Os brasileiros apresentam uma taxa mais alta de interpolação do *não* (93%) do que os portugueses (85%) no âmbito geral. No contexto de sentenças matrizes, o percentual de interpolação entre os brasileiros (89%) é bem mais alto do que entre os portugueses (64%). Nas sentenças subordinadas acontece o mesmo: os portugueses apresentam 90% enquanto os brasileiros 96%. Não foram encontrados dados de adjacência em orações infinitivas entre os portugueses. Os brasileiros apresentam 84% de interpolação de *não* nas sentenças infinitivas.

A interpolação em sentenças matrizes não era muito comum no PA e ocorria quando fossem introduzidas por um elemento que acarretasse a próclise, tais como sintagmas focalizados, quantificadores e alguns advérbios. No PCI, a interpolação se generaliza, em termos de contextos sintáticos, mas ao mesmo tempo o que pode ser interpolado se restringe muito (NAMIUTI, 2008). Nos nossos dados, registramos interpolação em sentenças matrizes tanto com elementos proclisadores quanto com outros tipos de sintagmas fronteados.

Com relação às orações infinitivas, Namiuti (2008) encontrou ocorrências de interpolação em oração infinitivas não introduzidas por preposição. Nesse sentido, nossos dados se aproximam do que foi atestado por Namiuti (2008), pois também há algumas ocorrências de interpolação em sentenças infinitivas sem preposição. Nas sentenças subordinadas, a interpolação acontece de modo mais frequente, exatamente como encontrei nos dados analisados.

Analisando os dados por período de nascimento, têm-se os seguintes resultados:

Tabela 6.48 – Interpolação x adjacência *não* em portugueses nascidos entre 1550-1599

	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	4/5 (80%)	1/1 (100%)	5/6 (83%)
Adjacência	1/5 (20%)	0/1 (0%)	1/6 (17%)

Tabela 6.49 – Interpolação x adjacência *não* em portugueses nascidos entre 1600-1649

	Matriz	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	7/11 (64%)	31/34 (91%)	4/4 (100%)	42/49 (86%)
Adjacência	4/11 (36%)	3/34 (9%)	0/4 (0%)	7/49 (14%)

Entre os portugueses (tabelas 6.48 e 6.49) não há registro de interpolação ou adjacência, ou seja, não há clíticos com negação nas sentenças matrizes entre os nascidos na segunda metade do século XVI. Contrastivamente, há um aumento da interpolação nas sentenças subordinadas (80% x 91%) e estabilidade nas sentenças infinitivas.

Tabela 6.50 – Interpolação x adjacência não em brasileiros nascidos entre 1600-1649

	Matriz	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	8/8 (100%)	44/47 (94%)	3/3 (100%)	55/58 (95%)
Adjacência	0/8 (0%)	3/47 (6%)	0/3 (0%)	3/58 (5%)

Tabela 6.51 – Interpolação x adjacência não em brasileiros nascidos entre 1650-1699

	Matriz	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	62/67 (93%)	132/140 (94%)	11/14 (79%)	205/221 (93%)
Adjacência	5/67 (7%)	8/140 (6%)	3/14 (21%)	16/221 (7%)

Tabela 6.52 – Interpolação x adjacência não em brasileiros nascidos entre 1700-1749

	Matriz	Subordinada	Infinitiva	TOTAL
Interpolação	43/52 (83%)	86/88 (98%)	12/14 (86%)	141/154 (92%)
Adjacência	9/52 (17%)	2/88 (2%)	2/14 (14%)	13/154 (8%)

Entre os brasileiros (tabelas 6.51, 6.52 e 6.53), decresce a interpolação nas sentenças matrizes (de 100% para 83%). Nas sentenças infinitivas não há uma tendência clara (queda e posterior aumento). Nas subordinadas, há o aumento dos casos de interpolação (de 94% para 98%). Isto posto, depreende-se que, entre os brasileiros, há a manutenção da gramática clássica quando se analisa o fenômeno da interpolação do *não*.

6.3.5.2 Interpolação de XPs

Agora, apresento os dados de interpolação XPs, típica de contextos de próclise categórica e que ocorrem especificamente em orações dependentes. A interpolação de XPs, frequente no PA (NAMIUTI, 2008), deixa de ser frequente no PCI e desaparece das fontes escritas a partir do século XVII (MARTINS, 1994; NAMIUTI, 2006; 2008; MAGRO, 2007). A interpolação de XPs reaparece de modo distinto, no século XIX e, atualmente, ocorre em dados dialetais de fala (MAGRO, 2007). Como enfatizado por Namiuti (2008), a interpolação de XPs e a

interpolação de *não* não convivem em uma mesma gramática, exceto em momentos de transição. Por isso, decidimos investigar as ocorrências de interpolação, com vistas a encontrar evidências da gramática que chegou ao Brasil nas caravelas.

Para Namiuti (2008), a partir do fenômeno de interpolação é possível definir dois momentos gramaticais do português: o primeiro corresponde ao PA, marcado pela presença da interpolação da negação e de outros constituintes; e um segundo em que a única possibilidade de interpolação é com o *não*, porém o contexto em que o fenômeno ocorre se amplia para outras dependências, como as sentenças matrizes. Esse segundo momento corresponde à gramática do PCI. No *corpus* em análise, encontramos apenas 5 casos de interpolação de XPs, dos quais 1 em escritões portugueses e 4 em escritões brasileiros.

Tabela 6.53 – Interpolação x adjacência de XPs em portugueses

Interpolação	1 (0,8%)
Adjacência	119 (99,2%)
	120 (100%)

Figura 6.25 – O fenômeno da interpolação em escritões portugueses

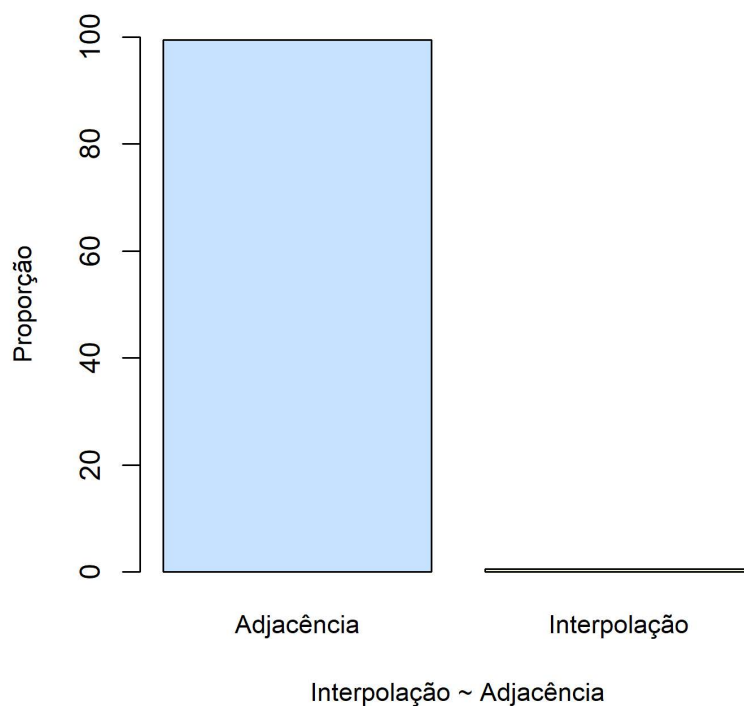
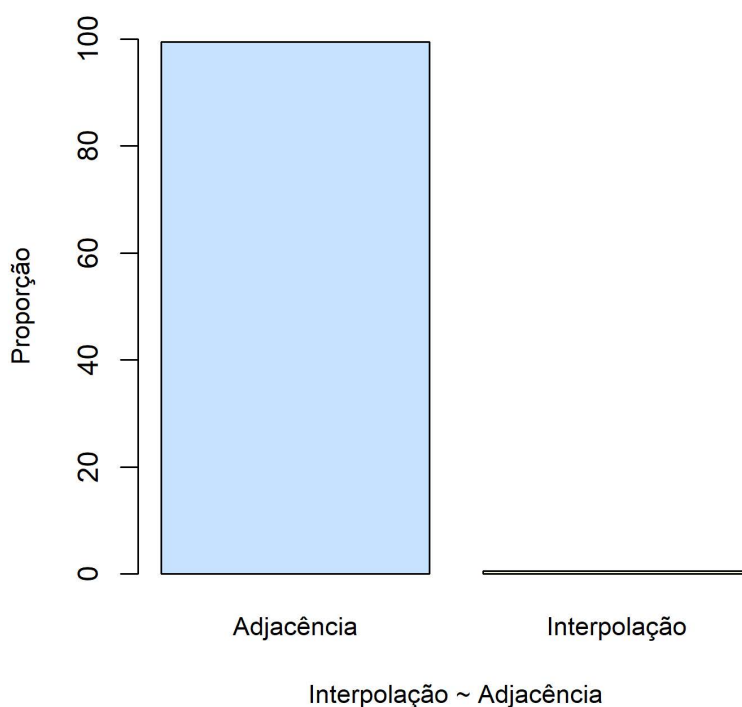


Tabela 6.54 – Interpolação x adjacência de XPs em portugueses

Interpolação	4 (0,5%)
Adjacência	749 (99,5%)
	753 (100%)

Figura 6.26 – O fenômeno da interpolação em escrivães brasileiros



Brasileiros

Interpolação de XPs

- (83) a. e por esta razão havemos nos dizer os que lhe havemos tomar conta como Senhores, que no-lo Vossa Alteza **foi servido** mandar rematar a Luís de Caldas Penna, dito Contrato como rematou (va_Pinheiro, 1602).

Portugueses

- (84) a. Na procissão pública por suas sem razões particulares que constam de um auto que esta Câmara fez que remete por via do Governador e Capitão Geral Antonio Telles da Silva a quem temos muito que agradecer no

que em semelhante auto e o em sua pendência **dissimulou** o mesmo Bispo arriscou este povo e presídio que poderá romper em outro excesso que os sabe muito bem castigar e não lhe faltava propensão nem coisas antecedentes (va_Pita, 1580).

Nas tabelas acima, vemos que os dados de interpolação de XPs são bastante marginais, não chegando a 1% nos dados analisados em ambos os grupos. Nos dados analisados fica evidente que a gramática instanciada é a gramática do PCl. Para reforçar essa questão, avalio os dados de interpolação por período de nascimento.

Tabela 6.55 – Interpolação x adjacência XPs por período de nascimento em portugueses

	1550-1599	1600-1649
Interpolação	1/24 (0,8%)	0/96 (0%)
Adjacência	23/24 (99,2%)	96/96 (100%)

Tabela 6.56 – Interpolação x adjacência XPs por período de nascimento em brasileiros

	1600-1649	1650-1699	1700-1749
Interpolação	1/120 (0,8%)	2/397 (0,5%)	1/236 (0,4%)
Adjacência	119/120 (99,2%)	395/397 (99,5%)	235/236 (99,6%)

Observa-se que a interpolação de XPs no *corpus* é um fenômeno cada vez mais periférico, residual. Como a gramática que instanciava a interpolação de XPs era a gramática do PA, então podemos afirmar que os dados do *corpus* se assemelham aos dados do PCl.

6.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS: ARGUMENTOS NULOS

Esta subseção contém os resultados quantitativos da distribuição de propriedades gramaticais relacionadas aos argumentos nulos nas amostras do nosso *corpus*. Inicialmente, trago os dados sobre sujeitos nulos e na próxima seção apresento os dados sobre objetos nulos.

6.4.1 Sujeito nulo: descrição dos dados

Apresento, abaixo, um panorama geral dos valores absolutos e percentuais das ocorrências de sujeito nulo, sujeito pronominal e sujeito lexical anafórico, seguindo a metodologia adotada por Gravina (2008; 2014), que classificou como sujeito lexical anafórico, os casos em que se

podia substituir o sintagma sujeito ou por um sujeito nulo ou por um pronome lexical realizado. Ainda, de acordo com Gravina (2008), os sujeitos anafóricos podem ocorrer quando se tem a retomada anafórica do nome, a repetição ou a retomada com demonstrativos.

Foram coletadas 2128 sentenças entre os escrivães brasileiros e 298 sentenças entre os escrivães portugueses, perfazendo um total de 2438 sentenças.

Brasileiros

Sujeito nulo

- (85) a. Imposto assim o **esperamos** de Vossa Majestade para que com isso fiquem estes vassallos de Vossa Majestade aliviados. (va_Araújo, 1610).
- b. Mas **igualamo**-las como as posses (va_Araújo, 1610).
- c. A Carta de Vossa Majestade sobre aceitação da Companhia Geral **recebemos** em treze de mês de Agosto (va_Pinheiro, 1602).
- d. Em tudo **espera** ser providos como a grandeza de Vossa Majestade costuma (va_Pinheiro, 1602).
- e. Com as muitas propriedades, **adquirem** com títulos de compras e heranças de que não pagam dízimos (va_Pinheiro, 1602).
- f. **Temos** largas notícias da muita mercê que Vossa Mercê faz a este tribunal procurando os aumentos dele (va_Sueiro, 1615).
- (86) a. **Esperamos** aviso de Vossa Mercê sobre este particular para saber o que havemos de obrar nele (va_Sueiro, 1615)
- b. E assim prostrados aos reais pés de Vossa Alteza o **pedimos** a Vossa Alteza (va_Aragão, 1630).
- c. E mandando Vossa Mercê certidão do dia em que acabou o exercício lhe **ajustaremos** a conta pontualmente (va_Aragão, 1630).
- d. Agora **sabemos** a repugnância que tem de continuar muito tempo neste governo, e que com insistência pede a Vossa Majestade o alívio dele (va_Carneiro Filho, 1670).
- e. E **há de dar** conta dele (va_Carneiro Filho, 1670).
- f. A diligência que Vossa Mercê fez do sal **agradecemos** (va_Carneiro Filho, 1670).
- (87) a. As cartas de Vossa Mercê escritas nos navios de licença, e frota, **recebemos**

- com particular gosto pela certeza de que logra Vossa Mercê a Saúde que desejamos, digo que devemos desejar (va_Carneiro Filho, 1670).
- b. Aos seus criados Senhor, **pagou** o serviço com o salário da sua fazenda, e não com os postos de Vossa Majestade, deixando ainda de parte alguns que tinham a Vossa Majestade servido, e eram benemérito, de ocupá-los singularidade que ainda até hoje se não tem visto no Brasil, mais que só nele neste herói admirado (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. E danças lascivas **fez** evitar (va_Pereira, 1650).
- d. Escrevemos juntamente sobre a marchantaria (va_Pereira, 1650).
- e. Tudo o referido temos notícia (va_Vasconcelos, 1672).
- f. O negócio da procuradoria deste Senado entre Vossa Mercê e o Doutor José Gomes de Avelar estimaremos se haja já decidido a favor de Vossa Mercê e deste Senado para que assim se aplique Vossa Mercê com mais empenho nos negócios dele, (va_Vasconcelos, 1672).
- (88) a. Mas que culpa temos que vendendo o seu açúcar por redondo o comprador o manda ao seu correspondente por fino só para lhe acrescentar o preço e ficar indevidamente com o acréscimo? (va_Vasconcelos, 1672).
- b. E por essa causa pedem esmola de sal como se fosse de pão (va_Carneiro Neto, 1700).
- c. O mesmo fazemos com a sentença de justificação de que remetemos esta cópia em que se mostra a imemorable posse em que está o Senado (va_Carneiro Neto, 1700).
- d. E falados todos me toa segunda via (va_Magalhães, 1670).
- e. A inquirição que veio farei ajuntar aos autos com que corram seus termos (va_Magalhães, 1670).
- f. A Consulta que já disse a Vossa Mercê tenho reformado duas vezes (va_Magalhães, 1670).

Sujeito pronominal

- (89) a. *Ele obra* de maneira que já temos que lhe agradecer porque sua limpeza e grande amor e cortesia com que nos trata maior (va_Araújo, 1610).
- b. Logo *eles* que o possuem **devem** pagar (va_Araújo, 1610).

- c. **Insistiram** *eles* a que não haviam de haver respeito as vendagens e que haviam de embolsar por em cheio os preços instituição (va_Pinheiro, 1602).
 - d. *Nós* lha não **aceitamos** de que procedeu apelar e agravar para a Relação deste Estado de que desistiu e pediu vista para embargos (va_Pinheiro, 1602).
 - e. *Eles* se **acham** incapazes de poderem para ela contribuir com coisa alguma (va_Carneiro Filho, 1670).
 - f. **Ficamos** *nós* sempre como vassallos, prontos a seguir em tudo as ordens de Vossa Majestade, cuja real pessoa guarde Deus por muitos e sempre felizes anos (va_Carneiro Filho, 1670).
- (90)
- a. A frota parecendo impossível que pudesse ir neste ano senão em tempo nunca visto por haverem morrido os gados por causa da dita seca e haver a dita falta de mantimentos *ele fez* que se aprestasse de tal modo e se houve nisso com tal cuidado que sem que vá falta de coisa alguma ou fiquem cá os frutos alguns vai ainda em tempo oportuno (va_Carneiro Filho, 1670).
 - b. E examinando *nós* a verdade deste seu requerimento **achamos** ser conforme a ela (va_Vasconcelos, 1672).
 - c. E **está** *ele* em sua casa vencendo os salários como se assistisse, no que se há com tal exorbitância que só a Manoel Araújo e Aragão levou setecentos e sessenta mil réis de salários (va_Vasconcelos, 1672).
 - d. E *eu fico* para servir a Vossa Mercê que Deus guarde muitos anos (va_Carneiro Neto, 1700).
 - e. E *eu* sempre **desejo** alcançar muitas ocasiões do serviço de Vossas Mercês que Deus guarde como desejo (va_Magalhães, 1670).
 - f. Mas *eu* não **tenho** culpa (va_Magalhães, 1670).
- (91)
- a. E **protesta** *ele* dito procurador da Câmara a quem diretamente pertencer todo o prejuízo que se seguir às mesmas terças de Sua Majestade (va_Pereira, 1700).
 - b. *Ele ordenou* ao povo fazer a dita notificação na forma requerida de que mandaram fazer este termo que todos assinaram (va_Pereira, 1700).
 - c. E nesta forma **houveram** *eles* ditos vereadores esta nomeação por feita

(va_Silveira, 1720).

- d. **Requeru** *ele* dito procurador para que fosse notificados os ditos senhorios, ou seus procuradores tanto para desentulharem e desimpedirem a dita rua como para reedificarem os muros e segurarem as terras dos seus quintais e estados com paredes suficientes para efeito de evitar a maior ruína que está ameaçando tanto ao povo que passa pela rua como as casas dos moradores, que moram, da parte inferior (va_Silveira, 1720).
- e. E *ele* dito **protestava** de lhe não prejudicar em tempo algum a falta da vereação no dia de hoje visto como ele para o seu efeito se achava pronto na casa dela, para mesmo efeito aos ditos vereadores e procurador pelo oficial José da Costa Rosa, que os não achou de que para constar mandou o dito ministro fazer este termo que assinou (va_Silva, 1725).
- f. E *eles* não **tinham** fiadores que os abonassem (va_Silva, 1725).

Sujeito lexical anafórico

- (92) a. **Estancou** *a Companhia Geral* com os quatro gêneros de mantimentos pelos preços assentados por o contrato e com as condições dela (va_Pinheiro, 1602).
- b. E a dita quantia deram *algumas pessoas* obrigadas de afabilidade e bom modo de quem nos governa com amor e cristandade, que a não ser isto não permite o tempo cobrar-se coisa alguma (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. Pagam Senhor *os pequenos* as fintas, e contribuições para o sustento do presídio desta Praça para o Donativo e Paz da Holanda, e Dote da Sereníssima Senhora Rainha da Grã-Bretanha, que Deus guarde (va_Carneiro Filho, 1670).
- d. E destes totalmente ficassem isentos *os ricos* (va_Carneiro Filho, 1670).
- e. *Os lançamentos* que estão feitos cobrados que sejam **excedem** muito ao que devemos (va_Pereira, 1650).
- f. E *os moradores do Recôncavo*, que são os que dele mais necessitam para as salgas que **fazem** todas as semanas de carne que só se corta no sábado se têm cabedal não reparam em dar por este gênero o que lhe pedem (va_Carneiro Neto, 1700).

- (93) a. E *o dito sesmeiro* o Coronel Garcia de Avelar a *reconhece* e a oferece na forma que declara na sua resposta (va_Carneiro Neto, 1700).
- b. E de todos estes protestos **pediu** *o dito vereador* uma certidão por duas vias (va_Silveira, 1720).
- c. *A sobredita quantia*, que lhe toca **ficará** desde logo extinta (va_Silveira, 1720).
- d. *Aí abriu* *o dito ministro* o alvará do Desembargo do Paço do teor seguinte (va_Silva, 1725).
- e. E logo *o mesmo ministro* o **houve** por empossado do dito cargo (va_Silva, 1725).
- f. E logo *o dito* **empregue** na forma de do seu regimento (va_Sodré, 1721).
- (94) a. E *o referido Senhor General* se **conformou** com o parecer deste Senado para o que expediu uma portaria datada neste mesmo dia que se achou registrada no livro deles em que se determinava se concluísse arrematação o que o Senado fez concluir logo (va_Azevedo, 1720).
- b. *Este* **mandou** que o Senado claramente informasse do que mais convinha ao povo desta cidade (va_Azevedo, 1720).

Portugueses

Sujeito nulo

- (95) a. E assim o **fizeram** nesta Capitania (va_Pita, 1580).
- b. **Veremos** neste Reino os efeitos de sua bondade e particularmente neste Estado a quietação que nos falta (va_Pita, 1580).
- c. De nossa parte lhe **agradecerá** (va_Vieira, 1600).
- d. **Pedimos** vista para nosso procurador (va_Vieira, 1600).
- e. Nos últimos navios que chegaram a este porto não **tivemos** carta de Vossa Mercê (va_Viegas, 1620).
- f. E **ficamos** com algum sentimento deste descuido pois por esta causa nos vem a faltar as notícias do que Vossa Mercê tem obrado sobre os requerimentos que têm a seu cargo (va_Viegas, 1620).
- (96) a. Todas as cartas e ordens de Sua Majestade **recebemos** (va_Carneiro, 1640).
- b. Estas por verem já o fruto que tem feito nas novas religiosas, que se têm

recolhido filhas suas mui destras nos ofícios divinos como em todo o mais na observância de sua regra os **querem** deixar por irem lograr a pátria para o que intentam merecer de Vossa Majestade (va_Carneiro, 1640).

Sujeito pronominal

- (97)
- a. E *nós* por esta razão **enviamos** a Vossa Mercê todos os papéis pertencentes a este para que com o cuidado zelo que costuma de nossa parte o solicite e lhe desfaça seus intentos (va_Vieira, 1600).
 - b. **Queixam-se** *eles* (va_Viegas, 1620).
 - c. E *eles* incapazes de poderem acudir a nenhum pedido mais para que se não faltasse a obras de tanta utilidade como eram as do Convento das Religiosas e Cadeia, **retificavam** os oitenta réis que voluntariamente sobre si haviam posto (va_Carneiro, 1640).
 - d. E *nós* **ficaremos** mais obrigados a servir a Vossa Alteza em tudo o que for servido mandar-nos com novas obrigações (va_Carneiro, 1640).

Sujeito lexical anafórico

- (98)
- a. **Padece** *este povo* uma considerável perda com estes navios de licença, com as maiorias dos fretes que causa a diminuição no valor do açúcar sendo aquele um particular aumento, esta uma total ruína do bem comum (va_Vieira, 1600).
 - b. Com este excesso **agravaram** *os homens de negócio* de lhe havermos posto os preços nos açúcares (va_Vieira, 1600).
 - c. E não **serve** *esta* de mais (va_Viegas, 1620).
 - d. Não obstante estas razões e as ruins consequências de soldados mal pagos que alegamos, **julgou** *a relação* que eram agravados os mercadores que tinham vinhos (va_Viegas, 1620).
 - e. E *os tais* sempre **pagaram** assim um como outro subsídio (va_Carneiro, 1640).

Uma análise geral dos dados aponta um padrão semelhante entre brasileiros e portugueses nascidos na segunda metade do século XVII. Nas sentenças matrizes, em ambos os grupos,

encontramos um percentual maior de sujeitos nulos (77% entre os portugueses e 68% entre os brasileiros), seguido de sujeitos lexicais anafóricos (21% entre os portugueses e 27% entre os brasileiros) e sujeitos pronominais (2% entre os portugueses e 5% entre os brasileiros).

Tabela 6.57 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - portugueses

Sujeito nulo	230 (77%)
Sujeito pronominal	5 (2%)
Sujeito lexical anafórico	63 (21%)
	298 (100%)

Figura 6.27 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - portugueses

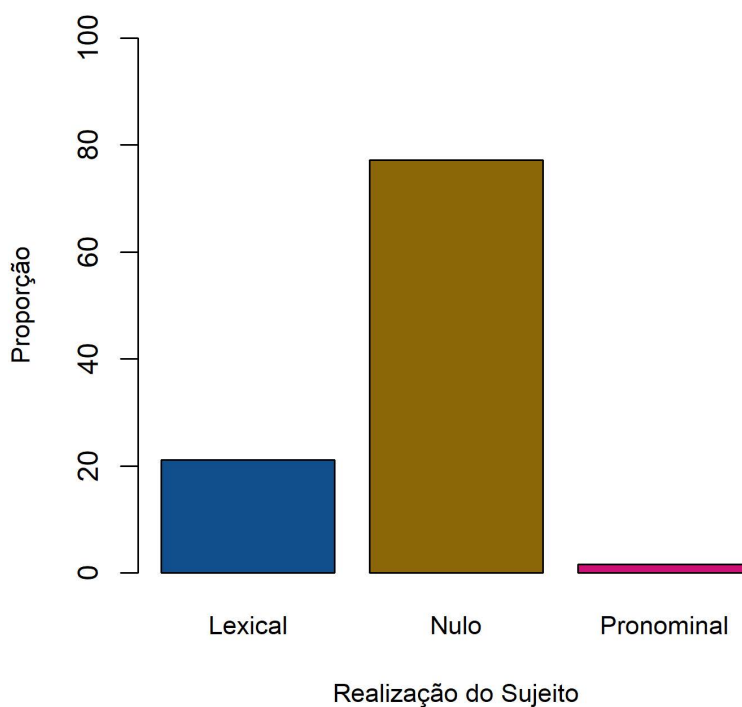
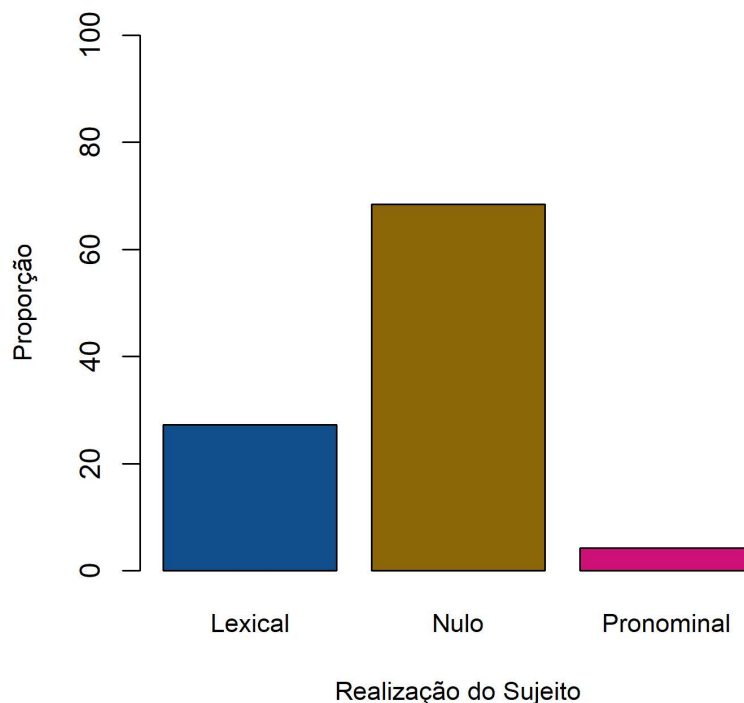


Tabela 6.58 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - brasileiros

Sujeito nulo	1455 (68%)
Sujeito pronominal	92 (5%)
Sujeito lexical anafórico	581 (27%)
	298 (100%)

Figura 6.28 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico em sentenças matrizes - brasileiros

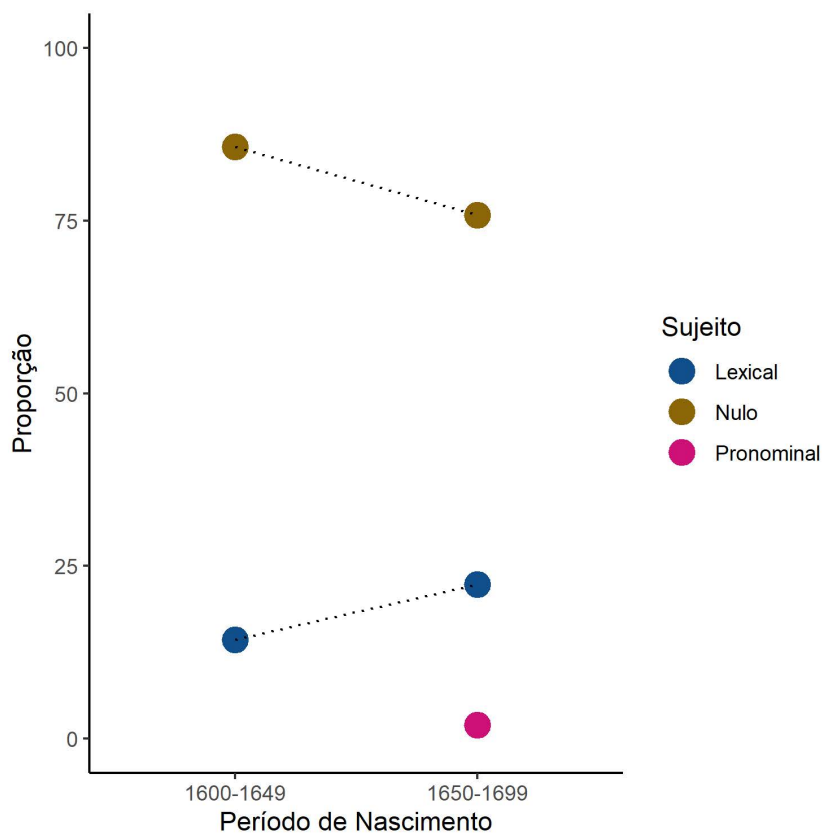


Na tabela 6.58, apresentamos os valores encontrados nas sentenças matrizes entre os portugueses, por século de nascimento. Já na tabela 6.59 estão os valores encontrados nas sentenças matrizes em brasileiros também por século de nascimento.

Tabela 6.59 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes - portugueses

	1550-1599	1600-1649
Sujeito nulo	36 (86%)	194 (76%)
Sujeito pronominal	-	5 (2%)
Sujeito lexical anafórico	6 (14%)	57 (22%)
	46 (100%)	256 (100%)

Figura 6.29 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes – portugueses



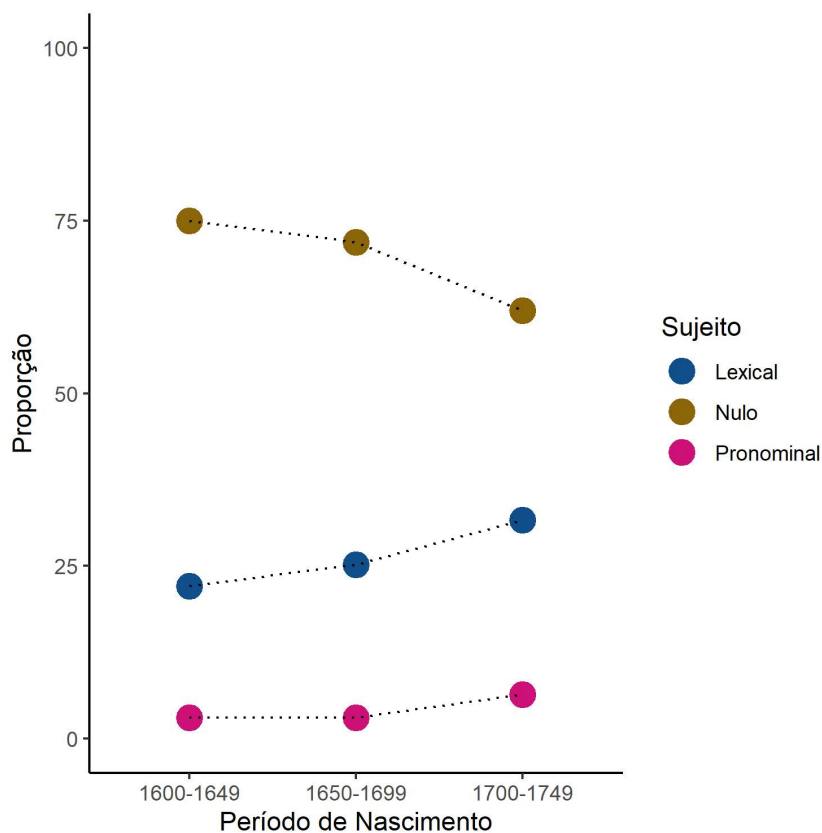
Com base nos dados dos escravos portugueses, por período de nascimento, os resultados apontam para um leve decréscimo no percentual de casos com sujeito nulo (86% x 76%), ocorrência de sujeitos pronominais (2%), apenas entre os nascidos no primeiro período do século XVII, e um aumento no percentual de casos de sujeitos lexicais anafóricos (14% x 22%).

Entre os brasileiros, os percentuais encontrados para os sujeitos nulos em sentenças matrizes apresentam uma tendência de queda (75% x 72% x 62%). Já os valores para os sujeitos pronominais (3% x 3% x 6%) e lexicais anafóricos aumentam paulatinamente (22% x 25% x 32%). No gráfico e tabela abaixo, resumimos os valores encontrados.

Tabela 6.60 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes - brasileiros

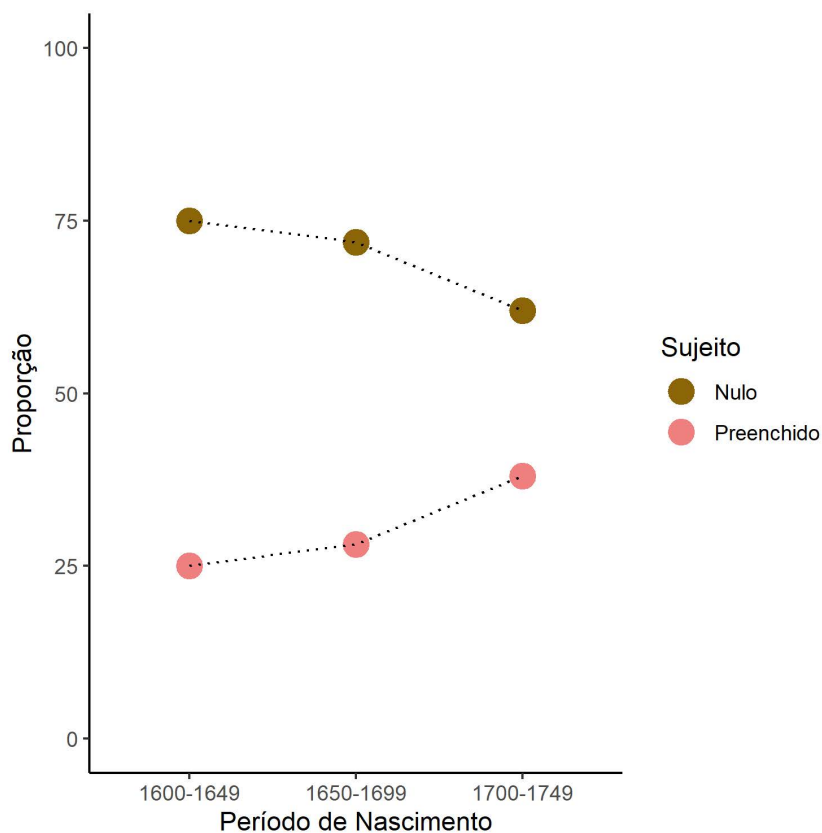
	1600-1649	1650-1699	1700-1749
Sujeito nulo	228 (75%)	700 (72%)	527 (62%)
Sujeito pronominal	9 (3%)	29 (3%)	54 (6%)
Sujeito lexical anafórico	67 (22%)	245 (25%)	269 (32%)
TOTAL	304 (100%)	974 (100%)	850 (100%)

Figura 6.30 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes – brasileiros



Com base nos dados, fica evidente que, no século XVIII, o percentual de sujeitos nulos ainda é bastante alto e que o número de sujeitos preenchidos vai crescendo paulatinamente, como fica mais evidente no gráfico abaixo, em que se somam sujeito lexical anafórico + sujeitos pronominais.

Figura 6.31 – Sujeito Nulo x pronominal x lexical anafórico por período de nascimento em sentenças matrizes – brasileiros



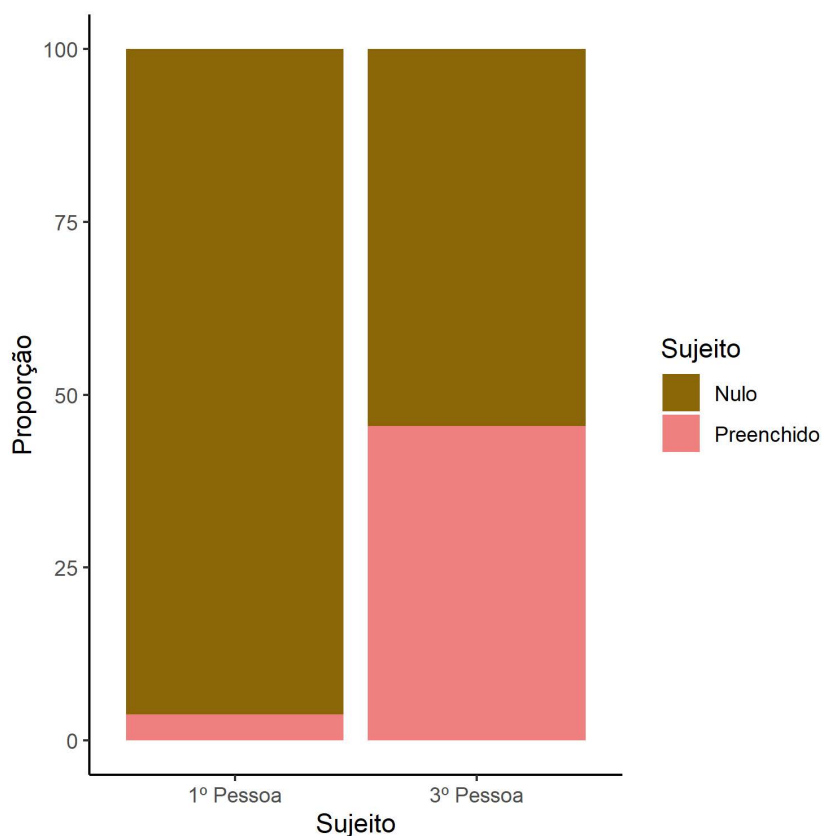
Como discutimos no capítulo 04, muitas pesquisas (RODRIGUES, 2004; HOLMBERG, 2005) apontam que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial. Portanto, descrevo quantitativamente as ocorrências de sujeitos segundo algumas propriedades que distinguem as línguas de sujeito nulo consistente das línguas de sujeito nulo parcial como o PB: restrição à ocorrência de sujeitos nulos em sentenças com a 3ª pessoa; restrição à ocorrência de sujeitos nulos em orações completivas, adjuntas finitas e relativas.

Começemos pela restrição à ocorrência de sujeitos nulos em sentenças com a 3ª pessoa. O apagamento do sujeito na 1ª pessoa ainda é um dos contextos em que o sujeito nulo é licenciado no PB (RODRIGUES, 2004). Vejamos, então, o percentual de sujeitos nulos x sujeitos preenchidos por pessoa verbal no corpus de análise.

Tabela 6.61 – Sujeito Nulo x Preenchido por Pessoa verbal em brasileiros

	Sujeito nulo	Sujeito Preenchido
1º pessoa	678/704 (96%)	26/704 (4%)
2º pessoa	-	-
3º pessoa	777/1424 (63%)	647/1424 (37%)

Figura 6.32 – Sujeito Nulo x Preenchido por Pessoa verbal em brasileiros



Nos dados analisados, o percentual de sujeitos nulos com a 1ª pessoa é bastante alto (96%). Ressalta-se também que não há registros de dados com 2ª pessoa. Os dados com a terceira pessoa apresentam um percentual mais equilibrado (55% 45%). Separamos tanto por pessoa quanto por período de nascimento a fim de verificar há algum indício de mudança.

Tabela 6.62 – Sujeito Nulo x Preenchido na 1ª pessoa verbal em brasileiros

	Sujeito nulo	Sujeito Preenchido
1600-1649	153/158 (97%)	5/158 (3%)
1650-1699	425/441 (96%)	16/441 (4%)
1700-1749	100/105 (95%)	5/105 (5%)

Figura 6.33 – Sujeito Nulo x Preenchido na 1ª pessoa verbal em brasileiros

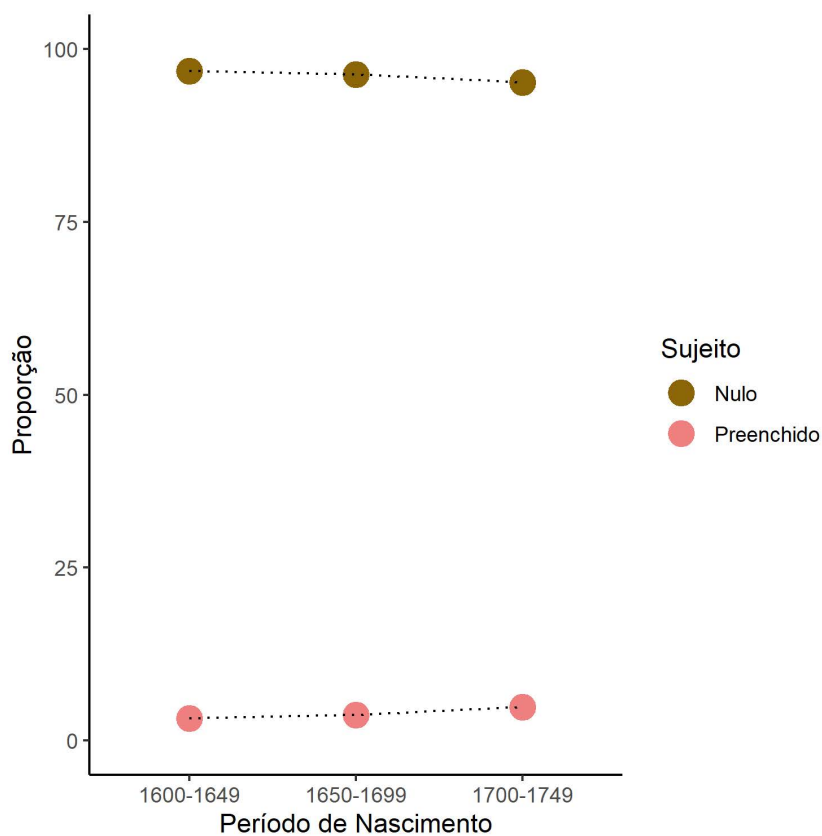
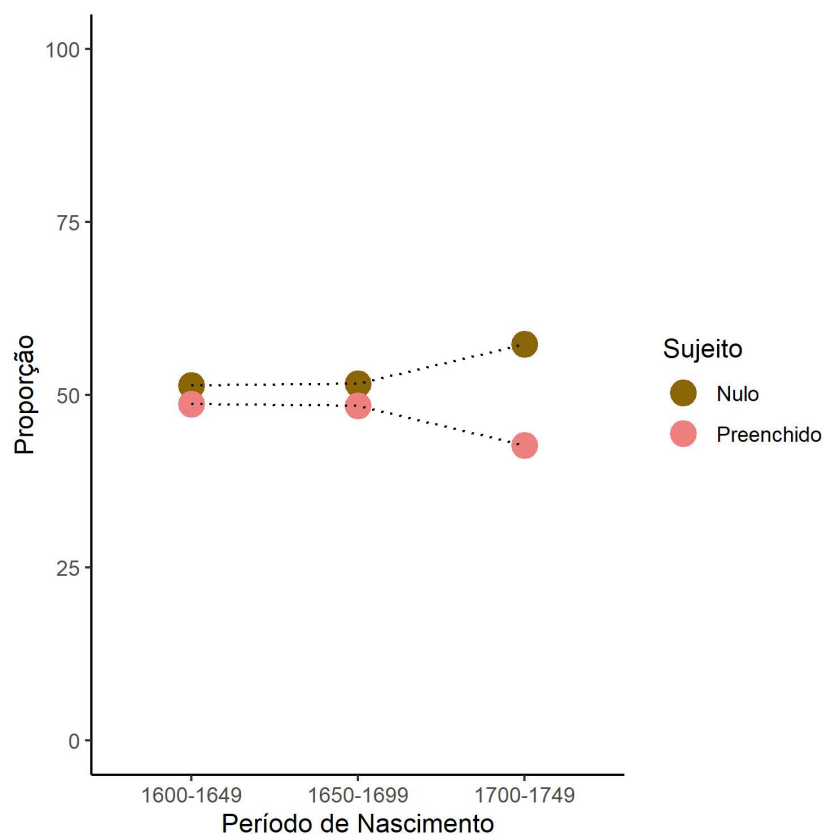


Tabela 6.63 – Sujeito Nulo x Preenchido na 3ª pessoa verbal em brasileiros

	Sujeito nulo	Sujeito Preenchido
1600-1649	75/146 (51%)	71/146 (49%)
1650-1699	275/533 (52%)	258/533 (48%)
1700-1749	427/745 (57%)	318/745 (53%)

Figura 6.34 – Sujeito Nulo x Preenchido na 3ª pessoa verbal em brasileiros



Percentualmente, há uma leve queda nos dados de sujeito nulo entre os séculos XVII e XVIII (97% x 95%). O percentual de apagamento do sujeito com a 1ª pessoa é bastante alto, evidenciando uma resistência ao preenchimento do sujeito nesse contexto. Com relação aos dados de 3ª pessoa, vemos que, percentualmente, o licenciamento de sujeitos nulos é bem menor, sem que haja uma tendência clara entre os séculos.

Com relação à restrição à ocorrência de sujeitos nulos em orações encaixadas, seguindo a literatura sobre o PB (FIGUEREDO SILVA, 1996; MODESTO, 2000; RODRIGUES, 2004; FERREIRA, 2004), há diferenças entre as orações completivas, adjuntas finitas e relativas. A ocorrência de sujeitos nulos nas completivas só é possível (FIGUEREDO SILVA, 1996; RODRIGUES, 2004; FERREIRA, 2004) se forem c-comandados por um antecedente. Esse comportamento difere das adjuntas finitas, cuja ocorrência de sujeitos nulos não dependem de uma relação de c-comando. As relativas, por si, também são um ambiente em que há restrição sobre o uso de sujeitos nulos em PB.

Assim sendo, classifiquei as sentenças em completivas, adjuntas finitas e relativas. Não investiguei as sentenças-QU, pois são poucos os casos de interrogativas diretas no *corpus*. A busca por sentenças completivas resultou em 924 ocorrências: 102 entre os escrivães portugueses

e 822 entre os escrivães brasileiros. Em ambos os grupos o percentual de sujeitos nulos é superior ao percentual de sujeitos plenos, como podemos ver na tabela 6.67.

Tabela 6.64 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas

	Nulo	Preenchido	TOTAL
Portugueses	70 (69%)	32 (31%)	102 (19%)
Brasileiros	529 (64%)	293 (36%)	822 (100%)

Figura 6.35 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas em portugueses

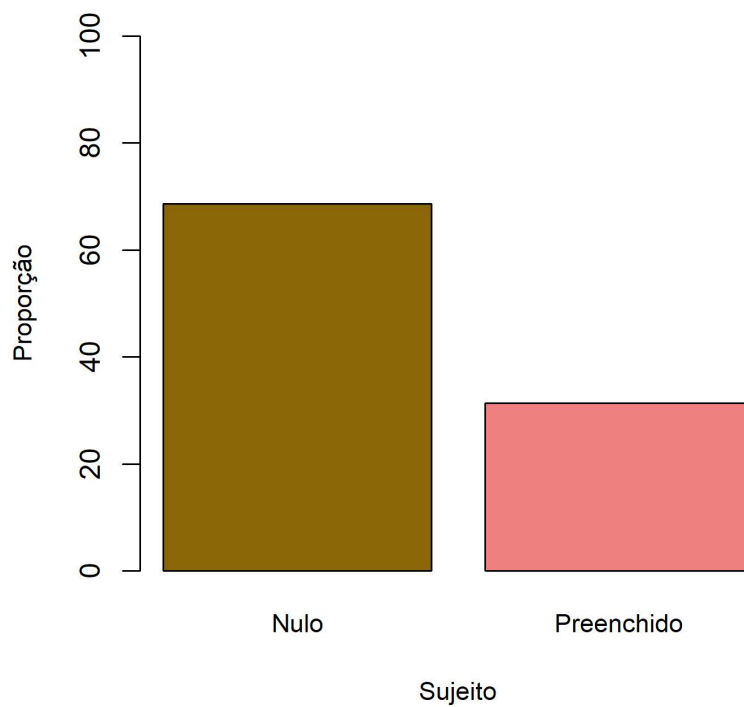
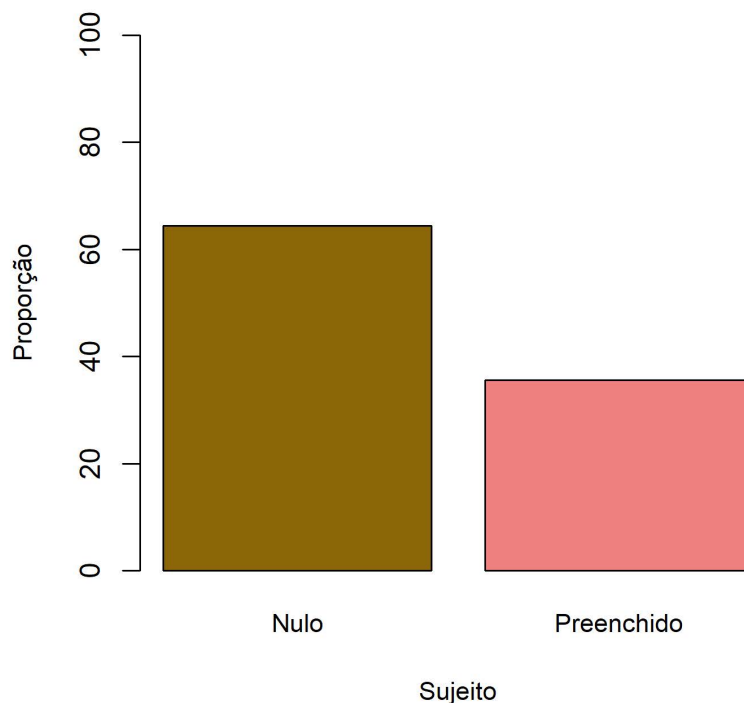


Figura 6.36 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas em brasileiros



Sujeito Nulo

- (99)
- a. Pedimos a Vossa Majestade nos **socorra** com a maior quantidade que se possa, ordenando que seu valor venha à mão do nosso tesoureiro para se despender com a infantaria (va_Araújo, 1610).
 - b. E agora que Vossa Majestade foi servido declarar que **façam** os custos da vendagem formam grandes queixas (va_Pinheiro, 1602).
 - c. E em todas esperamos **obre** de sorte que tenha este povo muito que lhe agradecer (va_Carneiro Filho, 1670).
 - d. E por todas estas razões parece que **estamos** desobrigados da dita contribuição (va_Vasconcelos, 1672).

Sujeito lexical anafórico

- (100)
- a. E nos escreveu o dito provedor-mor por carta sua de dez do dito mês de setembro que **vinham** tomadas *todas as ditas contas* (va_Carneiro Filho, 1670).

- b. E consta que *alguns dos rematadores dos talhos* ainda **estão** devendo os segundos quartéis ao mesmo tempo que agora se deviam cobrar os serviços (va_Pereira, 1710).
- c. E se determinou por ordem do Senhor General que *a dita administração* **fosse** feita alternativamente e administrassem os mesmos vereadores (va_Azevedo, 1720).
- d. E em atenção do seu justo requerimento, resolveu, e assentou a vereação, que *ficassem as negras, que vendem peixe*, no terreiro, e largo da Barroquinha, por detrás do castelo; e as que vendem hortaliça, fruta, e legumes, no largo chamado de Simeão Alves Santos, por detrás da Casa da ópera ficando agregadas às do terreiro, e largo da Barroquinha, as que vendem toucinho, tripas, meados, e carnes-secas, e igualmente as que vendem outros comestíveis cozidos (va_Silva, 1725).

Sujeito pronominal

- (101) a. Dizia a Câmara que *eles* não **deviam** de levar os quatro mil réis por cada arroba de bacalhau sem fazerem algum abatimento aos taverneiros e vendeiros que eles compravam pois os haviam de vender pelo miúdo a este Povo a razão dos sobre ditos preços (va_Pinheiro, 1602).
- b. "E assim o declarou o dito tesoureiro geral que **obrou** *ele* por mandado do Provedor-mor Francisco Lamberto e que este mostrando nisso o demasiado zelo por que requeremos a Vossa Majestade nos não convinha que ele tomasse as contas do dito donativo (va_Vasconcelos, 1672).
- c. Parecia justo que *ele* **desse** o sal bastante para todo este estado e não tão pouco que já se está experimentando notável falta dele, (va_Vasconcelos, 1672).
- d. E pelo vereador, Antônio Moniz de Sousa Barreto foi dito, que *ele* **nomeava** para os meses de setembro e outubro ao capitão de a cavalos Manoel Pessoa da Silva, e a Manoel Pedro de Oliveira (va_Silva, 1725).

Contrastando brasileiros e portugueses nascidos no mesmo período (primeira metade do século XVII), vemos o mesmo comportamento: maior percentual de apagamento do sujeito (66% portugueses e 65% brasileiros). Ao longo da segunda metade do século XVII e primeira metade

do século XVIII, há a queda no percentual de sujeitos nulos, seguindo uma tendência do que já ocorre no PB como aponta Gravina (2008; 2014) ao investigar esses ambientes.

Tabela 6.65 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas - portugueses

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1550-1599	15 (79%)	4 (21%)	19 (19%)
1600-1649	55 (66%)	28 (34%)	83 (81%)

Figura 6.37 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas por período de nascimento em portugueses

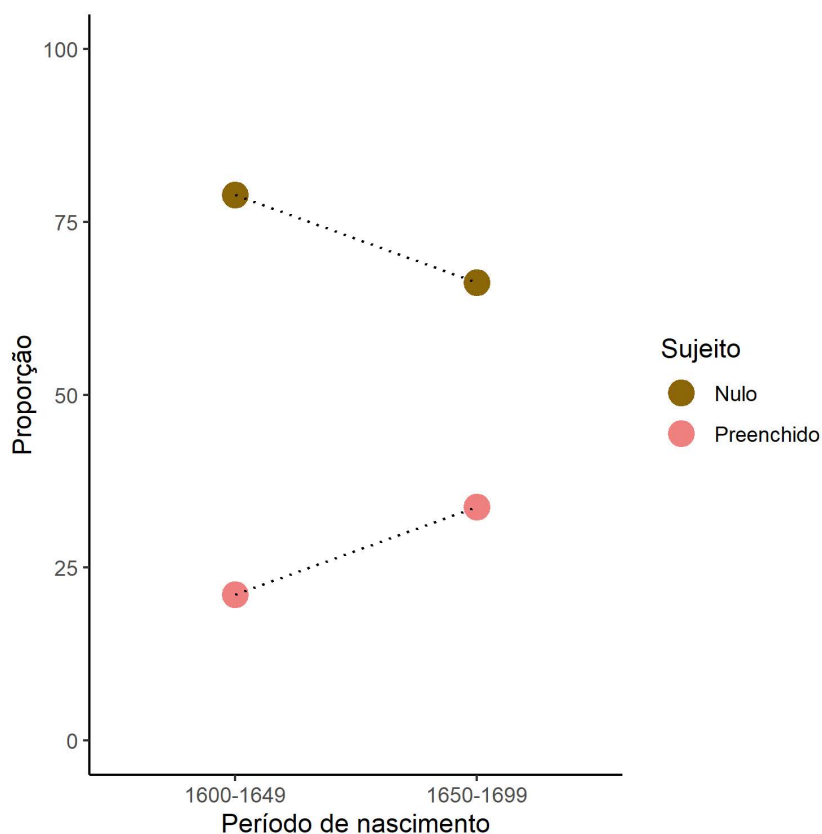
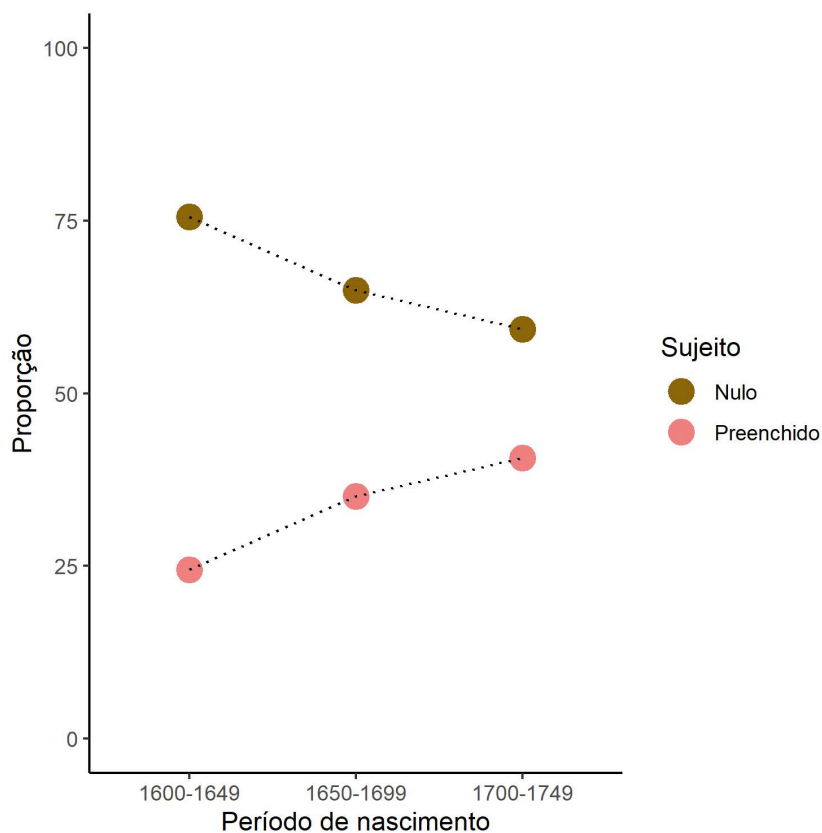


Tabela 6.66 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas por período de nascimento em brasileiros

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	96 (76%)	31 (24%)	127 (100%)
1650-1699	239 (65%)	129 (35%)	368 (100%)
1700-1749	194 (59%)	133 (41%)	327 (100%)
	529 (64%)	293 (36%)	822 (100%)

Figura 6.38 – Sujeito Nulo x preenchido em completivas por período de nascimento em brasileiros



Gravina (2008; 2014) observou que as orações completivas se tornaram um ambiente mais restrito para ocorrência de sujeito nulo. Para averiguar se essa restrição está relacionada à pessoa verbal, analisamos a realização do sujeito quando o verbo está na 1ª pessoa ou na 3ª pessoa, visto que a morfologia da 1ª pessoa dispensa uma menção prévia do antecedente em línguas de sujeito nulo parcial.

Tabela 6.67 – Sujeito Nulo x preenchido em sentenças completivas 1ª pessoa em brasileiros

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	17 (94%)	1 (6%)	18 (26%)
1650-1699	43 (93%)	3 (7%)	46 (66%)
1700-1749	5 (83%)	1 (17%)	6 (8%)
			70 (100%)

Figura 6.39 – Sujeito Nulo x preenchido em sentenças completivas 1ª pessoa em brasileiros por período de nascimento

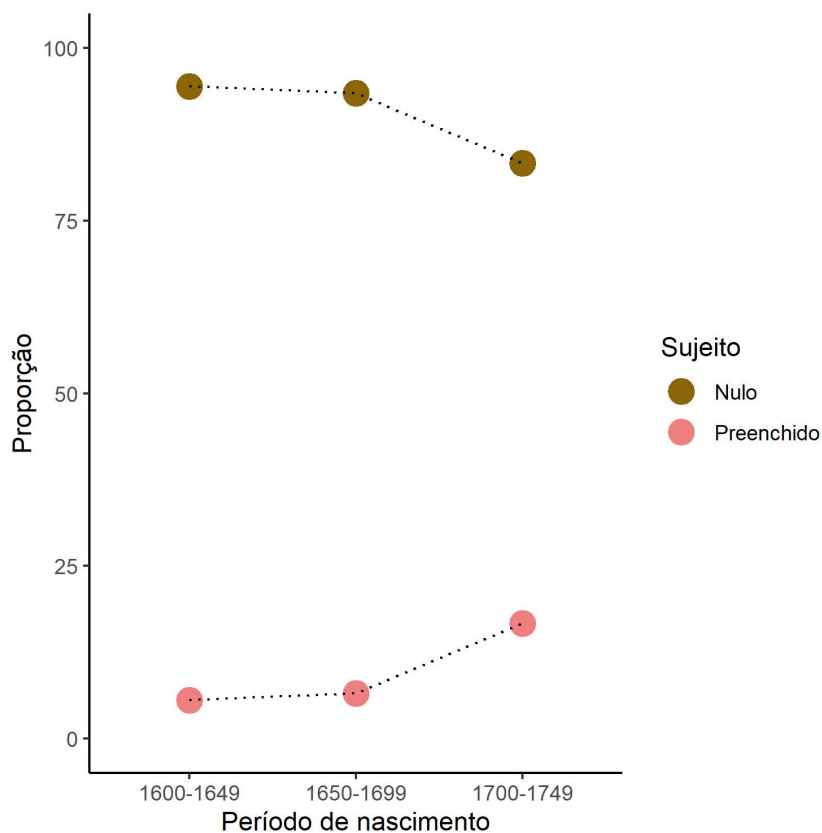
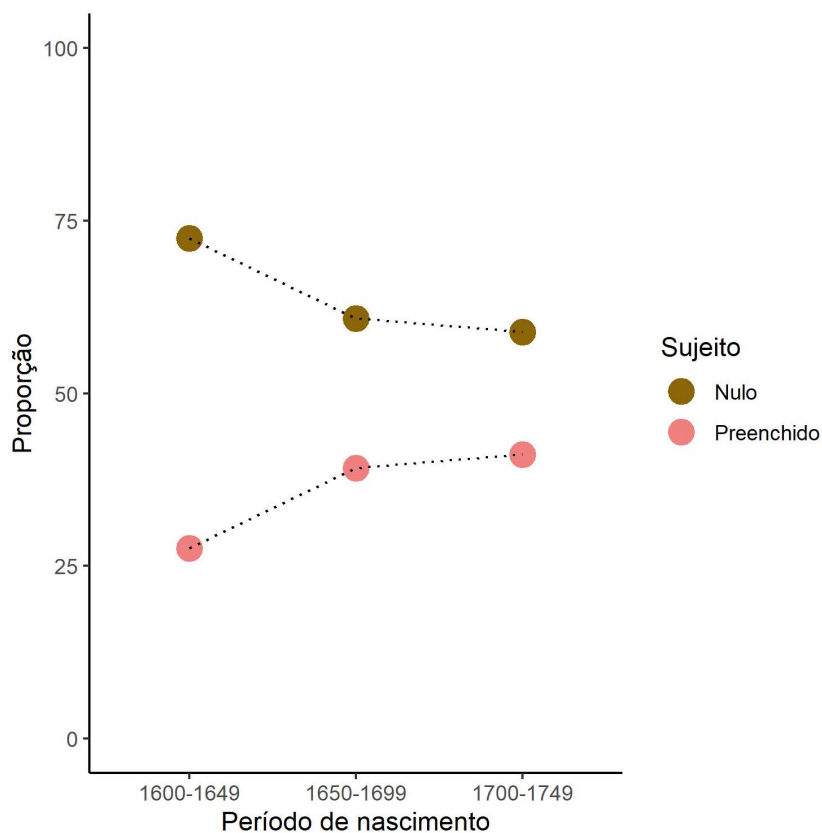


Tabela 6.68 – Sujeito Nulo x preenchido em sentenças completivas 3ª pessoa - brasileiros

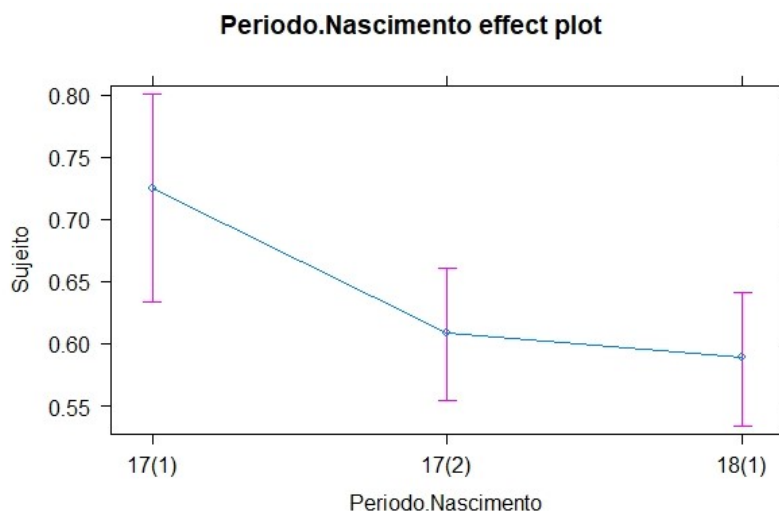
	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	79 (72%)	30 (28%)	109 (14%)
1650-1699	196 (61%)	126 (39%)	322 (43%)
1700-1749	189 (59%)	132 (41%)	321 (43%)
			752 (100%)

Figura 6.40 – Sujeito Nulo x Preenchido em sentenças completivas 3ª pessoa em brasileiros por período de nascimento



Nas sentenças completivas, a tendência encontrada é idêntica à encontrada nas sentenças matrizes: o percentual de apagamento do sujeito é maior quando a morfologia verbal é de 1ª pessoa, com tendência de queda apenas entre os nascidos na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII (93% x 83%), porém com a predominância do sujeito nulo. Já com a morfologia de 3ª pessoa, a tendência é maior preenchimento do sujeito (28% x 41%). Os dados nas orações completivas com a morfologia de 3ª pessoa por período de nascimento são estatisticamente significativas ($\beta = -0.526$, 95% CI, p-valor < 0,05, para os nascidos na segunda metade do século XVII e $\beta = -0.609$, 95% CI, p-valor < 0,01), como podemos ver no gráfico abaixo.

Figura 6.41 – Probabilidade da ocorrência de sujeitos nulos em completivas por período de nascimento



De maneira geral, há um desfavorecimento à ocorrência de sujeitos nulos com a morfologia de 3ª pessoa, que se mantém e se intensifica (p -valor < 0,01) entre os nascidos no século XVIII. Assim, podemos concluir que o uso de sujeitos nulos em completivas é mais produtivo quando a morfologia verbal é de 1ª pessoa e que essa “produtividade” cai quando o verbo está na terceira pessoa.

Com relação às orações adjuntas, foram localizados 38 dados: 5 entre os portugueses e 33 entre os brasileiros.

Sujeito Nulo

- (102) a. E ficou vencido porque quando **chegou** a votar já estava vencido com os três votos uniformes de que se pagasse ao dito salva a terça de Sua Majestade (va_Pereira, 1710).
- b. Nada basta porque o requerimento sobre se fabricar moeda não me respondem mais os ministros e secretário quando lhe **falo** que a matéria é grave e necessita de ponderação (va_Magalhães, 1670).
- c. Estando tempo bastante na cidade de Oeiras, refizeram os criadores do Piauí várias queixas das injustiças que padeciam quando **traziam** os seus gados a esta cidade, porque os marchantes sobre lhes tomarem pelo preço, que queriam, ainda esse mesmo lhe não pagavam, (va_Silva, 1725).

Sujeito lexical

- (103) a. E por esta forma vem a ser o dito pagamento de cem mil cruzados cada ano com que fica contribuindo esta cidade, seu termo mais vilas e Capitania pertencentes a mesma Cidade da Bahia por conta dos sobreditos três milhões lançados nela, com declaração, que quando *as contribuições apontadas, e acima referida excedam* a quantia dos vinte e novecentos cento, e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis réis, que tocam a esta Cidade pagar em cada um dos trinta anos ficará sendo todo o mais rendimento dos gêneros em que ficam lançados, por conta da maior quantia dos oitocentos e setenta e cinco contos de réis, a que fica obrigado, (va_Silveira, 1720).
- b. E porque sendo as conveniências de se conservar a infantaria recíprocas entre um e outro povo não era desproporcionados terem aqueles moradores o encargo de concorrerem com as farinhas necessárias neste tempo por menos de que ordinariamente valem quando *os desta cidade o têm* de satisfazerem as despesas precisas do sustento da dita infantaria pelos tributos impostos em seus frutos e dos contratos aplicados para o dito sustento (va_Vasconcelos, 1672).

Tabela 6.69 – Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas finitas

	Nulo	Preenchido	TOTAL
Portugueses	1 (20%)	4 (80%)	5 (100%)
Brasileiros	26 (79%)	7 (21%)	33 (100%)

Figura 6.42 – Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas finitas - portugueses

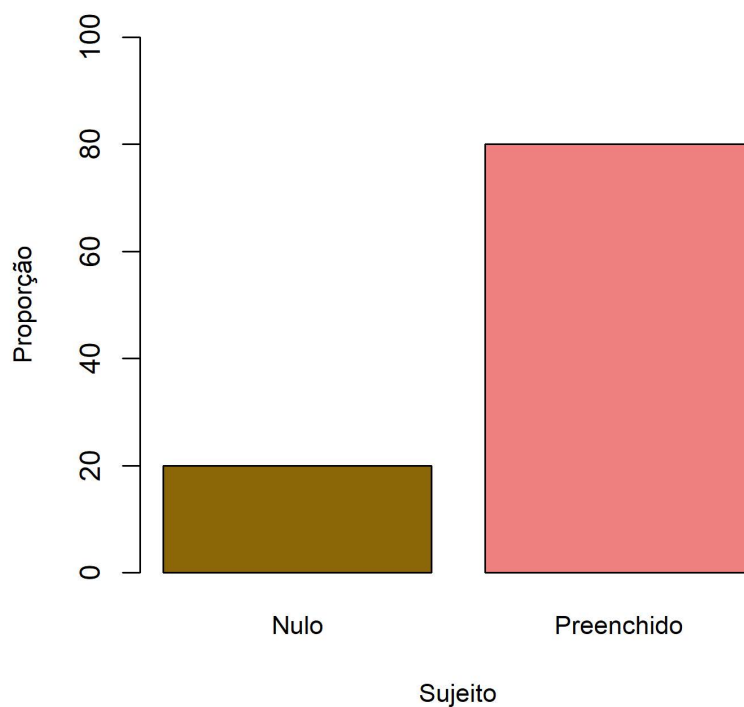
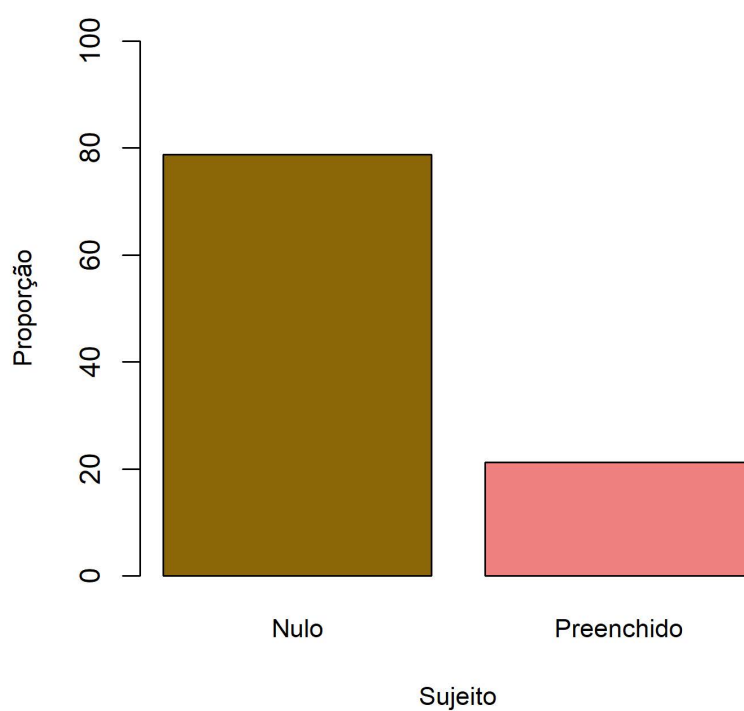


Figura 6.43 – Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas finitas - brasileiros



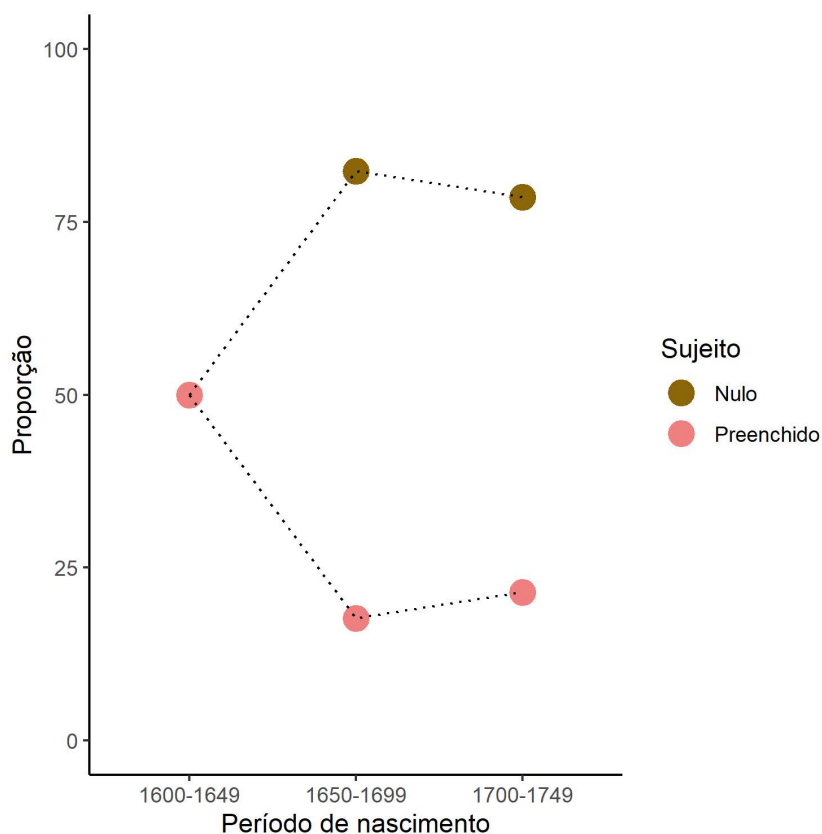
Os grupos se comportam de modo distinto: os portugueses tendem a preencher o sujeito enquanto os brasileiros tendem a apagá-lo. Os dados encontrados apontam para um ambiente propício para ocorrência de sujeitos nulos entre os brasileiros.

Agrupando os dados dos brasileiros por período de nascimento, a proporção entre sujeitos nulos (50%) e preenchidos (50%) é idêntica entre os nascidos na primeira metade do século XVII, tendência que muda entre os nascidos na segunda metade do mesmo século (82% nulos x 18% preenchidos) e se mantém entre os nascidos no século XVIII (79% sujeitos nulos x 21% sujeitos preenchidos), como podemos ver no gráfico e tabela abaixo:

Tabela 6.70 – Sujeito Nulo x preenchido em adjuntas por período de nascimento - brasileiros

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	1 (50%)	1 (50%)	2 (100%)
1650-1699	14 (82%)	3 (18%)	17 (100%)
1700-1749	11 (79%)	3 (21%)	11 (100%)

Figura 6.44 – Sujeito Nulo x Preenchido em adjuntas por Período de nascimento - (brasileiros)



No *corpus* analisado, os valores encontrados seguem o comportamento descrito por Ferreira (2000) de que as sentenças adjuntas são ambientes de realização de sujeito nulo também

PB, já que nesse contexto PE e PB não diferem.

No que concerne às orações relativas, foram localizadas 1811 ocorrências, das quais 262 entre os escrivães portugueses e 1549 entre os escrivães brasileiros.

Tabela 6.71 – Sujeito Nulo x preenchido em relativas

	Nulo	Preenchido	TOTAL
Portugueses	162 (62%)	100 (28%)	262 (100%)
Brasileiros	1028 (66%)	521 (34%)	1549 (100%)

Figura 6.45 – Sujeito Nulo x Preenchido em portuguesas nas sentenças relativas

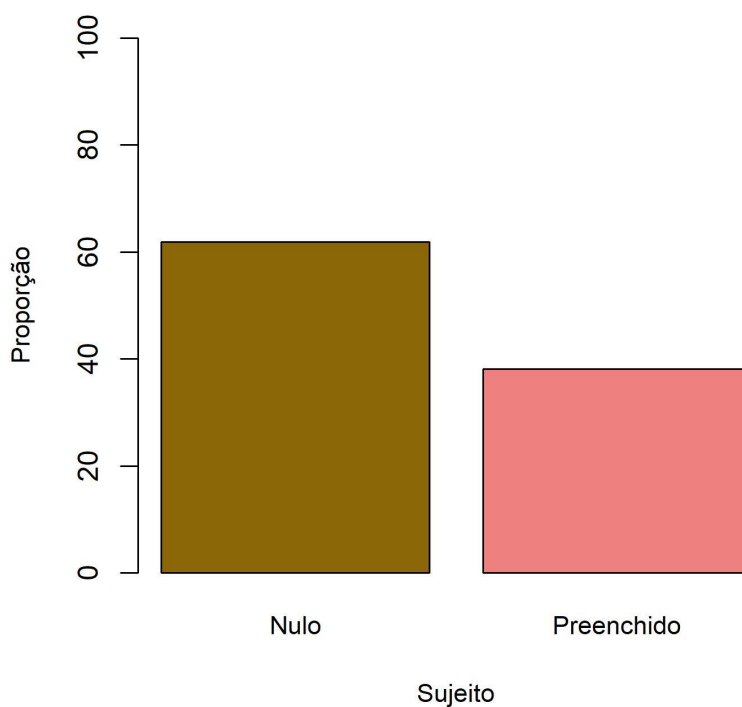
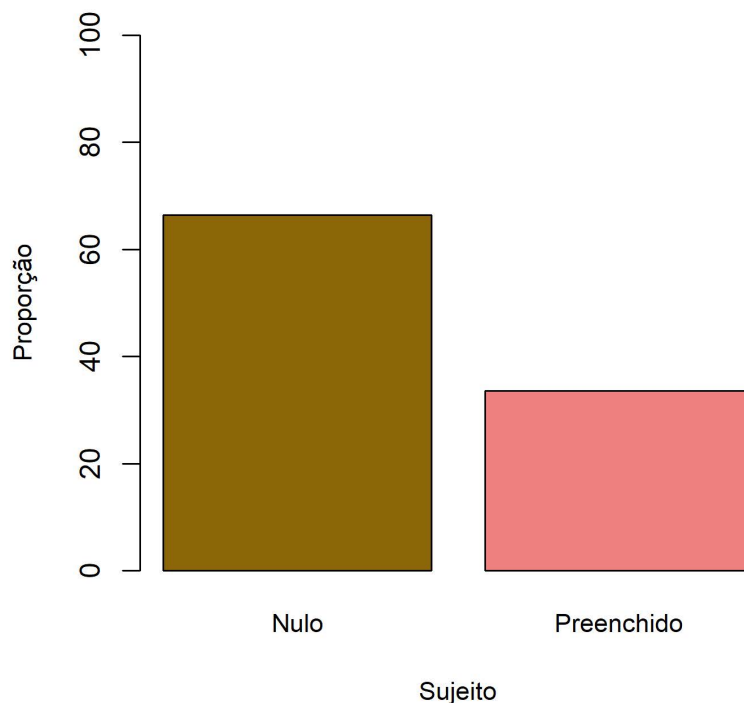


Figura 6.46 – Sujeito Nulo x Preenchido em brasileiros nas sentenças relativas

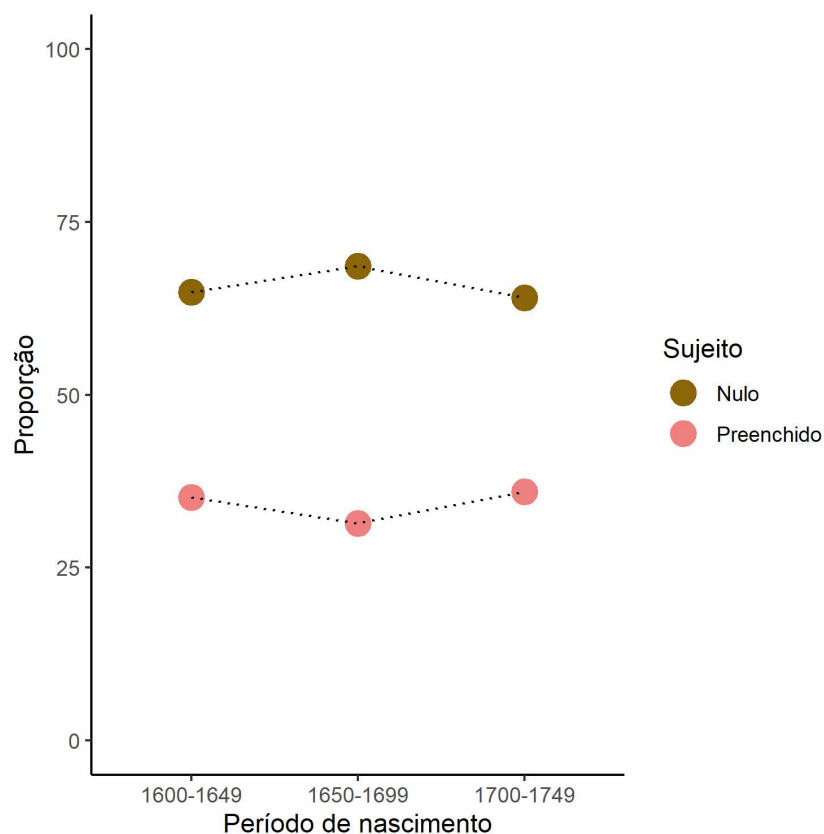


O comportamento é bastante semelhante em ambos os grupos: maior percentual de sujeitos nulos (66% brasileiros x 62% portugueses). Como Ferreira (2000) aponta, o PB tem restrição sobre o uso de sujeitos nulos no interior de ilhas fortes, como orações relativas. Por isso, com o objetivo de verificar se há uma mudança nos padrões encontrados nesse ambiente sintático, os dados foram agrupados por período de nascimento.

Tabela 6.72 – Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento - brasileiros

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	205 (65%)	111 (35%)	316 (50%)
1650-1699	501 (68%)	229 (31%)	730 (100%)
1700-1749	322 (64%)	181 (36%)	503 (100%)

Figura 6.47 – Sujeito Nulo x Preenchido em brasileiros nas sentenças relativas



As orações relativas no *corpus* analisado tendem a ser um ambiente de sujeitos nulos. A proporção de sujeitos nulos é muito semelhante entre os nascidos no século XVII e XVIII. A partir dos dados, ainda não é possível notar a tendência de preenchimento do sujeito nas orações relativas, como apontado por Figueredo Silva (1996), Rodrigues (2004) e Ferreira (2004). Ainda assim, separei as sentenças por pessoa verbal.

Tabela 6.73 – Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 1ª pessoa

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	88 (94%)	6 (6%)	94 (100%)
1650-1699	176 (98%)	4 (2%)	180 (100%)
1700-1749	43 (100%)	0 (0%)	43 (100%)

Figura 6.48 – Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 3ª pessoa

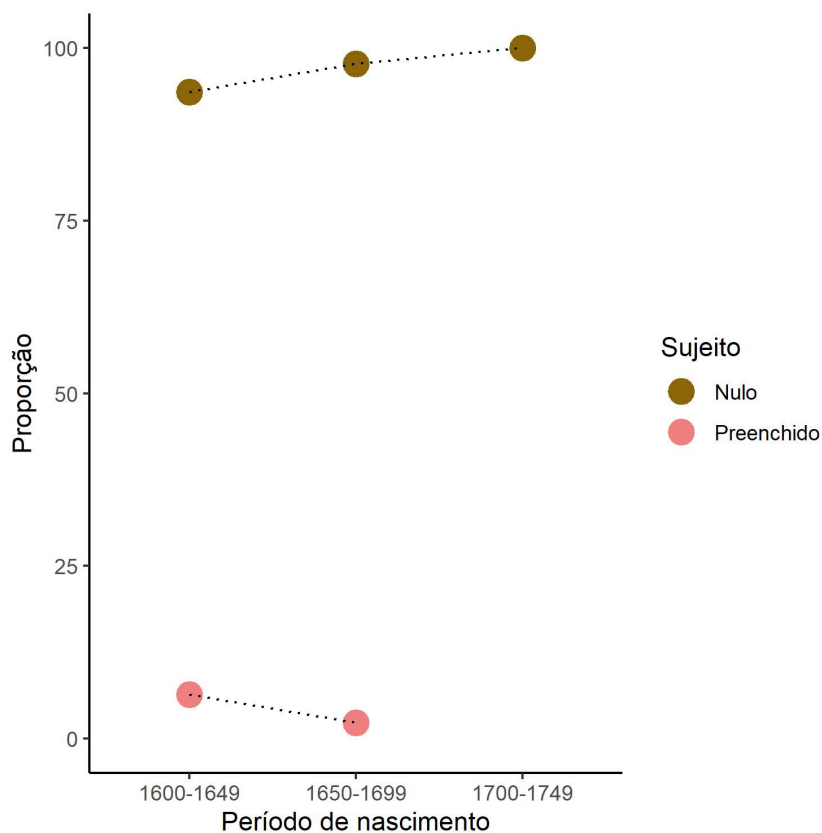
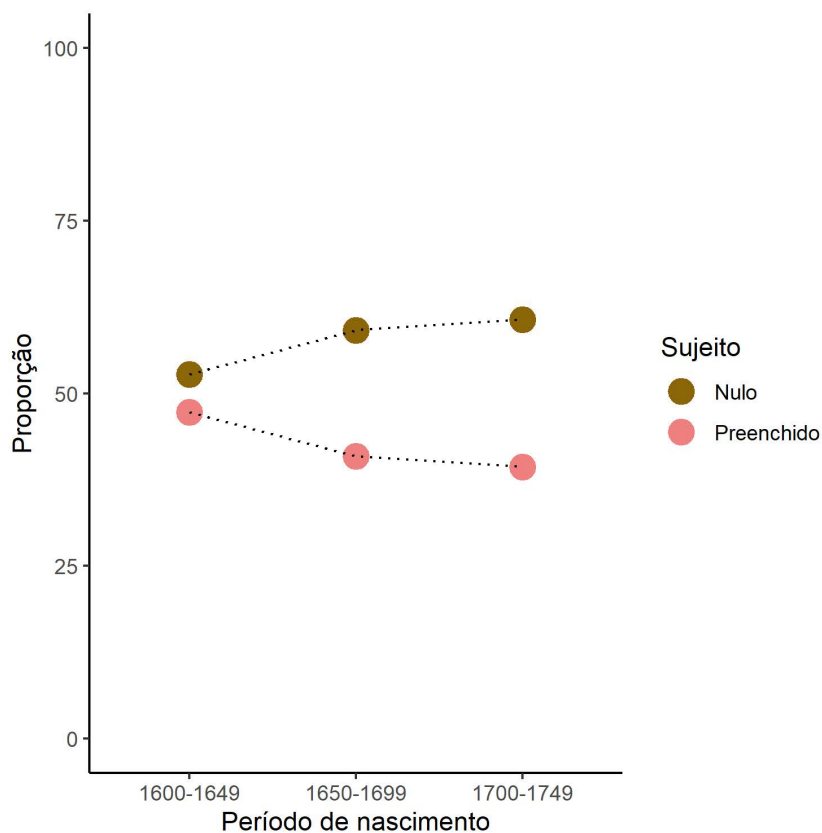


Tabela 6.74 – Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 3ª pessoa

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	117 (53%)	105 (47%)	222 (100%)
1650-1699	325 (59%)	225 (41%)	550 (100%)
1700-1749	279 (60%)	181 (40%)	460 (100%)

Figura 6.49 – Sujeito Nulo x preenchido em relativas por período de nascimento – brasileiros – 3ª pessoa



Ao analisar separadamente as pessoas verbais, vemos uma tendência ao apagamento do sujeito com a 1ª pessoa, configurando-se um contexto categórico para ocorrência de sujeitos nulos. Já para a 3ª pessoa, apesar de haver uma maior tendência ao preenchimento do sujeito, os sujeitos nulos ainda são bastante produtivos, inclusive ocorrendo em maior proporção ao longo dos séculos.

Nesta investigação, observamos as seguintes tendências: maior preenchimento do sujeito nas orações completivas, quando comparadas às orações adjuntas e relativas; assimetria entre a 1ª e a 3ª pessoas tanto nas completivas quanto nas relativas. Como não há uma investigação exhaustiva sobre o sujeito nulo no PCI, é necessário olhar para outros dados do mesmo período a fim de verificar de que modo o PB e o PE se afastam ou convergem em relação à omissão do sujeito.

Desse modo, se faz necessário uma investigação mais completa a fim de descobrir e entender os padrões encontrados no PCI, com o propósito de entender as divergências entre o PB (com o contexto mais restrito para ocorrências do sujeito nulo) e PE (com o contexto mais livre).

6.4.2 Objeto nulo: descrição dos dados

Do ponto de vista diacrônico são poucos os pesquisadores que se debruçaram sobre o fenômeno do objeto nulo. Segundo Cyrino (1994; 1997), o objeto nulo sempre foi possível no português, havendo uma mudança nos casos encontrados ao longo dos séculos, porém o estatuto do objeto nulo, no PB, difere de outras línguas, como discutimos no capítulo 04. Diacronicamente, uso de clíticos vai cedendo espaço para o uso de objetos nulos e formas pronominais plenas. Cyrino (1994; 1997) aponta que já no século XVI havia a possibilidade de usar ou não o clítico neutro e que a partir do século XX há uma preferência pela elipse do objeto.

No *corpus*, foram analisadas 956 sentenças: 801 em escritvães brasileiros e 155 em escritvães portugueses. Como apontado em 6.1, apenas considerei para cálculo, as possibilidades de realização da posição de objeto direto com o uso de um clítico acusativo, com o uso da categoria vazia *pro* e também com o uso do pronome pleno de terceira pessoa *ele*.

Abaixo, apresento alguns exemplos de sentenças com objetos nulos.

Tabela 6.75 – Objeto Nulo x preenchido

	Nulo	Preenchido	TOTAL
Portugueses	0 (0%)	154 (100%)	155 (19%)
Brasileiros	34 (4%)	767 (96%)	801 (100%)

Figura 6.50 – Objeto Nulo x preenchido em portugueses

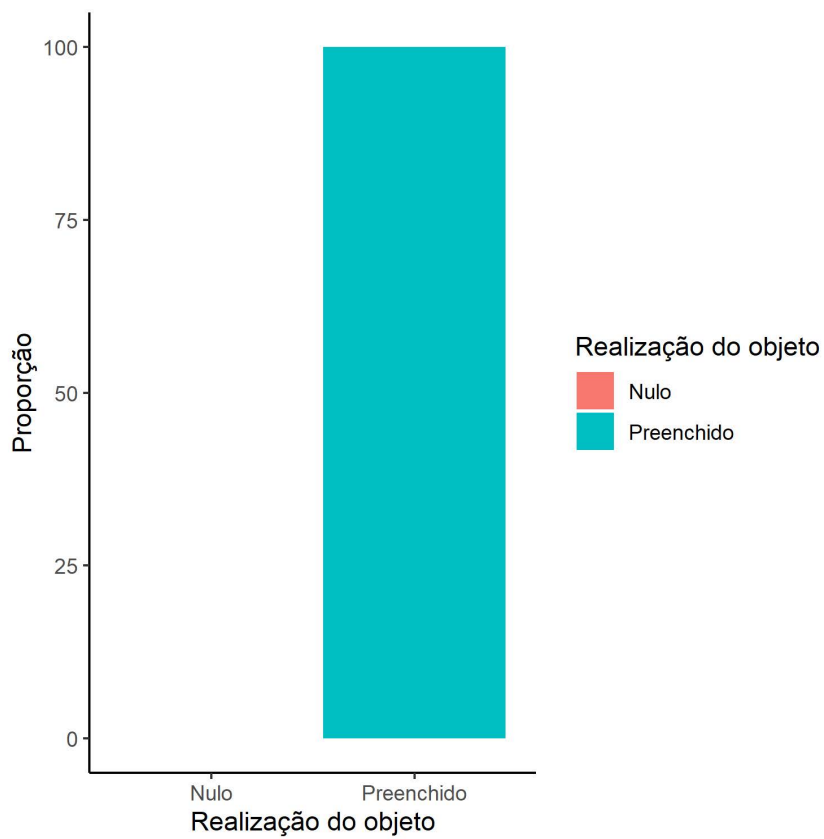
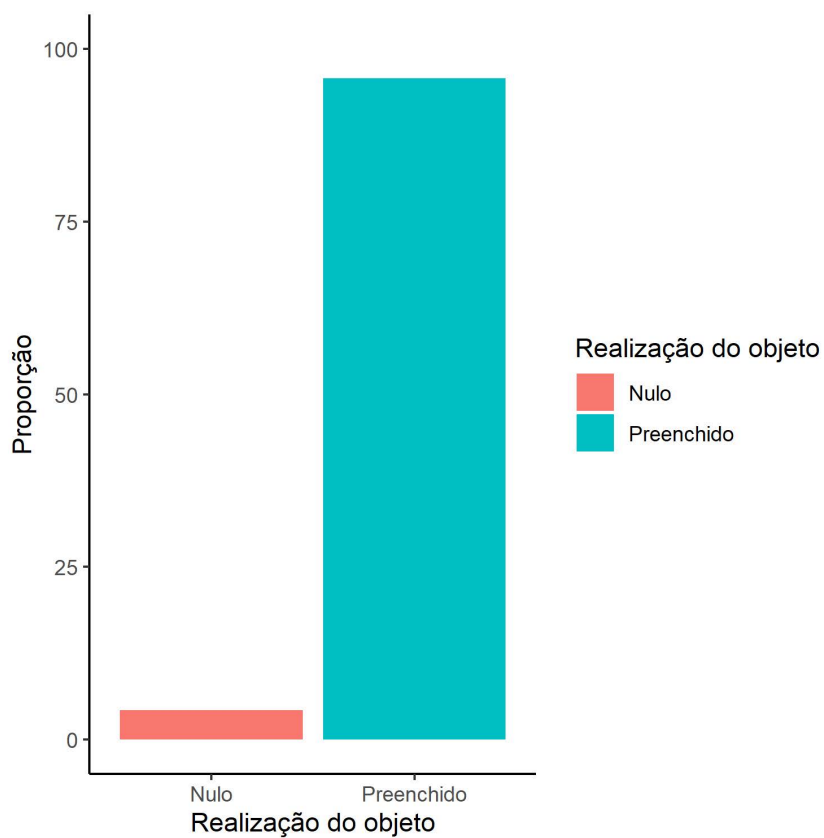


Figura 6.51 – Objeto Nulo x preenchido em brasileiros



Brasileiros**Objeto nulo**

- (104) a. Logo eles que o possuem devem pagar [] (va_Araújo, 1610).
- b. Eu Rui de Carvalho Pinheiro Escrivão da Câmara o fiz escrever, e [] sobrescrevi (va_Pinheiro, 1602).
- c. Estava livre do escrúpulo de haver que presumisse [] (va_Carneiro Filho, 1670).
- d. Logo entreguei [] (va_Magalhães, 1670).
- e. À vista desta resposta escusou-se o requerimento como se vê dele mesmo que remeteu [] (va_Azevedo, 1720).
- f. E saiu a carne pelo preço de quinhentos e sessenta por não haverem criadores que quisessem baratear [] (va_Silveira, 1720).
- (105) a. E logo mandaram eles vereadores fazer este termo e declarar ter saído no dia sete do corrente mês a carne pelo preço de quatrocentos réis arroba por assim [] baratearem os criadores (va_Silveira, 1720).
- b. E que a condição novamente imposta por eles marchantes dos vinte dias de espera, depois de completo o termo de seus ajustes, se estender no termo de arrematação, porque ele dito ministro, vereadores, e procurador lhe aceitavam, e aprovavam [] (va_Silva, 1725).
- c. Aprovou [] (va_Silveira, 1720).

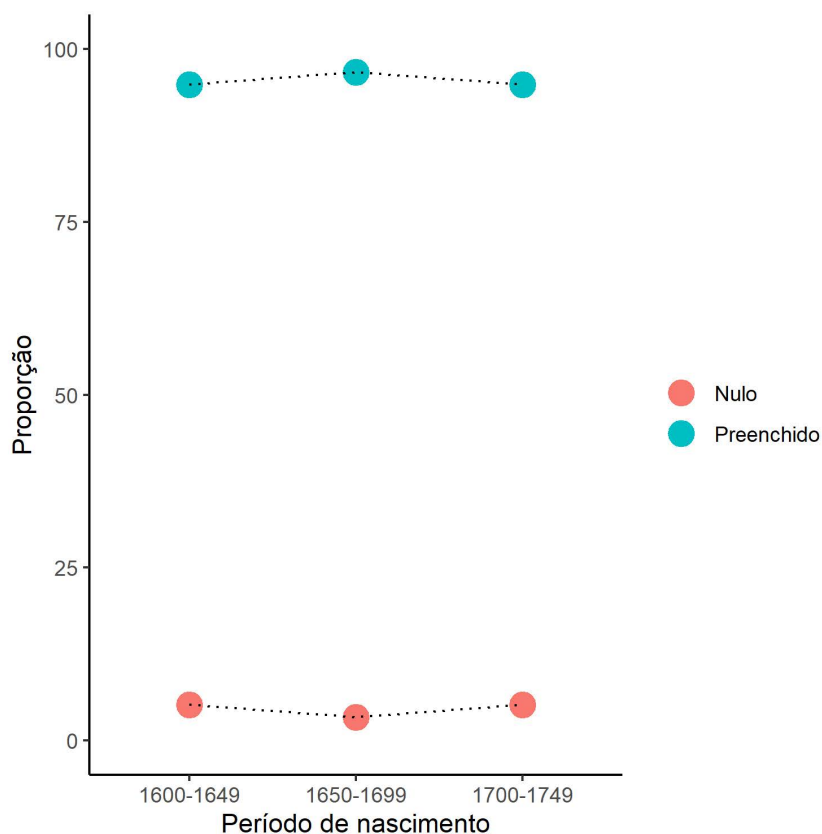
Tabela 6.76 – Objeto Nulo x preenchido em portugueses por período de nascimento

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1550-1599	0 (0%)	35 (100%)	35 (100%)
1600-1649	0 (0%)	119 (100%)	119 (100%)

Tabela 6.77 – Objeto Nulo x preenchido em brasileiros por período de nascimento

	Nulo	Preenchido	TOTAL
1600-1649	9 (5%)	186 (96%)	195 (100%)
1650-1699	13 (3%)	377 (97%)	390 (100%)
1700-1749	11 (5%)	204 (95%)	215 (100%)

Figura 6.52 – Objeto Nulo x preenchido em brasileiros por período de nascimento



Nos dados analisados, a ocorrência de objetos nulos, ainda que seja marginal, é muito mais forte entre brasileiros do que entre portugueses. Entre os brasileiros, o percentual de objetos nulos encontrado não passa dos 5%, valor que se mantém entre ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Nos exemplos listados, há vários contextos de variação que são próprios de partes formulaicas das cartas ou atas. É interessante notar que mesmo sendo um contexto pouco propício para observar questões de variação linguística, as partes formulaicas, no caso do fenômeno do objeto nulo, evidenciam um contexto de variação que aparece entre os nascidos na segunda metade do século XVII e que se mantém entre os nascidos no século XVIII.

Desse modo, os resultados encontrados apontam para o aparecimento das formas de objeto nulo, dando sinais de uma gramática brasileira, em que o objeto pronominal tende a ser apagado.

6.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Finalizo este capítulo de descrição, resumindo os possíveis padrões sintáticos da escrita de brasileiros no/do século XVII e XVIII:

1) Efeito V2

Os brasileiros nascidos no século XVII, assim como os portugueses, têm como padrão uma gramática V2 flexível, própria do PCI. Essa gramática instanciava construções de inversão de modo generalizado, não se restringindo às construções inacusativas, por exemplo. A posição pré-verbal não era restrita ao DP sujeito, sendo possível o fronteamto de inúmeros constituintes. Por ser uma gramática V2 flexível, é possível encontrar sentenças nas ordens V1 e V>2.

A partir do século XVIII, há mudanças significativas nessa gramática. A possibilidade de inversão do sujeito com verbos transitivos perde espaço. Parece haver uma restrição do licenciamento dessas construções, que passam a ser mais produtivas com verbos inacusativos, como aponta a análise de regressão logística. Desse modo, podemos afirmar que a gramática instanciada entre os brasileiros nascidos no século XVIII já não é a mesma gramática do século XVII.

Ainda no século XVIII, à diferença do que acontece com o PE, não há um número maior de sentenças com sujeitos pré-verbais. Isso parece se dever à questão do tipo textual analisado (como também aponta o teste estatístico de regressão). Por isso, é importante estar atento às idiosincrasias ligadas às tipologias textuais que possam a vir integrar quaisquer corpora, pois certo tipo textual pode favorecer ou desfavorecer uma ou outra estrutura sintática. Pontuei inicialmente o fato de os tipos textuais que compõem o corpus serem fruto de uma dupla ação: de um lado são guiados pelas fórmulas descritas nas Ordenações Filipinas e Manuelinas e por outro são fruto do *modus scribendi* de cada escrivão. No caso das atas, parece que as fórmulas descritas nas Ordenações Filipinas e Manuelinas pesaram para orientar o uso de VS em detrimento à SV. Por fim, há uma tendência de queda nas sentenças com V2 e V1 e um aumento nas sentenças com V>2.

2) Colocação de clíticos

O padrão de colocação de clíticos é proclítico, típico do PCI. As diferenças encontradas em relação ao padrão do PCI são: a ocorrência de próclise em sentenças V1 – em um percentual maior do que os casos de ênclise – maior percentual de próclise nas sentenças em que há uma oração dependente fronteada. Os dados analisados apontam para um processo de diferenciação que começa já no século XVII e se mantém no século XVIII.

Seguindo a análise de Galves, Torres Morais e Ribeiro (2005), há evidências de que nos textos escritos por brasileiros a restrição não inicial, ativa no PCI, começa a se perder. De fato, apesar de se assemelhar à gramática clássica, o português escrito no Brasil por brasileiros nascidos nos séculos XVII e XVIII já deixa saliente um dos aspectos definidores da gramática

brasileira: a próclise generalizada.

Nas construções com predicados complexos, o padrão encontrado é o de construções com alçamento de clíticos, compatíveis com a gramática do PCl. Porém, já é possível encontrar um padrão de colocação em que os clíticos estão afixados encliticamente ao verbo finito, mais característico da gramática do PE. Há, no entanto, apenas um dado cujo padrão é característico da gramática do PB, em que os clíticos estão afixados procliticamente ao verbo lexical que lhe atribui papel temático.

A análise da interpolação é importante para testar a hipótese levantada nesta tese – seguindo Ribeiro (1998) e Galves (2007) – de que a gramática que está na base do PB, não é o PE. A interpolação é bastante produtiva entre os brasileiros e portugueses, com os padrões de interpolação da negação e de XPs compatível com o PCl. Desse modo, a hipótese de que o PB não muda em relação ao PE é confirmada.

3) Argumentos nulos

O sujeito nulo é bastante produtivo e os percentuais encontrados se assemelham aos encontrados por Galves e Paixão de Sousa (2018) para o período clássico no Corpus Tycho Brahe. Do ponto de vista temporal, há diferenças entre os brasileiros nascidos na no século XVII e XVIII, havendo uma queda paulatina no uso sujeitos nulos nas sentenças matrizes.

A gramática instanciada entre os brasileiros no nosso corpus: (i) apresenta sujeitos nulos mais produtivos com a morfologia de 1ª pessoa tanto em sentenças matrizes quanto nas completivas e relativas; (ii) parece restringir o sujeito nulo com a morfologia de 3ª pessoa nas orações completivas, como apontado pelo teste de regressão logística; (ii) licencia sujeitos nulos nas sentenças adjuntas finitas.

Os objetos nulos são ainda periféricos nessa gramática, mas com dados que evidenciam a ocorrência de objetos nulos tal como acontece no PB: com leitura referencial. No próximo capítulo, discuto qualitativamente os dados, contrastando-os com outras pesquisas.

7 A DINÂMICA DO PORTUGUÊS CLÁSSICO NO BRASIL

Neste capítulo, a partir das propriedades nucleares (HOLMBERG, 2015) e correlatas ligadas ao efeito V2 (COGNOLA, 2013) tento fazer um duplo movimento: por um lado, busco trazer evidências de que a gramática que chegou ao Brasil – a língua das caravelas – é uma gramática V2 flexível compatível com as propriedades do PCI e, por outro lado, tento mostrar que, a partir do século XVIII, as propriedades empíricas e correlatas de uma gramática V2 não estão mais vigentes na colônia, sendo possível vislumbrar a emergência de uma gramática brasileira.

Para estabelecer se a gramática que chegou ao Brasil é uma gramática V2 flexível compatível com o PCI e também para estabelecer até quando as propriedades dessa gramática estão vigentes, analiso as propriedades nucleares do efeito V2, como listado no capítulo 02: alçamento do verbo para a periferia esquerda e não especificação do campo pré-verbal e também as propriedades derivadas das propriedades nucleares como inversão do sujeito, colocação e posição dos clíticos; assimetria matriz e subordinada e a presença de argumentos nulos.

Portanto, com base nos dados dos brasileiros nascidos no século XVII, analiso as evidências empíricas para determinar qual a gramática que chegou ao Brasil no século XVI. Para tanto, contrasto os dados desta tese com os trabalhos já desenvolvidos no âmbito do Projeto Tycho Brahe; e, partindo dos dados dos brasileiros nascidos no século XVIII, busco evidências da emergência de uma gramática Brasileira. Para isto, comparo os dados analisados com trabalhos de Berlinck (1988), Pagotto (1992), Carneiro (2005), Pilatti (2004; 2006), Martins (2009), Gravina (2014) e Cardoso (2020).

7.1 EVIDÊNCIAS DE UMA GRAMÁTICA CLÁSSICA NO BRASIL

No capítulo anterior, apresentei os dados que apontam que a ordem V2 é a mais frequente no português escrito por brasileiros nascidos no século XVII e XVIII nas orações matrizes. Agora, contrasto os dados encontrados com os apresentados por Galves (2020) sobre as ordens V1, V2, V3 em sentenças matrizes no *Corpus Tycho Brahe* cruzando as informações com a posição do sujeito e sujeito nulo.

Figura 7.1 – A distribuição de V1, V2 e V3 em sentenças matrizes no PCI (Galves, 2020)

	VS	SV	Null subjects	TOTAL	
V1	1477	/	936	2413	28%
V2	1417	1388	2356	5161	59%
V3	361	524	256	1141	13%
TOTAL	3255	1912	3548	8715	100%

Tabela 7.1 – V1, V2 e V>2 em sentenças matrizes em brasileiros por período de nascimento

		VS	SV	Sujeito Nulo	TOTAL	
1600-1649	V1	17	-	43	60	21%
	V2	40	37	108	185	66%
	V>2	9	11	17	37	13%
	Total	66 (23%)	48 (17%)	168 (60%)	282	100%
1650-1699	V1	63	-	128	191	21%
	V2	171	105	320	596	65%
	V>2	22	59	52	133	14%
	Total	256 (28%)	164 (18%)	500 (54%)	920	100%
1700-1749	V1	52	-	98	150	16%
	V2	248	45	262	555	60%
	V>2	113	34	79	226	24%
	Total	413 (44%)	79 (8%)	439 (47%)	931	100%

Os dados apresentados por Galves (2020) mostram que o percentual de sentenças com o verbo em segunda posição é de 59%, valor próximo ao descrito nos dados dos brasileiros (66% x 65% x 60%). As sentenças com verbo em primeira posição apresentam um percentual um pouco maior nos dados do Corpus Tycho Brahe, 28%, em contraste com os achados nesta pesquisa (21% x 21% x 16%), que além de apresentarem um percentual menor, também apresentam tendência de queda no século XVIII. As sentenças V>2 aparecem com o percentual bastante similar, 13%, exceto entre os brasileiros nascidos no século XVIII.

Ao investigar os dados para a posição do sujeito, encontramos percentuais um pouco mais diferentes. No Corpus Tycho Brahe, os dados de sujeitos pós-verbais somam 37% (23% x 28% x 44%, brasileiros), os sujeitos pré-verbais, 22% (17% x 18% x 8%, brasileiros) e os sujeitos nulos 41% (60% x 54% x 47%, brasileiros).

Uma das vantagens de ter um *corpus* anotado sintaticamente é a replicabilidade. Por isso, Galves (2019) investigou os percentuais de V1, V2 e V3 no *Corpus Post Scriptum*¹, a fim de ampliar a discussão e testar a hipótese V2 para o PCI com textos de natureza diferente.

Figura 7.2 – A distribuição de V1, V2 e V3 em sentenças matrizes no PCI (*Corpus Post Scriptum*)

	VS	SV	Null Subjects	TOTAL	
V1	43	/	96	139	20%
V2	66	155	228	449	66%
V3+	13	74	4	91	13%
TOTAL	122 (18%)	229 (34%)	328 (48%)	679	100%

Fonte: Galves(2019)

Os dados encontrados por Galves (2019) no *Corpus Post Scriptum* mostram que o percentual de sentenças com o verbo em segunda posição é de 66%, seguido das sentenças com verbo em primeira posição (20%) e em terceira posição (13%). Olhando para a posição do sujeito, os percentuais são 18% de sujeitos pós-verbais, 34% de sujeitos pré-verbais e 48% sujeitos nulos. Os dados (figura 7.2) sugerem que os autores das cartas familiares do *Corpus Post Scriptum* possuem a mesma gramática V2 flexível dos autores dos textos literários do *Corpus Tycho Brahe*, porém com um uso maior da ordem SV.

Embora os *corpora* contenham tipologias textuais diferentes, todos fornecem argumentos empíricos para a existência de uma gramática do tipo V2 “flexível” nos séculos XVI e XVII em Portugal. Além disso, os dados dos brasileiros apontam que a gramática que chegou ao Brasil com os portugueses parece ser uma gramática V2 “flexível”.

Contrastando especificamente os dados sobre a expressão do sujeito nos diferentes *corpora* a partir da tabela acima, também vemos um comportamento bastante semelhante: um percentual alto de sentenças com sujeito nulo, seguido da ordem XVS e, por fim, a ordem SV(X).

Como apontado na literatura (PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES, BRITTO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005; NAMIUTI, 2008; ANDRADE, 2010; GIBRAIL, 2010; ANTONELLI, 2011; GALVES, PAIXÃO DE SOUSA, 2017), o século XVIII assinala o início do sistema gramatical

¹ O Projeto P.S. (Post Scriptum) tem como finalidade recolher e publicar cartas particulares portuguesas e espanholas, escritas durante a Idade Moderna (do século XVI ao início do século XIX) por pessoas pertencentes a diferentes estratos sociais. Os documentos, na sua maioria inéditos, foram conservados como prova instrumental no interior de processos de tribunais civis e religiosos.

moderno em Portugal. Porém, não é possível dizer o mesmo para os dados dos brasileiros, pois o alto percentual de VS se mantém. Para avançar na investigação sobre até quando os padrões da gramática clássica estão vigentes entre os brasileiros, começo a examinar as duas propriedades nucleares do efeito V2: (i) o alçamento do verbo, (ii) seguindo do fronteamento de um constituinte arbitrário. Iniciamos com análise dos dados do século XVII.

7.1.1 O efeito V2

Como vimos no capítulo 03, o efeito V2, segundo Holmberg (2015), é fruto de dois requisitos: alçamento do verbo para a periferia esquerda e o deslocamento de um constituinte de natureza qualquer para a posição de especificador. A questão sobre o local de pouso do verbo, ou seja, saber se o verbo se moveu para determinada posição, pode ser medida, entre outros, a partir da posição dos advérbios e do fronteamento de objeto que, conseqüentemente, levam à inversão do sujeito e ao alçamento do verbo. Portanto, analisar tais evidências empíricas pode nos apontar a perda do efeito V2 no português escrito por brasileiros ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Como aponta Pollock (1989), a posição dos advérbios pode ser um bom diagnóstico para a subida do verbo. Porém, nem todo advérbio serve para isso. Como os advérbios monossilábicos baixos e advérbios de modo são elementos que marcam a fronteira à esquerda de VP (GALVES, 1994; COSTA, 2004; TESCARI NETO, 2013; 2015; 2019), apenas esses podem ser usados para definir a posição do sujeito e a subida do verbo.

Nos dados analisados, há advérbios de VP que aparecem fronteados em construções típicas de línguas V2 (HOLMBERG, 2015), e também há advérbios que aparecem linearmente à esquerda de sujeitos pospostos, o que indica que o sujeito permanece em SpecVP. É importante distinguir essas ocorrências pois, como bem aponta Antonelli (2011), se o sujeito está linearmente à direita ou à esquerda de um advérbio baixo, então, é possível distinguir diferentes posições ocupadas pelo sujeito.

- (1) a. **Estão** moralmente certos *estes moradores* das grandes prerrogativas que em Vossa Senhoria respondessem (va_Aragão, 1630).
- b. **Adoceu** gravemente *o dito Juiz* (va_Couros Filho, 1670).
- c. e assim o **pedem** a Vossa Majestade humildemente, *os nobres, os populares, e em nome de todos, os vereadores* (va_Couros Filho, 1670).

Nos exemplos (1a), (1b) e (1c) há evidência de que os sujeitos pós-verbais permanecem

na sua posição de base, SpecVP. Não há evidências, nos dados do século XVII, de que os sujeitos se movem para uma posição externa ao VP, pousando, possivelmente, em SpecTP. Para Antonelli (2011), Galves e Paixão de Sousa (2017) e Galves e Gibrail (2018), as diferentes posições do sujeito estariam associadas a diferentes interpretações pragmático-discursivas – ou seja, estar em SpecVP ou em SpecTP possibilita diferentes leituras. Porém, não encontramos evidências de que haja duas posições disponíveis na gramática dos brasileiros nascidos no século XVII.

Por isso, analiso se as ocorrências dos sujeitos pós-verbais têm a mesma interpretação que no PCI, dado que, para Galves e Gibrail (2018) (quadro 7.2), as ordens possíveis do sujeito em construções transitivas no PCI diferem do que Costa (2004:79-80) descreve para o PE. Portanto, a posição do sujeito é reveladora não apenas da subida do verbo para a periferia esquerda da sentença mas também da relação sintaxe-discurso, visto que os sujeitos pré-verbais ocupam a mesma posição que outros XPs fronteados (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017; ANTONELLI, 2011).

Tabela 7.2 – As interpretações para SVO, VOS e VSO no PCI (GALVES; GIBRAIL, 2018)

Ordem	PCI
SVO	Não é obrigatória quando o objeto está focalizado
	Toda a sentença pode estar focalizada
VOS	O sujeito não é obrigatoriamente uma informação nova
	Sujeito pode ser interpretado como tópico
	Pode ocorrer quando nem o sujeito nem o objeto estão focalizados
VSO	Sujeito interpretado como tópico
	Toda a sentença pode estar focalizada
	Pode ocorrer quando nem o sujeito nem o objeto estão focalizados

Ao comparar os dados do PCI com Costa (2004), Galves e Gibrail (2018) chegam à conclusão de que a mudança na interpretação de sujeitos pós-verbais no PE estaria relacionada à mudança sintática que afetou a posição do verbo, que se move para Fin no PCI e que licencia também uma posição alta para os sujeitos pós-verbais. Como essa propriedade se perde no século XVIII (ANTONELLI, 2011; GALVES E PAIXÃO DE SOUSA, 2017, entre outros), a ordem VS se torna menos frequente e semanticamente mais restrita. A partir das possíveis leituras apontadas por Galves e Gibrail (2018), investigo se e até quando os mesmos requerimentos discursivos estão presentes entre nascidos no século XVII no Brasil.

Segundo Galves e Gibrail (2018), na ordem VOS, ou o sujeito não é obrigatoriamente uma informação nova – como em (2a) –, ou o sujeito pode ser focalizado, isto é, apresentar uma informação nova – como em (2b) –, ou pode ser um tópico familiar – como em (2c) –:

- (2) a. **Ficaram** líquidas *mil e quinhentas pipas* pouco mais ou menos (va_Pinheiro, 1602).
- b. [E destes] [totalmente] **ficassem** isentos *os ricos* (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. Registro de outra carta que os Oficiais da Câmara escreveram a Sua Alteza sobre os Contratadores terem posto por Condição de seus Contratos não pagarem lançamento de Tributo algum que se lhes botem de como o Provedor-mor da Fazenda deu Sentença a seu favor. Senhor, os contratadores de Vossa Alteza tem posto por condição de seus contratos não pagarem finta nem lançamento assim de dote da Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha e Paz de Holanda como nas mais; e sobre não pagarem lhes **dá** sentença o *Provedor-mor* o qual apelamos para a relação deste Estado.

Assim sendo, os dados em (2) tem a mesma interpretação do PCI, como apontado por Galves e Gibrail (2018) e divergem da interpretação dada no PE.

Na ordem VSO, os sujeitos pós-verbais podem ser considerados tópicos familiares – como em (3a) e (3b) – e não aceitam a interpretação de foco. Nessa ordem, ainda, toda a sentença pode estar focalizada – como em (3c) e em (3d):

- (3) a. [E assim] o **declarou** *o dito tesoureiro geral* que obrou ele por mandado do Provedor-mor Francisco Lamberto e que este mostrando nisso o demasiado zelo por que requeremos a Vossa Majestade nos não convinha que ele tomasse as contas do dito donativo (va_Vasconcelos, 1672).
- b. **Pagam** Senhor *os pequenos* as fintas, e contribuições para o sustento do presídio desta praça para o Donativo e Paz da Holanda e Dote da Sereníssima Senhora Rainha Grã-bretanha, que Deus guarde, (va_Carneiro Filho, 1670).
- c. A Fazenda com que nesta praça se sustenta Infantaria de sua guarnição e mais despesas de guerra, todas saem das fintas e contribuição com que este povo assiste a todas elas, o que até agora fazia com menos repugnância porque o lançamento delas abrangia a todos com menos

desigualdades do que hoje, em que são tantos *os privilegiados* que de novo se introduziram que vêm a ficar só os pobres com toda a carga [...] e repugna grandemente dar o que se lhes pedem assim de verem isentos grande número de familiares do Santo Ofício que nenhum paga coisa alguma nem o Capitão-General os obriga; [...] A estes familiares se **ajuntam** *os Oficiais Maiores de Milícia* que também se isentam de pagar o que lhes tocam de suas fazendas; e [com o mesmo privilégio] se **escusam** *os Fidalgos da Casa de Vossa Majestade, Cavaleiros das ordens militares, além do Clero e Religiões*, que não só não contribuem com coisa alguma para o serviço de Vossa Majestade sendo os mais afazendados mas ainda servem de grande diminuição às rendas de Vossa Majestade (va_Pinheiro, 1602).

- d. **Vão** *as segundas vias das cartas ditatoriais* para as filhas de João Pinheiro de Carvalho (va_Carneiro Filho, 1670).

Na ordem VSO, os sujeitos pós-verbais listados em (3) apresentam a mesma interpretação apontada por Galves e Gibrail para o PCI. Em (3a) e (3b), os sujeitos são tópicos familiares ou tópicos contínuos, pois os constituintes são D-linked, isto é, se referem a um constituinte pré-estabelecido discursivamente (FRASCARELLI; HINTERHOLZL, 2007) e se assemelham a anáfora, processo pelo qual um termo retoma a referência de um sintagma anteriormente usado na mesma frase ou no mesmo discurso.

Em (3c), o sintagma *os privilegiados* é retomado de diversos modos, pois abre uma lista apresentada por vários elementos: *Oficiais maiores de milícia; Fidalgos da casa de vossa Majestade, cavaleiros das ordens militares, além do clero e religiões*. Tal construção é interpretada como informação nova (foco informacional). A mesma interpretação é recebida por (3d). Com base nas evidências apresentadas, podemos argumentar que os brasileiros nascidos no século XVII apresentam as mesmas propriedades elencadas por Galves e Gibrail (2018). Por conseguinte, os sujeitos pós-verbais têm a mesma interpretação que no PCI.

Agora, analiso o fronteamto de objetos. Holmberg (2015), assim como Roberts (2004) e Haegeman (1996) defendem que o movimento do verbo para a periferia esquerda nas línguas V2 é um requisito formal sem motivação semântica nem pragmática. Já Galves e Paixão de Sousa (2017), como vimos no capítulo 02, argumentam que, em algumas línguas V2, o movimento do verbo e o fronteamto de um XP para a periferia esquerda dependem de requerimentos

discursivos. Este parece ser o caso do PCI.

Segundo Galves e Paixão de Sousa (2017), em línguas cujo movimento de um XP satisfaz o traço EPP de Fin, o fronteamento de XPs como requerimento formal não tem efeito interpretativo sobre o constituinte fronteado. Já em línguas como o PCI, o fronteamento de XPs é resultado de um True A-Bar Movement (TAB) (FREY, 2006) e está associado a uma interpretação contrastiva. Portanto, segundo Galves e Paixão de Sousa (2017), o fronteamento de XPs só ocorre sob condições discursivas específicas.

Segundo Light (2012), como o TAB está associado a uma interpretação contrastiva, qualquer elemento na sentença pode ser fronteado. Já o movimento formal não tem efeito pragmático/discursivo, possibilitando apenas o fronteamento do constituinte mais próximo. Como o fronteamento de objeto nas línguas V2 é uma opção marcada – uma sentença cujo objeto apareça em primeira posição só pode ser usada em um conjunto limitado de contexto – e sua ocorrência é reveladora de propriedades gramaticais do PCI (GALVES ET AL., no prelo), passamos agora a analisá-los.

Por ser uma opção marcada, a ordem OVS é bastante rara. Em nossos dados, há apenas 35 ocorrências da ordem OVS, no século XVII, o que totaliza cerca de 3% das sentenças V2. As construções de fronteamento mais comuns nos dados são aquelas em que não há a presença dos clíticos resumptivos. Esse tipo de construção é característica de línguas V2, pois são consequências do movimento do verbo para C.

- (4)
- a. e tudo o que deles se não cobra **carrega** no povo (va_Pinheiro, 1602).
 - b. e a satisfação do dito donativo se nos **há de dar** cá o azeite com dois mil barris dele (va_Pinheiro, 1602).
 - c. Isto **digo** por boca do secretário André Lopes da Lavra (va_Magalhães, 1670).
 - d. O remédio com que Vossa Majestade deve servir-se **acudimos** (va_Araújo, 1610).
 - e. e danças lascivas **fez** evitar (va_Pereira, 1650).
 - f. E o mesmo **poderíamos** experimentar depois que esta presente se destruir ou permutar porquanto se descaminhou todo o dinheiro de prata para as minas de ouro (va_Vasconcelos, 1672).

Nos dados analisados, o fronteamento de objetos sem a presença de resumptivo é quase

categorica, somando 94% dos casos no século XVII. De acordo com Benincà (1995), quando há contiguidade entre o objeto fronteado e o verbo nas línguas românicas antigas, não há necessidade da presença de um clítico resumptivo; caso contrário, o clítico resumptivo torna-se obrigatório. Nos dados, em todas as sentenças com objetos fronteados, o objeto está contíguo ao verbo. As construções de fronteamento com clítico resumptivo aparecem marginalmente nos dados.

- (5) a. Estas razões as representamos a Vossa Alteza pois o direito assiste tanto a nosso favor todo dirigido e encaminhado ao serviço de Vossa Alteza a cujos reais pés prostrados pedimos a Vossa Alteza esta mercê (va_Pinheiro, 1602).
- b. e as que sobejarem lhas pagaremos (va_Pinheiro, 1602).
- c. e isto o faz sem reparar na perda da fazenda, falta da sua casa, e risco de sua pessoa, e vida, ir representar a sua Majestade negócios gravíssimos tocante ao seu real serviço, e a utilidade pública, os quais não se podem fiar de papéis pela certeza que temos de tornarem às mãos das pessoas de quem não queiramos, de que resulta odiarmos (va_Carneiro Filho, 1670).

Em (5), o objeto direto fronteado aparece com a retomada de um clítico numa posição proclítica, o que se contrapõe a hipótese de Benincà (1995) para as línguas românicas medievais. O PCI licencia sentenças com clíticos resumptivos em próclise em contextos sintáticos em que há variação, ou seja, nos contextos em que a próclise não é categorica, como aponta Gibrail (2010). O que chama atenção é o fato de também com objetos fronteados, a próclise ser categorica assim como nos *contextos de variação I e II*, analisados nesta tese.

Desse modo, levantamos a hipótese de que o que está por trás desse fato é a perda da fronteira prosódica. Como visto no capítulo 02, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) justificam a variação próclise x ênclise, no PCI, defendendo a hipótese da posição de alinhamento da fronteira prosódica no segmento mais alto ou mais baixo de CP. A fronteira intonacional da frase no segmento mais alto de CP gera a próclise e o contrário gera a ênclise. Visto que apenas temos ocorrência de próclise, parece haver a perda da fronteira prosódica que justifica a variação próclise x ênclise. Voltaremos a discutir essa questão na seção 7.2.3.

Do ponto de vista sintático-discursivo, a presença ou ausência do pronome resumptivo estaria atrelada a diferentes posições ocupadas pelos objetos fronteados na periferia esquerda da sentença. Segundo Benincà (1995), o objeto direto sem pronome resumptivo ocupa a posição de

SpecCP; quando o clítico resumptivo aparece, o objeto fronteado deve estar em Top. Também Eide e Sitaridou (2014) argumentam que os objetos fronteados ou podem ser focos ou tópicos.

Galves (2020), Andrade e Galves (2019) e Galves et al (forthcoming) defendem uma visão alternativa sobre a interpretação dos objetos fronteados. Para eles, o PCI codifica o traço estrutural-informacional Contraste (K) em uma categoria funcional projetada na periferia esquerda da oração. Tal proposta decorre do fato de que no PCI, os objetos são fronteados devido a requerimentos da estrutura da informação (FREY, 2006; LIGHT, 2012). Retomaremos essa discussão, quando avaliarmos a periferia esquerda da sentença nos dados analisados.

7.1.2 A colocação de clítico

Uma das propriedades relacionadas às línguas românicas medievais, que são línguas V2, é o sistema dos pronomes clíticos. Desde os trabalhos de Tobler (1875) e Mussafia (1888) sabe-se que a ênclise é obrigatória quando o verbo finito aparece na primeira posição da sentença. Além disso, observa-se um padrão de variação próclise x ênclise em sentenças finitas. Retomo a discussão sobre o padrão de colocação de clíticos a fim de analisar qualitativamente os dados dos escrivães brasileiros.

A hipótese levantada aqui é que apesar de apresentarem um percentual mais alto de próclise do que os dados de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), os escrivães brasileiros nascidos no século XVII ainda exibem uma gramática do tipo V2 flexível no que tange à colocação de clítico.

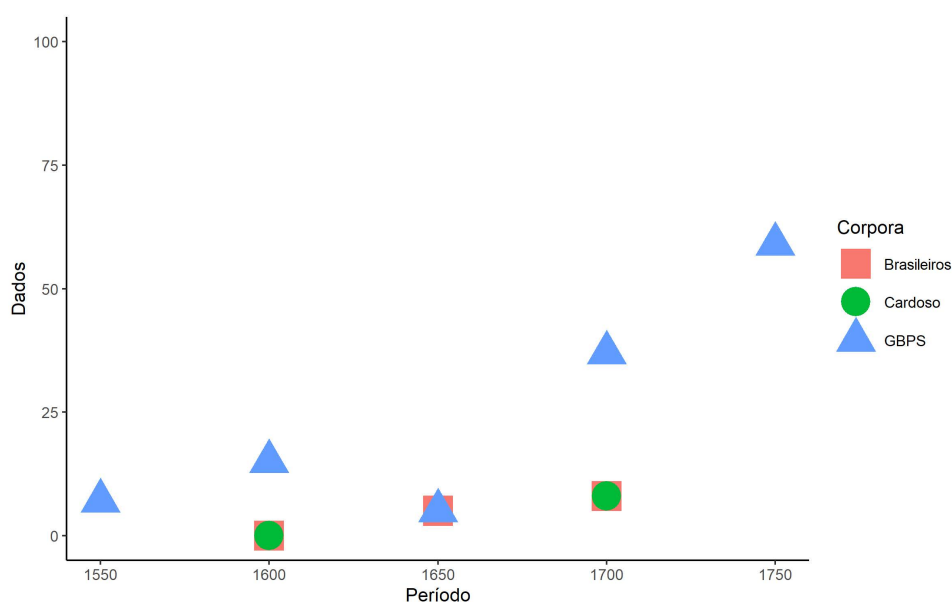
Os contextos de análise propostos por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) consideram um conjunto de condições de uso da língua que se mostram estáveis e que mudam ao longo do tempo. Aqui, analiso especificamente o *contexto de variação I*, *contexto de variação II* e contextos de ênclise categórica. O *contexto de variação I* é aquele em que o complexo verbo-clítico é precedido por sintagmas preposicionados, advérbios ou sujeitos referenciais não-focalizados (GALVES, BRITTO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

No gráfico abaixo, estão os dados de ênclise no *contexto de variação I* em contraste com os dados de Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) e Cardoso (2020). A justificativa para contrastar, nesse momento, os nossos dados com Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) é a relevância de tal estudo, referência para muitos estudos posteriormente desenvolvidos sobre o PCI por contar com um conjunto de dados anotados morfológica e sintaticamente, o que garante seguir princípios básicos da investigação científica: replicabilidade e transparência, visto que os

dados estão acessíveis e podem ser analisados quantas vezes forem necessárias.

Já o trabalho de Cardoso (2020), apesar de ainda não contar com a anotação morfológica e sintática e, portanto, contar com a coleta manual dos dados, se alinha com o trabalho aqui desenvolvido visto que analisa um conjunto de dados escritos por brasileiros nascidos nos séculos XVII e XVIII. Ressalta-se que os escreventes que compõem o *corpus* analisado por Cardoso (2020) são indivíduos cultos, membros da elite colonial, e se diferenciam um pouco dos escreventes analisados nesta tese, pois nosso *corpus* é composto, sobretudo, por indivíduos semicultos, ou seja, que não saíram do Brasil para estudar.

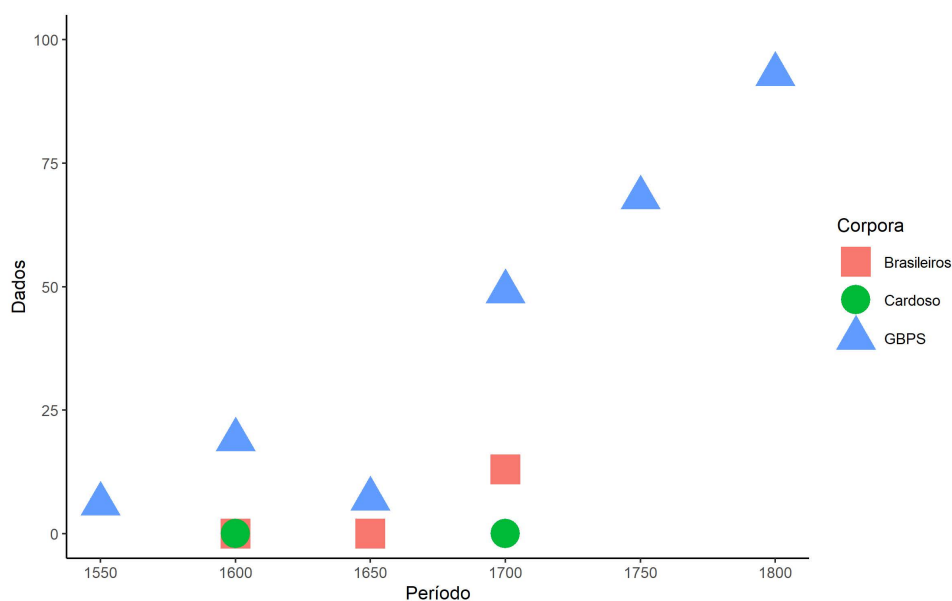
Figura 7.3 – Ênclise no *contexto de variação I* em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)



A taxa de ênclise no *contexto de variação I* é bastante baixa em todos os *corpora* na segunda metade do século XVII: em Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) é inferior a 15%; em Cardoso (2020), a próclise é categórica; e nos dados dos escrivães brasileiros não soma mais do que 2,5% (discutiremos os dados do século XVIII na seção 7.2.3), ou seja, em todos os *corpora* a próclise é a opção preferida no *contexto de variação I*.

Os resultados, portanto, vão ao encontro daqueles descritos na literatura, pois no PCI, no *contexto de variação I*, a próclise é uma opção neutra e ênclise é uma opção marcada, correspondendo a distintas estruturas, estando sujeitas a condicionamentos estilísticos e textuais (GALVES, BRITTO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Como o *contexto de variação I* se manifesta em sentenças afirmativas finitas quando um sujeito referencial não-focalizado ou um advérbio não-modal ou um sintagma preposicional precedem o verbo, então retomo a análise a partir de cada um desses contextos. O primeiro refere-se aos casos de sujeitos referenciais não focalizados.

Figura 7.4 – Ênclise Sujeito-V em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)



No PCI, quando sujeitos não-focalizados precedem o verbo, a próclise é preferida, exceto quando o clítico utilizado é o clítico *se*². É o que se vê nos dados analisados. Em todos os *corpora* os dados de próclise são majoritários no século XVII. Os brasileiros, portanto, têm o padrão gramatical proclítico semelhante à gramática do PCI, nesse contexto.

Com advérbios não modais (Gráfico 7.5) e sintagmas preposicionados (Gráfico 7.6), o padrão encontrado é o mesmo que com sujeitos não focalizados: a próclise é a opção preferida. O comportamento é o mesmo ao longo do século XVII para todos os *corpora* contrastados e refletem o padrão descrito para o PCI. Ressalta-se que os valores encontrados entre os brasileiros nascidos na segunda metade século XVII com advérbios não modais está acima dos valores descritos para o PCI. Nas ocorrências com sintagmas preposicionados, os brasileiros nascidos na primeira metade século XVII exibem próclise categórica, diferente dos brasileiros nascidos na segunda metade século XVII, cujos valores são idênticos aos apresentados por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005).

² Antonelli (2007) apresenta uma análise alternativa sobre a relação sujeitos não-focalizados precedidos pelo clítico *se*. Para Antonelli (2007), a alta frequência de ênclise estaria correlacionada a fatores estilísticos e textuais, sobretudo no que tange às construções com foco contrastivo.

Figura 7.5 – Ênclise ADV-V em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)

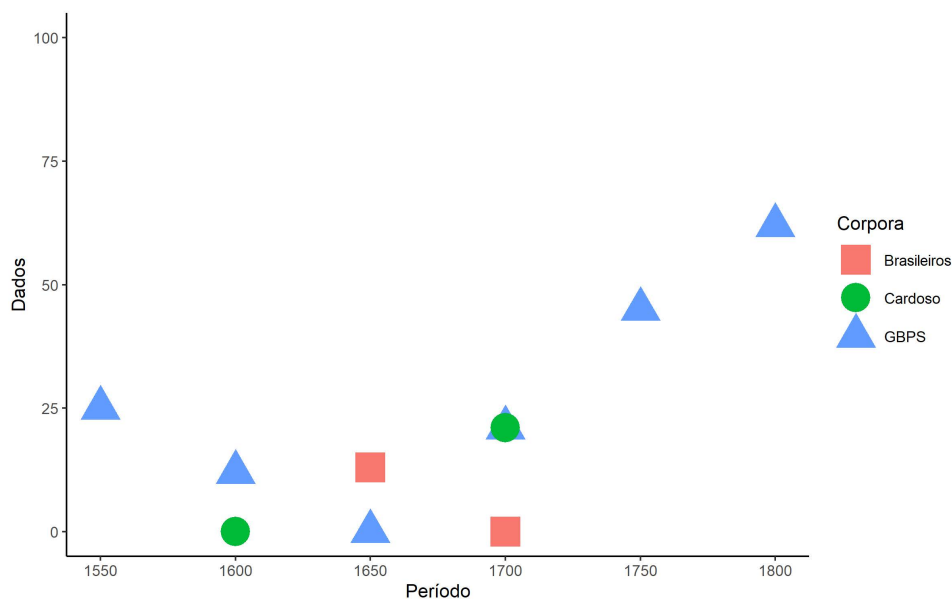
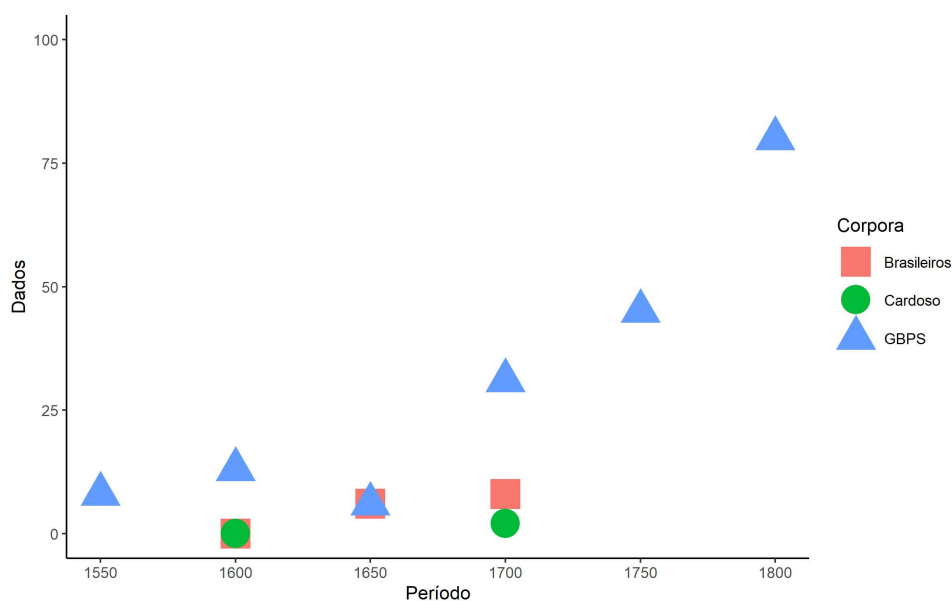


Figura 7.6 – Ênclise PP-V em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)



No *contexto de variação II* – orações cuja conjunção coordenativa ou orações dependentes precedem o complexo clítico-verbo – diferente do que foi encontrado por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), cujas taxas de ênclise são bastante altas no PCI, em nossos dados, assim como nos dados de Cardoso (2020), a próclise prevalece entre os nascidos no século XVII, como podemos ver nos gráficos abaixo:

Figura 7.7 – Ênclise quando orações dependentes precedem o complexo clítico-verbo em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)

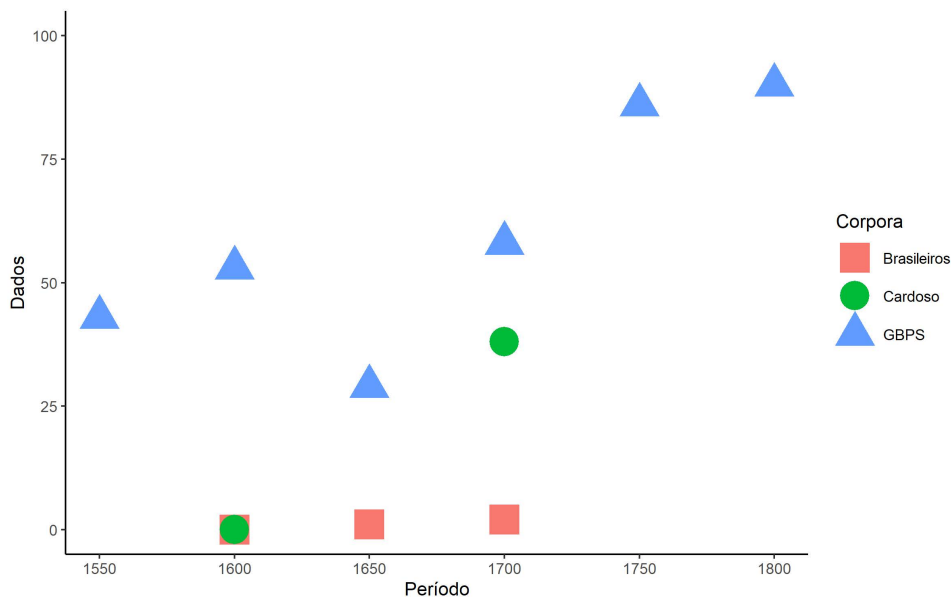
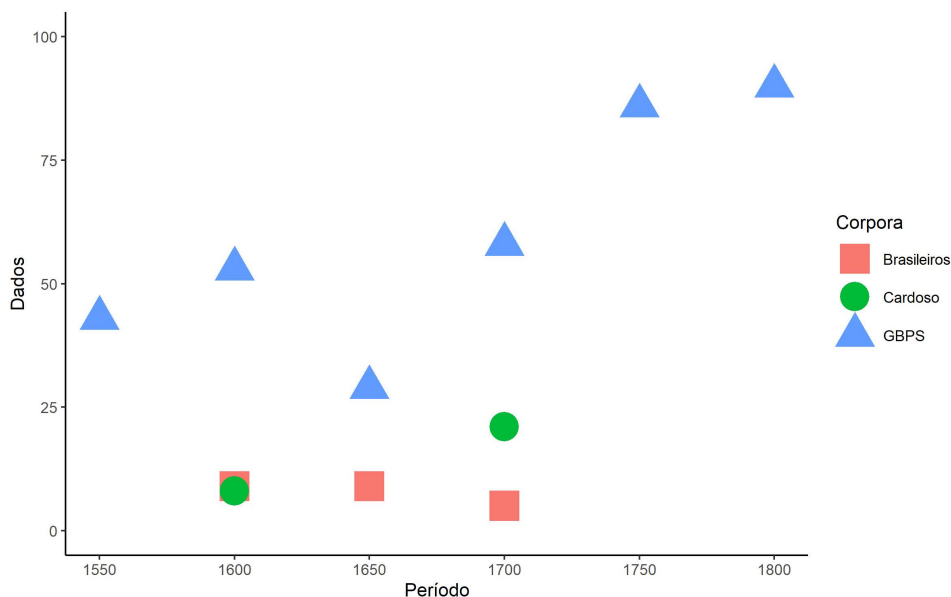


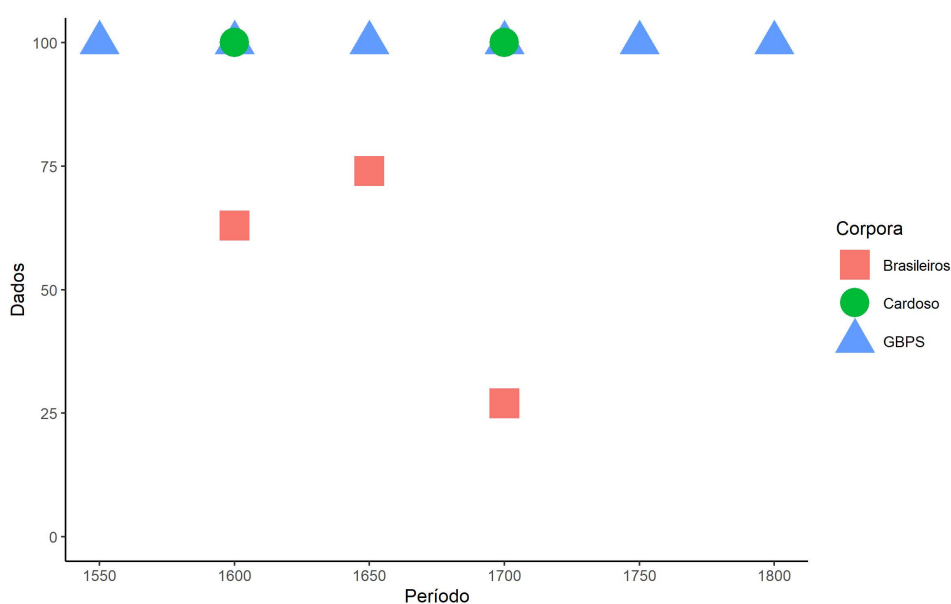
Figura 7.8 – Ênclise quando a conjunção coordenativa precede o complexo clítico-verbo em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)



No PCI, há uma taxa relativamente alta de ênclise, tanto em sentenças com o fronteamto de uma oração dependente quanto com sentenças V1 coordenadas. Tal fato contrasta fortemente com os dados aqui analisados visto que nos escrivães brasileiros nascidos no século XVII, a próclise não apenas é a opção mais frequente, mas também quase chega a ser categórica nesses contextos. O mesmo padrão é encontrado nos dados de Cardoso (2020) e aponta para uma perda progressiva dos contextos de variação na gramática dos brasileiros. Retomaremos essa questão quando analisarmos os dados do século XVIII.

Por fim, apresento os dados relativos ao contexto de ênclise categórica. O contexto em que a ênclise é categórica, como vimos no capítulo 02, não se aplica apenas ao PCI ou ao PA, mas também a todas as línguas românicas medievais, segundo a lei Tobler-Mussafia. De acordo com a lei Tobler-Mussafia nenhum clítico pode preceder o verbo quando este é o primeiro constituinte de uma sentença.

Figura 7.9 – Ênclise em sentenças em que o verbo aparece em primeira posição em contraste com GBPS (2005) e Cardoso (2020)



É no contexto da ênclise categórica que nossos dados contrastam fortemente com o padrão da gramática clássica. Nem a gramática clássica nem a gramática do PE admitem a ocorrência de próclise em sentenças V1. De fato, a próclise nesse contexto é um traço caracterizador da gramática do PB.

No PCI, a variação próclise ênclise é explicada pela possibilidade de a oração ter duas posições pré-verbais disponíveis: uma posição interna e outra externa à oração. Se o verbo está na borda de um constituinte prosódico e as posições interna e externa à fronteira prosódica estão vazias, a ênclise é derivada (6a), pois o clítico não pode ser o primeiro elemento do primeiro X-barra da oração, devido a restrições fonológicas. Caso a posição pré-verbal interna à oração esteja preenchida, a próclise é derivada (6b). Se a posição pré-verbal preenchida é a externa à oração, a ênclise é derivada (6c).

- (6) a. $_ \# _ (*cl) Vcl$ *próclise/ênclise
 b. $_ \# XPclV (*cl)$ próclise/*ênclise
 c. $XP \# _ (*cl) V (cl)$ *próclise/ênclise

Se por um lado, os dados do *contexto de variação I* se assemelham aos dados do PCI, por outro, o *contexto de variação II* é proclítico e o contexto de ênclise categórica apresenta variação. Portanto, a análise dos dados dos escrivães brasileiros indica que, já no século XVII, há o enfraquecimento da fronteira prosódica, anunciando a emergência de um padrão proclítico compatível com a gramática do PB. Voltaremos a essa discussão em 7.3.2.

7.1.3 A Periferia Esquerda da Sentença

Nesta seção, partimos da proposta de Galves (2020) para a periferia esquerda da sentença, a fim de tentar determinar se os mesmos requerimentos estão ativos na gramática dos escrivães brasileiros do século XVII. A periferia esquerda do PCI segundo Galves (2020) é a seguinte:

(7) (TOP) * | (FOC) (k) Fin [TP

Nesta representação, Fin atrai o verbo, TOP, FOC e k que necessariamente não precisam ser projetados, por isso aparecem entre parênteses. A barra vertical indica o limite entoacional entre a periferia esquerda baixa e alta. Galves (2020) argumenta que k não pode ser definido nem como tópico e nem como foco. Essa posição é *kontrast* (LIGHT, 2012). Foc e k podem coorrer, como evidenciam as sentenças OSV com objetos quantificados. Ainda, segundo a proposta de Galves (2020), a colocação dos clíticos serve para indicar a periferia esquerda baixa e alta da sentença. Como a próclise é derivada conforme (6b), isso indica que o XP pré-verbal está dentro do sintagma entoacional, enquanto na ênclise, derivada como (6a e 6c), o XP pré-verbal estaria externo ao sintagma entoacional.

E como seria, então, a periferia esquerda da sentença, nos dados analisados dos escrivães brasileiros nascidos no século XVII? Vamos tomar aqui três aspectos listados por Galves (2020): o fronteamo de objetos com sujeito pré-verbal – que pode apontar para a coocorrência de FOC e k; a presença de objetos anafóricos fronteados e a colocação de clíticos.

A ordem OSV (sem retomada clítica) é uma evidência de que Foc e k podem coocorrer. Nos dados dos escrivães brasileiros, não há dados com a ordem OSV, que é extremamente rara. A presença de objetos anafóricos reforça a evidência de se propor uma categoria acima de Fin que abrigue um elemento que não pode ser interpretado nem como foco nem como tópico, como em (8).

(8) [Kontrast Isto] digo por boca do secretário André Lopes da Lavra. (va_Vasconcelos,

1672).

Desse modo, apesar de escassos, os dados evidenciam a existência de uma posição na periferia esquerda da sentença que hospeda constituintes contrastados, que não são nem tópico nem foco. Pode-se, então, afirmar que a periferia esquerda da gramática dos brasileiros segue o mesmo padrão do PCI.

A colocação do clítico se relaciona à periferia esquerda alta e baixa da sentença. Como a ênclise é marginal em todos os contextos de variação e perde o status de categórica com sentenças V1, pode-se pensar que a prevalência da próclise assinalaria a perda da parte alta da periferia esquerda da sentença nos brasileiros. Porém, isso também poderia apontar para a perda da fronteira prosódica na gramática dos escravos brasileiros nascidos no século XVII.

Abaixo apresento um quadro resumo com as propriedades analisadas.

Tabela 7.3 – Propriedade de V2 no PCI e na gramática de escravos brasileiros

	Propriedades nucleares		Propriedades correlatas	
	V em 2 ^o posição	XP-V	Inversão do sujeito	Colocação de clíticos
PCI	Ok*	Ok*	Ok*	Ok*
Brasileiros (século XVII)	Ok*	Ok*	Ok*	±

As propriedades nucleares das línguas V2 – V em 2^o posição e fronteamto de um XP qualquer para a posição pré-verbal – estão presentes tanto na gramática do PCI quanto na gramática de escravos brasileiros.

Enquanto língua V2 flexível e também língua de sujeito nulo consistente, o PCI permite o acesso de múltiplos constituintes a esquerda do verbo finito, pois o traço EPP é satisfeito via movimento do verbo (ANTONELLI, 2011). Essa propriedade explicaria a ocorrência das ordens V1 e V>2. Do mesmo modo que o PCI, a gramática instanciada no Brasil no século XVII possibilita a ocorrência das ordens V1 e V>2.

Como, segundo Antonelli (2011), o verbo satisfaz o traço EPP de Fin, o fronteamto de XPs para a periferia esquerda de Fin seria resultado de TAB que tem um efeito informacional sobre o constituinte movido. Segundo Light (2012), a contrastividade estaria por trás de TAB e é uma noção que deve ser representada na gramática, pois não pode ser confundida com a noção de foco. É nessa relação que nasce a proposta de uma posição kP, para abrigar elementos que não são nem tópicos nem focos e que veiculam uma leitura de contraste.

As línguas românicas antigas também compartilham algumas propriedades correlatas,

tais sejam: a inversão do sujeito e a colocação de clíticos. A inversão do sujeito é resultado da não especialização do campo pré-verbal da sentença para sujeito. A ordem VS, representativa da inversão do sujeito, é a mais recorrente nos dados dos brasileiros nascidos no século XVII (cf. Tabela 7.1) assim como na gramática do PCI. A outra propriedade correlata é a colocação de clíticos, sobretudo no que tange à restrição de os pronomes clíticos não podem ocupar a posição inicial das orações. Nesse sentido, a gramática instanciada pelos escrivães brasileiros nascidos no século XVII, começa a se afastar do padrão do PCI. Em resumo, nesta seção, apresentamos evidências empíricas de que a gramática instanciada no Brasil no século XVII é a gramática do PCI, com diferenças ligadas à colocação de clíticos.

Agora, passamos a analisar os dados do século XVIII.

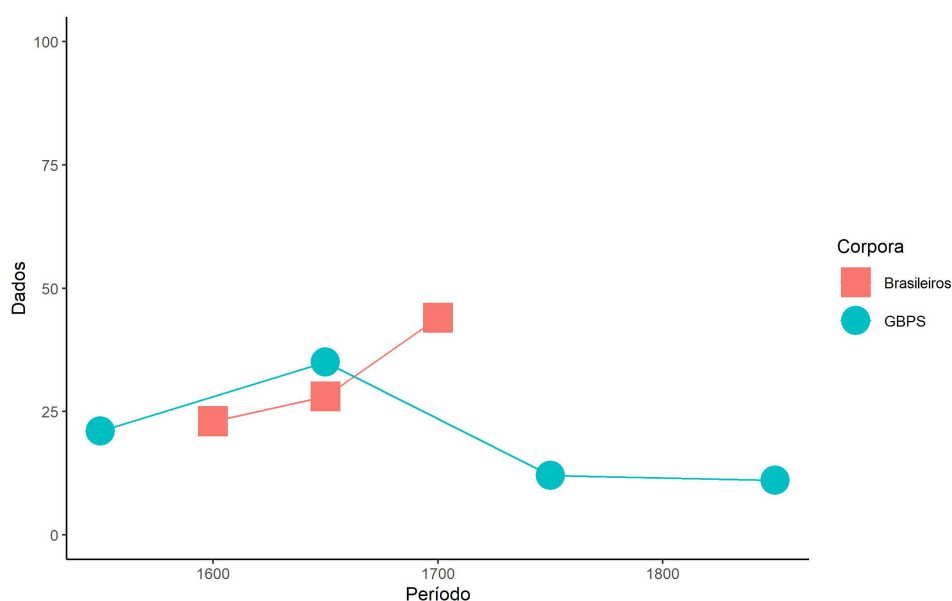
7.2 EVIDÊNCIAS DE UMA GRAMÁTICA BRASILEIRA

Nesta seção, examino as propriedades V2 tanto a nível sintático quanto discursivo, a colocação de clíticos e a ocorrências de argumentos nulos e sugiro, com base nas diferenças sincrônicas e diacrônicas, que a gramática do PB já emerge no século XVIII.

7.2.1 Perda do efeito V2

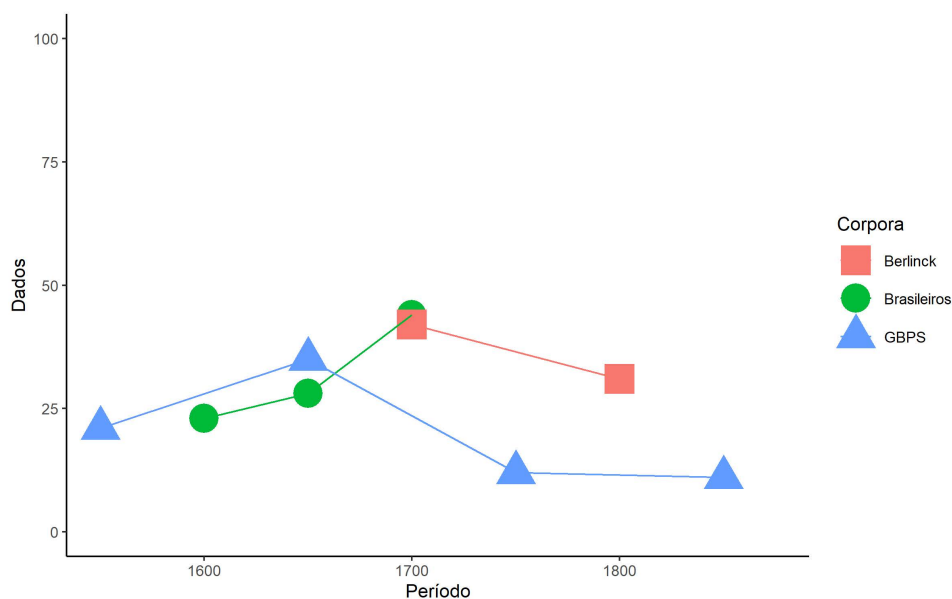
Já apontamos que entre os brasileiros nascidos no século XVIII há o aumento das ocorrências com VS. Agora, analiso o que acontece qualitativamente. Para começar, retomamos a tabela com os dados do século XVIII.

Figura 7.10 – A evolução de VS em Galves e Paixão de Sousa (2017) e nos escrivães brasileiros



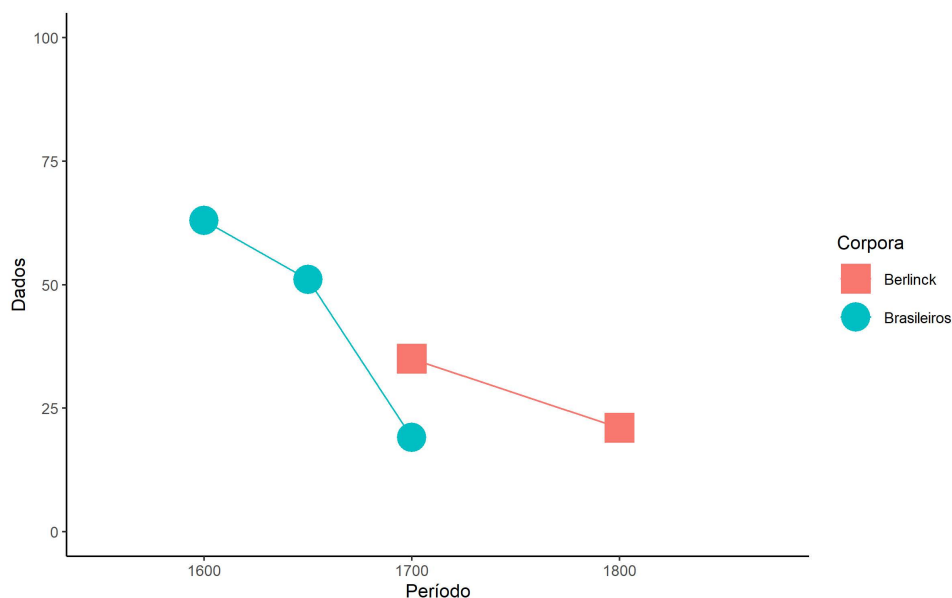
Na figura 7.10, vemos duas tendências opostas: enquanto os dados de Galves e Paixão de Sousa (2017) indicam a queda de VS a partir do século XVIII entre os portugueses, os dados dos escrivães brasileiros têm o padrão oposto. Entre os nascidos no século XVIII, o percentual de VS alcança 44%. O percentual encontrado nos dados se assemelha bastante com o padrão encontrado por Berlinck (1988), como podemos ver no gráfico abaixo:

Figura 7.11 – A evolução de VS em Galves e Paixão de Sousa (2017), Berlinck (1988) e nos escrivães brasileiros



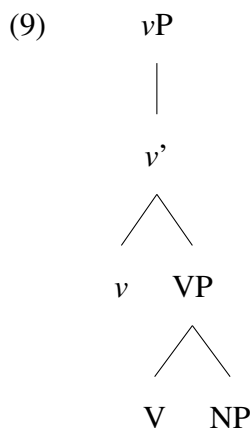
Superficialmente, esse padrão de ordenamento parece apontar para a manutenção de uma gramática V2 aqui no Brasil. Porém, tanto em nossos dados quanto nos dados de Berlinck (1988), é a transitividade verbal que aponta para a perda do efeito V2. No século XVIII, o fenômeno da inversão é mais produtivo com inacusativos do que com verbos transitivos. Isso indica uma restrição no contexto de realização da inversão.

Figura 7.12 – VS com verbos transitivos em Berlinck (1988) e nos escrivães brasileiros



Os dados encontrados nesta tese estão abaixo dos encontrados por Berlinck (1988). Na pesquisa de Berlinck (1998), os dados com a ordem VS são muito mais produtivos com verbos intransitivos existenciais, intransitivos não-existenciais e verbos de ligação. Assim sendo, o trabalho de Berlinck (1998) – e também o nosso – aponta que a ordem VS está essencialmente ligada à estrutura argumental do verbo no PB.

Os verbos inacusativos, segundo Burzio (1986), são um grupo de verbos intransitivos cuja posição do sujeito não é temática. Em sentenças com verbos inacusativos, o DP nasce na posição de argumento interno, podendo ou não ser alçado para posição pré-verbal. Por isso, os verbos inacusativos não disparam inversão por sua estrutura.



Em (9), o NP é um argumento interno ao verbo, ou seja, um objeto. Esse NP pode se mover para a posição de SpecTP parece ter seu traço de caso checado. Desse modo, os verbos

inacusativos não tem argumento externo. Por isso, com verbos inacusativos e em sentenças na voz passiva não existe uma verdadeira inversão do sujeito.

Portanto, podemos afirmar que o aumento das sentenças VS no século XVIII não significa a manutenção da gramática V2 flexível do PCI; ao contrário, o decréscimo do percentual de VS com verbos transitivos indica que a presença de sujeitos pós-verbais começa a se restringir segundo às propriedades sintáticas e semânticas do verbo.

A propriedade de inversão do sujeito está ligada a dois aspectos no PCI: (i) ao efeito V2 e ao PCI ser uma língua de sujeito nulo consistente. Como já dissemos, o PCI, enquanto língua V2 flexível, permite o fronteamo de diferentes XPs para a posição pré-verbal. Como língua de sujeito nulo consistente, o PCI deve seguir uma das características relacionadas a esse fenômeno que é a inversão livre do sujeito, propriedade mais visível em línguas SVO. Voltaremos a essa questão, ao analisarmos as propriedades de língua de sujeito nulo.

A inversão do sujeito ainda é possível no PE moderno, enquanto no PB, não parece natural. A ocorrência de sujeitos pós-verbais limita-se aos verbos inacusativos e às construções de inversão locativa (KATO, 2000; SILVA, 2001; PILATI, 2006). A ordem VS ocorre naturalmente com verbos inacusativos (10a). Com verbos inergativos, a inversão só é possível se houver um PP (geralmente, locativo) antes do verbo (10b). Com verbos transitivos a ordem VS é bem restrita (KATO, 2000; SILVA, 2001; PILATI, 2006) (10c).

- (10) a. Chegou a carta
b. Nessa casa moram meus pais.
c. Ganha o jogo quem completar o tabuleiro.

Segundo Pilati (2006, p. 10-11)

As orações com verbos inergativos ocorrem em dois contextos principais: (i) descrições do falante sobre “O que aconteceu?”; e (ii) orações com ordem XP (adverbial ou dêitico) VS, as denominadas inversões locativas. [...] Já as orações com ordem VS e verbos transitivos foram encontradas em dois contextos principais: (i) em contextos em que o predicado é previsível, como em narrações concomitantes de eventos esportivos, ou como em contextos instrucionais, e (ii) em orações em que o predicado contém uma expressão idiomática.

Dado que o PB perdeu a propriedade de inversão do sujeito (LOPES ROSSI, 1993; TORRES MORAIS, 1995), resta-nos verificar, se os contextos encontrados no século XVIII são os mesmos encontrados por Pilati (2006) para o PB. Segundo Pilati (2002), a inversão do sujeito é mais produtiva no PB com verbos inacusativos, mas podem ser licenciadas com verbos

inergativos e transitivos: (i) em construções parentéticas; (ii) em sentenças de inversão locativa; (iii) em sentenças de inversão narrativa; e (iv) em sentenças com inversão com operador de foco com escopo sobre o sujeito. A interpretação associada às ordens VSO e VOS no PB é de foco identificacional (PILATI, 2006).

Retomando a análise de Galves e Gibrail (2018), contrastando-a com a análise de Pilati (2006), têm-se as seguintes interpretações associadas às ordens VSO e VOS, no quadro a seguir:

Tabela 7.4 – As interpretações para VSO, VOS no PCI e no PB

Ordem	PCI	PB
	Toda a sentença pode estar focalizada	
VOS	O sujeito não é obrigatoriamente uma informação nova	
	Sujeito pode ser interpretado como tópico familiar	Foco identificacional ³
VSO	Pode ocorrer quando nem o sujeito nem o objeto estão focalizados	
	Sujeito interpretado como tópico familiar	
	Toda a sentença pode estar focalizada	
	Pode ocorrer quando nem o sujeito nem o objeto estão focalizados	

A mudança na interpretação de sujeitos pós-verbais no PB, assim como no PE, pode estar relacionada à mudança sintática que afetou a posição do verbo, que se move até T (GALVES, 1994; MODESTO, 2000; SILVA, 2001; CYRINO; MATOS, 2002; TESCARI NETO, 2013; SCHIFANO, 2018).

Entre escrivães nascidos no século XVIII, é possível encontrar exemplos que possuem interpretações mais próximas do PB.

- (11) a. E [na dita vereação] **requereu** o procurador da Câmara que era tempo de se tomarem as contas ao tesoureiro da Câmara, (va_Pereira, 1720).
- b. [Lá] **responde** este Senado a uma proposta de arbítrios que a sua Majestade se ofereceu nessa corte sobre se porém os negros por estanco negócio tão prejudicial a todo este estado, como das razões da dita proposta poderá Vossa Mercê ver (va_Carneiro Neto, 1700).
- c. E **tomou** posse de Almotacé José Inácio Axiol de Vasconcelos Brandão ao qual deu o Presidente deste Senado juramento dos Santos Evangelhos debaixo do qual prometeu servir seu lugar na forma da ordenação posturas

desta câmara que assinou com o dito ministro, (va_Azevedo, 1720).

Em (11a), tem-se uma sentença com inversão locativa; em (11b) uma sentença com inversão com operador de foco com escopo sobre o sujeito e em (11c) uma sentença de inversão narrativa. Os contextos listados acima são assim encontrados no PB atualmente e os sujeitos das orações com ordem VS ou exercem função apresentativa ou apresentam características de elemento focalizado (PILATI, 2006).

Pilati (2006) defende que as orações VS no PB são um tipo de inversão locativa, com a presença de um elemento de natureza locativa em SpecTP e que os sujeitos das orações com ordem VS ou exercem função apresentativa ou apresentam características de elemento focalizado. Tendo em vista a hipótese de Pilati (2006) e visto que há um aumento no percentual de PPs no campo pré-verbal nas sentenças com a ordem V2 no século XVIII (de 33% para 50,6%), analisamos a natureza dos PPs nas sentenças com verbos transitivos, inergativos e modais.

Nos dados, 71 sentenças têm um PP no campo pré-verbal. Dessas, 59% (29 casos) são similares a (11a), com um PP locativo no campo pré-verbal. Tais índices, alinhados à queda dos padrões de inversão transitiva e aumento da ordem VS com inacusativos, podem indicar a perda da inversão livre na gramática dos escrivães nascidos no século XVIII.

Convivendo com padrões similares ao PB, estão as sentenças que ainda mantêm a interpretação análogas ao PCI, como nos exemplos a seguir.

- (12)
- a. E [vindo a Casa do Senado maior parte do povo] **votaram** *estes* nos oito eleitos adjuntos que acima vão nomeados (va_Silva, 1725).
 - b. E [logo] **determinaram** *eles* vereadores uniformemente que a festividade de São Francisco Xavier se fizesse na mesma forma que dantes se faria na Igreja do Colégio por ser esta função de voto que este Senado fez ao dito santo como padroeiro de ter livrado a este povo da epidemia chamada a bicha, (va_Silveira, 1720).
 - c. E [de todos estes protestos] **pediu** *o dito vereador* uma certidão por duas vias (va_Silva, 1725).
 - d. **Protestou** mais *o dito vereador* pela limpeza do vale que nasce das hortas de Nossa Senhora da Barroquinha onde se juntam a maior parte das águas desta cidade que passando por dentro da cerca dos religiosos de São Francisco vão meter-se em um cano subterrâneo da horta do Maciel, que

se acha entupida, por cuja razão param as ditas águas que ficam estagnadas, e podres com risco de corrupção dos ares de que pode facilmente nascer alguma epidemia pelo que se devia cuidar logo na expedição delas por ser negócio do bem público recomendado pela lei do reino (va_Silva, 1725).

Em (12a), (12b) e (12c), temos sujeitos pós-verbais interpretados como tópicos familiares. Em (12d), o foco recai sobre toda a sentença. Assim, observa-se que a interpretação do sujeito posposto nos nascidos no século XVIII evidencia um processo de competição de gramática com traços caracterizadores da gramática clássica e emergência de uma gramática brasileira.

Para reforçar a questão da perda do efeito V2 no século XVIII, vamos olhar novamente para a posição dos advérbios e também para o fronteamento de objetos. Vimos que no PCI o verbo alcança a periferia esquerda da sentença. Portanto, investigo com base na descrição dos dados até quando a propriedade de subida do verbo está vigente no português escrito por brasileiros nascidos no século XVIII.

Embora Costa e Galves (2002) afirmem que não há diferença entre PB e PE no que diz respeito à subida do verbo, diversos pesquisadores (GALVES, 1994; CYRINO; MATOS, 2002; TESCARI NETO, 2013; SCHIFANO, 2018) discordam dessa afirmação. Algumas evidências usadas pelos pesquisadores para diferenciar o PE e o PB são: a posição do advérbio *já* e a posição dos advérbios em tempos compostos.

Modesto (2000) pontua que, no PB, os verbos finitos aparecem consistentemente à direita do advérbio *já* e à esquerda dos advérbios *completamente* e *bem*. Como bem evidenciado na literatura (SILVA, 2001; TESCARI NETO, 2013; SCHIFANO, 2018), o advérbio *já*, aparece usualmente antes do verbo em PB e em PE, como em (13a). Uma sentença como (13b), cujo advérbio aparece no final, só é possível em PB, se houver uma leitura de foco. Por fim, sentenças como (13c) são possíveis em PE, diferente do PB.

- (13) a. Eu *já* sei português.
b. Eu sei português *já*.
c. *Eu sei *já* português (SILVA, 2001, p. 33)

Tomando então algumas ocorrências do advérbio *já* baixos, busco evidências de que sentenças como (13c), deixaram de ser o padrão no século XVIII.

- (14) a. E **fica já** em execução *a cobrança das ditas imposições* (va_Carneiro

Neto, 1700).

- b. A prorrogação da graça que se pediu de outros seis anos para se não rematarem os açúcares **já remeteu** o *excelentíssimo Senhor Vice-Rei* a este Senado como indulto pretendido (va_Carneiro Neto, 1700).

Achamos apenas dois casos, no século XVIII, de advérbios já adjungidos ao verbo principal: um numa posição que reflete a colocação do PCI e outra que reflete a colocação do PB. Considerando o contexto de diglossia sintática, a variação existente nesse contexto reflete o processo de competição de gramáticas nesses textos.

A relação entre tempos compostos e a posição dos advérbios também traz evidências sobre o local de pouso dos verbos principais e auxiliares. O advérbio *já*, diferente dos advérbios de modo, tem uma posição fixa quando aparece em sentenças com tempos verbais compostos e no PB é possível aparecer apenas como em (15a). A partir de *já*, vamos observar o local de pouso do verbo em tempos compostos.

- (15) a. Maria *já* tinha comprado a boneca
 b. *Maria tinha *já* comprado a boneca
 c. ?Maria tinha comprado *já* a boneca
 d. Maria tinha comprado a boneca *já*

Nos exemplos acima, apenas (15a) é uma sentença bem formada; (15b) é agramatical, (15c) é marginalmente aceita e (15d) apenas é aceita se o advérbio for focalizado. Portanto, exemplos como (15b), (15c) e (15d) refletem uma gramática diferente da gramática do PB. No levantamento feito com dados de escritôres nascidos no século XVIII, encontramos 11 casos semelhantes a (15b) e 9 casos semelhantes a (15a), perfazendo um total de 20 casos. Aqui também parece haver um processo de competição de gramáticas.

Por fim, voltamos nosso olhar para o fronteamento de objetos que, como já dissemos é bastante raro nas línguas V2, porém é uma importante evidência da não especialização do campo pré-verbal e da subida do verbo. A ordem OVS já bastante restrita em nossos dados, cai ainda mais entre os nascidos no século XVIII, com apenas seis casos:

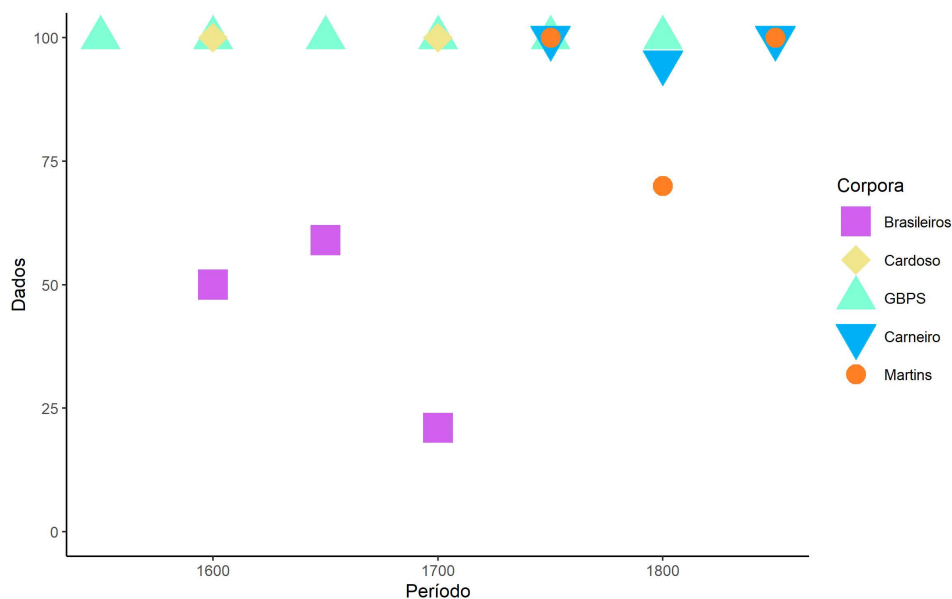
- (16) a. e [o mesmo] **desse** o *solicitador que também apareceu nesta mesa de vereação* (va_Pereira, 1710)
 b. E [o mesmo] **disse** *Mateus Pereira dos Santos Cavalcante* (va_Pereira,

- 1710).
- c. e que [o dito gado] **o trazia** do sertão va_Pereira, 1710).
 - d. E [este termo] **registara** *o escrivão da nova contribuição voluntária* nos seus livros para por ele haverem os ditos soldados os seus pagamentos (va_Silveira, 1720)
 - e. E [o mesmo] **esperamos** faça na causa que este Senado traz com a Câmara de Camamu (va_Carneiro Neto, 1700).
 - f. [O mesmo] **fazemos** com a sentença de justificação de que remetemos esta cópia em que se mostra a imemorable posse em que está o Senado (va_Carneiro Neto, 1700).

Mais uma vez o fronteamto de objetos sem a presença de um clítico resumptivo é mais corriqueiro (83%) e o fronteamto com clítico resumptivo é marginal. Os casos encontrados (4 das 6 sentenças) são estruturalmente iguais (MesmoVS), o que parece indicar uma repetição do padrão encontrado nas atas, gênero textual mais formulaico do que as cartas. Por serem tão escassos e tão repetitivos, podemos afirmar que tais resultados podem ser interpretados como padrões residuais de uma gramática clássica ao invés de resultados, de fato, produtivos.

7.2.2 Colocação de clíticos

Agora, discuto mais uma vez o padrão de colocação de clíticos hipotetizando que, no século XVIII, os padrões da gramática brasileira já se refletem nos contextos analisados por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005). Começo com o gráfico a seguir, que contrasta nossos dados às diferentes pesquisas realizadas a partir de textos brasileiros e aos dados do texto seminal de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005).

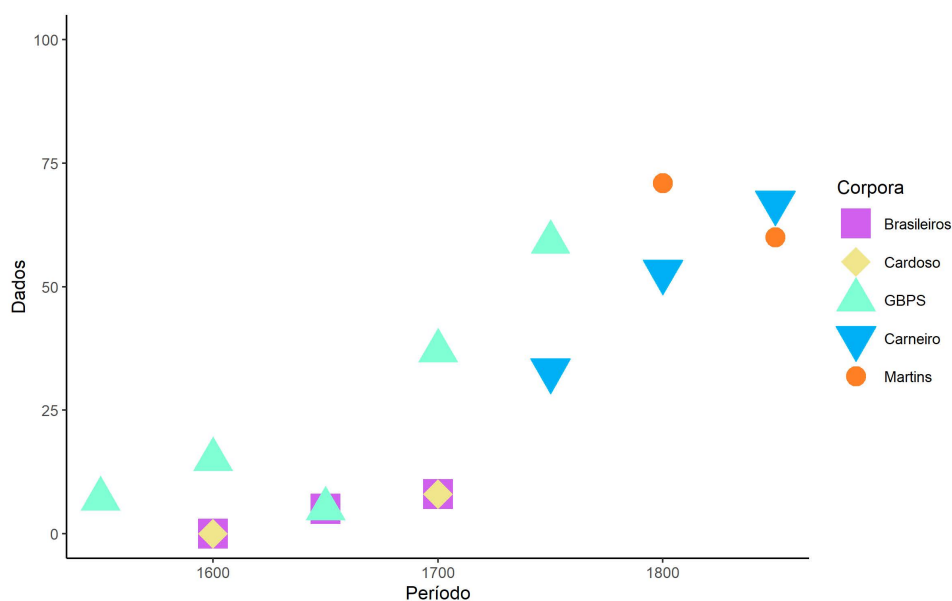
Figura 7.13 – Ênclise em sentenças V1 em diversos *corpora*

Como se pode observar, os resultados obtidos por Cardoso (2020), Carneiro (2005) e M.A.Martins (2010) são bastante diferentes dos encontrados nesse estudo e se aproximam dos valores encontrados por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). Como já foi ressaltado, os contextos V1 são de ênclise obrigatória tanto no PCI quanto no PE. Já o PB apresenta próclise generalizada. O que explicaria então, percentuais tão divergentes nos textos do mesmo período?

Uma das hipóteses levantadas, quando são contrastados os dados desta tese e os dados de Cardoso (2020) para o século XVIII é o fator grau de letramento dos escreventes. Enquanto o nosso *corpus* conta com escreventes cultos e semicultos, o *corpus* de Cardoso conta apenas com um escrevente culto. Porém, em nossos dados, tanto os escreventes cultos quanto os escreventes semicultos nascidos no século XVIII apresentam um alto percentual de próclise a V1.

Se a hipótese for verdadeira, esperamos que os dados de Cardoso (2020), no século XVIII, estejam mais próximos dos encontrados por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) do que os encontrados nesta tese. Por isso, comparo, agora, os dados do *contexto de variação I*.

Figura 7.14 – Ênclise no contexto de variação I em diversos corpora



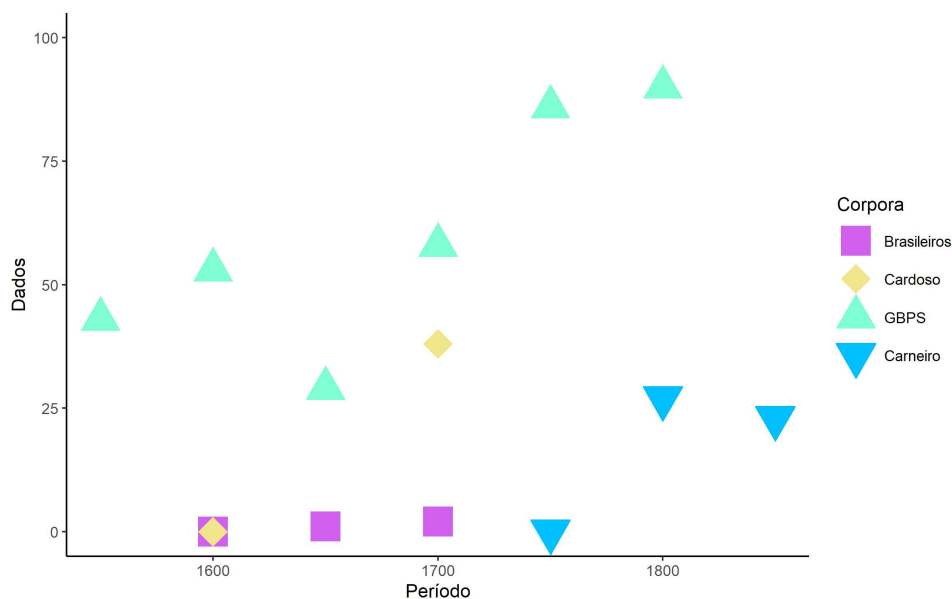
Os dados de Cardoso (2020) para o século XVIII são similares aos encontrados nesta tese: baixo percentual de ênclise (cerca de 6%), bem diferente aos valores encontrados por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), cujo percentual de ênclise cresce ao longo do século XVIII. A prevalência da próclise entre os séculos XVI e XVIII é atestada não apenas em nossos dados e em Cardoso (2020) mas também nos dados de Pagotto (1992).

Nos dados de Carneiro (2005) e M.A.Martins (2010), a variação atestada é bastante grande. Nas Cartas Brasileiras, Carneiro (2005) encontra uma taxa de 33% de ênclise de escreventes nascidos no século XVIII, que vai aumentando ao longo dos textos de escreventes nascidos no século XIX. Assim, o padrão atestado por Carneiro (2005), ao longo do século XIX, se aproxima do PE.

Já no estudo de M.A.Martins (2010), a taxa de ênclise é bastante alta nos nascidos no século XIX e vai caindo nos nascidos ao longo do século XX. Para M.A.Martins (2010), os padrões atestados nos dados analisados no contexto de variação I refletem os padrões da gramática do PE.

O contexto de variação II, de caráter idiossincrático no período clássico por exibir alta taxa de ênclise e intensa flutuação de autor a autor, perde suas especificidades na gramática dos escrivães brasileiros, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Figura 7.15 – Ênclise quando orações dependentes precedem o complexo clítico-verbo em diversos *corpora*

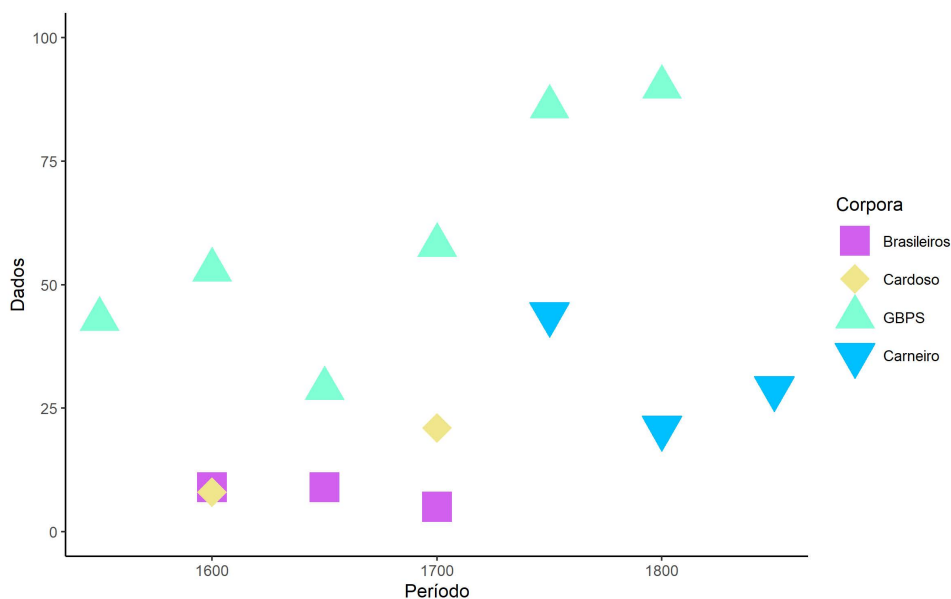


Aqui é interessante contrapor os dados: enquanto os dados de Carneiro (2005) para a segunda metade do século XVIII seguem a mesma tendência que o nosso, com baixa taxa de ênclise, os dados de Cardoso (2020) estão mais próximos aos valores encontrados por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), refletindo uma gramática portuguesa emergente.

Em sentenças segundas coordenadas (Gráfico 7.16), o padrão de próclise generalizada se mantém entre os escrivães brasileiros. Os valores encontrados no século XVIII por Cardoso (2020) e Carneiro (2005) evidenciam uma tendência à próclise (79%), diferente do que é encontrado por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005). Portanto, os dados permitem que se identifiquem padrões gerados por diferentes gramáticas.

Nos dados analisados verificamos o licenciamento de próclise em quando o verbo está em primeira posição e a generalização da próclise nos *contextos de variação I e II*, o que parece antecipar uma característica do PB: a próclise generalizada.

Figura 7.16 – Ênclise quando a conjunção coordenativa precede o complexo clítico-verbo em diversos *corpora*



Os dados analisados, considerando a queda no uso da próclise entre os nascidos no século XVIII, nos dados de Cardoso (2020), parecem prenunciar o que Carneiro (2005), M.A.Martins (2010) e Galves e Carneiro (2010) atestam: um acirrado processo de competição de gramáticas. Carneiro (2005) e M.A.Martins (2009) advogam que, no século XIX, há grande variação nos textos, fruto da competição de padrões de três gramáticas: a gramática do PCI, a gramática do PE e a gramática emergente do PB.

A gramática dos brasileiros nascidos no século XVIII prenuncia a próclise generalizada, uma característica do PB. Porém, essa característica não está presente em todos os contextos analisados. Construções tipicamente brasileiras não aparecem, por exemplo, com os casos de subida de clítico. O que estaria por trás dessa questão? Voltamos à hipótese da perda de fronteira prosódica.

Como vimos na seção 7.1.3, no PCI, a restrição à colocação de clíticos nas sentenças matrizes deriva de fatores prosódicos e os fatores prosódicos também explicam a derivação da variação próclise ênclise neste mesmo tipo de sentença. Com base nos dados trazidos nos diferentes gráficos, fica evidente a generalização da próclise entre os nascidos no século XVIII, porém, no contexto de subida de clítico, o padrão encontrado é compatível com o PCI tanto no século XVII quanto no século XVIII. Isso se explica porque a derivação da subida de clítico é dependente de fatores sintáticos e não prosódicos.

Galves, Torres Moraes e Ribeiro (2005) defendem que o comportamento no PB derivaria da interação entre a categoria a qual os clíticos se ligam sintaticamente e o requisito fonológico

que força os clíticos a estarem em uma posição inicial com relação a algum limite entoacional. Diferente das demais línguas românicas, cujo clítico se adjunge a Infl nas sentenças com subida de clítico, no PB, o clítico se adjunge ao verbo (V) que lhe atribui papel temático. O que estaria por trás dessa mudança seria o enfraquecimento da concordância que afeta as propriedades de Infl.

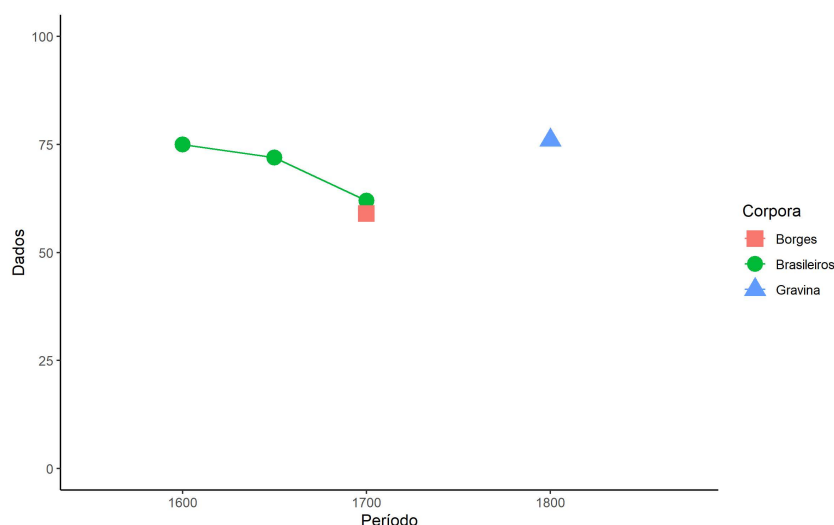
Segundo Galves, Torres Moraes e Ribeiro (2005), defendo que a perda da fronteira prosódica estaria por trás das mudanças que afetam a colocação de clíticos nas sentenças matrizes e fatores ligados à mudança no sistema de concordância alteraram as propriedades de Infl, tendo implicação sobre a mudança na subida de clíticos. Desse modo, para que construções de subida de clítico tipicamente brasileiras já fossem produtivas no século XVIII, a mudança sintática deveria ser mais evidente do que a mudança prosódica.

7.2.3 Argumentos nulos

Vimos, no capítulo 03, que o PCI assim como o PE é uma língua de sujeito nulo consistente, pois assim como outras línguas de sujeito nulo consistente permite sujeito nulo não referencial, inversão livre, violação de filtro that-trace e têm morfologia de concordância rica. Vimos também que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial. Desse modo, se levantamos a hipótese de que o PCI está na base do PB, então, temos que buscar pistas que apontem uma mudança na gramática instanciada por brasileiros.

Considerando o fenômeno do sujeito nulo, encontramos, no século XVIII um percentual geral de 62% de sujeitos nulos, um percentual um pouco maior do que o encontrado por Borges (2019). Se olharmos apenas para o contexto de 3ª pessoa que no PB atual é considerado um contexto de preenchimento do sujeito, o percentual de sujeitos nulos é menor: 43%. Tais dados se comparados com dados do século XVII indicam uma restrição nos usos da 3ª pessoa nas sentenças matrizes.

Figura 7.17 – Sujeitos nulos em diversos corpora



Com relação aos contextos sintáticos que são apontados como desfavorecedores do sujeito nulo na gramática brasileira – orações relativas (52) a (57) e completivas (58) a (63) – ainda se vê de modo bastante produtivo o uso de sujeito nulo ao lado de sujeitos indeterminados, construção inovadora e que aponta para a mudança de língua de sujeito nulo consistente para língua de sujeito nulo parcial.

- (17) a. E aparecendo os sobreditos logo pelo dito Doutor Juiz de Fora lhes foi dada a posse e juramento subcargo do qual _ lhes encarregou servissem os ditos cargos bem, e verdadeiramente o que eles assim prometeram fazer (va_Sodré, 1721).
- b. E em virtude dela pela dita vereação lhe foi dada a posse na forma costumada, de que _ mandaram fazer este termo que todos assinaram (va_Sodré, 1721).
- c. E por razão de se mandarem escusar os vereadores que o presente ano servem por se acharem molestos se não o fez vereação que mandou o dito ministro fazer este termo, em que _ assinou com o dito procurador, (va_Silveira, 1720).
- d. Outrossim protestou mais de lhe não prejudicar a nomeação que _ fizera de Francisco Brum de Vasconcelos para tesoureiro dos órfãos, (va_Silveira, 1720).
- e. Pedindo talhos à Câmara para os catarem por sua conta lhe armavam tais cavilações, com que _ o vinham a perder (va_Silva, 1725).

- f. e que o superintendente da feira fixe no lugar mais público dela edital em que assim _ o declare, (va_Silva, 1725).
- (18) a. E mandou que _ continuassem no exercício dela, de que tudo para constar mandou fazer este termo, que assinou com os ditos eleitos, (va_Silva, 1725).
- b. E pelo vereador, o Capitão Vicente Caetano de Sousa Lisboa, foi dito que _ nomeava para os meses de julho, e agosto a Francisco da Costa Ferreira, e ao alferes Luís Corrêa de Sousa (va_Silva, 1725).
- c. A esta súplica deferiu Vossa Majestade mandando informar ao Vice-Rei do estado e ao Reverendo Arcebispo cujas informações entendemos _ irão na frota presente(va_Carneiro Neto, 1700).
- d. E fiamos dos vindouros _ conservem a Vossa Mercê na mesma forma (va_Carneiro Neto, 1700).

Convivem na gramática dos escrivães nascidos no século XVIII, construções conservadoras e inovadoras, tanto nas completivas quanto nas relativas. Galves (2019, p. 400), chama a atenção para o fato de que “o fenômeno do sujeito nulo é um dos mais complexos e difíceis de ser apreendido na sua totalidade”, pois o que se vê na diacronia do PB é uma intensa flutuação nos dados analisados em diferentes estudos que talvez possa ter relação, sobretudo, com os gêneros textuais analisados. Com base nos nossos dados, fica evidente, mais uma vez o processo de competição de gramáticas e o fato de que, apesar dos percentuais encontrados, há fortes evidências de que gramática brasileira emerge já no século XVIII.

Os objetos nulos, por outro lado, ainda são bastante raros nessa gramática. Os valores encontrados são inferiores aos descritos por Cyrino (1994) que no século XVIII encontra 19% de objetos nulos. Em outro estudo, Cyrino (2018), os valores encontrados também varia (28% em anúncios de jornais e 8% em cartas).

Aqui, talvez, o fator gênero textual possa ter influência sobre os achados. Também podemos hipotetizar que o poder normativo tenha influência sobre o fenômeno. Porém, está fora do escopo desta tese discutir essa questão. Ainda que os valores sejam pequenos, pode-se afirmar que há evidências da emergência de uma gramática brasileira.

7.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, propus fazer um duplo movimento: por uma lado, elencar evidências de que a língua das caravelas é a gramática do PCl, como defende Galves (2007) e, portanto corroborar a hipótese de Ribeiro (1998) de que a gramática que está na base do PB é a gramática clássica e não a gramática do PE; por outro lado, mostrar que a gramática do PB emerge no século XVIII, mesmo que timidamente. Os dados analisados confirmam as hipóteses de Ribeiro (1998) e Galves (2007). Os brasileiros nascidos no século XVIII exibem uma gramática compatível com a gramática clássica, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativamente.

Por outro lado, nos dados do século XVIII já se veem evidências da emergência de uma gramática brasileira: perda da subida do verbo, inversão do sujeito se tornando restrita aos verbos inacusativos, aprofundamento da generalização da próclise nas sentenças matrizes, ocorrências de sujeitos indeterminados e casos incipientes de objeto nulo.

Por isso, recupero a figura 2.2, renumerado para 7.18, a fim de confirmar ou refutar as hipóteses trazidas por outros estudos.

Figura 7.18 – Sujeitos nulos em diversos *corpora*

	TARALLO	RIBEIRO	MORAES CASTILHO	GALVES
PERÍODO	PB emerge no final do século XIX.	É possível que o PB tenha emergido na virada do século XVIII para o XIX.	Gramática que deu origem ao PB seria quatrocentista	Gramática que deu origem ao PB seria o PCl.
	x	x	x	✓

No próximo capítulo, discuto como quais os parâmetros envolvidos nessa mudança.

8 SOBRE A EMERGÊNCIA DO PB: UMA PERSPECTIVA PARAMÉTRICA

Neste capítulo, retomo a discussão proposta no capítulo 01 sobre a mudança linguística. Como ressaltado naquele capítulo, aquisição e mudança estão profundamente relacionadas e a abordagem que une aquisição e mudança do ponto de vista teórico é a Teoria de parâmetros (ROBERTS, 2019). Por isso, a partir da discussão proposta em Roberts (2019), Biberauer e Roberts (2017), Roberts (2010), etc., busco explicar, do ponto de vista da teoria dos parâmetros, o que acontece no português escrito por brasileiros nos séculos XVII e XVIII.

Em 8.1 retomo, brevemente, a discussão sobre aquisição e variação, focando na conjectura Borer-Chomsky e no algoritmo gerativo minimalista. Em 8.2 trato da Hierarquia de Parâmetros, focando nos fenômenos aqui estudados: efeito V2 e argumentos nulos e tento propor uma hierarquia paramétrica que explique o que acontece no português escrito por brasileiros entre os séculos XVII e XVIII. Em 8.3 tento demonstrar o efeito cascata de uma série de mudanças que vão dar origem ao PB. Para isso, defendo que é o empobrecimento do traço de pessoa que está por traz da mudança.

8.1 HIERARQUIA DE PARÂMETRO E MUDANÇA LINGUISTICA

A discussão mais recente sobre a Teoria de Parâmetros parte do que Baker (2008, p. 353) chama de Conjectura Borer-Chomsky, como apresentamos no capítulo 01, cuja proposta se assenta na ideia de que “todos os parâmetros de variação são atribuíveis às diferenças nos traços de itens específicos (por exemplo, núcleos funcionais) no léxico” .

Com a transferência do locus de variação para o léxico no Programa Minimalista, como discutido no capítulo 01, os parâmetros passam a ser vistos como as opções gramaticais que não são especificadas pela GU. Desse modo, o peso da GU no processo de aquisição se reduz, se restringindo a disponibilizar um conjunto de traços formais que são opcionalmente atribuídos pelos núcleos funcionais. À GU, se unem os Dados Linguísticos Primários (DLPs) e o que Chomsky (2005) chama de 3º fator, princípios não especificados da Faculdade da Linguagem. Das propriedades presentes no 3º fator, Roberts (2019) elenca duas que são importantes para explicar a variação paramétrica e mudança linguística: (i) a economia de traços; (ii) a generalização do input.

- (1) a. Economia de traço (ver Roberts e Roussou (2003, p. 201)):

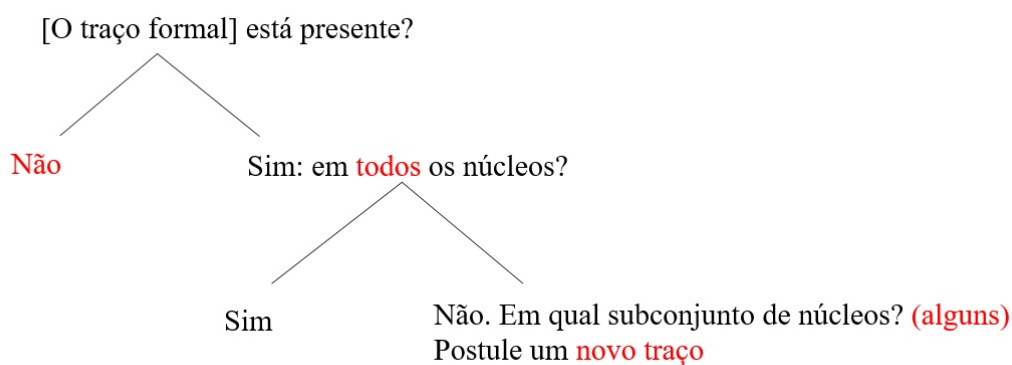
Postule o menor número possível de traços formais, dado os DLPs.

b. Generalização do input (ver Roberts (2007: 275)):

Maximize os traços formais disponíveis.

Roberts (2019) pontua que a Economia de traço e a Generalização do Input não são princípios gramaticais e sim frutos do conservadorismo computacional do dispositivo de aquisição da linguagem. A Economia de traço implica que há um número mínimo de traços formais consistentes com os DLPs. A Generalização do Input implica que o dispositivo de aquisição da linguagem generaliza os traços formais de uma determinada classe de núcleos funcionais, definindo os diferentes tipos de parâmetros (macro, micro, meso ou nanoparâmetros). Isto posto, a GU, os DLPs e as propriedades listadas em (1) interagem entre si para criar hierarquias, considerando-se que macroparâmetros são agregados de microparâmetros.

A macrovariação está situada no topo e a microvariação na base da hierarquia. Isto ocorre porque é a generalização do input quem organiza os tipos de parâmetro em uma hierarquia, preferindo inerentemente macroparâmetros do que classes menores como os microparâmetros, como podemos ver na hierarquia abaixo:



A princípio, o aprendiz não distingue categorialmente os traços, então os macroparâmetros são acionados, pois são opções menos marcadas. A partir da interação entre a GU, os DLPs e as propriedades listadas em (1), os mesoparâmetros podem se tornar disponíveis, caso o traço formal esteja presente. À medida em que as distinções categoriais surgem, os microparâmetros também podem ser tornar disponíveis, caso se restrinjam a um subconjunto de núcleos (ROBERTS, 2019, p. 83).

Quanto mais baixo na hierarquia, mais marcadas e complexas serão as opções a nível paramétrico. Do ponto de vista diacrônico, quanto mais encaixado, mais instáveis são os valores paramétricos (ROBERTS, 2019, p. 82), pois enquanto os valores que estão no topo da hierarquia

são mais salientes nos DLPs, os que estão na base precisam ser adquiridos item a item.

A hierarquia de parâmetros além de poder apontar como os traços formais interagem de modo a explicar uma mudança sintática, também pode explicar a direcionalidade da mudança, ou seja, quais formas atestadas é a mais natural/provável. Roberts (2019, p. 93) defende que, se ao longo do processo de aquisição as opções paramétricas tornam-se ambíguas, as crianças selecionarão gramáticas menos marcadas, o que corresponde a valores paramétricos mais altos na hierarquia.

	Mudança para cima	Mudança pra baixo
Economia de traço	Favorecido	Neutro
Generalização do Input	Favorecido	Desfavorecido

Segundo Roberts (2021), a Economia de traço pode alterar a distribuição dos traços sem alterar o inventário de traços disponíveis. A generalização do input favorece claramente marcações macroparamétricas, ou seja, ascendentes, como vimos acima. Assim, a direcionalidade da mudança seguiria a taxonomia dos parâmetros apresentada no capítulo 01, cuja assunção aponta que no nível mais alto de qualquer hierarquia há uma forte resistência à mudança ao contrário do que ocorre na base, ou seja, a mudança só vai ocorrer se os DLPs forem, de algum modo, obscurecidos, levando à redefinição dos valores paramétricos da gramática subjacente.

A noção de hierarquia – fruto da interação entre GU, DLPs e Economia de traço e generalização do input – é central para descrever a mudança paramétrica, segue a Conjectura Borer-Chomsky – visto que toda mudança envolve perda ou generalização de um conjunto de traços formais – e a proposição feita por David Lighfoot (1979) de que as mudanças sintáticas são impulsionadas pela aquisição da linguagem.

8.2 OS PARÂMETROS ENVOLVIDOS NA EMERGÊNCIA DO PB E O EFEITO CASCATA

Antes de apresentarmos os parâmetros envolvidos na emergência de uma gramática brasileira, retomo a tipologia dos parâmetros proposta por Roberts e Biberauer (2017):

- (2) Tipologia dos parâmetros: Dado um determinado valor v_i , de um traço parametricamente variável F:
 - a. Macroparâmetros: todos os núcleos de um tipo relevante, por exemplo, todas as sondas (probes), todos os núcleos de fase etc., compartilham v_i ;

- b. Mesoparâmetros: todos os núcleos de uma dada classe natural, por exemplo, [+ V] ou uma categoria funcional nuclear, compartilham v_i ;
- c. Microparâmetros: uma pequena subclasse lexicamente definível de núcleos funcionais (por exemplo, auxiliares modais, clíticos sujeitos) compartilham v_i ;
- d. Nanoparâmetros: um ou mais itens lexicais individuais são especificados para v_i .

A tipologia em (2) nos ajudará a situar quais são os valores envolvidos na mudança e se eles devem ser robustos do ponto de vista da aquisição.

8.2.1 O efeito V2

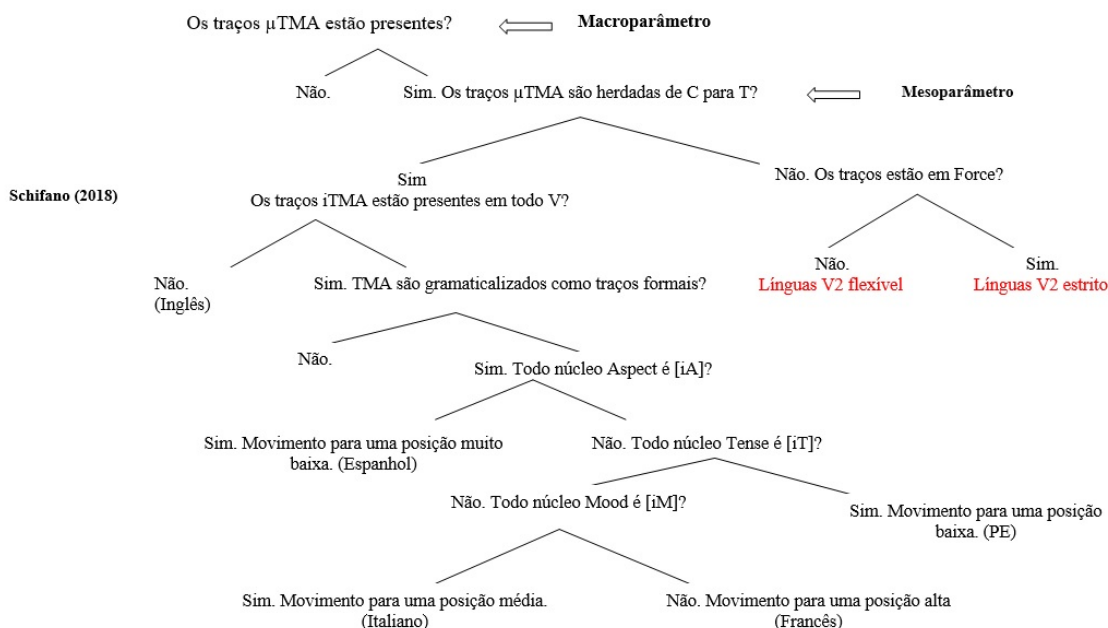
De acordo com Roberts (2019), o efeito V2 pode ser considerado um mesoparâmetro, pois os mesoparâmetros tendem a representar um traço típico de um grupo de línguas aparentadas. No caso do efeito V2, todas as línguas germânicas, exceto o inglês moderno, manifestam tal característica.

Como vimos no capítulo anterior, o português escrito por brasileiros ao longo do século XVII e XVIII perde as propriedades de língua V2 flexível. Por isso, tento formalizar essa mudança olhando para a Hierarquia de Parâmetro do movimento do verbo. A hierarquia proposta por Roberts (2019) se assenta em Chomsky (2008) que defende que TP apenas manifesta traços- ϕ e de tempo (Tense) se for selecionado por C. Desse modo, T herda os traços de tempo de C, que é um núcleo de fase.

Biberauer e Roberts (2017) parametrizam a possibilidade de C doar, compartilhar ou manter os traços de Tempo. Na maioria das línguas, os traços de tempo de C são herdados (doados ou compartilhados) por TP. Nas línguas V2 (exceto o islandês), C retém o traço de tempo, ou seja, T não herda esse traço, o que obriga o verbo a subir até C e, conseqüentemente, o traço de borda atrai um XP para seu especificador.

As implicações disso aparecem na Hierarquia Paramétrica a seguir. Aqui, herdar ou não o traço de Tempo de C tem um papel importante que distingue as línguas românicas das línguas germânicas. As línguas em que o fenômeno V2 é residual também têm a propriedade de atrair o verbo para C, em contextos restritos. O fenômeno V2 residual é regulado por um conjunto de microparâmetros e nanoparâmetros, que não serão discutidos aqui.

Hierarquia do movimento do verbo com adaptações



Fonte: Roberts (2019) com adaptações

A hierarquia acima, proposta por Roberts (2019), captura a ideia de que o parâmetro do movimento do verbo se limita às especificações dos traços formais em V, nos núcleos de Tempo, Modo e Aspecto (TMA) e na possibilidade de C doar, compartilhar ou manter os traços de Tempo. Nas línguas V2, C conserva os traços μ TMA, obrigando os verbos lexicais a subir até a camada CP. Já nas línguas românicas, C doa os traços μ TMA para T, formando uma fase C-T.

Agreguei a hierarquia proposta por Roberts (2019), a proposta de Wolfe (2019) que distingue línguas V2 estrito (Force V2) das línguas V2 flexível (Fin V2). Como chamei a atenção no capítulo 02, a hierarquia proposta por Wolfe (2019) não captura toda a gama de variações nas línguas V2, porém, irei utilizá-la aqui para evidenciar como um dado valor se move dentro da Hierarquia paramétrica.

Antes disso, elenco novamente as evidências de que a gramática dos brasileiros nascidos no século XVII difere da gramática dos brasileiros nascidos no século XVIII: aquela permitindo a subida do verbo até a camada FinP, e esta, permitindo a subida do verbo apenas até a camada TP.

A primeira evidência é a diminuição das ocorrências de VS com verbos transitivos e o aumento dessa ordem com inacusativos – que por sua estrutura não disparam a inversão do sujeito e conseqüente alçamento do verbo. A segunda, se refere aos casos de frontamento de objeto, que além de serem bastante restritos, apresentam majoritariamente a mesma estrutura,

dando indício de ser uma construção cristalizada:

- (3) a. E o mesmo esperamos faça na causa que este Senado traz com a Câmara de Camamu (va_Carneiro Neto, 1700).
 b. e o mesmo desse o solicitador que também apareceu nesta mesa de vereação (va_Pereira, 1710). [mesmo V (S)].
 c. E fica já em execução a cobrança das ditas imposições (va_Carneiro Neto, 1700).

Em (3c), o advérbio *já* está adjungido ao verbo principal e o sujeito permanece em VP. A variação na posição ocupada pelo advérbio *já* (se pós-verbal, se pré-verbal) também é encontrada em línguas como o italiano. Em italiano *già* pode ocorrer antes do verbo – com uma leitura enfática, focalizada – ou depois do verbo com uma leitura neutra.

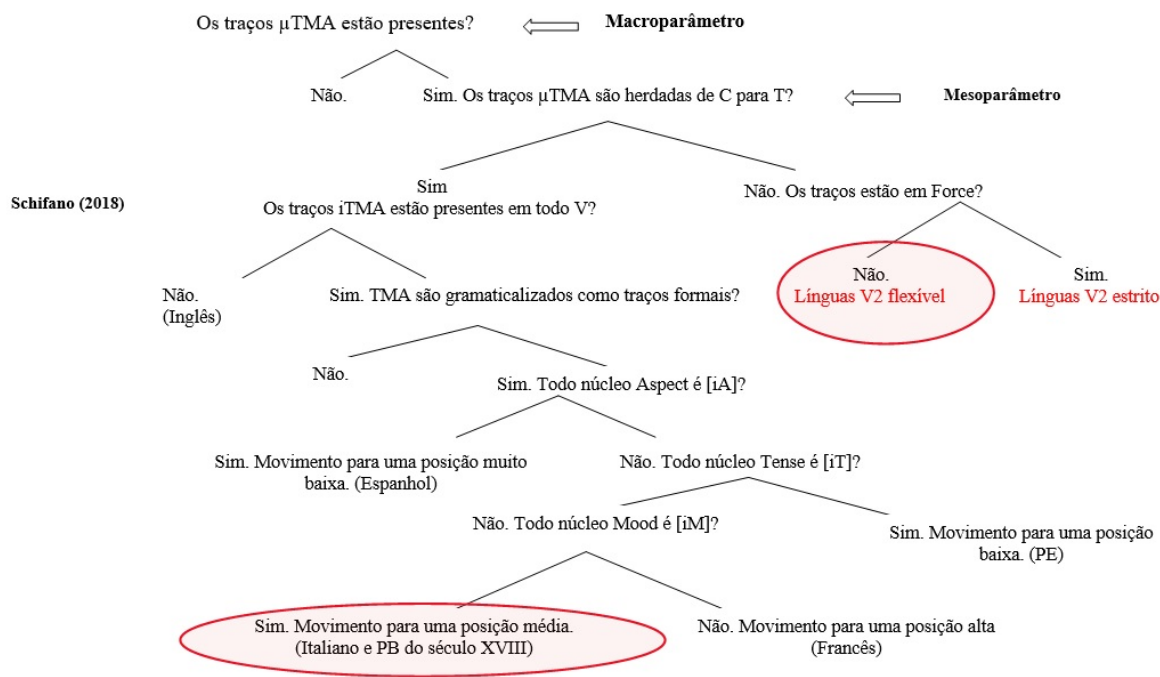
- (4) a. Io *già* so italiano
 b. Io so *già* italiano (SILVA, 2001, p. 33)

Se a variação atestada no século XVIII também é atestada no italiano, tem-se então evidências de que o verbo pode alcançar uma posição mais alta do que é relatado tanto para o PE quanto para o PB. Desse modo, na gramática instanciada pelos brasileiros nascidos no século XVIII, o verbo não sobre até CP, porém alcança uma posição mais alta do que é descrito para as gramáticas do PB e do PE .

A mudança delineada segue de uma opção mais alta na hierarquia paramétrica para uma posição mais baixa. Porém, em ambos os casos, os parâmetros envolvidos são mesoparâmetros. No caso das línguas românicas, a opção é mesoparamétrica pois em todas as línguas românicas, todos os verbos lexicais se movem para fora do domínio de VoiceP, tendo ao menos quatro locais de pouso, como vimos na hierarquia retratada acima (ROBERTS, 2019).

Daí, podemos afirmar que tanto nas línguas românicas quanto nas línguas germânicas todos os núcleos de uma dada classe natural, e.g. [+V] ou uma categoria funcional central compartilham um dado valor v_i . Porém, o valor compartilhado entre as línguas V2 não é o mesmo que é compartilhado entre as línguas românicas.

Hierarquia do movimento do verbo com adaptações



Fonte: Roberts (2019) com adaptações

A partir da hierarquia proposta, a distribuição dos traços de tempo nas línguas seria a seguinte:

- (5) a. Force V2: [Force[+Tempo]... [VP V[+Tempo]...]
- b. Fin V2: Fin[+Tempo]... [VP V[+Tempo]...]
- c. TMA: T/M/A[+Tempo]... [VP V[+Tempo] ...] (ROBERTS, 2021)

A variação entre as línguas tem origem onde o traço de tempo aparece. Se [+tempo] estiver em Force, o verbo se move para Force, resultando num sistema V2 estrito. Se Fin retem o traço [+tempo], o resultado é um sistema V2 flexível, em que o verbo se move para Fin. Se as línguas são como em (10c), o traço de [+tempo] pode aparecer nos núcleos de tempo, modo e aspecto. Em línguas sem movimento, os verbos não possuem um traço de [+tempo], ficando esse traço reservado para a classe de auxiliares.

A mudança de um sistema V-para-C para um sistema V-para-T não envolve perda de traços. O que está em jogo é o modo como os traços de [+tempo] são herdados por T. Enquanto no português escrito por brasileiros no século XVII, os traços de [+tempo] ficam “retidos” em Fin, no português escrito por brasileiros no século XVIII, C doa os traços de [+tempo] para T. Sendo assim, o português escrito por brasileiros nascidos no século XVII vai aos poucos

perdendo a propriedade de reter os traços [+tempo] e passa a doar seus traços para T. Desse modo, C não atrai mais v/V e o verbo sobe apenas até T.

8.2.2 Os argumentos nulos

O parâmetro do sujeito nulo também pode ser considerado um mesoparâmetro. Segundo Roberts (2019), a capacidade de C-T licenciar *pro* é um mesoparâmetro, pois afeta todos os sujeitos das orações finitas em uma determinada língua. As línguas românicas, com exceção do francês e do PB, são línguas de sujeito nulo consistente. A hierarquia de parâmetros do sujeito nulo resulta, entre outros fatores, da presença e da natureza dos traços- ϕ de C (já que T herda os traços de C) e dos traços- ϕ de D.

Como vimos no capítulo 03, a partir da proposta de Barbosa (2019) para línguas de sujeito nulo parcial e discursiva, Roberts (2019) propõe que *pro* é um nP radicalmente vazio [nP e] e que deve estar associado ao antecedente do traço [\pm pessoa]. A interação entre o traço [\pm pessoa] associado a C-T e o traço de [\pm pessoa] associado a D refletem a variação paramétrica. Por isso, C-T e D são centrais nessa abordagem, pois além de dar conta da presença de *pro* na posição sujeito, também considera a presença de objetos nulos. A premissa parte da discussão proposta por Barbosa (2019): se uma língua tem objeto nulo, então a língua tem sujeito nulo.

Outro aspecto considerado nessa proposta, como vimos no capítulo 03 é a interação entre D rico e concordância rica. Roberts (2019) e Biberauer e Roberts (2017) indicam que a interação entre D rico e concordância rica é fundamental no processo de aquisição, visto que a morfologia “guia” quais os traços formais relevantes para este processo. Portanto, a morfologia atua como gatilho no processo de aquisição. Roberts também chama a atenção para o fato que a interação entre D rico e concordância rica não é especificada pela GU.

A morfologia, ou o enfraquecimento da relação de concordância, tem sido apontado como fator desencadeador das mudanças pelas quais o PB passou. Ainda que não seja nosso foco olhar para as relações de concordância nos textos escritos por brasileiros ao longo do século XVIII, trago exemplos que evidenciam a “fragilização” das relações que podem ter afetado o *input* e conseqüentemente o processo de aquisição dos brasileiros nascidos no século XVIII.

- (6) a. E que o paredão da dita bica será como na forma de cais com fundamento e fortidão suficiente que tenha mão nos ímpetos do mar (va_Pereira, 1710).
- b. E os bens que possuía andava em praça pela fazenda real (va_Pereira, 1710).

- c. E sendo aí apareceram presente Pedro de Albuquerque da Câmara que havia sido eleito para servir de vereador este presente ano como consta do alvará da Mesa do Paço registrado a página 163 (va_Silveira, 1725).

O afrouxamento nas relações de concordância é apontado por uma série de pesquisadores (GALVES, 1993; PAGOTTO, 1993; DUARTE, 1995; MODESTO, 2000) como gatilho para as mudanças no sistema gramatical do português, dando origem ao PB. A hipótese de Galves (1933) é que o enfraquecimento da concordância corresponde à perda da 2ª pessoa na morfologia flexional, originando um sistema em que a pessoa funciona como um traço sintático (\pm pessoa). Discutirei essa questão na seção 8.3.

Outra evidência, já apontada na seção anterior, é a perda da inversão livre. Como ficou demonstrado, a partir do século XVIII, a presença de sujeitos definidos em uma posição pós-verbal começa a se restringir segundo a estrutura argumental do verbo. Portanto, há uma vinculação entre a restrição à ordem VS e a mudança de uma língua de sujeito nulo consistente para uma língua de sujeito nulo parcial, pois nas línguas de sujeito nulo parcial não há opção geral de inversão livre.

Por fim, o último indício de mudança é a ocorrência de sujeitos indeterminados. As sentenças com sujeito nulo indeterminado e verbo na 3ª pessoa do singular são consideradas na literatura como uma inovação brasileira. O aparecimento desse tipo de sentença estaria relacionado à perda do clítico *se* (GALVES, 1987).

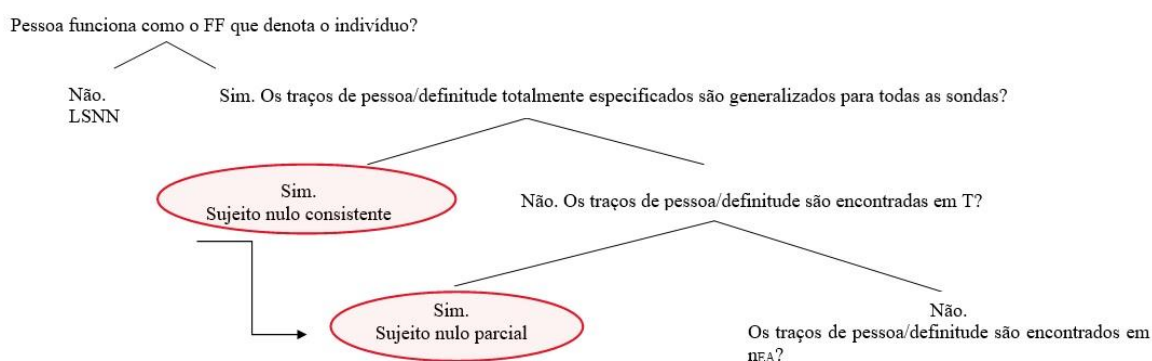
- (7)
 - a. E apresentou uma carta de Sua Majestade de vinte oito de março do presente ano, por onde lhe fazia mercê do cargo de Juiz de Fora desta cidade (va_Carneiro Neto, 1700).
 - b. E pôs na presença do Doutor Juiz de Fora, e mais vereadores estas faltas; (va_Silva, 1725).
 - c. Declara que na dita vereação por acordo da mesa de vereação se escreveu ao Doutor Ouvidor Geral e Provedor da Câmara a respeito de se levar a propina dos anos da Rainha Nossa Senhora como estava em estilo (va_Pereira, 1710).

Sentenças como as apresentadas em (7a), (7b) e (7c) podem ter uma interpretação genérica ou arbitrária em línguas de sujeito nulo parcial, ao contrário das línguas de sujeito nulo consistente, em que a presença de um pronome impessoal é necessária, como em (8).

- (8) Declara-se que do plano da rua até o vigamento do primeiro sobrado, terá de altura quinze palmos, e um para o vigamento, e assoalhado, que fazem dezesseis (va_Silva, 1725).’

Com base nas evidências elencadas acima, defendo que a partir do século XVIII, a mudança de uma língua de sujeito consistente para uma língua de sujeito nulo parcial começa a ocorrer.

Hierarquia paramétrica do sujeito nulo



Fonte: Roberts (2019) com adaptações

Em uma língua de sujeito nulo consistente como o PCI, tanto C-T quanto D tem o traço [+pessoa], permitindo que haja incorporação de D em T. Então, a mudança de uma língua de sujeito nulo consistente para língua de sujeito nulo parcial ocorre quando o traço de pessoa/definitude em C-T é perdido associado à perda da flexão de concordância (ROBERTS, 2021).

A partir da hierarquia proposta, a distribuição dos traços de pessoa/definitude nas línguas seria a seguinte:

- (9) a. LSNC: [T[+Pessoa]... [DP D[+Pessoa]...[NP pro]]
 b. LSNP: [T[+Pessoa]... [DP D/∅[-Pessoa]... [NP pro]] (ROBERTS, 2021)

Nas línguas de sujeito nulo consistente, tanto T quanto D tem o traço [+Pessoa]. Isso possibilita que haja incorporação de D em T. Nas línguas de sujeito nulo parcial, a incorporação nem sempre é possível porque o traço é [-Pessoa]. Como o traço está ausente, os sujeitos nulos podem ser interpretados como indefinidos nessas línguas. Diferente do efeito V2, aqui a mudança de uma língua de sujeito nulo consistente para uma língua de sujeito nulo parcial envolve a perda de traços.

Enquanto no português escrito por brasileiros no século XVII, os traços [+pessoa] aparecia tanto em C-T quanto em D, no português escrito por brasileiros no século XVIII, o traço em D ganha um valor negativo [-pessoa]. Segundo Roberts (2019), a perda de traços é um mecanismo fundamental para a mudança.

8.2.3 A colocação de clíticos

Como discutido no capítulo 02, os clíticos são formas átonas que tem independência sintática mas que dependem fonologicamente de um verbo. No PCI, além dos contextos de próclise e ênclise obrigatórias, registra-se a variação próclise x ênclise nas sentenças matrizes. Ao longo dos capítulos 06 e 07, diferentes evidências foram levantadas, mostrando que a próclise é quase categórica em todos os contextos analisados, inclusive nas sentenças V1.

Na ausência de uma hierarquia para dar conta da mudança que afeta os clíticos, reforço a questão do papel da prosódia na mudança que afeta o sistema gramatical no século XVII e XVIII. No capítulo anterior, vimos que, no século XVII, a colocação de clíticos – uma propriedade correlata do efeito V2 – já apresenta padrões parecidos com a gramática do PB.

Nos fenômenos como interpolação e subida de clítico, o que está em jogo é a interação entre a categoria a qual os clíticos se ligam sintaticamente que, no PCI, seria a categoria Infl. Na variação próclise ênclise, fatores prosódicos explicam porque um clítico não pode ser o primeiro elemento do primeiro X-barra da oração no PCI. Desse modo, há um requisito fonológico que força os clíticos a estarem em uma posição inicial com relação a algum limite entoacional.

Com base nas evidências apresentadas nos capítulos anteriores, o requisito fonológico por trás da colocação de clítico no PCI vai desaparecendo na gramática dos brasileiros, inclusive entre os nascidos no século XVII. A queda da restrição fonológica afeta os fatores prosódicos que regem a colocação de clíticos e é onde a mudança é vista primeiro. Desse modo, os contextos de variação próclise x ênclise e a proibição de o clítico aparecer em primeira posição na sentença caem e a próclise se generaliza.

8.3 LIGANDO OS PARÂMETROS ENVOLVIDOS: O EMPOBRECIMENTO DO TRAÇO DE PESSOA

A interação entre o efeito V2 e o parâmetro do sujeito nulo é, segundo Roberts (2021), instável, devido à ambiguidade excessiva de gatilhos ligados à ordem de palavras. Isso significa que a combinação entre esses parâmetros em algum momento vai fazer com que os aprendizes

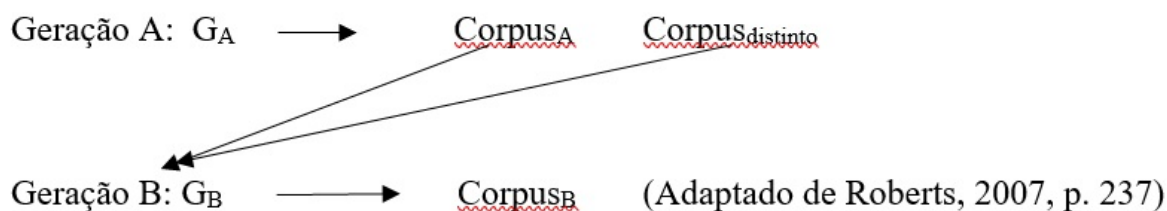
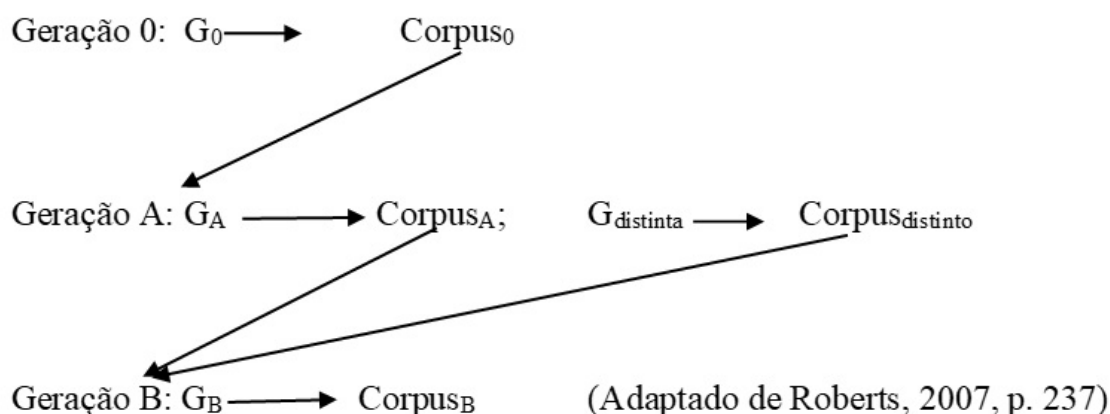
optem por um ou outro caminho. No caso das línguas românicas, com exceção do francês, a escolha foi a manutenção das propriedades de línguas de sujeito nulo consistente: concordância rica, sistema de artigo rico etc., então o efeito V2 se perde .

Diferente do que aconteceu com as outras línguas românicas, o PB não mantém as propriedades de língua de sujeito nulo consistente, ao contrário, apresenta algumas propriedades que o diferenciam do subgrupo de línguas românicas. O que faz, então, que o PB, tenha esse comportamento? É o que vou discutir agora.

A mudança que atinge o português no Brasil pode ser interpretada como resultado do contato entre o português, as línguas autóctones e as línguas africanas. Nesse processo, os DLPs são afetados por um sistema gramatical muito diferente. Como, em uma situação de contato, a aquisição de uma segunda língua por adultos ocorre de modo imperfeito, pois os estágios intermediários da aquisição de L2 difere dos estágios da aquisição de L1, a aquisição imperfeita pode “perturbar” os DLPs de modo a torná-los opaco, levando a efeitos de vários tipos. Nesse contexto, a aquisição de L2 é muito relevante para a mudança sintática.

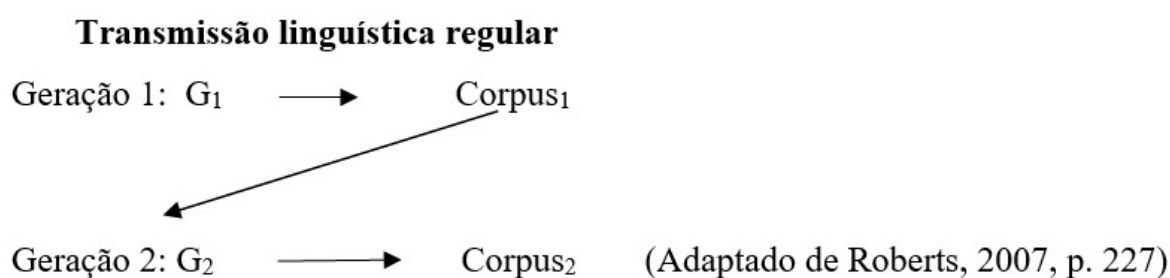
No capítulo 01, apresentamos dois tipos de mudança resultado de contato: a mudança por contato linguístico direto e a mudança por contato linguístico indireto, como retrato a seguir:

(10)

Contato linguístico direto**Contato linguístico indireto**

A essência da divisão entre contato direto e indireto tem relação com os DPLs. Na mudança por contato direto, a quantidade de tokens de um sistema distinto nos DPLs é significativamente maior do que no caso da mudança por contato indireto, porque neste caso, o grupo de falantes mais velhos interagem com o grupo de falantes mais jovens através de uma segunda língua. Desse modo, os DPLs do primeiro grupo é mais robusto e diferente do que o do segundo grupo.

O primeiro grupo representaria o processo de aquisição dos filhos dos portugueses e o segundo processo representaria a aquisição dos filhos de indígenas e africanos. Apesar de processos diferentes, não podemos dizer que os filhos de portugueses passaram por um processo de aquisição considerado “normal”, ou como a maioria dos pesquisadores defendem, uma processo de transmissão linguística regular (MATTOS E SILVA, 1998; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; CARDOSO, 2020). O processo que representa a transmissão linguística regular seria o seguinte:



O que está retratado em (11) é o processo de mudança linguística que não é fruto do contato. Aqui a mudança pode acontecer devido à natureza abdutiva do processo de aquisição e pode ser resumido como postulado por Roberts e Roussou (2003, p. 11):

(A population of) language acquirers converge on a grammatical system which differs in at least one parameter value from the system internalized by the speakers whose linguistic behavior provides the input to those acquirers.

Isso significa que G2 pode diferir de G1, pela natureza abdutiva do processo de aquisição, tendo como consequência a mudança num parâmetro, gerando um conjunto de reanálises (ROBERTS, 2006). Um exemplo disso é a mudança que atinge Portugal no século XVIII, em que, aparentemente, houve uma mudança nos padrões prosódicos (cf. GALVES; GALVES, 1995; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; SÂNDALO, 2012; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2018).

No Brasil, o processo de mudança é fruto do contato do português com as diferentes línguas autóctones e também as diferentes línguas africanas. (10) retrata, por um lado, o fato de que o input recebido pelos filhos de português (GB) é afetado pelo sistema linguístico das línguas indígenas e africanas a que tiveram contato refletindo um sistema gramatical diferente do de GA, por estarem em um ambiente diferente do de seus pais. A mudança por contato linguístico direto surge em contextos de migração, invasão etc., exatamente como aconteceu com os portugueses que migraram para o Brasil.

Por outro lado, (10) reflete o processo de aquisição de filhos de indígenas e africanos escravizados, pois o input a que esses indivíduos tiveram acesso não só é distinto do que GA recebeu, mas também GA fornece o input de uma língua que aprendeu como língua segunda. Isso obviamente afeta as configurações de parâmetros adquiridas pela geração GB.

Com os DLPs ambíguos, as evidências para a marcação paramétrica se torna instável, levando à mudança. Outra consequência da aquisição “imperfeita” é a drástica redução da

morfologia flexional que, no caso do PB, se reflete no enfraquecimento da marcação de pessoa e número, que conseqüentemente levou à reorganização do paradigma pronominal.

O enfraquecimento no traço de pessoa no PB é, seguindo Galves (1993; 2001), o que está por traz de algumas mudanças fulcrais na diacronia do PB. A perda da distinção do traço de pessoa estaria na base da emergência de uma gramática brasileira, sendo responsável tanto pela mudança no parâmetro do sujeito nulo, quanto pelo parâmetro da perda do movimento do verbo, a perda da distinção clítico/não clítico, como argumenta Galves (1993; 2018), levando a um efeito cascata no PB.

Schifano (2018) defende que é a perda da distinção do traço de pessoa que permite explicar as idiossincrasias do sistema de Tempo, Modo e Aspecto do PB. Relacionando o enfraquecimento da concordância de número/pessoa, ela aponta que PB não segue o padrão românico na hierarquia paramétrica proposta por ela, pois uma mudança radical atingiu o PB. Schifano (2018) exhibe outros exemplos como a perda do dativo e a mudança de língua de sujeito nulo consistente para parcial para mostrar que por trás de todas essas mudanças está o enfraquecimento do traço pessoa no PB.

Como vimos no capítulo 01, Longobardi (2001) propõe o princípio da inércia que defende que a mudança sintática não deve ocorrer, a menos que possa ser provocada. Um dos fatores que provoca a mudança é contato linguístico. No Brasil, a mudança, fruto do contato linguístico, afeta alguns mesoparâmetros, que são conservadores diacronicamente, mas que são passíveis à mudança induzida pelo contato. É possível que as mudanças surjam como um efeito dominó, considerando a conjectura Borer-Chomsky.

O contato linguístico possibilita que a mudança seja empiricamente motivada e afeta sistemas que tendem a ser diacronicamente muito estáveis, como os sistemas mesoparamétricos, mas também desempenha um papel importante a nível microparamétrico. Um exemplo disso, é a colocação de clíticos. Roberts (2019) aponta que a colocação de clíticos nas línguas românicas é um microparâmetro. No PB, a próclise é generalizada; no PCI a colocação é regida por fatores prosódicos. Desse modo, entre a gramática clássica que chegou ao Brasil e a gramática instanciada pelos brasileiros nascidos tanto no século XVII quanto no século XVIII, há a queda da restrição prosódica presente no PCI.

A queda da restrição prosódica e conseqüentemente a mudança no padrão de colocação de clíticos estão de acordo com a conjectura Borer-Chomsky, dado que uma série de mudanças microparamétricas pode aparentar uma mudança mesoparamétrica gradual e pode ter um efeito cascata sobre a língua. Nos dados analisados, o contato linguístico simplificou a morfologia

da língua, de modo que a concordância de número e pessoa foram afetadas. A simplificação provocou a perda do traço semântico que distingue as três pessoas do discurso (GALVES, 1993). Isso trouxe consequências para a subida do verbo (GALVES, 1994/2001, SCHIFANO, 2018) e o parâmetro do sujeito nulo, gerando um efeito cascata nessa língua.

8.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, retomei a discussão apresentada no capítulo 01 que vincula aquisição e mudança, dentro da abordagem gerativistas (LIGHTFOOT, 1979; 1991; ROBERTS, 2006; KROCH, 1994; 2001). Ainda, discuti a hierarquia de parâmetros tentando entender quais os parâmetros envolvidos na mudança que acontece no século XVIII e como eles interagem.

Adoto a hipótese de Galves (1993; 1994/2001) de que o enfraquecimento do traço de pessoa desencadearia uma série de mudanças no PB. O enfraquecimento é fruto da ambiguidade nos DLPs tanto dos brasileiros filhos de portugueses – que adquiriram a língua não via transmissão linguística regular, mas via contato linguístico direto – quanto os filhos de africanos escravizados e de indígenas – que adquiriram a língua via contato linguístico indireto. O enfraquecimento do traço de pessoa estaria ligado a uma cascata de mudanças internas à língua que vai da fonologia à morfologia, e da morfologia à sintaxe.

Ao ligar o processo de mudança sintática à aquisição, assume-se que a mudança sintática se relaciona a uma significativa alteração nos DLPs. Essa alteração embora se fixe de modo abrupto, aparece nos dados via competição de gramáticas (KROCH, 1994; 2001), em que uma gramática conservadora vai perdendo o espaço para uma gramática conservadora. Desse ponto de vista, defendo que a gramática do PB emerge no século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi analisar sintaticamente um conjunto de Cartas e Atas Produzidas por Homens Bons da Câmara Municipal de Salvador, a fim de observar se as cartas e atas produzidas por brasileiros nascidos entre 1600 e 1725, escrevendo ao longo dos séculos XVII e XVIII, apresentam (i) alguma mudança em relação ao Português Clássico (PCl); (ii) diferenciação em relação ao PE moderno e (iii) indícios da emergência de uma gramática brasileira. A partir de uma abordagem comparativa, analisei quatro fenômenos sintaticamente interligados: efeito V2, colocação de clíticos, sujeito e objeto nulos.

No que diz respeito ao efeito V2, o Português do século XVII manifesta movimento do verbo para a periferia esquerda da sentença tal como acontece com o PCl, ou seja, no século XVII a gramática instanciada entre os escrivães brasileiros era uma gramática V2 flexível. Nessa gramática, as construções de inversão eram generalizadas, não se restringindo às construções inacusativas, como começa a ficar evidente a partir do século XVIII, quando a possibilidade de inversão com verbos transitivos perde espaço, evidenciando a perda do efeito V2.

Em relação ao campo pré-verbal, no século XVII há uma ausência de especificação, compatível com línguas V2 prototípicas, o contrário do que acontece no século XVIII, em que os PPs aparecem no campo pré-verbal em quase 51% das sentenças matrizes. Nesse aspecto, há uma diferença com o PE em que a perda do efeito V2 implica em uma especificação da posição pré-verbal que passa a ser ocupada pelo DP sujeito. Não se sabe se um maior número de PPs no campo pré-verbal está ligado ao gênero textual analisado. Por isso, em investigações futuras se faz necessário ampliar os gêneros textuais investigados.

Ainda no século XVIII, olhando para a interface sintaxe-discurso, as sentenças VSO e VOS apresentam interpretações compatíveis tanto com a gramática do PCl quanto com a gramática do PB, o que aponta para um intenso processo de competição de gramáticas. Desse modo, podemos afirmar que a gramática instanciada entre os brasileiros nascidos já não é a mesma gramática do século XVII.

A propriedade correlata do efeito V2 – colocação de clíticos – também apresenta um padrão similar ao encontrado no PCl, com exceção da ocorrência de próclise em sentenças V1 e em sentenças em que oração dependente aparece fronteira. Os dados analisados apontam para um processo de diferenciação que começa já no século XVII e se mantém no século XVIII. Há evidências, portanto, da perda de fronteira prosódica que anuncia uma característica

idiossincrática da gramática do PB: a próclise generalizada.

Nas construções com predicados complexos, tanto no século XVII quanto no século XVIII, o padrão encontrado é bastante similar à gramática do PCI, porém com apenas um caso de não subida de clítico com próclise ao verbo não finito – inovação brasileira. Isso se deve ao fato de que a posição do clítico é definida por fatores sintáticos e não morfofonológicos (GALVES, TORRES MOARES, RIBEIRO, 2005). Desse modo, a perda da fronteira prosódica é mais perceptível e tem impactos instantâneos na colocação de clíticos, diferente da mudança nos predicados complexos. Para Galves, Torres Moraes, Ribeiro (2005), a mudança na posição dos clíticos está relacionada à perda do clítico acusativo de terceira pessoa, fato que não atestamos em nossos dados.

A propósito, ainda que a ocorrência de objetos nulos seja bastante pequena na gramática do século XVIII, há evidências - objetos nulos com leitura referencial - que apontam para a emergência de uma gramática similar à brasileira. Ainda, é importante ressaltar que o número de clíticos encontrados após a busca com *CorpusSearch* é bastante pequeno se comparado ao número de sentenças analisados. Por isso, em investigações futuras, faz-se necessário observar quais estratégias são utilizadas para a substituição dos clíticos.

A interpolação da negação e de XPs foram analisadas a fim de confirmar a hipótese de Ribeiro (1998) e Galves (2007) de que uma das gramáticas que está na base do PB é a gramática clássica. Os padrões de interpolação são compatíveis com o PCI, o que confirma a hipótese de que o PB muda em relação ao PCI e não ao PE.

O sujeito nulo é bastante produtivo, porém há diferenças entre os brasileiros nascidos no século XVII e XVIII. Há uma queda paulatina no uso sujeitos nulos nas sentenças matrizes, sujeitos nulos com a morfologia de 1ª pessoa são mais produtivos do que sujeitos nulos de 3ª pessoa, além de ocorrerem sujeitos indeterminados (inovação brasileira).

Assim, ficou manifesto que a *língua das caravelas* (GALVES, 2007) é o PCI e que é a gramática clássica e não a gramática do PE que está na base do PB. Ficou evidente também que, enquanto os brasileiros nascidos no século XVII exibem uma gramática compatível com a gramática clássica, os brasileiros nascidos no século XVIII já apresentam indícios da emergência de uma gramática brasileira: perda da subida do verbo, inversão do sujeito se tornando restrita aos verbos inacusativos, aprofundamento da generalização da próclise nas sentenças matrizes, ocorrências de sujeitos indeterminados e casos incipientes de objeto nulo.

O parâmetro envolvido nessa mudança seria a perda do traço de Pessoa, fruto da ambiguidade nos DLPs tanto daqueles que adquiriram a língua via contato linguístico direto

quanto daqueles que adquiriram a língua via contato linguístico indireto. O enfraquecimento do traço de pessoa causou um efeito cascata nas propriedades de movimento do verbo, no parâmetro *pro-drop* e colocação e posição dos clíticos. Como a gramática conservadora perde espaço para a gramática inovadora de modo paulatino, o século XVIII será apenas o início de um intenso processo de competição de gramáticas (KROCH, 1994; 2001), que têm seu ápice no século XIX.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Parametrizing agr: Word order, v-movement and epp-checking. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 16, n. 3, p. 491–539, 1998.
- AMBAR, M. M. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. [S.l.]: Edições Colibri, 1992. v. 1.
- ANDRADE, A. de; GALVES, C. Contrast and word order: A case study on the history of portuguese. *Glossa: a journal of general linguistics*, Open Library of Humanities, v. 4, n. 1, 2019. ISSN 2397-1835.
- ANDRADE, A. L. d. *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.
- ANDRADE, A. L. de; CARNEIRO, Z. D. O. N. A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes. *Filologia e Linguística Portuguesa*, Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA), v. 16, n. spe, p. 125, dec 2014.
- ANTONELLI, A. L. *O clítico se e a variação ênclise/próclise do Português Médio ao Português Europeu Moderno*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007.
- ANTONELLI, A. L. *Sintaxe da posição do verbo e mudança gramatical na história do português europeu*. 230f. p. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2011.
- ANTONELLI, A. L. Orações subordinadas sem o complementizador que no português clássico. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, SciELO Brasil, v. 30, p. 197–212, 2014.
- BAKER, M. C. The macroparameter in a microparametric world. In: BIBERAUER, T. (Ed.). *The Limits of Syntactic Variation*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 351–373.
- BARBOSA, A. Século das luzes: Portugal e espanha, o brasil e a região do rio da prata. In: _____. Frankfurt am Main: TFM, 2006. cap. Da historia social à sociolingüística histórica do português no Brasil: mercadores portugueses no apagar do Século das Luzes, p. 553–566.
- BARBOSA, M. d. P. P. Two kinds of subject pro. *Studia Linguistica*, Wiley, v. 63, n. 1, p. 2–58, apr 2009.
- BARBOSA, P. *Null subjects*. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Massachusetts Inst. of Technology Cambridge, Massachusetts, 1995.
- BARBOSA, P. Ainda a questão dos sujeitos pré-verbais em pe: uma resposta a costa (2001). *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, SciELO Brasil, v. 22, p. 345–402, 2006.

- BARBOSA, P. <italic toggle="yes">pro</italic> as a minimal np: toward a unified approach to pro-drop. *Linguistic Inquiry*, v. 50, n. 3, p. 487–526, 2019. ISSN 0024-3892.
- BENINCÀ, P. Osservazioni sulla sintassi dei testi di Ivo Mazon. *Langue, dialecte, Litterature. Etudes romanes à la mémoire de Hugo Plomteux*, Leuven University Press Louvain, p. 187–197, 1983.
- BENINCÀ, P. Complement clitics in medieval romance: the Tobler-Mussafia law. In: BATTY, A.; ROBERTS, I. (Ed.). *Clause structure and language change*. Oxford: Oxford University Press Oxford, 1995. p. 325–344.
- BENINCÀ, P. The left periphery of medieval romance. *Studi Linguistici e Filologici Online*, v. 2, n. 2, p. 243–297, 2004.
- BENINCÀ, P. Crosslinguistic research in syntax and semantics: Negation, tense and clausal architecture. In: _____. Georgetown: Georgetown University Press, 2006. cap. A detailed map of the left periphery of medieval Romance, p. 53–86.
- BERBER SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. Rio de Janeiro: Editora Manole Ltda, 2004.
- BERLINCK, R. d. A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, 1988.
- BERLINCK, R. d. A.; COELHO, I. L. Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista. In: _____. São Paulo: Contexto, 2018. cap. A ordem do sujeito em construções declarativas na história do português brasileiro, p. 308–381.
- BERTOLETTI, E. C.; BELLOTTO, H. L.; DIAS, É. S. d. A. C. O projeto resgate de documentação histórica barão do rio branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, v. 29, n. 1, p. 1–26, 2011.
- BIBERAUER, T. Semi null-subject languages, expletives and expletive pro reconsidered. In: BIBERAUER, T.; HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; SHEEHAN, M. (Ed.). *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press Cambridge, 2010. p. 153–199.
- BIBERAUER, T.; ROBERTS, I. Parameter setting. In: LEDGEWAY, A.; ROBERTS, I. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Historical Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 134–162.
- BIBERAUER, T.; ROBERTS, I. Cascading parameter changes: Internally-driven change in middle and early modern English. In: ROBERTS, I. (Ed.). *Diachronic and Comparative Syntax*. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 227–257.
- BOHNACKER, U.; ROSÉN, C. The clause-initial position in 12 German declaratives: Transfer of information structure. *Studies in Second Language Acquisition*, Cambridge University Press, v. 30, n. 4, p. 511–538, 2008.
- BORER, H. Restrictive relatives in modern Hebrew. *Natural Language and Linguistic Theory*, Springer, v. 2, n. 2, p. 219–260, 1984. ISSN 0167-806X. Acesso em: 8 mar. 2019.
- BORGES, H. *A sintaxe do sujeito na história do Português em Goiás: evidências oitocentistas de uma língua de sujeito nulo parcial*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

- CARDEIRA, E. *Entre o Português Antigo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- CARDIM, P.; KRAUSE, T. Salvador da bahia: retratos de uma cidade atlântica. In: _____. Salvador/Lisboa: EDUFBA; CHAM, 2016. cap. A Comunicação entre a câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII, p. 47–97.
- CARDOSO, L. d. S. *A gramática dos pronomes clíticos no Brasil colônia: o português clássico na história do português brasileiro*. Dissertação (Dissertacao (Mestrado em Estudos Linguísticos)) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.
- CARNEIRO, Z.; GALVES, C. Variação e gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 18, n. 2, p. 7–38, 2010.
- CARNEIRO, Z. D. O. N.; LACERDA, M. F. d. O. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências*, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB, v. 8, n. 1, p. 205, jul 2019.
- CARNEIRO, Z. O. N. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2246 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2005.
- CASTRO, I. Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam celso cunha. In: _____. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. cap. O retorno à filologia, p. 511–520.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Foris: Dordrecht, 1982.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding: The Pisa lectures*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1993.
- CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: The framework (mitopl 15). In: MARTIN, ROGER ET ALI. *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Massachusetts: MIT press, 2000. p. 89–155.
- COGNOLA, F. *Syntactic variation and verb second: A German dialect in Northern Italy*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2013.
- COSTA, J. *Subject Positions and Interfaces: The case of european portuguese*. Berlin; New York: De Gruyter Mouton, 2004.
- CYRINO, S. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, 1994.
- CYRINO, S. M. L.; MATOS, G. Vp ellipsis in european and brazilian portuguese: a comparative analysis. *Journal of Portuguese Linguistics*, Open Library of the Humanities, v. 1, n. 2, p. 177, dec 2002.
- D’ALESSANDRO, R. Null subject. In: FÁBREGAS ANTONIO, e. a. (Ed.). *Contemporary linguistic parameters*. [S.l.]: Bloomsbury Press London, 2015. p. 201–226.
- DEN BESTEN, H. On the interaction of root transformations and lexical deletive rules. *On the formal syntax of the Westgermania*, v. 3, p. 4–12, 1983.
- DIRETÓRIO... Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do pará, e maranhão, enquanto sua majestade não mandar o contrário (1755-1757). In: . [S.l.: s.n.], 1957.

- DRESHER, B. E. Charting the learning path: Cues to parameter setting. *Linguistic Inquiry*, v. 30, n. 1, p. 27–67, 1999. ISSN 0024-3892.
- DUARTE, M. E. L. Português brasileiro: uma viagem diacrônica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Ed.). [S.l.]: Editora da UNICAMP, 1993. cap. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito nulo no português do Brasil, p. 107–128.
- EIDE, K. *Word order structures and unaccusative verbs in Classical and Modern Portuguese. The reorganisation of information structure*. Tese (Doutorado) — University of Oslo, Oslo, 2006.
- EIDE, K. G.; SITARIDOU, I. Contrastivity and information structure in the old ibero-romance languages. In: EIDE, K. G.; BECH, K. (Ed.). *Information Structure and Syntactic Change in Germanic and Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 377–412.
- FÁVERO, M. d. L. d. A. A universidade no brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar em Revista*, FapUNIFESP (SciELO), n. 28, p. 17–36, dec 2006.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2000.
- FIGUEREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitas*. Tese (phdthesis) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, dec 1996.
- FREY, W. The grammar-pragmatics interface and the german prefield. In: *The Architecture of Focus*. [S.l.]: De Gruyter Mouton, 2006. p. 235–264.
- GALVES, A.; GALVES, C. A case study of prosody driven language change. In: . [S.l.: s.n.], 1995.
- GALVES, C. Pronomes e categorias vazias em português do brasil. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 7, p. 107–136, 1984.
- GALVES, C. O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 17, p. 65–90, 1989.
- GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos linguísticos*, 1998.
- GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A. d.; MORAES, M. A. T.; LOPES, R.; CYRINO, S. (Ed.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007. p. 513–528.
- GALVES, C. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; RIBEIRO, S.; SOLEDADE, J. (Ed.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 65–74.
- GALVES, C. O corpus tycho brahe: um corpus sintaticamente anotado do português histórico. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências*, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB, v. 8, n. 1, p. 181, jul 2019.
- GALVES, C. Relaxed verb second in classical portuguese. In: WOODS, R.; WOLFE, S. (Ed.). *Rethinking verb second*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 368–395.

- GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in clitic placement from classical to modern european portuguese: results from the tycho brahe corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, Open Library of Humanities, v. 4, n. 1, p. 39–67, 2005. ISSN 2397-5563.
- GALVES, C.; GIBRAIL, A. Subject inversion in transitive sentences from classical to modern european portuguese: A corpus-based study. In: MARTINS, A. M.; CARDOSO, A. (Ed.). *Word Order Change*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- GALVES, C.; MORAES, M. A. T.; RIBEIRO, I. Syntax and morphology in the placement of clitics in european and brazilian portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Open Library of the Humanities, v. 4, n. 2, p. 143, dec 2005.
- GALVES, C.; NAMIUTI, C.; SOUSA, M. C. Paixão de. Grammatische structuren des europäischen portugiesisch. In: _____. Calapinus Verlag: Turbigen, 2006. cap. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa, p. 45–75.
- GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in the position of the verb in the history of portuguese: Subject realization, clitic placement, and prosody. *Language*, Linguistic Society of America, v. 93, n. 3, p. e152–e180, 2017. ISSN 1535-0665.
- GALVES, C.; SANDALO, F. From intonational phrase to syntactic phase: The grammaticalization of enclisis in the history of portuguese. *Lingua*, v. 122, n. 8, p. 952–974, 2012.
- GALVES, C. C. V-movement, levels of representation and the structure of s. *Letras de Hoje*, v. 29, n. 2, nov. 1994. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15751>>.
- GIBRAIL, A. *Contextos de formação de estruturas de tópico e foco no Português Clássico*. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.
- GRAVINA, A. P. *A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro (1845-1950)*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- GRAVINA, A. P. *Sujeito nulo e ordem VS no português brasileiro: um estudo diacrônico-comparativo baseado em corpus*. Tese (Tese) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- HAEGEMAN, L. Verb-second, the split cp and null subjects in early dutch finite clauses. *GenGenP (Geneva Generative Papers)*, v. 4, p. 133–175, 1996.
- HINTERHÖLZL, R.; PETROVA, S. From v1 to v2 in west germanic. *Lingua*, Elsevier BV, v. 120, n. 2, p. 315–328, feb 2010.
- HOLMBERG, A. *Word order and syntactic features in the Scandinavian languages and English*. 254 f. Tese (Doutorado) — Stockholm University, Campinas, 1986.
- HOLMBERG, A. Is there a little pro? evidence from finnish. *Linguistic Inquiry*, MIT Press - Journals, v. 36, n. 4, p. 533–564, oct 2005.

- HOLMBERG, A. Verb second. In: KISS, T.; ALEXIADOU, A. (Ed.). *Syntax theory and analysis:: an international handbook of contemporary syntactic research*. Berlin: [s.n.], 2015. p. 342–383.
- HOLMBERG, A.; PLATZACK, C. Issues in germanic syntax. In: ABRAHAM, W.; KOSMEIJER, W.; REULAND, E. (Ed.). [S.l.]: De Gruyter Mouton, 1995. cap. On the role of inflection in Scandinavian syntax, p. 93–118.
- HOLMBERG, A.; ROBERTS, I. Parameters and the three factors of language design. In: *Linguistic Variation in the Minimalist Framework*. [S.l.]: Oxford University Press, 2014. p. 61–81.
- HSU, B. Verb second and its deviations: An argument for feature scattering in the left periphery. *Volume 2*, Open Library of the Humanities, v. 2, n. 1, apr 2017.
- HUANG, J. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, The MIT Press, v. 15, n. 4, p. 531–574, 1984. ISSN 00243892, 15309150. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178404>>.
- HUNDTON, S. *Corpora in applied linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- JENSET, G. B.; MCGILLIVRAY, B. *Quantitative Historical Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KABATEK, J. Para a história do português brasileiro, vol. 6: novos dados, novas análises. In: _____. Salvador: EDUFBA, 2006. cap. Tradições discursivas e mudança linguística, p. 505–530.
- KAISER, G. A ordem das palavras ea posição do verbo finito no português antigo. In: UNIVERSIDADE EÖTVÖS LORÁND BUDAPESTE. *Actas do Congresso Internacional organizado por motivo dos vinte anos do Português no Ensino Superior*. [S.l.], 1999. p. 248–259.
- KATO, M. A. A restrição de mono-argumentalidade da ordem vs no português do brasil. *Fórum linguístico*, v. 2, n. 1, p. 97–127, 2000.
- KEPLER, F. N.; FINGER, M. Part-of-speech tagging of portuguese based on variable length markov chains. In: *Lecture Notes in Computer Science*. [S.l.]: Springer Berlin Heidelberg, 2006. p. 248–251.
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language variation and change*, Cambridge University Press, v. 1, n. 3, p. 199–244, 1989.
- KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. [S.l.]: Blackwell, 2001. p. 699–729.
- KROCH, A.; TAYLOR, A. Verb movement in old and middle english: Dialect variation and language contact. In: KEMENADE, A. van; VINCENT, N. (Ed.). *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 297–325.
- KROCH, A.; TAYLOR, A.; RINGE, D. The middle english verb-second constraint: A casestudy in language contact and language change. In: HERRING, S.; SCHOSLER, L.; REENEN, P. van (Ed.). *Textual Parameters in Older Language*. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 353–391.

LACERDA, M. F. d. O.; CARNEIRO, Z. D. O. N.; SANTIAGO, H. D. S. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. *A Cor das Letras*, Universidade Estadual de Feira de Santana, v. 17, n. 1, p. 127, fev 2017.

LIGHT, C. *The syntax and pragmatics of fronting in Germanic*. Tese (Phd Thesis) — University of Pennsylvania, Pennsylvania, 2012.

LIGHTFOOT, D. *Principles of Diachronic Syntax*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOT, D. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT Press Cambridge, MA, 1991.

LIGHTFOOT, D. *The Development of Language: Acquisition, Change, and Evolution*. Oxford: Blackwell, 1999.

LOBO, T. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Ed.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. [S.l.]: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003. p. 395–409.

LONGOBARDI, G. Formal syntax, diachronic minimalism, and etymology: the history of French, *chez. Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 2, p. 275–302, 2001. ISSN 0024-3892.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, FapUNIFESP (SciELO), v. 33, n. 2, p. 347–382, aug 2017.

MACEDO-COSTA, T. *Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2016.

MAGRO, C. *Clíticos: variações sobre o tema*. Tese (Tese (Doutorado em Linguística - Faculdade de Letras) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

MAGRO, C.; GALVES, C. *Portuguese Syntactic Annotation*. <https://www.tycho.iel.unicamp.br/manual/>, 2019.

MARQUILHAS, R. Maos inábeis nos arquivos da inquisição: fontes para o estudo fonológico do português do século xvii. In: GALAXIA. *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Lisboa, 1998. p. 761–768.

MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado) — Universidade de Lisboa, 1994.

MARTINS, A. M. 15. a colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: *Manual de linguística portuguesa*. [S.l.]: De Gruyter, 2016. p. 401–430.

MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 326 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

- MEDEIROS, C. S. L. *A ordem de palavras no português medieval*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2018.
- MENDÍVIL GIRÓ, J. L. *El cambio lingüístico: sus causas, mecanismos y consecuencias*. Madrid: Síntesis, 2015. ISSN 2314-2634.
- MIOTO, C. *Negação sentencial no português brasileiro e teoria da gramática*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1992.
- MODESTO, M. *On the identification of null arguments*. Tese (Phd thesis) — University of Southern California, California, 2000.
- MOHR, S. V2 as a single-edge phenomenon. In: *Selected Papers from the 2006 Cyprus Syntaxfest*. [S.l.]: Cambridge, 2009. p. 141–158.
- MORAES DE CASTILHO, C. M. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do séc. xv. In: SILVA, R. V. Mattos e (Ed.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 57–89.
- NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança*. 331 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2008.
- NEGRAO, E. V.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a discourse-oriented language. In: *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2000. p. 105–126.
- NEWMAYER, F. J. Against a parameter-setting approach to typological variation. *Linguistic Variation Yearbook 2004*, John Benjamins Publishing Company, v. 4, p. 181–234, dec 2004.
- NOLL, V. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008.
- ORDÓÑEZ, F.; TREVIÑO, E. Left dislocated subjects and the pro-drop parameter: A case study of Spanish. *Lingua*, Elsevier BV, v. 107, n. 1-2, p. 39–68, feb 1999.
- PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português—um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem., 1992.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua Barroca: Sintaxe e História do português nos 1600*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)., Campinas, 2004.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. E-dictor: Uma ferramenta integrada para a anotação de edição de classe de palavras. In: . [S.l.: s.n.], 2007.
- Maria Clara Paixão de Sousa, Fabio Kepler e Pablo Faria. *e-Dictor*. 2009.
- PESETSKY, D.; TORREGO, E. Tense, case, and the nature of syntactic categories. In: *The Syntax of Time*. [S.l.]: The MIT Press, 2004.
- PESSOA, M. d. B. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tubingen: Niemeyer, 2003.

PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. Tese (Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, C. F. *Ordem de palavras, movimento do verbo e efeito V2 na história do espanhol*. Tese (phdthesis) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PINTZUK, S.; TAYLOR, A.; WARNER, A. Corpora and quantitative methods. In: *The Cambridge Handbook of Historical Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 218–240.

POLETTI. The left-periphery of v2-romance dialects: a new view on v2 and v3. In: BARBIERS, S.; CORNIPS, S.; KLEIJ, S. van der (Ed.). *Syntactic Microvariation*. [S.l.]: Meertens Institute, 2002. p. 214–242.

POLLOCK, J.-Y. Verb movement, universal grammar, and the structure of ip. *Linguistic inquiry*, v. 20, n. 3, p. 365–424, 1989.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RAPOSO, E. Studies in romance linguistics. In: _____. Dordrecht: Foris Publications, 1986. cap. On the null object in European Portuguese, p. 373–390.

RAPOSO, E. Definite/zero alternations in portuguese. In: *Romance Linguistics*. [S.l.]: John Benjamins Publishing Company, 1998. p. 197.

RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. Unicamp. 286 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1995.

RIBEIRO, I. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática. In: CASTILHO, A. T. d. (Ed.). *Para História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 101–119.

RINKE, E. Verb placement in old portuguese. In: *Studies in Language Companion Series*. [S.l.]: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 309–332.

RIZZI, L. II. violations of the wh island constraint and the subjacency condition. *Issues in Italian syntax*, Foris Dordrecht, p. 49–76, 1982.

RIZZI, L. Null objects in italian and the theory of pro. *Linguistic Inquiry*, The MIT Press, v. 17, n. 3, p. 501–557, 1986. ISSN 00243892, 15309150. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178501>>.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Springer, 1997. p. 281–337.

ROBERTS, I. Agreement parameters and the development of english modal auxiliaries. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 3, n. 1, p. 21–58, 1985.

ROBERTS, I. *Verbs and Diachronic Syntax: A Comparative History of English and French*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

ROBERTS, I. The c-system in brythonic celtic languages, v2, and the epp. In: RIZZI, L. (Ed.). *The cartography of syntactic structures: The Structure of CP and IP*. New York: Oxford University Press, 2004. v. 2, p. 297–328.

- ROBERTS, I. *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- ROBERTS, I. Macroparameters and minimalism. In: GALVES, C. e. a. (Ed.). *Parameter Theory and Linguistic Change*. [S.l.]: Oxford University Press, 2012. p. 320–335.
- ROBERTS, I. *Parameter hierarchies and universal grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- ROBERTS, I.; HOLMBERG, A. Introduction: parameters in minimalism theory. In: BIBERAUER, T.; HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; SHEEHAN, M. (Ed.). *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1–57.
- ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. *Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2003. (Cambridge Studies in Linguistics).
- RODRIGUES, C. *Impoverished Morphology and A-Movement out of Case Domains*. Tese (Phd Thesis) — University of Maryland, Department of Linguistics, Maryland, 2004.
- SAITO, M. Notes on east asian argument ellipsis. *Language Research*, p. 203–227, 2007.
- SAMO, G. *A criterial approach to the cartography of V2*. Amsterda;Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 2019.
- SANTIAGO, H. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos cândidas do sertão baiano*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos)) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
- SCHIFANO, N. *Verb Movement in Romance*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SILVA, G. V. *Word Order in Brazilian Portuguese*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2001.
- SILVA NETO, S. d. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. [S.l.]: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- SINCLAIR, J. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- SITARIDOU, I. A comparative study of word order in old romance. *Folia Linguistica*, Walter de Gruyter GmbH, v. 46, n. 2, jan 2012.
- SOUSA, M. C. Paixão de; KEWITZ, V. Vésperas brasileiras: uma agenda para os estudos sintáticos do português brasileiro nos primeiros séculos. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 15, n. 1, p. 67–92, 2011.
- STUMPF, R. Dos homens que serviam entre papéis e letras – escritôres das câmaras na américa portuguesa. *Nuevo mundo mundos nuevos*, OpenEdition, oct 2017.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português daquém e dalém-mar ao final do século xix. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. [S.l.]: Editora UNICAMP, 1993. p. 69–105.
- TESCARI NETO, A. *On verb movement in Brazilian Portuguese: A cartographic study*. Tese (Phd Thesis) — Università Ca'Foscari, Venezia, 2013.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

TOMIOKA, S. The interfaces: Deriving and interpreting omitted structures. In: _____. Amsterdã: John Benjamins Amsterdam, 2003. v. 61, cap. The semantics of Japanese null pronouns and its cross-linguistic implications, p. 321–339.

TORRES MORAIS, M. A. *Do Português Clássico ao Português Europeu Moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo*. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1995.

TRANNIN, J. B. *Aspectos sintáticos do infinitivo com verbos causativos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.

TRANNIN, J. B. *Tudo na história do português*. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2016.

TRAVIS, L. *Parameters and effects of word order variation*. Tese (Doutorado) — Yale University, 1984.

VANELLI, L.; RENZI, L.; BENINCA, P. Typologie des pronoms sujets dans les langues romanes in linguistique descriptive. In: CNRS. *Congres International de Linguistique et Philologie Romanes*. [S.l.]: CNRS, 1985. v. 3, p. 161–176.

VIKNER, S. *Verb movement and expletive subjects in the germanic languages*. Oxford: Oxford University Press on Demand, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of language change*. [S.l.]: University of Texas Press, 1968.

WOLFE, S. A comparative perspective on the evolution of romance clausal structure. *Diachronica*, John Benjamins, v. 33, n. 4, p. 461–502, 2016. ISSN 0176-4225.

WOLFE, S. *Verb second in medieval Romance*. Oxford: Oxford Studies in Diachronic, 2018.

WOLFE, S. Redefining the typology of v2 languages: The view from medieval romance and beyond. *Linguistic Variation*, John Benjamins, Amsterdam; New York, v. 19, n. 1, p. 16–46, 2019. Disponível em: <<https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/lv.15026.wol>>.

Anexos

ANEXO A – BUSCAS REALIZADAS - EFEITO V2

Buscas para orações com ordem V2

- (1) **Contextos XVS com sujeito expreso**
 query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (X HasSister tns_vb2)
 AND (X precedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (tns_vb2 precedes NP-SBJ*)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)

- (2) **V2 (deve-se rodar a busca no output da busca XVS)**
 query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (X HasSister tns_vb2)
 AND (X precedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (tns_vb2 precedes NP-SBJ*)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (IP-MAT* idomsnumber 2 tns_vb2)

- (3) **ConjV2+: Orações com conjunção à frente do verbo (deve-se rodar a busca no arquivo .cmp da busca V2)**
 query: (IP-MAT* idoms CONJ)

- (4) **ConjV2: Orações V2 com conjunção coordenativa à esquerda do verbo (deve-se rodar a busca no output de ConjV2+)** query: (IP-MAT* idoms CONJ)
 AND (IP-MAT* idomsnumber 3 tns_vb2)

- (5) **CLV2: Orações em que o verbo não está em segunda posição porque é precedido por um clítico (deve-se rodar a busca no arquivo .cmp de ConjV2+)**
 query: (IP-MAT* idoms NP*)
 AND (NP* idoms CLISE)
 AND (NP* iprecedes tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idomsnumber 3 tns_vb2)

AND (IP-MAT* idoms !NEG)

- (6) **ConjCLV2: Orações com uma conjunção e um clítico precedendo imediatamente o verbo** (deve-se rodar a busca no output de ConjV2+)

query: (IP-MAT* idoms CONJ)

AND (IP-MAT* idoms NP*)

AND (NP* idoms CLISE)

AND (NP* iprecedes tns_vb2)

AND (IP-MAT* idomsnumber 4 tns_vb2)

AND (IP-MAT* idoms !NEG)

O total de sentenças na Ordem V2 com sujeito posposto é a soma dos resultados das buscas de 2, 4, 5 e 6. Ao subtrair os resultados das buscas 1 e 2, obtém-se o resultado de sentenças na ordem V>2 com sujeito posposto.

- (7) **V2-SV: Orações V2 com sujeito pré-verbal**

query: (IP-MAT* iDominates NP-SBJ*)

AND (NP-SBJ* iDominates !pro*)

AND (NP-SBJ* iDominates !exp*)

AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)

AND (NP-SBJ* iprecedes tns_vb2)

AND (IP-MAT* idomsnumber 2 tns_vb2)

- (8) **ConjV2-SV: Orações V2 com sujeito pré-verbal e conjunção coordenativa à frente do sujeito**

query: (IP-MAT* iDominates NP-SBJ*)

AND (NP-SBJ* iDominates !pro*)

AND (NP-SBJ* iDominates !exp*)

AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)

AND (NP-SBJ* HasSister NP*)

AND (NP* idoms CLISE)

AND (NP-SBJ* iprecedes NP*)

AND (NP* iprecedes tns_vb2)

AND (IP-MAT* idomsnumber 3 tns_vb2)

- (9) **ConjCLV2-SV: Orações V2 com sujeito pré-verbal precedidas de uma conjunção coordenativa e um pronome clítico**

query: (IP-MAT* iDominates NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* iDominates !pro*)
 AND (NP-SBJ* iDominates !exp*)
 AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)
 AND (NP-SBJ* HasSister NP*)
 AND (NP* idoms CLISE)
 AND (NP-SBJ* iprecedes NP*)
 AND (NP* iprecedes tns_vb2)
 AND (CONJ iprecedes NP-SBJ*)
 AND (IP-MAT* idomsnumber 4 tns_vb2)

O total de sentenças na Ordem V2 com sujeito pré-verbal é a soma dos resultados das buscas 7, 8 e 9.

- (10) **CLV2-pro: Orações com verbo em segunda posição e sujeito nulo, com um clítico à esquerda do verbo.**

query: (IP-MAT* idomsnumber 4 tns_vb2)
 AND (NP* iprecedes tns_vb2)
 AND (NP* idoms CLISE)
 AND (X iprecedes NP*)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*)

- (11) **NP-LFD-VS-pro: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e um NP deslocado à esquerda.** query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)

AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-LFD*)
 AND (NP-IFD* HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-LFD* iprecedes NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*!exp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes tns_vb2)

- (12) **NP-ADV-VS: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e um**

NP adverbial à esquerda do verbo.

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (NP-ADV* HasSister tns_vb2)
 AND (NP-ADV* iprecedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*lexp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes NP-ADV*)

- (13) **OVS-pro: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e um objeto frontado.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (NP-ACC* HasSister tns_vb2)
 AND (NP-ACC* iprecedes tns_vb2)
 AND (NP-ACC* idominates !CL|SE)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*lexp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes NP-ACC*)

- (14) **CP-VS-pro: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e uma oração encaixada à frente do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (CP* HasSister tns_vb2)
 AND (CP* iprecedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*lexp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes CP*)

- (15) **IP-VS-pro: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e uma oração à frente do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (IP* HasSister tns_vb2)

AND (IP* iprecedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*lexp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes IP*)

- (16) **ADV-VS-pro: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e um advérbio à esquerda do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (ADVP* HasSister tns_vb2)
 AND (ADVP* iprecedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*lexp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes ADVP*)

- (17) **PP-VS-pro: Orações com verbo em segunda posição, sujeito nulo e um sintagma preposicional à esquerda do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (IP-MAT* idoms !NEG)
 AND (PP* HasSister tns_vb2)
 AND (PP* iprecedes tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*lexp*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes PP*)

O total de sentenças na Ordem V2 com sujeito nulo é a soma dos resultados das buscas de 10 a 17.

Buscas para orações com ordem V1

- (18) **V1: Orações com verbo em primeira posição absoluta.**

query: (IP-MAT* idomsfirst tns_vb2)

- (19) **ConjV1: Orações com verbo em primeira posição e uma conjunção coordenativa à esquerda do verbo.**

query: (IP-MAT* idomsfirst CONJ)

- AND (CONJ iprecedes tns_vb2)
- (20) **ConjCL-V1: Orações com verbo em primeira posição com uma conjunção coordenativa e um pronome clítico à esquerda do verbo.**
 query: (IP-MAT* idomsfirst CONJ)
 AND (CONJ iprecedes NP*)
 AND (NP* idoms CLISE)
 AND (NP* iprecedes tns_vb2)
- (21) **V1-pro: Orações com verbo em primeira posição e sujeito nulo.**
 query: (IP-MAT* idomsfirst NP-SBJ*)
 AND (CONJP idoms !IP-MAT*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes tns_vb2)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*)
- (22) **Conj-V1-pro: Orações com verbo em primeira posição e sujeito nulo com uma conjunção coordenativa à esquerda do verbo.**
 query: (IP-MAT* idomsfirst CONJ)
 AND (CONJ iprecedes NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes tns_vb2)
 AND (CONJP idoms !IP-MAT*)
- (23) **Conj-CL-V1-pro: Orações com verbo em primeira posição e sujeito nulo com uma conjunção coordenativa e um pronome clítico à esquerda do verbo.**
 query: (IP-MAT* idomsfirst CONJ)
 AND (CONJ iprecedes NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* idoms pro*)
 AND (NP-SBJ* iprecedes NP*)
 AND (NP* idoms CLISE)
 AND (NP* iprecedes tns_vb2)
 AND (CONJP idoms !IP-MAT*)
 AND (CP*|IP* HasSister PP*)
 AND (PP* precedes tns_vb2)

AND (CP*|IP* precedes PP*)

AND (CONJ precedes CP*|IP*)

O total de sentenças na Ordem V1 com sujeito nulo e com sujeito posposto é a soma dos resultados das buscas de 18 a 23.

- (24) **Conj-PP-Clause: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito pré-verbal com uma conjunção coordenativa, um sintagma preposicional e uma oração à frente do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)

AND (tns_vb2 HasSister CP*|IP*)

AND (CP*|IP* HasSister PP*)

AND (PP* precedes CP*|IP*)

AND (CP*|IP* precedes tns_vb2)

AND (CONJ precedes PP*)

- (25) **Conj-PP-Adv: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito pré-verbal com uma conjunção coordenativa, um sintagma preposicional e um advérbio à frente do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)

AND (tns_vb2 HasSister ADVP*)

AND (ADVP* precedes tns_vb2)

AND (ADVP* HasSister PP*)

AND (PP* precedes ADVP*)

AND (CONJ precedes PP*)

- (26) **Conj-Adv-PP: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito pré-verbal com uma conjunção coordenativa, um advérbio e um sintagma preposicional à frente do verbo.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)

AND (tns_vb2 HasSister PP*)

AND (PP* precedes tns_vb2)

AND (PP* HasSister ADVP*)

AND (ADVP* precedes PP*)

AND (CONJ precedes ADVP*)

- (27) **Clause-PP: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito pré-verbal com uma oração e um sintagma preposicional à frente do verbo.**
 query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister CP*|IP*)
 AND (CP*|IP* HasSister PP*)
 AND (PP* iprecedes tns_vb2)
 AND (CP*|IP* iprecedes PP*)
- (28) **PP-Clause: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito pré-verbal com um sintagma preposicional e uma oração à frente do verbo.**
 query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister CP*|IP*)
 AND (CP*|IP* iprecedes tns_vb2)
 AND (CP*|IP* HasSister PP*)
 AND (PP* iprecedes CP*|IP*)
- (29) **PP-Adv: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito préverbal com um sintagma preposicional e um advérbio à frente do verbo.**
 query: (IP-MAT* iDoms tns_vb2)
 AND (tns_vb2 HasSister ADVP*)
 AND (ADVP* iprecedes tns_vb2)
 AND (ADVP* HasSister PP*)
 AND (PP* iprecedes ADVP*)
- (30) **OSV: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito préverbal com um objeto à frente do sujeito.**
 query: (IP-MAT* iDominates NP-SBJ*)
 AND (IP-MAT* iDominates NP-ACC*)
 AND (IP-MAT* iDominates tns_mv)
 AND (IP-MAT* iDominates !NP-SE*)
 AND (NP-ACC* iDominates !CL|CP-FRL*|*T**|SE)
 AND (NP-SBJ* iDominates !*pro*|*exp*)
 AND (NP-ACC* Precedes NP-SBJ*)

AND (NP-SBJ* Precedes tns_mv)

(31) **V3-pro: Orações com verbo pelo menos em terceira posição e sujeito nulo.**

query: (IP-MAT* iDominates NP-SBJ*)

AND (NP-SBJ* iDominates pro*)

AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)

AND (NP-SBJ* HasSister X)

AND (X precedes tns_vb2)

AND (IP-MAT* idomsnumber 4 tns_vb2)

AND (IP-MAT* idoms !NEG)

AND (IP-MAT* idoms !CONJ)

(32) **Cl-V3-pro: Orações com verbo pelo menos em terceira posição, sujeito nulo e um pronome clítico à esquerda do verbo.**

query: (IP-MAT* iDominates NP-SBJ*)

AND (NP-SBJ* iDominates pro*)

AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)

AND (NP-SBJ* HasSister X)

AND (X precedes tns_vb2)

AND (IP-MAT* idomsnumber 4 tns_vb2)

AND (IP-MAT* idoms !NEG)

AND (IP-MAT* idoms !CONJ)

AND (NP* iprecedes tns_vb2)

AND (NP* idoms CLlse)

O total de sentenças na ordem V>2 é a soma dos resultados das buscas de 24 a 32.

Buscas complementares

(33) **XVXS: Orações com verbo em segunda posição e sujeito posposto, com um elemento entre o verbo e o sujeito.**

query: (IP-MAT* idoms tns_vb2)

AND (tns_vb2 HasSister X)

AND (X HasSister NP-SBJ)

AND (X iprecedes NP-SBJ)

(34) **SOV: Orações com sujeito pré-verbal e fronteamento de objeto.**

query: (IP-MAT* iDoms tns_mv)

AND (NP-SBJ* HasSister NP-ACC*)

AND (NP-SBJ* precedes NP-ACC*)

AND (NP-ACC* HasSister tns_mv)

AND (NP-ACC* iprecedes tns_mv)

AND (NP-ACC* iDoms !CL)

AND (NP-SBJ* iDoms !*pro*)

AND (NP-SBJ* iDoms !*exp*)

AND (NP-SBJ* iDoms !*T*)

AND (NP-SBJ* iDoms !*ICH*)

AND (IP-MAT* iDoms !NEG)

ANEXO B – BUSCAS REALIZADAS - COLOCAÇÃO E SUBIDA DE CLÍTICOS E INTERPOLAÇÃO

(1) **Ênclise obrigatória**

- a. query: (IP-MAT* iDomsMod NP* CL)
AND (IP-MAT* iDomsFirst flex_vb)
- b. query: (IP-MAT iDomsFirst [1]NP*)
AND (IP-MAT iDomsNumber 2 tns_vb) AND ([1]NP iDoms CL)

(2) **Próclise obrigatória**

- a. query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
AND (IP-MAT iDoms [2]flex_vb)
AND (NEG|FP|C|WADV|P|WNP Precedes [1]CL)
- b. query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
AND (IP-MAT iDoms [2]flex_vb)
AND (IP-MAT iDomsMod ADV*|Q*|NP*|muito|sempre|ainda|assim|logol
j*|mal|antes|algum*|cada|tod*|nenh*|FP)
AND (ADV*|Q*|NP* Precedes [1]CL)

(3) **Contexto de variação I**

- a. Filtra os contextos com elementos atratores
query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
AND (IP-MAT iDoms [2]ind_vb)
AND (IP-MAT iDoms !NEG)
AND (IP-MAT iDomsFirst [3]ADVP*|PP*|NP-SBJ*)
AND ([3]ADVP*|PP*|NP-SBJ* Doms !atractor)
AND ([3]ADVP*|PP*|NP-SBJ* iPrecedes [2]ind_vb|[1]CL)
- b. codifica as orações entre próclise e ênclise
1: p: ((IP-MAT iDomsMod NP* CL)
AND (CL iPrecedes flex_vb))
AND: ((IP-MAT iDomsMod NP* CL)
AND (IP-MAT iDomsFirst ADVP*|PP*|NP-SBJ*)
AND (flex_vb iPrecedes CL))

- c. busca as orações codificadas como próclise
query: (CODING column 1 p)
- d. busca as orações codificadas como ênclise
query: (CODING column 1 e)

(4) **Contexto de Variação II**

- a. query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
AND (IP-MAT iDoms flex_vb)
AND (IP-MAT iDomsFirst CONJ)
AND (CONJ iPrecedes flex_vb|CL)
- b. query: (IP-MAT iDomsMod NP-ACC|NP-DAT [1]CL)
AND (IP-MAT iDoms flex_vb)
AND (IP-MAT iDomsFirst [2]PP*|CP*)
AND ([2]PP*|CP* iDoms IP*|VB*|SR*|HV*|TR*|ET*)
AND ([2]PP*|CP* Precedes flex_vb)
- c. query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
AND (IP-MAT iDoms flex_vb)
AND (IP-MAT iDoms [2]IP-GER*|IP-PPL*)
AND ([2]IP-GER*|IP-PPL* Precedes flex_vb)

(5) **Subida de Clítico (Verbo mais encaixado no infinitivo)**

- a. query: (IP* iDomsMod [1]NP* CL)
AND (IP* iDoms flex_vb)
AND (flex_vb iDoms !Mand*|mand*|Fa*|fa*|Fez*|fez*|Fes*|fes*|Fez|fez|Fêz|fêz|
Fes|fes|Fês|fês|Fis*|fis*|Fiz*|fiz*|Fiz|fiz|Fis|fis|Deix*|deix*|Dex*|dex*|Ouv*|ouv*|
Vej*|vej*|Vêsl|vêsl|Vêlvêl|Vemos|vemos|Vêd*|vêd*|Ved*|ved*|Vee*|vee*|Vêe*|vêe*|
Ver*|ver*|Vilvil|Viulviul|Violviol|Vis*|vis*|Vim*|vim*|Vir*|vir*|Via*|via*|Vialvial|Vie*|
vêe*|Viei*|viei*|Viam|viam)
AND (IP* iDoms [2]PP*)
AND ([2]PP* iDoms [3]IP-INF*)
AND ([3]IP-INF* iDomsMod [4]NP* **)
AND ([1]NP* SameIndex **)
- b. query: (IP* iDomsMod [1]NP* CL)
AND (IP* iDoms flex_vb)

- AND (flex_vb iDoms !Mand*|mand*|Fa*|fa*|Fez*|fez*|Fes*|fes*|Fez|fez|Fêz|
fêz|Fes|fes|Fêsl|fêsl|Fis*|fis*|Fiz*|fiz*|Fiz|fiz|Fisl|fis|Deix*|deix*|Dex*|dex*|Ouv*|
ouv*|Vej*|vej*|Vêsl|vêsl|Vêl|vêl|Vemos|vemos|Vêd*|vêd*|Ved*|ved*|Vee*|vee*|
Vêe*|vêe*|Ver*|ver*|Vil|vil|Viul|viul|Viol|viol|Vis*|vis*|Vim*|vim*|Vir*|vir*|Via*|
via*|Vial|vial|Vie*|vie*|Viei*|viei*|Viam|viam)
- AND (IP* iDoms [2]PP*)
- AND ([2]PP* iDoms [3]IP-INF*)
- AND ([3]IP-INF* iDomsMod [4]NP* **)
- AND ([1]NP* SameIndex **)
- c. query: (IP* iDoms tns_vb)
- AND (tns_vb iDoms H*|h*|Houv*|houv*|Hav*|hav*|Irr*|irr*|Fu*|fu*|Fo*|fo*|
Ia*|ia*|Iêa*|iêa*|Ve*|ve*|Vi*|vi*|So*|so*|S—*|s—*|Dev*|dev*|Pod*|pod*|Pud*|
pud*|Te*|te*|Ti*|ti*|Cons*|cons*|Desej*|desej*|Esper*|esper*|Estim*|estim*|
Qu*|qu*|Pretend*|pretend*|Procur*|procur*|Sab*|sab*|Intent*|intent*|Tent*|
tent*|Tom*|tom*)
- AND (tns_vb HasSister IP-INF)
- AND (IP-INF iDomsMod NP-DAT|NP-ACC CL)
- d. query: (IP* iDoms tns_vb) AND (tns_vb iDoms Há|hál|Houv*|houv*|Hav*|hav*|
Irr*|irr*|Fu*|fu*|Fo*|fo*|Ia*|ia*|Iáa*|iáa*|Ve*|ve*|Vi*|vi*|So*|so*|Só*|só*|Dev*|dev*|
Pod*|pod*|Pud*|pud*|Te*|te*|Ti*|ti*|Cons*|cons*|Desej*|desej*|Esper*|esper*|
Estim*|estim*|Qu*|qu*|Pretend*|pretend*|Procur*|procur*|Sab*|sab*|Intent*|
intent*|Tent*|tent*|Tom*|tom*)
- AND (tns_vb HasSister PP)
- AND (PP iDomsMod P dela)
- AND (PP iDoms IP-INF)
- AND (IP-INF iDomsMod NP-DAT|NP-ACC CL)
- e. query: (IP* iDomsMod [1]NP* CL)
- AND (IP* iDoms flex_vb)
- AND (flex_vb iDoms
- Mand*|mand*|Fa*|fa*|Fez*|fez*|Fes*|fes*|Fez|fez|Fêz|fêz|Fes|fes|Fêsl|fêsl|Fis*|fis*|
Fiz*|fiz*|Fiz|fiz|Fisl|fis|Deix*|deix*|Dex*|dex*|Ouv*|ouv*|Vej*|vej*|Vêsl|vêsl|Vêl|vêl|
Vemos|vemos|Vêd*|vêd*|Ved*|ved*|Vee*|vee*|Vêe*|vêe*|Ver*|ver*|Vil|vil|Viul|viul|
Viol|viol|Vis*|vis*|Vim*|vim*|Vir*|vir*|Via*|via*|Vial|vial|Vie*|vie*|Viei*|viei*|

- Viamlviam) AND (IP* iDoms IP-INF)
 AND (IP-INF iDomsMod [2]NP-ACC|NP-DAT **)
 AND ([1]NP* SameIndex **)
- f. query: (IP* iDoms flex_vb)
 AND (flex_vb iDoms mand*|faz*|fez*|fiz*|deix*|louv*|vej*|vêslvêlvemos|ved*|
 vee*|vêe*|ver*|vilvis*|vim*|vir*|via*|vieislviamlvíeis)
 AND (IP* iDoms IP-INF)
 AND (IP-INF iDoms VB|SR|ET|HV|TR)
 AND (IP-INF iDomsMod NP-ACC|NP-DAT CL)

(6) **Subida de Clítico (Verbo mais encaixado no gerúndio)**

- a. query: (IP* iDomsMod NP* [1]CL)
 AND (IP* iDoms tns_vb)
 AND (IP* iDoms [2]VB-G*|HV-G*|ET-G*|SR-G*|TR-G*)
 AND (tns_vb Precedes [2]VB-G*|HV-G*|ET-G*|SR-G*|TR-G*)
 AND ([2]VB-G*|HV-G*|ET-G*|SR-G*|TR-G* Precedes [1]CL)
- b. query: (IP* iDomsMod [1]NP* CL)
 AND (IP* iDoms IP-GER)
 AND (IP-GER iDomsMod [2]NP* **)
 AND ([1]NP* SameIndex **)
- c. query: (IP* iDoms tns_vb)
 AND (IP* iDoms VB-G*)
 AND (IP* iDomsMod NP* CL)
 AND (CL Precedes VB-G*)

(7) **Subida de Clítico (Verbo mais encaixado no particípio)**

- a. query: (IP* iDomsMod NP* [1]CL)
 AND (IP* iDoms flex_vb)
 AND (IP* iDoms VB-PP*)
 AND ([1]CL Precedes flex_vb)
- b. query: (IP* iDomsMod NP* [1]CL)
 AND (IP* iDoms tns_vb)
 AND (IP* iDoms [2]VB-PP*|ET-PP*|HV-PP*|SR-PP*|TR-PP*)
 AND (tns_vb Precedes [2]VB-PP*|ET-PP*|HV-PP*|SR-PP*|TR-PP*)

- AND ([2]VB-PP*|ET-PP*|HV-PP*|SR-PP*|TR-PP* Precedes [1]CL)
- c. query: (IP* iDomsMod NP* CL)
 AND (IP* iDoms flex_ser|SR-PP)
 AND (IP* iDoms VB-AN*|ET-AN*|HV-AN*|SR-AN*|TR-AN*)
 AND (flex_ser|SR-PP Precedes VB-AN*|ET-AN*|HV-AN*|SR-AN*|TR-AN*)
 AND (CL Precedes VB-AN*|ET-AN*|HV-AN*|SR-AN*|TR-AN*)
- d. query: (IP* iDomsMod NP* CL)
 AND (IP* iDoms flex_ser|SR-PP)
 AND (IP* iDoms VB-AN*|ET-AN*|HV-AN*|SR-AN*|TR-AN*)
 AND (flex_ser|SR-PP Precedes VB-AN*|ET-AN*|HV-AN*|SR-AN*|TR-AN*)
 AND (VB-AN*|ET-AN*|HV-AN*|SR-AN*|TR-AN* Precedes CL)

Para dados de subida tipo “reestruturação”, considerar 5a e 5b. Para dados de não subida, 5c e 5d. Para dados de subida tipo “união de orações”, considerar 5e. Para dados de não subida, considerar 5f.

(8) **Interpolação de negação**

- a. query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
 AND (IP-MAT iDoms [2]flex_vb)
 AND ([1]CL Precedes [2]flex_vb)
 AND ([1]CL iPrecedes NEG)
- b. query: (IP-MAT iDomsMod NP* [1]CL)
 AND (IP-MAT iDoms [2]flex_vb)
 AND (IP-MAT iDomsFirst !NEG)
 AND (NEG iPrecedes [1]CL)
 AND ([1]CL iPrecedes [2]flex_vb)

Para dados de interpolação em sentenças matrizes, definir o nó de busca como IP-MAT. Para as sentenças subordinadas, o nó de busca deve ser IP-SUB|IP-INF.

(9) **Interpolação de XPs**

- a. query: (IP-MAT iDoms [1]NP*)
 AND (IP-MAT iDoms [3]flex_vb)
 AND ([1]NP* iDoms [2]CL)

- AND ([2]CL Precedes [3]flex_vb)
 AND ([2]CL iPrecedes ![3]flex_vb)
 AND ([2]CL iPrecedes ![4]CL)
 AND ([2]CL iPrecedes !**)
 AND ([2]CL iPrecedes !NEG)
 AND (NEG|FPIC|WADVPI|WNP Precedes [2]CL)
- b. query: (IP-MAT iDoms [1]NP*)
 AND (IP-MAT iDoms [3]flex_vb)
 AND ([1]NP* iDoms [2]CL)
 AND ([2]CL Precedes [3]flex_vb)
 AND ([2]CL iPrecedes ![3]flex_vb)
 AND ([2]CL iPrecedes ![4]CL)
 AND ([2]CL iPrecedes !**)
 AND ([2]CL iPrecedes !NEG)
 AND (IP-MAT iDomsMod ADV*|Q*|NP*| muito|sempre|ainda|assim|logol
 j*|mallantes|algum*|cadaltod*|nenh*|FP)
 AND (ADV*|Q*|NP* Precedes [1]CL)
- c. query: (IP-SUB|IP-PPL|IP-GER iDoms [1]NP*)
 AND (IP-SUB|IP-PPL|IP-GER iDoms [3]flex_vb)
 AND ([1]NP* iDoms [2]CL)
 AND ([2]CL Precedes [3]flex_vb)
 AND ([2]CL iPrecedes ![3]flex_vb)
 AND ([2]CL iPrecedes ![4]CL)
 AND ([2]CL iPrecedes !**)
 AND ([2]CL iPrecedes !NEG)
- d. query: (IP-SUB|IP-INF iDomsMod NP* [1]CL)
 AND (IP-SUB|IP-INF iDoms [2]flex_vb)
 AND ([1]CL iPrecedes [2]flex_vb)

ANEXO C – BUSCAS REALIZADAS - SUJEITOS E OBJETOS NULOS.

- (1) a. **Sentenças finitas com sujeito nulo**
 query: (IP* iDominates NP-SBJ)
 AND (NP-SBJ iDominates pro*)
 AND (NP-SBJ HasSister tns_vb2)
- b. **Sentenças finitas com sujeito pronominal**
 query: (IP-MAT*|IP-IND* iDominates NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* iDominates PRO)
 AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)
- c. **Sentenças finitas com sujeito lexical anafórico**
 query: (IP-MAT*|IP-IND* iDominates NP-SBJ*)
 AND (NP-SBJ* iDominates !pro*)
 AND (NP-SBJ* iDominates !exp*)
 AND (NP-SBJ* iDominates !PRO)
 AND (NP-SBJ* HasSister tns_vb2)
- (2) a. **Sentenças finitas com objeto nulo**
 query: (IP-MAT*|IP-IND*|IP-SUB* iDominates NP-ACC*)
 AND (NP-ACC* iDominates pro*)
 AND (NP-ACC* HasSister tns_vb2)
- b. **Sentenças finitas com pronome pleno**
 query: (IP-MAT*|IP-IND*|IP-SUB* iDominates NP-ACC*)
 AND (NP-ACC* iDominates PRO)
 AND (NP-ACC* HasSister tns_vb2)
- c. **Sentenças finitas com pronome clítico**
 query: (IP-MAT*|IP-IND*|IP-SUB* iDominates NP-ACC*)
 AND (NP-ACC* iDominates CL*)
 AND (NP-ACC* HasSister tns_vb2)

Para dados de sujeito em sentenças subordinadas, definir o nó de busca como IP-SUB.

ANEXO D – FICHA BIOGRÁFICA DOS ESCRIVENTES**SEBASTIÃO DA ROCHA PITA**

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Português

Data de nascimento: Aprox. 1580

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 58 anos

Estado civil: Casado

Escolaridade: -

Ofício: Escrivão da Câmara da cidade de Salvador

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Escrivão da Câmara em 1640

Observações:.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

RUY DE CARVALHO PINHEIRO

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: Pai: Rui de Carvalho Pinheiro

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: Aprox. 1602

Data de falecimento: 1673

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 47 anos

Estado civil: Casou-se três vezes, dentre as quais com Catarina Ravasco, irmã do Padre Antonio Vieira. Foi acusado de cristão novo.

Escolaridade: -

Ofício: Escrivão da Câmara da cidade de Salvador

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Entre 1647 e 1663

Observações: Rui atuou, também como Sargento-mor. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo, em virtude de seu casamento. Foi acusado de cristão novo. Herdou o cargo de escrivão de seu pai, Rui de Carvalho Pinheiro, em 1647.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

BALTAZAR DE ARAGÃO ARAÚJO

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: nasceu entre 1599 e 1613

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 70 anos

Estado civil: Casou-se com a sobrinha, filha de Paulo de Barros (vereador em 1634 e ministro da Ordem 3ª de São Francisco em 1648), também cavaleiro da Ordem de Cristo (1647), e de sua irmã D. Francisca de Aragão.

Escolaridade: -

Ofício: Capitão

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Entre 1663

Observações: Seu filho, o capitão e senhor de engenho Baltazar de Aragão de Araújo, foi eleito vereador e juiz ordinário três vezes entre 1647 e 1662, e provedor em 1651.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

FRANCISCO DE NEGREIROS SUEIRO

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: Domingos de Negreiros e Maria Pereira de Sueiro

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: entre 1615 ~1620

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil:

Escolaridade: -

Ofício:

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Entre 1638 e 1673

Observações: Os pais se casaram em 1608. Ele é o sexto filho do casal.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JOÃO DA SILVA VIEIRA

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade: Ilha da Madeira

Nacionalidade:

Português

Data de nascimento: Aprox. 1600

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil: Casado.

Escolaridade: -

Ofício:

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Entre 1638 e 1673

Observações: Cunhado de Rui de Carvalho Pinheiro (Filho).

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JOÃO PEIXOTO VIEGAS

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: Fernão Peixoto de Viana e Barbara Fernandes.

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade: Viana do Castelo

Nacionalidade: Português

Data de nascimento: Aprox. 1620

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 70 anos

Estado civil: Casou na Bahia com Dona Joana de Sá.

Escolaridade: -

Ofício:

Gênero textual de material para estudo: atas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Entre 1673 e 1681

Observações: Acusado de cristão-novo, João Peixoto Viegas foi um português vindo para a Bahia por volta de 1640. Teve grandes dadas de terras, tendo sido o incorporador do Paraguaçu em Itapororocas e Água Fria, desde 1652. Tornando-se grande sertanista, acompanhou D. Rodrigo de Castelo Branco à serra de Itabaiana e ao Norte brasileiro, em diligências da prata. Também combateu os índios nas diligências contemporâneas de Brás Rodrigues de Arzão, Estêvão Ribeiro Baião Parente, seu filho João Amaro Maciel Parente e outros, a partir de 1671.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JOÃO DE COUROS CARNEIRO

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade: Ponte de Lima

Nacionalidade: Português

Data de nascimento: Aprox. 1640

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 70 anos

Estado civil: Casou-se, cerca de 1670, com D. Joana Teles de Menezes.

Escolaridade: -

Ofício: Foi sargento-mor e escrivão da câmara da Bahia.

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: A partir de 1685

Observações: Pediu para o filho Manoel Pessoa de Vasconcellos assumir o cargo de escrivão em 8 de novembro de 1692, por se encontrar doente. Em 10 de julho de 1693, o governador da Bahia Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho dá parecer favorável a questão..

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

DOMINGOS GARCIA DE ARAGÃO

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: Aprox. 1630

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil: casou com Catarina de Barros, viúva de seu parente Baltazar de Aragão.

Escolaridade: -

Ofício: Vereador e provedor da fazenda no governo de D. João de Lencastre

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações: Irmão da Santa Casa desde 1670, foi seu provedor em 1680.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JOÃO DE COUROS CARNEIRO (FILHO)

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: Aprox. 1600

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 70 anos

Estado civil: Casou-se, em 1650, com Dona Catarina Ravasco, irmã de Bernardo Vieira Ravasco.

Escolaridade: -

Ofício: Escrivão da Câmara da cidade de Salvador

Gênero textual de material para estudo: atas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos: Entre 1670 e 1671

Observações:

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

PEDRO DIAS PEREIRA

Acervo correspondente: Atas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: Pedro Dias Pereira e Maria Duarte Pimentel

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: Aprox. 1650

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil:

Escolaridade: -

Ofício: Militar

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações: Seu pai era de origem humilde e ascendeu socialmente via serviço militar. Pediu em 1644 para integrar a ordem de São Tiago.

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

MANUEL PESSOA DE VASCONCELOS

Acervo correspondente: Atas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: João de Couros Carneiro

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: 1672

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil:

Escolaridade: Frequentou a Universidade de Coimbra

Ofício: Escrivão dos donativos

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações:

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JOÃO DE COUROS CARNEIRO (NETO)

Acervo correspondente: Atas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: Manuel Pessoa de Vasconcelos

Avós paternos/maternos:

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: Aprox. 1700

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 70 anos

Estado civil: Casou com Ana de Albuquerque Maria da Graça, filha de Jerônimo Sodré Pereira, em 1728.

Escolaridade: Acadêmico da Academia Renascida dos Esquecidos. Formou-se em Cânones, na Universidade de Coimbra

Ofício: Escrivão da Câmara da cidade de Salvador

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações:

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

MANUEL DA SILVEIRA DE MAGALHÃES

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: -

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade:-

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: Aprox. 1670

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil:

Escolaridade: -

Ofício: Procurador da câmara em Lisboa

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações:

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JERÔNIMO SODRÉ PEREIRA

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: José Pereira Sodré e Tereza Maria de Brito

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade: Bahia

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: 1721.

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil: Casado com D. Catharina Maria da Graça de Albuquerque, filha única do sargento-mor João de Couros Carneiro e de sua mulher D. Anna Francisca de Albuquerque.

Escolaridade: Universidade de Coimbra

Ofício: Mestre de campo

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações:

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

JOSÉ ALVARO PEREIRA SODRÉ

Acervo correspondente: Cartas da Câmara Municipal de Salvador (ACMS)

Filiação: Jerônimo Sodré Pereira

Avós paternos/maternos: -

Naturalidade: Bahia

Nacionalidade: Brasileiro

Data de nascimento: 1721.

Data de falecimento: -

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):

Estado civil:

Escolaridade: Foi Acadêmico supranumerário da Academia Brasílica dos Renascidos, encarregado de dissertar, em 7 de Julho de 1759, sobre quantas vezes e em que partes da América Portuguesa se tem descoberto minas de salitre, qual a distância dos portos do mar e quais motivos levaram a não continuar a explorá-las.

Ofício: Inspetor da Mesa de Inspeção

Gênero textual de material para estudo: Cartas (registros de cartas)

Data da escrita dos documentos:

Observações:

Fontes:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo 52, n.1, 1889. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=JPY6DO9XSVAC&hl=pt&pg=GBS.PR12>. Acesso em 24 mar 2020.

ANEXO F - FÓLIO DE UMA CARTA DO LIVRO 02.



Senhor
Antonio de Albuquerque
Baia

5 Agosto 1684

Junta a qual se fez
que se passou a 10 de
de 1684

Este negocio em que
se trata a respeito da
de 1684

De 1684
de 30
de 1684

Elle se trouxeram em que o Alcaide ordenou que se mandasse fazer
Embarques em menos distancia cada um de meya legoa se
com aquido novo plures, e de presente foi tirado o nobre Pro-
curador do Conselho para fallar a seu Embarque de obreçam
que se mandou fazer em que o Alcaide do Juizo do Procurador mor p.
o Conselho de Leuamaino donde emanou a dita prouijam:
Este negocio que se trata a respeito da
de 1684



Manoel de Sá
de 1684

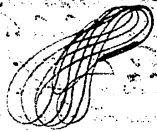
ANEXO G - FÓLIO DE UMA CARTA DO LIVRO 03

Baia
8 Jan. 1686

Nº
3325

Justiça

Companhia Salutar
25 de Jan. de 1686



Supplicando ao V. Mag. por este Conselho a ben-
eplia melhora sobre alienações que podem
para virem para este Reino de Portugal
em seu Conselho de Camélas Clara de
Esora as Pellegizeras que dele passaram
a Cidade da Bahia a fundar nella um
Hospicio de Doctores, e ordém para os ofi-
ceiros da Camara dos d'averes se ope-
te para para acia gem na forma de suas
obrigações. Foi o V. Mag. servido responder
em 23. de Outubro do anno passado, que o
Conselho mandasse na d'alia tomar vir-
formação de que continha este requerim-
ento de Maranhão e estudos em que
o d'illo Conselho se achava e se achava com
aquelle forma que se não fosse necess.
nelle a assistencia das d'itas Pellegis-
eras.

Estando o Conselho nesta consideração
para executar o que o V. Mag. ordenou
foi o V. Mag. servido mandar remeter ao
Conselho de Indiferente por escrito de secreto
de 23. de Outubro do mesmo
anno a carta que o Marquez d'Albuquerque
nas d'itas ao V. Mag. e com esta a
razão, ordenando, que se achava mais
aliqua coisa sobre a materia de que tra-
ta, consultasse ao V. Mag. e Conselho so-
bre tudo o que parecer.

E tornandose a aver d'esses comto
a alienação e de requerimento, como d'illo
manda.

Porcees ao Conselho o mesmo que tem
estada na primeira consulta que com
esta se cria ao V. Mag. e d'illo re-
presente que ali se achava, que se de
mandar tomar na Bahia as d'itas, em
que este Conselho de Camélas se achava em
aquelle forma que se não fosse necess.
nelle a assistencia das d'itas Pellegiseras
(como o V. Mag. ordena) e que se comto
a d'illo nas d'itas de d'illo p.
Abadea, e d'illo de Camara, e no



ANEXO K - FÓLIO DE UMA ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Termo de juramento, e posse do Almotacés
 Jerônimo de Lencina Lobo, e Sylvester de O-
 Livira Serpa

No trez dias do mez de Novembro de mil se-
 tecentos e setenta e tres annos, nesta Cidade da Ba-
 eia, e terras da Câmara della, perante o Doutor Ju-
 ri de Vera do crime Joaquin José Coelho da An-
 coa, profeso na Ordem de Christo, e actual Presiden-
 te do Senado, appareceram presentes Jerônimo de
 Lencina Lobo, e Sylvester de O Livira Serpa, para
 effeito de se marcarem posse do Cargo de Almotacés
 das execuções d'este Senado, para o qual Cavieiro
 sido nomeado, e se fizeram lavradas neste mes-
 mo Livro a folhas duzentas, e doze, e folhas duzen-
 tas, e vinte, e cinco; as quaes de se no dito Livro
 o juramento dos Santos Evangelhos com um Livro
 delles, e subscrago do qual Theorenção Gonçalves, que bem
 entendida mente se viuem o dito Cargo, guar-
 dando amudo o Serviço de Deus, e de Sua Mage-
 stade, segido a justiça, e dirito a parte, como